

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tami Coelho Ocar

Indaiatuba, uma cidade com muita História para contar:
Entre a Antropofagia Histórica, a Arqueologia e a Mediação

Doutorado em História Social

São Paulo
2023



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Secretaria Acadêmica de Pós-Graduação

Tami Coelho Ocar

Indaiatuba, uma cidade com muita História para contar:
Entre a Antropofagia Histórica, a Arqueologia e a Mediação

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutora em História Social sob a orientação
do Prof. Dr. Luiz Antonio Dias

São Paulo

2023

Banca Examinadora

Esta pesquisa é dedicada àqueles que, de alguma forma, sofreram os efeitos negativos da má gestão governamental que resultou no desinvestimento e no subfinanciamento das ciências, sobretudo durante os últimos seis anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior — Brasil (CAPES) —
Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa, como muitas outras, foi realizada em meio a sangue, suor e lágrimas. Não apenas por parte da autora que vos fala, mas também do povo brasileiro de modo geral. Um povo que, já há muito sofrido, padeceu ainda mais nas garras de um péssimo governo, o qual ocasionou, dentre tantas outras problemáticas, ao menos 700 mil mortes. A ciência (sobretudo as Humanidades) foi um dos campos mais atacados, mais ainda ao longo dos últimos quatro anos. De modo que é mais que um orgulho chegar ao momento da defesa da presente tese (e de tantas outras que foram e serão defendidas por colegas): é um ato de rebeldia, praticamente revolucionário, que demonstra um pouco sobre a necessidade do apoio às pesquisas científicas no Brasil. Para que atos de negacionismo e apoio a movimentos fascistas no Brasil possam ser combatidos. A despeito de todas as mazelas, o trabalho foi realizado também em meio a muita dedicação, esforço, alegrias e descobertas. Esta pequena vitória aqui compartilhada, no entanto, não seria possível sem o apoio de algumas pessoas e instituições, as quais são aqui singelamente celebradas.

Primeiramente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial ao Programa de Pós-Graduação em História Social e todos os seus funcionários.

Ao Prof. Dr. Luiz Antonio Dias, o qual foi o melhor orientador que eu poderia pedir. A despeito das nossas diferenças temáticas, ele me ajudou a conduzir esta pesquisa como ninguém, sempre me aconselhando e me amparando da melhor maneira possível!

Aos professores da PUC do Programa de Pós-Graduação em História Social, em especial à Profa. Dra. Maria Izilda Matos e Profa. Dra. Carla Longhi, as quais também puderam me beneficiar com a sua leitura e correção dos primeiros capítulos desta tese.

Aos membros da Banca de Defesa, Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto, Prof. Dr. Michel Justamand, Prof. Dr. Alvaro Hashizume Allegrette e, novamente, Profa. Dra. Carla Longhi.

À equipe do arquivo do IPHAN-SP, da Revista Piauí e dos Museus Municipais “José Raphael Toscano” (Jahu) e Elisabeth Aytai (Monte Mor), pela prontidão em me auxiliar na pesquisa.

Aos meus pais, Maria Aparecida Coelho Ocar e Oscar Ricardo Ocar, bem como ao meu irmão, Dino Coelho Ocar (o qual também agradeço por toda dedicação dispensada ao revisar este texto), pelo apoio, dedicação, carinho, educação e companheirismo. Nesse quinhão, não poderia deixar de fora a nossa cadelinha Lady, a qual sempre me apoiou sem quaisquer julgamentos.

Ao eterno mestre (e agora amigo) que sempre me incentivou a trilhar os caminhos da História: Cacá Jacomuci.

Aos colegas de trabalho da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, destacando aqui: Meire Machado, Analma Moura, Yara Raquel Cruz, Ana Paula Cervio e Rosimar Araújo; às meninas do Arquivo (principalmente Vanessa Pereira, Raquel Mariotto e Sheila Souza), que sempre se prontificaram a me ajudar, tanto nas pesquisas quanto durante meu trabalho na Fundação. À Thaís Sviceró que, mais que colega de trabalho, rapidamente tornou-se uma amiga, conselheira e várias vezes me colocou no prumo (não apenas academicamente falando).

A todos os meus amigos, com alguns destaques. Àqueles de longuíssima data, sobretudo Daniel Iniesta, Amanda Stahl, Lais Faber e Camila Chung — nada disso seria possível sem vocês sempre ao meu lado ao longo desses quase 25 anos de amizade! Aos amigos da Unicamp, destacando Nara Witzler, Leandro Arouca, Vitória Ferreira, Victor Menezes, Marina Fontolan, Natália Campos e Elizângela Moraes: todos vocês fazem falta no cotidiano presencial, mas seguem trazendo luz à minha vida. Aos amigos do eterno Plebe, sobretudo Paula Ribeiro, Elvis Diniz e Ariane Leite: todas as conversas na calçada serão eternas! À Milena Acha Brandi, amiga de infância, e Rafael Brandi: ambos colegas de profissão, que me auxiliam em diversos momentos da vida profissional. Aos amigos que a PUC-SP me trouxe, com destaque para Victor Flores, com o qual, entre inquietações, risos, pedidos de ajuda e mensagens eletrônicas, acabei criando laços, sobretudo durante o trágico período de pandemia. Aos amigos de Capivari, destacando Henrique Bisetto, Helga Peres, Iara Pagotto e Murilo Berlanga, que entre brindes, risadas, embates sobre músicas e trocas acadêmicas, ajudam tudo a ficar mais leve. A todos os amigos da “Rádio Benja” (que são muitos para citar, mas todos têm igualmente o meu afeto), que, a despeito da distância, tanto me divertem e me apoiam.

À minha família “postiça”, sobretudo meus sogros Marlene Caçador Forner e Carlos Eduardo Forner, bem como Dona Élide, Berenice e Eloísa Caçador (por mim proclamadas como minhas “avó”, “tia” e “prima”, respectivamente).

Quero também agradecer aqueles que ajudaram indiretamente por meio do encanto. À banda *Iron Maiden*, que me incentivou a estudar História; à banda *Grave Digger* (que me ensinou a lutar sempre com coragem). À banda *Nightwish* (sempre que considere desistir eles me diziam ser preciso acender uma luz em vez de simplesmente amaldiçoar a escuridão). Aos meninos da banda *Rats* (e aqui agradeço nominalmente a Fernando Oliveira, Bruno Pávio, Pedro Faucom, Fernando Gajo e ao ex-vocalista e ex-guitarrista Kito Vilela, bem como ao cantor Jimmy London). A eles sou grata tanto pelas músicas inspiradoras quanto pela admiração

e respeito mútuos, sobretudo pelo fato de estarmos lado a lado na luta pela democracia e sempre me ensinando que quando “eu devo, eu quero e eu posso”! Enfim, se eu fosse agradecer a todas as bandas, esse tópico viraria outro capítulo. Mas existem muitos outros que embalam estes estudos, minhas emoções e vivências. E para eles fica aqui meu mais sincero “muito obrigada”! É uma honra poder viver na mesma época que vocês, apreciar suas obras e ser inspirada por elas.

Por fim (mas não menos importante), ao meu companheiro, Alexandre Forner, que há quase sete anos escolheu trilhar a vida comigo, ajudando a colorir um pouquinho mais os caminhos que encontramos. E aos nossos pequenos gatos, Tirolês e Pompom, os quais estiveram presentes em quase todas as fases de composição desta tese, seja me confortando, dormindo no meu colo (ou em minha cadeira), me distraindo e assim trazendo um pouco de paz à escrita.

É com grande respeito e solidariedade que esta homenagem é prestada, reconhecendo a importância da ciência e do conhecimento científico como pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. Esta pesquisa visa contribuir para a construção de um futuro mais promissor, no qual a ciência e a tecnologia possam ser valorizadas e incentivadas como ferramentas essenciais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o avanço da humanidade.

A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora.
(BUARQUE, 1977).

RESUMO

OCAR, Tami Coelho. **Indaiatuba, uma cidade com muita História para contar:** Entre a Antropofagia Histórica, a Arqueologia e a Mediação

Tendo como pano de fundo a cidade de Indaiatuba (SP), o presente trabalho trouxe como fio condutor questões acerca da memória local e da prática da Arqueologia em Obras de Engenharia. O estudo contextual de tal atividade é pouco debatido, sendo essa uma das justificativas para a realização deste trabalho. A cidade de Indaiatuba foi escolhida por dois motivos: afinidade, e por ser considerada uma das melhores cidades do país. Apesar de seu desenvolvimento, o município ainda mantém sua História muito presa às amarras cronistas. Tais aspectos levaram a outras discussões relevantes: a manutenção da memória local e a autofagocitação histórica do município, as quais denotam questões culturais, sociais, econômicas e políticas. Para responder a essas indagações, foram analisadas obras escritas por memorialistas locais (consideradas tradicionais), em contraposição a estudos recentes. Além disso, analisou-se os 15 Processos encontrados na Plataforma SEI-IPHAN referentes aos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia realizados na cidade. A captação dos dados de interesse desses documentos foi executada por meio de fichas desenvolvidas para este estudo, sendo que o recorte temporal foi trazido por essa mesma documentação: de 2005 a 2021. O cruzamento de todas essas informações (somado à análise historiográfica, leis e normas) apresentou nuances diversas, tanto acerca da memória local quanto da prática arqueológica em si e da chamada “Educação Patrimonial” (que foi contraposta a um ideal aqui chamado de “Mediação Patrimonial”). O aporte teórico teve influência de autores clássicos e contemporâneos, seguindo sobretudo as linhas da História Social e da Arqueologia Pós-Processual, além de outras teorias, como da Comunicação e Ciência da Informação, destacando a interdisciplinaridade deste trabalho. Logo, a pesquisa não apenas traz novas discussões acerca da prática arqueológica, como também apresenta problematizações sobre aspectos históricos, sociais e políticos de Indaiatuba. Por fim, sendo esta uma tese propositiva, foi desenvolvido o protótipo de um Material Metodológico destinado a profissionais da área de Arqueologia, o qual traz a Mediação como aplicação prática central das Ações Patrimoniais arqueológicas.

Palavras-chave: Indaiatuba; Antropofagia História; Arqueologia em Obras de Engenharia; Mediação Patrimonial

ABSTRACT

OCAR, Tami Coelho. **Indaiatuba, a city with many History to tell: Between Historical Anthropophagy, Archeology and Mediation**

This work brought as a guiding principle questions about the local memory and the practice of Archaeology in Engineering Works in the city of Indaiatuba (SP) as a background. The contextual study of such activity is not frequently debated, which is one of the justifications for carrying out this work. The city of Indaiatuba was chosen for two reasons: affinity and because it is considered one of the best cities in the country. Despite its development, the city keeps its History very attached to the chroniclers' braces. Such aspects led to other relevant discussions: the maintenance of the local memory and the historical autophagy of the city, which denote cultural, social, economic, and political issues. To answer those questions were analyzed works written by local memorialists (considered traditional), opposing to recent studies. In addition, were analyzed 15 Processes found in the SEI!-IPHAN Platform related to Archeology works in Engineering Works carried out in the city. The collection of interest data from these documents was made using sheets developed for this study, and the time frame was brought by this same documentation: from 2005 to 2021. The crosschecking of all these information (in addition to the historiographical analysis, laws, and norms) presented varied nuances, both about the local memory and the archaeological practice itself, the so-called “Heritage Education” (which was opposed to an ideal called here “Heritage Mediation”). The theoretical contribution was influenced by classical and contemporary authors, mainly following the research scopes of Social History and Post-processual Archaeology, as well as other theories, such as Communication and Information Science, highlighting the interdisciplinarity of this work. Therefore, the research not only brings new discussions about the archaeological practice, but presents questions about historical, socials, and political aspects of Indaiatuba. Finally, as this is a propositional thesis, a prototype of a Methodological Material was developed for professionals in the field of Archaeology, which brings the Mediation as a central practical application of the Archaeological Heritage Actions.

Keywords: Indaiatuba; Historical Anthropophagy; Archaeology in Engineering Works; Heritage Mediation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa que mostra o crescimento da cidade de Indaiatuba até a década de 1970/1980.	116
Figura 2 — Mapa mostrando a divisão territorial de Indaiatuba em 2022.	118
Figura 3 — Imagem de satélite gerada que mostra a distância aproximada existente entre a zona urbana da cidade de Indaiatuba e Salto.	120
Figura 4 — Tabela do IPHAN contendo as possíveis classificações de um empreendimento, suas respectivas caracterizações e procedimentos exigidos.	141
Figura 5 — Carta Topográfica de 1979 do IGC apresentando os limites do município de Indaiatuba (também atuais).	207
Figura 6 — Detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC mostrando o então núcleo urbano de Indaiatuba.	208
Figura 7 — Detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC mostrando as delimitações já existentes do Distrito Industrial “Domingos Giomi”.	209
Figura 8 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde são apresentados os limites do município de Indaiatuba e sua zona urbana no ano de 2005.	210
Figura 9 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do núcleo urbano de Indaiatuba em 2005.	211
Figura 10 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do Distrito Industrial “Domingo Giomi” em 2005.	212
Figura 11 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde são apresentados os limites do município de Indaiatuba e sua zona urbana no ano de 2021.	213
Figura 12 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do núcleo urbano de Indaiatuba em 2021.	214
Figura 13 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do Distrito Industrial “Domingo Giomi” e demais DIs em 2021.	215
Figura 14 — Página um do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do <i>Jardim Residencial Dona Maria Cândida</i> e <i>Jardim Residencial Bom Sucesso</i>	272
Figura 15 — Página dois do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do <i>Jardim Residencial Dona Maria Cândida</i> e <i>Jardim Residencial Bom Sucesso</i>	273
Figura 16 — Página três do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do <i>Jardim Residencial Dona Maria Cândida</i> e <i>Jardim Residencial Bom Sucesso</i>	274

Figura 17 — Panfleto anexo que trata especificamente sobre os empreendimentos <i>Jardim Residencial Dona Maria</i> e <i>Jardim Residencial Bom Sucesso</i>	275
Figura 18 — Panfleto referente ao <i>Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda</i> , o qual foi distribuído na vizinhança do empreendimento.	289
Figura 19 — Conteúdo das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento <i>Jardim Residencial Dona Maria José</i>	295
Figura 20 — Foto de uma das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento <i>Jardim Residencial Dona Maria José</i>	296
Figura 21 — Foto de uma das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento <i>Jardim Residencial Dona Maria José</i>	297

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada;
AEIH	Área Estratégica de Interesse Histórico;
AID	Área de Influência Direta;
AII	Área de Influência Indireta;
Art.	Artigo;
Cap.	Capítulo;
CNA	Centro Nacional de Arqueologia;
CNIGP	Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa;
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos;
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente;
DI	Distrito Industrial;
FCA	Ficha de Caracterização de atividade;
ICOMOS	<i>International Council of Monuments and Sites</i> (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios);
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo;
IN-001/2015	Instrução Normativa nº 001 do IPHAN, de 25 de março de 2015;
Inc.	Inciso;
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero;
NUP	Número Único de Protocolo;
PcD	Pessoa com deficiência;
PEN	Processo Eletrônico Nacional;
PPCM	Política de Patrimônio Cultural Material;
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas;
RMC	Região Metropolitana de Campinas;
SEI	Sistema Eletrônico de Informações;
SEMED	Secretaria Municipal de Educação;
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
TRE	Termo de Referência Específico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 — USOS E ABUSOS DA ARQUEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	27
1.1 A Arqueologia e seu uso na estratigrafia histórica	27
1.2 Arqueologia Brasileira e os silenciamentos da memória.....	47
1.3 Perspectivas para uma prática da Arqueologia em Obras de Engenharia	68
CAPÍTULO 2 — “INDAIATUBA, CIDADE MARAVILHOSA”	80
2.1 De memórias à História: a construção de uma “indaiatubanidade”	80
2.2 Uma cidade “maravilhosamente antropofágica”: questões patrimoniais	102
CAPÍTULO 3 — PROCESSOS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS: O EXEMPLO DE INDAIATUBA....	128
3.1 A Documentação SEI!-IPHAN: os Processos arqueológicos e seus possíveis usos na História	128
3.2 Estudo de caso: Indaiatuba	148
3.3 Resultados e possibilidades: Trabalho arqueológico, território e a documentação escrita	196
CAPÍTULO 4 — ANTROPOFAGIA E MEDIAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIAS, PRÁTICAS E PROPOSTAS	229
4.1 “Educação Patrimonial” <i>versus</i> “Mediação Patrimonial”: debates teóricos	229
4.2 A Educação Patrimonial na documentação SEI!-IPHAN: o exemplo de Indaiatuba..	255
4.3 Arqueologia, Educação Patrimonial e Mediação: resultados e perspectivas.....	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	327
ANEXOS	375

INTRODUÇÃO

Indaiatuba é uma cidade interiorana localizada a aproximadamente 105 km de distância a noroeste da capital do estado de São Paulo. Pertencente à Região Metropolitana de Campinas (RMC), é considerado um dos melhores municípios do país no quesito de qualidade de vida. Além disso, trata-se de uma cidade que se expandiu muito nas últimas décadas, contando atualmente com cerca de 266.593 habitantes, estando entre as mais populosas da RMC e tendo o maior aumento proporcional de habitantes entre as cidades com amplo adensamento populacional da Região nos últimos anos (INDAIATUBA..., 2023). Esse processo migratório se deve, afora a questão de sua qualidade de vida, ao fato de a cidade ter um polo industrial muito forte, sendo uma das mais bem cotadas para a instalação de indústrias (29º lugar no *ranking* realizado pela Revista Exame em 2017) (BUENO, 2017). A imigração é uma constante no histórico da cidade, mas a questão de sua prosperidade econômica ocorreu mais recentemente. Apesar de estar situada em uma região economicamente rica durante o período colonial e início do século XX, a cidade só vislumbrou um vultuoso crescimento financeiro e populacional a partir das décadas de 1970 e 1980, com a instalação do Distrito Industrial “Domingos Giomi”. Em maio de 2022 foram contabilizadas mais de 960 indústrias na cidade. Com o aumento do processo imigratório, graças à ampliação da industrialização e serviços, a expansão de sua zona urbana não parou, com a construção de prédios, condomínios fechados de luxo e novos bairros populares. Isso levou a cidade ao protagonismo em pesquisas de crescimento e qualidade de vida nacional.

Como dito, essas idas e vindas à cidade de Indaiatuba não são típicas apenas da atualidade. Elas remontam há séculos, sendo um local de passagem de bandeirantes e tropeiros, bem como um destino procurado por imigrantes estrangeiros que aportavam no Brasil em busca de uma vida nova — e, mais tarde, por migrantes de outras regiões brasileiras. De forma que seu passado está extremamente atrelado ao andamento da História nacional, principalmente no que diz respeito ao dinamismo econômico e social ocorridos no estado de São Paulo durante os séculos XVIII, XIX e XX.

A região interiorana onde Indaiatuba está localizada é conhecida também como “Boca do Sertão” e, juntamente com outras cidades como Itu — a qual originalmente Indaiatuba pertencera — trata-se de um dos mais antigos povoamentos do estado de São Paulo. Porém, o registro histórico de Indaiatuba está cristalizado sobretudo nas obras de célebres cidadãos locais: os chamados memorialistas. Essas pessoas não se tratam de historiadores no sentido acadêmico, mas muitas vezes dedicaram vidas inteiras a estudarem as origens do povoado de

Votura — antigo nome do território onde o município surgiu. São muitas as obras, onde algumas tratam sobre a procedência da cidade, outras sobre as imigrações em massa ocorridas no século XIX (principalmente por parte de colonos suíços e italianos). Há também histórias de famílias, crônicas, livros para crianças e até uma obra que trata sobre um dos crimes mais cruéis que a população indaiatubana já presenciou: o crime do poço. Essas pesquisas lançaram luz para o surgimento de novos trabalhos, assim como geraram acervos importantes, os quais se encontram no Arquivo Público Municipal de Indaiatuba e no Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” (antigo Casarão Pau Preto). Entretanto, essas documentações igualmente colaboraram para que a história da cidade permanecesse engessada, de certa forma. Não se deve, porém, menosprezar as obras: tais trabalhos — e suas fontes históricas — não apenas são importantes para a memória local, mas também por servirem de base em parte da estrutura de diversos estudos, bem como da presente tese (sendo estes documentos aqui analisados de forma crítica e amplamente utilizados no cruzamento de informações).

Com a sua modernização e rápida expansão, várias questões foram evidenciadas na cidade. Semelhantemente a muitos municípios interioranos, a história local é de suma importância, recebendo destaques os períodos colonial e de imigração. Da mesma forma, existem diversas lacunas históricas que urge de preenchimento, como a história dos povos originários, dos negros e a própria história dos migrantes, que inicialmente vieram trabalhar nas indústrias instaladas em Indaiatuba. E esse viés um tanto quanto positivista (e, em certos aspectos, até próprio) da escrita memorialista motivou o presente trabalho a auxiliar a historicizar um pouco mais a História local.

Parte dessas histórias pode ser resgatada por meio da Arqueologia. A cultura material é responsável por fazer emergir memórias esquecidas. Em Indaiatuba existem trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia (atividade mais conhecida como “Arqueologia Preventiva” ou “Arqueologia de Contrato”) sendo realizados antes da construção de grandes empreendimentos, seguindo a Resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e outras normas. Ou seja, há uma possibilidade de resgate da memória interiorana paulista, mas cujos profissionais devem lidar de frente com diversas problematizações, como os embates capitalistas e estatais. Além do fato da construção civil muitas vezes ser responsável pela destruição do patrimônio (edificado e móvel) mais antigo, havendo, assim, uma antropofagia histórica e arqueológica por muitas vezes predatória. Escreve-se uma nova história destruindo ou encobrindo a antiga. E esse resgate dá-se não apenas por meio da cultura material encontrada, mas também pelos Processos produzidos durante os trabalhos de escavação, fonte principal deste trabalho.

A tese foi se modificando organicamente ao longo das pesquisas. Deve-se mencionar que os rumos do trabalho sofreram diversas alterações ao longo dos primeiros anos, até desaguiarem nos objetivos supracitados, os quais não apenas condizem mais com os interesses de pesquisa da autora, mas também respondem a questões mais pertinentes para a Academia e a sociedade. Porém, seu problema central se manteve: entender como se dá a prática da Arqueologia em Obras de Engenharia (inclusive a chamada “Educação Patrimonial”) em uma cidade com pouca tradição arqueológica a qual, ao mesmo tempo, está calcada em uma história memorialista e é palco de uma política desenvolvimentista. Essa última característica é responsável por, entre outros aspectos, acelerar a antropofagia histórica.

Assim, o primeiro objetivo da presente tese foi lançar luzes sobre a aplicação da documentação escrita produzida pela Arqueologia em Obras de Engenharia (evidenciando-a como fonte interdisciplinar), tendo a cidade de Indaiatuba como estudo de caso, o que possibilitou uma análise da prática em si. As fontes principais foram os Processos arqueológicos disponibilizados na plataforma SEI-IPHAN e a documentação escrita local (sobretudo trabalhos produzidos pelos memorialistas). Nesses estudos optou-se por focar na prática da chamada “Educação Patrimonial”, apresentando a necessidade do debate acerca do tema ser mais ativo.

Já o segundo objetivo foi discutir como a cidade se autoconsome historicamente falando. Nesse sentido, buscou-se analisar as fontes, em cruzamento entre si, somado ao cruzamento de informações contidas em leis e normas do Patrimônio. Foram consideradas também as problemáticas existentes no sistema neoliberal brasileiro, as quais afetam diretamente não só a prática arqueológica, como a acadêmica e demais práticas profissionais. De forma que, na análise, buscou-se trabalhar com a Memória a partir da perspectiva da Arqueologia Pública, bem como questões sociais da prática e suas consequências. Tais questões trouxeram insumos para a discussão sobre a memória local e as problemáticas (e necessidades) da chamada “Educação Patrimonial”. Ao longo das análises das documentações (sobretudo os Relatórios), esperou-se que as atividades de “Educação Patrimonial” estivessem em maior consonância não apenas com as teorias de mediação e comunicação horizontal, mas também com o proposto nos Projetos contidos nos Processos.

Para isso, foi feita a análise dos Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia efetuados em Indaiatuba que se encontram disponibilizados virtualmente na base de dados da plataforma SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Além disso, foram observadas normas e políticas públicas

existentes sobre Arqueologia e Patrimônio, tanto para o entendimento dos Processos em si como para problematizações da prática arqueológica e das próprias normas vigentes. Esse material foi confrontado com a documentação que relata sobre a História local e regional, sobretudo a memorialista — mas também a Acadêmica. Buscou-se trazer dados demográficos e questões sobretudo acerca do crescimento da cidade (motivação principal para a antropofagia histórica e para a própria realização dos Processos de Arqueologia). Deve-se lembrar que a presente tese não é um trabalho de Arqueologia, de forma que não foram analisadas as culturas materiais ¹ propriamente ditas, mas sim os dados fornecidos pelos Processos como fontes históricas e sociais. No entanto, inicialmente esperava-se que fosse possível minimamente apresentar a cultura material local e traçar uma análise sobre, em contraposição à memória cronista local.

A escolha da cidade de Indaiatuba como objeto de estudos do presente trabalho se deu, primeiramente, por afinidade com o local (pelo fato da autora ter morado na cidade por mais de 20 anos e ainda frequentá-la constantemente, considerando-se, portanto, como parte interessada nos estudos e nas melhorias locais). Em segundo lugar, pelo seu rápido desenvolvimento econômico para os padrões brasileiros, levando a cidade ao topo de *rankings* em qualidade de vida, e, portanto, sua atual relevância social e política. Em terceiro lugar, pelo ineditismo de pesquisas históricas sobre o tema na cidade. Esse ineditismo também pode ser destacado no que diz respeito à utilização da plataforma SEI-IPHAN e dos Processos propriamente ditos como fonte para estudos históricos, incluso no que diz respeito à análise das atividades de Arqueologia em Obras de Engenharia:

Contudo, todas estas afirmações estão dentro dos limites da prática disciplinar, ou seja, a AC [“Arqueologia de Contrato”, aqui chamada de Arqueologia em Obras de Engenharia] é avaliada e julgada pelo que é (ou não é) a partir de uma perspectiva disciplinar, inclusive profissional, em geral vinculada à retórica da ciência. Este é o caso, inclusive, quando na prática da AC está em jogo a ética, usualmente discutida dentro dos limites disciplinares e no âmbito de um registro arqueológico reificado [...]. Raras vezes, (ou nunca) é avaliada e julgada a partir de uma perspectiva contextual, [...]. (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 10. grifo nosso).

Assim, a presente pesquisa visou trabalhar com as questões que cercam a prática da Arqueologia em Obras de Engenharia, incluso os discursos produzidos sobre as sociedades, territórios, patrimônios e suas alterações por meio da documentação analisada, a partir de um contexto próprio baseado em uma localidade. Foram examinadas também questões referentes às atividades propriamente ditas, bem como as problemáticas existentes na prática e suas

¹ O termo, a despeito de deter o sentido de conjunto, foi por vezes adotado no plural por conta da multiplicidade que o conceito também detém.

soluções de “mitigação”, que normalmente se dão por meio das atividades da chamada “Educação Patrimonial”. Para isso, foram utilizados como bases para os estudos tanto autores clássicos como obras mais recentes, as quais, em geral, visam trabalhar com o tema de forma mais decolonial.

A princípio, seriam analisados apenas os relatórios referentes a cinco projetos, aos quais se obteve o acesso prévio por conta do trabalho de pesquisa realizado na extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. No entanto, após tomar conhecimento sobre a Plataforma SEI-IPHAN e os Processos de Arqueologia local, era notável que seria necessário abordar a totalidade de Processos disponibilizados até então na plataforma. Assim, foi analisado o total de 15 Processos, os quais estão vinculados a Portarias de Licenciamento Ambiental datadas de 2005 a 2021 (ano em que foi realizado o Exame de Qualificação). De modo que o recorte temporal analisado foi estipulado a partir dos dados fornecidos pelos próprios Processos, incluso suas datas de inserção na plataforma SEI-IPHAN.

Com o caminhar da pesquisa percebeu-se que não apenas os projetos e relatórios seriam analisados neste trabalho, mas sim que boa parte dos documentos envolvidos nos Processos de Arqueologia referentes ao Licenciamento Ambiental também precisariam de atenção, tais como ofícios, memorandos, cartas, pareceres, dentre outros. Entretanto, o protagonismo documental segue sendo invariavelmente de projetos e relatórios, por eles conterem a essência sobre a questão arqueológica, sendo que os outros documentos destacam nuances acerca do Processo em sua totalidade. Tal questão justifica a extensão do presente trabalho, pois não seria possível aventar hipóteses acerca da prática, na metodologia e no recorte aqui adotados, sem a análise integral de todos os Processos referentes à Indaiatuba (somado aos estudos das leis e memórias locais).

Sobre as linhas teórico-metodológicas historiográficas, de maneira geral, foram adotadas principalmente teorias de História Social. No entanto, o trabalho não ficou engessado apenas nessa base teórica, dialogando por vezes com a História Cultural, por conta do envolvimento que tal teoria tem com o tema do Patrimônio, buscando trazer também debates decoloniais da disciplina sempre que possível. Acerca do que diz respeito à prática arqueológica, a pesquisa seguiu a linha teórica da Arqueologia Pós-Processual, a qual valoriza as subjetividades dos povos em suas interpretações, agregando uma dimensão muito mais política ao debate. No caso, pretendeu-se comparar as documentações encontradas nos Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia, a fim de se desvelar questões políticas e sociais sobre a prática, inclusive no que diz respeito à questão da memória local e da chamada “Educação Patrimonial”. Novamente, destaca-se a utilização dos Processos encontrados na

plataforma SEI-IPHAN como fonte, pois não se encontrou até então trabalhos de análise histórica que utilizassem tal documentação na íntegra. Essa documentação não apenas desvela questões acerca da prática da Arqueologia em Obras de Engenharia, como também se tratam de documentos que comprovam as alterações ocorridas em determinado território. Tal material versa inclusive sobre as comunidades locais e seus costumes, a partir do ponto de vista de alguém que, muitas vezes, não faz parte da comunidade diretamente afetada. Além disso, evidencia o caráter interdisciplinar da presente tese.

O trabalho de leitura da bibliografia e de escrita se deu concomitantemente ao longo dos três primeiros anos do curso de Doutorado. O desenvolvimento do texto ocorreu de forma praticamente espontânea, haja vista que parte do trabalho versa sobre a História local. Tendo a autora trabalhado na extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, pode-se dizer que essa fração dos estudos (inclusive acerca das obras dos memorialistas) já havia sido, em partes, analisada e sistematizada. Esse material foi estruturado para compor o texto referente ao atual capítulo segundo. De maneira semelhante ocorreu com o texto que versa sobre a prática arqueológica (relativo ao capítulo primeiro), pois, tendo a pesquisadora experiência prévia na área, pode debruçar-se sobre o tema com maior facilidade, desenvolvendo os dois capítulos iniciais logo nos primeiros anos. Os debates também sofreram influência de bibliografia disponibilizada nas disciplinas realizadas, de modo que as matérias cursadas igualmente beneficiaram no processo textual, bem como a orientação propriamente dita também auxiliou a delinear o caminho percorrido. Assim, foram realizados fichamentos das leituras sobre Indaiatuba (memoriais ou históricas), Arqueologia, Memória e História. Leis e normas sobre o patrimônio arqueológico e a atuação profissional também foram estudadas, conforme já mencionado, a fim de se ter um melhor entendimento e posterior análise acerca da prática em solo brasileiro ao longo dos anos.

O terceiro capítulo demandou a análise dos 15 Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia efetuados em Indaiatuba. Tal trabalho exigiu um tempo maior para sua realização e, não apenas a análise da documentação em si, como também leituras mais específicas sobre a prática em Obras de Engenharia, leis e regulamentações próprias. Abordou-se também o entendimento da criação e do funcionamento da plataforma SEI, com foco no sistema disponibilizado pelo IPHAN. A digitalização de boa parte dos Processos de Indaiatuba facilitou a pesquisa, sobretudo por conta da crise e isolamento social causados pela pandemia de COVID-19. A análise da documentação presente na plataforma SEI-IPHAN se deu inicialmente por meio de uma leitura superficial de todo o material disponível em cada um dos Processos, para que houvesse um entendimento geral do conteúdo a ser analisado.

Posteriormente, tendo como base outras investigações de documentações históricas, bem como os próprios Processos, foi confeccionada uma ficha padrão de análise, a qual contém campos de respostas embasados sobretudo nas necessidades da pesquisa em si, mas considerando também as exigências impostas pelas leis e normas do IPHAN.

Em seguida, foi realizada uma segunda leitura mais aprofundada dos Processos, o que incluiu a análise dos projetos e relatórios (documentações mais densas), bem como os pareceres do IPHAN e até mesmo documentos burocráticos, como ofícios, e-mails e memorandos, a fim de se realizar uma avaliação e seleção das documentações que fossem mais relevantes para a presente pesquisa. Por fim, foi feita a distribuição dos dados de cada um dos Processos em suas respectivas fichas, a análise propriamente dita e a redação do terceiro capítulo, o qual, novamente, é extenso justamente por conta dessa sua característica mais analítica. A partir dessas fichas foram realizados também os estudos pertinentes ao quarto capítulo, onde foi produzida a análise propriamente dita da chamada “Educação Patrimonial”. As investigações e leituras empenhadas para esse item forneceram subsídios para a confecção do Material Metodológico — o qual encontra-se em anexo.

Assim sendo, o primeiro capítulo “Usos e abusos da Arqueologia na construção histórica” está dividido em três partes. A primeira parte, intitulada “A Arqueologia e seu uso na estratigrafia histórica” traz uma análise sobre o histórico da prática arqueológica desde seus primórdios até os dias atuais, delineando também alguns dos aspectos políticos que existem por trás da ciência. Na segunda parte (“Arqueologia Brasileira e os silenciamentos da memória”) é destacada a evolução da questão do desenvolvimento da Arqueologia em solo brasileiro. São apontados também aspectos acerca de silenciamentos e da recuperação de memórias com a ajuda de trabalhos arqueológicos. Por fim, na terceira parte “Perspectivas para uma prática da Arqueologia em Obras de Engenharia” são indicadas questões sobre a prática da Arqueologia em Obras de Engenharia propriamente dita. Estão apresentadas também as motivações para a existência de tal atividade e a evolução das leis e normas que regem a proteção do patrimônio arqueológico no país, encontrando-se tais demandas diretamente ligadas à existência de uma antropofagia histórica majoritariamente predatória.

O capítulo dois, intitulado “Indaiatuba, cidade maravilhosa” (principal *slogan* do município) versa sobre a história local. A cidade, apesar de toda a sua “modernidade” e propaganda, tem uma “autofama” de “não ter História” — endossada por parte dos memorialistas. Essa impressão é dada por conta de seu desenvolvimento próprio, o qual foge dos padrões de haver um pai fundador e outras narrativas fundacionais do gênero, o que por si só já demonstra a existência de Histórias e silenciamentos que possam ser desvelados. No

entanto, houve uma tentativa de se reunir fragmentos desta potencial história. Calçada nas obras de memorialistas, a história da cidade foi sendo reconstituída gradualmente, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Entre captação de documentos, depoimentos, escritas de livros e até a constituição de uma instituição própria para cuidar da memória indaiatubana, esses cronistas realizaram um trabalho de fôlego!

Porém, conforme já mencionado, a despeito dos esforços empreendidos e das obras de suma importância geradas, tais trabalhos tratam-se de crônicas. De forma que pertencem a outro gênero de narrativa — o qual deve ser respeitado e pode ser utilizado como fonte, mas que não se enquadra propriamente de escrita Acadêmica, principalmente por questões teórico-metodológicas que geralmente não são consideradas por esses sujeitos históricos. Ao longo dos anos, historiadores passaram a se debruçar cada vez mais sobre os materiais escritos da cidade, tecendo críticas às obras existentes e formulando novos questionamentos. E é sobre esse percurso que versa o subcapítulo “De memórias à História: a construção de uma ‘indaiatubanidade’”. Já o segundo subcapítulo “Uma cidade ‘maravilhosamente antropofágica’: questões patrimoniais” traz as problemáticas das alterações do território ao longo dos anos, a partir de um viés histórico-sociológico, problematizando esse “desenvolvimento” da cidade e originando novas perguntas sobre a antropofagia histórica. De forma que destacaram-se não apenas as memórias locais, mas também os silenciamentos, debate esse que se inicia no primeiro capítulo e perpassa o trabalho todo.

O capítulo três (“Processos de pesquisas arqueológicas: o exemplo de Indaiatuba”) se dedica à análise dos Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia ocorridos em Indaiatuba como fontes históricas. No primeiro subcapítulo (“A Documentação SEI!-IPHAN: os processos arqueológicos e seus possíveis usos na História”) é explicado sobre a plataforma SEI!-IPHAN e a documentação encontrada virtualmente, bem como as possibilidades de sua utilização como fonte. Já em “Estudo de caso: Indaiatuba”, partiu-se para a análise propriamente dita dos Processos e suas documentações selecionadas, tendo como base as informações contidas na ficha de coleta de dados já mencionada (em anexo). A partir daí foram feitos vários estudos dos documentos, isoladamente e em comparação, onde aspectos da prática arqueológica em questão foram desnudados, para que, no subcapítulo intitulado “Resultados e possibilidades: Trabalho arqueológico, território e a documentação escrita”, esses pontos fossem analisados a partir do viés histórico-social, tendo como base discussões bibliográficas clássicas e contemporâneas sobre o tema, bem como os aspectos sobre Indaiatuba apresentados no capítulo anterior.

O quarto capítulo, intitulado “Antropofagia e Mediação Patrimonial: Teorias, Práticas e Propostas”, trata sobre a prática da chamada “Educação Patrimonial”. Ainda sob as circunstâncias da análise dos Processos de Arqueologia, foi realizado um estudo mais minucioso acerca da prática em si. No primeiro subcapítulo (“‘Educação Patrimonial’ *versus* ‘Mediação Patrimonial’: debates teóricos”) buscou-se analisar a chamada “Educação Patrimonial” no Brasil, tendo como base a etimologia, leis, portarias, normas e cartilhas do IPHAN, bem como debates clássicos e recentes sobre o tema. Com a premissa desses estudos, opusemos, então, o já consagrado termo “Educação Patrimonial” a um ideal de prática, o qual aqui chamou-se de “Mediação Patrimonial”. Para isso foram realizadas análises de textos também de áreas da Comunicação, Pedagogia e Ciência da Informação. No segundo subcapítulo, cujo título é “A Educação Patrimonial na documentação SEI-IPHAN: o exemplo de Indaiatuba”, foram analisados os dados captados especificamente sobre o tema nos Processos supracitados. Já no terceiro item (denominado “Arqueologia, Educação Patrimonial e Mediação: resultados e perspectivas”) apresentou-se a conclusão a respeito da prática, delineando, assim, sobre como a práxis ocorre contemporaneamente, tendo como foco uma cidade onde há pouca tradição arqueológica. Novamente, essas práticas foram confrontadas com o ideal da Mediação Patrimonial, sendo apresentados os lados positivos e negativos dos trabalhos, buscando aproximá-los.

Desde o princípio de nossos estudos tinha-se em mente de que a tese seria um trabalho propositivo: ou seja, que a pesquisa produzisse um material que poderá ser utilizado também de forma prática, e não apenas teórica. Entretanto, tanto no Projeto quanto no texto para o Exame de Qualificação, tinha-se o propósito de se realizar um material paradidático que tivesse como público-alvo o Ensino Fundamental. Nossos estudos sobre o tema, porém, nos levaram a outro caminho. Por meio das pesquisas realizadas (e graças às análises das discussões mais recentes, as quais se opõem a esse conceito de material verticalizado), mostrou-se mais necessária a confecção de um texto que dialogasse sobre a prática da chamada “Educação Patrimonial” em si. E em vez de criar uma cartilha voltada para esse público específico, dedicou-se a desenvolver um protótipo de Material Metodológico voltado sobretudo para os profissionais da área. A maioria dos materiais do gênero guarnecidos pelo IPHAN não trazem maior suporte para o tema da Arqueologia em específico, trabalhando muito mais com aspectos outros do Patrimônio. Outrossim, foram constatadas diversas problemáticas (além, claro, de pontos positivos) nos Processos ao longo das análises aqui realizadas. Esses aspectos subsidiaram a necessidade de se realizar um material que trouxesse algum apoio para os responsáveis pela Mediação Patrimonial na Arqueologia.

O material, intitulado “Mediação Patrimonial: Protótipo de Material Metodológico para práticas arqueológicas”, encontra-se dividido em tópicos onde é analisada a prática da “Educação Patrimonial”, bem como traz definições teóricas sobre Mediação Patrimonial, Ação Patrimonial e a função do Mediador. Ainda é proposta uma metodologia de trabalho (a qual está faseada em “Pré-Ação”, “Ação” e “Pós-Ação”), bem como traz um rol de possíveis ideias para Ações Patrimoniais e para a confecção de materiais de apoio a serem utilizados durante a Mediação. Deve-se atentar que o presente material não pretende se encerrar em si. Espera-se que ele seja problematizado, para poder ser assim melhor aproveitado em conjunto com a sociedade (havendo inclusive a possibilidade de alterações já em um possível estágio de Pós-Doutorado).

Há alegações de pesquisadores sobre como determinadas teorias ou certas atividades patrimoniais estão superadas. A questão é: para quem? Para responder a esse questionamento, pode-se partir de dois pressupostos: o estrutural e o geracional. O primeiro diz respeito à situação precária de instituições de ensino e memória espalhadas pelo Brasil, as quais muitas vezes mal suprem os problemas materiais, como falta de corpo de funcionários ou até mesmo itens básicos para o funcionamento da instituição; que dirá se atentar a questões teóricas! Já o segundo ponto diz respeito mais às atividades patrimoniais: uma atividade lúdica, como uma simulação de escavação, por exemplo, sempre será novidade pelo fato de perpetuamente haver gerações que ainda não experienciaram determinada atividade. E essa questão independe da faixa etária. Ou seja, muitos pesquisadores desconsideram o foco principal do trabalho patrimonial, o qual é a sociedade, considerando apenas os debates acadêmicos (os quais, infelizmente, na maioria das vezes sequer chegam à maior parte das comunidades). Evidentemente, retomar debates e atividades não significa que os estudos acadêmicos não devam avançar por outros rumos, ou problematizar e ressignificar questões, reciclar atividades ou substituí-las, quando possível ou necessário, bem como trazer essas novidades ao público. Mas deve-se considerar sempre, em primeiro lugar, a sociedade à qual se dirigem os estudos e atividades, moldando os diálogos e retomando, sempre que necessário, questões que ainda não foram trabalhadas com o público-alvo da vez.

Dessa feita, a partir do presente estudo, será possível dizer que, a despeito da antropofagia histórica, Indaiatuba tem muita História para contar! E que essa História deve ser constantemente debatida e ressignificada. Suas fontes também advêm da prática Arqueológica, tanto da cultura material quanto da sua documentação escrita. Nesse sentido, é imprescindível ressaltar ao leitor a importância do presente estudo no sentido de lembrar que existem memórias e, portanto, vidas históricas, arqueológicas e museológicas fora do eixo Rio-São

Paulo-Estados Unidos-Europa (dentre outros locais com maior tradição acadêmica), onde muitas vezes conhecimentos considerados básicos por alguns pensadores ainda não chegaram — ou são encarados como algo elitizado. Muitas instituições brasileiras sequer possuem um inventário atualizado, ou documentações básicas para o funcionamento, faltando até mesmo profissionais qualificados das áreas abrangidas. Novamente: que dirá a exigência de um acompanhamento acadêmico de discussões atuais sobre patrimônio! Algumas dessas questões, inclusive, afetam grandes instituições, como, por exemplo, no caso do Museu Nacional (dentre outros), cujas instalações sequer possuíam o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e ainda apresentam outras problemáticas graves. É preciso buscar trazer novos debates e questões sempre, mas também é importante retomar certas discussões quando necessário, e que essas sejam feitas de forma amplamente acessível, para que a preservação da memória seja garantida e se mantenha viva em todos os lugares.

CAPÍTULO 1 — USOS E ABUSOS DA ARQUEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Iniciando o trabalho com a parte teórica sobre Arqueologia, este capítulo traz questões pertinentes aos usos da Cultura Material como fonte histórica. Principalmente no que diz respeito a sua utilização como forma de legitimação do poder, em contraponto à função social que lhe cabe — incluso a de dar vozes a determinadas camadas subalternizadas. Para tal foi feita uma introdução à Arqueologia como Ciência e seus usos ao longo da História (focando na Arqueologia Brasileira). Há também uma discussão bibliográfica a respeito da interpretação Arqueológica como discurso e representação, bem como um balanço acerca da forma que a Ciência vem sendo usada na democratização da História nacional. Foram tratadas também questões existentes em torno da Arqueologia em Obras de Engenharia e Arqueologia Pública em específico.

1.1 A Arqueologia e seu uso na estratigrafia histórica

A imagem popular da arqueologia é a de uma disciplina esotérica que não tem qualquer relevância no tocante às necessidades e interesses do presente. (TRIGGER, 2004, p. 13).

Na década de 1980 o canadense Bruce Graham Trigger (1937–2006), considerado um dos pais dos estudos arqueológicos contemporâneos, em sua obra *História do Pensamento Arqueológico*, destacou uma passagem no mínimo curiosa do pesquisador estadunidense Ernest Albert Hooton (1887–1954). Dizia ele no final da década de 1930 que os arqueólogos eram encarados como “playboys senis da ciência, de pés fincados em monturos de antiquesia” (HOOTON, 1938, p. 218 apud TRIGGER, 2004, p. 13). Infelizmente, quase 100 anos depois, tal fala parece fazer mais sentido que nunca para o contexto político recente — sobretudo brasileiro. Mesmo sendo desprezada como Ciência pelo antigo governo federal de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), a Arqueologia segue fascinando gerações, graças principalmente às produções cinematográficas realizadas durante a segunda metade do século XX, e aos filmes documentários produzidos sobretudo por canais de TV paga e *streaming*. Irmã dos Gabinetes de Curiosidades e filha dos Estados Nacionais e do Imperialismo, a Arqueologia nasceu como uma ciência essencialmente militar, masculina e aventureira (FUNARI, 2014, p. 19; FUNARI, 2006, p. 70). Claro que seu glamour, majoritariamente, se resume às telonas e às telinhas, sendo reconhecida como uma ciência por vezes distante da sociedade (e muitas vezes sendo confundida com a Paleontologia). No entanto, ela segue com um ponto que converge com o

imaginário fetichista criado pela grande mídia: a capacidade de “desvendar os mistérios do passado” (ou, sendo menos romântico, de analisar aspectos e criar debates sociais em torno daquilo que não é evidenciado pela documentação escrita — ou apenas por ela).

Assim, neste primeiro momento, o foco será na História do surgimento da Arqueologia e sua ascensão como Ciência Humana. Como a presente tese não se trata de um trabalho propriamente na área da Arqueologia, há o destaque de alguns autores-chave na realização de tais estudos, sobretudo Bruce Trigger, Pedro Paulo Funari e Gláydson José da Silva. Os pesquisadores expostos mencionam em suas obras os caminhos perpassados pela Arqueologia ao longo dos anos, principalmente Trigger, cuja obra é um clássico para os estudos atuais da área, justificando o seu uso expressivo neste trabalho.

A base dos estudos da Arqueologia é a cultura material dos povos. Segundo o art. 1º da “Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico”, composta em Lausanne no ano de 1990 pelo ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites* — Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), em conjunto com o ICAHM (*International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management* — Comitê Científico Internacional sobre Gestão do Patrimônio Arqueológico) é dito que:

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto. [...] O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (ICOMOS, 1990).

Ou seja, é considerado objeto de estudo da Arqueologia tudo aquilo que foi produzido e/ou modificado pelo ser humano, que é assim definido por sua habilidade de alterar a natureza. Esse rol inclui não apenas objetos, mas a paisagem, a natureza de forma geral e tudo aquilo tido como sensorial que incorra em desdobramentos biológicos, psíquicos e sociais (MENESES, 2015, p. 21, 22; PESEZ, 1990, p. 184). Por fim, são analisados também o próprio ser humano e as suas relações com os objetos, de onde surgirão as respostas acerca de questões culturais, econômicas e sociais (PESEZ, 1990, p. 180, 181). Claro que em sua análise os arqueólogos podem e devem lançar mão do uso de documentos escritos. Porém, para o estudo de parte das populações antigas, e sobretudo Pré-Coloniais, a utilização de documentação escrita nem sempre é possível simplesmente pelo fato de algumas comunidades terem sido ágrafas. O

mesmo acontece com grupos contemporâneos que não detêm ou não lhes convém a habilidade da escrita. Nesses casos, cabe ao pesquisador buscar por outros tipos de comunicação existentes dentro dessas comunidades. Além disso, a demonstração de cultura se faz presente em outras manifestações materiais, como nas estruturas e em objetos, bem como a interpretação social dessas documentações também devem ser consideradas. Assim, ao contrário do que afirma Jean-Marie Pesez, a Arqueologia é muito mais do que a revelação de “aspectos materiais da vida” (PESEZ, 1990, p. 182), podendo auxiliar, sim, no preenchimento de lacunas sobre acontecimentos, e até levantar aspectos sobre as mentalidades, como será explanado no decorrer do texto. Essa afirmação se sustenta sobretudo em sociedades que apresentam mais de um tipo de registro acerca de si próprias.

Conforme dito acima, o estudo arqueológico é interdisciplinar, perpassando também por aspectos históricos, biológicos, químicos, físicos, sociológicos, culturais e até mesmo paisagísticos. Mais que simples objetos ou mudanças de paisagens, tratam-se de mediadores das atividades humanas e, portanto, indicadores das mais diversas relações sociais, econômicas e culturais (FUNARI, 2006, p. 33, 34, 44). De forma que, na maioria das vezes, o estudo tem como base os remanescentes de uma comunidade, e a partir desses são feitas análises empíricas que levam a interpretações. Tendo esses estudos em mãos, o pesquisador pode analisar os sistemas sociais, culturais e econômicos de uma sociedade (TRIGGER, 2004, p. 34–40). Assim, “A pesquisa é o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico” onde “[...] é a própria existência social dos bens que está condicionada pela pesquisa” (MENESES, 2007, p. 40). Ou seja, o patrimônio arqueológico só existe nesses termos após a realização da pesquisa de campo, que o evidencia e o classifica como cultura material. Os significados desses objetos em um contexto social, entretanto, se dão com a pesquisa de laboratório, de gabinete e extroversão dos resultados, denotando a importância de se fazer um trabalho completo no ramo arqueológico.

A despeito da fala de Hooton mencionada no início deste item, desde a formação dos Estados Nacionais, passando pelos meados do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, até chegar nos dias atuais, a Arqueologia teve (e tem) um papel importante como disciplina, sendo utilizada inclusive para a consagração de identidades. No ocidente o interesse dos europeus pelo passado considerado Clássico (Grécia e Roma) ampliou-se entre os séculos XIV, XV e XVI, o que deu origem ao movimento conhecido por Renascença. Não apenas houve destaques artísticos e literários, mas também arquitetônicos. E para essa retomada os estudiosos tiveram de realizar buscas históricas, sobretudo materiais, que pudessem ser utilizadas como fonte de inspiração acerca das civilizações consideradas clássicas para as criações do período. O mercador italiano Ciríaco de Ancona (1391–1452) é considerado o precursor do que seria

posteriormente chamado de Arqueologia, justamente pelas coletas de dados que realizou acerca de monumentos antigos em suas viagens, além de ter colecionado objetos diversos de interesse histórico. Pouco a pouco, a prática pela busca de tais artefatos antigos se espalhou pela Europa. No entanto, ainda não havia uma metodologia ou consideração pelo contexto, tratando-se meramente de buscas que, no geral, miravam sobretudo o belo, o valioso e o raro (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 24) (quando muito, o diverso), calcando suas pesquisas principalmente na Antiguidade Clássica. Foram surgindo, assim, ciências como a História da Arte, a Egptologia, a Assiriologia, que por sua vez eram mais sistemáticas (TRIGGER, 2004, p. 52–57) e denotavam outras questões políticas (a serem trabalhadas na sequência), para além da busca de uma ascendência gloriosa.

Contemporaneamente ao advento da Arqueologia, surgiram os “Gabinetes de Curiosidades”. Precursores dos Museus modernos (e conhecidos também como “Câmaras de Maravilhas”), eram locais que abrigavam coleções de objetos exóticos aos olhos do povo euro-ocidental viventes nos séculos XVI e XVII. Tais artefatos considerados raros e valiosos eram, em sua maioria, provenientes de regiões alhures à Europa, de modo que essa prática só foi possível graças ao advento das Grandes Navegações. Os Gabinetes de Curiosidades existiram por todo o continente europeu durante o período supracitado e tinham como objetivo maravilhar, espantar ou ao menos suscitar a curiosidade nas pessoas por meio de mostras. Para tal eram utilizados os mais variados objetos produzidos pelo homem, bem como havia exposição de plantas e animais tidos como exóticos para aquele contexto. Esse exotismo enxergado na cultura material e biomas de povos não euro-ocidentais pode ser resumido em um pequeno trecho que Foucault escreveu após apresentar uma listagem cômica de animais contida em uma “certa enciclopédia chinesa”, parte de um conto de Jorge Luis Borges (1899–1986): “No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso” (FOUCAULT, 1999, p. IX).

Não se sabe dizer ao certo qual foi o primeiro Gabinete a surgir. Porém, é possível elencar alguns dos mais importantes, como o Gabinete dos Médici, situado em Florença, a Câmara de Curiosidades do duque Alberto V da Baviera (1528–1579), as coleções do rei Frederico III da Dinamarca (1648–1670) e o gabinete do médico Pierre Borel de Castres (1620–1671). Apesar de não haver uma metodologia museológica propriamente dita, os materiais presentes nos Gabinetes em sua maioria eram objetos de estudos, sendo organizados por setores (RAFFAINI, 1993). Foi apenas com Ole Worm (1588–1654) que os Gabinetes de Curiosidades deram um passo importante em direção ao que se conhece como museus modernos, com a

criação de um catálogo que descrevia de maneira detalhada a sua coleção, sendo apresentada uma sistematização do acervo. Impresso um ano após sua morte, o intitulado *Museum Wormianum, Seu, Historia Rerum Rariorum: Tam Naturalium, Quam Artificialium, Tam Domesticarum, Quam Exoticarum, Quae Hafniae Danorum in Aedibus Authoris Servantur*² se tratava de um suporte de informações, o qual “Através dele, sua coleção de objetos tornava-se acessível até mesmo a longa distância, e os objetos deixavam de ser meros itens materiais recolhidos no mundo, para se tornarem *espécimes*, quer dizer, representantes” (BITTENCOURT, 1996, p. 8) — ou “*musealia*”, utilizando um termo mais técnico. Ou seja, os objetos deixavam de ter suas designações de usos originais, adquirindo um novo significado museal de representação de algo, podendo agora esse conhecimento ser difundido por meio do catálogo supracitado.

Conforme já mencionado, os Gabinetes de Curiosidades se dedicavam a colecionar sobretudo artefatos de outras sociedades, principalmente advindas de locais distantes, como o “Novo Mundo”, África, Índia e demais povos orientais, sem, no entanto, necessariamente se ater aos estudos do passado. Ao passo que a Arqueologia, de início, se dedicava pela busca dos objetos materiais ancestrais, sobretudo das sociedades consideradas Clássicas (Grécia e Roma, principalmente), encontrando suas raízes nos primórdios do colecionismo, que era então conhecido como antiquarismo (GASPAR, 2003, p. 269). De qualquer forma, os Gabinetes de Curiosidades também denotavam questões culturais, identitárias e imperialistas. No entanto, o ato do colecionismo de objetos considerados fantásticos operava muito mais em uma esfera de dominação sobre o outro do que de culto ao passado, fossem essas sociedades consideradas tecnologicamente avançadas — conforme o padrão euro-ocidental da época — ou não. Os objetos do passado também eram catalogados e/ou colecionados pelos chamados antiquários (que por vezes eram também donos de Gabinetes de Curiosidades), os quais “[...] recorriam a registros escritos e a tradições orais a fim de estabelecer o contexto histórico de seus achados, tal como faziam os arqueólogos clássicos” — a exceção, claro, eram objetos Pré-Históricos (TRIGGER, 2004, p. 91). Com o passar do tempo os Gabinetes de Curiosidades tornaram-se museus e começaram a surgir instituições de caráter público. Apesar de pressuporem um acesso universal, essas entidades desde o princípio (ainda como Gabinetes de Curiosidades, inclusive) sempre foram mais frequentadas pelas elites, manifestando o caráter político próprio das mostras: além da ode a passados gloriosos e ufanismos, as exposições de antiguidades, quando

² Tradução Livre: “O Museu de Worm, ou, História das Coisas Raras: Naturais e Artificiais, Domésticas e Exóticas, que são preservados nas Casas do Autor Dinamarquês”.

apresentavam peças de outras culturas, geralmente denotavam questões imperialistas e de dominação sobre o outro.

Vale lembrar que tais dados se referem à cultura euro-ocidental. Na China, por exemplo, as origens do antiquarismo e do colecionismo remetem há séculos anteriores, ao passo que no Japão o avanço de tais estudos se deu em período próximo ao europeu. Em ambos os casos orientais as metodologias de trabalho iniciais foram criadas dentro dos respectivos contextos locais. Na Índia e no Oriente Médio não houve a construção de uma ciência própria que trabalhasse com a cultura material (TRIGGER, 2004, p. 58–60), estando ambas as regiões submetidas — também arqueologicamente falando — ao colonialismo e imperialismo (bem como outras regiões territorialmente menores)³. Tais paralelos entre ocidente e oriente (sobretudo China e Japão) acerca da elaboração de estudos materiais, de acordo com Bruce Trigger, se fazem importantes pois:

[...] sugerem que, onde tradições de historiografia se acham bem estabelecidas, há boas chances de os estudos de textos escritos virem a ser suplementados por pesquisas sistemáticas de paleografia e de história da arte. O maior e mais sistemático desenvolvimento desses estudos na Europa, embora aí eles tenham começado mais tarde que na China, pode, pelo menos em parte, ser atribuído à importância que o pensamento medieval deu aos esquemas da história humana como base para a compreensão da condição humana. A redescoberta da Antigüidade clássica foi vista como fonte de informação sobre o passado glorioso da Itália, que recebera pouca atenção nos relatos bíblicos tradicionais, ao passo que o estudo do Egito e da Mesopotâmia, no século XIX, foi, em grande medida, motivado pelo desejo de se saber mais a respeito de civilizações que tiveram presença destacada no Velho Testamento da Bíblia. Uma percepção da descontinuidade e da diversidade das origens da civilização européia estimulou a pesquisa, que se fundava cada vez mais na arqueologia como fonte de documentos e de artefatos. Esta situação, que contrasta com a maior continuidade das histórias da China e do Japão, pode ter ajudado a estimular o desenvolvimento da arqueologia como uma fonte valiosa de informação a respeito das civilizações letradas da Antigüidade. (TRIGGER, 2004, p. 61, 62. grifo nosso).

De fato, os estudos da cultura material parecem ter se desenvolvido sobretudo em sociedades onde já havia uma preocupação com uma sistematização dos estudos do passado (fossem eles considerados mitológicos ou não e cada um inserido em sua própria realidade e, portanto, metodologia), sendo um impulso que ampliava os horizontes para a busca de ascendências gloriosas. No entanto, no presente trabalho acredita-se que tais ímpetos (sobretudo nas comunidades euro-ocidentais) não se deram apenas por uma inocente motivação de busca

³ Isso não significa de forma alguma que não haja metodologias locais próprias de preservação e extroversão de memórias, sendo que neste caso se refere estritamente ao envolvimento de estudos com caráter mais técnico e sistemático e, portanto, mais próximo do que é definido como “ciência acadêmica” para o pensamento euro-ocidental.

pela história, mas sim por questões políticas de dominação, como supracitado. A necessidade do estabelecimento de uma identidade histórica e nacional era imprescindível na criação dos Estados-Nação da Europa, “[...] que buscava resgatar/criar valores para explicar e justificar as nações que surgiam ou se consolidavam” (FUNARI, 2006, p. 24). Para além da busca do próprio passado, a exploração da cultura material de outras sociedades não apenas incentivava um comércio de objetos considerados exóticos, como também denotava aspectos de dominação e até mesmo de imposição cultural, típicas do colonialismo e, posteriormente, do imperialismo. Com a invasão do Egito por parte de Napoleão Bonaparte e suas tropas no final do século XVIII e começo do século XIX, por exemplo, bem como o saque de obras e objetos rituais em locais considerados sagrados, ampliou-se não apenas o conhecimento acerca de novas culturas e a sistematização de disciplinas, mas também o aspecto imperialista que tais expedições invasivas e colonialistas carregavam (inclusive em sociedades pretéritas complexas europeias, como a tomada de objetos e templos antigos da Grécia, até hoje presentes em museus sobretudo ingleses e franceses).

A Arqueologia foi igualmente utilizada como ferramenta para o fortalecimento dos Estados-Nação, corroborando para práticas nacionalistas que na maioria das vezes utilizavam a ciência para justificar o racismo e outras maneiras de preconceito ⁴. Inclusive no que diz respeito a descobertas realizadas na África subsaariana, a qual possuía grupos dos mais variados graus de complexidade, de caçadores até grandes reinos. A despeito disso, “[...], era consenso entre a maioria dos europeus que as realizações tecnológicas, culturais e políticas do povo africano eram menos significativas do que pareciam” (TRIGGER, 2004, p. 162). Os euro-ocidentais alegavam que as sociedades complexas que existiam na África subsaariana só obtiveram avanços pois esses haviam sido introduzidos graças a civilizações localizadas mais ao norte — como o Egito, Oriente Médio ou povos do Mediterrâneo — as quais teriam colonizado esses outros grupos. Estudiosos defenderam inclusive que povos Pré-Coloniais ⁵ de etnias não africanas teriam habitado regiões da África, o que era considerada para os euro-ocidentais da

⁴ “As conquistas napoleônicas estimularam uma reação nacionalista, encorajada pelos regimes conservadores cujo poder fora restaurado na França, na Alemanha e na Itália, depois da derrota de Napoleão. O racionalismo da Ilustração deu lugar ao novo conservadorismo que favorecia a idealização romântica de diferenças étnicas e culturais. Isso estimulava intelectuais a ver supostas características nacionais como se elas estivessem enraizadas em disparidades biológicas dos grupos humanos.” (TRIGGER, 2004, p. 139, 185).

⁵ Por conter diversas problemáticas históricas e conceituais eurocêntricas, o termo “Pré-História” aparecerá nesse texto apenas para designar períodos arcaicos referentes ao passado europeu, e em forma de citação, seja ela literal, indireta ou quando se referir ao nome de alguma instituição. Vale lembrar que o termo ainda é recorrente em alguns estudos arqueológicos que tratam do passado Pré-Colonial brasileiro (tendo sido encontrado inclusive em alguns dos Processos analisados neste trabalho), ao passo que na História essa discussão há muito já foi superada pela Escola dos Annales (REIS, 2000, p. 24), tratando-se possivelmente de um preconceito científico — inocente ou não — que por vezes ainda persiste.

época como uma justificativa plausível à existência de ruínas referentes a sociedades complexas nessas locais (TRIGGER, 2004, p. 166).

De maneira semelhante ocorreu com as culturas das tribos maoris e aborígenes (Nova Zelândia e Austrália, respectivamente), que também foram a princípio classificadas como estáticas pelos arqueólogos. E, quando houve alterações, teria sido graças a fatores externos (como invasões, por exemplo). Tal pensamento era recorrente por conta da mentalidade racista colonizadora, predominante nas ciências, principalmente até a década de 1960 (TRIGGER, 2004, p. 162, 163, 164, 166, 170, 171, 175, 177, 181). Semelhantes malabarismos teóricos eram utilizados para justificar o porquê do surgimento e prosperidade de comunidades (sobretudo complexas) não euro-ocidentais, e, sendo extremamente racistas, colaboravam com os estudos eugenistas, tão em voga principalmente no início do século XX. Nesse sentido, a pilhagem e as exposições de objetos advindos de culturas consideradas “exóticas” serviam para atestar, por meio da herança material de antigas civilizações, a suposta superioridade de nações recém-criadas, semelhante ao que acontecia nos Gabinetes de Curiosidades.

As pesquisas eugenistas se perpetuaram no final do século XIX e princípio do século XX, principalmente durante o período entreguerras e na Segunda Guerra Mundial. Juntamente com outras ciências, a Arqueologia foi utilizada por governos autoritários como forma de justificar uma superioridade racial, principalmente ao valer-se da cultura material para enaltecer um suposto passado glorioso ariano. Muitos países utilizaram a disciplina como um dos porta-estandartes de discursos nacionalistas, sendo encarada como uma ciência que tinha por objetivo “revelar as ‘origens nacionais’” (SILVA, 2007, p. 53) e ser assim responsável por realizar pesquisas locais em busca de seus antepassados, normalmente cristalizados em monumentos, personalidades ou eventos gloriosos. Talvez o trabalho que mais se destaca, *nesse sentido*, tenha sido realizado pelo governo alemão durante o Terceiro Reich, que utilizou a Arqueologia para justificar uma suposta superioridade racial dos arianos (TRIGGER, 2004, p. 140–145). O nome de Gustaf Kossinna (1858–1931) foi um destaque entre os teóricos utilizados por Hitler em seu governo. Com discursos nacionalistas, o professor de Arqueologia da Universidade de Berlim dedicou seus estudos à Pré-História germânica, descrevendo-a de forma que o passado local fosse fantasiosamente glorioso, “[...] vista como a pré-história de uma raça senhorial biologicamente pura” (TRIGGER, 2004, p. 203). Seus trabalhos foram adotados postumamente pelo governo nazista como material didático sobre a Pré-História alemã.

Em que pesem as implicações da abordagem problemática e a vasta dimensão que esses trabalhos tiveram, vale lembrar que as questões raciais propostas por Kossinna não eram exceções, mas sim a regra nos estudos arqueológicos do final do século XIX e início do século

XX, sendo tais ideias replicadas pela maioria dos pesquisadores durante o período. Destarte dos princípios racistas e preconceituosos, seus trabalhos apresentaram inovações metodológicas científicas, como a análise da cultura material germânica a partir de um viés histórico, deixando de lado o enfoque evolucionista tão em voga na época ⁶. Além de se utilizar da Arqueologia na tentativa de atestar a superioridade ariana, naturalizando o racismo por meio de práticas científicas, o governo alemão, assim como ocorreu na Itália de Mussolini, também se debruçou sobre estudos acerca da Roma Antiga, a fim de simbolizar um suposto passado célebre desse país, sobretudo por meio da arte e da arquitetura neoclássica (SILVA, 2007, p. 40, 40, 45, 47, 48, 49, 52, 54, 55; FUNARI, 2006, p. 70). As questões propostas por Kossinna influenciaram *tecnicamente* falando importantes trabalhos posteriores, como do inglês Vere Gordon Childe (1892–1957) — responsável por também abordar questões raciais de maneira problemática, diga-se de passagem (TRIGGER, 2004, p. 203, 204, 205, 206, 207, 214, 215) — dando origem ao modelo Histórico-Culturalista na Ciência Arqueológica, o qual “[...] parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração. Desta forma, seria possível tentar determinar os antepassados dos germanos ou dos guaranis” (FUNARI, 2010, p. 1). Esse modelo teórico é até hoje utilizado por pesquisadores da área (FUNARI, 2010, p. 54).

Outro exemplo de usos do passado contemporâneo ao nazismo é a França sob o Regime de Vichy. Apesar de ambos os regimes estarem atrelados, existiram diferenças em seus discursos. Enquanto na Alemanha buscava-se a justificativa histórica de um modelo de raça suprema, na França de Vichy, dentre outras questões, tentava-se justificar uma motivação positiva acerca do domínio nazista sobre o país, exaltando sobretudo a imagem de Vercingetórix (80 a.E.C.-46 E.C. ⁷). Sendo a principal inspiração para a personagem Astérix (de Albert Uderzo e René Goscinny), o guerreiro foi responsável por liderar uma revolta dos gauleses contra os romanos, e acabou por ser rendido. De forma semelhante aos demais regimes totalitários da época, na França os pesquisadores também se debruçaram sobre a Antiguidade Clássica para recompor um passado nacionalista. Textos de tradição clássica e vestígios arqueológicos sobretudo do passado gaulês e germânico foram evocados para a criação de um passado revisionista, no qual o fato da França ter sido dominada não era mais encarado como algo negativo, mas sim como um sinônimo de progresso. Esses estudos de reconstrução e

⁶ Obviamente que o avanço tecnológico na ciência, seja ele qual for, não justifica de forma alguma as atrocidades e os crimes contra a humanidade cometidos pelos pesquisadores que trabalhavam para os governos nazistas e fascistas.

⁷ Siglas de “Antes da Era Comum” e “Depois da Era Comum”, respectivamente. Os termos podem ser considerados como versões laicas de “Antes de Cristo” e “Depois de Cristo”.

reinterpretação da História francesa estiveram centrados principalmente na figura de Jérôme Carcopino (1881–1970), que desempenhou um trabalho semelhante ao desenvolvido por Kossinna na Alemanha nazista. Nesses regimes, de maneira geral, havia o apoio de intelectuais que corroboravam para a deturpação histórica e que foram cúmplices dos horrores promovidos, muitas vezes em troca de posições importantes dentro dos governos (SILVA, 2007, p. 49, 91, 117, 121, 128–157).

Contemporaneamente, também é possível citar a União Soviética, que foi responsável por diversos avanços científicos, inclusive no âmbito do campo arqueológico. Assim como as demais sociedades nacionalistas, lá os pesquisadores buscavam por um passado o qual desse força ao discurso local. Tinham como base teórica a filosofia marxista e, para realizarem suas pesquisas, recebiam financiamento do Partido Comunista. Bruce Trigger alega que, inicialmente, as pesquisas arqueológicas da ex-URSS também foram compostas por excessos típicos de governos totalitários. No caso, o maior problema inicial “[...] era o entendimento superficial e politicamente forçado do marxismo, acompanhado de um entusiasmo desmedido pela interpretação dos dados arqueológicos em termos de comportamento humano, muitas vezes sem os estudos formais necessários” (TRIGGER, 2004, p. 277, 278). No mesmo parágrafo o autor alega que, com o tempo, tais deficiências foram sendo sanadas e as pesquisas locais se desenvolveram, rejeitando o racismo e contrariando as demais teorias europeias então em voga (TRIGGER, 2004, p. 254, 255, 284, 287; FUNARI, 2006, p. 103). Não por acaso, no mesmo período, sob o regime de Getúlio Vargas, o Brasil também começava a se preocupar com seu passado ufanista e os patrimônios nacionais, sobretudo com o nascimento do SPHAN em 1937 e, conseqüentemente, com a perpetuação do mito bandeirista e dos Museus Históricos Nacionais.

Voltando à construção da Arqueologia como disciplina, após a fase sórdida vivida pela ciência durante o período da Segunda Guerra Mundial, os pensamentos, as teorias e metodologias de trabalho sofreram algumas mudanças. Em 1956 foi lançada a Recomendação de Nova Delhi. Trata-se de um documento composto pela UNESCO e gerado na 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que versa sobre a importância da Arqueologia em âmbito global, além de dar recomendações sobre a prática arqueológica, como metodologias de pesquisa, a questão da integração da sociedade com o trabalho e legislações que os países deveriam promulgar para um melhor aproveitamento da cultura material (UNESCO, 1956). Nesse ínterim, a Arqueologia voltou a se reinventar e na década de 1960, arqueólogos estadunidenses influenciados pela Antropologia fundaram a chamada *New Archaeology* (Nova Arqueologia), conhecida também como Arqueologia

Processual. Esse novo modelo teórico nascido no bojo da Guerra Fria propunha uma clara oposição à projeção da teoria histórico-cultural:

A História estaria em busca dos eventos e das culturas singulares, enquanto a Antropologia americana ressaltava que haveria regularidades no comportamento humano. Buscavam-se, pois, leis transculturais de comportamento. Partia-se do pressuposto que os homens maximizam os resultados e minimizam os custos, em qualquer época e lugar. Assim, estudar o assentamento humano há dez mil anos na Mesopotâmia ou na China deveria partir dos mesmos pressupostos e pouco importavam as características históricas específicas. A Arqueologia processual refletia bem uma visão capitalista do passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais. (FUNARI, 2010, p. 2).

A Nova Arqueologia tinha como principal objetivo, portanto, explicar os comportamentos e mudanças culturais e biológicas. Essa teoria considera também o ambiente onde as sociedades se desenvolviam e a interatividade (ou não) com outras comunidades, muito mais do que os aspectos históricos em si. Assim, mediante estudos interdisciplinares, tenta-se inferir padrões de organização social nos grupos estudados a partir da análise de sua cultura material, podendo o mesmo modelo de estudos ser aplicado para sociedades que se encontram longínquas tanto geograficamente quanto temporalmente, sendo, por vezes, considerada uma teoria muito mais biológica que humana (GASPAR, 2003, p. 276, 277).

De modo que o Processualismo demonstrava novamente o lado imperialista da Arqueologia, dessa vez por parte sobretudo dos estadunidenses, o que faz sentido para a época. Essa nova teoria também trouxe a carga de “ciência social” para a Arqueologia (MENESES, 2015, p. 22). Apesar de não ter feito tanta fama quanto a teoria antecessora, a Nova Arqueologia ainda tem adeptos na Academia e apresentou aspectos metodológicos consideráveis sobretudo por conta de seus esquemas interpretativos (TRIGGER, 2004, p. 361, 362, 367, 368, 369, 370; FUNARI, 2006, p. 14, 17, 18; FUNARI, 2010, p. 1; PROUS, 2019, p. 17). Além disso, essa abordagem demonstrou que nas pesquisas arqueológicas se faz importante de fato o estudo do ambiente em si, tanto dos biofatos e ecofatos (restos de comidas, fogueiras, tipos de solo, plantações e até mesmo a fauna e flora locais), como da paisagem propriamente dita (feições, estruturas e demais elementos existentes), os quais manifestam a dominação da natureza por parte do ser humano e, portanto, sua alteração (FUNARI, 2006, p. 14). Tais análises são tão importantes para a Arqueologia quanto os estudos documentais e etnográficos.

Na historiografia os primeiros passos nessa direção foram dados ainda na época em que a História era uma ciência nacionalista e positivista. Buscando referências nas Ciências Sociais, os intelectuais passaram a se indagar sobre o papel do ser humano e suas questões econômico-

sociais. Essa “Nova História” ficou conhecida como Escola dos Annales, por conta da organização do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social), a partir do qual se trouxe a ideia de história-problema. Essa nova proposta teórica propunha uma abordagem histórica considerando a contextualização do objeto, bem como explicitando a problemática existente em torno da subjetividade do próprio pesquisador. Passado e presente estão interligados, sobretudo por fatores sociais que não mudam simplesmente de um instante para o outro, e levando em consideração o fato de o presente também ser responsável por criar novas questões em torno das memórias. De forma que o tempo histórico passou a ser considerado como de “longa duração”⁸. O ser humano deixou de ser apenas um sujeito histórico, tornando-se também objeto de estudos (REIS, 2000, p. 15, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 28, 38, 73, 74, 76). Os intelectuais encontraram porto seguro em outras áreas, considerando principalmente (mas não somente) fatores econômicos e sociais, trazendo um aspecto interdisciplinar para a ciência (LE GOFF, 1990, p. 26, 30).

A chamada “crise da consciência histórica” teve lugar no início do século XX até a década de 1920, na qual houve uma reação às metodologias tradicionais por meio de “proposições de diversos projetos de renovação histórica” (REIS, 2000, p. 91). Essa nova prática esteve em plena elaboração ao longo dos 20 anos seguintes, formando três gerações de pensadores, mas estando principalmente sob os auspícios de Marc Bloch (1886–1944), Lucien Febvre (1858–1956) e Fernand Braudel (1902–1985) (REIS, 2000, p. 91). Ou seja, a oposição aos modelos euro-ocidentais, eugenistas e engessados se deu não apenas no campo de batalha, mas no intelectual e científico também. Influenciada pela Filosofia, a Ciência Histórica era estritamente factual e até mesmo exata: o papel do ser humano, seu contexto e o tempo histórico (tanto do objeto de estudo quanto do pesquisador) não eram questionados. Assim, os eventos eram interpretados como soltos no espaço contextual, e não como situações interligadas que levam ao presente (REIS, 2000).

Concomitante ao crescimento dos Annales, na Inglaterra, entre as décadas de 1960 e 1980, houve também a insurreição de outro movimento histórico. Com raízes marxistas, a História Social Inglesa se manifestou com forte engajamento político e social por parte de seus patriarcas. Nesse ínterim, novas vozes passaram a ser ouvidas e cotidianos do submundo foram problematizados e relatados. Edward Palmer Thompson (1924–1993) lançou luz sobre a classe operária inglesa, evidenciando não apenas seus problemas, mas também seu cotidiano, suas

⁸ Não cabe uma discussão sobre essa questão no presente trabalho pelo motivo dessa ser muito extensa. Para saber mais, ver: REIS, José Carlos. **Escola dos Annales — a Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000; LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

tradições, seus ideais, suas perturbações, seu contexto, de maneira geral, e como essas questões reverberam na atualidade ou no passado recente (THOMPSON, 1987, p. 13). Para tal, novamente, os pesquisadores se utilizavam das questões culturais e da multidisciplinaridade, a fim de moldarem seus novos estudos, inserindo o que era considerado micro em um contexto macro (FENELON, 1993, p. 75, 84, 89, 90). Assim, os desvalidos foram de novo evidenciados pela historiografia, o que trouxe novas perspectivas teóricas, tendo como base dessa vez principalmente o marxismo.

Essas novas pesquisas abriram o campo de estudos da História para agentes, dados e tópicos que ainda não haviam sido analisados. Antes estudava-se apenas aqueles que eram considerados os grandes fatos da história euro-ocidental, havendo, no entanto, somente o conhecimento enciclopédico desses, oferecido sobretudo por meio da documentação escrita. Com o advento dos *Annales* e da História Social Inglesa, os historiadores começaram a preencher lacunas históricas até então esquecidas (algumas propositalmente, inclusive). Para desenvolver tais pesquisas, começou-se uma operação de, parafraseando Walter Benjamin, escovar a documentação a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225), ampliando cada vez mais as possibilidades das pesquisas bem como as discussões e problematizações em torno delas. Desde a documentação clássica, passando pelas relações sociais (seja ela a economia, a cultura, e até mesmo a sexualidade), indo para o cinema, as oralidades, as danças e até mesmo as paisagens, enfim, qualquer elemento desenvolvido e/ou tocado pelo ser humano é então passível de ser historicizado. Assim foi possível descentralizar a História do eixo euro-ocidental, possibilitando a análise de sociedades outras, além dos grupos marginalizados encontrados na própria Europa, sempre partindo do presente em direção ao passado (LE GOFF, 1990, p. 28, 33, 34).

Gradualmente, graças a essa aproximação com as Ciências Sociais, novos agentes históricos foram sendo inseridos nas pesquisas, como os trabalhadores (das mais variadas categorias), os negros, as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, os presos, as crianças, os adolescentes e os idosos (categorias etárias ainda pouco exploradas e muitas vezes invisibilizadas como sujeitos históricos), os povos originários⁹ (a partir do ponto de vista deles próprios, e não mais apenas do colonizador), as pessoas com deficiência (PcD), os pobres,

⁹ Optou-se por utilizar o termo “povos originários” em algumas passagens, em vez de “povos indígenas”, pois nem todos os povos originários necessariamente se consideram indígenas (como os maoris, os aborígenes, os inuítes, povos africanos, dentre outros), sendo um termo mais bem aplicado em um contexto global. O termo “nativo” foi suprimido por significar todas as pessoas nativas de uma determinada região, e não necessariamente os descendentes dos povos originários. Não foi utilizado o termo “índio” pelo fato dele carregar uma série de estigmas e preconceitos. Assim, os termos suprimidos serão utilizados apenas em citações literais.

dentre outros grupos sociais que antes eram relegados ao esquecimento. Esses fatos, no entanto, não são analisados isoladamente, mas sim dentro de seus próprios contextos, tendo como ponto de partida explicitamente a visão do pesquisador, ou seja, a sua análise no tempo presente. Há então uma conexão entre as temporalidades, fazendo com que os acontecimentos não estejam mais presos a uma gaiola temporal, mas sim sejam fluidos, de forma que conceitos e teorias são refutados, reaproveitados ou até mesmo criados e recriados em um novo tempo e novo lugar (REIS, 2000, p. 86, 94, 113, 188, 178).

Ambas as teorias também romperam paradigmas na área da educação, aventando a possibilidade de se estudar história de maneira crítica e construtiva, e não apenas linear e factual (FENELON, 1993, p. 76, 77; REIS, 2000). Tal quadro se manteve em ascensão durante a década de 1980 até os dias atuais, passando pelo surgimento de outras teorias, como o Pós-Modernismo — movimento do qual Michel Foucault (1926–1984) foi uma das figuras mais proeminentes, ao estudar temas como a sexualidade, a loucura, as consequências do poder, a prisão e suas mais diversas variantes. Nesse ínterim, de se buscar por novas documentações e novos sujeitos históricos, mais que nunca, a História passou a considerar os espólios arqueológicos como documentação importante não mais apenas relacionada à História Antiga, mas de maneira geral. (LE GOFF, 1990, p. 28, 29; FENELON, 1993, p. 85; REIS, 2000, p. 77). March Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff e, principalmente, Fernand Braudel foram alguns dos primeiros historiadores a aventarem o uso da cultura material em suas pesquisas históricas, sendo o destaque para o último com sua tese intitulada *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (PESEZ, 1990, p. 183–186, 193, 209).

Com essas revoluções ocorrendo nos campos das Humanidades, novas teorias também foram sendo concebidas no ramo da Arqueologia. Criado na década de 1980, o Pós-Processualismo (ou Contextual) teve como expoentes sobretudo arqueólogos ingleses, como Peter Ucko (1938–2007), Ian Hodder (1948–), Michael Shanks (1959–), Christopher Tilley (1955–) (e até o próprio Bruce Trigger, em certo sentido), dentre outros. A teoria Pós-Processual é um movimento que vai ao encontro com o Pós-Modernismo. Indo contra as generalizações tão presentes até então na Arqueologia, a teoria considera mais importante o contexto social tanto das sociedades analisadas quanto dos trabalhos arqueológicos realizados, respeitando as subjetividades dos povos, demonstrando o aspecto de Ciência Humana existente na Arqueologia e a importância da cultura material como documento histórico, podendo ser aplicada inclusive para estudos do tempo presente (GASPAR, 2003, p. 277; TRIGGER, 2004, p. 428). Para tal, os trabalhos são feitos considerando a subjetividade das sociedades, o contato com elas (quando possível), bem como a interpretação, os interesses e, portanto, a prática

discursiva existente por detrás de uma produção arqueológica. Igualmente, observou-se novamente a importância da disciplina histórica no trabalho arqueológico, porém não ponderando apenas sobre o passado, mas também acerca do presente e as consequências que os discursos podem carregar, a partir da relação dos estudos históricos com a cultura material (FUNARI; TEGA, 2014, p. 18, 19; FUNARI, 2006, p. 50–54, 85, 86).

Nesse ínterim, foi em 1986 que tal teoria se concretizou, com o *World Archaeological Congress* (Congresso Mundial de Arqueologia — WAC), fundado por Peter Ucko, e que, desde então, acontece em média a cada quatro ou cinco anos, sempre em uma localidade diferente (WAC, [s.d.]). O evento realizado inicialmente em Southampton, Inglaterra, foi um marco por trazer ao centro da discussão arqueológica grupos subalternizados — como povos originários, negros, mulheres, grupos LGBTQIA+, por exemplo — suas questões sociais e políticas, contando com representantes que questionaram o imperialismo até então imposto pela ciência, revolucionando a disciplina até os dias atuais (FUNARI, 2006, p. 50–54, 85, 86):

A Arqueologia não mais feita por militares imperialistas por sobre cadáveres indígenas, mas por nativos em colaboração com as pessoas para valorizar os indígenas e os perseguidos. A Arqueologia passou a preocupar-se em chegar às pessoas e em fazer com que elas participem da sua prática. Arqueologia social, política ou engajada, todas essas perspectivas passaram a incluir as pessoas nas considerações da disciplina. (FUNARI; TEGA, 2014, p. 20).

O advento da WAC possibilitou, portanto, um pluralismo que não havia sido observado antes na Ciência Arqueológica. O que não significa que as demais teorias foram descartadas, pelo contrário: muitos pesquisadores ainda se utilizam de metodologias das teorias histórico-cultural e Nova Arqueologia, dependendo do tipo de estudo realizado, podendo também combiná-las entre si quando necessário (FUNARI, 2006, p. 52, 53, PROUS, 2019, p. 31).

Já no ano de 1990 houve a elaboração da “Carta de Lausanne”. Inspirada na “Carta de Veneza” (ou “Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios”) de 1964, trata-se igualmente de um documento normativo contendo princípios fundamentais e recomendações acerca do patrimônio arqueológico em âmbito mundial. Dentre as questões, são colocadas o respeito à diversidade e pluralidade, a ênfase da importância da ação educativa e a participação da sociedade, bem como deixa claro o direito à herança universal da cultura material, não devendo ela ser submetida apenas a alguns indivíduos ou nações (ICOMOS, 1990). Diferentemente da Recomendação de Nova Delhi de 1956, a qual trata muito mais sobre metodologias e burocracias de pesquisa arqueológica e preservação (também em âmbito global), esse documento denota as alterações que o pensamento arqueológico — e as

Humanidades, de maneira geral — sofreu ao longo de sua existência como ciência, tornando-se uma atividade muito mais plural.

Ao contrário das demais teorias, o Pós-Processualismo abriu portas para uma decolonialização da Arqueologia, bem como para a contestação dos discursos arqueológicos em voga, além da possibilidade de se amenizar alguns dos silenciamentos históricos, deixando de atender apenas às demandas Pré-Coloniais e imperialistas, passando a se ocupar também da cultura material produzida por grupos marginalizados. Nesse sentido, a prática pode ser utilizada não apenas para descobrir sobre o passado, mas também para criticar opressões políticas e sociais, bem como pela luta de direitos, sendo, portanto, uma ciência do presente. Mas não deixa de, claro, também ser uma prática discursiva. Principalmente pelo fato de a Arqueologia, como qualquer ciência, continuar dependente de apoios institucionais, bem como da obtenção de verbas para a realização de suas pesquisas. Essas questões ainda podem estrangular o trabalho arqueológico ético, auxiliando eventualmente a legitimar certas ideologias por meio da cultura material, evidenciando novamente o seu aspecto político (FUNARI, 2006, p. 101, 102, 104, 105). Vale mencionar que tanto a Ciência Arqueológica, quanto as instituições museológicas e a sociedade, de maneira geral, seguem privilegiando “[...] artefatos dos segmentos dominantes das sociedades estudadas como objetos admiráveis, justamente pelo seu caráter elitista” (FUNARI, 2006, p. 104). Ou seja, salvo em instituições locais, como Ecomuseus, por exemplo, ainda há predominância da fetichização por parte dos museus euro-ocidentais para com os objetos (MENESES, 2015, p. 21), as grandes descobertas e sociedades complexas, sobretudo no que diz respeito à especulação turística¹⁰, relegando para segundo plano as demais comunidades locais e suas necessidades.

Há exemplos, portanto, da problemática em torno do mau uso da memória histórica e arqueológica para justificar um passado por parte de grupos que forjam à força mitos aparentemente de aço — mas que, na verdade, possuem a fragilidade histórica de bonecos de cera. Consequentemente, tal desvio acarreta a omissão de memórias outras que não interessam aos que detém o poder. Essa capacidade advém do poderio de discurso das instituições gestoras de memória em voga no momento (SILVA, 2007, p. 58). O (mau) uso da Antiguidade como discurso de um passado glorioso, entretanto, não se resumiu apenas ao século XX. Tal fenômeno já era visível na Europa do século XVII e XVIII:

Preocupados em definir-se em relação aos selvagens, aos primitivos, os europeus do XVII e do XVIII vão buscar na Antiguidade, referenciais legitimadores de sua

¹⁰ Não foram analisadas questões sobre turismo por essa ser uma área de estudos muito vasta, interdisciplinar e em constante conflito, a qual demandaria outras amplas discussões.

ascendência étnica – romana ou grega – e sua consequente superioridade, criando, a partir daí, um espelho onde os ocidentais pudessem mirar essa mesma superioridade, no suplantar de suas origens mestiças, construindo-se à medida que construíam os outros (FONTANA, 1994: 10). Essa invenção do Ocidente repousará sobre os mitos fundadores e terá importante papel na busca da constituição das identidades nacionais dos diferentes países europeus. (SILVA, 2007, p. 32. grifo do autor).

Ou seja, a criação da identidade euro-ocidental vai ao encontro com o surgimento da Arqueologia. E essas identidades nacionais se utilizavam das ciências, de modo geral como parte do aparelho propagandístico e, portanto, como forma de expandir o regime (SCHNAPP, 2003, p. 105 apud SILVA, 2007, p. 49), cometendo pilhagens e crimes contra o patrimônio alheio, além das atrocidades contra a humanidade (SILVA, 2007, p. 49), de modo a se sobrepujarem perante as demais sociedades. Sendo a cultura material uma espécie de documento, é, portanto, constituinte de memória. E justamente por conta de sua especificidade material e sensorial, passível de fetichização por ser um elemento carregado de identidades (étnicas, culturais, políticas, econômicas, sociais, etc.), mas principalmente pela possibilidade de uso por parte do poder, que um registro arqueológico se torna também um documento-monumento. Tais dados identitários são corriqueiramente manipulados conforme a gestão de uma sociedade, criando mitos de pedra que são (re)descritos em papéis carregados de redefinições memoriais, identitárias e ideológicas, sem necessariamente haver um compromisso com a realidade (LE GOFF, 2013, p. 494, 495; SILVA, 2007, p. 28, 34, 57). Assim, ao mesmo tempo em que a Arqueologia tem uma importância simbólica justamente por seu aspecto material e palpável, ela acaba sendo também instrumento de identidade e, consequentemente, de discurso de poder.

No que tange a questão do discurso como prática (sobretudo de poder), pode-se dizer que toda sociedade tem métodos de controle do discurso — incluso aquilo que Foucault chama de “procedimentos de exclusão”, seja por interdição, separação ou rejeição. Esses controles, afirmou o autor, afetam principalmente a sexualidade e a política. A primeira não interessa ao tema da presente tese, apesar de ser de suma importância, devendo o texto se ater à segunda. A exclusão de alguns setores promove um sentimento de verdade (instituída por quem está no poder, ou seja, detém o discurso) *versus* mentira (por parte do excluído socialmente), acarretando silenciamentos. E esses silenciamentos são reforçados pelas mais diversas instituições, inclusive a própria sociedade civil, mas sobretudo as instituições de ensino (FOUCAULT, 2013, p. 8, 9, 10, 13, 14, 17, 37, 50). De modo que por meio da Arqueologia é possível tanto a recuperação de memórias, como a criação de silêncios (propositais ou não),

semelhante ao ocorrido com a História, havendo sempre um discurso cheio de interesses por detrás dessas ciências.

Assim, sendo a Ciência Arqueológica uma prática discursiva e atendendo à determinada demanda por parte da sociedade (ou apenas das camadas que detém o poder), sendo também detentora da capacidade de criação de memórias coletivas. Ou ao menos de representações dela, sobretudo por conta de sua propriedade material, o que a difere das demais documentações, possibilitando seu destaque museal. Caminhando em uma linha de pensamento semelhante ao proposto por Maurice Halbwachs sobre a memória histórica (HALBWACHS, 1990), a Arqueologia não é composta apenas por artefatos grandiosos de sociedades euro-ocidentais expostos em ordem cronológica, mas sim trata-se de documentos recheados de informações dos mais variados tamanhos e tipos, os quais demonstram a distinção existente entre as sociedades dentro de seus próprios contextos. Tampouco a Arqueologia é todo o passado e nem tudo aquilo que resta materialmente do passado, mas sim uma ciência viva, do presente, que analisa essa documentação e auxilia na reinterpretação do passado dos mais diferentes grupos, não sendo também estática ou neutra. De modo que a Ciência Arqueológica é igualmente seletiva, conforme o discurso adotado pelo pesquisador (MENESES, 2007, p. 48; POLLAK, 1989, p. 8, 9). De maneira semelhante ao que acomete a História, por mais que haja boa vontade por parte dos pesquisadores de amenizarem os apagamentos de memórias, algumas instituições ainda apresentam narrativas arqueológicas que são “[...] em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 1990, p. 60, 67) daquilo que de fato a ciência o é.

Pollak traz a ideia da memória como a fornecedora de referências. Isto é, a memória seria o alicerce para se criar a identidade, seja ela individual ou coletiva, que gera o sentimento de pertencimento a uma determinada coletividade, seja ela política, religiosa, cultural, sexual, etc., criando os tais “lugares de memória” e definindo o local de existência do ser humano como ser social pensante. O autor cita inclusive a importância dos objetos materiais como fonte para a manutenção de tais discursos que auxiliam na fabricação de memórias (POLLAK, 1989, p. 9, 10, 11). E essas recriações, normalmente inseridas no âmbito da chamada História oficial, visam manter um vínculo com o passado, evocando uma ancestralidade que cria valores e forja identidades, perpetuada através da ideia de permanência (SILVA, 2007, p. 36). Assim, pode-se ver que a produção da memória coletiva arqueológica por muito tempo esteve — e em algumas ocasiões *ainda está* — em consonância com a manutenção da memória oficial, semelhante ao processo de constituição da memória histórica, onde:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8).

Como foi dito, existem conflitos na conservação da memória arqueológica, principalmente pela hegemonia de determinadas memórias e, conseqüentemente, identidades (MENESES, 2007, p. 48). No geral, as memórias grupais e comuns costumam ser utilizadas por regimes autoritários para reconstituírem passados nacionalistas. No entanto, podem também ser apropriadas por outras instituições ou grupos (SILVA, 2007, p. 89). Inclusive já no século XXI, sobretudo em comunidades fundamentalistas que, além dos crimes hediondos de atentados contra a vida, também destroem deliberadamente a cultura material (e imaterial) de outras sociedades — antigas ou não. E algumas vezes essas oposições de memórias ocorrem entre os próprios grupos da sociedade civil, embora majoritariamente seus apagamentos sejam incitados pelo próprio Estado.

Ou seja, de modo geral, a movimentação do silenciamento na História opera muito mais de forma institucional por parte dos grupos responsáveis pelas gestões de memória, mesmo levando-se considerando inclusive a possibilidade do esquecimento casual (POLLAK, 1989, p. 13). De forma que as buscas arqueológicas — e sua destruição, intencional ou não — também são práticas discursivas. Obviamente, como foi visto, essa movimentação de dominação e tentativas de apagamento de memórias não são exclusividades de tais comunidades, remetendo há tempos antigos. É importante salientar também a importância da luta de movimentos sociais, instituições e estudiosos, para que a preservação de tais memórias sejam mantidas (FIANKAN-BOKONGA, 2017).

O pensamento colonialista de apagamento de memória também atravessou o Atlântico, apontando que as culturas originárias eram primitivas, gerando preconceitos (TRIGGER, 2004, p. 152). Da mesma forma, até pouco tempo, sociedades orientais e do então chamado de “Novíssimo Mundo” (assim era conhecida a Oceania) foram vistas também como igualmente inferiores aos euro-ocidentais ¹¹. Embora o nacionalismo tenha decaído em boa parte do mundo

¹¹ Mesmo atualmente, a maioria das grandes construções realizadas por sociedades complexas não euro-ocidentais (sociedades mexicas, incas e antigos egípcios, por exemplo) são interpretadas por muitas pessoas como obras realizadas por intermédio sobrenatural (principalmente extraterrestre, pois não é atribuída qualquer ajuda, benção ou epifania por parte do Deus judaico-cristão a essas etnias). Tal discurso — encontrado inclusive entre intelectuais mais progressistas — denota a perpetuação de preconceitos etnográficos ainda no século XXI, como se esses povos não tivessem capacidade própria de se desenvolverem complexamente dentro de seus contextos. Como disse Trigger, “O salvacionismo extraterrestre nasceu como uma excentricidade de amadores com conotações semi-religiosas, e continua a sê-lo. Suas explicações, sempre tentativas, de achados arqueológicos isolados não aportam

durante a segunda metade do século XX (sobretudo na Europa pós-guerra), ele se manteve vivo, e vem ressurgindo do submundo em alguns locais nas últimas décadas, carregado sobretudo de preceitos racistas e homofóbicos. De modo que o passado, inclusive arqueológico, pode ser ainda utilizado “[...] como uma crônica de glórias passadas e uma fonte de esperanças para o futuro” (TRIGGER, 2004, p. 229).

Retornando ao princípio do capítulo, inusitadamente apesar do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro adotar um discurso nacionalista, não houve uma busca pelo passado sistematizada como pôde-se ver em governos anteriores — brasileiros ou não. Pelo contrário, houve inclusive uma verdadeira ojeriza tanto pela História quanto pela Arqueologia, sobretudo em nome da capitalização do solo brasileiro, chegando o próprio ex-presidente ao extremo da ignorância de mencionar a Arqueologia como busca por “cocô petrificado de índio” (SAB, 2021). Apesar disso, o antigo governo federal tentou manipular a História e a memória nacional, fazendo revisionismo por meio do desmonte dos canais *TV Brasil* e *TV Escola*, sendo o segundo responsável por veicular durante o seu governo, desde dezembro de 2019, material produzido pelo canal virtual *Brasil Paralelo*, conhecido por fabricar conteúdo revisionista e negacionista (AZEVEDO, 2019).

Assim, citando Funari, o estudo do passado, seja ele material ou documental, “[...] não precisa reforçar preconceitos nem se constituir em elemento de opressão” (FUNARI, 2003, p. 30). A despeito da problemática colonialista e imperialista da Arqueologia euro-ocidental e das ideias que a ciência ajudou a propagar, como foi dito, a busca e legitimação do passado histórico e arqueológico agora também podem ser apropriadas por grupos subalternizados, sobretudo com o advento da teoria Pós-Processual. Esses trabalhos com grupos étnicos, que antes eram menos evidenciados, não apenas promovem o conhecimento sobre *outros* passados, mas também fomentam o empoderamento de tais grupos no presente, aumentando a busca por respeito e igualdade, podendo trazer inclusive melhorias econômicas (TRIGGER, 2004, p. 252), se a comunidade assim desejar. Aqui se acrescenta que as atividades também promovem a sensibilização sobre novos temas (além da ciência, claro, também se sensibilizar sobre questões outras). Daí a importância para o enfoque na Arqueologia brasileira, sobretudo no interior paulista, cujo patrimônio ainda segue negligenciado, apesar de haver muita história para contar.

uma interpretação alternativa satisfatória do registro arqueológico (von Danniken 1969, 1971).” (TRIGGER, 2004, p. 497).

1.2 Arqueologia Brasileira e os silenciamentos da memória

Darcy Ribeiro repetia incessantemente que os índios estão presentes no povo brasileiro por exclusão! (MENESES, 2007, p. 49)

Nas sociedades, de forma geral, é comum encontrar silenciamentos históricos, normalmente em grupos marginalizados — já mencionados. Muitas vezes esses grupos são condenados ao esquecimento euro-ocidental pelo fato de, além de não corresponderem a um padrão específico, não se comunicarem por meio da escrita, de forma a supostamente não produzirem documentações que sirvam como fonte histórica no futuro. No entanto, a escrita não é o único método existente, havendo muitas comunidades que relegam seu passado às gerações futuras por meio da oralidade, da dança, da música, dos gestos, dos desenhos e da cultura material (dentre tantas outras formas possíveis).

A resistência dessas comunidades e de seus modos de vida são partes fulcrais para a permanência de memórias fora do padrão patriarcal euro-ocidental. O encontro de culturas materiais e imateriais por parte das ciências, portanto, auxilia nessa resistência e na divulgação da importância da preservação de memórias outras. Entretanto, a parte mais específica acerca da preservação de memórias (e da problematização da frase supracitada) será mais bem tratada ao longo do quarto capítulo da presente tese, sendo necessário, por hora, tratar um pouco mais sobre as atividades que podem auxiliar nessa preservação. Assim, no presente subcapítulo tratar-se-á sobre a Arqueologia Brasileira e suas perspectivas de trabalho como fonte histórica. Novamente, por ser um campo de estudos vasto — que se ampliou principalmente a partir da década de 1990 — haverá enfoque nos trabalhos de determinados pesquisadores, como Pedro Paulo Funari, André Prous, Maria Dulce Gaspar e Aline Vieira de Carvalho. Essa escolha se deu sobretudo por conta de os pesquisadores citados terem trabalhado com a História da Arqueologia no Brasil e também por traçarem em suas obras alguns aspectos de maneira mais linear e geral, destacando pontos-chave e problemáticas para o aprimoramento da ciência em solo brasileiro. Posteriormente, serão tratadas particularidades referentes à questão da decolonialidade na Arqueologia Brasileira, tão importante para dar voz às camadas subalternizadas.

Retornando ao surgimento da Arqueologia como ciência, apesar do preâmbulo citado, o estabelecimento dela como disciplina fundamentada remete ao século XIX. Porém, até o século XX (e século XXI, no Brasil), havia poucos arqueólogos formados especificamente na área. Os profissionais, em sua maioria, tinham as formações mais diversas, como História,

Ciências Sociais, Linguística, Geografia e Biologia, auxiliando, assim, a desenvolver a Ciência Arqueológica de forma multidisciplinar e interdisciplinar. Frise-se que, apesar desse aspecto primordial, existiram pressupostos básicos em sua criação. Os principais temas derivavam-se de estudos clássicos e bíblicos, e a sistematização de aspectos, como seriação e tipologia, tiveram suas origens em estudos outros já existentes, como a Numismática. Até mesmo a Física também auxiliou no desempenho da Arqueologia como ciência no início do século XX, principalmente no que diz respeito ao aprimoramento das técnicas de datação radioativas (TRIGGER, 2004, p. 31, 32), possibilitando o diálogo entre as duas disciplinas até os dias atuais. No entanto, por muito tempo, o interesse central do trabalho arqueológico foram as antigas civilizações clássicas, havendo desprendimento inclusive na história Pré-Colonial:

Há, portanto, pouca coisa no período colonial além dos relatórios de cronistas. Sem dúvida, as autoridades da metrópole não procuravam incentivar o estudo das antigas culturas indígenas, cujo resultado só poderia despertar o já incipiente nativismo brasileiro. No máximo, oficiais da Coroa portuguesa coletavam objetos exóticos para o Gabinete Real de Curiosidades. (PROUS, 2019, p. 15).

Essa tendência não se aplicava apenas ao Brasil, havendo o desinteresse científico pelas culturas não euro-ocidentais do passado, mesmo após a constituição da Arqueologia como ciência, entre o final do século XVIII e começo do XIX. Em terras tupiniquins, o trabalho começou a ser sistematizado justamente com a chegada da Coroa Portuguesa, sendo as pesquisas realizadas por naturalistas, os quais registraram aspectos da natureza brasileira, bem como dos povos originários que aqui viviam e seus passados, ainda que muitas vezes apenas movidos pela curiosidade. No mesmo âmbito foi criado o primeiro museu, o Museu Nacional (1818), instalado no Rio de Janeiro, então capital brasileira e, posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. A despeito das problemáticas de muitos dos trabalhos então realizados (BACKX, 2018, p. 37; SCHWARCZ, 1993), os especialistas que para cá vieram prepararam o solo para as pesquisas acadêmicas que se iniciariam ao final do século XIX. Por conta dessa demanda científica foram criadas outras instituições, cujo caráter das pesquisas era mais regionalizado, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895) (BACKX, 2018, p. 37; SCHWARCZ, 1993). Não obstante, poucas escavações foram realizadas em território brasileiro até a década de 1950, quando, de fato, a Arqueologia passou a ser mais conduzida por profissionais da área (sobretudo estrangeiros) e tornou-se uma preocupação também da Administração Pública (PROUS, 2019, p. 15, 20, 21, 24, 25).

Sendo um debate relativamente recente, portanto, a Arqueologia no Brasil até pouco tempo se manteve sólida em suas raízes euro-ocidentais, apesar de já em 1920 haver uma preocupação com a proteção da cultura material brasileira por parte de Alberto Childe (Dmitri Petrowitch Vonizsin ou Vanitzin, 1870–1950), então chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes. A tentativa, no entanto, foi fracassada, pois não era de interesse das autoridades nacionais a probabilidade de se estatizar terras em nome de possíveis escavações. Em 1935, o geógrafo e arqueólogo maranhense Raimundo Lopes (1894–1941) apontou a necessidade da divulgação dos estudos arqueológicos e da realização de ações educativas, para além da proteção propriamente dita (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 92). Tais iniciativas, apesar de importantes, apresentavam algumas problemáticas:

As ações de Childe e de Lopes, intelectuais ligados à prática arqueológica, ainda que considerada amadora, e às discussões sobre as ações patrimoniais, indicam a existência de reflexões sobre os possíveis valores das materialidades e acerca das potencialidades das culturas materiais no que se refere à formação de identidades. É bastante claro, todavia, que tanto para Childe quanto para Lopes a preocupação nos usos e defesas dos patrimônios circunscrevia-se no desejo de criação de uma única identidade nacional. (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 92, 93).

Foi a partir de 1940 que o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — atual IPHAN) passou a registrar sítios e coleções arqueológicas no Brasil. Já na década de 1950, discussões humanistas e de proteção nacional ao patrimônio arqueológico culminaram na criação da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008; FUNARI, 2006, p. 26). Centenas de arqueólogos, profissionais e amadores, atuaram no Brasil durante as primeiras décadas de consolidação da Ciência Arqueológica em território nacional. Porém, o nome de Paulo Duarte (1899–1984) é um dos destaques nesse âmbito. Intelectual e um dos fundadores da USP, foi por sua iniciativa que a lei supracitada foi criada. Graças ao seu contato com Paul Rivet (1876–1958, fundador e diretor do *Musée de l'Homme* [Museu do Homem], localizado em Paris) durante o seu exílio na França, em 1952, que o humanista Paulo Duarte criou a Comissão de Pré-História na USP — posteriormente conhecida como Instituto de Pré-História e cuja coleção em 1989 passou para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/ USP). Essa amizade entre ambos, bem como a fundação de uma instituição voltada aos estudos Pré-Coloniais brasileiros possibilitou a vinda do casal Joseph Emperaire (1912–1958) e Annette Laming-Emperaire (1917–1977) ao Brasil. O casal foi responsável por instruir aqueles que são considerados os primeiros arqueólogos brasileiros (FUNARI, 2006, p. 26; DE BLASIS; PIEDADE, 1991, p. 167).

Um dos passos iniciais para a institucionalização de uma Arqueologia nacional foi a idealização do Museu do Homem Americano, o qual deveria ter sido instalado no Brasil ainda na década de 1960. A base para a criação dessa instituição foi o já citado *Musée de l'Homme* (criado em 1937 e inaugurado em 1938), na França, cujo referencial teórico era sobretudo etnográfico. Seu trabalho inicial foi considerado amador por alguns. Apesar de tentar apresentar um discurso mais humanista e negar as teorias raciais tão em voga no começo do século XX, até a década de 1950 o *Musée de l'Homme* manifestou problemáticas em suas exposições, as quais pressupunham a superioridade racial euro-ocidental e valorizavam sobretudo aquilo que *consideravam* ser a arte dos outros povos. É nesse contexto, com Paul Rivet, que as pesquisas etnológicas e museológicas francesas passaram de um aspecto fisiológico e racial (baseado principalmente na Antropometria) para uma tomada muito mais cultural, com estudos de Linguística, Paleontologia e Etnografia. Rivet também considerava a importância da imigração dos povos e suas possíveis miscigenações na formação da humanidade, aproximando-se do Difusionismo e de uma ideia que fosse de fato mais Humanista (BACKX, 2018, p. 48, 49, 57, 58, 64, 65, 70, 71, 75, 76, 79, 80).

De forma que o pesquisador supostamente lutava por uma igualdade cultural entre os povos. Seu discurso, no entanto, ainda carregava cunho colonialista. Em seus trabalhos, Rivet considerava o ser-humano euro-ocidental culturalmente superior, crendo não ser problemático impingir os hábitos euro-ocidentais sobre as demais sociedades, então consideradas inferiores. Por fim, esse “museu-laboratório” idealizado pelo pesquisador também contava com um caráter bem mais educativo, de modo que todos que lá visitassem poderiam absorver os conhecimentos de forma democrática, sendo considerado até mesmo um centro de ensino (BACKX, 2018, p. 48, 49, 57, 58, 64, 65, 70, 71, 75, 76, 79, 80) ¹². Não se nega a sua importância como pensador e cientista, porém a problematização se faz necessária para o andamento da pesquisa.

Em 1932 Paulo Duarte conheceu Paul Rivet, e esse companheirismo rendeu frutos para a pesquisa em solo brasileiro. Contemporaneamente, outros pensadores também se mobilizaram em nome da cultura e da preservação patrimonial brasileira, independentemente de ser arqueológica. Em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo (USP) e o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Duarte zelava por academizar a Arqueologia brasileira através da USP, preocupando-se sobretudo com os vestígios arqueológicos de povos originários e os sambaquis, bem como dos demais indivíduos históricos brasileiros, como os sertanejos e os

¹² As questões subsequentes sobre o *Musée de l'Homme* não serão aprofundadas pelo fato de que a intenção deste subcapítulo é delinear os principais caminhos da Arqueologia no Brasil, de modo a serem relevantes apenas os aspectos que pesaram nessa influência.

operários. Assim, ele buscava uma forma de valorar o passado e o presente brasileiro a partir de um viés que não fosse exclusivo da elite euro-ocidentalizada (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90, 93):

Duarte não descartava o papel das elites e daquilo que ele considerava como cultura erudita para a formação do povo brasileiro. Para o humanista, era imperativo o domínio sobre a erudição e principalmente o divulgar desta erudição para a construção daquilo que ele imaginava ser o grande Brasil. A cultura e o conhecimento, para ele, produziam um grande povo (BACKX, 2010). Apesar de uma postura conservadora sobre o próprio conceito de identidade nacional, Duarte inovava ao defender a inserção de elementos tradicionalmente não considerados eruditos como sendo também parte constituinte do Brasil. (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90, 93).

Em 1937 foi fundado o já mencionado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — atual IPHAN), o qual também inicialmente teve envolvimento de Paulo Duarte, quando o projeto ainda era pensado por Mário de Andrade (1893–1945). O projeto final, idealizado por Rodrigo Melo de Franco Andrade (1898–1969), se envolvia muito mais com o chamado “patrimônio de pedra e cal” do que com a cultura arqueológica e imaterial (GASPAR, 2003, p. 270). Esse modelo buscava o ideal nacionalista brasileiro em suas raízes burguesas portuguesas, influenciando igualmente na formação de novas instituições museológicas durante a década de 1940 (os famosos Museus Históricos Nacionais, os quais buscavam por uma identidade nacional única, se calcando sobretudo no passado bandeirista). A despeito da clara preferência inicial do SPHAN pela cultura euro-ocidental (BACKX, 2018, p. 205, 206, 207), que acarretou prejuízos na manutenção de alguns saberes e fazeres em detrimento de outros, existiu um avanço institucional no Brasil a partir dessa época, principalmente na área de preservação patrimonial, uma vez que houve mobilização por parte de setores intelectuais e governamentais em prol da cultura local, fossem eles institucionalmente mais poderosos ou não.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, Paulo Duarte foi exilado na França, onde passou a de fato trabalhar com Paul Rivet e teve contato com a teoria Humanista do francês. Alguns anos depois, Duarte foi obrigado a migrar novamente após a ocupação da França pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, desta vez para os Estados Unidos, atuando no *Museum of Modern Art* (Museu de Arte Moderna — MOMA) (MENDES, 1994; BACKX, 2018, p. 206). O intelectual retornou ao Brasil em 1945, sendo responsável por promover iniciativas que “[...] buscavam conscientizar o poder público e a população a respeito da importância da preservação dos vestígios arqueológicos e Pré-Históricos, importância que ele

acreditava estar relacionada tanto ao reconhecimento da memória indígena quanto ao desenvolvimento acadêmico da Arqueologia no país” (BACKX, 2018, p. 207).

Foi nesse contexto de luta pelos direitos humanos que Duarte, durante a década de 1950, fundou a já mencionada Comissão de Pré-História (atuante apenas no estado de São Paulo), bem como arquitetou a vinda do casal Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire para as escavações no sambaqui de Maratuá (Canal de Bertioga). Novamente, o contato com pesquisadores franceses ampliou os horizontes da Arqueologia acadêmica brasileira, havendo o retorno de Laming-Emperaire ao país para escavações nas décadas de 1960 e 1970. Esse fator também possibilitou a ida de pesquisadoras como Niède Guidon, Lia de Freitas Garcia e Luciana Pallestrini ao *Musée de l’Homme*, também no mesmo período, a fim de se especializarem em Arqueologia Pré-Histórica (BACKX, 2018, p. 207, 208; FUNARI, 199, p. 27). Outros nomes importantes da época também merecem ser lembrados, como o de José Loureiro Fernandes (1903–1977). Além de ter auxiliado Paulo Duarte na empreitada da promulgação da Lei nº 3.924 de 1961, em 1958 o médico também fundou o CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas), responsável por parte dos trabalhos com o casal Emperaire na formação de arqueólogos acadêmicos ao longo da década de 1960 (BACKX, 2018, p. 209; FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90).

Os ventos pareciam soprar em direção ao progresso acadêmico, sobretudo com a promulgação da lei supracitada, a qual obrigava o SPHAN (naquele momento denominado DPHAN — Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a zelar igualmente pelo patrimônio arqueológico. Porém, a repressão imposta pela Ditadura Militar¹³ de 1964 também atingiu o ramo científico, com censuras, expulsões, exilamentos, prisões, desaparecimentos, torturas e mortes. No caso da Arqueologia a coibição veio inicialmente por meio do corte de verbas (semelhante ao que aconteceu com as Ciências Humanas no geral a partir de 2019 e 2020, durando até final de 2022). Paulo Duarte e seus colegas humanistas foram bastante perseguidos, sendo que o intelectual foi inclusive expulso da USP em 1969 (FUNARI, 1994, p. 27, 28. FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90). Duarte não conseguiu fundar de fato o Museu do Homem Americano, o qual se referenciaria sobretudo aos povos originários brasileiros (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90). De qualquer modo, em suas pesquisas o intelectual teve a oportunidade de aplicar os conhecimentos humanistas euro-ocidentais

¹³ Aqui optou-se pela utilização do termo “Ditadura Militar” em vez de “Civil-Militar”, pois o controle pleno do governo e da situação pertencia aos militares, não envolvendo, nesse caso, outros setores da sociedade.

adquiridos como discípulo de Rivet (BACKX, 2018, p. 76), o que muito auxiliou posteriormente no aprimoramento de uma prática arqueológica que fosse mais brasileira.

Nesse ínterim, os trabalhos de pesquisa arqueológica seguiram em solo nacional, muitas vezes de forma amadora, quando no mesmo ano da decretação do golpe civil-militar ¹⁴ brasileiro nasceu aquele que foi o *establishment* arqueológico durante a Ditadura Militar: o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas). O Programa teve duração de cinco anos e ocorreu em alguns estados específicos do Brasil. A ideia era promover escavações em solo nacional para elaborar um “quadro geral das culturas brasileiras” (PROUS, 2019, p. 25). A equipe, comandada pelos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans (que participaram do programa de formação do CEPA), dispunha do apoio de um grupo de arqueólogos brasileiros, juntamente com o Museu Paraense Emílio Goeldi, e do aporte financeiro do CNPq. Porém, seu escritório principal localizava-se em Washington, nos Estados Unidos e contava com o suporte da *Smithsonian Institution Research Foundation* (Fundação de Pesquisa da Instituição Smithsonian) (FUNARI, 2006, p. 26; BROCHADO *et al.*, 1969, p. 3; PROUS, 2019, p. 25; BACKX, 2018, p. 210; FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 94). Apesar de parecer paradoxal, é perfeitamente justificável esse aporte, se considerar que as ditaduras latino-americanas tiveram apoio e financiamento estadunidense. De modo que a Arqueologia no Brasil também padeceu dessa influência durante o período ditatorial.

A equipe selecionada para os trabalhos era adepta da Ecologia Cultural, teoria tipicamente estadunidense que segue o determinismo ambiental, em contraposição às questões culturais propostas pelo Humanismo de Paulo Duarte. Além disso, nesses estudos considerou-se principalmente o passado Pré-Colonial, deixando de lado as complexidades existentes no contato entre comunidades originárias, portugueses, africanos e outros povos europeus, o que pode justificar a vida breve do PRONAPA (GASPAR, 2003, p. 271, 272). Destarte, nesse período foram classificados milhares de sítios, sobretudo Pré-Coloniais, o que demonstra que, apesar do projeto também não ter tido muito apuro interpretativo e acadêmico (FUNARI, 2006, p. 26), trouxe alguns avanços para a Ciência Arqueológica no Brasil, principalmente graças à classificação técnica dos achados e incentivo ao trabalho arqueológico em outras regiões (GASPAR, 2003, p. 271). O relatório final do Programa até hoje ainda não foi divulgado (PROUS, 2019, p. 26), estando acessíveis apenas os Relatórios Preliminares em instituições de pesquisa, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹⁴ Neste trecho foi adotado o termo “civil-militar”, pois, acerca do golpe propriamente dito, houve a participação e articulação de amplos setores civis da sociedade.

Com o fim do PRONAPA, e já adentrando na década de 1970, o foco dos estudos arqueológicos no Brasil voltou-se para as missões franco-brasileiras, apoiadas pelo *Centre National de la Recherche Scientifique*, lideradas por Annete Laming-Emperaire, e que contava com o auxílio de outros pesquisadores, como o francês André Prous (1944–) e a ex-aluna de Paulo Duarte, Niède Guidon (1933–). Como foi mencionado, a pesquisadora brasileira teve oportunidade de estagiar por algum tempo no *Musée de l’Homme*, onde entrou em contato com Laming-Emperaire no Departamento da América. Guidon também foi exilada pelo governo militar em 1965, voltando a trabalhar no *Musée de l’Homme* a partir daquele ano, sendo que entre 1971 e 1975 foi orientada por André Leroi-Gourhan (1911–1986) durante seu doutoramento em Pré-História na Sorbonne, defendendo uma tese acerca das pinturas rupestres encontradas no município de Várzea Grande (PI) (BACKX, 2018, p. 173, 175, 215, 218).

A presença desses pensadores franceses foi de suma importância para o aperfeiçoamento da Ciência Arqueológica em solo brasileiro. Não apenas por conta dos trabalhos de campo realizados, mas também pela formação de Arqueólogos, a escrita de diversos textos acadêmicos e o fato de terem auxiliado na concepção da teoria estruturalista que se formava, utilizando-se sobretudo da metodologia francesa (BACKX, 2018, p. 211. FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90). Nesse sentido, o estudioso húngaro Desidério Aytai (1905–1998) também colaborou para o aprimoramento dos trabalhos teóricos e de campo realizados durante a década de 1970, sobretudo com seus estudos sobre os sítios encontrados em Monte Mor (PROUS, 2019, p. 27), cidade localizada próxima a Indaiatuba.

Voltando aos trabalhos empenhados durante as missões franco-brasileiras, Laming-Emperaire e sua equipe deram seguimento aos estudos iniciados por Peter Wilhelm Lund, em Lagoa Santa, MG, na década de 1830. O trabalho realizado evidenciou, dentre outros registros igualmente importantes, aquele que possivelmente é um dos achados mais famosos do Brasil. Batizada de Luzia, o fóssil de uma homínídea de aproximadamente 11 mil anos foi responsável por inserir “[...] o Brasil nas discussões arqueológicas internacionais a respeito do povoamento da América” (BACKX, 2018, p. 210, 211; PROUS, 2013, p. 39, 40). Dirigidos por André Prous, sob supervisão de Laming-Emperaire, os trabalhos realizados em Minas Gerais tiveram o apoio da UFMG a partir de meados da década de 1970, que desde então incluiu em seu campus um Departamento de Antropologia e Arqueologia, ativo até os dias atuais (ao qual Prous é vinculado). Além de Lagoa Santa, são destaques os trabalhos realizados nas regiões dos municípios de Santana do Riacho, Montalvânia, Andrelândia, Buritizeiro, Jequitaí, Diamantina, Montes Claros e no vale do rio Peruaçu, onde também foram registrados diversos sítios

arqueológicos contendo sepultamentos, pinturas rupestres, restos alimentares, vestígios vegetais e líticos, além de materiais paleontológicos (PROUS, 2013, p. 37–45).

Vale lembrar que para o aprimoramento de toda essa frente arqueológica no estado (que abarca também outros ramos de pesquisa em Arqueologia), André Prous contou com a colaboração de outros arqueólogos na direção desses trabalhos, bem como de pesquisadores e estagiários de algumas instituições (e aporte financeiro) durante as prospecções realizadas. Em Minas Gerais também são realizadas pesquisas arqueológicas acerca da memória da diáspora africana e da Inconfidência Mineira, buscando por remanescentes de quilombos, senzalas e fazendas, bem como de estalagens e estradas reais, sobretudo na região de Ouro Preto. São igualmente empreendidos esforços em torno dos estudos referentes às áreas de mineração auríferas e ferríferas, além da realização da chamada “Arqueologia Preventiva” (PROUS, 2013, p. 45–48). No presente texto optou-se pela utilização do termo “Arqueologia em Obras de Engenharia”, questão a ser melhor explanada no subcapítulo seguinte.

O trabalho empenhado nas missões franco-brasileiras, no entanto, não se resumiu apenas à região mineira, estendendo-se também para outros rincões do Brasil, como o Piauí, em torno das também famosas pinturas rupestres da Serra da Capivara. No local foram encontrados outros tipos de cultura material Pré-Coloniais, como objetos e sepulturas, de igual importância para o entendimento cultural de tais sociedades. As missões em Lagoa Santa (MG) foram encerradas em 1977, após a morte repentina de Anette Laming-Emperaire, e os trabalhos na Serra da Capivara se estenderam até um ano depois (PROUS, 2019, p. 27; BACKX, 2018, p. 211). Em 1979 foi criado o Parque Nacional da Serra da Capivara, que abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas (PI), tendo sido tombado como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1992 (ICMBIO, [s.d.]).

Niède Guidon empreendeu estudos mundialmente conhecidos, sobretudo no que diz respeito ao próprio Parque Nacional (atual “Parna”) da Serra da Capivara. Seu primeiro contato físico com o local se deu em 1970, onde a pesquisadora encontrou cinco sítios arqueológicos e teve a oportunidade de efetuar algumas fotos. Graças a esses registros a arqueóloga conseguiu posteriormente angariar recursos para a execução de uma pesquisa mais minuciosa em 1973. Essa primeira missão resultou no trabalho de uma vida para Guidon. Em 1986 ela criou a Fundação Museu do Homem Americano — também conhecida como FUMDHAM, a qual “[...] foi criada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional Serra da Capivara. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de interesse público pelo governo brasileiro, que realiza atividades científicas interdisciplinares, culturais e sociais”

(FUMDHAM, [s.d.]). Sua sede, localizada no município de São Raimundo Nonato, abriga o Museu do Homem Americano e o Centro Cultural Sérgio Motta (composto pelos laboratórios e reservas técnicas, bem como as dependências administrativas) (BACKX, 2018, p. 237, 238).

Além de cuidar do patrimônio arqueológico, biológico, paisagístico e cultural do parque, tal como realizar pesquisas, a Fundação é também responsável por criar iniciativas de cunho social, cultural e econômico com a comunidade. Lá são realizadas atividades como: cursos, palestras, Ações Patrimoniais (tanto com público estudantil quanto com o público geral) e atividades socioeducativas. Há também o incentivo pela autossustentabilidade das comunidades locais, sobretudo por meio de sua integração com o patrimônio (alguns exemplos são as oficinas de artesanato — como a de produção de cerâmica — e a apicultura), bem como a promoção de um turismo que busca não ser predatório, beneficiando as demais atividades econômicas da região e as próprias comunidades. De forma que o trabalho executado por Guidon e sua equipe não apenas aumentou os holofotes apontados para o Brasil, tornando o país referência em trabalhos arqueológicos acadêmicos, como gerou uma “revolução social na região” (FUNARI; JUSTAMAND; OLIVEIRA, 2019, p. 76, 86; BACKX, 2018, p. 224, 225, 226; FUMDHAM, [s.d.]). Niède Guidon é presidente emérita da FUMDHAM até os dias atuais, e ainda realiza trabalhos na Fundação, sobretudo vinculados à pesquisa e Mediação Patrimonial.

Semelhantemente à Europa, no Brasil também houve transformações historiográficas. Embalados principalmente pelas vertentes francesas e inglesas (já devidamente debatidas), diversos pesquisadores resolveram mudar de ares nos campos da historiografia, sempre respeitando as condições locais — mas fazendo ligações com outros contextos quando necessário. No cenário brasileiro pululava principalmente um tema: a escravidão ¹⁵. Além de sua importância histórica (e por ser negligenciada por tanto tempo), a História da escravidão passou a ser mais estudada por conta do centenário da Abolição, que se deu no ano de 1988. Sendo, assim, relativamente recente o rompimento maior com as teorias mais positivistas, migrando para uma área historiográfica que abraçasse muito mais os desvalidos. Pesquisadores

¹⁵ Optou-se por priorizar ao longo do texto o uso do termo “Diáspora Africana”, em detrimento de “escravidão”, no caso de referência a estudos, pois, partindo do pressuposto decolonial “[...] buscamos nos desvencilhar das narrativas centradas na ‘opressão e vigilância’, que apenas reforçam os estigmas de submissão imputados às pessoas negras, centrando nosso olhar para as materializações daquilo que foi e é significativo para as ontologias afro-diaspóricas, conectando os elementos de resistência dos antepassados aos processos de empoderamento das comunidades da atualidade (ROSA, 2019). Dessa forma, compreendemos que se a escravidão foi um instrumento de violência, a diáspora africana de saberes e crenças consistiu numa estratégia de resistência, pois manteve vivos Orixás, rituais e saberes que ainda hoje movimentam as casas e a vidas das pessoas negras.” (ROSA, 2021, p. 122). Essa questão não busca apagar as memórias do período escravista, sendo importante também trazer esse tema sempre à tona para que a violência não seja esquecida enquanto exigência por reparação histórica. O termo “escravidão” será adotado apenas quando remeter a estudos mais antigos, quando for historicamente pertinente (para não se arriscar cometer anacronismos) ou em citações.

como Florestan Fernandes, Silvia Hunold Lara, José Roberto do Amaral Lapa, Laura de Mello Souza, Manuela Carneiro da Cunha, Octávio Ianni, Sidney Chalhoub, Emilia Viotti da Costa, Lilia Moritz Schwarcz, Célia Maria Azevedo, dentre muitos outros, passaram a buscar — muitas vezes multidisciplinarmente — pelos mais diversos cotidianos para comporem suas obras, sobretudo acerca dos escravizados e ex-escravizados. Sabe-se que tal tema já era estudado e relativamente questionado por pesquisadores anteriores; no entanto, ainda havia muitas problemáticas (e ainda há), sobretudo em torno da influência euro-ocidental que persistia com mais força até as décadas de 1960 e 1970.

Assim, pode-se ver que durante os anos de 1970 e 1980 no Brasil houve um interesse latente pelo período Pré-Colonial, ao passo que começavam a surgir as preocupações com os silenciamentos trazidos pela colonização. As pesquisas arqueológicas em torno de Palmares, por exemplo, tiveram lugar apenas na década de 1990 (FUNARI, 1996, p. 36). Inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em História dos períodos seguintes passaram a ser influenciados pela aprendizagem contextualizada, as interdisciplinaridades e a utilização de outras fontes além da documentação escrita (VELLOSO, 2012), propostas efetuadas sobretudo pelos intelectuais da Escola dos Annales e da História Social Inglesa (mencionados em tópico anterior), mostrando que a influência do projeto da Nova História atingiu até mesmo o processo educacional nacional.

Assim, ao passo que os estudos de Arqueologia Clássica já estavam em vigor em solo brasileiro (sendo o país inclusive uma referência no assunto), as pesquisas sobre a Arqueologia Brasileira passaram a se consolidar sobretudo a partir da década de 1980. E esse aperfeiçoamento em torno dos silenciamentos locais se iniciava por meio da busca material do passado Pré-Colonial, indo ao encontro aos debates internacionais Pós-Processuais em voga. Nesse sentido, apesar de tardiamente, a Arqueologia Histórica brasileira também se desenvolveu com a pesquisa em torno da cultura material referente ao período colonial. Essa questão começou a ser pensada sobretudo a partir da criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em 1980, com destaque para a reunião de 1987, que passou a ter grupos que operavam dentro em um processo de “recuperação da memória nacional” Pós-Colonial (GASPAR, 2003, p. 274). Essa nova frente possibilitou o desdobramento de trabalhos arqueológicos em sítios onde estavam localizados antigas fazendas, quilombos, lugares por onde passaram missões jesuítas, mercados de escravizados, armazéns, estações ferroviárias, dentre outros ambientes referentes à época analisada (FUNARI, 1994, p. 34, 35).

De forma que, com o tempo, foi-se ampliando a gama de possibilidades de estudos de grupos marginalizados, como os negros, povos indígenas (que também foram escravizados) e

as mulheres. Pelo fato de muitas vezes serem iletrados, as histórias desses sujeitos eram majoritariamente transmitidas oralmente, entre outros métodos de comunicação, o que de modo algum é algo negativo, podendo os dados serem utilizados em várias pesquisas. Porém, com o tempo, pode se tornar uma dificuldade para os estudos da sociedade em questão, pela probabilidade da falta de perenidade do material, caso ele não seja devidamente repassado às gerações seguintes ou documentado por alguém. Com a possibilidade do aprimoramento da Arqueologia Histórica (e Pré-Colonial, já em voga), a cultura material produzida por esses indivíduos veio à tona, trazendo para o tempo presente aspectos culturais, sociais e econômicos que muitas vezes não são mais mencionados nas tradições orais, e, ao mesmo tempo, rompem com o discurso colonizador dominador. Ou seja: o trabalho arqueológico, somado às demais fontes históricas (sobretudo oral, escrita e imagética), pode complementar lacunas existentes na reconstituição de nosso passado. Bem como pode discordar — ou endossar, como foi explicado na primeira parte deste capítulo — com os discursos em voga, possibilitando a ampliação de debates, tão caros para a disciplina histórica:

Cabe pensar o que este domínio da Arqueologia tem de particular. O aspecto ímpar da Arqueologia Histórica é a sua capacidade de dispor simultaneamente do registro documental e do registro arqueológico, ou seja, daquilo que foi escrito e o que realmente foi feito. E, da confrontação dos dois, construir interpretações que evidenciem novas leituras da realidade que se propõe a investigar. (GASPAR, 2003, p. 278).

Assim, muitas vezes influenciados pelas leituras Pós-Processuais que começavam a surgir, a geração de arqueólogos que alvorecia juntamente com o final da Ditadura Militar brasileira rompia com o *establishment* arqueológico proposto pelo PRONAPA. Esses novos pesquisadores (que muitas vezes eram — e são — historiadores de formação) deixaram um pouco de lado as descrições e análises antropológicas/biológicas, buscando se atentar a interpretações mais teóricas sociais que dialogassem com a Ciência Histórica, realizando, assim, uma análise mais crítica da cultura material local. Como exemplo disso pode-se citar o trabalho produzido por Pedro Paulo Funari, Norberto Luiz Guarinello, Arno Kern, André Prous e Ulpiano Bezerra de Meneses (apesar dois últimos pertencerem a uma geração anterior de pesquisadores) que, dentre tantos outros, foram alguns dos responsáveis por dar esse pontapé inicial no Brasil (FUNARI, 1994, p. 36, 37; GASPAR, 2003, p. 274, 275). De forma alguma se quer aqui desprezar os intelectuais anteriores e/ou que não são adeptos ao Pós-Processualismo em seus estudos, os quais ainda seguem sendo de extrema importância tanto na Arqueologia brasileira quanto na internacional. Mas sim pretende-se salientar que o cruzamento da Arqueologia com a História de forma contextual, (re)aventado e (re)inventado pela teoria Pós-

Processual, bem como a criticidade e a subjetividade presente nesse tipo de discurso, ampliou a gama de possibilidades interpretativas na Arqueologia. O que demonstra o quanto ela é uma ciência interdisciplinar, o quanto pode contribuir para a ampliação dos debates históricos e a sua importância como potencial veículo facilitador para as vozes das camadas menos privilegiadas.

Destarte, mais intelectuais, pesquisas, publicações e eventos sobre Arqueologia foram surgindo no final da década de 1990 e começo do século XXI no Brasil. Paulo Zanettini e Erika Marion Robrahn-Gonzalez também abriram caminhos dentro dessa pesquisa arqueológica mais interpretativa, histórica e plural, sendo nomes importantes não apenas no âmbito da Academia, como também na Arqueologia em Obras de Engenharia. Em 2003 Maria Dulce Gaspar “prenunciou” a rápida ampliação dos estudos na área da Arqueologia Histórica (GASPAR, 2003), e tal “previsão” não poderia estar mais correta. A grande maioria dos pesquisadores pertencia às Humanidades, mas a criatividade dos trabalhos, como apontou Gaspar, é o que mais chama a atenção, independentemente da área de estudos: “Jardins são tratados como artefatos, investigam-se hábitos da higiene bucal, as redes de serviço de água e esgoto, sistemas de defesa, ataque e comunicação entre fortes. Desvenda-se todo um cotidiano fascinante” (GASPAR, 2003, p. 279). A geração de pensadores do final do século XX orientou e formou centenas de alunos interessados em Arqueologia das mais diversas áreas (em especial pós-graduandos) (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 91, 94), como a própria Arqueologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Biologia, Medicina, dentre outras. Um exemplo da aplicação de uma análise mais teórica da Arqueologia em estudos brasileiros mais recentes é a obra de Glaydson José da Silva sobre o uso da Arqueologia na França durante o regime de Vichy (1940–1944) (SILVA, 2007), tão citada no subcapítulo anterior. Ou ainda a dissertação de mestrado de Aline Vieira de Carvalho, que versa sobre a Arqueologia em Palmares¹⁶.

Assim, novos cursos na área foram abertos pelo país (entre especializações, graduações e pós-graduações), laboratórios foram montados, criaram-se novos eventos, grupos de trabalhos nas faculdades de História dedicados exclusivamente à Arqueologia, publicações das mais diversas são escritas todos os anos, além, claro, da ampliação dos trabalhos de campo realizados pelo país, visando maior democratização do conhecimento:

De prática nobiliarquia, fora do âmbito acadêmico, a Arqueologia chega à segunda década do século XXI forte não só como atividade universitária reconhecida no Brasil

¹⁶ Ver: CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares como espaços de sonhos**: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga. 2005. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

e no estrangeiro, como relevante para os grupos sociais mais variados e secularmente excluídos, ignorados ou rejeitados. (FUNARI; CARVALHO, 2012, p. 90).

Com o advento desses novos pesquisadores, da democratização do Ensino Superior que se ampliou durante os anos de 2002 e 2015 (auxiliando, portanto, no acesso às universidades por parte de grupos étnicos marginalizados, como povos indígenas e negros), houve um aumento da preocupação com a presença da etnicidade nas pesquisas acadêmicas. No exterior essa preocupação advém da década de 1960, com a conexão da Arqueologia com a Antropologia, onde se começou a aventar que a primeira não poderia refletir *apenas* os povos dos passados (e os passados dos povos). Muitos aspectos de certas comunidades seguem presentes até hoje, inclusive sendo compartilhado entre grupos. Claro que, no geral, as identidades étnicas não são monolíticas, preservando apenas os costumes do passado e encerradas em si mesmas, mas sim são fluídas, dentro de si próprias e em contato com o outro. E tal fator exerce um reflexo também na cultura material. De modo que “[...] muitos estudos têm explorado as maneiras pelas quais os grupos étnicos se formaram e o contexto de resistência à dominação colonial e do Estado” (JONES, 2005, p. 34).

Assim, não se deve menosprezar os estudos históricos e arqueológicos feitos até então, ou desconsiderar as fontes documentais como possíveis representações do passado, mas sim trabalhar de modo que essas documentações (independentemente de seus formatos) dialoguem com as sociedades atuais. Não mais como um passado cristalizado e incontestável, mas sim como prática identitária, de maneira que os estudos possam denunciar transmissões, (des)continuidades, semelhanças, rupturas e silenciamentos, dentre outras conjecturas sociais possíveis (TRIGGER, 2004, p. 23, 24). Assim, o pesquisador necessita “[...] abandonar a procura por grupos étnicos homogêneos e limitados e focar nas maneiras que os estilos particulares de cultura material podem ter sido envolvidos na expressão ativa da etnicidade em diferentes contextos” (JONES, 2005, p. 39). Esse trabalho se dá por meio da análise discursiva das fontes (principalmente materiais, no caso de grupos étnicos) em cruzamento com os modos de prática e valores que caracterizam particularmente os contextos analisados, considerando as demais ciências, como a própria História, a Etnologia, a Antropologia, a Geologia, a Linguística, a Paleontologia, dentre outras (JONES, 2005, p. 39, 40).

Tal trabalho em torno da etnicidade é primordial para a decolonialidade das disciplinas. Muito recentemente o diálogo sobre metodologias, questões locais e envolvimento da comunidade começou a ganhar destaque. Até então, os trabalhos realizados ainda relegavam à Arqueologia um *status* acadêmico demasiadamente elevado e colonialista:

Até fins do século XX, discussões a respeito das relações entre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas eram escassas no Brasil. À época, prevalecia a ideia de que a maioria dos arqueólogos estudaria os “índios mortos”, ao passo que etnólogos, linguistas e outros profissionais trabalhavam com os “índios vivos”. Essa dicotomia simplifica questões epistemológicas demasiadamente complexas, minimiza a responsabilidade social e a ética na prática arqueológica e, conseqüentemente, favorece um processo de alienação em relação à situação histórica dos povos originários no tempo presente. Chama ainda a atenção para a colonialidade que caracteriza o processo de institucionalização do campo da arqueologia no Ocidente, verificado especialmente a partir do século XIX, sob a égide de percepções eurocêntricas, evolucionistas e nacionalistas acerca do mundo e da humanidade. Soma-se a isso uma grande influência da presença dos Estados-nações e do colonialismo interno característico de cada país. (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Assim, pouco a pouco, com o avançar dos estudos nacionais e sobretudo a partir da década de 1980, começou a haver um processo lento de decolonialidade dos estudos historiográficos e arqueológicos brasileiros, tornando-se mais recorrente ao longo da primeira década do século XXI. Deve-se lembrar que alguns dos primeiros cruzamentos entre Arqueologia e Etnografia no Brasil, no entanto, se deram ainda em meados da década de 1980, com a tese de doutorado de José Proenza Brochado:

Portanto, a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas. (BROCHADO, 1984, p. 565 apud OLIVEIRA, 2017, p. 42).

De modo geral, a questão da decolonialidade das disciplinas é um ponto de suma importância para as Ciências Humanas nos países fora do eixo euro-ocidental. Essa operação na Arqueologia deu-se por meio de trabalhos acadêmicos que começaram a unir a importância das práticas locais, a partir de estudos etnográficos ligados aos debates de Arqueologia Pública, então já existentes (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Em diversos textos de outros países latino-americanos a questão da problemática da colonialidade já vem sido igualmente levantada há algum tempo. Walter Mignolo, por exemplo, a trata como o lado mais obscuro da modernidade, tendo como base os estudos de Anibal Quijano, realizados ainda na década de 1980 (MIGNOLO, 2017). Seguindo a linha de pensamento do autor, é necessário que a decolonialização seja feita justamente a partir do conhecimento, mas é preciso que ela afete colonizado *E* colonizador. Ela não deve ser apenas uma luz para os que seguem com suas memórias relegadas ao esquecimento, mas sim algo que rompa principalmente com o racismo e a xenofobia.

De forma que as Ciências Humanas, de maneira geral, devem abrir espaços de criação para os povos não euro-ocidentais (e outros grupos subalternizados), e, ao mesmo tempo, se abrir verdadeiramente para a leitura e compreensão dessas sociedades. A interpretação dos conhecimentos desses grupos, quando necessário, deve se dar de maneira diferenciada, pois parte deles não possuía (e alguns ainda não lhes convém possuir) escrita e suas memórias são passadas para as gerações seguintes por meio de outras linguagens, como a oral, a pictórica, a dança, música e, conseqüentemente, a cultura material (MIGNOLO, 2010, p. 7–45). Michel Rolph-Trouillot (1949–2012), em 1995, também problematizou a questão da modernidade e da dominação histórica. O autor haitiano tratou da questão do “fazer história”, do silenciamento de diversos agentes históricos e o quanto esses dois aspectos são carregados de poder, principalmente no que diz respeito à preservação de memórias (TROUILLOT, 2016). A análise de outras linguagens como a cultura material, portanto, pode levar à quebra de determinados silenciamentos impostos pelas sociedades euro-ocidentais.

No Brasil, entretanto, existe um fator diferenciador importante: o brasileiro, no geral, não se reconhece nas culturas ancestrais locais (fator que também ocorre com frequência nos Estados Unidos). Na maioria dos outros países que se utilizaram ou utilizam do passado como ferramenta nacionalista, há uma “continuidade étnica”, a qual vincula diretamente o passado com o presente daquelas pessoas. Como alguns exemplos pode-se citar o governo de Napoleão Bonaparte, a Alemanha nazista, o fascismo de Mussolini na Itália, ou países menos ufanistas, como México, Inglaterra, Austrália, China e diversos países da América do Sul e África Meridional (LIMA, 1988, p. 20–22; FUNARI; JUSTAMAND; OLIVEIRA, 2019, p. 27; FUNARI, 2006, p. 67, 68). Apesar de ter havido tentativas por parte de artistas e escritores em elogiar o passado dos povos originários brasileiros (sobretudo na Semana de Arte Moderna de 1922, e até mesmo por parte do infeliz Movimento Integralista, ao tentar, por exemplo, transformar a figura do “Papai Noel” em “Vovô Índio”), as raízes brasileiras, de modo geral, respiram por meio de frondes europeias: “No caso do Brasil, entretanto, e também dos Estados Unidos (TRIGGER, 1980) houve uma profunda ruptura nesse plano, que determinou uma importante descontinuidade entre as sociedades que antecederam e as que se formaram após o contato com o europeu” (LIMA, 1988, p. 22). Havendo, assim, atualmente um apreço e uma identificação muito maiores pelo passado imigrante, sobretudo do século XIX e começo do XX.

Entretanto, os estudos das Ciências Humanas, entre elas a Arqueologia (que sempre dialogou com a “Pré-História”, anteriormente a partir de um viés euro-ocidental, como foi explanado) têm tentado romper com essa falta de sensibilização de parte da população brasileira para com as suas demais raízes. André Prous, francês radicado no Brasil há mais de 40 anos, na

edição de seu livro relançado em 2019, *Arqueologia Brasileira — a pré-história e os verdadeiros colonizadores*, demonstra indiretamente a importância da decolonialidade da Arqueologia no Brasil e o respeito para com as culturas que advém desse novo pensamento. O autor afirma que para algumas comunidades muitos dos registros encontrados não se tratam de objetos relegados ao esquecimento, mas sim “[...] marcas presentes daqueles seres/entidades que fundaram a sociedade atual” (PROUS, 2019, p. 816. grifo do autor). Ou seja, para algumas comunidades, como os povos originários, os artefatos podem ser objetos importantes de culturas ancestrais que ainda se fazem presentes. De forma que é preciso trabalhar em contato com cada grupo em específico pelo fato dessa concepção de “objeto” ser diversa à euro-ocidental (a qual na maioria das vezes, na perspectiva do tempo considerado histórico, está envolvido com bens de consumo, trazendo diversos debates econômicos e sociais) e poder estar vinculada a religiosidades ou outras questões culturais próprias que exigem respeito. Segue o autor:

Não acredito que os métodos e as técnicas “científicas” devam ser desprezados e substituídos, mas nasce a compreensão do fato que associar às pesquisas representantes das comunidades tradicionais permite resgatar outras formas de pensar o meio no qual elas se desenvolveram e respeitar anseios que eles têm de preservação do seu passado (que se continua no presente) – numa forma que nem sempre é aquela que nós, intelectuais urbanos cortados da sua terra ancestral, tínhamos imaginado. Assim podemos pensar que uma “etnologia arqueológica”, a ser ainda criada a partir da multiplicidade das culturas; ela poderia entrar em simbiose com a “arqueologia tradicional” arrogante imposta pelos “donos do saber científico” oriundos da Academia dos “Branços”. (PROUS, 2019, p. 816).

Ou seja, a decolonialidade na Arqueologia não significa se desfazer de todos os conhecimentos acadêmicos, mas sim ampliar seus horizontes, realizando uma troca de sabedorias que seja justa, respeitosa e democrática com as comunidades que a cercam.

Esse cruzamento de conhecimentos se ampliou com o início da publicação de trabalhos científicos da leva de alunos que ingressou nas faculdades no começo dos anos 2000 — e, consequentemente, seus orientandos. E esse número só tende a aumentar, sobretudo com a instituição de cotas como as étnicas, sociais, de PcD e de gênero, nos vestibulares e pós-graduações realizadas nos últimos anos, bem como graças à criação de editais específicos, como os vestibulares indígenas. Assim, há cada vez mais uma busca pela decolonialidade e pelo trabalho que envolva o contato e respeito pela identidade étnica e de gênero, bem como pela diversidade de condições, sejam elas de saúde, sociais, econômicas, físicas ou mentais. No entanto, ainda há muito o que fazer, pois a educação (inclusive acadêmica), ainda é colonial, persistindo em seu aspecto disciplinar euro-ocidental, o qual segue “[...] um princípio de

controle da produção do discurso. Ela [a disciplina] lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2013, p. 34).

Outro tipo de silenciamento infelizmente comum nas sociedades latino-americanas contemporâneas é aquele que fora (ou é) imposto por governos. Advindo normalmente de administrações autoritárias, esses silenciamentos acabam sendo ignorados — ou até mesmo negados — por parte da população, criando um silenciamento social, que por vezes pode ser tão perigoso quanto o silenciamento institucionalizado. Acerca do período da Ditadura Militar brasileira, destacam-se dois eventos estudados pela chamada Arqueologia da Repressão e da Resistência: a Guerrilha do Araguaia e a “Vala de Perus”.

A Guerrilha do Araguaia (orquestrada pelo PCdoB na região conhecida como “Bico do Papagaio”, localizada entre os estados de Tocantins e Pará — então Goiás) ocorreu entre os anos de 1964 e 1974, sendo extinta após o extermínio dos guerrilheiros. O evento foi silenciado por vários anos, graças a Sebastião Curió Rodrigues de Moura, mais conhecido como “Major Curió” (1938–2022), que, após ter comandado a última fase de repressão à Guerrilha, se instalou na região (inclusive chefiando o garimpo em Serra Pelada). Outra problemática em relação à identificação das localizações onde foram enterrados os corpos dos guerrilheiros é a opressão contra os moradores locais. Os camponeses também foram vítimas brutais da repressão, ao ponto de algumas testemunhas negarem-se a comentar acerca do tema até os dias de hoje, por medo da possibilidade de sofrerem represálias. As primeiras pesquisas arqueológicas na região em busca de corpos de desaparecidos datam de 1995, e possibilitaram a identificação de dois cadáveres, um em 1996 e outro em 2009 (JUSTAMAND; MECI; FUNARI, 2014, p. 85; JUSTAMAND; MECI, 2015, p. 124). No entanto, foi em meados da década de 2010, graças à pressão de familiares e de associações da sociedade civil, que os trabalhos realmente ganharam corpo. Arqueólogos do Grupo de Trabalho Araguaia foram responsáveis por realizar escavações e prospecções de forma sistemática nos locais onde funcionaram duas bases militares da região (Xambioá e Morro do Urutu), entre os anos de 2012 e 2015, na tentativa de identificar os restos mortais dos guerrilheiros e materiais não esqueléticos, os quais servem como provas da existência da Guerrilha e dos terrores que lá aconteceram. Os resultados dos trabalhos arqueológicos no Araguaia podem ser conferidos na tese de doutorado em Arqueologia de Rafael de Abreu e Souza ¹⁷.

¹⁷ Ver: SOUZA, Rafael Abreu e. **A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TP/PA: noite e nevoeiro na Amazônia**. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019.

Já as buscas realizadas no cemitério Dom Bosco, localizado no distrito de Perus em São Paulo, evidenciaram em uma vala clandestina a presença de ossadas de desaparecidos políticos e membros da comunidade local. Descoberta em 1990, a “Vala de Perus” revelou 1049 ossadas, as quais foram enterradas em sacos plásticos e sem identificação alguma e até então atribuídas a indigentes. Apenas em 2001 as ossadas foram transferidas para o cemitério do Araçá (também localizado na capital paulista (JUSTAMAND; MECI, FUNARI, 2014, p. 83). Desde 2014 os trabalhos de identificação são realizados pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da UNIFESP, que atuava junto ao Grupo de Trabalho Perus (extinto em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro ¹⁸). Apesar das condições precárias de pessoal, estruturas e tecnologias, os trabalhos realizados na UNIFESP resultaram na identificação de mais duas pessoas em 2018, além das outras três que já haviam sido identificadas durante a década de 1990. Estima-se que ao menos 19 dos corpos localizados em Perus pertençam a militantes assassinados, sendo os outros mais de mil corpos referentes a indivíduos que também foram silenciados de algum modo e por algum motivo pela Ditadura Militar (MADEIRO, 2020). Inclusive, “O cruzamento das informações colhidas na análise esquelética com registros históricos sugere que há vítimas de uma epidemia de meningite em São Paulo, na década de 1970, que os militares tentaram ocultar da população, proibindo a imprensa de noticiar o assunto” (MAYER, 2022).

Todos esses indivíduos, portanto, conforme Edson Luis de Almeida Teles (filho de Maria Amélia de Almeida Teles e atual coordenador do CAAF), são desaparecidos políticos “[...] porque a violência de Estado sempre se fez presente para os que vivem nas periferias das cidades” (MAYER, 2022). Além de terem suas vidas ceifadas, foram deixados “sem identificação, sem dignidade, sem memória, sem vida, riscados da existência no não-lugar dos desaparecidos” (JUSTAMAND; MECI; FUNARI, 2014, p. 83). A despeito do encerramento do GT Perus (e das tentativas de sabotagem do antigo governo de Jair Bolsonaro, bem como da realocação da sede do CAAF para outro imóvel), o trabalho de identificação das ossadas por parte do Centro ainda resiste, lutando pela reparação histórica de desaparecidos

¹⁸ Deve-se ressaltar que o governo federal de Jair Bolsonaro também tentou transferir as ossadas para o Instituto de Pesquisa de DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal, localizado em Brasília, investida que foi amplamente desaprovada pelos familiares dos desaparecidos políticos e pela comunidade de Perus, a qual conta também com diversos desaparecidos, e seguem aguardando pela identificação dos corpos (TELES, 2018; ANGELO, 2019; MAYER, 2022). Além disso, houve lentidão no repasse dos laudos de identificação das ossadas, que era realizado no laboratório da Comissão Internacional de Pessoas Desaparecidas (*International Commission on Missing Persons* — ICMP), localizado em Haia (Holanda). De acordo com reportagem da Revista Piauí, datada de novembro de 2022, até o fechamento da matéria, o governo não havia repassado os relatórios descritivos do ICMP, prejudicando “[...] a transparência das informações e o desenvolvimento da pesquisa sobre Perus”, dentre outras pesquisas forenses realizadas pelo CAAF (MAYER, 2022).

(independentemente se eram militantes ou membros da comunidade local) e de suas famílias (MAYER, 2022).

De modo que, nesse sentido, a Arqueologia pode “apaziguar a dor do desaparecimento, do não saber, do imaginar e do elucubrar. [...], traz-se à tona o sensível (BEZERRA, 2013), de forma simétrica (WITHMORE, 2007), da materialidade *au combat* às não-narrativas” (SOUZA, 2015, p. 223), possibilitando, assim, descobrir o paradeiro dos corpos de desaparecidos políticos. Além disso, há a chance de se encontrar outros resquícios que apresentem provas materiais sobre o período silenciado, como locais de tortura, confrontos ou até mesmo lugares que funcionavam como “aparelhos” por parte dos militantes (JUSTAMAND; MECI, 2015, p. 128, 130). Vale lembrar que a iniciativa da busca dos remanescentes físicos das vítimas da Ditadura Militar brasileira é fruto de uma luta incessante e incansável de seus familiares, amigos e pesquisadores, não tendo sido idealizada pelo Estado ou por qualquer outra instituição não-civil. E eles seguem lutando em busca de respostas, pois o acesso a essas pesquisas se mantém restrito, tendo sido muito dificultado pelo governo federal de Jair Bolsonaro, o que por consequência acabou restringindo igualmente a divulgação das buscas, inclusive academicamente falando (JUSTAMAND; MECI, 2015, p. 129).

Por fim, há o esquecimento (ou talvez devesse se chamar “sufocamento”) das histórias regionais. Ou seja, um apagamento (proposital ou não) de certas memórias locais em detrimento de outras, como, por exemplo, memórias originárias, negras, campesinas no geral, de migrantes ou operárias, questão a ser mais bem trabalhada no capítulo subsequente.

De forma que, sendo uma ciência que trabalha com um tipo de linguagem extraoficial (apesar de sua sistematização como disciplina), a Arqueologia pode ajudar a quebrar com alguns dos silêncios, sejam eles impostos pelos discursos vigentes (institucionais ou sociais) ou pela educação formal euro-ocidental. No entanto, ela ainda tem suas problemáticas como disciplina, sobretudo de cunho político e econômico. Como foi dito, a Arqueologia é uma ciência que traz aspectos de poder em suas bases. Esse poder corre no mesmo sentido da veia do poder histórico: o de legitimação de ideias por meio das memórias... só que materiais. E da mesma maneira que acontece com a História, não é possível guardar todas as memórias materiais. Primeiramente por uma questão de perenidade (afinal, a maioria dos itens que produzimos não são necessariamente feitos para durarem pela eternidade). Em segundo lugar, por questão de espaço físico. Por fim, e mais importante, o interesse das instituições. Por se tratar de uma ciência detentora de uma autoridade material, a Arqueologia já foi (e ainda é) muito utilizada para legitimar identidades, e, conseqüentemente, silenciar outras. Sendo, portanto, uma ciência política e ideológica (SILVA, 2005, p. 94–95; FUNARI, 2006, p. 100).

Assim, a Arqueologia brasileira contemporânea busca uma decolonialidade que é cada vez mais latente. Desde seus primórdios ela trouxe traços importantes nesse sentido, porém, ainda contendo aspectos coloniais (sendo que alguns ainda persistem até os dias atuais). Contudo, já havia a preocupação pelo passado Pré-Colonial e dos povos originários, mesmo em uma época em que os mitos bandeirantes ainda estavam em alta. Posteriormente, grupos de mulheres (destacando-se Niède Guidon) foram treinados pelas Missões Francesas e dirigidos por outro nome feminino importante: Anette Laming-Emperaire. Com o tempo mais mulheres se entrincheiraram junto às escavações (SOUZA, 2019, p. 28), e a elas se uniram negros, povos indígenas, LGBTQIA+, em busca de memórias materiais que pudessem revelar aspectos passados de suas culturas. Ou seja, a Arqueologia no Brasil — e no mundo — já há muito deixou de ser essencialmente militar e masculina. Além dos trabalhos de campo passarem a ter também um compromisso social com as comunidades no entorno, deixando de lado aquele ar de “caça ao tesouro” ou mera atividade acadêmica. E nisso veio a sua preocupação com a recuperação de memórias, sejam elas originárias, negras, caipiras ¹⁹, sertanejas, operárias, militantes, femininas, LGBTQIA+, dentre outras, os quais já haviam sido evidenciadas também pela Nova História, pela História Social Inglesa e pelo Pós-modernismo.

Mesmo com a ampliação da democratização do Ensino Superior (o qual foi ainda mais sucateado e sufocado pelo governo de Jair Bolsonaro) com a criação de mais cursos de Arqueologia, essa disciplina ainda segue sendo uma ciência um tanto elitista ou pertencente à classe média. Ou ao menos é assim encarada por boa parte da população. Sobretudo se se considerar as dificuldades de financiamento por meio de bolsas de estudos e possibilidades de empregos, além de seu vínculo ainda grande com os museus, que também são encarados como (e muitas vezes de fato *o são*, sobretudo ao cobrarem entradas) locais igualmente destinados às pessoas das classes supracitadas (PROUS, 2019, p. 27, 28; HAMILAKIS, 2015, p. 57, 58). Nesse contexto destaca-se um dos papéis mais importantes da Arqueologia, que envolve principalmente a mais conhecida como “Arqueologia de Contrato”: a Arqueologia Pública. É uma prática que se amplia cada vez mais no Brasil por conta de certas leis ambientais e que aumenta as possibilidades para arqueólogos no mercado de trabalho, mas que contém diversas problemáticas, havendo muitas barreiras institucionais e financeiras (além das governamentais) para que a práxis possa abarcar esses grupos de maneira mais abrangente. Para dar continuidade

¹⁹ O termo “caipira” adotado no presente texto não carrega em si um tom pejorativo, mas sim é trazido como um aspecto de identidade regional do interior paulista.

a esse tema, portanto, faz-se necessário projetar um pouco de luz sobre essas temáticas em tópico separado, a ser tratado a seguir.

1.3 Perspectivas para uma prática da Arqueologia em Obras de Engenharia

Conforme mencionado, a Arqueologia, assim como a História, é uma ciência que envolve poder. Tal aspecto é explicitado até mesmo em seu nome: *Arkhaiología*, do grego, que significa “conhecimento dos primórdios” ou “relato das coisas antigas” (FUNARI, 2006, p. 13). Mas, aprofundando na etimologia, uma das possibilidades do significado do substantivo “*arkhê*”, que originou o adjetivo “*arkhaios*”, é justamente “poder” ou “autoridade”. De modo ser possível aventar que a Arqueologia também estuda o poder, ou ao menos mantém uma “[...] autoridade como ciência legitimadora, no presente, de discursos acerca do passado” (RODRIGUES, 2011, p. 2–3; FUNARI, 2006, p. 52). E tal poder, claramente, é de origem euro-ocidental, justamente por seu *status* de disciplina e ciência acadêmica.

A Arqueologia sempre foi (e sempre será) uma ciência destrutiva, seletiva, política e interpretativa-subjetiva. Destrutiva, pois ao escavar e encontrar cultura material, destrói-se seu contexto, e por mais que se fotografe, desenhe ou registre por qualquer meio, jamais se terá a compreensão original do que aquele sítio fora (mesmo porque sabe-se que imagens podem ser facilmente manipuladas ou porque foi escavado apenas parte do sítio) e tampouco haverá uma completa compensação da perda material ²⁰. Seletiva, pela “escolha de Sofia” que existe sobre o que deverá ser salvo e o que deverá ser descartado — independentemente de haver um ato deliberadamente político por detrás dessa escolha ou não (ALVARENGA, 2016, p. 67, 68). Política, pela questão do poder de identidade que a cultura material emana por si só, já discutido neste trabalho. E interpretativa-subjetiva, pois essa é a principal premissa do método científico: interpretar dados — que geram respostas subjetivas, devendo-se sempre considerar o contexto do objeto de estudo e do pesquisador, da mesma forma que acontece com a ciência histórica (FUNARI, 1988, p. 32, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 57, 63, 97, 98, 100; FUNARI; JUSTAMAND; OLIVEIRA, 2019, p. 25. JONES, 2005, p. 32). Ao longo dos anos muito material de algumas comunidades brasileiras se perdeu por conta dessas questões, que foram regradas sobretudo pelo (des)interesse euro-ocidental, o qual prezava por salvar aquilo que era considerado excepcional pelos pesquisadores. Destarte, a Arqueologia Pública surgiu para tentar minimizar

²⁰ Segundo o art. 2 da “Carta de Lausanne”: “O patrimônio arqueológico é um recurso frágil e não renovável. Os planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio.” (ICOMOS, 1990).

um pouco essas problemáticas, de forma a trazer a ciência mais perto da população, e se propondo a estar a seu serviço. Esse tema será mais bem elaborado no decorrer do quarto capítulo.

Nos subcapítulos anteriores apresentou-se como a Arqueologia é uma ciência interdisciplinar, e com isso infere-se que ela dialoga com outros estudos acadêmicos. Pois um dos aspectos da disciplina, inserido na cultura euro-ocidental, está necessariamente conectado ao ensino e suas produções como formas de discurso vigente. Tal questão, no entanto, não significa que o trabalho arqueológico necessariamente (apesar de ser imprescindível) tenha multivocalidade. Ou seja, dialogue e se aproprie das mais variadas vozes da sociedade, necessárias para a complementação de silêncios e lacunas históricas. Esse aspecto multivocal tem sido cada vez mais evocado nos últimos anos, e a Arqueologia Pública tem ajudado a disciplina a se desenvolver nesse sentido. Apesar dessa sua importância, não é possível reaver todo o passado por meio da Arqueologia, ficando a recuperação da memória à mercê dos objetos remanescentes que porventura foram encontrados, do que se foi preservado posteriormente, dos interesses dos pesquisadores e agenciadores de pesquisa e de como todas essas questões são sistematizadas e interpretadas (TRIGGER, 2004, p. 438).

Assim, conforme a eurocidentalização das sociedades, os agrupamentos humanos foram se urbanizando, ampliando e muitas vezes desprezando aspectos culturais locais, o que levou à criação de camadas estratigráficas tanto históricas quanto arqueológicas. De forma que se pode dizer que as cidades se autoconsomem, sobretudo historicamente falando. Esse fenômeno é muitas vezes amainado com a ajuda da Arqueologia em Obras de Engenharia, que evidencia vozes, que há muito se encontravam soterradas, por meio da cultura material. Assim, tendo sido explanados alguns aspectos em torno da Arqueologia, de maneira geral, resta neste capítulo tratar sobre uma última questão: a Arqueologia em Obras de Engenharia. Conhecida também como Arqueologia de Contrato, Preventiva, Comercial ou de Desenvolvimento ²¹, essa prática

²¹ Não se optou pela utilização de “Arqueologia Preventiva”, pois, como será melhor trabalhado nos capítulos subsequentes, ela não previne totalmente os riscos de destruição da cultura material, o contexto ou o meio-ambiente. Tão pouco é adotado o termo “Arqueologia de Resgate” ou “de Salvamento”, pois não necessariamente haverá algum resgate, como será igualmente vislumbrado ao longo do texto (a despeito disso, a atividade arqueológica ocorrerá de qualquer maneira, estando envolta por questões sociais e políticas independentemente do encontro de material ou não). Assim, optou-se pelo termo “Arqueologia em Obras de Engenharia”, utilizado por Monticelli em suas obras: “Prefiro a designação ‘Arqueologia em obras de engenharia’ devido a uma de suas características que considero mais marcante e que a diferencia, qual seja, os projetos e execuções estão condicionados à existência ou possibilidade eminente de implantação de obras de engenharia, mais do que condicionadas à necessidade de um contrato entre as partes (empreendedor/arqueólogo), ainda que reconheça que o termo ‘arqueologia de contrato’ está amplamente disseminado.” (MONTICELLI, 2002, p. 106, nota de rodapé nº 3 apud MONTICELLI, 2010, p. 14) e segue “Entendemos que ‘Arqueologia em obras de engenharia’ é uma expressão que indica, ainda que de forma sucinta, as diferentes pesquisas que são executadas pelos arqueólogos em áreas onde serão implantadas obras de engenharia. Obras de engenharia, além das construções propriamente

arqueológica é a mais aplicada em território brasileiro até os dias atuais, justificando o seu destaque na presente tese. Seu campo de trabalho, no entanto, não difere da Arqueologia Acadêmica, tendo como base a análise e os estudos dos Sítios Arqueológicos e da cultura material. Neste subcapítulo será feita uma apresentação sobre o tema, sobretudo referente à legislação. As problematizações existentes em torno da prática serão devidamente realizadas no terceiro capítulo, juntamente com a apresentação e a análise das documentações selecionadas.

Dessa forma, é preciso designar o que é um Sítio Arqueológico. A definição de um “Sítio Arqueológico” é considerada complexa pela maioria dos pesquisadores — e essa questão é inclusive endossada pelo verbete intitulado “Sítio Arqueológico” do *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural* (SÍTIO ARQUEOLÓGICO, [s.d.]). Entretanto, para além da conceituação e da exegese acadêmica, existem algumas definições e parâmetros que precisam ser seguidos para fins práticos de pesquisa. No Brasil, a norma que atualmente rege a concepção de Sítio Arqueológico é a Portaria nº 316, de 04 de novembro de 2019 ²². De acordo com seu art. 2 “[...], Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período Pré-Colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica” (IPHAN, 2019). Essa definição vai de encontro com o que foi proposto na “Carta de Lausanne” de 1990, citada no presente capítulo. A norma brasileira propõe o processo de identificação de um sítio arqueológico (sobretudo para fins de gestão do IPHAN), devendo ser definidos sua delimitação, georreferenciamento, caracterização e contextualização. A caracterização deverá apresentar como conteúdo mínimo os seguintes itens: “Síntese do bem”; “Tipo de sítio”; “Classificação dos vestígios”; “Inserção na paisagem”; “Contexto deposicional”; “Estado de conservação”; e “Registro fotográfico”. Já

ditas, implicam estudos de viabilidade, projetos, antes da execução das atividades (instalação e operação). Entendemos que as intervenções ocasionadas em obras de infraestrutura abarcam a maioria das atividades em que hoje é necessário o licenciamento ambiental, para as quais a Arqueologia é chamada a contribuir com seus estudos: instalação de indústrias, exploração de jazidas, implantação de loteamentos, complexos automotivos, parques eólicos, linhas de transmissão, usinas e tantos outros. Mesmo assentamentos de populações, instalação de canteiros de obras e criação de grandes lavours têm em comum a necessidade de intervenções humanas, com suas máquinas, cercas, benfeitorias.” (MONTICELLI, 2010, p. 14). De modo que o termo engloba não apenas o vínculo entre pesquisador e empresa, mas também todos os procedimentos existentes durante o processo de licenciamento ambiental, inclusive o fato de se encontrar ou não cultura material. Além disso, um empreendedor ou pessoa física pode contratar uma empresa especializada para realizar trabalhos arqueológicos, sem estar necessariamente vinculada a uma obrigação jurídica, sendo este mais um dos motivos pelo qual não se utilizou o termo “Arqueologia Comercial” ou “de Contrato”, embora, como disse a autora supracitada, seja o mais difundido até os dias de hoje. Por fim, não foi utilizado o termo “Arqueologia de Desenvolvimento” pelo fato do vocábulo expressar diversas problemáticas, sendo a principal delas o fato de que o “desenvolvimento” ser encarado como algo positivo e estar necessariamente conectado a supostos avanços urbanos, desconsiderando as problemáticas dissimuladas que o “progresso” carrega.

²² Todas as leis, decretos, normas, resoluções e demais documentações legislativas acerca do patrimônio encontram-se disponíveis no site do IPHAN (IPHAN, 2022).

a contextualização é definida no art. 7 como “[...] a interpretação dos dados referentes às dimensões temporal, espacial e cultural do sítio arqueológico, somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos” (IPHAN, 2019). No § ²³ segundo do mesmo artigo, a Portaria denomina como “Bem Arqueológico Móvel” aqueles vestígios encontrados que impossibilitem uma contextualização e, portanto, a denominação do local como Sítio Arqueológico (havendo um cadastro próprio para esse tipo de documentação encontrada). Sendo observadas as questões supracitadas, o IPHAN dará início ao processo de reconhecimento do Sítio Arqueológico, o qual poderá ser deferido ou não. Por fim, é importante salientar segundo o art. 13 da mesma norma, o IPHAN garante “[...] a proteção de todos os sítios arqueológicos, ainda que não identificados” (IPHAN, 2019). Ou seja, sua proteção deve se dar previamente, sobretudo por meio de medidas socioeducativas e mitigadoras, as quais serão debatidas ao longo do quarto capítulo.

Vale ressaltar que a questão da proteção ao patrimônio arqueológico nacional por meio de normas não é recente. Conforme o art. 7 da Lei nº 3.924/1961, “[...] as jazidas arqueológicas ou Pré-Históricas de qualquer natureza [...] são consideradas para todos os efeitos bens patrimoniais da União” (BRASIL, 1961), sendo proibida sua mutilação, destruição ou aproveitamento econômico de sítios arqueológicos brasileiros “antes de serem devidamente pesquisados” (conforme o art. 3 da mesma Lei). Ou seja, as fontes arqueológicas são patrimônios nacionais que, após serem encontradas, ficam sob posse do governo federal, sendo sua obrigação protegê-las e incentivar pesquisas em torno delas. Entretanto, os locais onde são encontrados contextos arqueológicos podem ser devidamente aproveitados após realizados os estudos. Lembrando que tais trabalhos deveriam ser feitos visando o bem-estar da sociedade brasileira e respeitando sua pluralidade sociocultural. Assim, a já mencionada Lei nº 3.924 de 1961 foi um dos primeiros incentivos para que as também já citadas pesquisas de salvamento arqueológico ocorressem no Brasil, “[...] já que a pesquisa prévia era condição para liberação de áreas arqueológicas para fins econômicos” (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 55), e que posteriormente deram origem às atividades da Arqueologia em Obras de Engenharia.

Os primeiros empreendimentos brasileiros a apresentarem a necessidade de investimentos em programas de salvamento arqueológico em seus trabalhos foram as hidrelétricas, logo na década de 1970. No entanto, os pesquisadores ainda não eram remunerados, sendo os financiamentos destinados apenas às infraestruturas e pesquisas. Os programas de salvamento arqueológico seguiram vinculados às zonas destinadas às

²³ Símbolo utilizado para indicar parágrafos em citações de leis e regulamentos.

hidrelétricas até o começo da década de 1980, no estado do Pará, com os programas do Porto Trombetas (1981) e de exploração de minério em Carajás (1983). Ainda na década de 1980 os pesquisadores começaram a ser remunerados por seus trabalhos nas pesquisas de salvamento, o que colaborou para o surgimento também de arqueólogos autônomos. Nessa mesma época foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que igualmente colaborou para a necessidade da Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 55, 57, 58; ZANETTINI; WICHES, 2014, p. 240). Do mesmo modo, durante as décadas de 1970 e 1980, foram dados os primeiros passos da prática em outros países; inclusive já se buscava por uma perspectiva teórico-metodológica coletiva que abarcasse os trabalhos envolvidos na atividade, havendo inicialmente uma abordagem teórica Processualista (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 66).

A principal linha que separa a Arqueologia de Salvamento Acadêmica da Arqueologia em Obras de Engenharia é o tipo de financiamento da pesquisa, o qual é feito por parte de uma pessoa (física ou jurídica — normalmente a segunda com maior frequência — de direito público ou privado), visando, de maneira geral, o aproveitamento econômico do local, e não uma pesquisa científica com problemáticas a serem questionadas (CALDARELLI, 2015, p. 7). Nesse ínterim foi introduzido o trabalho arqueológico nas Avaliações de Impacto Ambiental. Segundo o cap. 2 da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, é necessário que a pesquisa seja feita em construções que possam causar impactos ambientais, como hidrelétricas, locais de extração de minérios e combustíveis fósseis, estradas, ferrovias, aeroportos, oleodutos, aterros sanitários, distritos, complexos e unidades industriais, dentre outras. Além disso, são compreendidos grandes projetos urbanísticos, cuja metragem conste acima de 100 hectares (como loteamentos, grandes complexos de edifícios, shoppings centers, e tantas outras obras), ou que estejam em áreas de relevância ambiental — e até mesmo histórica — conforme critérios dos órgãos competentes (CONAMA, 1986).

Essa intervenção, na grande maioria das vezes, acaba acarretando não apenas na mutilação, como na destruição dos sítios, haja vista que no Brasil poucos empreendedores têm o interesse em manter os sítios arqueológicos como parte das construções, de forma de atrair turistas, semelhante ao que acontece em outros países (CALDARELLI, 2000, p. 55, 58, 63; FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008, p. 19, 20). Ainda no art. 2 da mesma norma, é exigida a produção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em trabalhos realizados nas dependências do empreendimento. Por fim, em seu cap. 9 está escrito que “[...] encontram-se aqueles que mais têm demandado o concurso de arqueólogos, a saber: o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, o

licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e a criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual ou municipal” (CONAMA, 1986).

Nesse sentido, em 17 de dezembro de 2002 o IPHAN lançou a Portaria nº 230, a qual versava detalhadamente sobre as etapas de trabalho arqueológico a serem realizadas durante o licenciamento ambiental:

A sistematização dos procedimentos necessários para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, no contexto do licenciamento ambiental, somente foi compatibilizada no ano 2002, por meio da publicação da Portaria nº 230, que normatizava e padronizava etapas (Licença Prévia – LP; Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO), intervenções, prazos e critérios para o licenciamento ambiental e tratava dos estudos em arqueologia nas fases de diagnóstico, prospecção, resgate e Educação Patrimonial. Também fixava os dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica (IPHAN, 2004). Nestes termos, a continuidade do crescimento da emissão de portarias ligadas à Arqueologia Preventiva é inteligível, tendo em vista que ela estabeleceu a realização de estudos específicos para cada etapa do licenciamento, sendo necessária uma autorização de pesquisa para cada uma delas. Associado a isso, a conjuntura econômica e social do país proporcionou um crescimento sem precedentes da arqueologia brasileira. Monticelli informa a importância de legislações sobre impacto ambiental ter fortalecido a área da Arqueologia Preventiva: “O grande impulso recebido pela arqueologia em obras, sejam elas civis ou públicas, não aconteceu propriamente pela aceleração da ocorrência de grandes obras (na medida em que estas já estavam sendo implantadas nas últimas décadas de forma cada vez mais intensa), mas se deu por conta da implantação de legislação que regulamenta o impacto ambiental dessas obras, onde se incluiu, em alguns casos, a pesquisa arqueológica” (MONTICELLI, 2005, p. 149). (CARMO; VIEIRA, 2020, p. 72).

Como um dos frutos das pesquisas realizadas durante os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), é exigida a produção de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) detalhado, cuja função, conforme o § segundo do art. 6 da Portaria supracitada é especificar:

[...] as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional. (IPHAN, 2002).

Claro que o registro via relatório não compensa completamente as perdas do trabalho arqueológico — o qual, como foi explanado, é um trabalho destrutivo. Porém, trata-se de uma documentação importante, que contém informações acerca de comunidades e territórios, a qual precisa ser mais apropriada pelos pesquisadores (tendo como exemplo a presente tese). É digno de nota o fato de que, após a promulgação da Lei nº 3.924 de 1961, foram necessários 20 anos para que fosse adotada uma política ambiental; mais cinco anos para a criação da Resolução do

CONAMA; e dois anos a mais para a Portaria de 1988 do SPHAN, responsável por consolidar a instituição como órgão regulador da prática arqueológica no Brasil. Assim, percebe-se a importância da redemocratização do país para a ramificação da ciência e instituição da prática arqueológica de salvamento, e, conseqüentemente, sua ampliação acadêmica e no mercado de trabalho, além da criação de novas normas de preservação (ZANETTINI; WICHES, 2014, p. 240, 241). Com a criação da Portaria nº 230/2002 houve a normatização definitiva da atividade, evidenciando “[...] o crescimento exponencial das pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento de empreendimentos diversos” (ZANETTINI; WICHES, 2014, p. 241).

Acerca das regulamentações da Arqueologia, é preciso mencionar também a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que tornou a importância da preservação do patrimônio arqueológico mais evidente, impondo sanções penais por crimes patrimoniais, estando igualmente explicitados os sítios arqueológicos (BRASIL, 1998). Por fim, vale frisar a relevância da Instrução Normativa nº 001 do IPHAN, de 25 de março de 2015 ²⁴, a qual de acordo com seu art. 1 “[...] estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, quando instado a se manifestar nos Processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta — AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal” (IPHAN, 2015). Ou seja, ela regulamenta as metodologias e burocracias frente à solicitação de trabalhos arqueológicos no âmbito dos licenciamentos ambientais.

De acordo com Wittmann, graças principalmente à Portaria nº 230/2002, a prática arqueológica em consonância com o licenciamento ambiental ganhou espaço, havendo uma ampliação dessa preocupação com a cultura material em obras de engenharia com o lançamento da Instrução Normativa 001/2015, responsável também por revogar a Portaria anterior:

Para se ter uma ideia do tamanho da relação entre arqueologia e licenciamento ambiental, desde 2002, quando a primeira legislação específica referente à prática arqueológica no licenciamento ambiental foi publicada (Portaria 230/2002), os processos de arqueologia protocolados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) referentes à construção de empreendimentos correspondem a quase 90% dos protocolos totais. Olhando para os últimos anos, a partir de 2015 – quando uma nova legislação entrou em vigor (Instrução Normativa 01/2015) –, esse número pula para 95%. Assim sendo, a prática arqueológica no licenciamento ambiental não é apenas causa de um caloroso debate, mas também a principal fonte

²⁴ Destaca-se que em 10 de abril de 2023, por meio da Portaria do IPHAN nº 92, foi instituído o Grupo de Trabalho para revisão e aprimoramento da IN-001/2015. A previsão é que o novo texto seja finalizado até o início de 2024 (IPHAN, 2023). De qualquer modo, na presente pesquisa levou-se em consideração apenas a Instrução Normativa original, pois todos os Processos analisados correspondem ao seu tempo de vigência. De forma que qualquer alteração foi desconsiderada.

de trabalho e pesquisa no campo da arqueologia no Brasil. (WITTMANN, 2019, p. 217, 218).

Outra motivação para a ampliação de profissionais no mercado de licenciamentos ambientais é o fato da decadência do aporte financeiro ao Ensino Superior. Com a queda da oferta de bolsas de estudos nas áreas (principalmente a partir da década de 1990), os formandos se viram cada vez mais tentados a adentrarem diretamente no mercado de trabalho. Durante os anos de 2002 e 2015 houve novamente uma ampliação de bolsas de estudos nas áreas de Humanidades no geral. A partir de 2019 o governo, sobretudo federal, passou a realizar cortes nas áreas dedicadas às pesquisas, sendo que estes foram precedidos em 2017 e 2018 pela falta de ampliação de orçamentos, havendo apenas uma verba suplementar. Tais deduções se ampliaram no ano de 2020, levando inclusive ao congelamento e confisco de bolsas de estudos das instituições. No final de 2022, após a derrota de Jair Bolsonaro à reeleição para o cargo da presidência do Brasil, foi feita a ameaça do não pagamento das bolsas federais nos meses subsequentes. Felizmente, logo no início de 2023, ainda no segundo mês do terceiro mandato federal de Luís Inácio Lula da Silva, houve não apenas o reajuste no valor das bolsas federais de graduação e pós-graduação (o qual não ocorria desde 2013), mas também uma ampliação da quantidade de bolsas disponibilizadas.

No entanto, a procura por empregos em Arqueologia em Obras de Engenharia não deixou de crescer durante as primeiras décadas do século XXI, pois a atividade oferta empregos, recursos e possibilidade de experiências em campos diversos. Essa ampliação de empregos formais na área de Arqueologia em Obras de Engenharia se deu também graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva em 2007, cujo decreto proveu investimentos a médio prazo sobretudo na área de infraestruturas (BRASIL, 2017), ampliando, assim, o número de portarias emitidas para os trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia (CARMO, 2020, p. 72–73). O dito Programa também passou por cortes orçamentários, resultando em paralisações de obras e não execução de novos projetos, sobretudo no último quinquênio (PUPO, 2019). Vale frisar que nos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia eram inicialmente pesquisados temas referentes ao período Pré-Colonial e, com o tempo, foram adicionados temas da Arqueologia Histórica, como a Colonial, do Mediterrâneo, da Diáspora Africana, Industrial, de Contato, da Repressão, dentre outras (SCHMITZ, 2001, p. 59, 60; VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 79, 80).

Assim, a contratação de um arqueólogo pode se dar de maneira autônoma ou terceirizada por uma empresa, universidade ou museu (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 63, 64). De

maneira geral, as empresas realizam suas contratações por meio de entrevistas de emprego, as quais incluem verificação de currículo, ao passo que as instituições públicas o fazem, até então, através de processos seletivos. Com a regulamentação da profissão, conquistada em 2018, muito possivelmente essas contratações públicas de arqueólogos passarão a ser realizadas mais amplamente por meio de concursos públicos. De modo que com a promulgação da Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018, logo os profissionais poderão prestar mais concursos específicos da área (“se” e “quando” forem lançados editais), aumentando o quadro de trabalhadores especialistas nas esferas públicas (BRASIL, 2018). Em teoria parece haver mais critério na contratação via edital, no entanto, nem sempre o processo se dá de forma íntegra. Os debates em torno das instituições terão lugar no capítulo terceiro.

A ampliação desse ramo de atividade arqueológica não só proporcionou a geração de mais empregos, a abertura de novos cursos e, conseqüentemente, novas pesquisas, como possibilitou o ampliamto geográfico das buscas arqueológicas. No entanto, a prática auxiliou na diminuição do protagonismo das grandes escavações acadêmicas, que no geral ocorriam em locais já consagrados, levando a cena para novos rincões — como o interior e até mesmo capitais ainda não pesquisadas. Tais trabalhos são normalmente vinculados ao licenciamento ambiental de obras de médio e grande porte, obedecidos os parâmetros instituídos pela Resolução CONAMA nº 001, de 1986, supracitados (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 57, 64, 65).

O trabalho da Arqueologia em Obras de Engenharia, entretanto, não termina após a escavação. É necessário que alguma instituição dê a salvaguarda dos objetos eventualmente encontrados, afinal, é preciso preservá-los, devido ao fato do material arqueológico ser considerado bem da União. No Brasil, de maneira geral, as empresas de Arqueologia não costumam salvarguardar as peças, ficando tal função a cargo de instituições, normalmente de direito público e não necessariamente federais, como museus e universidades. Para obterem esse direito é preciso que instituições tenham autorização do IPHAN, conforme a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016 (IPHAN, 2016b). Nela foram padronizadas as exigências mínimas e o que é desejável para uma instituição possuir o direito de salvaguarda arqueológica, entre outras questões. Em contrapartida, a instituição será financeiramente beneficiada pelo responsável do projeto, seja via valor em dinheiro recebido pelo endosso ou investimento por parte da empresa direto na melhoria das instalações e equipamentos ²⁵. Os espólios

²⁵ Exemplo: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná para a emissão de Endosso Institucional e a Guarda de Remanescentes Arqueológicos**. Curitiba, 2019.

arqueológicos deverão ficar, preferencialmente, em instituições próximas à sua comunidade de origem, possibilitando a sua extroversão. No caso de inexistência de instituição autorizada nos arredores, as peças poderão ser enviadas a lugares alhures, o que não impede o seu posterior repatriamento, caso alguma instituição local receba o direito de salvaguarda. A questão das problemáticas em torno da autorização de salvaguarda será melhor trabalhada ao longo do quarto capítulo.

É preciso citar também a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, a qual é responsável por instituir Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do IPHAN (não incluindo apenas o patrimônio arqueológico, mas também o paleontológico, o espeleológico, o Patrimônio Cultural Material da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. [RFFSA] e o patrimônio reconhecido internacionalmente — inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, nos termos da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, e na Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul, nos termos do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul), e dá outras providências (IPHAN, 2018). Nela são instituídos princípios, premissas e objetivos, questões sobre Educação Patrimonial, Patrimonialização de um bem cultural material (identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização, conservação, interação com o patrimônio cultural material). Trata também questões sobre as atividades de gestão do Patrimônio Cultural Material (“Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão” — SICG), fiscalização e autorização (“*fiscalis*”) e o “Cadastro de Negociantes de Obra e Antiguidades” (CNART). Além disso, propõe marcos específicos acerca do patrimônio cultural material dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e quilombolas (IPHAN, 2018). Algumas dessas questões supracitadas serão melhor trabalhadas ao longo do quarto capítulo, em consonância com a análise da documentação pesquisada.

Assim, o ramo da Arqueologia em Obras de Engenharia foi crescendo ao longo do século XXI. Caldarelli afirma que em 2008 o número de empresas havia quintuplicado na última década (CALDARELLI, 2008, p. 38; ALVARENGA, 2016, p. 62), sendo que em 2010 estimava-se “[...] um total de 2.500/3.000 indivíduos envolvidos diretamente na atividade, algo impensável à época da criação da Sociedade Científica na década de 1980, surgida da reunião de 19 arqueólogos doutores” (ZANETTINI, 2010, p. 20 apud ALVARENGA, 2016, p. 59). E, apesar da crise patrimonial que o Brasil vem passando nos últimos anos, ainda há um número expressivo de empresas de consultoria da área. Mesmo havendo mão-de-obra e campo, o investimento (tanto financeiro quanto instrutivo) ainda é escasso na área, gerando também consequências próprias causadas pela relação entre atividade e capital — tópicos a serem melhor elaborados no capítulo subsequente.

Há também a porção mais social do trabalho arqueológico: a chamada “Educação Patrimonial”. Essa etapa, garantida nas normas que regem a atividade arqueológica, deve ser desenvolvida na região onde o programa está sendo realizado, como forma de contrapartida para com a sociedade por parte da empresa contratante. Tal atividade é prevista em alguns trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia e suas diretrizes são dadas por meio da Portaria do IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016, a ser melhor explanada no quarto capítulo (IPHAN, 2016a). No presente trabalho o termo “Educação Patrimonial” será substituído por “Mediação Patrimonial”, pela crença de que a palavra “Educação”, ao longo dos tempos, foi dotada de um viés de aprendizado vertical hierarquizado, que parte do educador para as comunidades. Enquanto o termo “Mediação” indica diálogos ativos horizontais e envolve muito mais a troca de conhecimentos entre pesquisa e comunidade, possibilitando um processo de decolonialidade do trabalho e incentivando os grupos a gerirem seus patrimônios dentro de seus próprios contextos ²⁶. Tal diferenciação se faz válida, pois a interação com agentes humanos e (inclusive não humanos), é de suma importância em qualquer trabalho desenvolvido na área de patrimônio, sobretudo por conta da necessidade de se agir com respeito aos objetos de outras culturas, que podem ser sagrados para suas comunidades (ALVARENGA, 2016, p. 67, FREIRE, 1967, p. 102, 103, 107, 108; PROUS, 2019, p. 818), primando também por seus conhecimentos acerca de suas memórias. Assim, o termo “Educação Patrimonial” será utilizado apenas para referência de trabalhos já realizados, já que esses, no geral, adotaram não apenas o uso dessa terminologia em seus trabalhos, como também costumam aplicar o significado direto de “educar”. A explicação sobre a terminologia adotada está mais bem elaborada ao longo do quarto capítulo.

Nesse sentido, a Mediação Patrimonial assume um papel importante na Arqueologia, independentemente da área abrangida pelo programa. Por exemplo, com a concepção da Arqueologia urbana, somada ao currículo primário que prevê os estudos de cidades, há a possibilidade de se realizar uma troca de conhecimento com as pessoas acerca do passado local. Esse trabalho, no entanto, não se limita apenas às localizações urbanas e ao público infantil, mas sim deve ser destinado à comunidade de maneira geral — claro que devendo sempre adaptar as linguagens conforme as necessidades do público, facilitando, assim, a

²⁶ “[...], embora a memória e a identidade sejam fenômenos sociais de suma importância, constituiria paternalismo imperdoável suscitar, induzir, dirigir, transferir identidades e memória. No caso do poder público, isso representaria uma forma de estatização das consciências. Apenas duas atitudes me parecem legítimas, a respeito: identificar e reconhecer os mecanismos de auto-imagem que comunidades tenham com seu passado arqueológico; assegurar (cognitivamente e sensorialmente) o acesso aos vetores materiais do patrimônio arqueológico, respeitando o uso que as diversas comunidades pertinentes deliberem.” (MENESES, 2007, p. 55).

democratização do conhecimento profissional e acadêmico, bem como recebendo novos conhecimentos sociais. A cultura material também serve para romper paradigmas, de forma que, por meio de Ações Educativas e diálogos, é possível problematizar o modo como populações subalternizadas são fixadas em livros, memórias, dentre outros métodos considerados didáticos, dando mais vozes a eles por meio dos objetos e deles mesmos (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008; FUNARI, 2006, p. 18, 19). Essa área de maior responsabilidade social da Ciência Arqueológica costuma ser designada como Arqueologia Pública, e acaba por carregar alhures tanto o conhecimento sobre a prática arqueológica, como possibilita trocas de olhares sobre os passados (PROUS, 2019, p. 815). Essas questões também serão devidamente problematizadas ao longo do quarto capítulo.

Assim, os trabalhos da Arqueologia em Obras de Engenharia, somados às normas criadas nos últimos 30 anos, aprimoraram a ciência, de modo que ela se tornasse mais brasileira, principalmente na parte metodológica. E as graduações e pós-graduações na área auxiliaram (e auxiliam) muito nessa parte, apesar da prática ainda ser influenciada por questões — sobretudo teóricas — euro-ocidentais (SCHMITZ, 2001, p. 59, 60). Destarte da diferenciação motivacional e da problemática em pauta (uma trabalha basicamente com a questão da preservação patrimonial e ambiental, estando atrelada a um contrato de projetos na área da construção civil, enquanto a pesquisa acadêmica é livre para abarcar quase qualquer tema, além de ser responsável por produzir a maior parte do escopo teórico-metodológico), o cerne do trabalho da Arqueologia em Obras de Engenharia segue o mesmo da Arqueologia tradicional, ou seja, a compreensão do passado humano por meio da cultura material (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 53, 54, 55), devendo haver um retorno para a sociedade sobre os trabalhos em ambos os casos. De forma que as pesquisas na área se ampliaram (para além daquelas que já eram realizadas por museus e universidades), dando espaço para o surgimento de empresas especializadas no ramo. Todos esses trabalhos geram documentos escritos, considerados muitas vezes apenas como protocolos jurídicos, mas os quais podem ser utilizados como fontes históricas. Além disso, existem diversos problemas dentro desse modelo de prática arqueológica, as quais serão apontadas após a análise dos dados contidos na documentação a ser destrinchada no terceiro capítulo.

Porém, antes de adentrar nos Processos propriamente ditos, é necessário fazer uma melhor explanação sobre a História e a memória na cidade de Indaiatuba, a fim de que o leitor possa estar mais bem contextualizado quando da análise documental, a ser realizada no capítulo terceiro.

CAPÍTULO 2 — “INDAIATUBA, CIDADE MARAVILHOSA”

Já faz certo tempo que a cidade de Indaiatuba (SP) é destaque em diversos quesitos sociais. Desde a época em que era apenas um reduto de veraneio para milionários, com seus vastos campos de polo, passando por sua industrialização (atraindo diversas multinacionais para a região), trazendo ao município a fama de “desenvolvimentista”, o que lhe rendeu a alcunha de “cidade maravilhosa”. Entretanto, esse rápido crescimento ocasionou problemas de cunho historiográfico para a cidade. Nesse ínterim, muita documentação se perdeu, bem como a escrita de sua História por muito tempo ficou nas mãos de alguns cronistas locais, privilegiando a memória de determinados grupos. Assim, como forma de introduzir o leitor à cidade de Indaiatuba, no início do presente capítulo será feito um contexto histórico sobre o local, trabalhando com a História da forma como ela vem sendo construída até os dias atuais. A ideia é justamente que nos itens seguintes o leitor entenda as problemáticas dessa construção histórica de Indaiatuba, a qual permanece praticamente única e unilateral, mesmo após 192 anos oficiais da cidade (e mais de 40 anos de industrialização e, portanto, pleno “desenvolvimento”²⁷). Também serão tratadas questões do porquê um rápido crescimento pode causar maiores perdas de documentações historiográficas e arqueológicas. Esses debates são de suma importância para o apontamento e entendimento das análises dos Processos arqueológicos, a serem realizados no capítulo subsequente. De forma que foram utilizadas como fontes sobretudo textos de memorialistas e de historiadores locais.

2.1 De memórias à História: a construção de uma “indaiatubanidade”

Indaiatuba há muito é uma cidade que atrai imigrações. O crescimento demográfico em seus últimos 40 anos de existência é considerável: atualmente conta com cerca de 266.593 habitantes, segundo prévia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (INDAIATUBA..., 2023), comparado com os 10.290 habitantes que havia na cidade em 1940 (FUNDAÇÃO SEADE, [s.d.]c). Em 2021 e 2022 a cidade conquistou a primeira colocação no *Prêmio Band Cidades Excelentes* do estado de São Paulo, entre as cidades com mais de 100

²⁷ Aqui entende-se que, de maneira geral, o termo “desenvolvimento” (nesse contexto) está atrelado ao sistema urbano euro-ocidental capitalista (ou a um movimento desenvolvimentista), sendo encarado normalmente como sinônimo de “positividade” e “progresso”. Entretanto, esse sentido do termo é posto à prova durante a presente tese por conta das problemáticas que envolvem, dentre outros, o meio ambiente, as comunidades, a Arqueologia e a História, levando à dizimação de pessoas, grupos, biomas e memórias. Fator que infelizmente assola o Brasil até os dias atuais, consumindo a vida e a História de determinadas comunidades em prol da economia e de um suposto progresso, desde a época da colonização.

mil habitantes. Também em 2021 obteve o primeiro lugar em outras duas categorias (“Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública” e “Educação”) e ficou entre os três primeiros colocados em “Eficiência Fiscal e Transparência”, conquistando o primeiro lugar nessa mesma categoria em 2022. A cidade foi então classificada para concorrer na etapa nacional, da qual foi igualmente vencedora na categoria “Cidades com mais de 100 mil habitantes” (LEMUCHI, 2021a; LEMUCHI, 2021b; LEMUCHI, 2022a). Todos esses fatores, sem dúvidas, auxilia o município a manter o prestígio e o seu *status* de “Cidade Maravilhosa”. O crescimento do campo industrial e a qualidade de vida são alguns dos parâmetros responsáveis pela popularidade local, levando a esse inchaço populacional, o qual só aumentou com o passar dos anos ²⁸. Esse *boom* teve seu início na década de 1970 — quando a cidade ainda tinha cerca de 30.210 habitantes (FUNDAÇÃO SEADE, [s.d.]c), após a criação do principal Distrito Industrial atual.

Antes disso, Indaiatuba era mais uma pequenina e pacata cidade do interior, ensimesmada, e, aparentemente, sem muita História para contar: “A chronica de nossa terra, relativamente pobre de factos, é das mais ricas em valores humanos” (CAMARGO, 2010, p. 16). A frase mencionada foi dita pelo memorialista Manuel de Arruda Camargo (1870–1936) em discurso proferido na comemoração ao centenário de Indaiatuba, em 09 de dezembro de 1930, o qual foi reproduzido na obra *Reminiscências a propósito do Primeiro Centenário de Indaiatuba*. Por princípios próprios da disciplina histórica, sabe-se que é impossível existir uma sociedade sem História, já que ela é a ciência que estuda o ser humano no tempo (BLOCH, 2001, p. 54, 55). Talvez não seja o modelo clássico de história de fundação, onde há a figura de um “pai-herói fundador” desbravador; posteriormente estátuas são erguidas em sua homenagem; pinturas e textos em comemoração à data fundacional; dentre outras consagrações. Não há “lugares de memória” (NORA, 1993) concretos, materiais e até mesmo bem documentados que versem sobre o início de Indaiatuba. E muito provavelmente é por essa ausência de uma paternidade fundadora que as pessoas alegam que a cidade não tem História. Mas há de fato histórias, e tem muita História para ainda ser contada. A despeito dessa ausência de tradição material e documental histórica, ao longo dos anos, houve um esforço por parte de alguns habitantes de sistematizar a história local. Entre memórias, documentações recuperadas, fofocas e dados regionais, os “lugares de memória” de Indaiatuba foram sendo (re)criados, e a história local começaria mais ou menos assim...

²⁸ Segundo o IBGE, em 2010 Indaiatuba contava com 201.619 habitantes, registrando um aumento de 24,8% em 2019 (então com estimativa de 251.627 habitantes) (INDAIATUBA..., 2019).

Diz-se que lá pelo fim do século XVIII — ou começo do XIX — “um José da Costa”, morador do povoado Votura, havia encontrado uma imagem de Nossa Senhora da Candelária às margens de um rio, e lá teria edificado uma capela em sua homenagem. Esse mito fundacional é citado por quase todos os autores que trabalharam com a história da região, tendo suas origens com Azevedo Marques, em meados do século XIX, a saber:

Indaiatuba: pequena povoação situada a Noroeste da capital, na margem esquerda [direita] do rio Jundiá, em território outrora pertencente ao município de Itu. Sobre sua fundação é tradição que, pelos fins do século XVIII, ou princípio do atual, um José da Costa morador no lugar denominado Vutura [sic], encontrou na margem do dito rio uma velha imagem da Senhora da Candelária, edificando no lugar onde está hoje a matriz desta povoação uma pequena capela, que conservou por todo o tempo em que viveu, fazendo reunir às sextas feiras os moradores ao seu redor, para aí orarem. Morto José da Costa, tomou Pedro Gonçalves a proteção da referida capela, que estragando-se, foi substituída por outra. Crescendo em número, os moradores contrataram a capela a sua custa para administrar-lhes o pasto espiritual. (MARQUES, 1976, p. 337).

Décadas depois, Francisco Nardy Filho, em sua obra *A Cidade de Ytu* (volume 4), retomou essa tradição — a qual possivelmente conhecera via Azevedo Marques (ANDRADE, 2018, p. 29), floreando-a um pouquinho mais. Escreveu o autor, no capítulo de duas páginas intitulado “A Capela dos Cocais”, uma verdadeira “crônica” (como diria Nilson Cardoso de Carvalho), advinda das tradições da época (CARVALHO, 2009, p. 21). Dizia ele que o tal José da Costa, ao sair à procura de um bezerro perdido, teria parado para beber água às margens do ribeirão Votura, onde encontrou a imagem da Santa em questão. Em seguida, a rês teria aparecido e, neste mesmo local, ele teria mandado erguer a capela em homenagem à Nossa Senhora da Candelária (NARDY FILHO, 2000b, p. 187, 188).

Por fim, desses primeiros autores cujas penas arriscaram escrever algo sobre Indaiatuba, resta mencionar o Dr. Scyllas Leite de Sampaio, ex-prefeito de Indaiatuba (entre 1934 e 1937), e seu filho, Caio da Costa Sampaio. Sampaio e Sampaio trataram a história de Nardy como uma “piedosa lenda” (CARVALHO, 1998, p. 41). Em sua obra *Indaiatuba e sua história* (publicada apenas em 1998, mas sem data do escrito original), os autores apresentaram partes do inventário de Domingos Fernandes (fundador de Itu), datado de 1653 (com partilha de terras datadas de 1676)²⁹. No documento, é mostrado que um português chamado José da Costa Homem herdou

²⁹ No Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho” existe uma fotocópia do escrito original datilografado por Scyllas Leite de Sampaio, a qual, por sua vez, também contém fotocópias de diversas documentações utilizadas em suas pesquisas (SAMPAIO, Scyllas Leite. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba).

dele uma sesmaria a qual possivelmente abarcava parte do território de Indaiatuba, pois estaria localizada no leito do ribeirão Buru (SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 31).

O cerne dessa história (ou seja, a existência de um tal José da Costa, a ereção de uma capela e a possível fundação de Indaiatuba) é retomado por autores posteriores, os quais já aventavam as devidas problematizações — a serem tratadas nos itens subsequentes. Vale lembrar ao leitor que, independentemente da validade dessa história, a cidade de Indaiatuba começou a sua formação como bairro de Itu. O que parece ser fato é que um povoado maior fora se constituindo por volta dos séculos XVII e XVIII. Scyllas e Caio Sampaio mencionam a formação de um arraial próximo ao córrego do Votura (atual córrego do Barnabé), o qual havia se dissipado por conta de uma epidemia de varíola (conhecida também por “bexigas”). Por conta do surto, essas pessoas teriam rumado para o ponto mais alto, onde atualmente encontra-se o centro velho da cidade de Indaiatuba (SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 32; KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 13).

Mas, ao passo que por volta de 1740 se formava um povoado em torno da atual praça Leonor de Barros Camargo (mais conhecida como “Praça da Matriz”), havia também outros pontos nos quais novos habitantes se fixaram. No atual bairro de chácaras chamado Itaiçi, localizado próximo ao rio Jundiaí, viveu um famoso bandeirante, o Coronel Antônio Pires de Campos. É dito que ele teria formado um exército de indígenas bororo, que o chamavam de “Pai-Pirá”, e que por volta de 1723 os teria trazido para a região (MELLO, 1872, p. 159, 160; CARVALHO, 2009, p. 11; NARDY FILHO, 2000a, p. 82, 83, 84; KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 22). O bairro, à época conhecido como Jundiahy, também fora posteriormente anexado ao atual território indaiatubano. Possivelmente havia mais pessoas (menos abastadas) residindo naquele local quando da fixação do dito Coronel, as quais não deixaram registros escritos por conta das problemáticas próprias da época.

Uma das possibilidades aventadas para o aumento do número de pessoas na margem direita do Rio Jundiaí seria a existência de uma paragem. A “paragem de Indaiatuba” (CARVALHO, 2009, p. 13), consoante com o que conta a história da cidade, poderia ter sido um local de descanso para tropeiros. Esse tipo de pouso era comum na região, sobretudo por conta de eventos regionais como as Feiras de Muares, que se iniciaram na década de 1730 em Sorocaba. De forma que muitas áreas no entorno da Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba foram formando paragens para essas tropas provenientes do Sul, e que, após serem comercializadas, tinham como destino as Minas de Goyazes (HOLANDA, 1994, p. 130; CELLI, 2012, p. 33, 120; OCAR, 2020, p. 418). Um dos principais caminhos para o norte do país era por Campinas, e a primeira estrada que ligava Itu à então chamada de Vila de São

Carlos foi criada ainda no século XVIII. Além da importância por conta dos caminhos que levavam às Minas, a atual região de Campinas também era famosa por sua vasta produção açucareira (PUPO, 1969, p. 56, 57, 58, 61).

Com o tempo, foi aumentando o número de moradores do bairro de Indaiatuba, somando um total de 84 “fogos”³⁰ e 590 habitantes (211 escravizados e 379 livres) já em 1809 (CARVALHO, 2004, p. 27). Nesse ínterim, a população achou, por bem, construir uma nova capela. Em 15 de outubro de 1813, o Tenente Pedro Gonçalves Meira fez uma petição para doar o patrimônio inicial a fim de erigir uma igreja em sagração à Nossa Senhora da Conceição dos Cocaes³¹. Nilson Cardoso de Carvalho apresenta que esses “Autos de Patrimônio” estão registrados na folha 205 do “Livro de Autos de Ereções e Patrimonios de Capellas” da câmara episcopal de São Paulo. A doação desse patrimônio imóvel por parte de Pedro Gonçalves Meira possibilitou já em 1819 que o bairro de Indaiatuba tivesse uma capela curada (ou curato)³². De modo que, em 09 de dezembro de 1830, o bairro de Indaiatuba pôde ser elevado à categoria de Freguesia, e essa é a data marcada como a fundação institucional da cidade. Na época, Indaiatuba era formada pelos seguintes antigos bairros de Itu: Piraí, Jundiá (atual Itaici), Mato Dentro, Indaiatyba e parte de Boiri (Burú) (CARVALHO, 2004, p. 35). Em 1859 o território foi elevado à Vila³³ após a instalação da Câmara Municipal local (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 28, 68; CARVALHO, 2009, p. 35, 50; CARVALHO, 2004, p. 21, 34–37, 51).

A partir daí a história de Indaiatuba passou a ter sua documentação mais bem evidenciada. Os registros se tornaram mais frequentes e, mais importante, passaram a ser produzidos e mantidos no próprio território da cidade, não mais apenas em Itu, Campinas ou outras localidades maiores. A cidade continuou a se desenvolver, inicialmente com o plantio de açúcar e, posteriormente, com algodão e principalmente o café. Pouco tempo depois, com a iminência da abolição da escravidão, os fazendeiros começaram a empregar imigrantes. Inicialmente adotado nas lavouras brasileiras em meados do século XIX, o chamado “sistema

³⁰ Naquela época as moradias eram chamadas de “fogos”.

³¹ Indaiatuba também era conhecida pelos locais como “Cocaes”, antes mesmo de receber oficialmente o segundo nome de origem tupi-guarani, justamente pela quantidade de palmeiras Indaiá que lá havia.

³² “O historiador Wanderley dos Santos, quando arquivista chefe do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, citando a Constituição do Arcebispado da Bahia, esclareceu-nos, quando lá fazíamos pesquisa, que o instituidor do patrimônio para ereção de capela era considerado o fundador, conforme legislação em vigor na época.” (CARVALHO, 2004, p. 36).

³³ Scyllas Sampaio e Nilson Cardoso de Carvalho utilizam em sua obra o termo “Vila” como sinônimo de “município”. Apesar de ambos serem de fato sinônimos, é importante salientar que a substituição oficial de um termo pelo outro, bem como o reconhecimento da autonomia municipal, surgiu após a Proclamação da República. Legalmente, a autonomia municipal já aparecia no art. 68 da Constituição Federal de 1889, mas ganhou real reconhecimento apenas no art. 13 da CF de 1934. Tal explicação faz-se necessária para evitar a sensação de anacronismo na utilização dos termos. (FUNDAÇÃO SEADE, [s.d.]; BRASIL, 1889, BRASIL, 1934).

de parceria” garantia uma vasta mão-de-obra barata. É dito que para a região de Indaiatuba vieram, por meio de tal sistema, alemães, suíços e italianos, à procura de uma vida melhor, a qual era garantida pela propaganda do programa (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 100, 103, 105, 106; CARVALHO, 2004, p. 45, 60, 62, 70, 74, 78, 79). Apesar da propaganda enganosa desse sistema, muitas das famílias de imigrantes que para Indaiatuba vieram, conseguiram, a médio prazo, comprar suas próprias terras e se inserir na vida cotidiana da cidade, abrindo comércios, plantando novas culturas e, inclusive, incorporando-se à política local (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 105, 106). Até os dias atuais o bairro Helvetia, de origem suíça, é um dos pontos turísticos mais famosos de Indaiatuba. A comunidade de imigrantes e seus descendentes mantêm suas tradições sobretudo por meio da religiosidade, do clube de tiro ao alvo e de festas com danças, músicas e comidas típicas (COLÔNIA HELVETIA, [s.d.]). No início do século XX, por fim, vieram os primeiros imigrantes japoneses, a última grande colônia de estrangeiros a se formar em Indaiatuba (CARVALHO, 2004, p. 140, 141; KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 151, 152).

Todas as colônias supracitadas, sem exceção, ajudaram a formar uma fração da cultura de Indaiatuba. Pode-se citar até mesmo a influência de sua ascensão, tornando-as parte das classes dominantes da cidade. Em meados da década de 1970 começou o terceiro momento econômico da cidade — que auxiliou a alavancar Indaiatuba ao *status* de município considerado “desenvolvido”. Voltando algumas décadas no tempo, a industrialização local tem seus primórdios na década de 1930, com a abertura das primeiras fábricas de bengalas e cabos de guarda-chuva, conforme mencionado pelos memorialistas. Mas o seu real “desenvolvimento” demorou mais de 40 anos para alavancar. A abertura do atual distrito industrial da cidade exigiu, uma vez mais, a contratação de mão de obra especializada e com custo reduzido. Essa demanda já não podia mais ser suprida pelos imigrantes do final do século XIX e início do século XX, assim como seus descendentes, devido ao avanço social desse público.

Dessa forma, iniciou-se um novo fluxo migratório em direção à cidade em busca de novas oportunidades, destacando-se especialmente os paranaenses. O Bairro Jardim Morada do Sol, criado em 1980 e, atualmente, maior bairro de Indaiatuba, foi formado principalmente por esses migrantes e seus descendentes. Mas também houve migração de pessoas de outras regiões, sobretudo de Minas Gerais, Pará, região nordeste do Brasil (de maneira geral) e, mais recentemente, paulistanos e gaúchos (CARVALHO, 2004, p. 167; KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 168, 170, 172). Entretanto, esses aspectos mais recentes ainda não foram muito trabalhados pelos memorialistas ou historiadores locais.

Por outro lado, a História Pré-Colonial de Indaiatuba consegue ser ainda mais enigmática. Os estudos realizados até então traziam como fonte principal o trabalho realizado por Desidério Aytai, professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1972 na cidade de Monte Mor, localizada a aproximadamente 23 km a noroeste de Indaiatuba. A pesquisa, feita em conjunto com Nobue Myazaki, pesquisadora do Instituto de Pré-História da USP, revelou a presença de alguns sítios arqueológicos, como o sítio Tapajós, mencionado por Nilson Cardoso de Carvalho (CARVALHO, 2004, p. 9) e o sítio Rage Maluf, o mais famoso dentre os designados nas pesquisas de Aytai. Posteriormente, outros autores voltaram a citar a pesquisa, adicionando apenas mais alguns dados sobre outras cidades da cercania, como Itu e Rio Claro (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 17, 18, 19, 24, 25).

Basicamente, essa seria a história do surgimento de Indaiatuba, contada pelos memorialistas, ensinada aos alunos e passada por alguns pais para seus filhos no seio de suas casas. No entanto, nomes famosos continuam a ser incansavelmente explorados e teorias cristalizadas são repetidas quase à exaustão. Houve uma tentativa de problematizar a história local, mas ainda pouco explorada no sentido Acadêmico. Há trabalhos de conclusão de curso e dissertações (os quais serão referenciados no decorrer do texto), principalmente, que discutem aspectos históricos de Indaiatuba, e contém dados demográficos importantes, mas a maioria não trouxe à luz muitas problematizações no sentido historiográfico. Nos últimos anos de sua existência, a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba desenvolveu algumas pesquisas sobre a História local no que diz respeito ao seu surgimento, aspectos de seu “desenvolvimento” econômico inicial ainda pouco explorados, e, principalmente, acerca do patrimônio edificado local. Essas pesquisas serão mais bem exploradas na sequência, em comparação com a construção memorialista.

Assim, a presente tese surgiu para agregar também mais conhecimento aos trabalhos já existentes, discutindo sobre a problemática histórica que existe por detrás de um “desenvolvimento” desenfreado, bem como apresentar a importância de se trabalhar com uma documentação ainda pouquíssimo analisada localmente: os Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia e, conseqüentemente, a cultura material. Afinal, uma cidade que, na década de 1940 contava com pouco mais de 10.000 habitantes, e em pouco mais de 80 anos passou para mais de 260.000 habitantes, com certeza tem muito mais história para se contar do que apenas o que fora registrado nos livros.

Nesse sentido, é possível dizer que a memória permeia todos os grupos sociais, como bem disse Pierre Nora. Ela está presente em nós desde quando sequer sabemos o que ela é, mas ela vive em constante movimento até o fim de nossos dias. Emotiva, egocêntrica e muitas vezes

materializada, a memória pessoal não depende de criticidade: ela é livre dentro de cada um. Mas ela também se cristaliza, socialmente falando. No âmbito da sacralização dessas memórias é que surgem os chamados “lugares de memória”, podendo ser locais, objetos, documentos ou até mesmo modos de expressão. Para Nora, tratam-se apenas de “restos”. Migalhas de reconhecimento e pertencimento, materializadas ou não, “[...] que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 13). O que não significa que a memória seja algo ruim — mesmo porque não podemos nos livrar tão facilmente dela —, mas sim que ela não deve ser consagrada como única e verdadeira (ou ao menos não confundida com a Ciência Histórica).

Ambas têm suas raízes no passado, por certo, mas ao passo que enquanto a memória não exige “porquês”, a História é por sua vez fundamentalmente crítica, problematizadora e deve estar devidamente contextualizada. Por esse motivo, como disse March Bloch, ela é “a ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), a qual está fundamentada em algo que “se ‘indaga’, se ‘testemunha’” (LE GOFF, 2013, p. 11), sendo que essa compreensão virá justamente a partir do presente do próprio historiador. De forma que “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2013, p. 28). Ainda de acordo com Le Goff, existem dois tipos de história: aquela produzida pela memória coletiva, classificada por ele como “[...] essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” (LE GOFF, 2013, p. 32); e aquela trabalhada pelos historiadores (a qual deve ajudar a esclarecer a memória e auxiliar a corrigir os seus possíveis erros [LE GOFF, 2013, p. 32]).

À guisa dessa discussão historiográfica, apesar dos esforços dos memorialistas — e de seus trabalhos revelarem sua importância também como agentes históricos na construção da identidade indaiatubana —, ainda é preciso que pesquisas com cunho mais científico sejam realizadas em torno da História local. Claro que o passado memorialista foi entalhado a partir de eventos históricos. Porém, mesmo que não houvesse interesses políticos e financeiros diretos na maior parte desses escritos ³⁴, ainda há um domínio hegemônico por parte dessas memórias sobre os espaços sociais da cidade de Indaiatuba, como acontece em diversas cidades brasileiras. Conforme afirmou Nora: “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p.

³⁴ Como muitos memorialistas, os de Indaiatuba também mantinham profissões paralelas entre um escrito e outro, como será visto, sendo “parte de uma geração de amadores”, como Carnielli classificou os memorialistas da cidade de Campinas (CARNIELLI, 2007, p. 19, 20).

17). Mas nessa criação identitária não houve muito lugar para discussões ou problematizações acerca dessas histórias (MORO, 2012). Nem mesmo existe um espaço vasto dedicado a determinados grupos, como os afrodescendentes, povos indígenas, mulheres, pessoas menos abastadas, PcD, LGBTQIA+ ou até mesmo os recentes migrantes responsáveis pela memória industrial. A memória local cita a presença de alguns desses populares, mas em papel de figuração (quando não, de forma pejorativa ou como alívio cômico). Entretanto, essa questão será mais bem tratada nas linhas a seguir.

Novamente, de forma alguma aqui se desprezam os escritos memorialistas. Seus trabalhos foram o pontapé inicial para a sistematização de uma preservação da História de Indaiatuba. Graças a esse interesse surgiu a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, criada pela Lei Municipal nº 3.081, de 20 de dezembro de 1993. Foi por meio dela que se iniciou na cidade a guarda de acervo documental e museológico, culminando na criação do Arquivo Público Municipal e do Museu Municipal. Esse movimento teve reflexos sobre a importância da busca pela preservação do patrimônio histórico local, semelhante ao que ocorreu na cidade de Campinas, por exemplo (CARNIELLI, 2007, p. 19, 20), dentre outras cidades do interior paulista³⁵. Além disso, trata-se de memórias válidas, tanto no que diz respeito à identidade com as imigrações passadas (e de outras questões referentes à cidade), quanto acerca da importância dessas pessoas como agentes históricos. Assim, essas reminiscências não devem ser excluídas, mas sim incorporadas à historiografia. Deve-se considerar a relevância dessas figuras localmente, no contexto do constante resgate histórico, e também atentar à importância de suas obras como possíveis fontes documentais. É preciso, porém, problematizá-las sempre que necessário.

Destarte, este capítulo pretende não apenas questionar algumas partes selecionadas dessas memórias, mas também contrapor-las aos estudos históricos já realizados. Para tal foram escolhidas nove das muitas obras produzidas por memorialistas. A seleção se deu tendo como base sobretudo obras que tratassem da história da cidade como um geral, e não que versassem apenas sobre determinados assuntos específicos, como bairros, famílias, eventos ou personalidades. A maioria dessas obras foi produzida entre os anos de 1990 e 2010. São elas: *Reminiscências a propósito do Primeiro Centenário de Indaiatuba* (CAMARGO, 2010); *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária* (CARVALHO, 2004); *Arquitetura em Taipa – um dos últimos exemplares em Indaiatuba* (CARVALHO, 1984); *Cronologia Indaiatubana*

³⁵ A autarquia foi dissolvida por meio da Lei Complementar nº 71, de 23/03/2021, e em seu lugar foi criado o Departamento de Preservação e Memória, o qual é atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Cultura (INDAIATUBA, 2021a).

(CARVALHO, 2009); *Escravos e Escravidão em Indaiatuba (1766–1860)* (CARVALHO, [s.d.])³⁶; *A cidade de Itu — Volumes 3 e 4* (NARDY FILHO, 2000a; NARDY FILHO, 2000b)³⁷; *Tipos notáveis de popularidade: e algumas histórias mal contadas* (PENNA, 2015) e *Indaiatuba e sua história* (SAMPAIO; SAMPAIO, 1998). A exceção é a obra *Malungo: identidade entre os cativos* (BARROS, 2000), por ser a única que trata mais a fundo sobre a escravidão e diáspora africana local, apesar de ser um livro que trabalha essencialmente com memórias familiares.

Para dar início à análise das memórias locais, nada mais justo que começar pela origem do principal topônimo. O nome “Indaiatuba” provém do tupi-guarani e significa “grande quantidade de Indaiá” (“Indaiá”: tipo de palmeira do gênero *Attalea* ou da espécie *Pindorea concinna*, no caso se refere ao indaiá-do-campo, ou *Attalea geraensis*; “Tuba”: significa “muito”)³⁸. É dito pelos habitantes mais antigos que até pouco tempo atrás era possível de se encontrar diversos “indaiais” pela cidade, e que esse tipo de palmeira produz um coquinho muito doce e um palmito extremamente saboroso. Atualmente existem poucos exemplares pela cidade, sendo aventadas algumas causas para tal. O primeiro fator é a devastação causada pela extração do palmito. O segundo é a expansão da cidade e, portanto, a falta de local para seu crescimento. E o terceiro é que a palmeira indaiá, típica de local de cerrado, cresce apenas em solo infértil (MELLO, 1872, p. 159), sendo, portanto, difícil de cultivá-la com os cuidados que hoje em dia se tem com a terra. É exatamente nesse ponto que a história da formação de Indaiatuba começa.

O povoado de Indaiatuba — então, bairro de Itu — teria se iniciado próximo a um vasto “indaial” que “[...] se estenderia desde o bairro do Itaici, aonde a proximidade do rio Jundiá conformava coberturas vegetais próprias das áreas de várzeas e restingas, até o início das vertentes esquerdas do ribeiro Indaiatuba, acompanhando o aclave feito pelo terreno desde os primeiros terraços acima do Jundiá” (ANDRADE, 2018, p. 24). Como foi dito pelos memorialistas, algumas dessas pessoas viviam próximas ao atual córrego do Barnabé. Chamado antigamente de Votura, o povoado homônimo poderia ter deixado o local original por conta de um surto de varíola que acometeu Itu por volta do ano de 1740 (NARDY FILHO, 2000a, p.

³⁶ Trata-se de um documento não publicado contido no acervo pessoal de Nilson Cardoso de Carvalho, o qual foi incluso nas obras memorialistas por tratar exclusivamente da diáspora africana.

³⁷ A despeito da obra em si não ter sido escrita por um morador de Indaiatuba e ter como foco a cidade de Itu, ela foi incluída tanto por conter capítulos que tratam de Indaiatuba quanto pelo fato de ter sido vastamente explorada pelos memorialistas e historiadores locais.

³⁸ LORENZONI, Harri. **Palmeiras no Brasil: exóticas e nativas**. Nova Odessa: Ed. Platarum, 1996. P. 40 apud FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. **Pesquisa “Indaiá (*Attalea Geraensis* Barb. Rodr.)”**. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

36). Essa mudança parece ser um fato. Scyllas e Caio Sampaio dizem que em 1924, no local de construções realizadas próximo ao córrego Barnabé, foram encontradas cultura material e resquícios de edificações (SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 32). Esse material se perdeu e não se sabe exatamente a sua localização, mas tal registro é tido como verdadeiro por alguns habitantes. Questionável é a motivação para essa mudança e a escolha do local atual.

Memorialistas como Nilson Cardoso de Carvalho (carinhosamente chamado na cidade de “Seu Nilson”)³⁹ seguiram o que fora proposto por estudiosos mais antigos, como Francisco Nardy Filho⁴⁰ e Scyllas e Caio Sampaio⁴¹, e apontavam o isolamento das pessoas que estavam contaminadas durante o surto de varíola que acometera a cidade de Itu em meados do século XVIII (CARVALHO, 2004, p. 11, 13; NARDY FILHO, 2000b, p. 36; SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 31, 32). Essa história também é mostrada por pesquisadores mais recentes. Os

³⁹ Nilson Cardoso de Carvalho nasceu em 1934 no município de Barretos. Profissional da área de Saúde, começou a trabalhar em Indaiatuba no ano de 1964, ao ser convidado para atuar na atualização de equipamentos e dinamização do funcionamento do laboratório clínico do Hospital Augusto de Oliveira Camargo (HAOC). Mudou-se para a cidade na década de 1970 e, desde então, dedicou-se também a trabalhar com a preservação da memória local. De 1982 a 1998 realizou pesquisas em diversos arquivos do estado de São Paulo, resgatando, copiando e transcrevendo documentos que versassem sobre a História de Indaiatuba, gerando o maior acervo pessoal do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, o qual recebeu seu nome como forma de homenageá-lo por sua dedicação à História local. “Seu Nilson” foi um dos maiores memorialistas da cidade, escrevendo vários textos, entre dossiês, livros e outros documentos bibliográficos, alguns dos quais foram utilizados nesta tese. Foi também um dos fundadores da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, e atuou como presidente de seu Conselho Administrativo. Faleceu em 09/12/2001 (data também do aniversário de Indaiatuba), deixando enorme legado amador sobre a História de Indaiatuba. Adriana Carvalho Koyama, também citada neste trabalho, é sua filha. Graduada em História, foi diretora do Arquivo Público Municipal de 2008 até 2012. (INDAIATUBA. FUNDO “BIOGRAFIAS”, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Nilson Cardoso de Carvalho** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. [s.d.]).

⁴⁰ Francisco Nardy Filho nasceu em 1879 na cidade de Itu. Historiador e jornalista, foi responsável por escrever 11 obras — sendo quatro delas parte da coleção “A Cidade de Itu” — diversos artigos e crônicas literárias e históricas para jornais. Sua pesquisa maior, sem dúvidas, foi sobre sua cidade natal, a qual ele dedicou muito tempo, publicando, além dos livros supracitados, estudos sobre famílias, costumes, questões sobre o clero, tradições locais, dentre outros apontamentos históricos. Faleceu em 1959. (ZEQUINI, 2016).

⁴¹ Nascido em 1891, Scyllas Leite de Sampaio era filho de proeminente fazendeiro de Serra Negra. Teve ativa participação social e política na cidade de Indaiatuba, fundando o jornal “O Município”, editado na década de 1930, e sendo nomeado prefeito pelo governador do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, em 1934, exercendo o cargo até 1936, assumindo interinamente o cargo de prefeito entre 1936 e 1937. Colaborou para o jornal “A Gazeta de Indaiatuba” escrevendo sobre questões sociais, políticas e históricas, vindo a falecer em 1966. Caio da Costa Sampaio, um de seus filhos, nasceu em 1929. Formou-se em odontologia na USP em 1950, retornando para Indaiatuba em 1952. Em 1960 foi eleito pela primeira vez como vereador da cidade, ocupando o cargo até 1982. Teve participação social ativa na cidade e foi membro do Conselho Consultivo da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Faleceu em 17 de março de 2003. Seu nome foi dado a uma das comendas de Indaiatuba: Cidadão Benemérito “Dr. Caio da Costa Sampaio”. (INDAIATUBA perde um de seus filhos mais ardorosos na defesa da causa pública. **Jornal Tribuna de Indaiá**. 03 jul. 1966. Hemeroteca do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba; SAAE homenageará ex-prefeito. **Jornal Tribuna de Indaiá**. 22 out. 1983. Hemeroteca do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho” – Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba; INDAIATUBA. FUNDO “BIOGRAFIAS” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Caio da Costa Sampaio** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. INDAIATUBA. [s.d.]).

historiadores Adriana Koyama e Marcelo Cerdan, em sua obra *Indaiatuba, história e memórias da antiga freguesia de Cocaes e dos anos que se sucederam desde então*, por exemplo, afirmam que a população teria migrado para um ponto mais alto da cidade, fugindo da doença (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 13, 14, 16). Porém, a questão é problematizada somente até certo ponto. Em relação a esse assunto, é comum que as pessoas se afastem dos rios e/ou busquem por locais altos para se protegerem de certas doenças. No entanto, há outro fator recém analisado que poderia ter motivado tal mudança, a ser discorrido a seguir.

Não foi apenas nos entornos do ribeirão Votura (atual Córrego do Barnabé) que se formaram núcleos populacionais. Conforme já mencionado, nas terras do atual bairro de Itaiçi também havia pessoas vivendo, inicialmente à margem esquerda do Rio Jundiá. Estudos recentes apontam um importante fator que influenciou na povoação que, posteriormente, corroborou na elevação de Indaiatuba a Bairro, Freguesia, Vila e, portanto, Cidade. Em seu Relatório Final durante pesquisa realizada para a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, o pesquisador Francisco de Carvalho Dias Andrade levantou a questão acerca da importância da criação da estrada que ligava Itu a Campinas. Segundo o autor:

O novo caminho deveria então permitir a passagem de carros entre a vila de Itu e a freguesia de Campinas e, com o passar dos anos, viu seu movimento aumentar conforme a produção de açúcar das fazendas de Campinas começou a despontar. A nova estrada, certamente, tornou a margem direita do rio Jundiá mais atrativa para os sitiantes e fazendeiros do dito bairro, cujas maiores propriedades (e o grosso dos moradores) ainda concentravam-se na margem oposta, faceando os bairros do Pirahy de Baixo e de Cima (este já em Cabreúva). (ANDRADE, 2018, p. 5).

A cidade de Campinas, então chamada “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá” (ou apenas “Campinas do Mato Grosso”), surgiu como um bairro da Vila de Jundiahy e fora elevada a Vila em 1774. Era um local importante por ter ligações com as chamadas Minas dos Goyazes, bem como para Santos (BRITO, 1957, V. III, p. 24–26; PUPO, 1969, p. 11, 13, 14, 44, 48, 55, 59, 60, 67; SANTOS, 2002, p. 67, 73, 87). A existência desses trajetos fazia com que o território de tal cidade, bem como seus arredores, contassem com uma movimentação grande de tropas, vendedores de todos os tipos, passantes, o que aumentava a probabilidade de se formarem arraiais em certos lugares. Como exemplo pode-se citar a cidade de Sorocaba, formada a partir dessas necessidades comerciais (CELLI, 2012, p. 120; OCAR, 2020, p. 416–419). Portanto, a criação da estrada em 1792 colaborou para o crescimento dos bairros de Itu. A questão de sua construção é mencionada *en passant* na obra de Nilson Cardoso de Carvalho. No entanto, nas obras memorialistas, ela consta muito mais

como um mero fato histórico, e não como uma questão a ser pensada sobre o “desenvolvimento” da cidade (CARVALHO, 2004, p. 17; PUPO, 1969, p. 57; SANTOS, 2002, p. 76).

De volta ao trabalho de Andrade, é apontada a importância da construção dessa estrada, onde o autor tratou de traçar sua possível rota da passagem por Indaiatuba. Essa reconstituição foi feita tendo como base sobretudo nas “prementes necessidades do tráfego a tração animal” (ANDRADE, 2018, p. 8). Ele afirma que a antiga estrada cortava os centros das atuais cidades de Indaiatuba e Salto, alegando que esse transporte era feito de modo que evitasse travessias em grandes cursos d’água bem como terrenos de várzea. Para se justificar, o autor utilizou como exemplo um trecho do relato de Auguste de Saint-Hilaire, um estudioso francês que registrou, dentre outras informações, sua passagem pela vila de Itu e Salto do Rio Tietê. Na narrativa, o viajante conta que desviava de certos locais, tais como terras baixas e atoleiros. Além disso, Andrade propôs que a estrada passou a bordejar as proximidades da atual Praça Rui Barbosa — utilizada como “porta de entrada” da cidade — após a ereção da Capela de Nossa Senhora dos Cocaes, concebida graças a Pedro Gonçalves Meira (ANDRADE, 2018, p. 5, 6, 8). De modo que a passagem da estrada pelos arredores do núcleo central de Indaiatuba não se trataria de um mero acaso, pois teria auxiliado no crescimento populacional e, portanto, econômico local, devendo a temática receber mais atenção.

Ainda conforme a mesma pesquisa, Indaiatuba só seria conhecida como parte do bairro de Jundiahy de fato já nos idos do século XIX. Antes, o local era tido como “paragem”. O autor alega que esse termo “paragem” não significava que aquele espaço era necessariamente um posto de parada de tropeiros, como aventou Nilson Cardoso de Carvalho. O conceito de paragem, nesse caso, seria equivalente a “lugar”. De forma que, para ele, a ereção da Capela de Nossa Senhora dos Cocaes corroborou para a criação uma identidade grupal entre os locais, a partir de um vínculo social criado por meio da religião. Tal fator resultou no surgimento de um novo bairro, a partir de seu núcleo inicial, já no início daquele (ANDRADE, 2018, p. 4, 5).

O novo arraial de Indaiatuba, portanto, teria se formado possivelmente após 1740/ 1792. É dito que o registro mais antigo já encontrado com a grafia “Indaiatuba” data de 1768 ⁴², e

⁴² É preciso lembrar que a maior parte da documentação antiga existente sobre Indaiatuba no Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho” foi arduamente coletada durante anos pelo próprio cronista em diversos Arquivos, localizados principalmente no estado de São Paulo. A despeito de seu esforço — digno de mérito —, valem ressaltar dois pontos. Carvalho não era historiador de formação, e, portanto, não teve acesso a muitos estudos da área, principalmente de teoria e metodologia de pesquisa em História. A segunda questão se refere à subjetividade existente em qualquer pesquisa. Mesmo que alguém vá em todos os arquivos que conheça e peça todos os documentos sobre determinada questão, há de se lembrar que vários fatores podem contribuir para que essa documentação não seja acessada na íntegra, como: os parâmetros utilizados na pesquisa; o descarte por desatenção (ou até mesmo proposital); o esquecimento de um funcionário; o tempo disponível de trabalho; a indisponibilidade de alguma documentação; ou até mesmo o simples fato da pessoa não considerar que poderiam

trata-se de uma lista militar feita pelo governador da província de São Paulo ⁴³. No entanto, no Testamento de Domingos Fernandes (apresentado por Sampaio e Sampaio em sua obra), datado de 1653 (com partilha da sua Carta de Sesmaria feita em 1676), é mostrado que os herdeiros de Fernandes recebiam terras “em quadra na carta INDATIVA” ⁴⁴. Ou seja, há grande possibilidade da referência do nome “Indaiatuba” já existir desde o século XVII, por haver o registro de outras grafias de Indaiatuba, como “Indaiatyva” (CARVALHO, 2004, p. 32), por exemplo.

A respeito do mito fundacional de Indaiatuba, há uma série de problemáticas existentes em torno da personagem de “um José da Costa”. Algumas cidades brasileiras tiveram suas origens a partir do achado de uma santa, sendo a mais famosa a cidade de Aparecida, localizada no Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo. Sobre seu surgimento, é dito que:

Aparecida nasceu de um milagre, quando em 1717 os pescadores Domingos Garcia, Felipe Pedroso e João Alves pescaram no rio Paraíba do Sul a imagem de uma Santa Negra. Era época de pouca pesca e para servir um banquete ao governador de Minas Gerais e São Paulo, Dom Pedro Miguel de Almeida, que passava pela Vila de Guaratinguetá, os três pescadores lançaram sua rede ao rio. Primeiro, pescaram um corpo de imagem, sem cabeça, depois, ao jogarem novamente a rede, tiraram do rio a cabeça da imagem, que se encaixava perfeitamente ao corpo. Depois de ser pescada em 1717, a Imagem ficou em poder da família do pescador Felipe Pedroso, durante 15 anos, onde as pessoas da vizinhança se reuniam para rezar. (APARECIDA, [s.d.]).

De forma que os primórdios da cidade (a qual, posteriormente, já no início do século XX, deu origem à santa padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida), bem como de outros municípios espalhados pelo mundo, tiveram suas origens na peregrinação. A ida de turistas, levados pelas promessas de milagres, atraía comerciantes para esses locais ditos santos, formando novas freguesias em lugares antes não tão habitados. Independentemente da fé pessoal, nos estudos históricos esse tipo de origem social remete à história bíblica de Moisés,

existir mais documentos em outros arquivos — como de fato parece ter acontecido. No entanto, pode-se dizer, com certeza, que hoje o acesso sistemático à boa parcela da documentação antiga de Indaiatuba, salvaguardada no Arquivo Público Municipal da cidade, se deu graças ao esforço de Nilson Cardoso de Carvalho.

⁴³ “1768 Ordenanças de Itu, Sexta Esquadra de Indaiatuba Cabo: Ignacio Xavier Leme, 48 anos; soldados: José Bicudo da Costa, 36, Caetano Felis, 58, Gaspar de Anhaya, 46, Antonio Leite, 27, Salvador Leite, 30, Gaspar Barreto, 54, José de Gois Barreto, 20, Ignacio Xavier de Passos Silveira, 19, Francisco Xavier Dias, 50, José Gonçalves Costa, 41, Manoel da Costa, 24. (Maços de População, Arquivo do Estado de São Paulo” apud CARVALHO, 2009, p. 13).

⁴⁴ SAMPAIO, Scyllas Leite. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. P. 26. SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 28. grifo do autor.

o qual, ao sair com o rebanho de seu sogro Jetro, se deparou com Deus na forma de uma sarça ardente ⁴⁵. Uma bela história para inspirar mitos fundacionais em locais de origens católicas.

Deve-se notar que alguns dos memorialistas, desde os mais antigos, como Scyllas e Caio Sampaio, passando por Nilson Cardoso de Carvalho e Antônio da Cunha Penna ⁴⁶ já problematizavam esse mito fundacional de Indaiatuba. Carvalho, em seu livro *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária*, pontuou de forma perspicaz a importância da história oral na criação de mitos desse gênero, após analisar diversos documentos da época que mencionavam o nome “José da Costa” (e demais grafias do nome), a saber:

Destes, qual poderia ser José da Costa, edificador da capela dos Cocais? Não sabemos, tal como não sabia Azevedo Marques ao escrever “um José da Costa”, querendo com isto dizer “um tal José da Costa”, pessoa desconhecida com o nome José da Costa. Entretanto a existência de uma pessoa no final do século XVIII, morador no bairro de Indaiatuba, com o nome de José da Costa pode indicar que a tradição oral tem fundamento, sugerindo que José da Costa é um personagem não apenas lendário. Mas como saber qual foi o edificador da capela de Cocais. Só a descoberta de algum documento novo que indique isto claramente poderá confirmar se a tradição oral está ou não correta. (CARVALHO, 2004, p. 44).

Já Antonio da Cunha Penna, em sua obra *Tipos Notáveis de Popularidade*, problematizou de modo sarcástico a passagem referente à fundação de Indaiatuba:

Caso tivesse acontecido como reza a lenda acima, é quase certo que Indaiatuba se transformasse em mais um centro de peregrinações, a exemplo de Belém do Pará com seu Círio de Nazaré, cuja imagem de Nossa Senhora foi encontrada às margens de um igarapé no ano de 1700. A de Nossa Senhora Aparecida, encontrada por três pescadores no rio Paraíba do Sul, na cidade de Guaratinguetá em 1717. E a do Senhor Bom Jesus, à beira do rio Anhembi em Pirapora, no ano de 1725. Fico a pensar na

⁴⁵ “Apascentava Moisés o rebanho de Jetro, seu sogro, sacerdote de Madiã. Conduziu as ovelhas para além do deserto e chegou ao Horeb, a montanha de Deus. O anjo de Iahweh lhe apareceu numa chama de fogo, do meio de uma sarça. Moisés olhou, e eis que a sarça ardia no fogo e a sarça não se consumia. Então disse Moisés: ‘Darei uma volta e verei este fenômeno estranho; verei por que a sarça não se consome.’ Viu Iahweh que ele deu uma volta para ver. E Deus o chamou do meio da sarça. Disse: ‘Moisés, Moisés!’ Este respondeu: ‘Eis-me aqui.’ Ele disse: ‘Não te aproximes daqui; tira as sandálias dos pés porque o lugar em que estás é uma terra santa.’ Disse mais: ‘Eu sou o Deus de teus pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó.’ Então Moisés cobriu o rosto, porque temia olhar para Deus.” Ex. 3:1–6 (BÍBLIA de Jerusalém, 2002:105, 106).

⁴⁶ Nascido em Santa Bárbara (MG) em 1945, Antonio da Cunha Penna é um dos fotógrafos mais proeminentes de Indaiatuba. Chegou à cidade em 1957, com seus pais e 12 irmãos, em uma das primeiras leva de migrantes que se mudaram para Indaiatuba buscando por um futuro melhor. Começou trabalhando em uma fábrica de cabides, aos 13 anos. Trabalhou também na Têxtil Judith S/A entre 1962 e 1974. Mas foi na arte que encontrou seu caminho. Ganhou dinheiro em alguns festivais de música, como cantor e compositor, o que o ajudou a se profissionalizar na carreira de fotógrafo. Participou de exposições, concursos, ganhou prêmios e foi citado na imprensa especializada. Em 1978, em sociedade com Edílio Monteiro da Silva (seu antigo patrão no estúdio “Silva & Ueda Ltda”), montou o “Silva & Penna Foto & Video”. Além disso, foi um dos fundadores da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e atuou como membro de seu Conselho Administrativo até sua extinção, sendo também um dos principais memorialistas da cidade (INDAIATUBA. FUNDO DE “BIOGRAFIAS” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Antonio da Cunha Penna** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. [s.d.]).

possibilidade de, em épocas passadas, ter existido a modalidade esportiva: Arremesso de Santo em Água. Caramba! (PENNA, 2015, p. 16).

De fato, documentações como os Maços de População, Mapas de Habitantes e Inventários revelam que nos idos do século XVIII existiu não apenas “um José da Costa”, mas “alguns Josés da Costa” no bairro de Indaiatuba/ Votura/ Cocaes e Itu, de maneira geral. Scyllas e Caio da Costa Sampaio citaram em sua obra o “José da Costa Homem”, mencionado no inventário de Domingos Fernandes. Nesse sentido, Nilson Cardoso de Carvalho realizou um trabalho de investigação digno de menção. Primeiramente, ele problematizou os textos de Scyllas e Caio da Costa Sampaio, bem como o de Nardy Filho. Os autores indicavam que esse José da Costa Homem teria sido o fundador de Indaiatuba. Porém, ele estaria morto em 1687, de acordo com documentação inserida na própria obra *Indaiatuba e sua História* (de Sampaio e Sampaio) (CARVALHO, 2009, p. 22).

Carvalho então buscou entre documentações, sobretudo no Arquivo do Estado de São Paulo, onde encontrou três homens de nome “José da Costa” na região de Itu (CARVALHO, 2009, p. 22). Francisco Andrade, em seu relatório de pesquisa, mencionou José da Costa Ribeiro. Esse, conforme a análise feita pelo pesquisador em torno do único documento encontrado acerca de tal homem (“[...] uma escritura de compra e venda de terras à [sic] Francisco de Paula Aranha por ele e sua mulher, Anna da Costa” [ANDRADE, 2018, p. 32]) mostra que ele não apenas possuía terras próximo ao pouso de Votura, como também a venda destas terras fora feita para a sogra de Pedro Gonçalves Meira e Joaquim Gonçalves Bicudo (o doador inicial para a construção da capela e seu irmão), que eram respectivamente casados com as irmãs Ana e Maria de Campos Penteado (ANDRADE, 2018, p. 32). De modo que essa história oral, ao que pese o tom de lenda, talvez tenha um fundo de verdade. Mas esse é tema para outro trabalho.

Uma questão adicional também pouco abordada pelos memorialistas é o fato de Indaiatuba ter pertencido a outras duas regiões cruciais para o “desenvolvimento” tanto local quanto nacional: a chamada “boca de sertão” e, posteriormente, o “quadrilátero do açúcar”. A “boca do sertão” é indiretamente mencionada por eles quando é citado que parte das terras pertencentes a Domingos Fernandes (um dos “Fernandes Povoadores” e fundador de Itu) estava em território da atual Indaiatuba. Já o “quadrilátero do açúcar”, região localizada entre as cidades de Piracicaba, Sorocaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, é formalmente citado por Nilson Cardoso de Carvalho em sua obra *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária de Indaiatuba*:

1832–2000 (CARVALHO, 2004, p. 25). Sobre essas duas regiões, será explanado melhor no próximo subcapítulo.

Dentre muitas outras, restam três lacunas na historiografia sobre Indaiatuba que cabem ser mencionadas no presente trabalho: a História Pré-Colonial, a questão da diáspora africana e a memória industrial. Em ordem cronológica, sobre a História Pré-Colonial, os estudiosos utilizam apenas uma fonte: os estudos realizados por Desidério Aytai na cidade de Monte Mor. Esse trabalho, que data da década de 1970 e fez emergir o sítio arqueológico da aldeia Rage Maluf (dentre outros), é de extrema importância — inclusive para o presente trabalho. Contudo, há a problemática de só haver uma fonte, a qual não versa exatamente sobre o território de Indaiatuba. Claro que não se deve ignorar que, à época, Nilson Cardoso de Carvalho talvez tivesse acesso apenas a esse material. Além disso, as pesquisas arqueológicas em Indaiatuba são relativamente recentes. De modo que suas obras — e dos demais memorialistas — estão livres de muitos julgamentos nesse sentido.

Um estudo possível sobre a História Pré-Colonial local é acerca dos nomes de origens de povos originários da região. Francisco de Carvalho Dias de Andrade, ainda em seu relatório, fez uma breve análise referente aos topônimos, tema esse já trabalhado por Nilson Cardoso de Carvalho. O pesquisador justamente problematizou a versão do memorialista sobre o significado do nome “Votura”. Carvalho fizera uma pesquisa em manuais de tupi antigo, chegando à conclusão de que o termo significava “água do monte”, ao passo que Andrade alega que a expressão “[...] dispensa maiores quebra-cabeças etimológicos: ele provavelmente remetia ao termo tupi e nheengatu (a língua geral dos sertões) para colina, monte = butury, por corruptela = vutura” (ANDRADE, 2018, p. 30). De forma que os estudos dos topônimos são também de extrema importância para o conhecimento da região, haja vista que é comum nomear os locais conforme o sentido literal que eles têm, ao passo que os bandeirantes reaproveitaram parte dessas nomenclaturas realizadas pelos povos originários, perpetuando, assim, a sua existência.

A diáspora africana também é um tema pouquíssimo abordado. De fato, há pouca documentação sobre o tema em Indaiatuba, sendo essas principalmente inventários (os quais também apontam a existência de escravizados “gentios” [indígenas]), documentos eclesiásticos, e o principal deles que é o “Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880–1886)”. Nilson Cardoso de Carvalho, em seu livro *Cronologia Indaiatubana* (2009) (o qual muito foi possivelmente inspirado no capítulo “Cronologia Ituana”, contido no Volume 4 da coleção *A Cidade de Itu* [2000b], de Francisco Nardy Filho), dedicou um capítulo ao tema “escravidão”. O mesmo foi feito tendo como base seu texto

intitulado *Escravos e Escravidão em Indaiatuba (1766–1860)* [s.d.] (não publicado). No entanto, boa parte dele foi escrito tendo como influência uma história mais generalizada da diáspora africana e, portanto, da escravidão. Ainda assim, ele conseguiu delinear um pequeno panorama sobre o tema em Indaiatuba, baseando-se em documentações regionais, sobretudo de Itu.

Em sua obra, Carvalho também tratou de um caso policial, onde um escravizado assassinara seu feitor (CARVALHO, 2009, p. 91, 92). No caso específico, não há uma problematização verdadeiramente historiográfica dos fatos levantados, como acontece em outros trabalhos, por exemplo *Onda Negra, Medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX* (1987), de Célia Maria Marinho Azevedo. Nele a autora apontou os problemas raciais existentes por detrás da política da imigração europeia, principalmente italiana (AZEVEDO, 1987, p. 59–104, 139–174), algo que jamais seria aventado pelos memorialistas locais (parte deles descendentes de imigrantes europeus). Azevedo também analisou a partir do ponto de vista insurrecional os crimes cometidos por escravizados contra os senhores e feitores (AZEVEDO, 1987, p. 180–214), não apresentando os atos apenas de maneira fatídica.

Ainda na obra *Cronologia Indaiatubana* (2009) foi mencionada a fazenda Quilombo, enorme extensão de terras que anteriormente servira de esconderijo para os escravizados da região. Entretanto, em meados do século XVIII foi dada a ordem a Antonio Fortes de Bustamante e Sá invadir o local com suas tropas, as quais demoraram mais de três meses para chegar ao local por conta da mata fechada, encontrando o Quilombo já abandonado (CARVALHO, 2009, p. 90). O lugar é até hoje muito conhecido, havendo inclusive um restaurante e sendo considerado um ponto turístico da cidade. Seria uma das zonas principais de interesse arqueológico de Indaiatuba. Por fim, Nilson Cardoso de Carvalho mencionou o fato de que as construções de taipa encontradas em Indaiatuba muito possivelmente foram construídas por escravizados, levando novamente à questão da importância da cultura material nessas regiões (CARVALHO, 1984, p. 2).

Carvalho, além do breve histórico, levantou a importante questão do não apagamento da memória escravista, algo não abordado pelos outros memorialistas: “Tal como Rui Barbosa, também nós nos sentimos incomodados com essa mancha que é um borrão na nossa História; mas ao invés de tentar esquecê-la e apagá-la, não seria mais positivo lembrá-la e reavivá-la para servir de contraponto e nos ajudar a construir uma sociedade mais justa, fraterna e civilizada?” (CARVALHO, 2009, p. 93). Mas parece ser fato que a imigração europeia em Indaiatuba também colaborou para o apagamento da memória afrodescendente. Os núcleos de cultura afro local são formados majoritariamente por pessoas que não são naturais da cidade

(ou cujos antepassados também não o eram). De forma alguma esses não têm sua importância histórico-social, mas não há muitas fontes que versem sobre as raízes da diáspora negra local ancestral, apenas regional. Somente esse fator demonstra um apagamento inclusive social desses agentes históricos, principalmente se se considerar a quantidade de escravizados empregados na região e os grupos de quilombolas existentes na circunvizinhança, como na cidade de Capivari. O que mostra como pouco foi preservado e muitos silêncios foram possivelmente criados sobre a memória afrodescendente local.

Um livro de memórias que trata um pouco mais da diáspora africana na cidade de Indaiatuba chama-se *Malungo – Identidade entre os Cativos* (2000), escrito pelo indaiatubano Aparecido Messias Paula Leite de Barros. No livro, o professor de História conhecido como “Cido”, narra a história de Felícia e Clemência, duas ex-escravizadas, tendo como fonte a oralidade mantida entre familiares e conhecidos (BARROS, 2000). Apesar do texto apresentar uma riqueza enorme de detalhes sobre a vida das duas mulheres em Indaiatuba, dando voz a essas pessoas até então esquecidas, não se trata de um trabalho historiográfico no rigoroso sentido acadêmico. Mesmo porque não era essa a intenção do autor, sendo a obra uma excelente fonte, um ótimo material pedagógico, além de ser uma leitura encantadora para todas as idades. Por fim, Antonio da Cunha Penna mostrou alguns “tipos notáveis da popularidade” dentre os escravizados afrodescendentes, muito mais em forma de crônicas do que de narrativa histórica. A despeito do formato, Penna chegou a apresentar referências históricas e bibliográficas daquilo narrado (PENNA, 2015), algo incomum na maioria das crônicas analisadas. Os demais textos de memorialistas, quando muito, repetem as informações anteriores (sobretudo aquelas obtidas por Nilson Cardoso de Carvalho), ou mencionam rapidamente algum “causo” envolvendo afrodescendentes.

Marcelo Alves Cerdan, em sua obra conjunta com Adriana Carvalho Koyama, escreveu um capítulo sobre a escravidão de Indaiatuba. Nela foram apontados alguns dados locais (como números de escravizados no ano de 1870, um caso de assassinato de uma escravizada por seu feitor, e a documentação de um episódio raro, onde um escravizado comprou um imóvel). Eles também destacaram os locais construídos por mãos escravizadas (Igreja de N. S. da Candelária, Casarão Pau Preto, a antiga sede da Fazenda Engenho d’Água, a sede da Fazenda Cachoeira do Jica, bem como as edificações da Fazenda Taipas) (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 56–65). Boa parte desses levantamentos históricos realizados pelos memorialistas foi seguida pelos historiadores locais dos anos de 1990 e 2000. Sem dúvida a narrativa histórica é (re)descoberta e (re)descrita diariamente. Mas é notável o quanto a História de Indaiatuba demorou para se tornar crítica, continuando a beber quase que exclusivamente da fonte memorialista (a qual, no

caso de Indaiatuba, é de fato um trabalho de primazia), mesmo com historiadores de formação estudando a temática. A prova dessa demora é que apenas em sua tese de doutorado, defendida em 2013, Cerdan realizou um trabalho historiográfico mais apurado sobre a diáspora africana na região, onde ele se dedicou a analisar os momentos de folga dos escravizados, tendo a documentação de Itu, de modo geral, como base (CERDAN, 2013).

Outro trabalho acadêmico já publicado sobre o tema trata-se de uma monografia de conclusão de curso, realizada em 2017 pelo então estudante Claudio D'Assunção Fortuna. *Liberdade pela Lei – A Alforria dos Escravos em Indaiatuba* (2017) fala sobre o processo de emancipação dos escravizados na cidade, tendo como objeto de estudos principalmente o “Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880–1886)”, documentação essa que foi sucintamente analisada em seu trabalho (FORTUNA, 2017). A dissertação de mestrado de Silvano Rodrigues Leite Alves, por sua vez, menciona aspectos históricos sobre o período da diáspora africana no Brasil, sobretudo em Indaiatuba, como dados demográficos, questões econômicas, políticas e sociais daquele tempo (ALVES, 2003). No entanto, apesar da qualidade inegável da pesquisa, o tema é pautado na educação, sobretudo na estruturação da instrução pública na cidade, de modo que pouco acerca desse trabalho poderia ser aqui aproveitado.

Por fim, pesquisadores vinculados à extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, em seus últimos anos de existência, realizaram trabalhos com foco mais historiográfico, sobretudo sobre a diáspora africana e o período Pré-Colonial local. O principal estudo nesse sentido é o resultado do pós-doutorado do antigo Superintendente da Fundação, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus. Nele, o historiador analisou a utilização de mão de obra escravizada na arquitetura paulista, entre os séculos XVIII e XIX — algo semelhante ao que Cerdan já havia levantado na obra conjunta com Koyama (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 65). Para tal, o autor partiu de fontes iconográficas, manuscritas, relatos — memorialistas e de viajantes — e até mesmo a própria cultura material, considerando-se assim os patrimônios edificados. Dentre os documentos constam materiais de Indaiatuba, como os textos de Nilson Cardoso de Carvalho, bem como as seguintes documentações: “Livro de Atas dos trabalhos da Junta de Classificação de escravos do Município de Indaiatuba (1877–1896)”⁴⁷, “Livro de Classificação de escravos

⁴⁷ INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de Atas dos trabalhos da Junta de Classificação de escravos do Município de Indaiatuba (1877-1896)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880–1886)”⁴⁸(documentação esta que já havia sido em partes analisada por Claudio D' Assunção Fortuna — supracitado), e *Comissão das Obras de construção da Matriz de Indaiatuba*, além, claro, dos prédios de taipa remanescentes em Indaiatuba propriamente ditos (JESUS, 2020)⁴⁹.

A memória industrial, conforme mencionado, ainda não recebeu a devida atenção merecida, remetendo principalmente aos seus primórdios, no começo do século XX, até o princípio da construção do Distrito Industrial, em 1970. Adriana Koyama e Marcelo Cerdan abordaram um pouco mais sobre o tema em sua obra, apresentando, inclusive, dois depoimentos sobre o período em questão (KOYAMA; CERDAN, 2011, p. 168, 170, 172, 175). Mas, à guisa das reminiscências, não aprofundaram muito sobre o assunto, o que causa espanto por conta da sua importância no que diz respeito ao “desenvolvimento” social e econômico da cidade. Tampouco há pesquisas acadêmicas sobre a história da industrialização local⁵⁰, tendo sido

⁴⁸ INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880-1886)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

⁴⁹ No entanto, no trabalho em questão há alguns problemas de citação e interpretação de documento que merecem ser mencionados. É dito no texto de Jesus que “Na obra *Cronologia de Indaiatuba* [título errado, sendo *Cronologia Indaiatubana* o correto], Nilson Carvalho (2002 [ano que também está errado, sendo 2009 o correto], p.102) volta a relacionar a técnica de taipa com o trabalho africano: [...]”, em seguida Jesus reproduz a seguinte citação, atribuída por ele a Nilson Cardoso de Carvalho “(...) curiosa era da maneira com que os taapeiros, peitos desnudos, na sua faina verdadeiramente árdua, colocavam-se em cadência quase militar, entremeados pelo coro dos taapeiros, uma espécie de cantoria mais ou menos entoada, mistura de afro e brasílico”. E segue com seu texto: “Fica claro para tais memorialistas que a mão de obra africana era a principal responsável pela construção no interior da província de São Paulo. Também não há como negar que ambos se debruçaram sobre fontes históricas primárias para escrever seus livros e percorreram boa parte da pesquisa historiográfica, como, por exemplo, o levantamento da documentação sobre o tema. É diante disso que se propôs também investigar as fontes manuscritas, como testamentos, inventários, livros de classificação de escravos e documentos de irmandades religiosas.” (JESUS, 2020). Entretanto, a passagem citada pelo autor (e atribuída a Nilson Cardoso de Carvalho, conforme mencionado) trata-se de um trecho de um artigo do jornal *Tribuna de Indaiá*, datado de 01/05/1957, de autoria de “E.J.L.”, o qual Carvalho utilizou como fonte em sua obra (CARVALHO, 2009, p. 102). É fato que o texto em questão foi citado por Carvalho no item de seu livro designado como “Taipas” (CARVALHO, 2009, p. 102), porém trata-se apenas de uma fonte mencionada — a qual, no caso, não é possível saber se é primária ou secundária. Ela se inicia da seguinte maneira “Em 1910 ainda se construíam paredes e muros de taipas e como razão pertinente existia a classe dos taapeiros. Entre eles havia o Zé Taapeiro, o Chico Taapeiro e outros. curiosa [sic] era da maneira com que [...]” segue segundo a citação feita por Jesus (supracitada), sendo finalizada da seguinte maneira: “O coro dos taapeiros e o ‘bam, bam’ característico das macetas difundiam nos ares de tal maneira que se concretizavam em eco soturno na quietude tumular de nossa Indaiatuba primitiva.” (E.J.L, *Tribuna de Indaiá*, 01/05/1957 apud CARVALHO, 2009, p. 102). Ou seja, essa citação não se trata de um texto original de Carvalho — e tão pouco foi problematizada em sua obra *Cronologia Indaiatubana*, sendo, novamente, apenas citada (a qual está atrelada ao item intitulado “1910”, o qual traz dados e informações sobre Indaiatuba referentes a esse ano). A despeito dessa falha, é possível vislumbrar que o trabalho realizado trata sobre uma temática não muito abordada na cidade, utilizando-se de metodologias históricas, denotando haver muito o que se explorar nos campos historiográficos de Indaiatuba.

⁵⁰ É preciso mencionar que houve uma força-tarefa em se levantar as memórias dos migrantes que atualmente vivem no bairro Jardim Morada do Sol. Entretanto, esse trabalho é extremamente recente — o qual partiu de um político local, não dos memorialistas considerados “clássicos” — tendo sido realizado por meio do recolhimento

encontrado apenas um trabalho de conclusão de curso na área de Geografia, o qual traz um histórico sobre a formação do Distrito Industrial “Domingos Giomi”, bem como dos bairros residenciais adjacentes, principalmente o bairro Jardim Morada do Sol. Porém, por razões óbvias, o trabalho historiográfico não é o foco da pesquisa mencionada (ALVES, 2003). O bairro Jardim Morada do Sol é, atualmente, o maior bairro de Indaiatuba. No entanto, por conta de sua extensão e distância do “Centro Velho”, é ainda encarado com maus olhos por muitos habitantes, sobretudo por pessoas mais velhas e naturais de Indaiatuba (muitos ainda dizem que o bairro fica “do outro lado da linha de trem”, em um sentido pejorativo ou como sinônimo de perigo). Esse tipo de fala reforça mais ainda o preconceito e a motivação da falta de memória sobre esse e outros bairros de origem industrial.

Destarte, a cidade de Indaiatuba, assim como muitas outras, ainda vive às sombras de grandes nomes. Fazendeiros, bandeirantes, comerciantes famosos, famílias ditas tradicionais, dentre outros, não apenas do período colonial, como também de épocas posteriores. Claro que essas pessoas também tiveram sua importância histórica, mas a amarração dessa rede ainda segue atrelada às classes econômicas mais abastadas. Um dos principais problemas nesse sentido é a escassez de fontes, especialmente fontes escritas, sobre outros indivíduos locais. Essas memórias foram se perdendo pelo desinteresse em mantê-las, ou simplesmente sequer foram registradas (de forma escrita ou oral), talvez também pelo motivo de não serem consideradas dignas de importância. Nesse sentido, a cultura material vem colaborando muito, de maneira geral, para dar vozes a esses agentes históricos, retirando o lugar de protagonismo dos considerados “grandes nomes”, e colocando nos mesmos patamares de importância as camadas vistas como marginalizadas, como os negros, os povos indígenas e as mulheres, dentre outros grupos já mencionados.

Vê-se então uma das principais características da memória: a nostalgia e o amor por *um* passado. Bem como também acontece em outros lugares, os memorialistas locais construíram seu passado glorioso, criando-se uma tradição (inclusive em torno de nomes de famílias, algo abstrato nos dias atuais, sobretudo para uma cidade com um crescimento considerável). Tradição essa que “[...] se relaciona com um apego à consciência nacional para a preservação dos monumentos do passado, da memória e do patrimônio cultural da cidade” (PESAVENTO, 2002, p. 181). Tais memórias se tratam de constructos criados por um pequeno grupo, sendo, portanto, parciais, seletivas e podendo haver interesses latentes por detrás de sua confecção,

de depoimentos escritos, áudio e vídeo. De forma que essas memórias não se encontram cristalizadas, tão pouco são ensinadas nas escolas. Seria necessária a realização de um estudo que versasse sobre esse material.

como qualquer documento (MORO, 2012, p. 2). Como bem disse Nora: “A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica” (NORA, 1993, p. 9).

Por fim, e talvez o maior dos problemas existentes nos livros dos memorialistas e em boa parte das obras lançadas por historiadores entre o final da década de 1990 e começo dos anos 2000, é a falta de referências. A maioria desses textos, de fato, apresenta referências bibliográficas. No entanto, não possuem citações diretas quanto ao número das páginas de livros referenciados ou os locais onde estão localizadas as fontes. Essa problemática é grave no que diz respeito aos historiadores de formação, pois um memorialista não necessita ter acuro acadêmico (a despeito da importância de se apresentar as referências completas). Ao passo que a pessoa formada deve sempre citar suas fontes não apenas por uma questão de formalidade do texto, mas sobretudo para poder comprovar suas ideias e compartilhar o conhecimento de forma democrática. Essa inconsequência não tem se repetido entre os estudiosos mais recentes. Porém, ainda afeta (e muito) nas pesquisas pela impossibilidade de se recorrer às fontes originais que que foram eventualmente consultadas para a escrita de obras mais antigas.

Novamente: há ainda muito o que se pesquisar sobre a cidade de Indaiatuba. E a utilização da cultura material e de sua documentação escrita é apenas um pequeno passo nessa longa jornada. A História se autoconsome com o passar dos tempos, dando lugares para novas camadas estratigráficas — e não apenas geologicamente e arqueologicamente falando. É algo próprio do desenvolvimento humano e da impossibilidade de se reter todas as memórias do mundo. Assim, no subcapítulo seguinte, será apresentada essa questão, levando em consideração principalmente a Cultura Material, que é um dos tipos de documentação que mais se perde no Brasil.

2.2 Uma cidade “maravilhosamente antropofágica”: questões patrimoniais

Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quasi [sic] nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, sua esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topor com alguma [Igreja de] S. Francisco? Já não digo tão inédita como a de São João d’El Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem. (ANDRADE, 1937, p. 119).

O modernista Mário de Andrade, além de ter sido poeta, musicólogo, dentre outras diversas atribuições profissionais, esteve envolvido também com o gérmen da preocupação patrimonial brasileira, sobretudo paulista. Sua principal colaboração nesse sentido foi na

criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atuando também no órgão em questão. Em seu texto intitulado “A Capela de Santo Antônio”, publicado na revista da própria instituição em 1937, ele apontou as supostas mazelas de se encontrar no estado de São Paulo um patrimônio edificado que “[...] como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Baía” (ANDRADE, 1937, p. 119), referentes aos séculos XVIII e XIX. Para tal, a pesquisa de monumentos paulistas coloniais deveria se pautar no viés histórico. Ele se utilizou como exemplo dessa sua teoria a Capela de Santo Antônio, localizada no município de São Roque, que dista cerca de 70 km a oeste da capital de São Paulo.

De fato, a despeito dos critérios colonialistas e euro-ocidentais impostos por Mário de Andrade, há certa dificuldade em se encontrar cultura material (inclusive edificada) no estado de São Paulo ⁵¹. Mário de Andrade aponta que “São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos revezes que sofrera” (ANDRADE, 1937, p. 119). No entanto, é possível terem havido outros fatores que colaboraram para esse apagamento histórico material paulista. O principal deles pode ter sido o rápido “desenvolvimento” urbano do estado considerado como a “locomotiva do Brasil”. Luís Saia, em sua obra *Morada Paulista*, de 1956, dissertou sobre a arquitetura que ele considerava típica paulista. Após a conformação de que o processo construtivo predominante no estado de São Paulo não seguia os padrões coloniais encontrados sobretudo na região nordeste do país, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Saia apresentou a valorização das residências típicas paulistas, cujo percurso teve de ser feito considerando claro, o contexto local. Saia seguiu um pouco do pensamento de Mário de Andrade ao dizer que as casas típicas paulistas não apresentam o que ele chama de “riqueza plástica” oitocentista — sobretudo mineira e baiana. Fator que não extrai o seu valor documental ou até mesmo o nível artístico atingido dessas moradias, com formação tipicamente regional (portuguesa, indígena e negra) (JESUS, 2020), das técnicas, passando pelos materiais utilizados, até chegar ao acabamento. A despeito disso, ele alega haver uma quantidade de documentação escrita, bibliográfica e iconográfica razoáveis sobre essas casas populares (apesar de muitas vezes a iconografia não corresponder à realidade), sem muita cultura material, todavia (SAIA, 1995, p. 15, 17, 19).

⁵¹ Além da problemática de que Mário de Andrade buscava por edificações coloniais que se assemelhassem às produzidas em Minas Gerais e nordeste do Brasil, por exemplo (sobretudo igrejas), com claras referências euro-ocidentais.

As moradas paulistas — as quais Saia nomeou de “casas bandeiristas” — trata-se de casarões feitos de taipa ⁵². Mas sua definição não se delimita apenas às técnicas construtivas. Para serem consideradas verdadeiras casas bandeiristas, elas deveriam apresentar algumas constantes, como faixa fronteira, alpendre central ladeado por capela e quarto de hóspedes, telhado de quatro águas, dentre outros aspectos (SAIA, 1995, p. 37). O assunto em torno das técnicas construtivas das casas paulistas não será mais alongado por conta do tema da tese. Porém, é relevante mencionar duas questões referentes à obra de Saia, as quais são pertinentes para a presente pesquisa, justificando, assim, esta introdução à mesma. O autor listou o total de 12 casas que ele classificou como bandeirista tradicional. Ou seja, aquelas que apresentavam a maior parte das constantes por ele enumeradas. Ele alega que, após ter escrito o texto, foram listadas mais quatro casas no estado de São Paulo, algumas em Minas Gerais e que, provavelmente, na região de Mogi das Cruzes haveriam outras — ou suas ruínas, pelo menos (SAIA, 1995, p. 62, 63).

A primeira questão a ser levada em conta é que Saia, ao pontuar essas “constantes”, delimitou muito a definição de casa típica paulista. Essas casas que possuíam alpendre e capela própria muito possivelmente pertenceram a pessoas mais abastadas. De modo que moradas mais populares (que ainda poderiam existir à época) ficaram relegadas ao esquecimento acadêmico. A maioria possivelmente teria sido feita de pau-a-pique, mas que, para ele, não criaram uma “identidade paulista” — identidade esta, talvez, um tanto forçada e elitista. Pode-se citar o Casarão Pau Preto, atual sede do Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” e da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, que, apesar de não ser uma construção simples, serve como exemplo. Construído por volta de 1810 como casa paroquial — até onde se sabe — o Casarão não apresenta, nem de longe, todas as constantes impostas por Saia. Mas trata-se de uma casa que poderia muito bem ser considerada bandeirista, por conta da época de construção, da técnica utilizada e de seu estilo arquitetônico. O segundo aspecto é que, partindo do pressuposto de que Saia estivesse totalmente correto, o número de casas perante o número de fazendeiros — e demais classes sociais — existentes durante a conquista do oeste paulista continuaria pequeno. O que evidencia a questão da expansão do estado de São Paulo e a sua antropofagia histórica — sobretudo no que concerne à cultura material.

⁵² A taipa é uma técnica construtiva, cuja base material era feita de barro, areia e água. Existem dois tipos de taipa, a de pilão (cuja produção é feita a partir de uma forma chamada “taipal”, que produz enormes tijolos) e a de mão. Esta, conhecida também como “sopapo” ou “pau-a-pique”, ainda é muito utilizada em locais, como, por exemplo, na região nordeste do Brasil. Essas técnicas vêm sendo cada vez mais retomadas por serem considerados métodos de construção menos predatórios do ponto de vista desenvolvimentista (MATOS, 2007).

Uma das hipóteses para tal problema é justamente o crescimento rápido do estado paulista, já mencionado, o qual:

[...] possui a mais ampla e complexa rede urbana do país. Estruturada a partir da capital, sua constituição remonta ao século passado [XIX], quando, a partir do dinamismo econômico impulsionado pelo complexo cafeeiro, o território passou por um processo contínuo e permanente de ocupação. (CAIADO, 1995, p. 46).

A formação dos primeiros arraiais que, posteriormente, tornaram-se cidades paulistas, remonta ao século XVI e XVII, sobretudo com o desbravamento do oeste paulista. Este iniciou-se com povoamentos que estavam em posições conhecidas como “boca de sertão”, locais de onde chegavam e partiam colonizadores, que se tornavam “ativos centros comerciais” (LOBATO, 2004, p. 321), colaborando para a formação de arraiais e, posteriormente, cidades. No entanto, esse título de “boca de sertão” era temporário, pois, conforme havia o avanço desses povoamentos, as cidades deixavam de ser “bocas de sertão”⁵³. Tal processo no interior paulista teria começado já na Vila de São Vicente (JESUS, 2018, p. 79), porém parece ter se consolidado graças às famílias abastadas de locais como Santana de Parnaíba. Por detrás dessa imigração havia uma estratégia de povoamento por parte da elite local. Alida Metcalf alega que a estrutura social — sobretudo familiar — foi responsável pela diligência paulista. Além da exploração de recursos, como cana-de-açúcar e minérios, as elites de cidades como Santana de Parnaíba garantiam seu *status* para as gerações futuras por meio da herança. Essa distribuição, no entanto, não se dava apenas no sentido monetário. As famílias locais criaram um método no qual os filhos homens recebiam como espólio terras localizadas mais ao oeste. Paralelamente, suas filhas deveriam manter-se nas terras natais, casando-se com outros homens da elite da própria cidade, advindos de São Paulo, de outros lugares do Brasil ou até mesmo de Portugal (METCALF, 1990).

Tal processo migratório rumo ao oeste, no entanto, não afetava apenas a elite. Muitos camponeses (sobretudo homens) também se deslocaram em direção aos novos povoados. Essa parcela da população livre tinha terras voltadas apenas para o sustento próprio, vendendo o pouco que sobrava, não pertencendo, inicialmente, à lógica capitalista que começava a se estruturar. De modo que muitos buscaram migrar para o oeste visando novas oportunidades, colaborando para que os estratos sociais se mantivessem nas novas regiões, garantindo as relações de classes originais. Todos esses fatores asseguraram a manutenção do prestígio local

⁵³ Vale ressaltar que essa primeira marcha para o oeste não foi exclusividade do Estado de São Paulo, podendo ser encontrada também em outros locais, como o Paraná (LOBATO, 2004, p. 321).

das famílias de elite, bem como a reprodução do padrão de vida e da ordem social, já existente na cidade original, nos novos povoados formados agora pelos seus herdeiros (METCALF, 1990).

A cidade de Itu é um desses casos: o município foi fundado por Domingos Fernandes (mencionado no capítulo anterior), o qual recebeu terras de herança de sua mãe, Susana Dias, considerada a fundadora justamente de Santana de Parnaíba. Seguindo essa linha de pensamento, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus defende que a região de Itu (e, portanto, Indaiatuba) foi uma dessas cidades efêmeras intituladas “boca de sertão” (JESUS, 2018, p. 109). Em primeiro lugar, Indaiatuba não só pertencia à Itu, como Domingos Fernandes, em seu inventário, deixou terras na “carta de INDATIVA” (fato mencionado no item anterior), a qual aqui é defendida como sendo Indaiatuba ⁵⁴. As terras referentes ao atual município indaiatubano, a despeito de outros moradores que ali já poderiam estar, oficialmente pertenceram a um dos exploradores mais renomados da região. Tal fator colaborou para o povoamento desse território, independentemente de “um José da Costa” que tenha lá vivido — mesmo porque, muito provavelmente já havia pousos de tropas e camponeses vivendo no atual território indaiatubano (além de povos indígenas), o que atraía viajantes. Outro fator crucial que pode caracterizar Indaiatuba como “boca de sertão” é a construção da estrada que ligava Campinas a Itu em 1792, a qual passava por Indaiatuba (conforme citado no subcapítulo anterior). De modo que a região de Itu também teve o seu momento de originar novas cidades ⁵⁵.

Essas ligações territoriais colaboraram para o surgimento de cidades interioranas ainda nos séculos XVI e XVII. Tais povoados viveram por um tempo do comércio local e do plantio de cana-de-açúcar — motivo este pelo qual muitos camponeses perderam suas terras para a elite canavieira, sendo, assim, incentivados a migrarem, em busca de novas terras ou oportunidades, como tropeiros, jornaleiros ou artesãos (METCALF, 1990, p. 299, 300). Mas foi no século XIX, com o ciclo do café, que São Paulo vivenciou o seu verdadeiro crescimento:

⁵⁴ SAMPAIO, Scyllas Leite. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. P. 26. SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 28.

⁵⁵ Outra cidade da região que também pode ser considerada “boca do sertão” é Campinas. O povoamento inicial estava conectado à formação do caminho dos Goyazes, o qual ligava a atual região campineira a Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, bem como tinha conexão com Santos e o sul do país. Foi a primeira povoação criada por conta desse processo, participando dos “[...] impulsos e refluxos da economia mineira [referente à mineração].” (BAENINGER, 1996, p. 20).

O Estado de São Paulo, já em meados do século passado, apresentava expressivo dinamismo econômico e populacional. A implantação da cultura cafeeira, sem desconsiderar os ciclos econômicos anteriores, impulsionou o desenvolvimento do Estado e do interior, constituindo-se na matriz do sistema urbano paulista. (CANO, 1997). Na virada do século, o Estado contava com 161 municípios e uma população de 2.225.968 habitantes. A migração estrangeira e a instalação do complexo cafeeiro foram os fatores decisivos para a ocupação rural e urbana de São Paulo. (BAENINGER, 1996, p. 13).

O grande número de imigrantes que buscavam por novas oportunidades — advindos principalmente da Itália — alimentou o crescimento e o progresso da economia cafeeira, através dos contratos de colonato. Essa nova mão-de-obra barata garantia o funcionamento da produção (a qual se encontrava com problemas laborais por conta da libertação dos escravizados) e, ao mesmo tempo, o povoamento das cidades interioranas. Por volta da época da crise de 1929, São Paulo já contava com 245 municípios, e entre a década de 1940 e 1950, com 305 (BIZELLI, 1995, p. 39). Em 1980, contava com 571 municípios (BAENINGER, 1996, p. 16); por fim, já na década de 1990, o estado contava com 625 cidades (BIZELLI, 1995, p. 40). De acordo com dados reproduzidos em no site da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), o estado atualmente conta com 645 municípios (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]).

Parece ser um consenso que o sucesso do plantio do café causou o primeiro grande “desenvolvimento” de São Paulo. Mas esse progresso econômico só foi possível também graças à implantação das ferrovias, que, juntamente com a economia cafeeira, colaboraram para a urbanização do interior paulista. Combinadas, elas geravam lucro e mão-de-obra (BIZELLI, 1995, p. 39). Além disso, essa dinâmica influenciou na expansão de outros setores tipicamente urbanos, como bancos, escritórios, oficinas, comércio gerais, indústria, bem como o próprio aparelho estatal (BAENINGER, 1996, p. 14). Todos esses fatores unidos colaboraram, em um primeiro momento, com o “desenvolvimento” urbano do estado de São Paulo.

No final do século XIX a economia cafeeira predominava em boa parte do estado de São Paulo. Essa produção controlou o tesouro paulista, principalmente nas regiões conhecidas como Vale do Paraíba e Oeste Paulista. A “marcha do café”, expansão agrária que se iniciou em meados do século XIX no estado fluminense e expandiu-se para o centro-oeste paulista, trouxe o desenvolvimento tecnológico e urbanização para novas regiões. Tal fator, no entanto, não implicou na decadência daquelas regiões já consolidadas, diferentemente do que ocorrera no Vale do Paraíba, cuja expansão acarretou a existência de paisagens conhecidas como “cidades mortas” (PUPIM, 2008, p. 17, 31). Essa nova economia trouxe muita riqueza e

opulência para aqueles que dominavam a cultura — principalmente aos famigerados “Barões do Café” do Vale do Paraíba.

Com a crise do sistema escravista (dentre outros problemas, como a degradação do solo), a economia cafeeira no Vale começou a entrar em decadência ainda no final do século XIX, enquanto se expandia mais e mais no Oeste Paulista. Lá a mão-de-obra local fora substituída com sucesso por imigrantes, que em sua maioria encontraram seus primeiros trabalhos na produção cafeeira. O sistema de parceria, inicialmente adotado no Brasil (e evidenciado por Nilson Cardoso de Carvalho) não prosperou por um motivo simples: a mentalidade escravista dos fazendeiros, responsável por desestimular a vinda de novos imigrantes. Foi preciso que se criasse um sistema onde houvesse um contrato de trabalho que garantisse aos estrangeiros que vinham trabalhar seus direitos e deveres. Essa documentação tinha durabilidade de um ano, poderia ser renovada por igual período, quantas vezes fosse necessário, bem como havia a possibilidade de ser rescindida por ambas as partes. Esse sistema, conhecido como “colonato”, voltou a impulsionar a imigração, sobretudo italiana (SILVA, 1981, p. 39, 40, 41, 48).

Outro fator de suma importância para o avanço da economia cafeeira pelo estado paulista é o investimento em estradas de ferro, financeiramente incentivadas sobretudo pelos próprios fazendeiros. Inicialmente as cargas eram escoadas para os portos em lombos de mula. Com a utilização dos trens, o transporte ficou mais prático, acelerando o processo (SILVA, 1981, p. 52, 53, 54). A primeira linha de trem a passar pelo território de Indaiatuba foi a linha Jundiaí-Itu, pertencente inicialmente à Companhia Ytuana de Estradas de Ferro, que interligava as maiores cidades do interior do estado: Jundiaí, Campinas, Piracicaba e Sorocaba. Concluída em 1873, contava a princípio com dois ramais: estação de Itaiaci e Estação Ferroviária de Indaiatuba — construída por um grupo popular liderado por Joaquim Emíldio Bicudo (então dono da Fazenda Pau-Preto), e doada à Companhia Ytuana em 1880. Em 1914, com os ramais já pertencentes à Companhia Sorocabana, foi construída a Estação Ferroviária Helvétia, que ligava as linhas dessa empresa com aquelas que uniam a capital ao interior paulista (Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Mogiana) (JESUS; SIVIERO, 2020).

Porém, os investimentos por parte dos fazendeiros não se deram apenas na construção de estradas de ferro. O capital cafeeiro também foi injetado em exportações, comércio e no que se pode chamar de os primórdios dos bancos brasileiros (SILVA, 1981, p. 58, 59, 60, 61). A entrada de bancos estrangeiros também foi um grande incentivo para o capital nacional, pois igualmente financiavam diversas atividades (SILVA, 1981, p. 69, 70, 71). Com esses novos investimentos e fontes de lucro — bem como o acúmulo de capital baseado no trabalho

assalariado e o início da mecanização do beneficiamento do café — começou a surgir um novo horizonte econômico no Brasil: a industrialização (SILVA, 1981, p. 84, 85).

Muitos dos que alavancaram esse despontamento da economia industrial brasileira foram justamente os imigrantes que, com o tempo, começaram a rumar das fazendas para outros empregos, inclusive informais, auxiliando no crescimento de demais setores, como a indústria. Essa mudança ocorreu não apenas na cidade de São Paulo (CARDOSO, 1960, p. 472; SILVA, 1981, p. 102), mas em todo o estado paulista, inclusive em Indaiatuba (supracitado), onde as primeiras fábricas foram fundadas por alemães, como a Gryschek, que confeccionava cadeiras e cabos de guarda-chuvas. De modo que a produção de café (que lentamente foi sendo mecanizada), somada à construção das estradas de ferro, levou ao processo de industrialização e, consequente, “desenvolvimento” da região ⁵⁶. E os estudiosos da Economia costumam dar destaque a duas regiões do estado de São Paulo durante a expansão do sistema cafeeiro no Oeste Paulista: Ribeirão Preto e Campinas (CARDOSO, 1960, p. 474; MARCONDES, 2011, p. 405, 407), sendo que existiram diferenças estruturais entre as regiões no que diz respeito ao ciclo cafeeiro.

O crescimento exacerbado da produção de café gerou um excesso produtivo que levou à baixa dos preços da mercadoria, e, consequentemente, a uma crise. A situação foi abrandada pelo estancamento de sua produção, que perdurou até por volta de 1910. Com a assinatura do Convênio de Taubaté (programa que previa a valorização cafeeira por meio da estabilização da taxa de câmbio, garantia de preços mínimos e compra do excedente de produção), houve uma breve guinada na economia nacional. Havia incentivos destinados à diversificação agrícola e modernizações, como geração de energia elétrica, implantação de ferrovias e atividades industriais, sobretudo em São Paulo.

No entanto, essa expansão cafeeira foi breve, tendo a crise se reiniciado com o início da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), a qual somente fora abrandada pelo aprimoramento das demais agriculturas e do setor industrial propriamente dito, enquanto o café teve uma nova crise de superprodução, agravada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Mesmo assim, a política de Getúlio Vargas tentou, em vão, equilibrar o preço do café, sobretudo com a compra e queima de parte das safras. Apesar da queda da produção cafeeira, as condições necessárias para a origem da industrialização, sobretudo paulista, foram criadas pelo “próprio complexo exportador cafeeiro” (MELLO, 1986, p. 153), que se beneficiou principalmente por

⁵⁶ Novamente, esse dito “desenvolvimento” é aqui colocado no sentido urbano euro-ocidental e capitalista. O termo receberá esse sentido crítico todas as vezes que for apresentado entre aspas.

meio do investimento de capital gerado pelo setor do café (BARJAS, 1994, p. 153). E, conforme mencionado, a industrialização também teve uma ajuda do processo imigratório.

De modo que, a despeito da crise do capital cafeeiro, o interior paulista passou a se beneficiar de outro modelo econômico: a indústria. Entre as décadas de 1950 e 1960 houve uma ampliação da industrialização. Essa, que também continuou a colaborar com a economia rural por meio da necessidade de matérias-primas, ajudou a “desenvolver” muitas cidades interioranas. Tal aspecto auxiliou a consolidar e ampliar a estruturação da rede urbana estadual, por meio da interiorização e redistribuição das novas modalidades de produção, além de colaborar com a concentração de pessoas em torno desses novos polos econômicos. No entanto, o grande *boom* industrial se deu na década de 1970, com a implantação das chamadas “Regiões Administrativas”, as quais visavam “[...] desenvolver uma política de planejamento regionalizada e, ao mesmo tempo, promover a regionalização da administração estadual, adequando melhor seus recursos e promovendo o desenvolvimento regional do próprio estado” (BIZELLI, 1995, p. 39). O objetivo central dessa nova política era a descentralização da industrialização paulista: o foco industrial agora não era mais a capital (ou a Região Metropolitana de São Paulo — RMSP), mas sim o interior do estado (BIZELLI, 1995, p. 39).

Esse novo contexto industrial estava em consonância com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento — o qual também apostava na industrialização de outras regiões do país. A nova divisão estadual em Regiões Administrativas “[...] parece ter consolidado as regiões que já mostravam potencial” (BIZELLI, 1995, p. 39, 40). Caiado afirma que “[...] as maiores cidades do interior estão localizadas nas regiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, o que mais uma vez denota a profunda relação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico existente no Estado de São Paulo” (CAIADO, 1995, p. 50). E uma das regiões mais beneficiadas dentro desses contextos foi justamente a região de Campinas. A antiga Região de Governo de Campinas está localizada em território economicamente privilegiado do estado paulista (desde a rota comercial, passando pelo plantio do açúcar, do algodão, o sucesso do café, mas sobretudo pela desconcentração da industrialização). A atual RMC (Região Metropolitana de Campinas) continua a ser considerada uma das mais “desenvolvidas” do estado de São Paulo (CAIADO, 1995, p. 48; BAENINGER, 1996, p. 25, 28).

Campinas surgiu no final do século XVIII como um desmembramento de Jundiá e desenvolveu-se principalmente no período cafeeiro. Em 1860, a cidade já se tratava de um importante polo comercial e de prestação de serviços, sendo uma das regiões mais beneficiadas pela instalação das ferrovias. Campinas foi tão economicamente importante no final do século

XIX que era considerada a “capital agrícola” da província. Porém, por conta de uma epidemia de febre-amarela em 1889, a cidade acabou ficando praticamente abandonada, voltando a se recuperar só nos idos de 1897, o que trouxe à Campinas o apelido de “cidade-fênix” — símbolo do seu brasão de armas municipal (FREITAS, 2017; PUPO, 1969, p. 217, 218). E mesmo após a epidemia; mesmo após a crise de 1929 (a qual afetou justamente o setor cafeeiro), a cidade conseguiu se reorientar (economicamente falando) com certa facilidade.

De forma que Campinas abraçou tanto a industrialização — fruto da desconcentração da atividade industrial existente na RMSP — quanto a urbanização que chegava cada vez mais rápido. Tais fatores renderam à cidade os títulos de segunda região administrativa mais “desenvolvida” do estado, segunda metrópole do interior do estado e de terceira maior concentração industrial do Brasil ⁵⁷. De seu desmembramento, até 2023, surgiram cinco cidades — Americana, Cosmópolis, Sumaré, Valinhos e Paulínia — as quais deram origem a três outros municípios (Nova Odessa, Holambra e Hortolândia) (BAENINGER, 1996, p. 19, 20, 28, 32, 33, 35, 38).

Conforme mencionado, a industrialização no interior paulista iniciou-se na década de 1930, com a crise do setor cafeeiro, inclusive na região campineira (BAENINGER, 1996, p. 40). Apesar de Indaiatuba inicialmente pertencer a Itu, em 2000 foi criada a Região Metropolitana de Campinas, da qual a cidade atualmente faz parte (MIRANDA; VIRGA, 2019; ALVES, 2003, p. 36). Antes disso, o município já pertencia à Região Administrativa ⁵⁸, criada em 1970, e à Região de Governo de Campinas, desde 1984 ⁵⁹. De modo que Indaiatuba acabou por também se beneficiar com todo esse crescimento econômico da região, sobretudo no quesito da industrialização. Ao final do século XIX, durante o ciclo cafeeiro (e com a crise do sistema escravista), instalaram-se na região os primeiros imigrantes: suíços, alemães e italianos. Trabalhadores principalmente das lavouras, essas pessoas logo se integraram ao cotidiano

⁵⁷ Todo o “desenvolvimento” vivenciado pela cidade, no entanto, não trouxe apenas benefícios. Esse intenso processo de urbanização pelo qual Campinas passou rendeu-lhe problemas tipicamente urbanos, como a queda na qualidade de vida da população local, déficit na infraestrutura, pobreza e, consequentemente, violência (BAENINGER, 1996, p. 20). A autora alega que “[...], nesse processo, a urbanização de Campinas não constituiu fenômeno periférico a uma ‘macrometrópole’: refletiu, na verdade, o tipo de desenvolvimento ali processado a longo de cem anos, [...]” (BAENINGER, 1996, p. 20). No entanto, as transformações econômico-sociais do município citado não é preocupação deste estudo, sendo essa nota apenas uma pontuação acerca do tema, a qual denota a importância da problematização do termo “desenvolvimento” no que tange à urbanização.

⁵⁸ “O objetivo principal dessa divisão político-administrativa era evitar a excessiva centralização administrativa e proporcionar uma visão de conjunto de cada área, a fim de que fossem atendidas as exigências específicas do desenvolvimento de cada uma das regiões, particularmente referentes a urbanização e industrialização.” (BAENINGER, 1996, p. 64).

⁵⁹ Foram instituídas “[...] 43 regiões de governo, ligadas à Secretaria de Planejamento. Os Escritórios Regionais passaram a fazer a intermediação entre as regiões e o governo estadual, estabelecendo prioridades de investimentos.” (BAENINGER, 1996, p. 64–65).

indaiatubano, adquirindo e cultivando suas próprias terras, fundando comércios e até mesmo adentrando na vida política, conforme já mencionado. O setor industrial local teve seu início na década de 1930. Com o tempo, mais fábricas se instalaram na cidade, como a Fábrica de Harmônicos e Órgãos Lins (de origem alemã), tecelarias (Torcetex), de alimentos gerais, olarias e cerâmicas, e a italiana Fábrica Mazzoni, a qual em 1945 pegou fogo, ficando marcada para sempre na memória popular (CARVALHO, 2009, p. 126, 127, 139, 151).

Mas foi com o crescente movimento de desconcentração da industrialização, surgido em meados das décadas de 1960 e 1970, que Indaiatuba se fortaleceu e viu seus territórios urbanos (e economia) se expandirem. Os processos que colaboraram para essa migração da indústria paulista rumo ao interior são vários, de forma que aqui serão pontuados aqueles considerados mais importantes para a região da cidade analisada. Os motivos principais dessa redistribuição industrial no interior paulista, por meio de intervenção estatal, ocorreram para atenuar os desequilíbrios existentes entre as regiões de São Paulo, bem como para tentar solucionar os problemas da região metropolitana.

Sobre a questão acima, Baeninger menciona uma teoria proposta por Wilson Cano e Barjas Negri, a qual alega que essa desconcentração industrial acabava por ocultar a falta de atenção (e atitudes) por parte do governo para com os problemas urbanos existentes na metrópole paulista. Outros fatores, também colocados por Cano, são a implantação de diversos setores (como petrolífero, álcool, pesquisas, eletrônico, microeletrônico, telecomunicações e militar) e a ampliação da rede viária em áreas do estado consideradas mais dinâmicas (BAENINGER, 1996, p. 64, 65; CANO, 1988, p. 112). Por fim, é proposto que esse processo de desconcentração industrial da metrópole também se deveu à combinação de quatro fatores: a) forças endógenas, as quais possibilitaram a redinamização interiorana por meio da aplicação de capital nacional e internacional; b) a modernização da agricultura, que estimulou a industrialização e o setor terciário; c) “[...] forças atuantes a partir da região metropolitana de São Paulo, ‘liberando’ atividades econômicas, sobretudo industriais, para áreas com potencial de recepção no interior” (BAENINGER, 1996, p. 65); d) incentivos governamentais nas regiões consideradas mais dinâmicas, não atingindo, portanto, o interior de forma igualitária (BAENINGER, 1996, p. 65, 66).

De modo que essa desconcentração favoreceu regiões que já tinham predisposição à modernização, como Campinas, São José do Campos, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e até mesmo a região litorânea, beneficiando cidades vizinhas às citadas, como Indaiatuba (BAENINGER, 1996, p. 65, 66; CANO, 1988, p. 112). O “desenvolvimento” industrial na cidade começou a ficar mais perceptível já na década de 1960, com o início da instalação de

mecânicas e metalúrgicas em bairros até então considerados periféricos. Em 1969 foi criada a ZPI (Zona de Predominância Industrial), instalada no atual bairro residencial de classe média Cidade Nova. Em 1959 foi instalada a fábrica japonesa Yanmar, uma das maiores indústrias existentes na cidade até hoje (CARVALHO, 2009, p. 167). Posteriormente vieram outras grandes empresas e multinacionais, como a Singer em 1967, Gessy Lever (hoje Unilever) em 1982, a Toyota em 1998 e, já nos anos 2000, a alemã Weishaupt, a sueca Ericsson e a estadunidense Plastek, dentre tantas outras.

Mas foi em 1973, sob o governo do ex-Prefeito Romeu Zerbini, que Indaiatuba viu florescer de fato a sua economia mais profícua até os dias atuais. Nessa época começou uma crescente preocupação com o possível impacto que as indústrias poderiam trazer à zona urbana, a qual se aproximava cada vez mais da ZPI⁶⁰. De modo que foi criado, pela Lei de nº 1.254, de 15 de agosto de 1973, o Distrito Industrial “Domingos Giomi”, instalado na Zona Sul da cidade, às margens da Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado (a qual dá acesso à Rodovia Santos Dumont) (ARAÚJO, 2015, p. 40). Em 1980 a cidade já possuía 422 fábricas, com mais de 12.000 empregados (CARVALHO, 2009, p. 167, 169). Já em maio de 2022 a cidade contava com mais de 960 indústrias registradas, 5.700 comércios e 17 mil estabelecimentos de serviços, os quais atuam nos mais diversos ramos. (LEMUCHI, 2022b). Em 2019 Indaiatuba foi cotada como a segunda cidade, dentre 310 municípios brasileiros, com o melhor “desenvolvimento” econômico, ficando atrás apenas de Barueri (SP) (HEIN, 2019), além dos prêmios recebidos em 2021 e 2022, já mencionados.

Para os donos de indústrias, os benefícios dessa mudança foram muitos. Primeiro, a localização, a qual apresenta facilidade viária (proximidade com as rodovias Bandeirantes, Dom Pedro I, Anhanguera, Castelo Branco, Senador José Ermínio de Moraes [Santos Dumont], dentre outras) e aérea (proximidade com o Aeroporto de Viracopos, inaugurado na década de 1960). A proximidade de cidades como Campinas e São Paulo (consideradas grandes centros consumidores), bem como o preço das terras, que era menor, também foram aspectos relevantes. O fato de serem terrenos rurais igualmente propiciava a sua divisão de maneira mais ampla (fator este que ainda acomete a zona rural da cidade). Por fim, houve incentivos fiscais por parte do governo local para a instalação das indústrias no Distrito, além dos fatores de

⁶⁰ Segundo o novo Plano Diretor de Indaiatuba, as “[...] porções do território com predominância de atividade industrial consolidada ou a consolidar, destinadas à manutenção e ao incentivo das atividades econômicas compatíveis, toleráveis, incômodas e incompatíveis ao uso residencial, adotando-se medidas mitigadoras, em função da incomodidade gerada” são agora denominadas “Zona de Desenvolvimento Econômico” (ZDE) (INDAIATUBA, 2022c: 123).

política estadual de desconcentração industrial já mencionados (ARAÚJO, 2015, p. 40, 41, 42; ALVES, 2003, p. 3).

De modo que naquela mesma década iniciou-se a mobilidade das primeiras fábricas para a nova zona industrial, abandonando o bairro Cidade Nova. Seus antigos terrenos foram (e ainda estão) sendo rapidamente absorvidos pela especulação imobiliária, que os transforma sobretudo em condomínios verticais para os antigos — e novos — moradores de Indaiatuba. Atualmente não existe mais nenhuma indústria remanescente no bairro Cidade Nova, sendo a metalúrgica ILMA aquela que mais recentemente fechou suas portas nessa localidade (em seu terreno foi construído um supermercado atacadista). Até então geograficamente bem afastado do núcleo urbano, logo o novo distrito começou a atrair pessoas, o que gerou a criação de bairros residenciais em seu entorno. Inicialmente foi criado o Núcleo Habitacional Brigadeiro Faria Lima (atuais CECAP I, II e III) e entre 1979 e 1980, o Jardim Morada do Sol, atualmente o maior bairro de Indaiatuba (já mencionado).

Ademais, todo esse dinamismo no interior acarretou outro movimento: a migração nacional (BAENINGER, 1996, p. 66). Esse fluxo de pessoas antecedeu os idos dos anos de 1970/1980, porém foi marcante nessa época justamente por conta do “reflorescimento do interior paulista”, caracterizado como “a segunda área de concentração industrial do Brasil” (BAENINGER, 1996, p. 16, 18, 67). Como foi dito, a região campineira constituiu-se em uma das que mais atraiu novos moradores, incluso Indaiatuba. Em sua pesquisa, Baeninger listou a evolução da população total dos municípios que então pertenciam à região de governo de Campinas, entre 1960 e 1970. Consta que Indaiatuba teve um crescimento de 19.697 para 30.537, um total de 4,48%, sendo que só naquela década o saldo migratório foi de 5.306 pessoas. Já de 1970 para 1980, a população passou de 30.537 para 56.234 habitantes, tendo uma taxa de crescimento de 6,30% e salto migratório de 18.598 (BAENINGER, 1996, p. 77, 78, 91). De fato, o saldo migratório não foi o maior da região, ficando em sexto lugar. Mas pode-se notar o começo do inchaço populacional local.

De acordo com Adriana Alves:

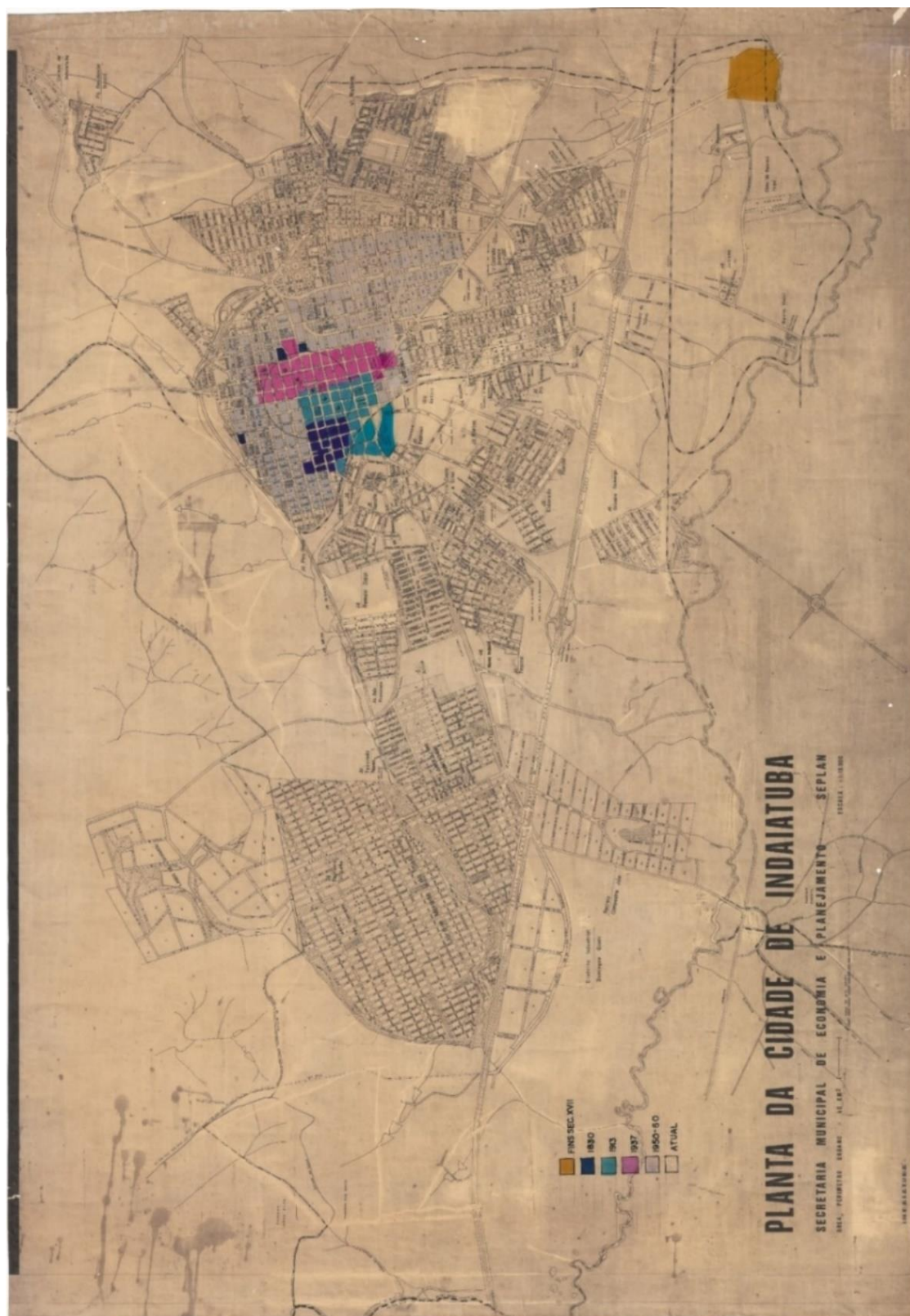
O saldo migratório registrado no período entre 1970 e 2000 foi de 62.369 habitantes, ou seja, o município multiplicou por quase 5 vezes seu contingente populacional em apenas 30 anos, passando de 30.555 habitantes em 1970 para 147.050 em 2000. (ALVES, 2003, p. 39, 40).

De maneira que “Ao se comparar as taxas de crescimento da população total de Indaiatuba com aquelas apresentadas pelo estado de São Paulo, entre 1970 e 2000, nota-se que

o ritmo de crescimento de Indaiatuba foi mais dinâmico que o do estado” (ALVES, 2003, p. 39, 40). Esse movimento migratório justificou a rápida (e densa) ocupação do bairro Jardim Morada do Sol, o qual se formou principalmente por paranaenses, mineiros, nordestinos e nortistas que buscavam as oportunidades de trabalho que os setores industriais e terciários ofereciam, bem como uma melhor qualidade de vida ofertada.

Para além disso, novos bairros foram sendo formados, tanto próximos ao Distrito Industrial quanto mais distantes, inclusive nas zonas rurais (sendo estes ocupados predominantemente por condomínios considerados de luxo). No site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, em março de 2023, constavam listados 285 loteamentos (PREFEITURA DE INDAIATUBA, [s.d.]a). A seguir, constam algumas imagens que ilustram esse crescimento.

Figura 1 — Mapa que mostra o crescimento da cidade de Indaiatuba até a década de 1970/1980.



Fonte: PREFEITURA DE INDAIATUBA, [s.d.].b.

O mapa acima apresenta o crescimento da cidade de Indaiatuba até a década de 1970/1980. Pode-se observar o deslocamento do povoamento inicial no século XVII (amarelo) — que se encontrava próximo ao Rio Jundiáí, atual Bairro de Itaici e atual município de Itupeva — para o atual “Centro Velho” (azul-escuro — 1830); a pequena expansão até a década de 1913 (azul-claro) e 1937 (rosa); a primeira expansão industrial para a zona nordeste — atual bairro Cidade Nova — entre 1950 e 1960 (cinza); e a grande expansão para a zona noroeste em 1970 (branco), com a construção do bairro Morada do Sol e do Distrito Industrial “Domingos Giomi”. Sua data não é precisa, porém é possível dizer que foi concebido após o ano de 1980, por já apresentar o bairro Jardim Morada do Sol em seu desenho.

Já a Figura 2 trata-se de um mapa mostrando a divisão territorial em 2022 ⁶¹, estando dividido em Zonas (Residencial; Rururbana; de Desenvolvimento Econômico; de Dinamização Urbana; de Especial Interesse Social; de Interesse Ambiental), conforme o Projeto do Plano Diretor Municipal de Indaiatuba atual (datado de 2022):

⁶¹ Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba. **Secretaria Municipal de Engenharia e Planejamento**. Escala: 1:30.000. 08/08/2022. In: PREFEITURA DE INDAIATUBA, [s.d.].b.

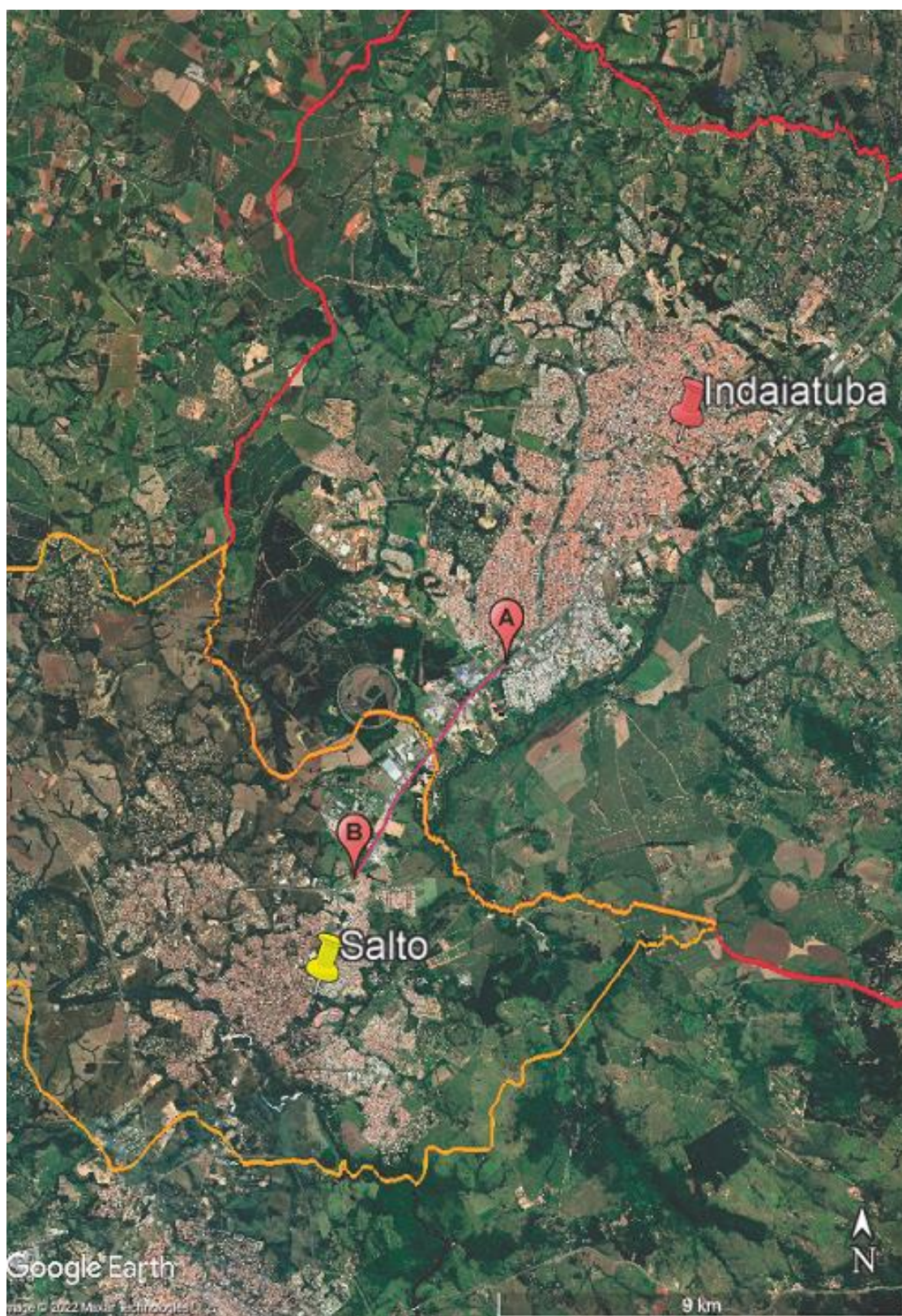
[illegible]

118

De forma que Indaiatuba, no aspecto geográfico, está prestes a conurbar com a cidade de Salto, restando apenas cerca de 6 km de zona rural (porém com início de industrialização) separando as duas cidades ⁶², conforme exposto na Figura 3. Trata-se de uma imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, a qual apresenta a distância aproximada existente entre a zona urbana da cidade de Indaiatuba (ponto A) e Salto (ponto B), a qual seria de aproximadamente 5,79 km (tendo como base a Rodovia Santos Dumont — trajeto em rosa). Demonstrando, assim, que haveria a possibilidade de conurbação entre as duas cidades com o passar do tempo.

⁶² A atual divisa entre as cidades de Indaiatuba e Salto está localizada entre os quilômetros 46 e 47 da Rodovia SP-075 (Santos Dumont). No Plano Diretor Municipal de Indaiatuba, instituído em 05/12/2022, foi criada a Área Estratégica de Controle da Conurbação (AECC), cujo objetivo principal é coibir a conurbação urbana entre Indaiatuba e os municípios de Salto, Itupeva, Elias Fausto Campinas, Monte Mor, Itu e Cabreúva, “[...] culminando na prevenção de conflito entre as estruturas políticas, administrativas e sociais dos municípios.” (INDAIATUBA, 2022c: 19, 40–43). A sua aplicação ainda será realizada.

Figura 3 — Imagem de satélite gerada que mostra a distância aproximada existente entre a zona urbana da cidade de Indaiatuba e Salto.



Fonte: GOOGLE, 2022.

Essa rápida verticalização de bairros já existentes, bem como a condominização (que consequentemente levou à urbanização dos bairros rurais), as quais ocorrem de modo um tanto quanto desenfreado em algumas cidades, colaborou para o esquecimento — e até mesmo destruição — de sítios arqueológicos e apagamento de memórias. O que leva a crer que nessas áreas não há patrimônios ou até mesmo História, como já mencionava Mário de Andrade no princípio do século XX (conforme ainda é repetido em Indaiatuba). A consequência disso é a perda de parte importante de documentação histórica, ou posterior descoberta — fator bem comum na Região Sudeste do Brasil, além da busca por memórias que sejam exclusivamente de origem euro-ocidentais. Existem alguns exemplos relativamente recentes de escavações urbanas que, muitas vezes fortuitamente, revelaram sítios arqueológicos importantes. É possível citar alguns exemplos famosos, como a construção de novas linhas de metrô em grandes cidades (São Paulo ⁶³ e Rio de Janeiro ⁶⁴); a edificação de um novo empreendimento no bairro da Liberdade (São Paulo), o qual fez surgir o sítio arqueológico de parte do antigo Cemitério dos Aflitos ⁶⁵; e o sítio arqueológico Cais do Valongo — localizado na Praça do Jornal do Comércio, em pleno coração da cidade do Rio de Janeiro. Este sítio é reconhecido pela UNESCO e foi descoberto em 2011, durante as obras de revitalização da área por conta das Olimpíadas de 2016 e construção do Porto Maravilha ⁶⁶.

⁶³ Em 1997, as obras da linha Amarela do Metrô foram paralisadas na região de Pinheiros por conta de ter sido um território habitado por indígenas e jesuítas. Em 2004, na esquina que une a Consolação com a Rua Piauí foram encontrados vestígios arqueológicos, remetidos ao século XIX ou há década de 1960. Na linha Lilás do Metrô também foram encontrados artefatos, os quais então sob a guarda do Museu Histórico Sorocabano. A região de Pinheiros também foi palco de outras polêmicas arqueológicas: em 2009, durante as obras de revitalização do Largo da Batata, foram encontrados diversos objetos que remontam ao século XIX e XX, o que gerou brigas políticas por conta do atraso da entrega das obras. Mais recentemente, em 2022, foram encontrados remanescentes do Quilombo Saracura (região que era também conhecida como Pequena África), dentre outros, durante as obras para a construção da estação de metrô no bairro do Bixiga (ALVES, 1997; WESTIN, 2009; RECONVERSÃO..., [s.d.]; AMENDOLA, 2004; PEÇAS..., 2017; ARQUEOLOGIA..., 2022).

⁶⁴ No Rio de Janeiro também existem empreendimentos cujos trabalhos de execução refletiram em achados arqueológicos. Em 2013 foram encontradas cerca de 200 mil peças dos séculos XVII, XVIII e XIX, referentes à História local e nacional, quando da realização das obras da Linha 4 do Metrô, próximo à antiga estação de trens Leopoldina (PEÇAS..., 2013).

⁶⁵ Talvez um dos exemplos mais famosos recentes tenha sido a descoberta de nove ossadas no local onde ficava o antigo Cemitério dos Aflitos, atrás da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos (Bairro da Liberdade), a qual trata-se de um bem tombado pelas esferas municipal e estadual. Por estar em área de preservação patrimonial, o empreendimento, apesar de particular, teve de seguir a regulamentação dos órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural. É um exemplo de local onde se sabia que havia evidências históricas e, portanto, era necessária a prospecção. Além disso, o Bairro da Liberdade era conhecido como “Largo da Forca”. Bem antes da criação de uma memória oriental (a qual atualmente não se nega a importância, tanto histórica quanto turística) havia a memória da diáspora africana nessa região central paulista, a qual, portanto, vem sendo evidenciada também por meio da Arqueologia (REIS, 2018a; REIS, 2018b; BONADIO, 2006).

⁶⁶ Construído em 1811, foi considerado o principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, adentrando por ele entre 500 mil e 900 mil cativos, segundo estimativas. O Cais do Valongo foi aterrado duas vezes: em 1843 (dando lugar ao Cais da Imperatriz) e entre os anos de 1904 e 1910. Os entornos que apresentavam armazéns e casas de comerciantes também foram apagados, cedendo espaço para novas construções. No entanto, essa imensidão arqueológica só fora encontrada por conta do interesse político em se revitalizar a

Mas esses são apenas alguns dos pouquíssimos (e mais famosos) exemplos de intervenções arqueológicas, que mostram claramente como há o apagamento da memória cultural (proposita ou não) através da urbanização, gerando inclusive embates de interesses, sobretudo políticos. De acordo com Octavio Ianni, quando se estuda uma cidade, depara-se não apenas com a história local, mas muitas vezes “[...] estão mais visíveis traços marcantes da história da nação” (IANNI, 1996, p. 13), sendo que ambas podem “[...] ser cúmplice da outra, em suas convergências e em seus desencontros” (IANNI, 1996, p. 13).

Nota-se então a importância que Indaiatuba teve não apenas no “desenvolvimento” da região, mas também do país, de tal forma a ser ponto de vastas movimentações sociais, que duram até a atualidade. Povos originários; bandeirantes; fazendeiros; africanos; imigrantes suíços, italianos, japoneses, sírios, libaneses; migrantes paranaenses, nordestinos, mineiros, paraenses, paulistanos; dentre outros, ajudaram a desenhar o que hoje é Indaiatuba. De seu desmembramento de Itu, passando pelas lavouras de açúcar e café até chegar à sua industrialização, a profusão cultural é tão grande que até os dias atuais existem colônias locais que mantêm as tradições de seus ancestrais.

No entanto, quilombos, áreas pertencentes a povos originários ou até mesmo locais de moradias mais populares são relegados ao esquecimento em nome da farsa de uma suposta modernização (trajadas muitas vezes de uma reocupação do solo por parte de imigrantes), mas que pode carregar dentro de si pressupostos higienistas. Adicionalmente, muito da arquitetura brasileira em si teve contribuição africana, para além da mera mão de obra braçal escravizada, mas o tema é pouco estudado (JESUS, 2020). Para Trouillot, antropólogo haitiano que trabalhava com a questão da historicidade da Revolução Haitiana, os silêncios históricos são criados em quatro momentos que ele classifica como cruciais: “[...] no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância)” (TROUILLOT, 2016, p. 57. grifo do autor). Esses decursos oferecem um poder ao processo histórico responsável pela produção de narrativas que viabilizam determinados discursos, em detrimento de outros que são silenciados (TROUILLOT, 2016, p. 55), fator este que também acomete a Arqueologia.

região, sendo transformado em monumento e preservado por sugestão das Organizações dos Movimentos Negros. (SÍTIO..., 2016; CAIS..., [s.d.]).

Mas a ideia de achados materiais em Indaiatuba não é tão recente assim. Como foi dito, Scyllas Sampaio conta que a construção de novas edificações revelou a presença de pedaços de louças e estruturas de antigas casas (SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 32). Além disso, a cultura oral, escrita, o patrimônio edificado bem como o paisagístico revelam outros locais de possível interesse arqueológico para além do “Centro Velho”, como as antigas fazendas. Na extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba a pesquisadora Kassiane Galiassi realizou o levantamento e mapeamento das antigas fazendas existentes no território de Indaiatuba, no qual foi enumerado um total de 63 fazendas, não tendo sido encontrada documentação suficiente para realizar estudos mais aprofundados sobre algumas delas (GALIASSI, 2017). Destaca-se aqui como exemplo, novamente, a fazenda Quilombo, na qual uma antiga célula de resistência afrodescendente fora desmanchada, dando lugar a uma das fazendas mais tradicionais da região — mencionada no subcapítulo anterior ⁶⁷. Demais locais que costumam ser de interesse arqueológico são as margens de rios e córregos, locais de passagens de antigas estradas e trilhos de trens, arraiais menores, dentre outros. O estudo da cultura material que possivelmente existe sob o solo de Indaiatuba e de suas documentações escritas dissidentes poderá ajudar a preencher algumas das lacunas existentes na história local, além de suscitar debates sociais.

Em cinco de dezembro de 2022 foram sancionadas a Lei Complementar nº 92 (revisão do Plano Diretor Municipal — PDM) e Lei Complementar nº 93 (Uso e Ocupação do Solo —

⁶⁷ “Pertenceu ao Cap. Manoel Correa de Lemos, morador na Villa de Parnaíba, que em 1775 solicitou a demarcação judicial de suas terras, que haviam sido primeiramente concedidas pelo capitão general de São Paulo à D. Ana Maria Xavier Pinto da Silva, e se situavam em um local onde houvera um quilombo de negros” p. 4 (Autos de divisão do sítio Quilombo entre as partes..., Cartório do Primeiro Ofício de Itu – Museu Republicano Convenção de Itu, ano de 848, maço 57. Ver também: repertório das Sesmarias – São Paulo. DAESP, 1994, p. 28. *In*: INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Documentário Biográfico de Agostinho Rodrigues de Camargo** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.]); e “Anna Maria Xavier Pinto da Silva, viúva do Dr. Antonio Fortes de Bustamante e Sá, desta cidade, que achando-se no districto de Jundiahy, para a parte de Itú, um quilombo de negros, foi o supplicante instado por varias pessoas daquela Villa e principalmente pelo vigario que então era o padre Ignacio Paes, para que mandasse pelos seus escravos descortinar os matos daquelle sertão até invadir o dito Quilombo, que se achava impenetravel. E porque aquele mato em distancia de uma legua se achava de tal forma difficultoso de se penetrar e trancado, que consumio mais de tres mezes de serviço e apenas se conseguiu, fazendo-se caminho quando os negros do dito Quilombo se afugentaram, ahi encontrando-se somente os ranchos e mais vestigios. Mandou o supplicante estabelecer morada, estendendo sua posse até o meio do caminho dito que mandou abrir, servindo-lhe de divisa o segundo correjo que se acha na entrada do mato trancado e deixando mais de meia legua livre para a parte da Villa e por que mandando o supplicante ao pé do dito correjo fazer uma roça por seus escravos se não pode esta queimar e plantar por causa das aguas, retirando-se os ditos escravos para voltarem quando fosse tempo, soube que se foi meter na dita rosada de uma mulher pobre e que plantava; e nestas circunstancias pedia lhe concedesse por sesmaria na dita paragem legua e meia de terras de testada e meia de sertão, fazendo pião para a testada o dito correjo da rosada.” (Carta de Sesmaria — L. 22, fls. 111. *In*: INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Dossiê – Sesmarias e Registros de Terras** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.]).

LUOS), responsáveis por também revogar as Leis Municipais nº 4.066/2001 (Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Indaiatuba), Lei Complementar nº 09/2010 (Instituição do Plano Diretor do Município de Indaiatuba) e Lei Complementar nº 10/2010 (Alteração, Atualização, Revisão e Consolidação da Lei nº 4066/2001), dentre outras possíveis normas contrárias às agora vigentes. Entre suas atribuições, o atual Plano Diretor instituiu as chamadas Áreas Estratégicas de Interesse Histórico — AEIH (antiga Zona de Interesse Histórico — ZIH). Segundo o documento, “As AEIH correspondem às áreas com potencialidade para qualificar e valorizar bens culturais, bem como a memória e a identidade do município, quanto às suas características históricas, sociais e culturais.”, cujos objetivos são “Preservar os sítios, conjuntos urbanos, edifícios e objetos de interesse cultural, por razões arqueológicas, históricas, artísticas, simbólicas; Adotar medidas de proteção e potencialização do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Indaiatuba” (INDAIATUBA, 2022c, p. 70). São especificadas as seguintes medidas: “Controlar o adensamento e a renovação no entorno de edificações tombadas, exigindo-se a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias e integrando a AEIH no contexto urbano e da paisagem local” e “Inventariar, registrar, tomba e vigiar os bens culturais de interesse para conservação através do Conselho Municipal de Preservação e Departamento de Preservação e Memória” (INDAIATUBA, 2022c: 70) ⁶⁸.

Além disso, o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo preveem o Estudo de Impacto de Vizinhança, o qual “[...] conforme preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) determina que cabe ao poder municipal a definição dos empreendimentos cujas atividades, públicas ou privadas, estejam sujeitas à elaboração do referido estudo, a fim de se obter ‘licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento’” (INDAIATUBA, 2022c, p. 134). Será exigido quando possa “alterar ou impactar o ambiente construído e/ou natural, e/ou sobrecarregar a capacidade da infraestrutura existente, ou ainda causar incômodos

⁶⁸ As AEIH de Indaiatuba são atualmente compostas por 13 locais tombados, a saber: Fazenda Engenho D'Água (AEIH1); Casa nº1 / Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária / Busto de Dom José de Camargo Barros Muro de Taipa (AEIH2); Casarão Pau Preto / Caixa D'Água (AEIH3); Edificações do Hospital Augusto de Oliveira Camargo (AEIH4); Antiga Estação Ferroviária Urbana de Indaiatuba (AEIH5); Antiga Estação Ferroviária de Itaici (AEIH6); Antiga Estação Ferroviária do Helvétia (AEIH7); Antiga Estação Ferroviária do Pimenta (AEIH8); Caixa D'Água Praça Rotary (AEIH9); Edifício da praça Dom Pedro II (AEIH10); Chafariz, Praça Elis Regina (AEIH11); Residência Família Coppini (AEIH12); Casa de Retiro V. Kostka (AEIH13), incluindo também outras áreas de interesse histórico, possivelmente em processo de tombamento (Fazenda Bela Vista; Sítio São Miguel; Fazenda Pimenta; Fazenda das Pedras; Fazenda Capim Fino; Fazenda Santa Maria; Fazenda Cachoeira do Jica; Fazenda Santa Cândida; Fazenda da Grama; Fazenda Quilombo; Leito da Ferrovia, incluindo o Pontilhão) (INDAIATUBA, 2022c: 70, 71). No documento é apresentado um mapa, onde os 13 locais tombados estão evidenciados, porém, aqueles em possível processo de tombamento não se encontram destacados (INDAIATUBA, 2022c: 77). O mapa também pode ser encontrado no site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba (“Mapa Áreas Estratégicas lei complementar nº 93 escala 1:30.000” — Secretaria Municipal de Engenharia e Planejamento. Escala: 1:10.0000. [s.d.]. In: PREFEITURA DE INDAIATUBA, [s.d.]).

excessivos como ruído e poluição, sendo eles: [...] Empreendimentos que coloquem em risco a preservação do Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico, Paisagístico e Arqueológico, desde que tombados ou em processo de tombamento; [...] ” (INDAIATUBA, 2022c, p. 134. [grifo nosso]), entre outros. Vale lembrar que o Estudo de Impacto de Vizinhança já era previsto na Lei Complementar nº 10/2010. A Lei Complementar nº 9/2010 apenas mencionava em seu art. 20 que “As diretrizes relativas ao patrimônio cultural são: I — preservar os sítios, conjuntos urbanos, edifícios e objetos de interesse cultural, por razões arqueológicas, históricas, artísticas, simbólicas, paisagísticas e turísticas, observadas as regras previstas na legislação vigente; [...]” (INDAIATUBA, 2010a).

Dessa forma, entende-se que os sítios arqueológicos e os bens móveis dissidentes destes devem ser observados também no âmbito municipal, *desde que* estejam tombados. O protagonismo acerca da Arqueologia segue sendo federal (de forma que não são excluídos os relatórios e demais documentações exigidas pelo IPHAN), porém há também uma responsabilidade municipal (conforme o Princípio da Responsabilidade Compartilhada ⁶⁹ e art. 72 ⁷⁰ da Portaria nº 375/2018 [IPHAN, 2018]). Apesar da existência de tal instrumento, não é possível mensurar a sua eficácia, haja vista não haver um órgão de fiscalização efetivo instituído na cidade, afora o Departamento de Preservação e Memória e o Conselho Municipal de Preservação (órgão consultivo vinculado à Secretaria Municipal de Cultura). Este ainda não prevê profissionais necessariamente diplomados em História ou Arqueologia em sua composição, constando apenas “1 (um) profissional de ensino superior com notório saber nas áreas de história, arquitetura, engenharia, urbanismo preservação de patrimônio [sic] e outras áreas relacionadas;”, conforme inc. quarto do art. 5 da Lei Ordinária nº 7.628, de 12 de agosto de 2021 (INDAIATUBA, 2021b).

Ademais, segundo a lei em questão, só está prevista a preservação de patrimônios institucionalizados, não havendo garantias de prevenção à destruição dos demais, colocando-os em risco de desaparecimento caso não haja a sua institucionalização. Considerando as 13 AEIH destacadas no atual Plano Diretor, bem como aquelas que há o interesse de tombamento, (supracitado), é visível a predileção pelo patrimônio construtivo euro-ocidental. A mesma lei, em seu art. 10, prevê a criação de “Livros de Registros” dos bens tombados (naturais, móveis e imóveis) por parte da Secretaria Municipal de Cultural, sendo obrigatório, conforme o seu inc.

⁶⁹ “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural material.” (IPHAN, 2018).

⁷⁰ “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger os bens arqueológicos móveis e imóveis.” (IPHAN, 2018).

segundo (o qual identifica os bens imóveis) aqueles também de valores arqueológicos e etnográficos (dentre outros) (INDAIATUBA, 2021). É possível dizer que atualmente há maior destaque para a questão arqueológica do ponto de vista municipal que no cenário indaiatubano de 10 anos atrás. No entanto, é necessário questionar a aplicação e a eficácia de normas municipais do ponto de vista arqueológico (e patrimonial, no geral), sobretudo pela ausência de profissionais da área envolvidos nos debates e nas instituições responsáveis, bem como pelo fato de só estar prevista a proteção ao patrimônio institucionalizado.

De forma que Indaiatuba é um bom exemplo de autofagocitação (ou antropofagia) histórica e arqueológica. A História se autoconsome espontaneamente para ter sua própria continuidade, causando o apagamento de memórias e silenciamentos históricos (propositalmente, em parte das vezes) a fim de criar novos locais de memórias (sejam elas forjadas ou não). Na cidade de Indaiatuba, felizmente, alguns sítios arqueológicos têm sido revelados nos últimos anos, sobretudo por conta da construção de novos condomínios. Esses sítios, até o momento, encontram-se fora do “Centro Velho” (o qual é considerado o berço de Indaiatuba), bem como dos bairros mais centrais ⁷¹. Apesar dessa impossibilidade inicial em se recuperar a cultura material nesses espaços já consolidados, os estudos de locais mais afastados podem revelar diversos aspectos sobre o povoamento que se encontram fora da tradição oral e escrita. Como exemplo, pode-se citar a História Pré-Colonial da região, Arqueologia da Diáspora Africana e a presença de colonos menos abastados, bem como da memória industrial em bairros que hoje em dia são ocupados por moradias, mas que antes estavam infestados de fábricas.

Para finalmente adentrar na documentação e realizar sua análise, é necessário localizar a Arqueologia de Indaiatuba a partir de seu contexto local. Antes, porém, é preciso classificar a documentação analisada, ou seja, os Processos de escavações em Obras de Engenharia realizados no território de Indaiatuba. Trata-se de uma documentação que atesta, dentre outras informações, alterações na cidade, não apenas no que diz respeito à paisagem, mas também que

⁷¹ Nas últimas duas décadas, nessa área conhecida como bairro “Jardim Pau Preto” (no qual se encontram situadas boa parte das áreas consideradas “Área Estratégica de Interesse Histórico” (AEIH) (segundo as Leis Complementares Nº 92/2022 e Nº 93/2022, o Plano Diretor e, portanto, com o Mapa de Uso do Solo de Indaiatuba já apresentado), a construção civil, sobretudo de prédios residenciais, se ampliou. Diversos condomínios verticais vêm sendo construídos, bem como em bairros que antes eram zonas industriais ou rurais, como Jardim Cidade Nova e o próprio Jardim Morada do Sol. Tais construções não geraram Processos no IPHAN, pois, conforme os dispositivos federais já apontados, as obras não se enquadram na obrigação de se realizar o licenciamento ambiental, e dispensando, portanto, o estudo arqueológico — apesar dele ser indicado na realização de qualquer empreendimento. Porém, essas obras deveriam minimamente ser alvo do Estudo de Impacto de Vizinhança (o qual era previsto no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010 e segue assim o sendo), conforme já mencionado, inclusive no que diz respeito à questão da memória industrial, tão recorrente na cidade e, mesmo assim, tão pouco explorada do ponto de vista histórico.

versa sobre épocas, costumes e práticas. Terrenos de antigas fazendas dão lugar a condomínios de casas de luxo, por exemplo. E um dos elementos que resta da memória dos tempos antigos é a cultura material, evidenciada também por meio das escavações e documentada através dos Processos de Arqueologia. A documentação em questão também é importante como relato das atividades em si, bem como das políticas e questões que rondam a prática no Brasil. Tais temas foram trabalhados e problematizados no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 3 — PROCESSOS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS: O EXEMPLO DE INDAIATUBA

O uso da cultura material como fonte histórica não é inédito, tendo sido evidenciado nas páginas anteriores. Assim, o presente capítulo pretende trazer à tona uma documentação ainda pouco avaliada de maneira ampla por pesquisadores: os Processos vinculados às atividades de Arqueologia em Obras de Engenharia. Tais documentos não substituem, de forma alguma, o contexto original material, como ocorre em qualquer narrativa; porém, como qualquer registro, podem revelar informações e provocar diferentes interpretações. Os Processos, quando analisados integralmente e em conjunto, podem apresentar contextualizações gerais do programa de escavação em questão, bem como problemáticas acerca do trabalho arqueológico e sobre diversos aspectos de um território. No caso, não apenas quanto à cultura material, mas também questões sociais, econômicas, políticas e culturais locais, e até as alterações que a paisagem sofreu ao longo do tempo. Evidenciando, assim, parte da antropofagia histórica típica das cidades, bem como as interpretações dos pesquisadores (e da comunidade, em certa medida) sobre tais questões.

3.1 A Documentação SEI-IPHAN: os Processos arqueológicos e seus possíveis usos na História

Se, como arqueólogos, não podemos conhecer tudo sobre o passado, podemos, pelo menos, conhecer muito do que é importante (TRIGGER, 2004, p. 485).

Apesar de um dos motes do presente trabalho ser a cultura material, esta pesquisa utilizou como fonte principal a documentação escrita produzida quando da realização dos Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia. Essa escolha se deu sobretudo por três motivos: a pouca utilização dessa fonte por parte dos historiadores em pesquisas de mais fôlego; a escassa cultura material registrada em Indaiatuba (não havendo maiores análises sobre o tema no município); e o fato da autora não ter formação em Arqueologia (apesar de ter experiência na área)⁷². Assim, foi-se em uma direção muito mais da análise e problematização da documentação escrita (sobretudo os projetos e relatórios, que contém mais informações), da contextualização dos trabalhos arqueológicos em Obras de Engenharia, bem como dos discursos por eles produzidos, chegando a uma investigação acerca do município, da sociedade

⁷² Segundo a Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018: “Art. 3º São atribuições do arqueólogo: [...] III - executar serviços de análise, classificação, interpretação e informação científicas de interesse arqueológico; [...]” (BRASIL, 2018).

em si e da prática arqueológica brasileira. Esses fatores não impedem de modo algum que se tenha uma observação crítica a partir das peças registradas (as quais, diga-se de passagem, não foram localizadas, assunto a ser mais bem tratado ao longo do texto). Sobretudo ao se considerar a possibilidade do cruzamento de informações da documentação escrita com a material.

Assim sendo, a epígrafe acima também pode se aplicar aos historiadores. Informações sobre o passado pululam das documentações para os pesquisadores. Sejam elas escritas ou materiais, e independentemente de seu suporte, as mais diversas fontes são utilizadas para a realização de pesquisas acadêmicas. Apesar da era digital já ser uma realidade há algumas décadas, o papel ainda é uma mídia muito utilizada por diversas instituições. Entretanto, há algum tempo alguns documentos em papel têm sido substituídos por versões digitais e/ou sendo digitalizados (sejam essas documentações antigas ou recentes). O governo federal brasileiro adota desde 2014 o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como uma das possíveis plataformas de gestão documental a ser utilizada pelos seus órgãos e entidades. E desde 2017 o IPHAN abraçou o uso desse software para seus processos eletrônicos. Assim, antes de adentrar nos Processos referentes às atividades de Arqueologia em Obras de Engenharia, faz-se necessária uma introdução sobre o SEI e sua importância como documentação e, portanto, fonte histórica. Para tal, adotou-se como bibliografia principal os capítulos primeiro e segundo da obra *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, de Heloísa Liberalli Bellotto, bem como a dissertação de Ana Carolina dos Santos Garcia (a qual versa especificamente sobre o SEI) e textos acerca da plataforma produzidos pela própria Administração Pública Federal ⁷³.

Desenvolvido em 2013 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o SEI trata-se de um software gratuito cedido para as instituições públicas, sendo um “sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos” com o intuito de promover “a eficiência administrativa” (BRASIL, [s.d.] c). O sistema foi então escolhido pela Administração Pública Federal “[...] como a solução de processo eletrônico no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN), sendo uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos” (BRASIL, [s.d.]c). Já o PEN trata-se de “[...] uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico” (MINISTÉRIO

⁷³ É preciso mencionar que, devido à troca da presidência da república, muitos dos sites do governo federal encontram-se em processo de migração — inclusive para novos endereços — e/ou adequação. Portanto, é possível que algumas das páginas mencionadas aqui como referência tenham seus *links* alterados, tornem-se inacessíveis ou até mesmo deixem de existir com o tempo. Uma triagem foi realizada em 15 de maio de 2023, e todos os portais que já haviam migrado tiveram seus respectivos endereços devidamente atualizados.

DA ECONOMIA, [s.d.]a). A plataforma “[...] se materializa por meio de ações que tornam possível a sua viabilidade e a implementação de uma infraestrutura pública de processos administrativos eletrônicos” (GARCIA, 2021, p. 48), prometendo realizar melhorias “[...] no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, satisfação do público usuário e redução de custos” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]a).

Atualmente o PEN é composto por algumas soluções digitais além do SEI, como o SUPER.BR, o Barramento de serviços e os sistemas de Protocolo Integrado e Protocolo Digital, dentre outras. Tais serviços, em teoria, têm como intuito promover menores burocracias administrativas e maior publicização dos serviços (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]a). Ainda conforme o site do Ministério da Economia, o Sistema visa trazer “[...] práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte analógico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real” (BRASIL, [s.d.]c). Ou seja, em teoria, o sistema beneficia as instituições em diversos âmbitos, como a diminuição da burocracia, do tempo de arquivamento de um documento, na economia de materiais e espaços físicos e na disponibilização dos processos, seja interna ou externamente. Pode-se dizer que o SEI deve minimamente obedecer aos princípios da Administração Pública da transparência, publicidade e eficiência.

Desde então “Vários órgãos públicos, especialmente da esfera federal, vêm adotando o SEI para produzir e gerenciar os seus processos administrativos referentes às suas atividades, [...], atestando que, gradativamente ele tem se tornado o sistema informatizado mais utilizado para a produção e tramitação de documentos no setor público” (GARCIA, 2021, p. 16). E o SEI tem a responsabilidade de adotar os padrões da gestão de documentos arquivísticos digitais, que, assim como os documentos físicos, devem contar com controle de ciclo de vida, respeitar as idades dos documentos a partir da tabela de temporalidade, e, portanto, dar uma destinação a eles (eliminação ou guarda permanente). Apesar da flexibilidade que o ambiente tecnológico oferece, ainda são necessárias diversas estratégias para o arquivamento digital e a preservação dos arquivos, como evitar a obsolescência tecnológica. A instituição deve realizar um planejamento que preveja a preservação digital, armazenamento estável, normas fixas e acessibilidade (SANTOS, 2018, p. 18, 19).

A despeito de, em tese, o espaço virtual ser infinito, é preciso que as instituições apliquem suas tabelas de temporalidade em relação a seus documentos digitais, visando a eliminação ou preservação dos documentos, conforme a necessidade e seu valor histórico. Da mesma forma que ocorre no suporte de papel, os arquivos virtuais seguem a teoria das três

idades, a saber: corrente (documento de uso funcional jurídico-administrativo e temporário, com vigência generalizada de um ano); intermediário (aqueles em que já se passou o prazo de validade jurídico-administrativo, mas continuam à disposição do produtor por um prazo de aproximadamente 20 anos); e permanente (de preservação definitiva, disponível para pesquisas de maneira geral) (BELLOTTO, 2006, p. 23–26). Nesse processo também há o descarte, que pode ser feito em qualquer uma das duas primeiras fases, mas jamais na terceira.

Dessa forma evita-se o excesso de fontes, que podem atrapalhar, dentre outros, o trabalho historiográfico (SANTOS, 2018, p. 23; BELLOTTO, 2006, p. 27; LEVY, 2017, p. 32, 33). Para uma melhor administração documental é preciso que profissionais de História e Arquivologia caminhem juntos, pois cada profissão tem a sua especificidade, sendo necessário acuro para que nenhuma fonte histórica relevante seja porventura perdida, inclusive em meio digital (SANTOS, 2018, p. 23, BELLOTTO, 2006, p. 25, 26). Assim:

De um lado, temos os arquivos administrativos correntes, que permitem que a administração siga em frente; de outro, os arquivos permanentes, que são a matéria-prima da história. Ali estão documentados direitos e deveres do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado: provas e testemunhos que ficarão armazenados. Serão “dados” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “informações”, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade, e deles faça sua análise, síntese, crítica e “explicação”. (BELLOTTO, 2006, p. 2).

De forma que a gestão da documentação digital tem um modo operante semelhante à da documentação escrita ⁷⁴, inclusive conforme o art. 19 do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015 ⁷⁵. Esse tema ainda é frisado no texto “Recomendações para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do poder executivo federal” (2018), onde é apresentado que algumas das tarefas fundamentais são: “[...] elaboração do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim, [...] bem como a análise, avaliação e seleção dos documentos relativos às atividades-meio e às atividades-fim, visando ao encaminhamento dos documentos

⁷⁴ “Nesse sentido, a produção de documentos digitais deve ser tratada no âmbito da política arquivística institucional e do programa de gestão de documentos, apoiada adequadamente por um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), para que não haja risco de perda da confiabilidade, da autenticidade e dos próprios documentos. Vale lembrar que, devido às suas especificidades, os documentos digitais são mais dependentes de um sistema informatizado de gestão de documentos.” (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 4).

⁷⁵ “Art. 19. A guarda dos documentos digitais e processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia, incluindo a compatibilidade de suporte e de formato, a documentação técnica necessária para interpretar o documento e os instrumentos que permitam a sua identificação e o controle no momento de seu recolhimento.” (BRASIL, 2015).

para a destinação final para eles prevista”, os quais devem passar por aprovação do Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 4). É dito também que tais orientações de gestão são necessárias “[...] para que não haja risco de perda da confiabilidade, da autenticidade e dos próprios documentos” (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL]), 2018, p. 2).

Certos aspectos referentes à preservação estão previstos na política de preservação digital dos órgãos. São alguns deles: definição de formato de arquivos produzidos, conversão de formatos quando necessário, cuidados com relação à obsolescência tecnológica, e, por fim, a questão do armazenamento dos documentos (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 8), “Ainda que, atualmente, o SEI não seja capaz de apoiar largamente a preservação dos documentos digitais, [...]” (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 8). Porém, a parte que se refere ao armazenamento de documentos é de extrema importância, pois diz respeito justamente à questão da documentação histórica e sua preservação. Valendo novamente do trabalho de Bellotto, muitos administradores não fazem ideia de que detêm documentos relevantes para a historiografia em suas mãos, causando eventualmente a destruição de muita documentação (BELLOTTO, 2006, p. 24, 25). E essa é uma das justificativas da importância de uma boa gestão documental, inclusive digital. Além da documentação ter de ser armazenada em “ambientes seguros, controlados e monitorados” (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 8), é preciso frisar a importância de se manter cópias de segurança (*backups*), independentemente do órgão, para que não se corra o risco de perda de informações, tanto de documentação corrente quanto histórica.

Como exemplo, é possível citar um problema recentemente enfrentado pelos pesquisadores brasileiros. Em junho de 2021 houve uma pane no sistema do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um dos acervos mais afetados foi o da Plataforma Lattes (base de dados que abriga os currículos acadêmicos de milhares de brasileiros) e o da Plataforma Carlos Chagas (que reúne informações diversas sobre pesquisas e pesquisadores vinculados à agência). A princípio o próprio órgão confirmou que não possuía *backup* da placa queimada. Poucas horas depois foi divulgada nova nota com informação de sua existência (PLATAFORMA..., 2021; CNPQ..., 2021). Independentemente da motivação dessa pane, tal fato demonstra a importância de qualquer órgão ou ente público manter cópias de segurança de seus arquivos. A perda dos dados de um sistema como a Plataforma Lattes não seria apenas prejudicial para os pesquisadores do tempo presente e para o órgão, mas significaria também a perda de um banco de dados que contém fontes e informações importantes sobre a História da Ciência brasileira. Assim, é possível afirmar que:

A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2006, p. 23).

Voltando às especificidades da documentação SEI, é importante salientar que no caso desse sistema, o arquivamento da documentação não pode ser feito automaticamente, devendo ser acompanhado por algum profissional da área de arquivo (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 8). Carece haver também uma política de preservação digital, a qual “[...] deve ser registrada em um documento que estabeleça estratégias institucionais e técnicas proativas para a produção e a preservação de documentos, de modo a garantir a perenidade desses documentos pelo tempo necessário” (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 8, 9). Por fim, todo processo, ou documento avulso — apesar da recomendação do SEI solicitar que sejam feitos *uploads* apenas de processos inteiros (ARQUIVO NACIONAL [BRASIL], 2018, p. 6), independentemente da unidade produtora, é identificado com um Número Único de Protocolo (NUP), quando recebido pelo órgão responsável ou no momento de sua autuação. Esse número é composto por 17 dígitos agrupados (ex.: 00000.000000/0000–00) (Brasil, [s.d.]a), de modo que a busca de uma documentação no SEI é feita por esse número, o qual é considerado outra facilidade produzida pelo PEN (MINISTÉRIO DA ECONOMIA [s.d.]a).

Além do uso interno do SEI, é preciso destacar a facilidade da publicização desses documentos e, portanto, da possibilidade de sua utilização como fontes de estudos. Apesar do emprego de fontes digitais ou digitalizadas não ser inédita nos estudos históricos, a plataforma SEI parece ainda não ter sido explorada a partir deste viés. Parte dos Processos encontrados no sistema poderiam antes ser acessados diretamente junto ao órgão produtor (presencial ou por solicitação virtual). No entanto, a despeito de todas as problemáticas e questões próprias da plataforma, o fato de haver um ambiente que reúne toda a documentação publicizada (salvo exceções, quando o documento for restrito ou sigiloso ⁷⁶, conforme a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 [LAI], de 18 de novembro de 2011 [BRASIL, 2011]) pode tornar certas pesquisas mais acessíveis. Conforme a página inicial do Processo Eletrônico Nacional (PEN), 364 órgãos vinculados ao governo federal (entre ministérios, universidades, autarquias,

⁷⁶ “Os processos sigilosos não são recuperáveis pela pesquisa e não são registrados nas estatísticas do sistema [SEI]. Já os processos restritos podem ser recuperados pela funcionalidade de pesquisa.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA DO SUL, [s.d.]a).

agências, dentre outros), até outubro de 2021 já haviam aderido ao PEN (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]b). Ou seja, essa ampla adesão possibilita o estudo de diversas instituições nas mais diferentes áreas.

Existem também questões próprias da subjetividade da atividade da pesquisa presencial: normalmente o acesso à documentação física é realizado por meio de um funcionário do local. Nesse sentido, podem acontecer casos como escolhas ou esquecimentos de documentos por parte desse intermediador, o que pode influenciar no resultado da pesquisa (como já foi mencionado). No ambiente virtual, no que diz respeito ao acesso às informações, existiriam problemáticas diferentes, mas talvez reduzidas pela diminuição de burocracia, pois o pesquisador é o próprio mediador do trabalho, podendo inclusive acessar documentações mais recentes praticamente em tempo real — pressupondo o funcionamento pleno da plataforma e a sua alimentação constante.

Porém, sempre haverá outros problemas, como alguma pane no sistema, documentação que não foi anexada, ou que porventura conste como sigilosa sem o ser mais — caso este encontrado em alguns Processos arqueológicos de Indaiatuba. Também há a possibilidade de que, por questões políticas, algum documento não seja disponibilizado no sistema. Esses fatores não significam de forma alguma que o SEI ou qualquer outra plataforma de gestão de arquivos virtuais substitua (ou seja melhor) que os arquivos físicos, mas apenas que ela tem suas próprias especificidades e que, em teoria, é mais acessível e menos burocrática. Enfim, a plataforma SEI também trouxe celeridade aos processos administrativos dos órgãos vinculados à administração pública federal que o adotaram com fins de otimização no desempenho da gestão pública, diminuindo as burocracias próprias dos processos (GARCIA, 2021, p. 122).

Apesar de suas qualidades apontadas sobretudo por seus próprios criadores, a plataforma SEI apresenta também diversas problemáticas que merecem destaque. Em sua dissertação, Garcia (2021) aponta que

[...] o SEI se mostrou uma ferramenta parcial de gestão de documentos, já que não foi pensado considerando as características dos documentos arquivísticos e da gestão de documentos digitais, especialmente a manutenção da autenticidade desses documentos ao longo do tempo, bem como não contempla as três fases da gestão de documentos: produção, utilização e conservação, e a destinação de documentos. (GARCIA, 2021, p. 122).

E essa problemática persiste mesmo com a Tabela de Temporalidade sendo basicamente uma exigência por parte do e-ARQ Brasil, conforme supracitado. Também são apontadas fragilidades no que tange às atividades de arquivamento e falta de funcionalidades no apoio à

cadeia de preservação digital de documentos — sendo que esta deveria ser iniciada ainda na fase corrente, mas tal função ainda não fora agregada à estrutura do SEI até novembro de 2022. E, ainda, de acordo com a autora, “Isto, pode acarretar uma ruptura grave na cadeia de preservação, uma vez que o SEI não possui um local seguro para armazenamento dos documentos produzidos e que tramitam no sistema” (GARCIA, 2021, p. 123). Outra questão é a falta de protagonismo do Arquivo Nacional na escolha do sistema como solução para a gestão arquivística digital, bem como sua ausência no Processo Eletrônico Nacional (PEN) (GARCIA, 2021, p. 125). Essa demanda prejudica a criação de melhores estratégias arquivísticas para o meio digital — a despeito do sistema, em teoria, alegar que segue as normas exigidas pela referida instituição. Talvez fosse mais seguro traçar novas políticas ou até mesmo criar um novo sistema para a preservação dos arquivos permanentes provenientes dos órgãos que recorrem ao SEI, mas essa questão seria tema para outro trabalho.

Por fim, até março de 2023 o SEI ainda não era de adesão obrigatória por parte das entidades federais (BRASIL, [s.d.]b). Entretanto, ele vem sendo muito adotado pelas instituições, sobretudo pelo fato de ser um sistema que possibilita o compartilhamento simultâneo entre diferentes unidades no que diz respeito aos Processos (IPHAN, [s.d.]e), garantir a acessibilidade, pela promessa de trazer celeridade Processual aos serviços e, principalmente, por ser um software cedido gratuitamente aos entes da federação, colaborando para a redução de gastos (GARCIA, 2021, p. 50, 55, 56, 122). Dessa forma, o fato de ser um sistema, em teoria, mais acessível, eficiente e seguro, pode induzir as instituições a aderi-lo, em detrimento de outros sistemas. Ou seja, juntando com as problemáticas supracitadas, pode-se supor que, mesmo que indiretamente, a escolha do SEI como plataforma arquivística principal do governo federal pode ter sido mais política do que técnica. De qualquer modo, por hora, o sistema é razoável no que diz respeito a se ter acesso a documentações referentes aos órgãos vinculados à administração federal, e, portanto, para se fazer pesquisa (o que, de forma alguma, o imuniza das problemáticas pontuadas e daquelas que ainda não foram observadas).

No que diz respeito a trabalhos historiográficos, em busca realizada em algumas plataformas de pesquisa — *Google Acadêmico*, *Academia.Edu*, *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES* e *SciELO* — não foram encontradas pesquisas que versem sobre a plataforma SEI como fonte documental e histórica⁷⁷. A maioria dos textos trata-se de trabalhos da área de Administração, os quais tem como principal viés a análise do uso do sistema em

⁷⁷ Tendo dezembro de 2021 como data limite, considerando que o Exame de Qualificação ocorreu em maio de 2022.

universidades federais. Foram encontradas poucas pesquisas do ponto de vista da arquivologia, das quais o destaque vai para a dissertação de mestrado de Ana Carolina dos Santos Garcia, defendida em 2021. Em seu trabalho, além de analisar a união que ficou conhecida como PEN-SEI, a autora realizou uma revisão de literatura da área, abordando estudos de caso sobre a operacionalização do sistema em determinadas instituições federais. Ela também cita em seu trabalho haver “insuficiência de pesquisas que analisem a sua aplicação, seguindo um método científico e com o referencial teórico que tem como base a Arquivologia” (GARCIA, 2021, p. 16). O fato de a plataforma ser relativamente recente talvez justifique o ineditismo do tema em algumas áreas.

Em suma, apesar do SEI ter sido desenvolvido originalmente como ferramenta administrativa, a plataforma permite a pesquisa pública por meio da disponibilização da documentação praticamente em tempo real, o que facilita a sua consulta tanto para fins pessoais ou jurídicos, como para fins de pesquisa. No IPHAN, o sistema foi adotado ainda no final de 2015 (IPHAN, [s.d.]f) e definitivamente implantado “como sistema oficial de gestão de processos e documentos do Iphan” (IPHAN, 2017) por meio da Portaria nº 361, de 14 de setembro de 2017. Essa publicização virtual, novamente, facilitou os trabalhos. Não apenas para a administração pública como também o acesso público aos Processos de Arqueologia, seja para acompanhar o seu andamento ou apenas para consultá-los. A documentação disponibilizada pode ser acessada no próprio site do IPHAN (IPHAN, [s.d.]d), bem como os números dos Processos estão disponibilizados em uma tabela que pode ser baixada na página referente ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) (IPHAN, [s.d.]c), a qual é atualizada em média a cada seis meses. Essa tabela (intitulada “Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU [Diário Oficial da União]”) apresenta filtros, como número de Processo (NUP), nome do programa, empreendedor, natureza (“Acadêmica”, “Preventiva” ou “Estudos para Tombamento”), tipo de empreendimento, município, dentre outros, facilitando a busca.

Nas árvores de Processos é possível encontrar diversos tipos de documentações administrativas, como e-mails, ofícios, cartas, memorandos, dentre outras. Toda essa documentação relata o Processo em si, seja no que diz respeito ao tempo que ele levou para ser concluído, seus dados no geral, bem como as nuances próprias que um documento, avulso ou em conjunto, pode apresentar. E, como qualquer outro tipo de processo, é passível de análises históricas e sociais. Entretanto, as informações mais relevantes costumam ser encontradas nos projetos, relatórios e pareceres, sendo os dois primeiros produzidos pela empresa responsável pelo trabalho de Arqueologia e o último por algum técnico do IPHAN. Tal fator não isenta o resto da documentação de conter dados importantes, porém é preciso ter critérios, como em

qualquer pesquisa, principalmente por se tratar, em boa parte, de documentações burocráticas. O fato de se buscar outras informações para além das apresentadas nos projetos e relatórios ajuda na coleta de elementos que, porventura, não estavam explícitos naquelas documentações, ou foram evidenciados por algum técnico do IPHAN.

Assim, boa parte dessa documentação pode ser considerada primária, por retratar atividades de determinada instituição. Entretanto, alguns relatórios podem ser considerados como fontes secundárias, devido ao fato de, em partes, analisarem a história, a cultura material e seu contexto. Ou seja, por já haver uma fonte original, a qual é apresentada e analisada, chegando ao pesquisador informações acerca do contexto arqueológico que foram discutidas por outrem. Tais Processos podem ser encontrados na íntegra no portal SEI-IPHAN, de maneira geral. Contudo, existem Processos que ainda não foram indexados ou possuem documentações que constam como sigilosas e, portanto, encontram-se inacessíveis. Cada caso deve ser analisado individualmente e a documentação inacessível poderá ser solicitada à respectiva superintendência estadual do IPHAN responsável pelo Processo. Fato que ocorreu algumas vezes na presente pesquisa, sendo que todas as documentações requeridas foram prontamente liberadas pelo órgão responsável.

Em paralelo a esse estudo dos Processos, é possível utilizar outras ferramentas. Uma segunda fonte importante nesse caso é o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/SGPA). Nessa plataforma virtual são apresentados os sítios arqueológicos encontrados em solo brasileiros que foram cadastrados no IPHAN “[...] com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos” (IPHAN, [s.d.]b). Pode-se realizar buscas por município, nome do sítio ou responsável, bem como determinar buscas por sítios que sejam Históricos, Pré-Colonial ou De Contato. Entretanto, novamente, há problemas de falta de indexação de documentação no site. Como exemplo, segundo os autos dos Processos de Indaiatuba analisados, foram registrados dois sítios Arqueológicos no município: Sítio Buruzinho ⁷⁸ e Sítio Capivari-Mirim 01. Porém, consta no site apenas o primeiro, até a data de 10/05/2023. Já no portal do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) (IPHAN, [s.d.]g), também vinculado ao IPHAN, o qual agrega dados sobre o patrimônio cultural brasileiro tendo como base um mapa, o Sítio Capivari-Mirim 01 encontra-se registrado sob o número SP-3520509-BA-ST-00002. De forma que há disparidades de informações entre as plataformas. A mesma problemática é encontrada quando se busca por sítios na cidade de São

⁷⁸ Possivelmente o Sítio Buruzinho encontra-se em processo de descadastramento, fator a ser melhor analisado no decorrer do trabalho.

José dos Campos, onde de acordo com pesquisa realizada em 2016 por Henrique Dallago, há 17 sítios arqueológicos registrados, mas igualmente nenhum consta na plataforma do CNSA até os dias atuais (DALLAGO, 2016). É provável que essa falha se apresente também em outras cidades, dificultando, assim, o livre acesso aos registros e podendo gerar informações falsas sobre a ausência de sítios arqueológicos.

Outra fonte possível é a cultura material propriamente dita, a qual o pesquisador pode (e deve) também recorrer diretamente. No site do CNA é possível acessar uma tabela que contém o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), o qual detém o registro de todas as instituições autorizadas a terem a salvaguarda de objetos arqueológicos (IPHAN, [s.d.]a). Esse arquivo é igualmente atualizado a cada seis meses e apresenta não apenas o nome da instituição, mas também o seu responsável, endereço, contato, se se encontra apta ou não a salvaguardar materiais arqueológicos, as condicionantes da aptidão de salvaguarda e a data da atualização. A informação do local de salvaguarda costuma estar inserida na tabela de Processos (no campo “Apoio Institucional”), bem como é evidenciada em documentações do próprio Processo, como projeto e relatório. No entanto, conforme já mencionado, para a realização de uma interpretação acadêmica da cultura material propriamente dita, quando houver recolhimento de espólios no Processo estudado, o pesquisador deverá ter formação ou experiência comprovada na área (BRASIL, 2018). O que não impede, claro, que o pesquisador sem essas atribuições visite o local e analise os registros a partir de outros vieses, como (e não apenas) observar estudos já realizados, comparar o número e tipologia de artefatos que de fato existem com os dados expostos no relatório, se eles de fato estão na instituição apontada pela documentação, para verificar o que porventura foi exposto em algum outro trabalho (arqueológico ou não), para fotografá-las ou apenas para ter algum contato com as peças e com o local de salvaguarda.

Apesar da cultura material ser uma fonte já há muito utilizada por historiadores (conforme mencionado), os Processos de Arqueologia (sobretudo de Obras de Engenharia) parecem não ser as documentações mais analisadas pelos pesquisadores — a despeito de sua publicização ser garantida, mesmo antes dos Processos serem digitais. A maioria dos textos acadêmicos encontrados nas plataformas supracitadas (*Google Acadêmico*, *SciELO*, *Plataforma da CAPES*, etc.) trata-se, em geral, de estudos realizados por membros da própria equipe responsável pelo trabalho arqueológico em questão — ou seja, os produtores de parte da documentação Processual. Quando artigos, costumam ser sínteses dos relatórios; quando dissertações ou teses, costumam ser análises feitas a partir do material arqueológico obtido em trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia (MONTICELLI, 2010, p. 167). Alguns

artigos igualmente trazem análises de materiais, porém estes são mais frequentes ao tratar de escavações acadêmicas ou de trabalhos que tomaram grandes proporções, como, por exemplo, o caso do Cais do Valongo, já mencionado. Mas, segundo Monticelli em seu texto de 2010, de maneira geral, a maioria das pesquisas segue permanecendo inédita, se resumindo aos relatórios (MONTICELLI, 2010, p. 164) que a maior parte da população jamais consumirá.

Outra constatação que chama a atenção é que, na medida em que cresceram as pesquisas arqueológicas em obras e o número de sítios arqueológicos identificados, houve uma “diminuição proporcional de publicações relacionadas à divulgação desses dados à comunidade científica” (ibidem, p. 99). Mais da metade dos projetos não divulgou suas pesquisas nos periódicos e congressos daquele período. [...] Entendemos que só através de pesquisas de qualidade e com a publicação de seus resultados será possível alterar a imagem de que a arqueologia realizada em obras de engenharia carece de valor, motivo pela qual tem sido tão criticada. (MONTICELLI, 2010, p. 171).

Assim como na área da Arqueologia, na História pouco são explorados os Processos de trabalhos arqueológicos. Um possível motivo para sua baixa utilização como fonte histórica é justamente pelo fato de a publicização virtual dos Processos ser recente, haja vista que o SEI-IPHAN foi concebido apenas em 2017. Ou seja, antes era preciso que o pesquisador solicitasse a documentação junto à superintendência do IPHAN responsável; ou, quando fosse analisar apenas os projetos e/ou relatórios, o fizesse junto à empresa responsável, ou solicitar ao local de salvaguarda (o que era bem burocrático, talvez recebesse o material incompleto, ou poderia sequer ser atendido). De qualquer forma, parece haver certo incentivo, tanto por parte das empresas quanto por parte do próprio IPHAN, de que pesquisas sejam realizadas com base nessas documentações produzidas. Entretanto, há uma lacuna enorme entre a quantidade de trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia *versus* o número de pesquisas acadêmicas em torno do mesmo tema, prova de que incentivar pró-forma não resolve o problema da falta de pesquisas sobre o assunto.

Considerando os dados já expostos, o Arquivo SEI-IPHAN parece ser uma mescla de arquivos correntes e permanentes (BELLOTTO, 2006, p. 26), por ainda estarem em processo corrente, devido à sua característica administrativa, disponibilidade em tempo real, pela tramitação contínua de vários documentos e disposição para consulta dos órgãos envolvidos (IPHAN e demais instituições). Ao mesmo tempo, por se tratarem de processos de estrutura; conterem projetos e relatórios; versarem sobre as mudanças de um território; pela sua disponibilidade geral ao público (salvo exceções já mencionadas); pela problemática da falta de perenidade dos sítios arqueológicos, cultura material e questões de preservação do patrimônio cultural, alguns dos registros contidos em um Processo arqueológico podem já ser

considerados arquivos permanentes desde a sua concepção, justificando o destaque da importância da documentação escrita arqueológica.

Não se trata apenas de mitigar a inevitável destruição que a Arqueologia causa aos contextos, mas sim de registros sobre uma atividade em determinado tempo e espaço, com metodologias, problemáticas, questões subjetivas (e até mesmo políticas) sobre territórios. Essas são criadas por pessoas e instituições, responsáveis por determinar o destino de sítios, artefatos, feições, estruturas, territórios e comunidades. Por tais motivos que é preciso dar atenção histórica e social tanto ao SEI quanto às demais plataformas do órgão, para melhor preservação de fontes que versam sobre a Arqueologia, o patrimônio e o território brasileiro ⁷⁹, semelhantemente ao que acontece com os diversos arquivos já utilizados como fontes históricas:

Assim, a potencialidade informacional dos documentos multiplica-se podendo alcançar um campo infinitamente maior do que a vida e a obra do produtor/detentor desses papéis. E é nessa segunda fase que os pesquisadores tentam elucidar as questões propostas para esclarecer a participação de seu titular, além de seus métodos de trabalho. (SVICERO, 2021, p. 61).

A execução de projetos e relatórios de Arqueologia em Obras de Engenharia, entretanto, não é recente. A presença de tal documentação é anterior à promulgação da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Conforme mencionado, tal regra regulamenta os procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN no que diz respeito aos Processos de licenciamento ambiental (federal, estadual e municipal) que precisam de fiscalização (IPHAN, 2015), fundamentando a necessidade dos projetos e relatórios. Posto isso, a documentação a ser exigida variará conforme o “Nível de Classificação do Empreendimento”, estabelecido pelo IPHAN na própria IN-001/2015. A tabela anexada à norma (listada como “Anexo 1”), apresenta as possíveis classificações de um empreendimento em níveis (I a IV), suas respectivas caracterizações e procedimentos exigidos, a saber:

⁷⁹ É preciso ter em mente que cada órgão produzirá arquivos com características próprias, e, portanto, a aplicação do sistema poderá apresentar variações. Cada caso deverá ser analisado isoladamente, considerando-se o contexto particular da instituição.

Figura 4 — Tabela do IPHAN contendo as possíveis classificações de um empreendimento, suas respectivas caracterizações e procedimentos exigidos.

ANEXO I

Classificação do Empreendimento	Caracterização do Empreendimento	Procedimentos Exigidos
Nível I	De baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizados em áreas alteradas, não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados.	Apresentação de Termo de Compromisso do Empreendedor - TCE, conforme art. 15.
Nível II	De baixa e média interferência sobre as condições vigentes do solo e cujas características e dimensões sejam compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo.	Acompanhamento Arqueológico, conforme arts.16 e 17.
Nível III	De média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado.	Elaboração do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser previamente autorizado por Portaria do IPHAN, e procedimentos subsequentes, conforme arts. 18 e 19.
Nível IV	De média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente.	Elaboração do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser previamente autorizado por Portaria do IPHAN e procedimentos subsequentes, conforme arts. 21 e 22.
Não se aplica - NA	Empreendimentos que o IPHAN, a priori , não exigirá a aplicação desta Instrução Normativa, sem prejuízo da incidência da Lei n.º 3.924 de 26 de julho de 1961.	

Fonte: IPHAN, 2015.

Também são designados, em um segundo anexo, os tipos de empreendimentos a serem observados e seus respectivos níveis (IPHAN, 2015), bem como outras documentações necessárias nos demais documentos anexados. Salienta-se que, para a abertura de qualquer Processo de licenciamento ambiental, a partir da IN-001/2015, é exigida pelo IPHAN uma Ficha de Caracterização de Atividade (FCA). Nela, como diz o nome, deverão estar caracterizadas as atividades a serem realizadas no empreendimento, bem como o local, o impacto causado a bens materiais e imateriais acautelados de âmbito federal existentes na região (com exceção de materiais arqueológicos). Deverá constar também a classificação do empreendimento acima citada, conforme o Anexo II da IN-001/2015. Após o envio dessa documentação, o IPHAN, entre outras medidas, definirá o Termo de Referência Específico (TRE), no qual carecerá ser indicado “[...] o conteúdo mínimo para a realização dos estudos com vistas à avaliação do impacto do empreendimento sobre os bens culturais acautelados em âmbito federal”, segundo o § primeiro do art. 10 da IN-001/2015 (IPHAN, 2015). Com base nesses dados é que serão confeccionados os projetos e, posteriormente, os relatórios necessários.

No entanto, como foi dito, a elaboração de projetos e relatórios já era realizada pelas empresas antes mesmo da existência dessa norma. A já mencionada “Carta de Lausanne”, lançada em 1990, fez do relatório uma exigência mundial. É dito, ao final de seu art. 5, que “Ocorrendo escavação, um relatório respondendo a normas bem definidas deverá ser colocada [sic] a disposição da comunidade científica e anexado ao inventário, num prazo razoável após o término dos trabalhos. [...]” (ICOMOS, 1990, p. 4). No âmbito nacional, antes da promulgação da carta, a exigência de se entregar projeto (então designado como “plano de trabalho científico”) e relatórios técnicos já era feita por meio da Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988 (SPHAN, 1988). Por fim, deve-se mencionar novamente a Portaria nº 230 de 2002. Essa normativa não apenas ratificava as regras já existentes de exigência das documentações, como trouxe novas perspectivas metodológicas, por meio de uma linguagem clara e objetiva, até sua revogação, com a promulgação da IN-001/2015.

Todas essas regras em conjunto ressaltam a importância de se realizar um levantamento documental das pesquisas arqueológicas nacionais. Porém, esses não devem ser considerados apenas como atividades burocráticas ou protocolares. É esperado que sua elaboração seja fruto de uma pesquisa carregada de seriedade e ética, principalmente por se tratar de um documento que visa mitigar minimamente a destruição causada ao patrimônio arqueológico (e às comunidades envolvidas e suas memórias, bem como ao meio ambiente) em nome de um suposto “desenvolvimento”. Deve-se considerar também que a documentação será publicizada posteriormente, e, portanto, estará à disposição da sociedade, seja para simples consulta ou para pesquisas acadêmicas.

Com o destaque dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ⁸⁰, é preciso, portanto, qualificá-los. De acordo com Santos (2001), os respectivos documentos objetivam:

[...] permitir uma caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, para embasar a avaliação dos impactos das ações do empreendimento sobre os recursos arqueológicos, é neste momento que o levantamento assume um papel determinante no processo de Avaliação de Impacto Ambiental, já que um diagnóstico deficiente pode implicar na destruição do patrimônio arqueológico sem o adequado registro e estudo. O diagnóstico deve contemplar a variedade de recursos arqueológicos presente na área de estudo, visando a compreensão do contexto arqueológico regional. A partir do conhecimento das diferentes formas de ocupação da área pelos grupos humanos no passado, será possível uma caracterização do patrimônio arqueológico da área onde se insere o projeto. (SANTOS, 2001, p. 143–144).

⁸⁰ “Não se deve esquecer que o EIA-Rima é, antes de mais nada, um estudo de alternativas (locacionais e técnicas) de implantação de um determinado empreendimento, e objetiva avaliar a viabilidade ambiental desta implantação.” (SANTOS, 2001, p. 144).

De modo que, para mitigar os danos causados pelo trabalho arqueológico de forma minimamente eficaz, é preciso que os estudos e conclusões sejam feitos de maneira ética, preferencialmente abordando tanto a área de influência direta (ADA) quanto a de influência indireta (AID). Essa limitação da área de estudos necessita ser escolhida considerando que a zona dos trabalhos deverá abarcar a contextualização étnico-histórica e arqueológica local. Igualmente, “[...] deve ter uma abrangência suficiente para permitir que o levantamento forneça dados sobre as diferentes classes de ocorrências, para que se possa compreender o papel de cada classe no sistema de assentamento, buscando, em última análise, compreender as interações entre o homem e o meio ambiente em momentos determinados do passado” (SANTOS, 2001, p. 144). A questão sobre a idoneidade de tais pesquisas será debatida nos próximos subcapítulos.

Assim, a maioria dos programas executados em Indaiatuba são classificados como nível III, havendo poucos de nível II e nenhum de nível I ou IV. Conforme o art. 18 da IN-001/2015, de maneira geral é esperado que tais programas contenham em seus “Projetos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio”, pelo menos:

- I – contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;
- II – proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada – ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície;
- III – proposição das atividades de análise e conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto;
- IV – indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico; [...]
- VI – proposição de estratégias de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido; e
- VII – proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão. (IPHAN, 2015. grifo nosso).

Do mesmo modo, é esperado que um “Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico” referente ao nível III contenha minimamente, conforme o art. 20 da mesma norma, dentre outras informações:

- I – caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico da AID;
- II – justificativa técnico-científica para a escolha das áreas onde foi realizado o levantamento arqueológico baseado em dados primários em campo;
- III – descrição das atividades realizadas durante o levantamento arqueológico;

IV – quantificação, localização e delimitação georreferenciadas e caracterização dos sítios existentes na ADA;
V – apresentação da análise do material arqueológico proveniente da pesquisa;
VI – inventário dos bens arqueológicos;
VII – relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras.
VIII – ficha de registro dos sítios arqueológicos identificados, [...];
IX – relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local;
X – avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico na ADA;
XI – recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação in situ, ao resgate e/ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na próxima etapa do Licenciamento; [...]. (IPHAN, 2015. grifo nosso).

Dessa forma, o diálogo e a prestação de contas sobre o trabalho arqueológico realizado, tanto por meio de relatório, quanto através das chamadas atividades de “esclarecimento e divulgação”, não apenas são previstos pelo IPHAN, como se tratam de item obrigatório em programas classificados como de nível III, objetivando sobretudo de contrapartida social. É possível encontrar dados semelhantes em projetos e relatórios realizados em trabalhos classificados de nível II (por mais que estes não sejam obrigatórios em tal nível); no caso do nível IV, são acrescidos outros dados e outras documentações.

Durante os trabalhos de campo é preciso considerar também a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, a qual dispõe, dentre outras informações, sobre as recomendações para a conservação dos bens arqueológicos por parte dos coordenadores, pesquisadores e agentes envolvidos na pesquisa. De forma que, além de conter dados técnicos e quantitativos, os relatórios deverão apresentar informações históricas, geográficas e sociais sobre o local, além de detalhes sobre a cultura material (quando encontrada). Para a realização do programa, portanto, é preciso fazer uma ampla pesquisa, antes, durante e depois do trabalho de escavação, devendo observar questões sociais próprias da localidade (como História, legislação, programas, culturas e economia). Tal trabalho deverá também ser realizado em conjunto com a sociedade local, não devendo os pesquisadores entregar apenas o conteúdo pronto da chamada “Educação Patrimonial”, mas sim realizar trocas de informações e debates em todas as etapas do processo, visando descobrir demandas e adquirir conhecimentos. Todas essas informações deverão estar explicitadas nos respectivos relatórios, e é no sentido da análise de tais dados que a presente pesquisa segue. Em empreendimentos categorizados como de nível III e IV deve ser produzido um terceiro documento chamado “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”, quando houver o encontro de cultural material, o qual, segundo o art. 35 da IN-001/2015, deverá conter:

- I – Projeto de Salvamento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos sítios arqueológicos que serão impactados pelo empreendimento, com base no Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico;
- II – Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos locais onde não foram encontrados sítios arqueológicos;
- III – metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos;
- IV – indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico;
- V – proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; e
- V [sic] – Projeto Integrado de Educação Patrimonial. (IPHAN. 2015).

Posteriormente, deverá ser realizado o “Relatório de Gestão do Patrimônio Arqueológico”, o qual precisará conter o “Relatório de Salvamento”; “Relatório Técnico Científico” (apresentando os resultados obtidos a partir do monitoramento da área abrangida; análise e interpretação da cultura material encontrada; avaliação do estado de conservação da cultura material e dos sítios arqueológicos registrados; e inventário dos bens arqueológicos encontrado); documento de recebimento do acervo (juntamente dos respectivos relatórios) por parte da instituição de salvaguarda; “Relatório de Atividades de Divulgação Científica”; e “Relatório Integrado de Educação Patrimonial”, conforme o art. 40 da norma em questão (IPHAN, 2015). Por fim, o IPHAN expede pareceres sobre as documentações solicitadas, as quais apresentam uma análise dos trabalhos realizados e autorizam (ou não) a dar continuidade aos procedimentos de licenciamento ambiental. Estes devem ser respondidos quando solicitados, havendo documentações que complementam ou reiteram dados problematizados pelo parecerista.

Assim, apesar de vários documentos estarem envolvidos em um Processo de Arqueologia em Obras de Engenharia, o protagonismo acaba sendo invariavelmente das Fichas de Caracterização de Atividade, Termos de Referência Específico, projetos, relatórios (finais, complementares, de laboratório e de “Educação Patrimonial”) e pareceres das escavações. Primeiramente, por eles atestarem ou não a presença de espólios e, portanto, serem a documentação central a partir da qual o IPHAN decidirá se dará anuência às licenças ambientais necessárias (Licença Prévia, de Implantação e de Operação) do empreendimento. Em segundo lugar, pela possibilidade de comparação entre o que era planejado, o que foi realizado de fato e qual a consideração do IPHAN sobre. Em terceiro lugar, por apresentarem as alterações territoriais. Em quarto lugar, pela contextualização que os pesquisadores darão acerca dos locais e das sociedades analisadas. Por fim, pelo fato de que, como foi dito, boa parte dos demais documentos se trata de documentações burocráticas (como e-mails confirmando recebimento de algo, avisos de entrega, ofícios solicitando respostas, dentre outros). Tal questão não impede

que alguém utilize as demais documentações para alguma análise, como, por exemplo, acerca dos trabalhos realizados pelo órgão:

Nos diferentes processos licenciatórios analisados – os quais abarcam não apenas os projetos e relatórios de arqueologia, mas diversos outros documentos, como troca de e-mails, atas de reuniões, ofícios e pareceres do Iphan, documentos do empreendedor solicitando esclarecimentos ou urgência, entre outros –, não apenas o patrimônio arqueológico é produzido, mas também a política desenvolvimentista do estado e das empresas privadas e as decisões burocráticas do Iphan são constituídas através e por esses documentos. (WITTMANN, 2019, p. 222).

Posto isso, a metodologia adotada para a realização da análise da documentação teve como sua inspiração inicial o trabalho realizado por Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo Das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870–1930* (2020). Nele, a autora realizou a leitura de diversas revistas científicas publicadas no final do século XIX e começo do século XX, as quais se debruçavam em teorias eugenistas para provar doutrinas racistas. Obviamente os temas são bem distintos; no entanto, o modo como foi feita a seleção e análise da documentação histórica que provocou o *insight* de como realizar o trabalho com os Processos arqueológicos (pois não foram encontrados trabalhos consolidados que problematizassem os Processos de maneira semelhante à realizada na presente tese).

Os trabalhos de Gislene Monticelli, Solange Bezerra Caldarelli e de Maria do Carmo M. M. dos Santos também serviram de referenciais metodológicos para o processo de análise da documentação. Todas as autoras supracitadas realizaram pesquisas na área de Arqueologia em Obras de Engenharia, no sentido de fazer uma análise crítica e mais contextual desses trabalhos com um recorte mais fechado. Ou seja, não visando apenas a atividade em si, como outras pesquisas também o fazem, mas trazendo estudos de caso específicos; a primeira enfatizando obras realizadas no Rio Grande do Sul e as demais analisando obras em diferentes estados brasileiros. Por fim, há destaque para os trabalhos de Marcus A. S. Wittmann, Cristóbal Gnecco e Adriana Schmidt Dias. De forma que se buscou por textos que problematizassem os trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia, sobretudo aqueles produzidos após a promulgação da IN-001/2015, balanceando com os autores clássicos da área, inclusive aqueles utilizados ao longo do primeiro capítulo.

Considerando essas referências, foi efetuada uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa de cada um dos Processos individualmente. Realizou-se uma leitura inicial de todos os documentos, a fim de se executar um garimpo das documentações que fossem mais relevantes para o presente texto. Após a realização do *download* da documentação selecionada de cada Processo, foi construída uma ficha que facilitasse a visualização e posterior análise dos

dados (Anexo A). Essa ficha foi feita tendo como base os dados solicitados pela IN-001/2015, bem como foram adicionadas informações não mencionadas na norma, mas que são comuns de se encontrar nos documentos. Fez-se, então, uma nova leitura da documentação escolhida, dessa vez mantendo um olhar mais crítico e foco nos dados que precisariam ser captados. Cada Processo recebeu uma ficha própria, na qual, entre dados formais e teóricos, também havia um campo denominado “Impressões da pesquisadora acerca desse programa”⁸¹, onde foi possível pontuar aspectos importantes e subjetivos dos Processos em si⁸². Por fim, a partir dos dados coletados realizou-se um comparativo entre os programas (a ser apresentado nos subcapítulos a seguir). Assim pode-se contextualizar e comparar as atividades realizadas nos programas de Arqueologia em Obras de Engenharia (de modo geral) e a partir do contexto social, político e econômico de Indaiatuba, bem como as alterações realizadas no município e os resultados desses trabalhos.

Os aspectos acima mencionados demonstram a originalidade desta tese. Uma das diferenças entre o presente trabalho e as pesquisas supracitadas é que a maioria das obras realizadas em Indaiatuba é de competência municipal (com exceção da Linha de Transmissão 138 kV, concessão do estado de São Paulo). Ou seja, há particularidades próprias desse contexto envolvidas na interpretação dos dados (sobretudo sociais e econômicas). Outra diferença é justamente o foco ter sido em apenas um município, ao passo que os autores mencionados analisaram obras realizadas em locais diversos. Há também a questão de se ter utilizado a plataforma SEII-IPHAN, a qual, por hora, não aparenta ser uma fonte muito apreciada por historiadores e demais pesquisadores (talvez por sua recentidade, conforme pontuado). Por fim, como já mencionado, é preciso destacar que no presente trabalho foi realizada uma análise dos autos dos Processos de maneira geral, e não apenas tendo como base os relatórios de escavação, buscando “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Isto posto, a maior novidade não se mostra tanto por conta da plataforma e do formato da documentação em si, mas sim pelas nuances que, em muitos sentidos, esses arquivos podem carregar. Sobretudo no que diz respeito a questões políticas, culturais, sociais, econômicas e territoriais. Deve-se, no entanto, levar sempre em consideração que esses documentos ainda são materiais produzidos

⁸¹ Em vez de “projeto” foi adotado, nesse contexto, o termo “programa”, para não haver confusão entre o conjunto de trabalhos de Arqueologia realizados no Licenciamento Ambiental (que são autorizados por meio de portaria e, consequentemente, geram um Processo), e as documentações produzidas pelos pesquisadores que são chamadas de “projetos”. Assim, o termo “programa” também será adotado ao longo do trabalho como referência a esse conjunto de trabalhos (haja vista que só houve uma documentação do gênero “Programa” analisada na presente pesquisa, a qual será devidamente evidenciada no momento propício).

⁸² As fichas referentes a cada Processo não foram anexadas ao texto por suas extensões finais.

e/ou autorizados por órgãos vinculados ao governo federal, o que não exclui de maneira alguma sua importância ou subjetividade, mas é um aspecto forte a se considerar durante a análise.

3.2 Estudo de caso: Indaiatuba

A modernidade tem como uma de suas características a expansão urbana e os grandes empreendimentos econômicos, que avançam cada vez mais no mundo contemporâneo, de forma avassaladora. O patrimônio cultural, em sua acepção mais larga, vem sofrendo impactos em consequência do desenvolvimento. Diante desse panorama, e em face do (re)conhecimento dos valores patrimoniais, a Arqueologia vem ganhando maior espaço, que se expande da pesquisa a sua inserção na esfera pública, no acompanhamento desse crescimento. (SANTOS, 2011, p. 63, 64).

Como pode-se ver, o termo “modernidade” é muito controverso (MIGNOLO, 2017). Locais são constantemente destruídos em nome de um suposto “desenvolvimento”. De modo que as atividades urbanas, em geral, são predatórias, o que leva a uma fagocitação histórica mais rápida em nome de uma suposta “modernidade” positivada. E, com isso, perde-se muito na leitura do passado. Assim, uma cidade que alega “não ter história”, mas ser “moderna” e “desenvolvida” também pode ser considerada controversa. Claro que é impossível parar a sociedade e impedir que novos contextos e tecnologias sejam criados. Porém, existem atitudes que podem fazer esse “desenvolvimento” ser mais vagaroso, de forma que beneficie a comunidade e, que, portanto, seja menos predatório ⁸³ — ou ao menos colabore para mitigar parte dos danos e das perdas. E a pesquisa de Arqueologia em Obras de Engenharia pode ser uma delas... quando bem executada.

De modo que se faz necessária uma análise minuciosa da documentação selecionada, o que justifica a extensão do presente subcapítulo. No arquivo de planilha no qual constam os números dos Processos do SEI-IPHAN (mencionado no item anterior), quando é aplicado o filtro “Indaiatuba” na aba referente a “Município 1”, é exibido um total de 30 resultados, sendo

⁸³ Aqui evitou-se o uso do termo “sustentabilidade” pois esse vem sendo criticado por intelectuais como Ailton Krenak, o qual evidencia o caráter capitalista da prática. Krenak demonstra que ela existe apenas como um modo de “amenizar” os malefícios sociais, econômicos e culturais do desenvolvimentismo, sem de fato buscar por soluções concretas e práticas que efetivamente combatam o capitalismo (KRENAK, 2020a; KRENAK, 2020b) — a despeito da boa intenção existente por parte do público na realização da prática. Essa questão também é pertinente pelo motivo de que, no geral, é incentivada uma sustentabilidade individualizada e civil, pois poucas são as grandes empresas e indústrias que, de fato, se preocupam com o tema amplamente. No geral, as empresas amenizam os efeitos apenas em algum setor, muitas vezes compensando o preço dessa “sustentabilidade” na destruição de outras esferas. A prática também pode ser considerada elitista (devido aos altos valores dos produtos vendidos como “sustentáveis”), o que é realmente ineficaz, de maneira mais global, e ratifica a questão colocada por Krenak acerca de ser uma prática capitalista. Portanto, esse é um debate que necessitaria de maiores discussões e uso de bibliografia específica sobre o tema. O termo “menos predatório”, minimamente, não pressupõe em si uma propaganda de salvação do meio ambiente, sendo aqui colocado como uma possível parte de um processo de desconstrução do pensamento e, portanto, do combate ao neoliberalismo.

que 22 deles são referentes apenas àquela cidade ⁸⁴. Desses 22 Processos, até dezembro de 2022, quatro ainda não constavam digitalizados e, portanto, não se encontravam disponibilizados na plataforma (sendo estes realizados entre os anos de 2003 e 2016) ⁸⁵, e dois Processos foram indexados mais de uma vez com o mesmo título ou com nomenclaturas semelhantes. Assim, se considerar que o número de processos repetidos não se altera e que, portanto, a documentação disponibilizada será sempre a mesma, resultam em 15 processos digitalizados que foram analisados. Por fim, estipulou-se como data limite para captação da documentação o mês de dezembro de 2021, por ser o final do último semestre anterior à data de qualificação, haja vista que a tabela é atualizada a cada seis meses e, portanto, não existe uma previsão de fim para seu preenchimento ⁸⁶. Seguem os Processos analisados, listados por ordem cronológica (tendo como base a listagem disponibilizada pelo SEI-IPHAN), constando as datas das principais documentações analisadas (Projetos e Relatórios) e seu *status* (finalizado ou não), a saber:

1. *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*. NUP: 01506.002486/2008–58 (data do

⁸⁴ Por uma questão de recorte, foram selecionados apenas os projetos realizados exclusivamente no território de Indaiatuba até dezembro de 2021 — semestre anterior à realização do Exame de Qualificação. A análise dos demais demandaria pesquisas sobre outros municípios e seus contextos, o que resultaria em um trabalho ainda mais extenso. No entanto, é preciso pontuar uma questão acerca desse tema. Em fevereiro de 2023 foram publicadas notícias na mídia local de que sítios arqueológicos foram encontrados na área destinada à Barragem do Rio Piraí, em Indaiatuba. O trabalho está provavelmente associado à Portaria referente ao Processo do *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para a Barragem do Ribeirão Piraí, nos Municípios de Cabreúva, Indaiatuba, Itú e Salto / Sp — Programas de Resgate e Educação Patrimonial: SA Fazenda Pirahy e SA Fazenda Pedra* (NUP: 01506.002349/2011–19), o qual abarca os municípios de Indaiatuba, Cabreúva, Salto e Itú (SP). As duas primeiras documentações do Processo em questão datam de 2011. As demais apresentam datas a partir de 2018, se intensificando em 2022. O relatório referente a essa parte dos trabalhos ainda não foi divulgado até maio de 2023. Porém, em matérias publicadas na grande mídia é dito que já foram encontrados mais de 800 artefatos, a maioria possivelmente referentes ao século XIX e, portanto, às atividades das fazendas da região (PEREIRA, 2023; SÍTIO arqueológico é..., 2023). Na tabela CNA consta que o apoio institucional é realizado pelo Museu Municipal “José Raphael Toscano”, de Jaú. De modo que, possivelmente, as peças serão novamente enviadas para essa instituição. Em matéria publicada no G1 é exposto que um dos arqueólogos responsáveis alega que o material não ficará no município, “[...], porém caso o município queira expor ou fazer uma divulgação desse material é totalmente legítimo.” (PEREIRA, 2023). O Processo em questão é um potencial material para futuros estudos da prática arqueológica na região, assim que os trabalhos terminarem e, portanto, toda a documentação estiver anexada à árvore de processos — bem como a cultura material propriamente dita também poderá ser alvo de estudos.

⁸⁵ Em visita realizada ao IPHAN em setembro de 2022, constatou-se que existem mais 10 Processos não digitalizados e três documentações separadas referentes a esses, para além dos disponibilizados na planilha do CNA. Essa questão será mais bem abordada ao longo do texto.

⁸⁶ A Tabela, bem como os respectivos Processos analisados e que não foram finalizados, foram conferidos até o dia 01/12/2022. Até esse período não houve nenhuma atualização relevante nessa documentação que pudesse ser levada em consideração para a versão final do presente texto. Porém, em 16/12/2022 foi anexado um relatório novo ao Processo *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*. Acerca desse tema, serão tratadas apenas questões pontuais, sobretudo pelo fato do trabalho não estar finalizado e, portanto, outras documentações ainda não terem sido indexadas à respectiva árvore de processos.

“Relatório de Avaliação Não Interventiva”: nov. 2005 ⁸⁷; data do “Projeto de Avaliação e Resgate”: 2008; data do “Relatório Final”: 2014 — *Status*: não finalizado — até 01/12/2022 — há um problema de que as peças listadas no primeiro projeto não foram encontradas quando da realização do “Projeto de Avaliação e Resgate”) ⁸⁸;

2. *Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José*. NUP: 01506.006003/2016–02 (NUP repetido uma vez, tendo sido registrado também como *Integrado de Educação Patrimonial do Empreendimento Jardim Residencial Dona Maria José*) (data do projeto: jan. 2017; datas dos relatórios parciais: “Relatório Parcial 1”: 26/07/2017; “Relatório Parcial 2”: 28/08/2017; “Relatório Parcial 3”: 11/09/2017; “Relatório Parcial 4”: 28/09/2017; “Relatório Parcial 5”: 24/10/2017; “Relatório Parcial 6”: 06/12/2017; “Relatório Parcial 7” [Análises laboratoriais]: 30/01/2018; “Relatório Parcial 8” [Final]: 30/01/2018; “Relatório Integrado de Educação Patrimonial”: 19/07/2019 — *Status*: finalizado, porém, conforme o Parecer Técnico nº 227/2020–IPHAN-SP, é dito que falta a arqueóloga responsável anexar uma cópia de determinada publicação que contenha os resultados obtidos na pesquisa arqueológica — documentação não enviada até 01/12/2022);

3. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé*. NUP: 01506.004370/2016–63 (data do “Projeto”: nov. 2016; data do “Relatório Final”: ago. 2017 — *Status*: finalizado);

4. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve*. NUP: 01506.005028/2017–61 (data do “Projeto”: abr. 2017; data do “Relatório Final”: jul. 2017 — *Status*: finalizado);

5. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Loteamento Residencial London Park*. NUP: 01506.005254/2016–61 (data do “Projeto”: mar. 2017; data do “Relatório Final”: ago. 2017 — *Status*: finalizado);

⁸⁷ As datas dos documentos (inclusive nas referências), sempre que possível, estão apresentadas conforme consta na documentação. As documentação sem data foram anexadas conforme consta na respectiva árvore de processos do SEI-IPHAN.

⁸⁸ Em nossas pesquisas, não obtivemos conhecimento de um padrão para referenciar os Processos de Arqueologia (independentemente de seu suporte). De forma que foram criados dois modelos, com base nas regras da ABNT NBR 6023:2018, a saber: Suporte Físico — “Autor. **Título**. Número de Processo [ou pasta]: 00000.000000/0000-00. Cidade, ano”; Suporte Digital — Referência da árvore de processos: “SEI/IPHAN. **Título**. NUP: 00000.000000/0000-00. Cidade. Data de registro: dd mmm. aaaa.”; referência do arquivo: “Autor. **Título**. NUP: 00000.000000/0000-00, número do documento: 0000000. [Unidade anexadora do arquivo]. Data do documento: dd mmm. aaaa. Data de registro: dd mmm. aaaa.”. No caso específico de citação dessas documentações, optou-se ao longo do texto pelo modelo de citação de nota de rodapé, para que assim fique melhor evidenciado a qual documentação a referência pertence e seu contexto.

6. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba*. NUP: 01506.006877/2016–51 (data do “Projeto”: set. 2017; data do “Relatório Final”: fev. 2018 — *Status*: finalizado);
7. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Comercial Monte Castelo*. NUP: 01506.005567/2017–09 (data do “Projeto”: jun. 2018; data do “Relatório Final”: set. 2018 — *Status*: finalizado);
8. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*. NUP: 01506.000770/2018–61 (NUP repetido uma vez, tendo sido registrado também como *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Loteamento Parque dos Pinheiros*) (data do “Projeto”: ago. 2018; data do “Relatório Final”: mar. 2019 — *Status*: não finalizado — até 01/12/2022 — falta protocolar, pelo menos, o “Projeto de Educação Patrimonial” e “Relatório de Salvamento Arqueológico”);
9. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca*. NUP: 01506.006167/2016–21 (data do “Projeto”: ago. 2018; data do “Relatório Final”: mai. 2019 — *Status*: finalizado);
10. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos*. NUP: 01506.901031/2017–16 (data do “Projeto”: mar. 2019; data do “Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na área de influência direta — AID e área de influência indireta (AII) do Parque Residencial Recanto dos Lagos, no Município de Indaiatuba/SP”: abr. 2019; data do “Relatório Final”: mai. 2019 — *Status*: finalizado);
11. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta*. NUP: 01506.003430/2019–73 (data do “Projeto”: set. 2019; data do “Relatório Final”: abr. 2020 — *Status*: finalizado);
12. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento HM 41*. NUP: 01506.004586/2019–71 (data do “Projeto”: jan. 2020; data do “Relatório Final”: abr. 2020 — *Status*: finalizado);
13. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda*. NUP: 01506.004512/2019–35 (data do “Projeto”: set. 2020; data do “Relatório Final”: jan. 2021 — *Status*: finalizado);

14. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida*. NUP: 01506.000756/2020–82 (data do “Projeto”: mar. 2021; data do “Relatório Final”: mai. 2021 — *Status*: finalizado);
15. *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Jardim Residencial Bom Sucesso*. NUP: 01506.000754/2020–93 (data do “Projeto”: mar. 2021; data do “Relatório Final”: mai. 2021 — *Status*: finalizado) ⁸⁹.

Os Processos supracitados apresentam um recorte temporal historicamente recente, sendo o primeiro datado de 2005 e os demais com portarias registradas entre 2017 e 2021, sendo que quase todos estão classificados como “Empreendimento Imobiliário” (ou seja, condomínios horizontais, constando apenas um vertical — *Loteamento HM 41*). Dois aparecem classificados como “Infraestrutura Urbana” (*Terminal Intermodal Pimenta e Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda*); um como “Aterro” (*Aterro Sanitário de Indaiatuba*); e um como “Linha de Transmissão 138 kV” (*Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*) ⁹⁰. Todos aparecem registrados na tabela como “Arqueologia Preventiva”.

Apenas esses dados já refletem muito a situação social e econômica de Indaiatuba, bem como a ampliação da pesquisa arqueológica na cidade e uma possível previsão acerca do resultado dos relatórios. A primeira questão comprova o crescimento da cidade e a busca pelo município, seja por conta dos empregos gerados nas fábricas e serviços instalados mais recentemente na cidade; seja por uma melhor qualidade de vida (atestada por pesquisas divulgadas por meio da grande mídia) em um local que é considerado “desenvolvido”, porém que segue sem os maiores problemas encontrados em uma cidade grande. Por consequência, essas questões levaram a uma vasta condominização do município. Quanto ao segundo ponto, é importante frisar que há décadas são construídos condomínios na cidade. Porém, o primeiro Processo de Arqueologia referente a obras desse gênero cujos dados constam na plataforma SEI-IPHAN é datado de 2017. Claro que se deve levar em consideração a sistematização de tal documentação imposta apenas na IN-001/2015. Entretanto, esses fatores demonstram pouca preocupação pela pesquisa arqueológica por parte das construtoras no período anterior, e,

⁸⁹ Todos os Processos que contém nomes repetidos ou que apresentam nomes alterados na tabela do CNA receberam o mesmo NUP que o Processo original, bem como contém as mesmas documentações indexadas, e, por esse motivo, foram tratados como uma documentação conjunta. Optou-se por tratar os Processos ao longo do trabalho pelos nomes de seus respectivos empreendimentos, em vez do NUP, para melhor fluência do texto.

⁹⁰ Dos quatro Processos que constam na tabela e que ainda não foram digitalizados, dois foram registrados como “Infraestrutura Urbana” (datados respectivamente de 2003 e 2011), um como “Barragem” (2011) e um como “Outros” (2005), tendo sido todos eles cadastrados como “Arqueologia Preventiva”.

portanto, por parte da gestão pública municipal. Tal conduta pode ter gerado reflexos no período atual e, novamente, no resultado das pesquisas a serem debatidas.

No sentido da documentação em si, quase todos os arquivos dos Processos analisados estavam disponíveis para *download* na plataforma SEI-IPHAN. Foram encontrados poucos casos em que algum documento constava como “Acesso Restrito”, e essas documentações foram prontamente publicizadas quando solicitadas à Superintendência do IPHAN de São Paulo (responsável por todos os Processos realizados em Indaiatuba). Parte da documentação consta como “Processo Digitalizado”, ou seja, trata-se de arquivos digitalizados, nos quais muitas vezes são apresentadas fotocópias (frente e verso) de diversos documentos condensados em um arquivo só em formato PDF. De modo geral, são documentações mais antigas, sendo que as mais recentes já são documentos digitais, os quais, em teoria, são indexados prontamente à respectiva árvore de processos assim que recebidos e protocolados. A busca foi feita pelo NUP vinculado aos Processos e, de maneira geral, o acesso se demonstrou simples e a plataforma apresentou-se estável. Ao acessar o Processo em si, cada documento possui outra numeração própria, sendo apresentado também o tipo do documento, bem como a data de criação (em teoria) do próprio, sua data de registro e a unidade do IPHAN responsável pela indexação.

Assim, tendo como base as fichas de análise realizadas para cada um dos Processos em separado, selecionou-se alguns dos dados que carecem de melhor investigação, os quais foram embasados nos questionamentos propostos pela tese. Partindo do princípio da prática arqueológica, antes de ir a campo, são feitos estudos sobre o território por meio de bibliografia especializada e visitas técnicas a locais de interesse histórico e cultural. Essa pesquisa é de suma importância para o que diz respeito ao entendimento acerca da contextualização local, à relação da sociedade para com seu patrimônio (arqueológico ou não), para a análise final e recomendações a serem redigidas em relatório. Essas questões devem ser observadas independentemente do encontro de material, pois, como foi apontado anteriormente, o silêncio escancara problemáticas. Segundo o inc. primeiro do § primeiro do art. 18 da IN-001/2015, para os empreendimentos classificados como Nível III, é obrigatório constar no projeto “[...] contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada; [...]” (IPHAN, 2015). A norma não especifica tal obrigação no que diz respeito ao relatório, visto que os requisitos mínimos obrigatórios são pautados por meio do Termo de Referência Específico expedido pelo IPHAN, sendo, portanto, comum encontrar os mesmos dados também nessa documentação.

Sobre os dados etno-históricos e arqueológicos, de modo geral, todas as pesquisas apresentam as mesmas informações obtidas a partir de fontes históricas (sobretudo os escritos de Curt Nimuendajú — 1883–1945) e dados dos sítios presentes nos entornos de Indaiatuba. Há destaque para as cidades de Monte Mor (possivelmente com maior referência, por sua relevância já explicada e proximidade), Salto, Itu, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, bem como ao Sítio Buruzinho, localizado no próprio município. São mencionadas algumas outras cidades mais distantes, como Jaú, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Rio Claro, sendo essas de tradição maior na área arqueológica. Ainda não existem dados arqueológicos Pré-Coloniais que sejam estritamente referentes ao território de Indaiatuba (a despeito de ter sido encontrado material Pré-Colonial, tópico esse a ser pautado ao longo do texto). Porém, é possível inferir algumas questões a partir de fontes históricas, dos topônimos e da Arqueologia da Paisagem, como a alimentação feita a partir da *Attalea geraensis* (Indaiá do Campo) e de seus frutos, ou a análise de rios e terreno, bem como de possíveis peabirus que passavam pelas cercanias. Indaiatuba é uma região de cerrado, e esse dado, bem como os demais dados geográficos, devem ser igualmente considerados nos estudos arqueológicos.

A forma de expor os dados históricos, etno-históricos e arqueológicos nos projetos e relatórios, são bem diversas justamente por conta da subjetividade da escrita por parte dos pesquisadores, porém, costumam apresentar alguns padrões. Tais diferenças e semelhanças merecem serem aqui apresentadas. Três dos 15 relatórios fazem a união de todos os dados em um item só, e os demais tratam as questões em separado; o que não é um problema, desde que a narrativa siga uma linha de pensamento coerente, e de preferência tratando a Arqueologia como uma ciência não apenas referente ao passado Pré-Colonial; também não devem mesclar as metodologias de análise historiográfica e arqueológica. Quatro relatórios apresentam o histórico local de modo generalizado, utilizando um texto que poderia se aplicar a quase qualquer território do interior paulista. Inclusive, no projeto referente ao programa *Loteamento Residencial London Park* (apesar dele apresentar, de forma geral, bons textos e trabalhos), o tópico que diz respeito à questão histórica e Pré-Colonial é intitulado como “Contexto etno-histórico e ocupação histórica do município de Jundiaí” [grifo nosso]⁹¹. Isso denota que talvez o mesmo texto tenha sido utilizado em diversas ocasiões que não referentes à mesma cidade. Essa questão de se utilizar o mesmo texto de contextualização não é incomum, porém esse tipo

⁹¹ “Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Jardim Residencial London Park”, 2017, p. 16. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564821. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018. Fl. 25. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

de erro pode denunciar não apenas um deslize do pesquisador, mas também a falta de atualizações nas pesquisas.

Boa parte dos relatórios apresenta contextualizações históricas mais locais, com bibliografia especializada. Aqui serão citados alguns exemplos que merecem destaque. No caso do *Jardim Residencial Dona Maria José* e *Loteamento Residencial Parque Barnabé* são utilizados praticamente os mesmos textos, por terem sido realizados pela mesma empresa. Esse reaproveitamento, novamente, não é um problema, a princípio, desde que os dados sejam atualizados, caso os Processos apresentem uma diferença muito grande de tempo entre si ou se houver alguma descoberta relevante nesse meio tempo. Em ambos os casos é abordada a História Contemporânea da cidade, não ficando os relatos reduzidos apenas à história Pré-Colonial, o que é algo extremamente positivo — e, notavelmente, não tão comum nos Processos analisados. Algo semelhante acontece no relatório do *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda*, o qual, apesar de não ser extenso, é o único que apresenta um destaque especial para a industrialização da cidade, expondo fotos históricas e recentes. As imagens foram retiradas da internet em ambos os casos (o que não é um problema, pois foram indicadas suas respectivas fontes). É preciso mencionar que a grande maioria dos projetos e relatórios apresenta fotos da cidade, sejam essas tiradas por terceiros ou pelos próprios pesquisadores.

Alguns textos apresentam fontes que não os memorialistas. No caso do *Aterro Sanitário de Indaiatuba*, foram usadas como fonte o site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, o livro de Koyama e Cerdan, bem como o artigo “A construção da história e a legitimação da memória no processo de preservação do Casarão Pau Preto” de Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (lançado em 2015, sendo essa a obra mais recente apresentada nas referências bibliográficas analisadas)⁹². Além disso, o arqueólogo se debruçou um pouco mais sobre a história local ao longo do relatório, analisando os nomes “Votura” e “Indaiatuba” (também com base em fontes secundárias), sem deixar de falar do contexto regional. Ou seja, o conteúdo foi baseado nos memorialistas, em pesquisadores mais recentes (esses em menor número) e em textos produzidos por órgãos oficiais (os quais se utilizavam então de fontes mencionadas anteriormente, sobretudo os memorialistas), sendo que à época da produção da maioria dos relatórios era possível acessar boa parte dos livros sobre Indaiatuba pelo site da extinta

⁹² A saber: JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. A construção da história e a legitimação da memória no processo de preservação do Casarão Pau Preto. **Revista CPC**, n.20, p. 9–35, dez. 2015. Menciona-se que Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus é historiador e foi superintendente da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba durante os anos de 2011 a 2021. Jesus dedicou-se a incentivar o estudo da História local de maneira técnica durante sua permanência na instituição.

Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. No relatório ainda foram apresentadas novas informações no que diz respeito ao contexto étnico-histórico local. É dito que

Foi considerada oportuna a visita técnica a certos pontos de interesse cultural do município, a fim de coletar dados para a confecção do levantamento histórico e etno-histórico anteriormente aqui apresentado. Nesse contexto, destaca-se a visita à estação Ferroviária de Indaiatuba, que atualmente funciona como um museu ferroviário. [...] Destaca-se também o museu “Casarão Pau Preto”, que no momento da pesquisa na região contava com a exposição sobre os 500 anos da Reforma Protestante.⁹³

Isso demonstra que é possível realizar uma análise mais pontual, ainda que sucinta, sobre a contextualização histórica local — mesmo que parte das fontes devessem ser problematizadas. É o caso também do texto referente ao programa *Terminal Intermodal Pimenta*, o qual não mencionou os memorialistas diretamente no trecho dedicado à história de Indaiatuba, porém citou sites vinculados à prefeitura municipal como fonte, que por sua vez se utilizam dos memorialistas (como foi mencionado). Já o *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros* apresentou dados do IBGE e um pequeno destaque para a história da imigração local, mencionando também outros relatórios na bibliografia. No caso do *Loteamento Comercial Monte Castelo*, é citada a obra de Koyama e Cerdan, sendo apresentada a questão da possibilidade do território servir de passagem e pouso para tropas de muares e sobre o cultivo do café (não mencionando, no entanto, a industrialização em seu pequeno texto exclusivo sobre a cidade). Não é incomum que as empresas realizem consultas a relatórios anteriores (sobretudo referentes à mesma localidade), seja para obter referências sobre outros trabalhos — e seus possíveis achados — ou históricos do local. Durante os trabalhos de campo foi demonstrado conhecimento de alguns pesquisadores sobre a História recente local, a ser melhor debatido ao longo deste subcapítulo.

Outro bom exemplo é o trabalho realizado pela equipe do *Loteamento Jardim Casablanca*. Trata-se possivelmente do relatório que apresentou a melhor contextualização histórica local. O pesquisador iniciou seu texto apresentando a região, seus sítios e achados; em seguida partiu para um histórico regional, até chegar na história local. Não há maiores novidades no que diz respeito à história da região paulista, entretanto, o trabalho com

⁹³ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fls. 109–112. In: SEMIPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

Indaiatuba, nesse relatório, foi mais metódico, apresentando maiores dados sobre a formação da cidade (sem se esquecer de mencionar o período contemporâneo) que os demais textos analisados. Foi disponibilizada também uma lista de bens tombados no município, um quadro que contém o “Perfil Municipal Preliminar para a Questão Patrimonial (Indicadores Patrimoniais)”, o qual foi utilizado para “oferecer um panorama de como a questão patrimonial é percebida e abordada pela municipalidade”⁹⁴. Por fim, foi anexada uma lista com indicações de bibliografia especializada. Apesar de basicamente serem apresentados trabalhos de memorialistas (e autores dissidentes deles), ainda assim é mais uma comprovação de que é possível realizar uma pesquisa que traga algumas das informações necessárias sem generalizar um território.

É preciso destacar que em apenas quatro Processos foi mencionado o contato direto com a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba (mais especificamente o Museu Municipal “Antonio Reginaldo Geiss” — antigo Casarão Pau Preto) para fins de pesquisa ou divulgação, a saber: *Loteamento Residencial Parque Barnabé*, *Loteamento Park Gran Reserve*, *Aterro Sanitário de Indaiatuba* e *Loteamento HM 41* (questão a ser melhor analisada no capítulo subsequente). À época não havia muito material bibliográfico sobre as antigas memórias afrodescendentes locais (apesar de já terem sido descobertas algumas poucas documentações sobre o tema na cidade, como o “Livro de registro do fundo de emancipação de escravos libertos. [1877 a 1907]”)⁹⁵, localizado no Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”, já mencionado). Entretanto, a pouca bibliografia existente (também já mencionada no segundo capítulo), o patrimônio edificado do município (inclusive um local turístico que até os dias atuais recebe o nome de “Fazenda Quilombo”, igualmente já citado), somado aos dados regionais (que não deixam de ser importantes para a contextualização geral) poderiam ser utilizados como fontes para parte do histórico local, ajudando a suscitar debates e a desvelar melhor o tema, sendo um tópico de estudos que ainda segue marginalizado no município. Nesse sentido, o *Loteamento Recanto dos Lagos* foi o único Processo que apresentou um relatório específico acerca da cultura imaterial presente na cidade: o Jongo do Sudeste e a Capoeira, destacando, portanto, a cultura afrodescendente. Essa informação também será mais bem

⁹⁴ CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Projeto Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0718881. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data de documento: ago. 2018. Data de registro: 13 set. 2018. P. 49–52. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

⁹⁵ INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de registro do fundo de emancipação de escravos libertos. (1877 a 1907)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

trabalhada no decorrer do texto. É possível que parte dos dados obtidos pelos pesquisadores, em qualquer Processo, tenham sido retirados basicamente de fontes virtuais (sites oficiais, extraoficiais, jornais, CNSA/ IPHAN, IBGE, dentre outros). Entretanto, novamente, isso não é um problema, desde que sejam fontes minimamente confiáveis e que sejam referenciadas.

Por fim, o único documento que não apresenta maiores dados históricos (locais ou regionais) é o que diz respeito à *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, cujo projeto e relatório datam, respectivamente, de 2008 e 2014. Vale lembrar que a obrigatoriedade de tais informações passou a vigorar após a publicação da IN-001/2015. Entretanto, no relatório referente à *Avaliação Arqueológica Rápida/AAR (Vistoria não interventiva) — Ramal de Linha de Transmissão de 138 kV — Indaiatuba, Municípios de Campinas e Indaiatuba, Estado de São Paulo* (datado de 2005 e parte do Programa registrado sob o NUP 01506.002486/2008–58) foi apresentado um “Quadro Arqueológico Regional (síntese)”⁹⁶, o qual também contém um brevíssimo histórico. A comparação entre ambos, anteriores à 2015, demonstra o quanto tais estudos têm importância para a realização da pesquisa, pois auxiliam na contextualização para os próprios pesquisadores (no que diz respeito ao entendimento da região e recomendações sobre o potencial da área estudada), bem como para os leitores e posteriores pesquisas.

Assim, é possível vislumbrar que uma fração dos relatórios generaliza parte da história do interior paulista, dando um destaque muito grande ao passado bandeirantista, ciclo da cana e cafeeiro de modo generalizado, ignorando as subjetividades locais. Entende-se que as empresas contratadas não dispõem de tempo para realizar pesquisas exaustivas sobre o território de cada empreendimento. No entanto, é preciso ter cautela ao criar certas generalizações históricas, pois estas podem corroborar, mesmo que involuntariamente, com o enaltecimento de memórias dominantes (por mais que, ainda que problemáticas, tais memórias também não deixem de ter sua relevância histórica) e com o apagamento de memórias subalternizadas. Uma possível solução plausível — e utilizada em algumas pesquisas analisadas — é justamente a realização de entrevistas e diálogos prévios com a comunidade (para além do resgate bibliográfico), visando o entendimento da memória local, sempre tentando problematizar aquilo que aparenta ser senso comum.

⁹⁶ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva)**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 23–28. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

Nesta fase inicial há também a definição dos pressupostos teórico-metodológicos a serem adotados durante o estágio de pesquisa. De maneira geral, as empresas responsáveis pelos trabalhos arqueológicos alegaram aplicar em seus trabalhos pressupostos teórico-metodológicos vinculados a teorias Processuais e/ou Pós-Processuais, havendo uma predominância maior da segunda frente. Essa constatação foi feita por meio de menções diretas ou bibliografia citada nos projetos e/ou relatórios. É possível uma complementação teórica entre ambas as linhas de pensamento, assim como acontece em outras ciências. Ou seja, leva-se em consideração os padrões regionais de assentamentos (aplicado muitas vezes no que diz respeito à análise de paisagens), sem, no entanto, deixar de lado a contextualização e subjetividades próprias do local, bem como ocorrências mais recentes. Essa situação não é incomum na prática arqueológica, sobretudo se os pesquisadores levarem em consideração a importância da interdisciplinaridade existente na ciência.

Há nove ocorrências que mencionam diretamente a utilização da chamada “Arqueologia de Paisagem” e/ou “Arqueologia Geoambiental”. De maneira superficial, ambas estão conectadas à questão do meio ambiente e à sua exploração pelos seres humanos, resultando em alterações não apenas no cenário, mas também em variáveis ambientais. Nessa teoria deve-se necessariamente levar em consideração geoindicadores (como clima, solo, acidentes geográficos, fauna e flora, dentre outros) na pesquisa, os quais colaboraram com a produção de paisagens sociais, a criação de culturas e alterações de biomas. Em um estudo também é possível combinar essas teorias com o Processualismo e/ou Pós-Processualismo, principalmente pela capacidade de serem complementares.

É notável observar que todos os projetos, a partir do programa *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros* (datado de 2018), alegaram se utilizar de uma interpretação geomorfológica, ao passo que o Processualismo foi cada vez menos citado com o passar do tempo. Apesar disso, apenas três relatórios finais apresentaram de fato análises mais substanciais acerca da paisagem local, apontando as alterações que possam ter ocorrido ao longo do tempo, sendo eles referentes aos programas *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, *Loteamento Recanto dos Lagos* e *Terminal Intermodal Pimenta*, com destaque para o primeiro, em que os pesquisadores demonstraram de fato interpretações acerca dos ecofatos coletados ⁹⁷. Os demais apresentaram na prática, em linhas gerais, um histórico do bioma ou uma descrição geomorfológica encontrada na região do interior paulista.

⁹⁷ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 49–

O uso de tais teorias supracitadas leva ao trabalho prático, o qual será resumido aqui apenas para melhor entendimento do leitor, por não se tratar de uma pesquisa técnica. Teorias que levam em consideração a contextualização e subjetividades de forma interdisciplinar, seja no sentido cultural ou ambiental, somada à comparação com sítios próximos e/ou semelhantes, demonstram que, de modo geral, há a predominância de um pensamento que também valoriza a capacidade interpretativa do pesquisador, podendo ser considerado, portanto, como Pós-Moderno. No trabalho de campo são utilizadas diversas técnicas, e uma não necessariamente se sobressai à outra, normalmente se complementando. É preciso que o pesquisador esteja atento ao contexto local para escolher os melhores métodos a serem utilizados. Assim, de modo geral, as metodologias adotadas pelas empresas de Arqueologia recorreram a técnicas interpretativas de contexto. Acerca das metodologias adotadas para busca, recolhimento e análise das peças, é possível dizer que são semelhantes em todos os relatórios. Antes de adentrar nas metodologias de campo, é preciso mencionar que as técnicas são aplicadas conforme as áreas delimitadas do empreendimento (e como serão afetadas no que diz respeito a questões ambientais e sociais), que aqui explica-se

- Área Diretamente Afetada (ADA): área de implantação do empreendimento, incluso todas as estruturas;

- Área de Influência Direta (AID): área que se encontra diretamente no entorno da obra. Será diretamente afetada, física e socialmente, tanto pela execução do projeto, quanto pela alteração do local e, portanto, pela futura existência do novo empreendimento. É importante também para o estudo de possíveis sítios já cadastrados no entorno da obra;

- Área de Influência Indireta (AII): é basicamente a região na qual o empreendimento está localizado (podendo ser considerado o município em sua totalidade, no caso de cidades pequenas). Seus impactos físicos e sociais não são encarados como tão significativos, sendo que o estudo avalia os efeitos do empreendimento regionalmente falando, e não mais localmente.

Dessa forma, no trabalho de campo são utilizados métodos de intervenções em superfície e subsuperfície, comumente divididos entre oportunistas ou assistemáticos, sendo estes não invasivos (como caminhamentos, observação de terreno, coleta de dados por meio de entrevistas com os moradores locais, dentre outros), e invasivos ou sistemáticos (sondagens por meio de prospecções, abertura de poços-teste e/ou trincheiras, e a escavação propriamente dita,

51. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018-61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

quando as pesquisas testarem positivo para presença de material). Ambos podem ser realizados tanto na ADA quanto na AID, porém os invasivos devem ser realizados na ADA quando o programa for classificado como de Nível III ⁹⁸, podendo se estender também para a AID quando houver sinais da presença de material. Há também a análise de sedimentos por meio do uso de peneiras.

Vale lembrar, novamente, que um método não necessariamente exclui a utilização de outro, sendo necessário que os pesquisadores selecionem as melhores técnicas possíveis, embasando-se em estudos prévios da contextualização local. Assim, após escolhidas as técnicas, espera-se que essas permitam “[...] proporcionar um conjunto de dados que pode ser entendido como uma amostra suficientemente representativa, capaz de assegurar a presença ou ausência de material arqueológico, bem como padrões de povoamento e a formulação sustentada de generalizações ou modelos preditivos” ⁹⁹. Apenas um trabalho não realizou nenhuma técnica invasiva. Suas motivações serão explanadas no decorrer do texto ¹⁰⁰.

No que diz respeito à etapa de laboratório, as propostas de procedimentos realizados nos programas analisados também costumam ser semelhantes, sendo que apenas quatro programas obtiveram êxito no recolhimento de cultura material em Indaiatuba. O Processo referente ao *Jardim Residencial Dona Maria José* apresentou um relatório específico para a fase laboratorial ¹⁰¹. Já o *Terminal Intermodal Pimenta* trouxe em seu relatório final um subcapítulo referente aos procedimentos adotados em laboratório, bem como os resultados das análises laboratoriais em capítulo separado. O relatório referente ao programa *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros* também apresentou seus dados laboratoriais referentes à coleta amostral nos itens “Atividades de Análise e Conservação” e “Curadoria do Material Arqueológico”. Por fim, no

⁹⁸ Conforme o inc. segundo do § primeiro do art. 18 da IN-001/2015: “proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada — ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície; [...]” (IPHAN, 2015).

⁹⁹ MATIS CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA. **Projeto de Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1729131. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 10 jan. 2020. Data de registro: 13 jan. 2020. P. 41. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71. Brasília. Data de registro: 22 nov. 2019.

¹⁰⁰ Existem demais procedimentos de campo que são igualmente importantes, como o georreferenciamento; estudos cartográficos; análise de solo; análise topográfica; registros por meio de fotografias, desenhos e de coordenadas; limpeza de perfil; dentre outros. Porém, tais atividades não serão observadas aqui por serem mais técnicas e, portanto, fugirem do cerne da pesquisa.

¹⁰¹ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico (Relatório Parcial 7) — Jardim Residencial Dona Maria José Indaiatuba/ SP — Análises Laboratoriais”. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506. 006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

relatório final referente ao *Loteamento Park Gran Reserve* há um pequeno capítulo dedicado à análise do material encontrado ¹⁰².

Na fase laboratorial, portanto, são geralmente realizados procedimentos de curadoria (higienização, identificação, registro e acondicionamento), análise prévia e envio para a instituição de salvaguarda devidamente registrada no Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) (IPHAN, [s.d.]), seguindo as diretrizes ditadas pela Portaria do IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016 (IPHAN, 2016b). Muitas vezes tais procedimentos podem ser realizados em campo, outras vezes pode acontecer de algumas etapas serem realizadas nos laboratórios dos locais designados para a salvaguarda do material recolhido — quando houver espaço destinado para essa função ¹⁰³. Essa fase não será mais bem detalhada pelo fato de os procedimentos técnicos não serem essenciais para o entendimento do presente trabalho. Os demais programas, cujas pesquisas não apresentaram presença de cultura material, descrevem em seus projetos como seria a metodologia de laboratório, caso ela ocorresse, sendo semelhante aos exemplos mencionados, alguns apresentando mais detalhamento sobre os procedimentos adotados, outros sendo mais concisos sobre esse assunto.

No que diz respeito aos aspectos geográficos, é importante ressaltar a questão da percepção da alteração da paisagem. Não apenas no sentido de analisar ecofatos e biofatos, mas também porque algumas mudanças mais bruscas realizadas no passado podem ter causado revolvimento do solo, ocasionando na perda de contextos e até mesmo cultura material. Obviamente há outras questões relevantes envolvidas; no entanto, essas dizem respeito a aspectos morfológicos (como tipos de solo encontrados, formações geológicas, hidrografia, clima, vegetação, relevo, dentre outras). Nesse sentido, alguns relatórios são extremamente sucintos, enquanto outros tratam a geomorfologia de maneira mais detalhada. E, apesar desses tópicos serem de suma importância para uma análise completa (sobretudo ao se utilizar de teorias da Arqueologia de Paisagem), estes não serão aqui analisados minuciosamente, por se tratarem de dados geográficos mais técnicos. Assim, serão abordados apenas alguns aspectos, que se referem à ocupação do solo e alteração da paisagem.

Uma questão importante, ressaltada em quase todos os trabalhos, é a hidrografia local. É ponto pacífico que ocupações humanas se formem em torno de rios por questões de

¹⁰² Aqui não é mencionado o programa *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, pois não houve o recolhimento de peças, questão a ser melhor trabalhada na sequência.

¹⁰³ O inventário sempre deverá ser realizado pela empresa responsável pelo trabalho de campo por meio da *Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel*, antes do material ser enviado ao local de salvaguarda, conforme Anexo I, Item “Aos pesquisadores e demais agentes envolvidos na pesquisa arqueológica”, Tópico XV da Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016 (IPHAN, 2016b).

sobrevivência. Mesmo que não haja nenhum manancial próximo à ADA, a contextualização hidrográfica segue sendo de suma importância para o entendimento regional da formação de comunidades. Em nove relatórios foram destacadas as bacias hidrográficas da região, como o Rio Capivari-Mirim, Rio Jundiá, Rio Tietê e o Córrego do Buruzinho. É preciso frisar que este último (afluente do ribeirão Buru) se encontra nas cercanias do Sítio homônimo, registrado em 2005. A importância dos aspectos geográficos (sobretudo hidrográficos) para a contextualização local foi destacada no relatório do *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, fato mencionado na nota 97.

No que diz respeito à alteração da paisagem (e, portanto, à antropofagia histórica), 11 relatórios trazem aspectos relevantes acerca desse assunto. Na maior parte é relatada a questão da plantação da cana-de-açúcar (ainda muito presente na região, sobretudo próximo às estradas que levam a Capivari, município que até os dias atuais baseia boa parte de sua economia nas usinas de refinaria) ou atividades pecuárias. Dez empreendimentos encontram-se próximos a regiões ocupadas por fazendas, a grande maioria localizados na direção oeste de Indaiatuba, em locais recentemente urbanizados. Por consequência, o entorno desses locais também foi afetado por conta da infraestrutura trazida pela urbanização, como ruas, estradas e, inclusive, a construção de outros condomínios mais antigos. Há também a questão do reflorestamento, trazida em alguns Processos. Ou seja, é possível denotar alterações na paisagem, e, portanto, uma antropofagia histórica muito forte nos últimos 100 anos (com especial destaque para as últimas três décadas), como mostra o exemplo a seguir:

O uso e ocupação dessas terras foram bastante variados e sempre acompanharam o perfil dos modelos econômicos do estado de São Paulo. Nestas áreas como será elencado mais adiante no contexto etnohistórico, já se cultivou veemente o café, a cana, o citrus, os reflorestamentos, as cerâmicas, olarias e lavras de extração de granito. Nos tempos atuais os reflorestamentos, as cerâmicas e olarias, as lavras de granito e a especulação imobiliária, como o caso do empreendimento deste projeto, por meio de loteamentos, construção de condomínios são os traços mais marcantes da paisagem estudada.¹⁰⁴

Nesse ínterim, possivelmente muito material arqueológico se perdeu, foi destruído ou até mesmo pode ter sido furtado, o que são algumas das justificativas dadas pelos pesquisadores para a falta de espólios na região (“Boa parte do traçado percorre plantações de cana, ambiente

¹⁰⁴ MATIS CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA. **Projeto de Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1729131. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 10 jan. 2020. Data de registro: 13 jan. 2020. P. 14–15. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71. Brasília. Data de registro: 22 nov. 2019.

impactado de tal maneira pelos implementos agrícolas que a manutenção de registros arqueológicos *in situ* se torna inviável”¹⁰⁵). Apesar de não haver como impedir os processos de antropização e ressignificação de lugares (por se tratar de um comportamento inerente ao processo civilizatório), é possível mitigar perdas futuras, justamente por meio de políticas públicas de preservação (que sejam mais eficazes e eficientes, bem como que visem menos o “desenvolvimento” desenfreado), práticas de Mediação Patrimonial e estudos, incluso os arqueológicos. Essa mitigação pode ocorrer tanto por meio de atividades práticas quanto de pesquisas geográficas, conforme exemplificado no seguinte trecho “Os aspectos topomorfológicos supracitados ofereciam a uma primeira vista condições topomorfológicas ideais para a instalação de aldeias e acampamentos de grupos ceramistas ou caçadores-coletores, representada pelos topos a baixas encostas colinares locais”¹⁰⁶. Apenas um Processo não apresentou informação geológica em nenhuma de suas documentações, o que não significa que os estudos não tenham sido realizados, mas sim que não foram relatados (haja vista que não é um item obrigatório a ser apresentado, apesar de tal pesquisa ser indispensável, segundo a IN-001/2015¹⁰⁷).

A descrição do quadro arqueológico local, de modo geral, apresenta os principais achados e tradições existentes no interior paulista. Na região são encontrados sítios de grupos caçadores coletores pré-ceramistas (como “Umbu” e “Humaitá”) e ceramistas (“Tupiguarani” e “Itararé”), com destaque especial para o Sítio Buruzinho (considerado multicomponencial, contendo vestígios Pré-Coloniais e históricos), cujos dados estão indexados no sistema do CNSA/ IPHAN (já mencionado). Alguns textos citam a distância do Sítio Buruzinho para com os respectivos locais de trabalho. Também é dado destaque para os sítios encontrados em Monte Mor na década de 1970 durante escavações realizadas por Desidério Aytai e sua esposa,

¹⁰⁵ “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico — Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova”, 2014, p. 19. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761327. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fl. 81. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁰⁶ “Relatório Final — Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017, p. 6. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564832. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 10 mai. 2021. Fl. 61. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

¹⁰⁷ É dito em parágrafo único do art. 18 da IN-001/2015 que “O IPHAN não aceitará projetos que indiquem a realização de prospecções em toda a extensão dos empreendimentos, sem a necessária justificativa, resultante do cruzamento de dados do processo histórico de ocupação, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação, de forma a demonstrar o efetivo potencial arqueológico de cada área a ser prospectada.” (IPHAN, 2015), evidenciando a obrigatoriedade dos estudos, apesar de não estar explícita a sua apresentação parcial ou integral nos textos produzidos.

Elisabeth Aytai, em suas terras particulares. Possivelmente o Sítio Rage Maluf trata-se do maior achado da região de Campinas no que diz respeito a materiais Pré-Coloniais. Há a menção de outros sítios arqueológicos na região (Campinas, Itu, Capivari, Piracicaba), cujos dados foram igualmente acessados via portal CNSA/ IPHAN. Novamente é mencionada a questão fluvial da região, que justifica possíveis ocupações pretéritas no território de Indaiatuba. Na região também são encontrados objetos classificados como “de contato”, os quais remetem ao encontro de povos originários com colonizadores, havendo o destaque, portanto, para o material Pré-Colonial. Não há menção alguma de atividades de Arqueologia Industrial na região mais próxima.

Muitos relatórios apresentam a listagem de sítios encontrados na região, mas apenas aqueles referentes aos programas *Loteamento HM 41*, *Loteamento Park Gran Reserve*, *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso* (os dois últimos executados pela mesma empresa, e, portanto, com textos semelhantes) mostram uma lista dos estudos arqueológicos realizados anteriormente em Indaiatuba. Essas listas são importantes para servirem como referência para os leitores (e potenciais pesquisadores da área). Inclusive o projeto referente ao programa *Loteamento Park Gran Reserve* menciona que “A área do empreendimento em questão situa-se no município de Campinas” ¹⁰⁸, o que demonstra novamente a problemática de se usar o mesmo texto em diversas localidades, a despeito de, outra vez, o trabalho apresentar, de maneira geral, bons parâmetros de estrutura.

Conforme já mencionado no início do presente item, em três casos foi feita a junção dos dados historiográficos com os arqueológicos. Essa junção geralmente não atrapalha a fluidez da leitura, no entanto, é preciso se atentar a questões técnicas que muitas vezes são mencionadas no decorrer do texto, que podem inclusive confundir a leitura. Há alguns destaques no que diz respeito ao tema de pesquisa de contexto arqueológico. A documentação referente ao *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, por exemplo, foi a que mais apresentou detalhes sobre a região de Indaiatuba em específico, incluindo listagem e mapa contendo o levantamento de sítios arqueológicos encontrados na região. No caso do *Terminal Intermodal Pimenta*, foram trazidos dados acerca da Arqueologia Histórica (não muito abordada), incluindo fotos de peças. Já o *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda* apresenta uma lista com os bens tombados no

¹⁰⁸ “Projeto de Pesquisa — Avaliação de impacto ao patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017, p. 8. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564814. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018. Fl. 71. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

município. Por fim, no programa *Loteamento Jardim Casablanca* são mencionados museus de cidades do interior paulista (fora de Indaiatuba) que contém artefatos provenientes de escavações arqueológicas realizadas na região, apesar de alguns locais não serem tão próximos à cidade sede do programa. Novamente, apenas o relatório referente ao *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* (2014) foi o único a não apresentar dado algum sobre o tema.

No que diz respeito a sítios e ocorrências, apenas em cinco programas foram encontrados materiais durante os trabalhos de campo: *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* (durante a vistoria não interventiva, realizada em 2005), *Jardim Residencial Dona Maria José*, *Loteamento Park Gran Reserve*, *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros* e *Terminal Intermodal Pimenta*. No *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* foi demarcada a existência do Sítio Buruzinho, encontrado por meio de caminhamentos ao longo da ADA e AID, bem como foi realizada uma “refinada busca superficial”¹⁰⁹ quando da localização das ocorrências e, posteriormente, o registro do sítio, classificado como:

[...] multicomponencial a céu aberto, localizado nas proximidades do Córrego Garcia ou Buruzinho, caracterizado por uma concentração de telhas capa-canal na sua porção norte, com 11.62 m X 9.13 m, com eixos respectivamente orientados N-S e E-W. Presença de uma lasca de quartzo e de fragmentos de cerâmica pré-colonial (Tradição ou sistema Regional Tupiguarani?). Encontra-se no entorno imediato da faixa de servidão do Ramal da LT (AID). OBS: Apesar da reformulação do traçado da linha da transmissão vistoriada, este sítio ainda apresenta sua porção periférica recortada pela faixa de servidão do Ramal da LT, podendo sua localização ser considerada na ADA do futuro empreendimento.¹¹⁰

Além disso também foram listadas quatro ocorrências: Ocorrência lítica L 1 (uma lasca de sílex, encontrada no entorno imediato da faixa de servidão do Ramal da Linha de Transmissão — ADA)¹¹¹; Ocorrência lítica L 2 (uma lasca de sílex e um fragmento de ponta

¹⁰⁹ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva)**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 14. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹¹⁰ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva)**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 17. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹¹¹ Há uma observação na qual é dito que: “Apesar da reformulação do traçado da linha da transmissão vistoriada, esta ocorrência ainda apresenta-se no entorno imediato da faixa de servidão do Ramal da LT, podendo então ser considerada como pertencente a AID.” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba [Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva]**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 18. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do**

de projétil em quartzo, encontradas no entorno imediato da faixa de servidão do Ramal da Linha de Transmissão — AID); Ocorrência Histórica H 1 (quatro fragmentos de faiança fina, encontrados no entorno imediato da faixa de servidão do Ramal de Linha de Transmissão — AID); Ocorrência Histórica H 2 (quatro fragmentos de faiança fina e dormentes contendo cravos, reutilizados como mourões em uma cerca encontrados dentro da faixa de servidão do Ramal de Linha de Transmissão — ADA) ¹¹². Foi encontrado também um Bem Cultural, caracterizado como:

Ramal da estrada de ferro Sorocabana, aberto durante o Séc. XIX com alguns vestígios de faiança fina, porcelana e vidro. Caracteriza-se pelo seu antigo leito, sem trilhos e dormentes, restando britas espalhadas ao longo do mesmo. Cerca de 30 m do vértice 24 há vestígios de faiança fina e telha. A estrada de ferro encontra-se a 246 m do V.25 sendo cortada pela área de servidão do Ramal de LT, ficando então na Área Diretamente Afetada (ADA). ¹¹³

De todos os casos, apenas neste programa não foi realizada a coleta de materiais, os quais permaneceram *in situ* para que outra empresa, posteriormente, realizasse os trabalhos de prospecção e resgate (não finalizado até 01/12/2022). Porém, essa situação será melhor analisada no decorrer do presente capítulo. Nos demais programas as peças foram recolhidas, analisadas e enviadas para instituições de salvaguarda, a ser detalhado na sequência.

No programa *Jardim Residencial Dona Maria José* foi registrado inicialmente um sítio arqueológico (Cambará), contendo 183 ocorrências, entre líticos lascados e materiais não antrópicos (62), louças (89), vidros (5), materiais construtivos (2), metais (1), cerâmicas (1) e telhas (23). Esse trabalho rendeu a produção de oito relatórios (seis de campo, um de laboratório e um final). No primeiro relatório é dito que “A partir da constatação de material arqueológico na ADA, foi decidido que, para tentar melhor entender o contexto observado, se tratava-se [sic] ou não de um sítio arqueológico, ou somente de ocorrências, seriam realizados poços-teste para

Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008).

¹¹² ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva).** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 18–19. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹¹³ ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva).** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020. P. 19. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

averiguar a existência de material em subsuperfície na área do empreendimento”¹¹⁴. Constatou-se então a presença de um sítio, batizado de Cambará, a partir da realização de tais atividades invasivas, o qual é descrito como:

[...] contexto multicomponencial localizado em uma área aberta de topo de colina e média vertente, apresentando cerâmica sem decoração, lascas de sílex e arenito, louça com e sem pintura, vidro, tijolos e telhas. Trata-se, no entanto, de um sítio altamente impactado, muito provavelmente sem aparentes chances de apresentar ainda áreas com contexto preservado.¹¹⁵

É importante frisar que houve solicitação de alteração de pesquisador ao longo dos trabalhos de campo, sendo os cinco primeiros relatórios assinados por um arqueólogo, e o sexto (último antes do laboratorial) e oitavo (final) relatórios feitos por outro profissional. Foram constatadas não apenas mudanças na escrita, mas também na narrativa utilizada nas documentações. Nesses relatórios, os dados foram apresentados dia a dia, diferentemente dos demais, onde os trabalhos eram resumidos por atividades, e havia o destaque para os dias em que algo era encontrado. Apesar de no sexto relatório estar descrito o encontro de dois fragmentos cerâmicos e dois fragmentos de azulejo, é destacado que “[...] no contexto geral do terreno vistoriado, trata-se de uma área altamente impactada, sendo possível observar que são cada vez mais baixas as chances de existência de contexto preservado”¹¹⁶. No Relatório Parcial 7, além das análises laboratoriais, é frisado novamente ao longo de todo o documento que o Sítio teria sofrido grande impacto por conta de obras adjacentes¹¹⁷. Todo o material passou por processos de higienização, numeração, análise e catalogação, como de praxe. Aqui não serão

¹¹⁴ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial I — Atividades do período de 11 de Maio a 07 de Julho de 2017”, 2017, p. 137. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 2 – Parte 3**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203012. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017. Fl. 57. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹¹⁵ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial 4 — Atividades do período de 14 de agosto de 2017 a 8 de setembro de 2017”. P. 25–26. In: ARQUEOLOGIA. **Relatório Parcial 4 – Ficha CNSA (Sítio Cambará)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203188. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017. P. 25–26. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹¹⁶ ARQUEOLOGIA. **Relatório Parcial 6**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203266. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 nov. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017. P. 28. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹¹⁷ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico (Relatório Parcial 7) — Jardim Residencial Dona Maria José Indaiatuba/ SP — Análises Laboratoriais”. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

esmiuçadas suas características pelo fato de o foco do trabalho não ser a análise do material propriamente dito.

No Relatório Parcial 8 foram apresentadas as atividades finais, as quais consistiram no acompanhamento de atividades de instalação de rede de água e esgoto; acompanhamento da construção de instalações subterrâneas de eletricidade; acompanhamento da construção de muros; e caminhamento da área da obra, em especial dos locais com remoção de vegetação e/ou solo, para averiguar a possível existência de material arqueológico em superfície ¹¹⁸. Esse trabalho, novamente, foi realizado pelo segundo profissional designado pela empresa, sendo as atividades apresentadas igualmente em forma de diários. Em praticamente todas as ocasiões é dito que “O solo não apresentou alterações de camadas ou qualquer registro arqueológico”, ou “Durante o caminhamento pela área do empreendimento, bem como o acompanhamento das escavações realizadas, nenhum vestígio arqueológico foi encontrado. O solo não apresentou alterações de camadas”, ou ainda “Nenhum vestígio arqueológico foi encontrado”, dentre outras frases semelhantes ¹¹⁹. Nos trabalhos de monitoramento das atividades de construção de muros não é mencionado se foi encontrado ou não algum tipo de alteração de solo, ou vestígio arqueológico ¹²⁰. Nesse relatório também foram feitas as conclusões acerca do trabalho em sua totalidade, levando em consideração os relatórios anteriores (inclusive de laboratório), e apresentando as condições do Sítio Cambará, onde são mencionados, dentre outros aspectos, a alta fragmentação dos achados (o que impossibilitou a leitura do contexto), possíveis impactos devido a usos anteriores do solo (como para agricultura e/ou limpeza do terreno) e revolvimento prévio do solo para a abertura de uma rua municipal ¹²¹.

¹¹⁸ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial 8 (FINAL) — Atividades de 01 a 30 de novembro de 2017”, p. 6. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹¹⁹ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial 8 (FINAL) — Atividades de 01 a 30 de novembro de 2017”, p. 6. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. P. 10–30. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹²⁰ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial 8 (FINAL) — Atividades de 01 a 30 de novembro de 2017”. P. 6. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. P. 31. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹²¹ “Relatório de Acompanhamento Arqueológico/Jardim Residencial Dona Maria José — Indaiatuba/ SP — Relatório Parcial 8 (FINAL) — Atividades de 01 a 30 de novembro de 2017”, p. 32–34. In: ARQUEOLOGIA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001.

Nas demais documentações analisadas (pareceres, ofícios e cartas externas) não foram encontradas motivações que justificassem a substituição do arqueólogo coordenador de campo. De modo que não é possível saber se os primeiros relatórios foram desenvolvidos por um profissional cuja linha de trabalho gira em torno de registrar todo e qualquer material encontrado (em oposição ao segundo, que nada registrou); se a ação de substituição teria sido solicitada pela empresa contratante (independentemente do motivo); ou ainda se foi um mero acaso. Mas é preciso destacar a questão da possível movimentação de solo promovida pelas obras de abertura de uma rua e de demais possíveis modificações ocorridas na área.

Em carta externa em resposta ao ofício 702/2017 do Processo em questão, foi dito que “Não recomenda-se, devido ao altíssimo grau de perturbação identificado, a realização de ações de salvamento arqueológico no sítio Cambará. Crê-se que estas seriam infrutíferas, conforme já demonstrado pelas pesquisas interventivas realizadas no local, que incluíram ações de delimitação, ações de caminhamento, e a abertura sistemática de uma malha de poços-teste”¹²². Em contrapartida, foram propostas atividades de “Educação Patrimonial”, como “ação mitigadora”. Entretanto, tal trabalho não foi realizado pela empresa responsável pelas escavações, por desistência da portaria por parte da coordenação geral do programa (igualmente sem maiores motivações aparentes), ficando as atividades a cargo de uma segunda empresa. Por fim, há um “Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas”, o qual revela que os espólios foram enviados para o Museu Municipal “José Raphael Toscano”, localizado na cidade de Jaú — SP. Apesar da distância entre os municípios de Indaiatuba e Jaú (aproximadamente 231 km), é notável a quantidade de trabalhos que receberam apoio institucional de tal museu, somando um total de 13 programas. Não há nenhuma motivação documentada para tal escolha (haja vista que existem locais de salvaguarda mais próximos de Indaiatuba, como o Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte”, localizado na Unicamp, Campinas, cidade vizinha de Indaiatuba). Algumas possibilidades plausíveis são o valor do endosso ou os demais locais mais próximos do município sede da pesquisa não receberem mais peças por conta de a reserva técnica ter atingido a lotação máxima de material.

COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. P. 10–30. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

¹²² ARQUEOLOGIKA. **Carta Externa – Ofício de encaminhamento**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0278983. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018. Fl. 1. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017. De acordo com esse documento, o Sítio Cambará foi descadastrado e, por isso, não consta nas plataformas do CNSA e SICG.

O caso do Processo referente ao programa do *Jardim Residencial Dona Maria José* é o mais extenso entre todos os analisados, contando com um total de sete relatórios de campo, um relatório laboratorial e um relatório de “Educação Patrimonial” — a ser melhor trabalhado no capítulo subsequente. É apresentada a presença de muitos remanescentes que, no entanto, encontram-se descontextualizados, provavelmente por conta de impactos promovidos por obras anteriores, como a abertura de ruas no entorno, antigas plantações, dentre outros, conforme foi mencionado. Tal questão amplia mais ainda a necessidade de discussões em torno da necessidade de políticas públicas municipais para com obras de grande porte, inclusive em áreas fora da Área Estratégica de Interesse Histórico (AEIH), registrada no Plano Diretor de Indaiatuba, bem como a importância da execução de bons trabalhos de Mediação Patrimonial. Possibilitando, assim, que esses debates estejam em maior consonância com a sociedade.

Assim, nota-se que houve um cuidado grande nesse programa, principalmente pelo conteúdo dos relatórios produzidos pelo primeiro coordenador de campo (um ao cinco). Este aparentemente se ateve mais ao contexto e às problemáticas locais (de pouca tradição na área arqueológica, a despeito da grande alteração urbana), considerando seu apuro em coletar os materiais encontrados, mesmo com a deturpação do solo e, portanto, sem um contexto arqueológico inicialmente legível. Com esse destaque não se quer dizer que se deve sair coletando todo e qualquer material, sem traçar parâmetros mínimos. No entanto, para uma cidade sem nenhum material arqueológico pesquisado até então, faz-se importante esse trabalho para, novamente, suscitar os debates sobre a importância de políticas de proteção ao patrimônio arqueológico local junto à sociedade. Há assim chances de se encontrar sítios arqueológicos antes que fossem destruídos, mitigando a perda de parte da história local.

Tal material também poderia ser utilizado em trabalhos pedagógicos, o que ajudaria a desmistificar o pensamento euro-ocidental — e até mesmo esotérico — ou o desprezo social que insiste em pairar sobre a Arqueologia. Ainda é comum na sociedade brasileira (inclusive por parte de empreendedores) a ideia de que o dispêndio de esforço, tempo e dinheiro em um trabalho arqueológico só seria válido se fossem encontradas estruturas vultuosas ou artefatos tradicionais de alhures, como múmias, espadas e moedas de ouro (ou até mesmo algo considerado místico, como pirâmides), além, claro, do desdém pelo patrimônio, já comentado anteriormente. Parte-se daí a necessidade de haver uma decolonização e “desencantamento” do pensamento em torno da ciência e, portanto, uma conscientização acerca da importância e necessidade de preservação dos objetos que genuinamente digam respeito à produção das comunidades brasileiras, sejam elas pretéritas ou não.

O terceiro programa (*Loteamento Park Gran Reserve*) teve como resultado o recolhimento de um lítico e uma peça histórica (esta última descartada posteriormente), ambas identificadas durante a realização de caminhamentos. Sobre a análise, é dito que “[...] se tratam de peças provenientes área alheia, depositadas *in loco* pelo despejo fortuito de materiais sólidos (cascalhos e entulhos construtivos) empregados na manutenção dos acessos secundários da propriedade em períodos chuvosos, amenizando a formação de lama durante a circulação de veículos e maquinários. [...]”¹²³. É mencionado no relatório que o loteamento está localizado na área de uma antiga fazenda onde eram realizadas corridas de cavalo, sendo que seu funcionamento foi de 1970 e 2016, ano em que foi totalmente desocupada.

Durante o trabalho de campo nesse local, os pesquisadores também tiveram acesso a algumas estruturas contemporâneas referentes ao período de funcionamento da fazenda. Nesse ínterim, é dito que “No cômodo de uma das casas, havia grande quantidade de documentos e papéis alusivos ao período de funcionamento da fazenda espalhada pelo chão: livros atas, correspondências, registros de empregados, notas fiscais, entre outros, cujas datas anotadas ou carimbadas apontavam um pico de atividade entre o início da década de 1970 e meados da década de 1990”¹²⁴. Além disso, está escrito que “No porão da estrebaria haviam [sic] cômodos pertencentes a vestiários e banheiros, atulhados de velhos móveis de escritórios, sendo observado também a presença de um pódio, onde eram dadas premiações às disputas de corridas com cavalos, sendo também palco de eventos comemorativos há poucos anos antes da fazenda ser desativada, segundo informações do Sr. Edgar Martins [antigo caseiro do local]”¹²⁵.

Sobre o material encontrado, está registrado que o lítico foi igualmente enviado ao Museu Municipal “Jose Raphael Toscano”. Destaca-se aqui a preocupação com o recolhimento da ocorrência, mesmo que discreta, demonstrando a importância das pesquisas arqueológicas

¹²³ “Relatório Final — Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017, p. 11. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564832. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 10 mai. 2021. Fl. 53. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

¹²⁴ “Relatório Final — Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017, p. 11. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564832. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 10 mai. 2021. Fl. 71. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

¹²⁵ “Relatório Final — Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017, p. 14. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564832. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 10 mai. 2021. 77. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve**. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

para a cidade, principalmente no que diz respeito ao registro de trabalhos que resultaram em positivo para o encontro de material. Entretanto, não foram localizadas documentações sobre a dita fazenda no Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, tão pouco existem coleções derivadas desse local no Museu Municipal “Antonio Reginaldo Geiss” (antigo Casarão Pau Preto). Tal fator demonstra que a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba talvez sequer tenha sido comunicada sobre a existência desses documentos.

Tais arquivos e objetos seriam importantes não apenas para registro do local: uma fazenda surgida no início da industrialização de Indaiatuba, com foco em esportes realizados em montarias equinas, sendo essa a primeira atividade que tornou a cidade famosa (o primeiro campo de polo foi construído na década de 1970, e essa “tradição” começou a atrair moradores abastados para a região). Nesse sentido, seria também relevante a questão dos trabalhadores (pois muitos ainda se dedicam às funções realizadas nas fazendas equinas e campos de polo até os dias de hoje), já que é informado que dentre as documentações constavam seus registros. A comunicação da existência de tais materiais por parte da empresa responsável (e seu possível recolhimento) seria de suma importância para a conservação de parte da memória local.

O Processo referente aos trabalhos realizados no programa *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros* é atualmente composto por um projeto de avaliação de impacto, um relatório de avaliação de impacto e um “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”. Esse documento abrange o Projeto de Salvamento Arqueológico do sítio identificado, bem como um “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”. As pesquisas resultaram no cadastramento de outro sítio, nomeado como “Capivari-Mirim 01”, o qual:

[...] trata-se [de] um sítio com seu depósito claramente secundário, implantando na média vertente de uma face de colina, tem o material lítico originado sobre afloramento nas contas mais altas do sítio e depositados sobre os platôs nas áreas mais baixas. Para a delimitação em subsuperfície se utilizou o acesso da exposição de grande perfil no local, pois as intervenções logo nos primeiros centímetros já alcançavam o afloramento rochoso impedindo se aprofundar.¹²⁶

O cadastramento do Sítio Capivari-Mirim 01 não passou por nenhuma alteração, de forma que é possível encontrá-lo na base de dados da SICG. O mesmo não se pode dizer do site do CNSA, o qual, conforme já mencionado, apresenta apenas o Sítio Buruzinho em seus

¹²⁶ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 46. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

registros. Foram encontradas também quatro ocorrências arqueológicas em separado do sítio, mas que auxiliaram na contextualização das peças.

Sua característica principal é ser um sítio Pré-Colonial. Para fins de pesquisa, os arqueólogos levaram em conta apenas objetos que, a partir de 2018, remetiam a mais de 50 anos do presente, “[...] por considerar que intensa urbanização se deu a partir de 1980 para a região alterou de grande forma a superfície primitiva do terreno, impedindo o mesmo tipo de acesso a informações de cunho arqueológico”¹²⁷. Esse destaque demonstra um conhecimento da História recente local por parte dos pesquisadores, como foi mencionado. O acervo é composto por um total de 13 peças líticas, e é dito que todos os vestígios foram encontrados em superfície, apesar de terem sido feitas outras intervenções (poços-teste). A maior parte das peças mede menos de 10 cm e, para os pesquisadores, “As pequenas dimensões parecem estar associadas à disposição das rochas afloradas, reforçando a ideia de um acampamento de caça”¹²⁸. O texto segue dizendo que “O sítio tem uma relevância média no contexto regional, pois o potencial informativo é prejudicado pela deposição secundária do registro, todavia, devido ao baixo conhecimento da história Pré-Colonial da região o sítio passa ter uma relevância média. A fim de auxiliar pesquisas futuras se estabeleceu quatro (4) loci diferentes na delimitação do sítio para que se teste hipóteses específicas”¹²⁹ [grifo nosso].

Como já mencionado, o trabalho também tratou de analisar os ecofatos, sobretudo a flora local, mas também a oferta de material lascável de qualidade contidos em alguns espaços, o que ajudou na conclusão acerca da possível utilização do sítio:

Pelas condições da geográfica do local [sic] a principal hipótese é se tratar de uma área de sítio acampamento para captação de recursos. Principalmente de caça, pois a área possui um espaço contido pelos vales e charcos que se formam no local que

¹²⁷ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 53. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹²⁸ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 51. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹²⁹ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 51. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

associados com a presença de afloramento rochoso se tornar mais atrativo por ter como se processar o caça [sic] ainda no local do abate.¹³⁰

Além disso, é dito que há uma relação direta entre as áreas de ocorrência e um braço do canal de drenagem, responsável pela formação do córrego Capivari-Mirim¹³¹: “O que diferencia as quatro áreas de ocorrência arqueológica em relação ao sítio arqueológico é a densidade do pacote de rochas ofertadas, uma vez que o sítio encontra-se sobre um afloramento rochoso mais espesso que os analisados anteriormente, inclusive sendo intransponível em vários pontos”¹³². Também foram coletadas informações orais, as quais narram a existência de construções referentes à benfeitoria de uma fazenda de criação de gado, existente já em período industrial e que, portanto, não foram estudadas¹³³. Para os pesquisadores, não houve deposição casual do material encontrado na área, sendo proveniente dos respectivos locais onde foram localizados.

No caso desse relatório, foi possível para os pesquisadores extrair maior número de informações sobre o material, que, somados aos estudos acerca da paisagem local, possibilitaram o vislumbre de um contexto arqueológico. Foi ressaltada a importância da existência de um sítio, por menor que pareça ser¹³⁴, para a contextualização local. Essa atenção dada à cidade é de suma relevância para a abertura de debates acerca do tema, tanto com a sociedade como para com a comunidade acadêmica. Além disso, prova a importância da

¹³⁰ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 210. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹³¹ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 219. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹³² GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 219–220. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹³³ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 53. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

¹³⁴ A maioria dos relatórios analisados adota que o padrão para uma área ser considerada sítio arqueológico é que haja, no mínimo, a localização de 10 itens.

documentação aqui analisada como possível fonte histórica. A coleção formada pelos artefatos encontrados nessa pesquisa foi inicialmente depositada no Museu Municipal “José Raphael Toscano”. Entretanto, por questões de espaço físico, foi comunicado por meio do encaminhamento do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico” (datado de 09/04/2019) que o endosso institucional passaria para o Museu Municipal Elisabeth Aytai, localizado em Monte Mor — SP, que, como foi dito, dista a cerca de 23 km da cidade de Indaiatuba ¹³⁵.

A documentação “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico” foi encontrada apenas em um Processo (*Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*), por conta da apresentação do registro de um sítio arqueológico. Da mesma forma, o “Relatório Integrado de Educação Patrimonial” foi encontrado apenas em um Processo (*Jardim Residencial Dona Maria José* — o qual inicialmente também apresentou o registro de um sítio; o *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, até o presente momento, conta apenas com o “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”). De modo que a realização da prática da chamada “Educação Patrimonial”, e, portanto, das documentações supracitadas, estão aparentemente atreladas ao encontro de sítios arqueológicos, apesar da Instrução Normativa nº 001/2015 não designar isso, o que possibilitaria a realização de tais atividades de gestão do patrimônio arqueológico também com ocorrências fortuitas (bens arqueológicos móveis e/ou imóveis).

Conforme já mencionado, a contextualização histórica local é importante para o estudo arqueológico, e esse trabalho pode incluir o recolhimento de depoimentos, lançando mão, assim, do uso da História Oral para a concretização da pesquisa. Boa parte dos relatórios menciona pequenas entrevistas realizadas com pessoas que vivem ou trabalham na circunvizinhança do empreendimento. Porém, apenas um Processo traz informações mais densas sobre comunidades e cultura locais. No Processo referente ao programa *Loteamento Recanto dos Lagos* há um documento nomeado *Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na Área de Influência Direta — AID e Área de Influência Indireta (AII)*. Nesse relatório é proposto

[...] apresentar os paradigmas teórico metodológicos empregados para realização da coleta dos dados empíricos referentes aos bens Tombados, Valorados, Registrados e Inventariados identificados no município de Indaiatuba-SP, bem como o

¹³⁵ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019. P. 1, 2, 104. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018.

posicionamento quanto à avaliação de impactos incididos sobre os mesmos frente ao empreendimento “Parque Residencial Recanto dos Lagos, no município de Indaiatuba/SP”.¹³⁶

A obrigatoriedade desse relatório se deu pois, na Ficha de Caracterização de Atividades do IPHAN, protocolada pela empresa responsável, foi apontada a existência de “Bens culturais imateriais registrados como patrimônio cultural do Brasil” na região, a saber: Jongo, Ofício dos Mestres de Capoeira, Roda de Capoeira e Fandango Caiçara; sendo que no município, em particular, foi destacado apenas o Jongo. A avaliação de impacto aos bens acautelados de âmbito federal (não arqueológicos) é prevista na IN-001/2015, como forma de tentar assegurar proteção às comunidades e às práticas culturais existentes na ADA e/ou na AID do empreendimento. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo (entrevistas) acerca do Jongo e da Capoeira (apesar desta não ter sido destacada no TRE como atividade realizada em Indaiatuba), onde

Considerou-se, neste sentido, não somente a identificação das referências culturais, mas, também, a avaliação dos possíveis impactos porventura existentes sobre as mesmas e, se necessário, levantar proposições de medidas mitigadoras. Constatou-se, contudo, a existência das manifestações culturais associadas ao Jongo Filhos da Semente e cinco grupos de capoeira (Grupo de Capoeira Guerreiros dos Palmares; Grupo de Capoeira Centro Cultural Legado Negro; Grupo de Capoeira Maya; Grupo de Capoeira Uasambê; e Grupo de Capoeira Zabelê Bonfim). Os estudos foram direcionados para essas referências, onde se pesquisaram os contextos (históricos e espaciais) e caracterizações históricas, as trajetórias de vida junto às manifestações. [...] Assim, sobre os impactos e ameaças direcionadas às referências culturais levantadas, considera-se, neste sentido, que nenhum dos bens levantados sofrerá impactos ou interrupções de suas continuidades e reproduções por parte da construção e implantação do Parque Residencial Recanto dos Lagos. Isto fica evidente ao observar os distanciamentos entre o empreendimento e lugares de manifestação das referências culturais, que se concentram no contexto urbano de Indaiatuba-SP.¹³⁷ [grifo do autor]

¹³⁶ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na área de influência direta – AID e área de influência indireta (AII) do Parque Residencial Recanto dos Lagos, no Município de Indaiatuba/SP.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1254446. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 13 jun. 2019. P. 10. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos.** NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília.

¹³⁷ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na área de influência direta – AID e área de influência indireta (AII) do Parque Residencial Recanto dos Lagos, no Município de Indaiatuba/SP.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1254446. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 13 jun. 2019. P. 65–66. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos.** NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília.

Como as práticas culturais não seriam afetadas, “[...] considerou-se que não houve a necessidade de propor planos de medidas mitigadoras para salvaguarda dos mesmos”¹³⁸. De modo que não foram realizadas ações de salvaguarda dos patrimônios imateriais supracitados e tão pouco foi executada uma proposta de “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”.

Posto isso, considera-se que tanto a protocolização dos bens culturais imateriais na FCA quanto a execução de um relatório específico são documentações relevantes para as discussões acerca do patrimônio cultural de Indaiatuba. Entretanto, apesar do empreendimento não afetar diretamente o andamento dos grupos mencionados, considera-se que teria sido de suma relevância a realização de uma Mediação Patrimonial, visando que a sociedade local fosse colocada a par de tais discussões. Há no município a Comunidade Negra de Indaiatuba (CONI), a qual “[...] mantém viva as tradições culturais africanas e afro-brasileiras, bem como, combate todo o tipo de discriminação racial. Além de fomentar a participação da população negra em todos os âmbitos da sociedade” (CONI, [s.d.]), tendo sido mencionada apenas como local onde alguns dos grupos atuam. Ademais, observou-se que os pesquisadores realizaram visitas técnicas a instituições públicas, como a Secretaria Municipal de Cultura e a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. No entanto, tais visitas se resumiram apenas à realização de coleta de dados acerca da cultural imaterial local. De forma que se considera que a pesquisa teria sido mais frutífera se houvessem parcerias entre a empresa e as instituições, gerando, assim, algum projeto de divulgação e sensibilização em conjunto com a sociedade, por mais simples que fosse. As FCAs referentes aos Processos *Terminal Intermodal Pimenta*, *Loteamento HM 41*, *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso* também apresentam ocorrências dos “Bens culturais imateriais registrados como patrimônio cultural do Brasil” na região. Contudo, não foi exigido no TRE, por parte do IPHAN, relatórios específicos sobre o tema.

Por fim, o programa *Terminal Intermodal Pimenta* foi o último Processo analisado que apresentou recolhimento de cultura material. O relatório aponta para o encontro de uma pequena peça lascada, proveniente de coleta de superfície, tendo sido cadastrada como Bem Arqueológico Móvel “Área de Ocorrência Arqueológica Discreta (AOA-1) — Terminal Intermodal Pimenta”, “[...] coletada entre uma estrada rural e nos aterros do domínio da

¹³⁸ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na área de influência direta – AID e área de influência indireta (AII) do Parque Residencial Recanto dos Lagos, no Município de Indaiatuba/SP.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1254446. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 13 jun. 2019. P. 66. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos.** NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília.

Ferrovia”¹³⁹. Foram realizadas também intervenções no subsolo, porém a falta de material encontrado pode ser justificada pela

[...] intensa atividade antrópica que este compartimento topográfico caracterizado como várzea sofreu nos últimos anos, com profundas movimentações de solo provocadas pela construção de tanques para o cultivo de arroz irrigado, canais de irrigação, cavas de exploração de areia e argila e posteriores aterros realizados com rejeito da mineração e também com material construtivo contemporâneo, no decorrer de obras de reconstituição ambiental.¹⁴⁰

Entretanto, é possível vislumbrar novamente a importância que ocorrências, mesmo que discretas, podem ter para um contexto em que há poucas evidências materiais descobertas. A equipe também realizou entrevistas com o intuito de saber se a população dos arredores tinha conhecimento de algum outro sítio. No caso, todos os entrevistados mencionaram apenas a existência das ruínas da antiga Estação Ferroviária Pimenta, pertencente à Ferrovia Ytuana e datada de 1873¹⁴¹. É salientado, no entanto, que essa construção não é de propriedade da empresa contratante, tendo sido recomendada a sinalização da Estação por meio de uma placa. A placa foi de fato confeccionada, porém, ela continha informações errôneas, tendo sido retirada em seguida a mando do IPHAN (esse assunto será melhor trabalhado no capítulo subsequente). Novamente, é dito que a ocorrência encontrada foi enviada para o Museu Municipal de Monte Mor. Essa alteração de instituição de apoio (seguida também pelo programa do *Loteamento HM 41*) pode ser considerada como positiva por conta da proximidade de Monte Mor com a cidade sede dessas escavações. É possível promover Ações Patrimoniais contextualizando o município em conjunto com outras peças da região enquanto não houver

¹³⁹ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019. P. 63. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta.** NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

¹⁴⁰ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019. P. 62. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta.** NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

¹⁴¹ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019. P. 51–56. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta.** NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

uma instituição de salvaguarda em Indaiatuba. A proximidade também facilitaria a visita de grupos (escolares ou não), bem como de visitantes espontâneos provenientes de Indaiatuba.

De modo geral, todos os programas consideraram as respectivas ADAs e AIDs como potenciais áreas de sítios e ocorrências arqueológicas, por conta de a cidade estar rodeada de sítios arqueológicos registrados no IPHAN — somado aos dados históricos, orais, culturais e geográficos regionais. Assim, por norma, é recomendado que as empresas responsáveis pelos empreendimentos fiquem em alerta e, caso surja alguma evidência, contactem imediatamente o IPHAN (fator que não ocorreu em nenhum caso analisado). Em paralelo, são feitas as atividades de “Educação Patrimonial”, como modo de mitigar a destruição de sítios arqueológicos.

De todos os programas estudados, é preciso destacar um caso específico que se evidencia em diversos sentidos. No Processo do *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, no relatório referente à *Avaliação Arqueológica Rápida/AAR (Vistoria não interventiva) — Ramal de Linha de Transmissão de 138 kV* (2005), é recomendado o aprofundamento das pesquisas, haja vista que foram encontradas ocorrências e um bem cultural — gerando o registro de um sítio arqueológico (Buruzinho). A pesquisa de avaliação e resgate foi realizada em 2014, como mencionado; entretanto nela o potencial da área é negado, considerando “O meio físico-biótico [que] não contém geoindicadores arqueológicos de sítios indígenas georreferenciáveis em escala local, embora se note sua presença em escala regional”, apesar de ser mencionado que o “[...] meio sociocultural apresenta indicadores histórico-arqueológicos georreferenciáveis em escala local”¹⁴². Além disso, é notável a exclusividade dada aos “sítios indígenas” (assim categorizados pelo pesquisador em questão), sendo que o primeiro trabalho arqueológico encontrou ocorrências históricas e um bem cultural também histórico. Essa não é a única problemática referente a esse Processo, a ser melhor discutido na sequência. Assim, pode-se considerar que o território de Indaiatuba, de modo geral, é uma possível potência para achados arqueológicos, não sendo um campo vazio e “sem História”, não se diferenciando do resto do estado paulista. Por fim, nenhum relatório apresentou possíveis ações políticas que foram adotadas, motivadas pelas escavações ou por projetos de “Educação Patrimonial”.

¹⁴² “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico — Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova”, 2014, p. 15. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761327. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fl. 77. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

Ainda sobre a questão dos sítios e ocorrências na cidade de Indaiatuba, há um ponto relevante a ser tratado, que versa sobre a falta de achados e, portanto, à “falta de história” local. No projeto referente ao Processo do *Loteamento Jardim Casablanca*, apesar de não terem sido registradas ocorrências, há uma passagem que reflete a potencial situação de Indaiatuba (e possivelmente de outras cidades), a saber:

No levantamento efetuado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – SGPA, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (CNSA/SGPA/IPHAN), há registro de sítios arqueológicos identificados para Indaiatuba e seus municípios limítrofes (ver Figura 2–3 e Quadro 2–1 a seguir) e ocorrem notícias da incidência de achados em áreas próximas; muito embora, para alguns municípios, a não presença de sítios ou achados sugere apenas a ausência de pesquisas na região e não uma menor densidade de registros.¹⁴³ [grifo nosso].

A parte destacada versa sobre as poucas pesquisas realizadas em algumas regiões. Embora Indaiatuba seja alvo de trabalhos arqueológicos — intensificados desde 2017 — fica claro, a partir da documentação analisada, que a maioria dos perfis e contextos já foram revolvidos e muitas vezes até destruídos. E diversas obras de grande porte já haviam sido realizadas antes mesmo da promulgação da IN-001/2015 (haja vista a profusão de condomínios fechados que existem no município, grandes áreas de agropecuária e outras obras de infraestrutura urbana que poderiam estar inseridas nas exigências), sem, no entanto, terem sido realizados trabalhos arqueológicos antes dessas construções. Ou seja, talvez a principal motivação para a ausência de sítios ou achados na cidade seja pela falta de pesquisas — ou de pesquisas melhor estruturadas. Afinal, quase toda a documentação analisada concorda com a possibilidade do território indaiatubano apresentar potencial para se encontrar evidências arqueológicas. Claro que não se pode pressupor que seja apenas esse o motivo de não se encontrar cultura material em um local, não podendo ser descartadas as possibilidades de furto, mudança de local, alteração de contexto ou destruição proposital de sítios e ocorrências.

Assim sendo, de modo geral, todo projeto/relatório manifestará problemáticas em certo nível, o que pode ser considerado um padrão no que diz respeito à produção de documentos. No entanto, é possível que alguns Processos apresentem questões que possam estar vinculadas com aspectos políticos e/ou econômicos. Como exemplo, o caso já destacado do Relatório de

¹⁴³ CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Projeto Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0718881. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data de documento: ago. 2018. Data de registro: 13 set. 2018. P. 17. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova, datado de 2014. A abordagem teórico-metodológica utilizada em tal trabalho foi a da Arqueologia de Paisagem e Geomorfologia, a qual a empresa defende o uso durante toda a escrita. Entretanto, há diversas problemáticas (além das já pontuadas) em torno do trabalho em si. O primeiro relatório produzido para as obras data de 2005, no qual consta que foram encontrados um sítio arqueológico (Sítio Buruzinho, já mencionado), quatro ocorrências e um bem cultural (correspondente à antiga linha de ferro Sorocabana). Esses materiais não foram analisados ou resgatados (quando possível) por se tratar de uma *Vistoria não Interventiva*, tendo sido apenas registrados na ocasião. Entretanto, no Relatório Final datado de 2014, realizado por outra empresa, é dito que nenhum espólio fora encontrado. De modo que se justifica uma análise mais exaustiva sobre o caso como exemplo.

Na ocasião da produção do relatório em 2014, conforme mencionado, o pesquisador responsável se ateve apenas às teorias da Arqueologia de Paisagem e Geoambiental. Segundo o memorial descritivo, o procedimento adotado nas 14 posições georreferenciadas foi realizado por meio “observações espontâneas e induzidas”, não tendo sido efetuadas sondagens ou outros procedimentos invasivos, justamente pela adoção única do modelo de Arqueologia Geoambiental ¹⁴⁴, o que resultou no não encontro dos espólios acima mencionados. Essa demanda, dentre outras, foi questionada por meio do Parecer Técnico nº 259/2017, realizado pela Superintendência do IPHAN em Sergipe ¹⁴⁵, onde foi destacado que:

Aplicam, como metodologia de campo, a denominada “Arqueologia Geoambiental”, que basicamente sintetiza as práticas consolidadas da Arqueologia da Paisagem com a Geoarqueologia, resultando em uma visão mais ambiental da arqueologia, e não tanto material. Tal modificação ocorreu em função de um citado “replanejamento” sobre o qual não há definições e motivações claras. Em suma, refizeram o Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo [trabalho já realizado em 2005], não abordando (pesquisa interventiva), até onde foi possível observar no relatório, os contextos subsuperficiais das áreas indicadas em um primeiro momento. ¹⁴⁶

¹⁴⁴ “Diagnóstico e avaliação estratégica conclusiva da situação do patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pela construção do Ramal 138 kV e Subestação Indaiatuba Nova, municípios de Campinas e Indaiatuba SP”, 2014, p. 25–26. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761327. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fls. 87–88. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁴⁵ Em 2017 foi solicitado que o IPHAN de Sergipe auxiliasse na análise de Processos de licenciamento ambiental que vigoravam pelo IPHAN SP. Dentre eles, constava o Processo em questão.

¹⁴⁶ “Parecer Técnico nº. 259/2017 — IPHAN/SE”, 2017, p. 2. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761344. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fl. 24. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

São apontadas também a falta da menção da antiga linha férrea sorocabana, revelada em 2005, bem como a problemática do trabalho de “Educação Patrimonial”, o qual não foi realizado com a comunidade diretamente afetada e sequer foi convenientemente apresentado (questão a ser debatida no próximo capítulo). O pesquisador então escreveu uma carta em resposta ao Ofício 378/2017, datada de 20/01/2020, no qual continha o seu parecer. Nela é reportado que houve uma reunião realizada em 2014 entre o empreendedor e o IPHAN, onde ficou acertada “[...] a execução de uma vistoria não interventiva pós-obra para constatar e avaliar possíveis interferências no patrimônio arqueológico na ADA do empreendimento” ¹⁴⁷. Tal informação teria sido relatada ao pesquisador, pois não foi produzida uma ata na mencionada reunião. Sobre a questão metodológica, o pesquisador retorna

[...] ao projeto que fora encaminhado à aprovação do Iphan em novembro de 2008, com portaria de permissão de pesquisa emitida no mês seguinte. A suspensão temporária do processo de licenciamento ambiental, bem como sua retomada pela equipe então atuante na empresa, acabou por afetar o prosseguimento dos estudos de arqueologia previstos no projeto, inclusive no que concerne às práticas metodológicas, pela falta de compatibilização entre ambas as agendas. É fato que, para melhor encaminhar a solução da questão, o acerto entre a equipe da CPFL e os técnicos do Iphan então atuantes, previu a realização de uma vistoria não interventiva pós-obra para constatar e avaliar possíveis interferências no patrimônio arqueológico na ADA do empreendimento. ¹⁴⁸ [grifo nosso].

Acerca do potencial arqueológico da região, o pesquisador justifica que, considerado em escala regional, o potencial é, em geral, significativo; no entanto, ainda de acordo com ele, há

[...] ausência de geoindicadores ¹⁴⁹ arqueológicos mapeáveis em escala local na ADA do empreendimento e isto foi constatado nos trabalhos de campo que geraram o

¹⁴⁷ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 2–3. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁴⁸ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 3. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁴⁹ “Os geoindicadores são medidas (magnitudes, frequências, taxas e tendências) de processos geológicos e fenômenos que ocorrem na/ou próximo da superfície terrestre e estão sujeitos a mudanças, que são significativas para o entendimento das alterações ambientais num período de cem anos ou menos. São medidas de alta resolução em curto prazo, dominantemente mudanças não-biológicas em ambientes geológicos, que podem causar perturbações irreversíveis ao ecossistema numa escala ou outra. Estão incluídos tanto alterações rápidas (eventos

relatório objeto de análise na SE/IPHAN/SE ¹⁵⁰. Talvez tivesse sido necessário mais bem explicar esta situação. A própria geometria do empreendimento, onde as praças de trabalho ocupam topos e altos topográficos, interfere menos em eventuais sítios arqueológicos, considerando que, localmente, os topos tendem a apresentar potencial arqueológico menos significativo. ¹⁵¹ [grifo nosso].

E segue:

Adicionalmente registro outro fator de grande importância, em se tratando das práticas arqueológicas no interior paulista, hoje, literalmente, um “mar de canaviais”. O estado de preservação de perfis topomorfológicos regionais deixa muito a desejar em termos de conservação de registros arqueológicos estratificados, o que mexe com o potencial de materiais arqueológicos enquanto documentos passíveis de leitura e interpretação. A área percorrida pelo empreendimento padece desse mal (na perspectiva das salvaguardas do patrimônio arqueológico). ¹⁵² [grifo nosso].

Em seguida é destacado um trecho da Portaria nº 316, de 04 de novembro de 2019 (IPHAN, 2019), art. 6.1, onde é dito que “A identificação e o reconhecimento se dão para fins específicos da portaria”, sendo que no art. 6.2 alega-se que, para que um sítio arqueológico seja assim definido, é necessária que haja contextualização como condição fundamental “[...] somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos”. Assim, os chamados achados fortuitos (ou sem contextualização) serão considerados “bens arqueológicos móveis” ¹⁵³. O pesquisador segue então na defesa da eficácia da metodologia adotada em campo (Arqueologia Geoambiental), conforme as diretrizes combinadas na dita reunião realizada entre o IPHAN e o empreendedor, a qual teria lugar no ano de 2014. Por fim, o pesquisador apresenta justificativas quanto à questão apontada sobre o projeto de “Educação Patrimonial”, a ser melhor analisada no capítulo quatro.

catastróficos) como processos mais lentos, que são geralmente evidentes na escala de vida humana (Berger & Iams, 1996).” (HIRAI; AUGUSTO FILHO, 2008, p. 36).

¹⁵⁰ Rememorando que o relatório mencionado foi analisado, juntamente com outros, pela Superintendência do IPHAN de Sergipe, a pedido da Superintendência do IPHAN de São Paulo.

¹⁵¹ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 3–4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵² JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵³ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

O segundo parecer sobre o projeto (nº 251/2020, IPHAN-SP, de 18/12/2020), leva em consideração toda a documentação envolvida, inclusive a carta supracitada e o relatório referente ao ano de 2005 — o qual fora anexado à árvore de Processos apenas em 17/03/2020. Nele o parecerista é mais incisivo, iniciando o documento alegando que a proposta será analisada com base Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, no art. 5 da Portaria SPHAN nº 07/1988, dentre outros temporalmente críveis com o relatório produzido em 2014 (pois o pesquisador na carta havia evocado uma Portaria expedida em 2019 (IPHAN, 2019), sendo a citação, portanto, anacrônica). É apontado que, no relatório de 2005, foram identificados um sítio arqueológico, quatro ocorrências e um bem cultural, com apresentação de fotos, descrições e posições georreferenciadas, bem como a ficha do CNSA para cadastro do Sítio Buruzinho. E segue: “Ao final do relatório, é recomendado o aprofundamento das pesquisas envolvendo a realização de prospecções sistemáticas de subsuperfície, bem como um programa de resgate e documentação do patrimônio detectado”¹⁵⁴.

Em seguida, foram analisados pelo parecerista o projeto *Avaliação e resgate do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela implantação do ramal de 138 kV e Subestação Indaiatuba Nova*, protocolado em novembro de 2008, e o relatório *Diagnóstico e avaliação estratégica conclusiva da situação do patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pela construção do ramal 138 kV e Subestação Indaiatuba Nova*, protocolado em abril de 2014. Vale lembrar que o empreendimento já havia sido instalado quando da vistoria mais recente¹⁵⁵. Nesse sentido, o parecer aponta para as discrepâncias existentes entre os dois documentos, com destaque para o que diz respeito aos achados, onde no Programa de 2005 é dito que seria necessária a “[...] a aplicação de procedimentos invasivos para melhor avaliar a situação” e que a “[...] avaliação na fase de licença prévia apontou para a necessidade de planejamento e execução de levantamento arqueológico prospectivo, por meio da execução de sondagens controladas no solo ou em pacotes sedimentares mais profundos. (p. 20)”¹⁵⁶ [grifo

¹⁵⁴ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 6. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵⁵ “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico — Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova”, 2014, p. 15. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761327. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵⁶ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 7. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela**

do autor]. No mesmo projeto, a área fora também apontada como forte potencial arqueológico, sendo que nesses casos o trabalho de monitoramento arqueológico “[...] é aconselhável ou, por vezes, praticamente obrigatório, nas seguintes situações: em empreendimentos lineares como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão e rodovias; [...]’ (p. 21)”¹⁵⁷ [grifo nosso], mesmo que na prospecção (que não houve) se revele negativa a presença de cultura material.

No que diz respeito ao relatório (2014), o parecerista destaca inicialmente a seguinte passagem: “‘Daí se entender que, de fato, tratava-se de ocorrências arqueológicas discretas, desprovidas de significância científica para a recomposição dos sistemas regionais de povoamento.’ (p. 9)”¹⁵⁸ [grifo do autor], acerca dos materiais encontrados em 2005 pela outra empresa. Em seguida é apontada a questão de que, em outro Processo de licenciamento, também houve menção à reunião que teria ocorrido em 2014 entre o IPHAN e a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), onde fora decidido pela vistoria não interventiva em ambas as obras, sendo que no caso de Indaiatuba o parecerista destaca o relato de que foi feito pelo pesquisador sobre o “[...] reconhecimento de campo, da paisagem e do terreno (p. 13)”¹⁵⁹ [grifo do autor], e menciona em seu parecer um trecho do relatório que diz:

“Conforme acordo definido entre o empreendedor e o IPHAN, uma vistoria e levantamento extensivo foram executados, de modo a preencher eventuais lacunas relacionadas com os procedimentos de campo anteriormente adotados. Nova constelação de posições georreferenciadas foi definida, de modo a cobrir novos locais, com o empreendimento já instalado. Considerando que a maior parte das torres se implantou em altos topográficos ou altas vertentes, verificou-se a presença de solos eluviais, assim caracterizados quanto aos aspectos geoarqueológicos: a) em altos topográficos e na presença de solos eluviais – originários da decomposição da rocha in situ –; neste nível topomorfológico predominam episódios erosivos. – nesta situação, se presentes, os materiais tenderiam a se manter na cota zero e o procedimento invasivo se restringiu à limpeza da superfície do solo para permitir a

Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵⁷ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 7. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵⁸ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fls. 7–8. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁵⁹ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 8. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

correta leitura de indícios ou evidências antrópicas significativas para o registro arqueológico.” (p. 15).¹⁶⁰ [grifo do autor].

Já acerca da segunda ida ao campo, o parecerista destacou a parte do relatório em que foi dito que “[...] o trabalho de campo consistiu em levantar e vistoriar os locais das torres de transmissão de energia elétricas já instaladas [...]” [grifo do autor]¹⁶¹, o qual teria resultado em diagnóstico negativo de material arqueológico. Dado esse fator, o arqueólogo responsável pelo trabalho de campo apontou que não mais se sustentavam os pontos georreferenciais contidos no relatório de 2005. O parecerista então destaca o seguinte trecho da carta externa enviada pelo pesquisador:

“Todos os procedimentos de campo foram georreferenciados, de modo a permitir a sua localização e contextualização espacial, otimizando as interfaces com as interpretações temáticas envolvendo as subdisciplinas geoarqueologia e arqueologia da paisagem. É o que foi feito nesta oportunidade, para a consolidação final da avaliação estratégica da situação do patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pelo empreendimento.” (p. 16).¹⁶² [grifo do autor].

E segue dizendo sobre os 14 pontos vistoriados já mencionados onde é citado que “[...] foram realizadas apenas observações espontâneas e induzidas e fotos do registro dessas atividades”¹⁶³ [grifo do autor].

Assim, é destacado novamente que o relatório resultou negativo para a presença de cultura material na ADA. Em seguida foi apresentado o parecer anterior (supracitado) e, posteriormente, analisada a documentação complementar (Carta Externa em Resposta ao Ofício 378/2017), pontuando os itens já mencionados anteriormente. Com base nisso, é dado

¹⁶⁰ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 8. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁶¹ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 8. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁶² COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 9. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁶³ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 9. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

finalmente o parecer, no qual desconsidera para análise a reunião que teria ocorrido entre empreendedor e IPHAN, por não terem produzido ata ou qualquer documentação acerca dela. Assim é concluído o documento:

Tendo em vista:

I – O alto potencial arqueológico da ADA, evidenciado no primeiro relatório de vistoria não interventiva, o qual resultou na identificação de um sítio arqueológico, quatro ocorrências e um bem cultural;

II – A avaliação na fase de licença prévia que apontou para a necessidade de planejamento e execução de levantamento arqueológico prospectivo, por meio da execução de sondagens controladas no solo ou em pacotes sedimentares mais profundos;

III – O não encontro dos materiais arqueológicos na posição georreferenciada, durante segunda vistoria não interventiva e o apontamento da necessidade da aplicação de procedimentos invasivos para melhor avaliar a situação;

IV – O registro do Sítio Arqueológico Buruzinho no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, sob o número SP01039, na área de implantação do Ramal 138 kV, objeto deste processo de licenciamento;

V – A informação no relatório final sobre o não encontro de vestígios no local indicado deste sítio, porém, sem que tenha ocorrido a execução do plano proposto no projeto de pesquisa;

Recomendamos:

1. A realização de prospecção de subsuperfície nas áreas ao redor das torres instaladas para sustentar o Ramal 138 kV;
2. A realização de prospecção de subsuperfície nas áreas ao redor da Subestação Indaiatuba Nova;
3. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificado o Sítio arqueológico Buruzinho;
4. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificada a ocorrência lítica L-1;
5. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificada a ocorrência lítica L-2;
6. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificada a ocorrência histórica H-1;
7. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificada a ocorrência histórica H-2;
8. A realização de prospecção de subsuperfície na área onde foi identificado o bem cultural – Ramal da Linha Férrea Sorocabana;
9. A solicitação ao CNA da exclusão do cadastro do Sítio Arqueológico Buruzinho no CNSA, acompanhada de justificativa, caso a prospecção interventiva de subsuperfície na área indique que, de fato, ele não existe;
10. O envio dos arquivos geoespaciais (shapefile) da ADA – Área Diretamente Afetada, composta pelo Ramal 138 kV, com 19,84 km de extensão e pela Subestação Indaiatuba Nova para se evitar a sobreposição com áreas que foram cadastradas na base de dados georreferenciada do IPHAN posteriormente ao início do processo de licenciamento deste empreendimento.¹⁶⁴

¹⁶⁴ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020. Fl. 12. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

Esse estudo de caso, apesar de exaustivo, é extremamente importante no que diz respeito a servir de exemplo. A despeito dos demais apresentarem problemáticas (inclusive quanto à “Educação Patrimonial”, a ser tratada em item posterior), o relatório referente à *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* se destaca nesse sentido negativo. Primeiramente, no decorrer do relatório, percebe-se que há notória ausência de datas acerca do andamento das pesquisas, o que pode suscitar dúvidas sobre os trabalhos realizados. O problema de incompatibilidade de agendas, no caso, não deveria ser um empecilho para a realização dos trabalhos de forma séria, levando a uma problemática mais alarmante ainda, que é o fato de terem finalizado as obras antes da realização dos estudos. A despeito das obras de torres de transmissões não parecerem tão invasivas, sempre haverá o revolvimento do solo, podendo haver pequenas instalações temporárias para a realização das obras, além da possibilidade de se alterar o contexto propositalmente, impossibilitando, assim, o achado de espólios arqueológicos.

Sobre a questão da metodologia adotada, aqui não se descarta de forma alguma a importância das teorias de Arqueologia de Paisagem ou “Geoambiental” (independentemente do nome utilizado). Porém, não se pode embasar toda uma pesquisa arqueológica, metodologicamente falando, apenas nesses fatores, por muitas vezes ignorar subjetividades¹⁶⁵ (sobretudo se já há indícios da existência de material — no caso, inclusive um ramal de linha férrea e um sítio registrado). Seria necessário também realizar um trabalho de busca com procedimentos invasivos (inclusive conforme sugestão/ordem do próprio IPHAN), independentemente do local onde o material estaria localizado. Nesse sentido, outro ponto que vale destaque é sobre os achados fortuitos (ou “bens arqueológicos móveis”), os quais podem e devem ser levados em consideração e, se possível, recolhidos para salvaguarda. Conforme mencionado, ainda existe o espectro de que o trabalho arqueológico só serve para achados vultosos, fator que não deveria deslumbrar também pesquisadores. Porém, para uma cidade onde não há qualquer política de preservação arqueológica (fato já citado), poderia ter sido um primeiro passo em direção a avanços nesse sentido, sobretudo por se tratar de um dos trabalhos iniciais registrados na cidade.

¹⁶⁵ “Segundo Llobera (2000), indubitavelmente as abordagens da arqueologia da paisagem incorporam importantes avanços teóricos que têm deixado os arqueólogos sensíveis aos intrincados elementos do espaço, mas estes avanços não estão livres de deficiências. A principal dela é a pouca importância que se tem dado a processos de percepção, movimento e interação [...]. Os modelos tradicionais de site catchment, por exemplo, tentam impor uma geometria cartesiana, abstrata e atemporal sobre uma realidade que é fundamentalmente reflexiva, subjetiva e contingente. O espaço nesses casos é visto como uma entidade puramente física, separada do tempo e expressa como um valor absoluto. Sabemos que o espaço é na realidade um conceito cartesiano neutro, mas é socialmente construído.” (PELLINI, 2007, p. 23–24).

Em menção à Portaria nº 316, de 04 de novembro de 2019, é dito na Carta Externa que “A identificação e o reconhecimento se dão para fins específicos da portaria”, sendo que no art. 6.2 alega-se que, para que um sítio arqueológico seja assim definido, é necessária que haja contextualização como condição fundamental “[...] somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos”, visto que os achados fortuitos (ou sem contextualização) serão considerados “bens arqueológicos móveis”¹⁶⁶. Porém, o relatório não fez correlação com quaisquer outras documentações, não foi apresentado levantamento do histórico local e não há trabalho de pesquisa oral descrito. Além disso, o relatório foi produzido cinco anos antes da expedição de tal Portaria, sendo de qualquer forma infrutífera a menção de tal documento como justificativa para a não preservação do sítio (aspecto inclusive apontado pelo parecerista, o qual ignorou a norma em questão para fins de análise dos documentos). Por fim, os textos em questão estão contidos nos §§¹⁶⁷ primeiro e segundo do art. 7 da respectiva Portaria, e não no item “6.2”, conforme mencionado na carta.

Finalmente, mas não menos importante, não houve nenhuma alusão sobre parceria ou comunicação com a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, ou qualquer outra instituição municipal. Há problemáticas também quanto ao trabalho de “Educação Patrimonial”, tema a ser discutido no próximo capítulo. Vale ressaltar que até a data de 01/12/2022 não houve nenhuma outra indexação à árvore de processos¹⁶⁸. Todas essas questões são importantes de se atentar em um trabalho de Arqueologia em Obras de Engenharia, evitando, assim, a

¹⁶⁶ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁶⁷ A duplicação do símbolo “§” indica que são mencionados dois parágrafos, e assim sucessivamente.

¹⁶⁸ Constatou-se que em 16/02/2022 foram anexados novos documentos à árvore de processos, a saber: “Protocolo Digital”, “Projeto Prospecção Arqueológica Ramal LT Indaiatuba”, “Anexo Documentação Complementar” e “E-mail”. Porém, por uma questão de organização do presente texto, e pelo fato das demais documentações (como pareceres), ainda não terem sido indexadas, essas documentações não foram objeto de análise no texto final. Em breve análise realizada no relatório, constatou-se que nenhuma das ocorrências (inclusive o antigo ramal da linha férrea) foram encontradas. Todas as evidências apontadas no relatório referente à *Avaliação Arqueológica Rápida/AAR (Vistoria não interventiva)*, realizado em 2005, foram então fotografadas e documentadas. De modo que, ao longo desse intervalo de quase 20 anos, pode ter havido interferências no Sítio Buruzinho, inclusive pelo fato das obras terem sido realizadas sem a finalização da pesquisa arqueológica. Esse fator foi evidenciado inclusive no próprio relatório: “A não identificação dos bens arqueológicos registra[sic] no ano de 2014 pode ser decorrente do longo período entre o registro e a pesquisa. Inúmeras atividades podem ter ocorrido nos locais levando ao extravio desses bens, que foram evidenciados de forma muito pontual e em baixa densidade de vestígios.” (A LASCA ARQUEOLOGIA. **Relatório Final – Prospecção Arqueológica Complementar do Ramal 138 kV e Subestação Indaiatuba**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 4057399. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: dez. 2022. Data de registro: 16 dez. 2022. P. 90. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008). De modo que é possível que com o tempo haja o descadastramento do referido sítio arqueológico.

possibilidade de destruição de algum sítio arqueológico ainda não revelado, ou até mesmo de achados fortuitos que possam ser importantes para a comunidade.

Por fim, resta tratar sobre a documentação não digitalizada. No dia 19 de setembro de 2022 foi realizada uma visita técnica ao Arquivo Textual do IPHAN na cidade de São Paulo, localizado no prédio onde funciona a Superintendência do IPHAN do respectivo estado. Na ocasião foi consultada toda a documentação disponível referente aos processos de Arqueologia em Obras de Engenharia realizados na cidade de Indaiatuba que ainda não foram digitalizados. Dentre eles, conforme mencionado na nota 85, não constavam apenas os quatro processos contidos na planilha disponível no site do CNA. Havia mais 10 processos não listados pelo CNA e três pastas extras com documentos contendo anexos referentes a outros trabalhos de Arqueologia, totalizando em 29 trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia realizados apenas em Indaiatuba no período compreendido entre 2003 e 2021. É importante lembrar que toda essa documentação é anterior à implantação do sistema SEI-IPHAN, o que justifica a sua não digitalização. Essa é realizada conforme demanda por parte dos técnicos do instituto, os quais têm acesso às documentações apenas por meio da respectiva plataforma, conforme informado em visita técnica à Superintendência do IPHAN em São Paulo. Não foram revelados os motivos que justificam a não inserção dos 10 processos extras e das pastas disponíveis no IPHAN na planilha disponibilizada no site do CNA, já que quatro Processos não digitalizados constam nela.

Assim, as documentações compreendidas foram as seguintes:

Constam na planilha disponibilizada no CNA:

16. *Prospecção e Monitoramento Arqueológico da Implantação do SDGN no Município de Indaiatuba*. Processo Iphan/SP: 01506.000001/2002–87 ¹⁶⁹ (Documentos anexados: Cartas Externas, Projeto ¹⁷⁰, Relatório e Parecer Técnico do IPHAN ¹⁷¹ — Período abrangido: 2002 a 2004);
17. *Levantamento Arqueológico na Área de Implantação de Barramento no Ribeirão Capivarimir*. Processo Iphan/SP: 01506.001549/2005–14 (Documentos anexados: Ofício, Relatório Técnico de Avaliação Arqueológica, Parecer Técnico do IPHAN e Projeto de Levantamento Arqueológico — Período abrangido: 2005);

¹⁶⁹ Nos arquivos do IPHAN, bem como em algumas documentações anexadas à pasta, o Processo consta com o número: 01506.000001/2003–37.

¹⁷⁰ Foram mantidas as classificações originais dadas aos documentos, o que justifica a não padronização em seus títulos, haja vista não haver uma padronização nos originais.

¹⁷¹ Os pareceres mencionados são referentes aos documentos que os antecedem.

18. *Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras e Implantação do Ecopátio Viracopos, Indaiatuba/SP* (aparece também com o nome *Programa de Diagnóstico Arqueológico, Prospecção Intensiva, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras de Instalação do Ecopátio Viracopos*. Processo Iphan/SP: 01506.000339/2011–49 (Documentos anexados: Programa de Monitoramento Arqueológico, Programa de Prospecção e Monitoramento — Relatório Parcial, Parecer Técnico do IPHAN, Informação Técnica, Ofício — Período abrangido: 2011 a 2013);

19. *Prospecções Arqueológicas Interventivas e Sistemáticas na Barragem Capivari — Mirim, Indaiatuba/SP*. Processo Iphan/SP: 01506.001201/2011–67 (Documentos anexados: Projeto, Relatório Final e Parecer Técnico do IPHAN — Período abrangido: 2011).

Não constam na planilha disponibilizada no CNA (disponíveis apenas no sistema interno do IPHAN):

1. *Programa de Diagnóstico Arqueológico das Obras de Implantação do Ecopátio Viracopos*. Processo Iphan/SP: 01506.002442/2010–42 (Documentos anexados: Ofícios, Programa de Diagnóstico Arqueológico e Parecer Técnico do IPHAN — Período abrangido: 2010 a 2011);
2. *Instalação do Sistema de Coleta e Afastamento dos Esgotos das Áreas Contribuintes à Margem Esquerda do Rio Jundiá — Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo*. Processo Iphan/SP: 01506.003742/2013–91 (Documentos anexados: Projeto de Arqueologia Preventiva, Parecer Técnico do IPHAN, Relatório do Diagnóstico Arqueológico Amostral, Relatório de Educação Patrimonial Continuada — Período abrangido: 2013 a 2014);
3. *Loteamento Beija-Flores*. Processo Iphan/SP: 01506.005583/2016–11 — (Documentos anexados: Ofício, FCA, TRE, Carta Externa com pedido de reenquadramento, novo FCA e novo TRE — Período abrangido: 2016 e 2017);
4. *Residencial Jardim dos Bem-te-vis*. Processo Iphan/SP: 01506.005893/2016–27 (Documentos anexados: Ofícios, FCA, Parecer Técnico do IPHAN e TRE — Período abrangido: 2016);
5. *Loteamento Residencial e Comercial — Sem Denominação*. Processo Iphan/SP: 01506.006571/2016–03 (Documentos anexados: FCA, Parecer Técnico do IPHAN e TRE — Período abrangido: 2016);

6. *Empreendimento: Conjunto Residencial Deco*. Processo Iphan/SP: 01506.006926/2016–56 (Documentos anexados: FCA, Parecer Técnico do IPHAN, Despacho, TRE, Carta Externa com pedido de reenquadramento do empreendimento, novo FCA, novo TRE — Período abrangido: 2016 a 2017);
7. *Loteamento Residencial Park Real Condomínio*. Processo Iphan/SP: 01506.006213/2017–73 (Documentos anexados: FCA, Parecer Técnico do IPHAN e TRE — Período abrangido: 2017);
8. *Loteamento Vila Ipiranga*. Processo Iphan/SP: 01506.007368/2017–27 (Documentos anexados: FCA e TRE — Período abrangido: 2017);
9. *Loteamento Jardim Residencial Belle Vista*. Processo Iphan/SP: 01506.007370/2017–04 (Documentos anexados: FCA, Parecer Técnico do IPHAN e TRE — Período abrangido: 2017);
10. *Loteamento Park Comercial e Industrial Joana Leite*. Processo Iphan/SP: 01506.007371/2017–41 (Documentos anexados: FCA, Parecer Técnico do IPHAN e TRE — Período abrangido: 2017);

Pastas extras com documentos contendo anexos de processos (sem número de processo):

1. *Ampliação da Capacidade de Recepção do Aterro Sanitário de Indaiatuba*. Indaiatuba — SP. Pta00649 Indaiatuba/ SP — 098|04 (Documentos anexados: Estudo de Arqueologia Preventiva e Ofício sobre o Parecer Técnico do IPHAN — Período abrangido: 2004);
2. *Avaliação Arqueológica Rápida/ AAR (Vistoria Não Interventiva) — Área de Lavra de Areia Industrial — Mineração Silmina Ltda. Município de Indaiatuba. Estão de São Paulo*. Pta00652 Indaiatuba/ SP — 273|06 (Documentos anexados: Projeto, Relatório e Parecer Técnico do IPHAN — Período abrangido: 2006);
3. *Diagnóstico: Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural da Área de Implantação do Jardim Residencial Quintas da Terracota, Município de Indaiatuba, SP*. Pta00656 Indaiatuba/ SP — 320|07 (Documentos anexados: Diagnóstico e Parecer Técnico do IPHAN [no Parecer foi solicitada a elaboração e realização de um Programa de Prospeções Arqueológicas Intensivas, o qual não se encontra anexado à pasta] — Período abrangido: 2007).

A análise realizada dos Processos supracitados não foi minuciosa, haja vista que o foco da presente tese foi definido com base na documentação disponibilizada na plataforma SEI-IPHAN. Entretanto, é importante levantar alguns aspectos a respeito, que ajudam a

compreender mais sobre a história da atividade arqueológica na cidade, bem como outras questões a serem mais bem detalhadas no decorrer do texto. De forma que é preciso fazer algumas considerações sobre o acervo consultado.

Em primeiro lugar é preciso pontuar que cinco dos Processos não apresentam em suas pastas Projetos ou Relatórios e demais documentos dissidentes destes. Ao questionar sobre a motivação ao Núcleo de Arqueologia do IPHAN-SP, recebeu-se como resposta que todos os projetos apresentados são anexados ao Processo original para atendimento, e, caso o Processo não apresente documentação após a expedição do TRE, seria porque tal material não fora entregue. Em busca realizada no site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, na página referente à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia, existe uma página que apresenta informações e plantas sobre os loteamentos existentes em Indaiatuba (PREFEITURA DE INDAIATUBA, 2022). Dos Processos que faltam documentações após a expedição do TRE, foram encontrados os seguintes empreendimentos registrados na página: *Loteamento Beija-Flores*; *Jardim dos Bem-te-vis* (registrado na planta como “Jardim Bem-Te-Vi”); *Loteamento Residencial e Comercial — Sem Denominação* (registrado na planta como “Park Merak”¹⁷²); *Loteamento Residencial Park Real Condomínio* (registrado na planta como “Jardim Park Real”); *Loteamento Jardim Residencial Belle Vista* e *Loteamento Park Comercial e Industrial Joana Leite*; não tendo sido encontrados o *Conjunto Residencial Deco* e *Loteamento Vila Ipiranga*. Todos esses projetos tiveram sua FCA e TRE inscritos entre 2016 e 2017 (ou seja, posterior à promulgação da IN-001/2015). Situação semelhante acontece com o *Jardim Residencial Quintas da Terracota*, o qual sequer está inserido em um Processo próprio (estando anexado a uma pasta separada, sem número de Processo) e consta na listagem de loteamentos disponível no site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba (supracitada).

À exceção de um empreendimento (*Loteamento Jardim Residencial Belle Vista*), os demais Processos acima mencionados foram classificados como sendo de Nível II¹⁷³ ou III.

¹⁷² Nome descoberto a partir de busca efetuada utilizando o nome do coordenador responsável (Aerotrópolis Indaiatuba), registrado na FCA.

¹⁷³ É dito no art. 16 da IN-001/2015 que: “Para os empreendimentos classificados como Nível II na tabela constante do Anexo I [aqui anexada como ‘Figura 4’], será adotado o Acompanhamento Arqueológico, que consiste na presença, em campo, de Arqueólogo, que será responsável pela gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado durante a execução do empreendimento”. Em seu § primeiro é mencionado que “O Acompanhamento Arqueológico de que trata o caput só poderá ser autorizado pelo IPHAN mediante a apresentação dos seguintes documentos: [...] VI - cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico”. A norma segue e, conforme o art. 17: “Os relatórios previstos no inciso VI do § 1º do art. 16, elaborados e assinados pelo Arqueólogo Coordenador, deverão ser apresentados pelo empreendedor, conforme cronograma aprovado, e deverão conter descrição detalhada das atividades realizadas, acompanhado de consistente documentação fotográfica georreferenciada comprobatória dos trabalhos realizados em campo. § 1º A não apresentação sem justificativa técnica fundamentada, dos relatórios previstos no caput acarretará na paralisação da obra sem prejuízo das sanções aplicáveis ao Arqueólogo Coordenador”. Na sequência são explicitados os deveres

Segundo a Figura 4 (p. 141), presente na IN-001/2015 (e bem como seus respectivos artigos), são exigidos acompanhamentos arqueológicos, além da entrega de documentos que versem sobre as atividades realizadas, como Projetos e Relatórios, sendo essa documentação exigida no TRE de cada um dos empreendimentos. De forma geral, notou-se a ausência de documentos, se comparado com os arquivos consultados no SEI!-IPHAN, em todas as pastas analisadas. Assim, a questão do não envio de documentos também pode se aplicar aos demais Processos, os quais muitas vezes não contém Projetos ou Relatórios que inclusive foram solicitados pelo próprio IPHAN. Deve-se levar em consideração a questão de que a maioria desses Processos foram executados antes da promulgação da IN-001/2015 e que todos antecedem à criação do SEI!-IPHAN. A falta de documentações, sobretudo Projetos, Relatórios e Pareceres Técnicos, é prejudicial tanto para a pesquisa (não sendo possível traçar muitos parâmetros em conjunto a partir apenas dessa documentação), independentemente da área abrangida, como para a transparência dos Processos em si.

A questão do não envio (ou não anexação) de documentações aos Processos, independentemente do ano em que os trabalhos tiveram início, é uma situação problemática, a despeito da motivação (a qual pode se dar inclusive por razões econômicas ou políticas). Além disso, é garantido por lei a transparência aos Processos em sua integridade. Assim, teria sido necessário mais rigor por parte do IPHAN para a complementação de Processos para com as empresas responsáveis pelos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia, que, apesar de antigos, ainda servem como fonte de pesquisa (e isso inclui a questão dos números de Processos que não constam na planilha do IPHAN). O ideal seria que o acesso à toda documentação fosse facilitado por meio da plataforma SEI!-IPHAN, havendo a digitalização independentemente da demanda por parte do corpo técnico do IPHAN.

Acerca das documentações presentes, a maioria dos Processos contém ao menos um Parecer Técnico do IPHAN. De forma geral, os Projetos e Relatórios físicos analisados apresentam bibliografia, construções, conteúdos e metodologias semelhantes aos que estão presentes na plataforma SEI!-IPHAN. De todos os Processos, apenas dois apresentaram trabalhos da chamada “Educação Patrimonial”. O empreendimento *Instalação do Sistema de Coleta e Afastamento dos Esgotos das Áreas Contribuintes à Margem Esquerda do Rio Jundiá* — Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo apresentou o “Programa de Educação

da empresa responsável, caso se encontre material arqueológico. (IPHAN, 2015). Vale lembrar que para os empreendimentos classificados como de Nível I (baixa interferência) é exigido apenas o Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE), não sendo necessária a confecção de Projetos ou Relatórios, devendo o empreendedor comunicar o IPHAN no caso de encontro de material arqueológico.

Patrimonial” anexado ao seu relatório final, bem como um “Relatório de Educação Patrimonial Continuada”. No primeiro documento foi descrita a atividade de palestra em escola, na qual foram entregues cartilhas aos alunos e livro guia aos professores. Já no Relatório foi apresentada a oficina de Arqueologia e Numismática, na qual os alunos tiveram a oportunidade de aprender a identificar moedas. Por sua vez, a documentação referente ao *Prospecções Arqueológicas Interventivas e Sistemáticas na Barragem Capivari — Mirim, Indaiatuba/SP* menciona em seu relatório que foi realizado um trabalho de “Educação Patrimonial” por meio de palestra feita em escola, bem como entrevistas com os operários participantes das obras, antigos proprietários das terras em questão, professores e alunos.

De todos os Processos físicos analisados, foi encontrada uma única ocorrência (dois fragmentos de faiança fina de produção recente e, portanto, classificada como de baixa significância científica, os quais foram possivelmente descartados), evidenciada na documentação referente à *Área de Lavra de Areia Industrial — Mineração Silmina Ltda.* Apesar da praticamente nulidade de cultura material, em todos os relatórios é mencionado o alto potencial da região, sendo tal fator inclusive alegado inclusive em suas conclusões. Apesar da aparente negativa para a existência de material arqueológico, deve-se lembrar que muitos dos trabalhos apresentados nos Processos foram não-interventivos, ou seja, não houve prospecções de fato, havendo inclusive recomendação em alguns relatórios para que se realizem novos estudos (os quais, novamente, em sua maioria, não foram anexados aos respectivos Processos). Os locais de salvaguarda de material arqueológico foram explicitados em poucos casos, a saber: IPARQ/ UNISANTOS (Universidade Católica de Santos) (*Implantação do SDGN no Município de Indaiatuba*), Museu Municipal Elisabeth Aytai (Monte Mor) (*Barramento no Ribeirão Capivarimirim*), Museu Histórico Sorocabano (*Barragem Capivari — Mirim, Indaiatuba/SP*).

Assim, fez-se necessário essa análise mais exaustiva por conta do número de documentações examinadas. Existem mais pontos positivos e problemáticas envolvendo todos os Processos, entretanto foram selecionados aqueles que se mostraram mais relevantes para o andamento da tese. Conforme mencionado, o que diz respeito às atividades de “Educação Patrimonial” será trabalhado em capítulo específico. Antes, contudo, é preciso levantar alguns resultados preliminares sobre os dados analisados.

3.3 Resultados e possibilidades: Trabalho arqueológico, território e a documentação escrita

Na maior parte das vezes, o conhecimento adquirido a partir do levantamento arqueológico poderá constituir a única fonte de informação existente sobre os recursos arqueológicos de uma determinada área. Desta forma, a confiabilidade da avaliação dos impactos sobre o patrimônio arqueológico, que resultará na proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, está diretamente relacionada com a qualidade do levantamento arqueológico desenvolvido na fase do diagnóstico ambiental. (SANTOS, 2001, p. 7).

Conforme vislumbrado nos subcapítulos anteriores, a documentação Processual arqueológica oferece novas fontes e objetos para pesquisa. Toda a documentação produzida durante o processo de trabalho arqueológico (desde a FCA até a finalização do Processo na unidade) pode ser considerada material de estudo histórico. Costuma englobar documentos burocráticos, como ofícios, memorandos, e-mails e pareceres, bem como documentos de trabalhos técnicos, como os projetos e relatórios. Estes comumente contêm a maior parte do conteúdo para análise historiográfica. Porém, “escovando” a documentação a contrapelo, como pôde ser observado no item anterior, é possível encontrar outras nuances que revelarão aspectos diversos da prática arqueológica. Por fim, há também as documentações específicas sobre os registros de sítios arqueológicos, sendo que as descrições de materiais e sítios em relatórios e programas podem (e devem) ser utilizadas como fontes históricas. Toda essa documentação é atualmente preservada pelo IPHAN e boa parte encontra-se disponibilizada em suas plataformas digitais.

De forma que, em alguns casos, é possível que seja uma das poucas memórias preservadas acerca de certos contextos (ainda que apresentem problemas, como foi visto), bem como sobre os procedimentos utilizados durante os trabalhos (teórico e técnico). Assim, tais aspectos devem ser levados em consideração como documentação histórica, pois muitas vezes evidenciam situações e eventos da memória contemporânea, referentes à alteração dos territórios e à preservação do patrimônio arqueológico, sendo a sua conservação de interesse público garantido pelo IPHAN. Deve-se lembrar que, como qualquer documentação, os Processos retratam determinados pensamentos, sendo subjetivos inclusive no que diz respeito às metodologias. Essa questão pode, muitas vezes, limitar a demanda da manutenção memorial da atividade arqueológica (principalmente porque, como foi dito anteriormente, a Arqueologia é uma ciência destrutiva). Esses são alguns dos fatores que justificam a sua problematização.

Em sua obra, Monticelli aponta que Ulpiano Bezerra de Meneses, já em 1988, tecia críticas à “Arqueologia de Salvamento”, após o pesquisador ter analisado 34 publicações existentes no arquivo da Coordenadoria de Arqueologia do antigo SPHAN:

Bezerra de Meneses não poupou críticas à produção, chamando de medíocres alguns relatórios encontrados, com a inexistência de um projeto científico, objetivos generalizantes e vagos. O autor tratou de aspectos sobre a formação de equipes, a infraestrutura disponibilizada, os produtos resultantes. “O resultado termina por coincidir com a dilapidação do patrimônio arqueológico – embora travestido de salvamento” (idem, p. 13). Admite que “O quadro aqui traçado é sombrio, mas nem por isso deve impor uma atitude maniqueísta. É claro que houve benefícios. Áreas puderam ser decentemente pesquisadas em oportunidades e condições que não ocorreriam fora da urgência do ‘salvamento’. Esta, porém, é sempre a exceção que confirma a regra (ibidem, p. 13).” (MONTICELLI, 2010, p. 127).

Assim, a somatória de diversos aspectos dentro de sua própria conjuntura leva à produção da documentação que está vinculada a um Processo de Arqueologia em Obras de Engenharia. Essa documentação, como foi visto, está permeada de problemáticas próprias. No entanto, sua análise não deve ser maniqueísta, pois a prática também trouxe avanços, inclusive para a pesquisa acadêmica, no sentido da elaboração de metodologias e estudos de regiões inexploradas (CALDARELLI, 2015, p. 6–7; BEZERRA DE MENESES, 1988, p. 13 apud MONTICELLI, 2010, p. 127)¹⁷⁴, além da existência de trabalhos sérios, conforme apresentado. O que, claro, não impede a sua problematização.

Em consonância com a fala de Bezerra de Meneses, de maneira geral, os relatórios ainda podem ser categorizados da mesma forma que Wittmann o fez em seu trabalho:

[...] repetitivos, engessados e constrangidos por diferentes fatores. Na minha pesquisa com esses documentos encontrei diversos relatórios que atendiam apenas o mínimo do requisitado pela legislação e com interpretações, conclusões e apresentação dos resultados muito difusas, breves e rasas. Claro que há também exemplos de relatórios extremamente bem feitos e construídos, com atividades, levantamentos e pesquisas que vão muito além do mínimo exigido por lei. (WITTMANN, 2018, p. 76).

Considerando as citações acima, bem como as análises realizadas no item anterior, pode-se dizer que o quadro da Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil segue semelhante mais de 30 anos depois, sobretudo no que diz respeito à produção de relatórios. Leva-se em consideração que, em geral, essa documentação não traz contribuições científicas diretas. Entretanto, espera-se que esses dados sejam mais bem aproveitados na confecção de trabalhos acadêmicos, havendo também a possibilidade de se estudar regiões ainda pouco pesquisadas.

¹⁷⁴ Monticelli afirma que, acerca da análise em questão, o autor justificou que “[...] a fim de evitar qualquer tratamento inquisitorial ao problema, mantendo, entretanto, a perspectiva crítica, foi deliberadamente evitada toda a referência a situações individuais” (ibidem, p. 6).” (MONTICELLI, 2010, p. 127). O texto em questão está referenciado na obra de Monticelli como “BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica. **Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica**. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1988. Sessão: Arqueologia de Salvamento (não publicado)” e trata-se de um relatório, o qual não foi oficialmente publicado, de acordo também com resposta do próprio autor a um e-mail enviado a ele em 06/01/2022, onde Meneses também alega não ter uma cópia disponível do texto. Igualmente não foram encontradas cópias do documento em instituições de pesquisa como o MAE.

A expansão da pesquisa de Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil nas últimas décadas colaborou para a identificação (e eventuais análises) de novos sítios arqueológicos em territórios que ainda não haviam sido estudados (MONTICELLI, 2010, p. 139, 141–142). A documentação produzida, no entanto, segue sendo meramente burocrática em boa parte dos casos, sem apresentar muita criticidade, maiores inovações ou até mesmo recolhimento de material, conforme asseverado no item anterior. Monticelli aponta, inclusive, que parte das pesquisas de campo resgatam apenas amostragens dos sítios encontrados “[...] sob o pretexto de falta de tempo e de recursos. Assim, também milhares de evidências materiais, quando resgatadas em campo, seguem aguardando por análises, além de quantificações e inventários em depósitos, cuja capacidade já preocupa” (MONTICELLI, 2010, p. 141–142). Tais fatores, no entanto, não impedem que esses materiais sejam encarados como documentações as quais precisam ser desveladas a partir do ponto de vista histórico-social. Sobretudo por conta das problemáticas internas e externas que rondam a produção da documentação escrita na Arqueologia em Obras de Engenharia, a serem analisadas no decorrer do texto.

Para realizar a problematização da documentação, em primeiro lugar, é preciso voltar à caracterização dos empreendimentos referentes aos Processos analisados. Conforme mencionado, apenas quatro dos 15 Processos não foram classificados como “Empreendimento imobiliário”, sendo que dos 11 demais, apenas um se refere à construção vertical. Essa categorização é importante, pois “As características das obras, assim, implicam necessariamente no tipo e extensão do impacto e acabam por interferir, inclusive, na metodologia a ser adotada na pesquisa arqueológica. Dessa forma, cada obra, de acordo com suas características e área de implantação, acaba por determinar o caráter da própria pesquisa arqueológica e, por conseguinte, seus resultados” (MONTICELLI, 2010, p. 20). Ou seja, o trabalho arqueológico estará submetido ao contexto da obra, do local, das necessidades (e interesses) do empreendedor, dos órgãos públicos, do cronograma, das leis e regras, dos critérios técnicos e metodológicos necessários, além da subjetividade dos pesquisadores envolvidos, conforme já mencionado. Estes, por sua vez, estão condicionados às leis do mercado atuante — as quais também estão diretamente ligadas aos demais fatores. E justamente essa questão mercadológica, somada à relação entre passado e presente, a qual é interpretada e intermediada por indivíduos, comunidades e instituições leva igualmente ao caráter político e até mesmo ideológico da prática arqueológica, conforme mencionado no primeiro capítulo (MONTICELLI, 2010, p. 19, 20, 36, 196; TILLEY, 1995, p. 106 apud REIS, 2003, p. 37; GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 8).

Apesar da utilização do texto de Caldarelli e Santos como uma das bases do presente texto, existe uma problemática (no que diz respeito ao aspecto mercadológico da atividade arqueológica) em um trecho do trabalho que precisa ser levantada. As autoras alegam, em concordância com a inglesa Marion Blockley, que o produto da Arqueologia é um serviço e que, devido a esse fator, o melhor *marketing* seria a entrega de um trabalho de qualidade. Por conseguinte, esse argumento levaria os clientes a recomendar o trabalho das empresas, incentivando outras empresas a buscar a excelência na prestação de serviços e, assim, eliminando a competição baseada em preços mais baixos. Para as autoras, “[...] as empresas de arqueologia de contrato têm seguido o modelo formal e os valores do capitalismo como uma condição de sobrevivência” e a Arqueologia deveria beber de fontes da teoria administrativa (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 65, 66).

Pode-se afirmar que a Ciência Arqueológica acaba por fornecer um serviço, como qualquer atividade mercadológica (e estar sob essas condições não é propriamente culpa da Arqueologia em Obras de Engenharia, mas sim do sistema), e deve haver planos de gerenciamento na elaboração dos trabalhos — inclusive o *marketing*, como bem diz Blockley (BLOCKLEY, 1995, p. 101–118). Mas, justamente o fato de a Arqueologia muitas vezes ser encarada como mero serviço faz com que ela seja reputada quase como uma perfumaria — sobretudo na realidade brasileira, vide a fala já mencionada do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se referiu à prática arqueológica como busca por “cocô petrificado de índio” (SAB, 2021). A fala em questão foi proferida em reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020 e se refere à paralisação por 40 dias das obras de uma das lojas do empresário e apoiador do ex-presidente, Luciano Hang, no Rio Grande do Sul, por ter sido encontrada cultura material no terreno em questão (VASCONCELLOS, 2021) ¹⁷⁵.

A fala em questão foi uma tentativa de anular a Arqueologia como ciência, e não apenas o ramo da Arqueologia em Obras de Engenharia, bem como visou deslegitimar memórias (sobretudo as marginalizadas, com ênfase nos povos originários). Essa opinião, porém, não é exceção, sendo um pensamento recorrente por parte considerável de políticos, grandes empresários e da sociedade civil. O caso é agravado pela problemática da desvalorização ao patrimônio arqueológico nacional ser legitimada por meio de falas do ex-presidente da República (e outros políticos e empresários). Há, assim, uma falta de conscientização da

¹⁷⁵ Vale lembrar que essa indignação por parte do empresário em questão gerou não apenas vídeos virais ridicularizando o trabalho arqueológico (bem como os próprios funcionários do IPHAN), mas também foi responsável, em partes, pelo aparelhamento político e ideológico na direção do Instituto por parte do Poder Executivo Federal (ver: BOLSONARO..., 2021), agradando, assim, às predileções empresariais em vez de atender ao princípio implícito da supremacia do interesse público sobre o privado.

importância do patrimônio nacional e esse tipo de atitude acarreta, entre outras graves consequências para a História nacional, na desvalorização do trabalho arqueológico e, conseqüentemente, uma necessidade dos profissionais terem de abaixar seus valores (e muitas vezes produzirem trabalhos não tão acurados) para poderem sobreviver. Pode-se dizer que tal necessidade é própria do sistema capitalista. E, de modo geral, por ser encarada como uma atividade desnecessária, as construtoras buscam muito mais por preço baixo e rapidez do que por qualidade de serviço, justamente para não correrem o risco de terem maiores embaraços ou de embargo das obras por conta de ocorrências arqueológicas.

Portanto, mais do que um mero serviço inserido na lógica capitalista, a Arqueologia deve ser encarada como uma atividade essencial para a sociedade. Muito mais que uma ênfase na entrega de um serviço bem feito (o que de forma alguma é indispensável, porém muitas vezes o trabalhador o faz mesmo recebendo um pagamento irrisório), talvez uma reconstrução de pensamento nesse sentido — somado a um bom *marketing*, como alega Blockley, seja ele via propaganda tradicional ou Mediações Patrimoniais — potencialmente faria com que os serviços arqueológicos fossem mais valorizados pela sociedade e, por consequência, não haveria competição para se trabalhar por preços cada vez mais baixos (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 17).

Essa mercantilização, burocratização e instrumentalização da Arqueologia (que podem gerar constrangimentos aos próprios pesquisadores), inerentes principalmente aos trabalhos realizados em obras de engenharia, não é uma exclusividade brasileira. E a exigência da documentação ambiental para a realização dessas obras (somada muitas vezes às condições econômicas do país) gera uma competição muito grande entre as empresas que trabalham com licenciamento. Tal questão provoca a redução de custos, acarretando a precarização das condições de trabalho, bem como na execução de “[...] projetos conduzidos pela pressa, mal planejados e executados, e em um conhecimento arqueológico inadequadamente registrado, apesar dos heroicos esforços da maioria dos arqueólogos de contrato” (HAMILAKIS, 2015, p. 52). Além, claro, da utilização de achados (e silêncios) arqueológicos e outras memórias como forma de se legitimar poderes e, portanto, de definição do discurso dominante e exploração de outras culturas. Essa proposta patrimonial mercadológica, portanto, está vinculada a estratégias neocolonizadoras e a projetos de economias neoliberais, os quais costumam ser extremamente predatórios e ter consequências devastadoras para o patrimônio tanto cultural quanto natural. De modo que tal conjuntura tem efeitos não apenas sobre os arqueólogos, mas também sobre as comunidades de maneira geral e o conhecimento produzido sobre elas, em nome de obras “desenvolvimentistas” (HAMILAKIS, 2015, p. 52; FERREIRA, 2013, p. 88, 89, 97;

MONTICELLI, 2010, p. 205; WITTMANN, 2019, p. 224; FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008, p. 14, 15). Assim:

Em nosso contexto mais imediato, a América do Sul, as coisas arqueológicas, como espetáculos do turismo global, se conjugam com os processos de expropriação de terras em favor de hotéis multinacionais e redes de serviço (BELLI e SLAVUTSKY, 2010; RIVOLTA et al, 2010). Às comunidades restam, quase sempre, as sobras da economia turística: a venda de artesanatos e empregos subalternos, mas nunca a gestão comunitária dos negócios e, tampouco, a condução efetiva dos chamados projetos de desenvolvimento auto-sustentável. Reconfiguram-se, desse modo, as heranças do colonialismo no que elas têm de mais notável: a apropriação das histórias nativas e a expropriação de terras. (FERREIRA, 2013, p. 94).

De acordo com Ferreira (2013, p. 101), a maioria das portarias então emitidas pelo IPHAN destinava-se à Arqueologia em Obras de Engenharia. Atualmente o cenário segue o mesmo. Segundo a tabela de “Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU”, disponível na plataforma do CNA (IPHAN, [s.d.]), entre 2019 até fevereiro de 2022, foram publicadas 6.961 portarias no total, sendo que 6.802 são correspondentes a pesquisas de “Arqueologia Preventiva”; 157 estão classificadas como “Acadêmica” e duas constam como “N.A” e célula vazia (sendo que essa última é classificada como “Empreendimento Imobiliário” no campo intitulado “Tipos de Empreendimento”). Ou seja, 97,7% das portarias publicadas nos últimos três anos e dois meses (tempo referente à realização da pesquisa), conforme a tabela, são relativas a trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia. De forma que há uma dominação capitalista na ciência, levando em consideração os aspectos acima mencionados, o que pode conduzir a perdas ainda maiores, a despeito do esforço de muitos dos profissionais envolvidos. Sabe-se que a cultura material é uma documentação não renovável, e que os processos produzidos são apenas um método (junto ao resgate e à dita “Educação Patrimonial”) de mitigação dessa perda. Tanto para o conhecimento do passado quanto para delinear as mudanças das cidades — que também carregam memórias acerca do passado. E aqui há novamente um paradoxo, pois, conforme já mencionado, a Arqueologia é destrutiva e, portanto, não existe documentação (por mais bem feita que ela seja) que retome seu contexto original. Além disso,

Se hoje só encontramos pequena parte dos sítios arqueológicos existentes, devemos considerar que grande parte deles foi e continua sendo destruída, por grandes e pequenas obras. As áreas em que somos chamados a pesquisar ainda são a menor parte daquelas atingidas por impactos diariamente. Se a cada centena de sítios identificados só pudermos recuperar a informação de pequena parte desses, no futuro o que teremos serão apenas acervos depositados nos museus, para que sejam analisados e reanalisados. (MONTICELLI, 2010, p. 209–210).

Ou seja, além da autoconsumação histórica, inerente ao processo civilizatório, a modernidade trouxe junto consigo a destruição desenfreada do passado em nome de um suposto “desenvolvimento”. E essa antropofagia é aplicada tanto em sítios arqueológicos como em construções consideradas obsoletas. Lepetit alega que “a cidade não é um palimpsesto” (LEPETIT, 2001, p. 140), no sentido de que há a resistência do monumento de “pedra e cal” frente às mudanças sociais. Entretanto, o autor considera exemplos próximos a si, como Nova York e Paris, onde prédios antigos são comumente reaproveitados e ressignificados. Trazendo para o exemplo brasileiro — com ênfase no indaiatubano — há sim um apagamento e uma reescrita muito forte no que diz respeito à modernização urbana desde o começo do século XX (a despeito de casos, sobretudo turísticos, em que há a manutenção do patrimônio local). É um aspecto relativamente comum, principalmente em cidades onde a especulação imobiliária, somada à falta de políticas de preservação, são dominantes. Muito mais que um palimpsesto, há a autofagocitação da cidade e de suas formas, sendo que a preservação de sua memória acaba dependendo de documentações materiais e escritas (como os Processos de Arqueologia, por exemplo). Tais questões afetam diretamente as alterações de territórios e, portanto, a antropofagia histórica. Claro que não se defende uma paralisação social em prol da permanência de edificações e preservação total de sítios arqueológicos. No entanto, é necessário que os processos de modernização e urbanificação sejam menos predatórios do que atualmente o são, possibilitando registros, manutenção e resgates de memórias (e da natureza). O equilíbrio parece utópico, porém é preciso lutar por ele!

Assim, o território não é percebido como um agente vivo, justamente por sua variação corriqueira (que é um dos motivos que o torna vivo). A cidade está no passado e no presente, cruza vozes com silêncios, proporciona prazeres e dores, instiga comportamentos, acompanha vidas e mortes, tanto de seres conscientes quanto inconscientes: ela produz vivências e, portanto, memórias (LEPETIT, 2001, p. 145, 147, 149; FERREIRA, 2013, p. 88). Essas alterações geralmente passam imperceptíveis aos nossos olhos no tempo presente, sendo só notadas quando algo vultoso, ou famoso, é substituído ou construído, ou quando novas mudanças já estão tão massificadas a ponto de serem enxergáveis (inclusive no que diz respeito à variação de estilos). Há uma transformação geracional da paisagem quase que imperceptível no momento em que ela ocorre, sem, no entanto, se ajustar “[...] continuamente à conjuntura econômica, às variações de população, às mudanças de hábitos dos cidadãos” (LEPETIT, 2001, p. 139). De forma que o “desenvolvimento” está ligado diretamente também aos problemas sociais. Muito se perde, inclusive no que diz respeito à cultura material. Mas, ao mesmo tempo

que “se salva” artefatos, também se perdem vidas, biomas e parte da história em nome de um suposto “progresso”.

No caso específico de Indaiatuba, considerando exclusivamente a documentação analisada (Processos e História local), enfatiza-se que há mais de 30 anos que a cidade segue em plena expansão por conta da industrialização, havendo apenas fragmentos de memórias outras entrelaçados ao “progresso”. A cidade, vista como um polo de qualidade de vida, segue atraindo moradores, o que justifica a construção de novos condomínios — e, por consequência, novos bairros populares. Atualmente há, inclusive, um *fugere urbem* por parte das classes mais altas, que deixam o centro da cidade em busca de uma suposta paz bucólica campestre e, por consequência, um isolamento social. E esse contexto desvela também a manutenção das diferenças sociais, pois “As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 211). Indaiatuba não possui favelas, diferentemente dos grandes centros urbanos, sendo raras as ocorrências visíveis de pobreza extrema (o que pode ser também um indicador para casos de aporofobia ou higienização social). Porém, ainda há diferenças sociais claras, e muitas vezes acontecem em bairros próximos, sobretudo com essa busca pela construção de condomínios em zonas cada vez mais afastadas — inclusive rurais. Nessas circunstâncias, é comum que os moradores dos bairros mais humildes trabalhem para aqueles que vivem nos condomínios, estando separados apenas por muros, guaritas e câmeras de segurança (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Essa condominização é um evento que tem atingido diversas cidades interioranas. Caldeira chama esse efeito de “cidades fragmentadas por enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p. 211). A segregação espacial provoca a mutação do que é considerado espaço público, bem como da participação das pessoas na vida pública, acentuando “[...] diferenças de classe e as estratégias de separação”, e muitas vezes também a intolerância e despreocupação com pessoas menos abastadas, minorias e seus problemas sociais (CALDEIRA, 2000, p. 211, 212, 255; DUNKER, 2015). Até hoje em Indaiatuba há quem diga que os bairros “para lá da linha do trem” (considerados fora do centro) não sejam adequados para se viver (questão já mencionada). Essa ideia começou após a construção de bairros populares na região sul da cidade, como Jardim Morada do Sol, CECAP e adjacentes, que eram habitados em sua maioria pelos migrantes operários. Tais bairros se encontram mais próximos ao Distrito Industrial e, portanto, mais distantes do centro velho. A ironia desse discurso reside no fato de que se desconsidera a existência de condomínios fechados que estão localizados nesses bairros ou em

suas adjacências, encontrando-se mais distantes ainda do centro velho da cidade. Como exemplo pode-se citar o condomínio Lagos de Shanadu, localizado nas proximidades do Conjunto Habitacional João Pioli e Jardim Morada do Sol, ambos bairros populares.

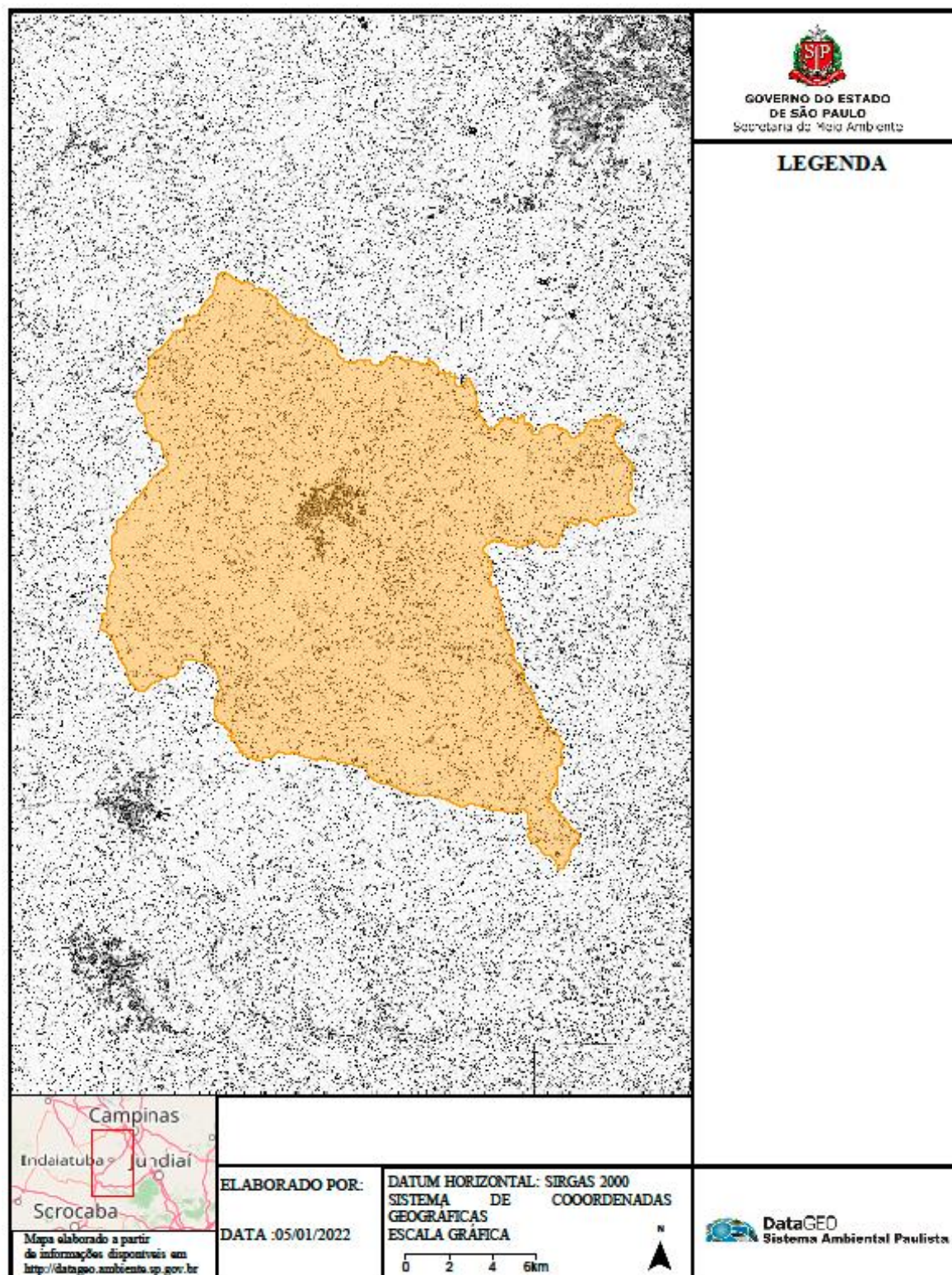
Muitos desses condomínios, inclusive, apresentam centros comerciais em suas instalações, oferecendo um suposto “conforto” e “segurança” para seus habitantes, em troca de uma exclusão da interação com outros grupos e, portanto, de uma segregação e homogeneidade social (CALDEIRA, 2000, p. 258, 259, 265; DUNKER, 2015), gerando uma falsa sensação de liberdade¹⁷⁶. De acordo com Dunker, essas questões são parte da lógica do condomínio, a qual se assemelha aos hospitais psiquiátricos do século XIX, onde há um “apelo à vida” em nome de uma dessocialização (DUNKER, 2015). É óbvio que os problemas de desigualdades sociais não começaram com a construção de condomínios, porém atenuaram essas questões (CALDEIRA, 2000, p. 313).

É importante salientar, novamente, a questão da construção desses condomínios acontecer em periferias ou zonas essencialmente rurais (caso de Indaiatuba), pois estes tipos de empreendimentos necessitam de grandes lotes, os quais não estão mais disponíveis em zonas centrais (salvo poucas exceções, onde os terrenos abrigavam chácaras ou fábricas). Tal fator acarreta também no encarecimento da periferia, tanto na aquisição de lotes e aluguéis quanto na comercialização de produtos “[...], criando assim um novo padrão de desigualdade social e de heterogeneidade funcional” (CALDEIRA, 2000, p. 231, 241, 243, 244). Caldeira menciona que na cidade de São Paulo houve uma perda de dinamismo na região leste graças à atenuação das atividades industriais. Devido a esse fator, algumas velhas fábricas foram abandonadas ou resignificadas em shoppings, grandes lojas de departamentos ou centros de lazer. Conforme relatado no segundo capítulo, também houve um movimento semelhante na cidade de Indaiatuba, na qual as antigas fábricas (agora localizadas em bairros considerados centrais) foram sendo abandonadas e demolidas, dando lugar a condomínios de prédios ou outros empreendimentos modernos (CALDEIRA, 2000, p. 251, 252). Inclusive o espaço onde estava localizado o Cotonifício Indaiatuba S/A deu lugar ao primeiro shopping da cidade, e parte da estrutura da antiga fábrica foi reaproveitada para acomodar o então novo empreendimento, localizado na atual região central da cidade.

¹⁷⁶ É comum também vislumbrar o aumento da verticalização condominial na paisagem indaiatubana, sobretudo a partir dos anos de 2010, sendo estes, em geral, edifícios destinados às classes média e média-alta. Entretanto, o foco da presente pesquisa foi em condomínios horizontais, por conta dos Processos de escavação serem em sua maioria sobre esse tipo de empreendimento.

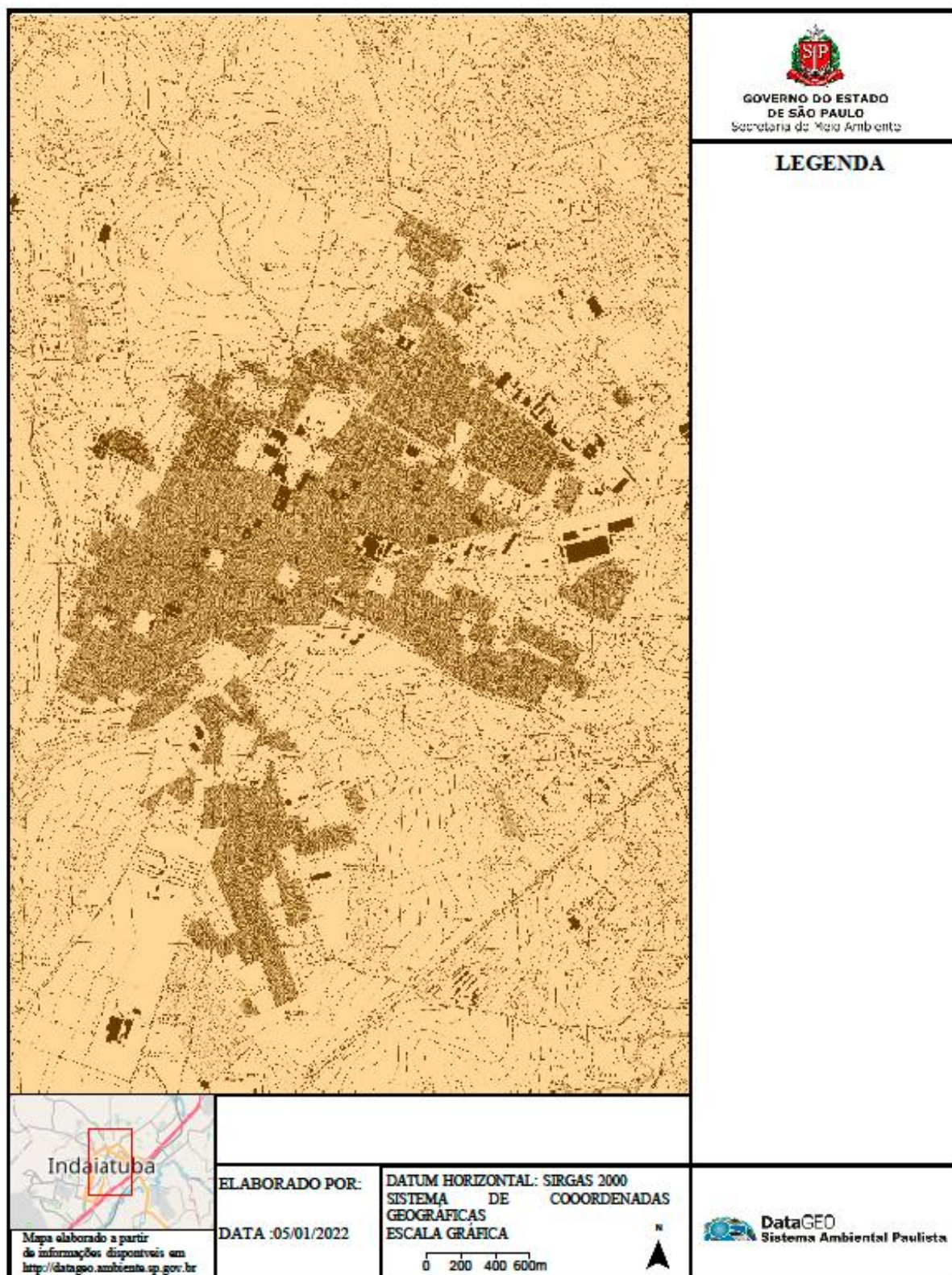
Essa mudança na malha urbana de Indaiatuba (que segue a todo vapor) é um projeto que perdura desde meados da década de 1970, conforme pode ser observado no segundo capítulo. É possível verificar tais alterações no município ao longo do tempo com o auxílio de mapas e imagens geradas por satélites. No caso, foram consultadas uma base cartográfica do IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo) referente ao ano de 1979. Na Figura 5 estão evidenciados os limites do município de Indaiatuba (também atuais). Ao centro é possível vislumbrar o núcleo urbano, o qual também era composto por chácaras e fazendas próximas. Na Figura 6 é apresentado um detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC mostrando o então núcleo urbano de Indaiatuba, onde é possível ver o traçado da Rodovia Santos Dumont na parte inferior da imagem (destacado em vermelho no mapa geral). Por fim, na Figura 7 consta outro detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC, o qual apresenta as delimitações já existentes do Distrito Industrial “Domingos Giomi”. À margem esquerda da Rodovia Santos Dumont atualmente encontra-se o bairro Jardim Morada do Sol, na época ainda inexistente.

Figura 5 — Carta Topográfica de 1979 do IGC apresentando os limites do município de Indaiatuba (também atuais).



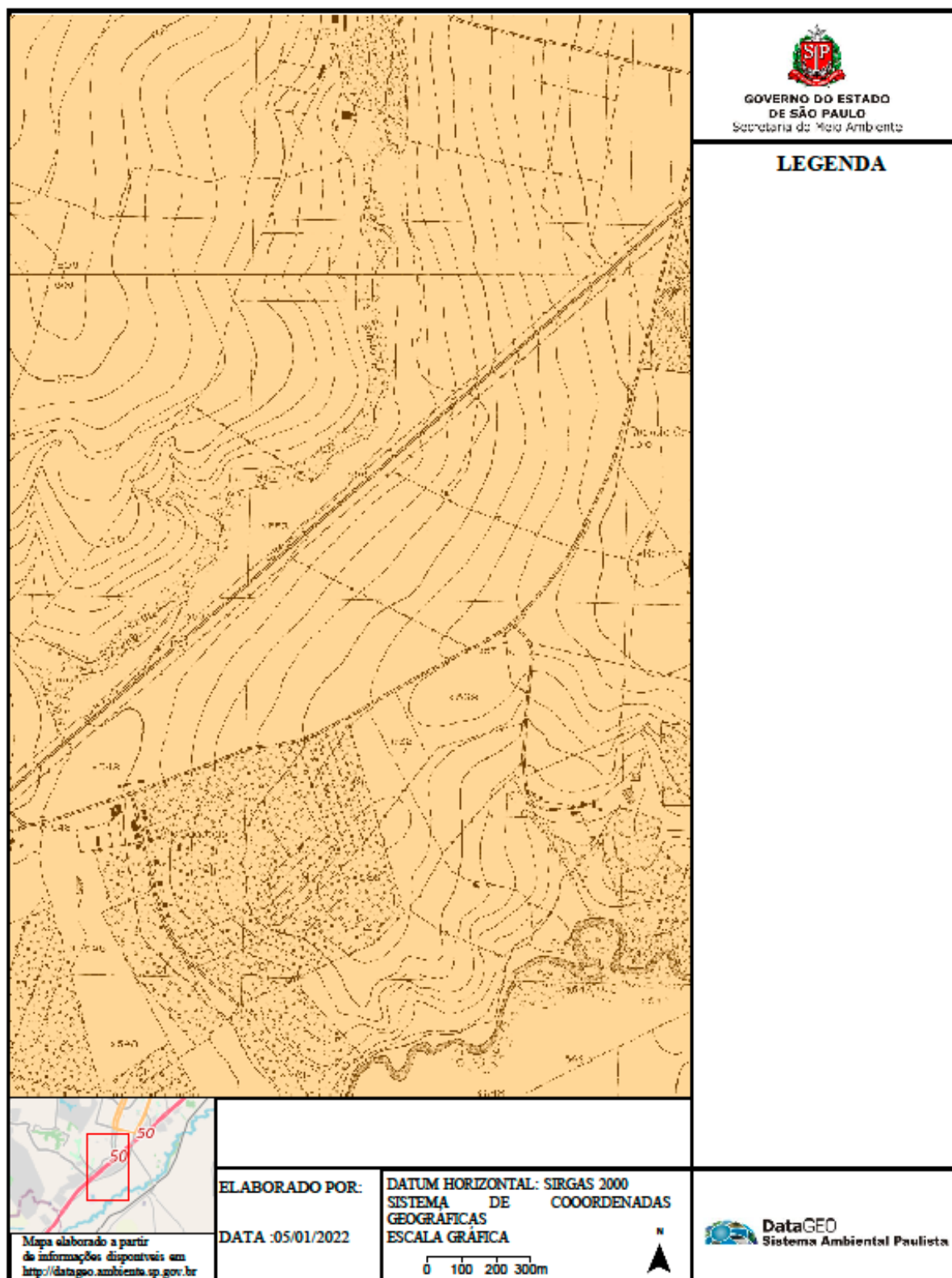
Fonte: IGC — Cartas Topográficas 1:10.000, 1979.

Figura 6 — Detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC mostrando o então núcleo urbano de Indaiatuba.



Fonte: IGC — Cartas Topográficas 1:10.000, 1979.

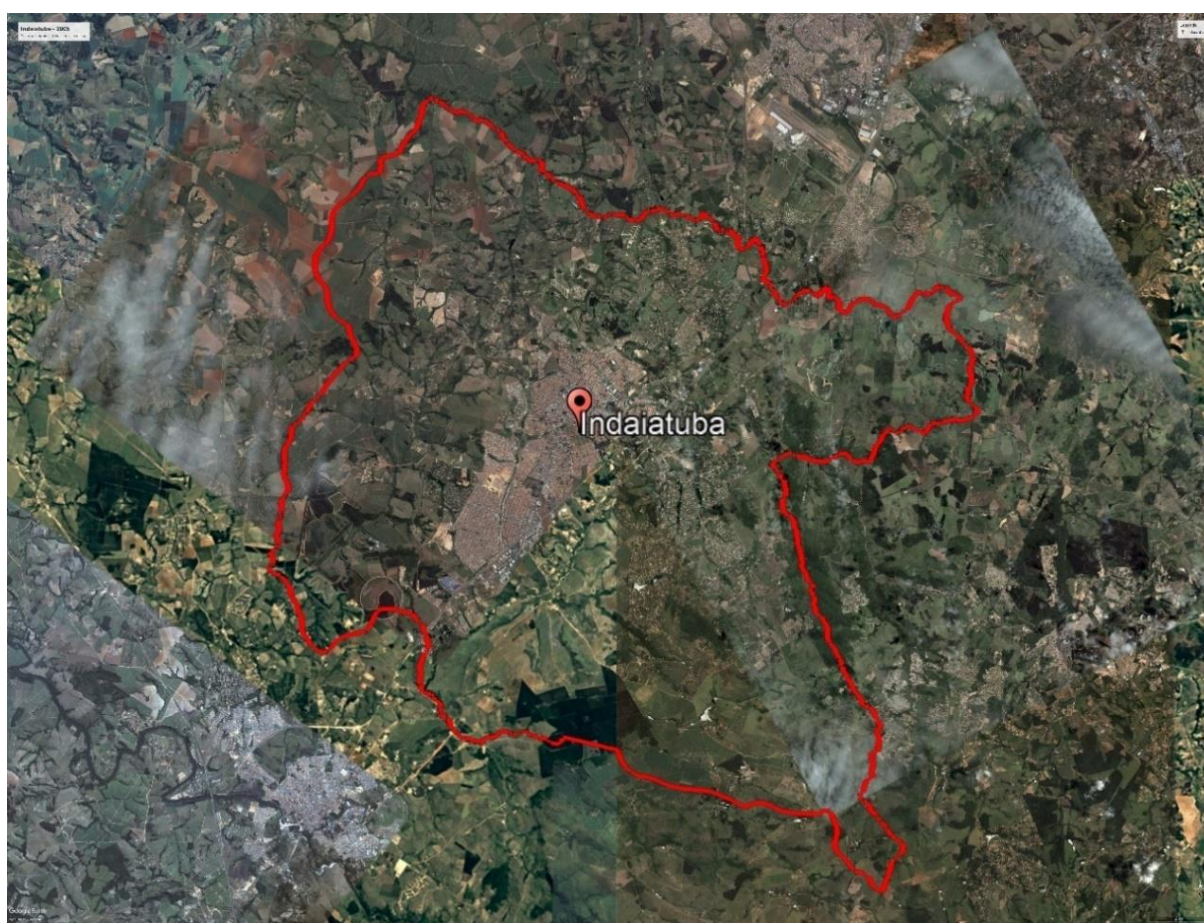
Figura 7 — Detalhe da Carta Topográfica de 1979 do IGC mostrando as delimitações já existentes do Distrito Industrial “Domingos Giomi”.



Fonte: IGC — Cartas Topográficas 1:10.000, 1979.

As figuras seguintes tratam-se de imagens de satélite geradas no programa Google Earth Pro referentes aos anos de 2005 (Figuras 8, 9 e 10) e 2021 (Figuras 11, 12 e 13) ¹⁷⁷. As datas não são aleatórias, haja vista que as grandes alterações urbanas de Indaiatuba começaram próximo ao ano do mapeamento realizado pelo IGC, enquanto a primeira escavação aqui analisada se deu em 2005.

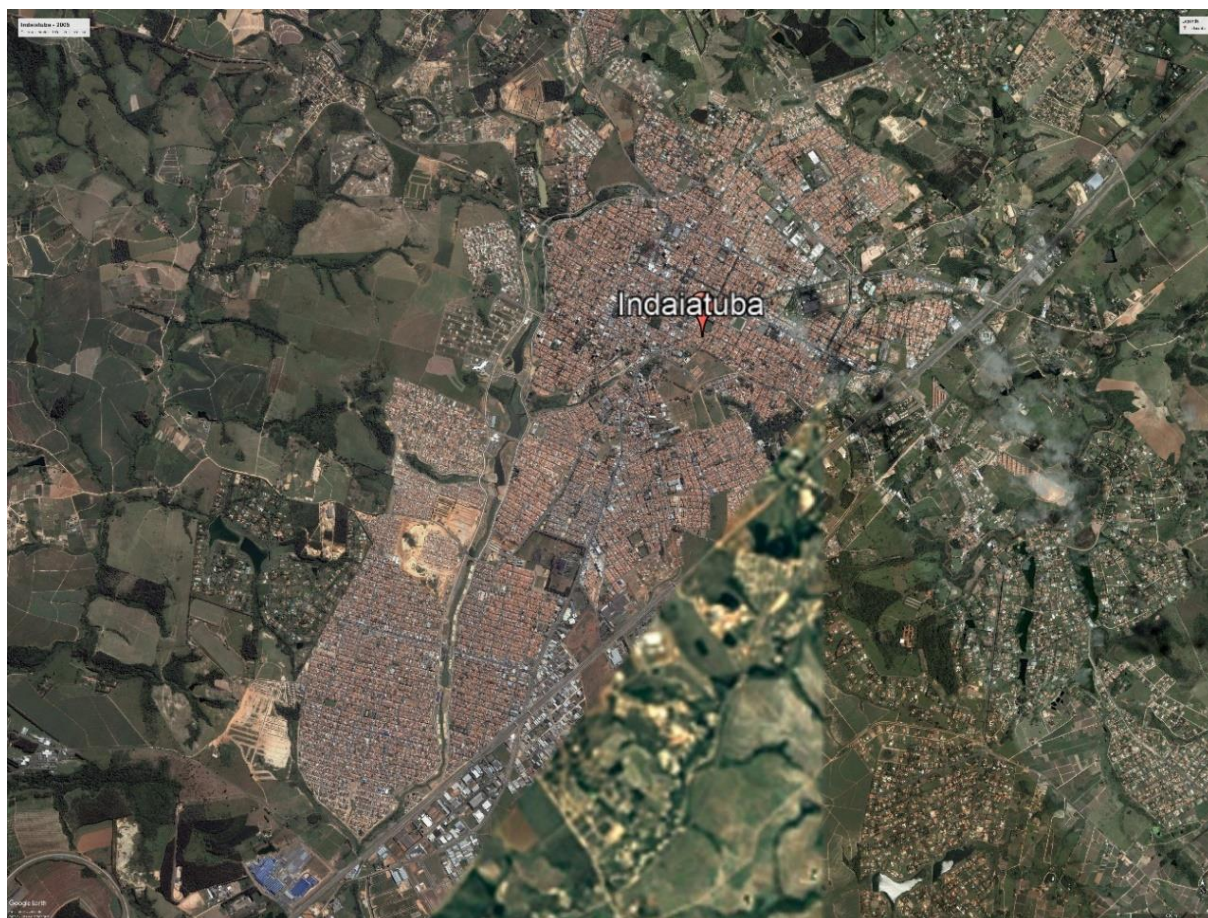
Figura 8 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde são apresentados os limites do município de Indaiatuba e sua zona urbana no ano de 2005.



Fonte: GOOGLE, 2022.

¹⁷⁷ 2021 era o registro mais recente de Indaiatuba disponível no sistema do Google Earth Pro pelo menos até março de 2023. Todas as imagens foram geradas em 04/01/2022.

Figura 9 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do núcleo urbano de Indaiatuba em 2005.



Fonte: GOOGLE, 2022.

Figura 10 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do Distrito Industrial “Domingo Giomi” em 2005.



Fonte: GOOGLE, 2022.

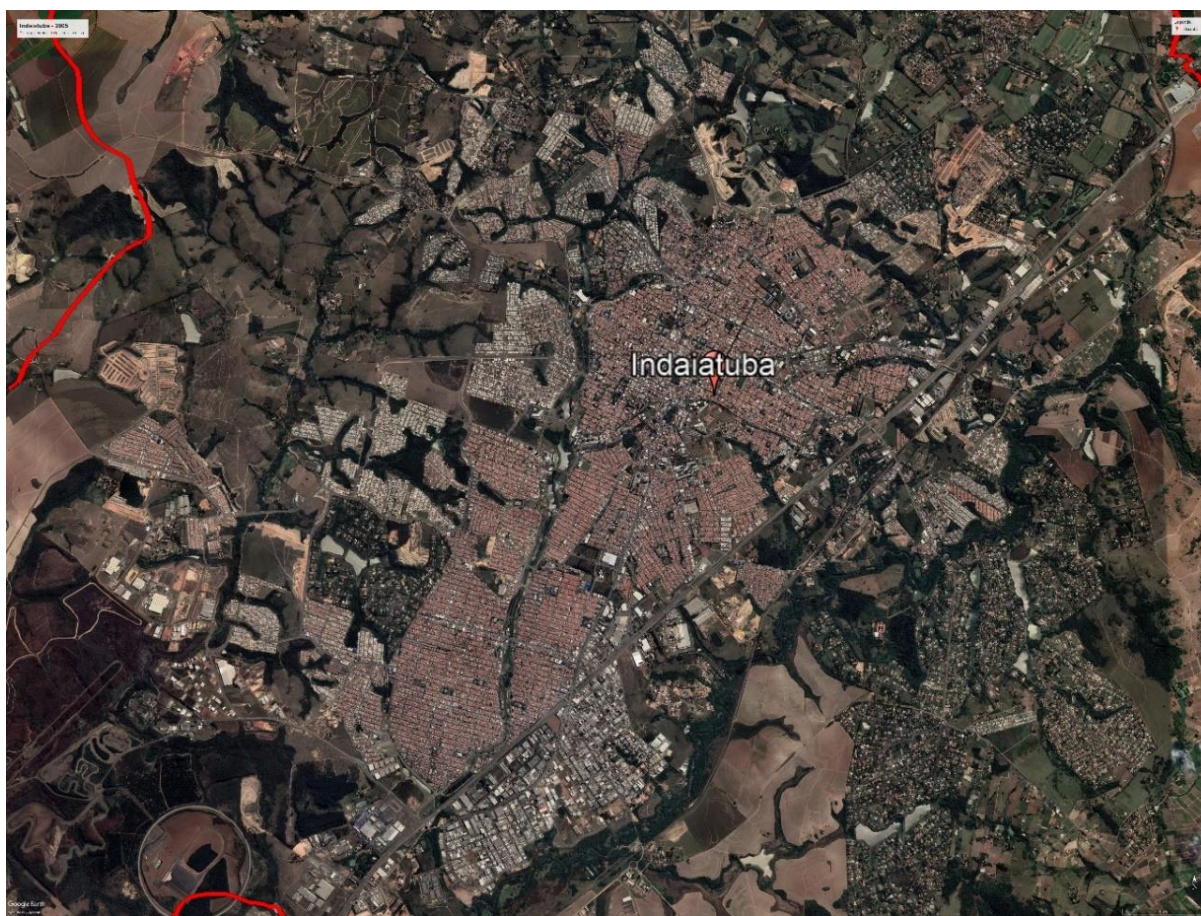
Na figura acima é possível visualizar que ainda existiam terrenos vazios no entorno do DI, bem como locais cujas imagens ainda não haviam sido feitas e, portanto, aparecem embaçadas. É notável o adensamento de moradias já existentes no bairro Jardim Morada do Sol apenas 26 anos depois da confecção das cartas topográficas supracitadas.

Figura 11 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde são apresentados os limites do município de Indaiatuba e sua zona urbana no ano de 2021.



Fonte: GOOGLE, 2022.

Figura 12 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do núcleo urbano de Indaiatuba em 2021.



Fonte: GOOGLE, 2022.

Figura 13 — Imagem de satélite gerada no programa Google Earth Pro, onde é mostrado um detalhe do Distrito Industrial “Domingo Gioni” e demais DIs em 2021.



Fonte: GOOGLE, 2022.

Na primeira imagem referente à Carta Topográfica, na qual são mostrados os atuais limites do município de Indaiatuba (Figura 5), é possível vislumbrar o pequeno centro urbano da cidade em 1979, cuja imagem encontra-se ampliada na Figura 6. Em seguida foi selecionado um detalhe (Figura 7), onde é apresentada a delimitação do Distrito Industrial “Domingos Giomi”, o qual encontra-se rente à margem direita da Rodovia Santos Dumont, ainda ladeado por sítios e outras construções rurais. O local foi destacado por ser considerado um marco do desenvolvimentismo indaiatubano. Apesar da falta de qualidade de imagem de satélite ainda presente nas zonas rurais na imagem referente ao ano de 2005 (Figura 8), é possível notar a expansão do núcleo urbano em praticamente todas as direções (imagem ampliada na Figura 9). No entanto, não houve formação de novos grandes centros entre 2005 e 2021, sendo notável a expansão residencial por meio da abertura de novos bairros e da construção de condomínios fechados e, consequentemente, a finalização de ciclos rurais, os quais possuem suas construções, comércios, empreendimentos e até mesmo economia própria (Figuras 11 e 12). Por fim, são mostrados detalhes do atual DI “Domingos Giomi” (Figuras 10 e 13), o qual agora encontra-se cercado por outros distritos industriais, ao lado do maior bairro da cidade, Jardim Morada do Sol, criado apenas em 1980 e, portanto, não apresentado na Carta Topográfica como bairro.

Apesar dos vários pontos problemáticos, o pesquisador do relatório *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* tem razão no que diz respeito ao “mar de canaviais” presente no interior paulista e sua possível influência na alteração dos perfis topomorfológicos (já mencionado). A maioria dos relatórios apresenta como contratempo as alterações e perturbações no solo (como plantações, construções mais antigas ou de pequeno porte, por exemplo) (MONTICELLI, 2010, p. 73, 102, 197), havendo, assim, “[...] dois principais agentes destrutivos, ambos humanos: as grandes obras de engenharia (estradas, usinas, etc.) e a intensificação agrícola, especialmente devido às grandes extensões de terra onde há agricultura mecanizada” (MONTICELLI, 2010, p. 177). Como alegou Santos: “Pode-se considerar (assim mesmo com ressalvas, dada a tendência atual de conservação dos recursos) que o único impacto positivo que a proposição de uma atividade modificadora do meio ambiente pode causar sobre um recurso arqueológico é a obrigatoriedade de identificá-lo e estudá-lo, anteriormente à sua destruição” (SANTOS, 2001, p. 30).

Um ponto importante nesse sentido é que existem Planos e Programas de Desenvolvimento, tanto no âmbito nacional, quanto estadual e municipal, que antecipam aos Processos analisados, chegando a períodos de até 30 anos (nos casos federais). Caldarelli afirma

que “São os planos governamentais que definem diretrizes para ‘ações programáticas’ e os programas a serem implementados para alcançar os objetivos do plano, os quais, por sua vez, darão origem a diversos projetos” (CALDARELLI, 2015, p. 21). E nessas etapas anteriores ao Estudo de Impacto Ambiental, segundo a autora, não é exigida a participação de arqueólogos. No caso da municipalidade, há o Plano Diretor, um dos principais programas do governo a ser executado, o qual deve ser revisto, no mínimo, a cada dez anos (BRASIL, 2001) — segundo o art. 189 da Lei Orgânica de Indaiatuba, a cada cinco anos (INDAIATUBA, 2008). No “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores” é prevista a preservação do patrimônio histórico, artístico natural e paisagístico, incluso o arqueológico, e a demarcação de “Zoneamentos Especiais”, os quais compreendem “[...] áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”, conforme o art. 5 da Resolução nº 34 do Conselho das Cidades de 1º de julho de 2005 (BRASIL, 2019). Entretanto, não está prevista a participação de historiadores ou arqueólogos, sendo apenas destacada a atuação de “profissionais” (dentre outros grupos da cidade). Em Indaiatuba há a Área Estratégica de Interesse Histórico (AEIH), e muito possivelmente houve a participação da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba durante os trabalhos para a confecção dos Planos Diretores mais antigos (sobretudo por parte do Conselho de Preservação e Administrativo, em sua maioria composto por memorialistas). Conforme já mencionado, não é previsto no atual Conselho Municipal de Preservação a participação de profissionais da área da História ou Arqueologia. Essa não obrigatoriedade de profissionais especificamente da área pode acarretar com que os Planos Diretores não sejam executados da melhor forma possível, ficando as “Zonas Especiais” em segundo plano, podendo ocasionar em descaso com determinados patrimônios.

De modo que, a partir de todas as questões acima citadas, novamente é possível afirmar que existe um paradoxo na Ciência Arqueológica e, portanto, na História: o da cidade antropofágica. Essa questão é realmente relevante, sobretudo quando comparadas imagens antigas com recentes, conforme ilustrado.

Entretanto, tal questão não justifica a não realização de uma pesquisa interventiva ou de trabalhos rasos em uma região pouco tradicional no que tange a Arqueologia, como aconteceu em Indaiatuba, sobretudo no que diz respeito ao programa e relatório intitulado *Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* e demais documentos dissidentes. Além disso, a existência de registro de sítios arqueológicos Pré-Coloniais e históricos importantes e devidamente pesquisados em locais próximos ao município estudado, como Salto, Itu, Campinas, Capivari e principalmente Monte

Mor (além daqueles encontrados no próprio território da cidade) demonstra a relevância material e histórica que Indaiatuba possui. O salvamento de material arqueológico poderia auxiliar na recuperação, no endossamento ou na refutação de memórias locais. Assim, como seres humanos, realizamos intervenções que produzem evidências materiais. Por outro lado, são justamente as alterações que causamos no meio ambiente durante o tempo presente que destroem essas intervenções e, ao mesmo tempo, podem revelar espólios do passado (MONTICELLI, 2010, p. 177–178), como o exemplo do Cais do Valongo, já mencionado. E de forma alguma a busca pelo passado deve também ser utilizada para justificar o desmatamento, a agropecuária desenfreada ou a expulsão de comunidades para a execução de grandes obras.

Descasos, no entanto, não parecem ser exceções, sobretudo em cidades menores, mas também em cidades maiores (como pode-se ver com o exemplo de São José dos Campos, mencionado no item 3.1). E tal exemplo demonstra claramente que há diversas problemáticas no entorno da Arqueologia em Obras de Engenharia, as quais podem envolver inclusive questões políticas e econômicas, que precisam ser estudadas. Além disso, demonstra a complexidade dos trabalhos arqueológicos, e, portanto, a necessidade de se realizar estudos sérios que não apenas preencham protocolos, mas que de fato deem respostas à sociedade e mitiguem minimamente os estragos feitos em nome de uma política desenvolvimentista. Por fim, apresenta a importância da análise do Processo em sua totalidade, no que diz respeito à documentação de Arqueologia em Obras de Engenharia, e não apenas aos projetos e relatórios, ratificando novamente a importância de plataformas como o SEI-IPHAN para os estudos sociais.

Finalmente, o último fator que deve ser salientado é que todos os 15 Processos analisados se referem a trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia. Desta forma, sempre houve uma empresa contratada que realizou os trabalhos de campo, laboratoriais e Ações Patrimoniais. Outro ponto a ser destacado é que foram resgatados espólios em apenas quatro programas. A significância quantitativa do material encontrado é questionável, inclusive nos próprios relatórios. A probabilidade de ter havido um desvio de material ou adulteração proposital de campo é pequena, sendo provável que a destruição tenha sido causada pelo revolvimento da terra ao longo dos anos (sobretudo por conta de atividades agropecuárias) ¹⁷⁸. Entretanto, é notável essa ausência de cultura material apresentada como majoritária nos

¹⁷⁸ Salvo no caso do Processo referente ao programa da *Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, o qual teve um intervalo de quase 20 anos entre a primeira intervenção e a última.

Processos de Indaiatuba. Uma das questões é o fator da alteração das paisagens ao longo do tempo (supracitado), outro ponto importante é “[...] a definição arbitrária da área de pesquisa, orientada por critérios não arqueológicos, obrigando o pesquisador a se debruçar sobre uma área delimitada artificialmente, nem sempre consistente no que tange à ocupação humana, e para a qual não tem qualquer questionamento prévio”, podendo, assim, restringir os resultados (SANTOS, 2001, p. 16, 97). Por fim, apesar de pouco provável neste estudo de caso, existirá sempre a possibilidade de alterações de contexto prévias e propositais, além da escolha do que irá se preservar ou não, a qual está vinculada ao arqueólogo responsável, e pode gerar desconfortos para o empreendedor.

De modo que os fatores acima mencionados devem ser tratados conjuntamente pelas possíveis questões políticas, econômicas e disputas de interesses que possam envolver um programa de Arqueologia (inclusive a questão de aparelhamento políticos em órgãos públicos, conforme mencionado). Sendo um trabalho de caráter obrigatório para o licenciamento ambiental em grandes obras, o trabalho arqueológico costuma ser sinônimo de “atraso” do ponto de vista dos empreendedores por haver a possibilidade de paralisação das obras caso se encontre material. E essa questão se dá pelo simples fato da existência do Processo em si, que “toma tempo e dinheiro”. Além disso, é preciso lembrar que a presença de um sítio arqueológico pode causar o embargo de uma construção por parte do IPHAN (WITTMANN, 2019, p. 245). Ou seja, a proteção do patrimônio material e ambiental é encarada como um problema para muitos investidores, retardando, na opinião deles, a expansão urbana (ZANETTI; DALLAGO; GOMES, 2019, p. 135, 136). Não no sentido de proteger e valorizar a memória e o meio-ambiente, mas no sentido que essa valorização atrapalha um suposto “desenvolvimento”. Assim,

Na maioria dos casos, no entanto, o princípio que opera é “a preservação por registro”: isto é um eufemismo, é claro, da completa destruição dos vestígios materiais para dar lugar ao centro comercial ou ao aeroporto, com o pretexto de que seu registro em papel ou formato digital garantirá sua preservação. (HAMILAKIS, 2015, p. 54).

Conforme mencionado, Indaiatuba é considerada uma cidade “desenvolvida” e “moderna”. A interpretação de todos esses dados unidos forma um determinado contexto que pode ser estudado, tanto pelo viés da prática arqueológica quanto no que diz respeito às questões sociais e alterações do território analisado. No caso do presente estudo, os dados coletados, somados à conjuntura socioeconômica e histórica da cidade, apresentam um aumento da especulação imobiliária. E pouco tem sido feito, por parte da municipalidade (e demais esferas,

se considerar que é competência comum a proteção ao patrimônio cultural material [IPHAN, 2018]), para se mitigar as perdas históricas e arqueológicas causadas em nome de um suposto “desenvolvimento”. Vale lembrar que o *status* de “moderno” e o substantivo “desenvolvimento” são conceitos euro-ocidentais. E as sociedades euro-ocidentais não costumam levar em consideração povos originários ou outras culturas advindas de locais não euro-ocidentais (haja vista a própria memória local de Indaiatuba, que segue cristalizada sobretudo em torno da imigração do final do século XIX). De modo que essas palavras são termos (e ações) que necessitam ser decolonizados para melhor compreensão de narrativas outras.

O exemplo de Indaiatuba nesse sentido, portanto, é claro: houve uma expansão urbana, sobretudo a partir da década de 1980, a qual não se esgotou ainda nos anos 2000, e segue sem freio. Esse fator levou não apenas a um “desenvolvimento” rápido pregado pelas propagandas e pesquisas, mas também a uma gentrificação e segregação local. Essa lógica de mercado cobra um preço, e no caso há também um preço histórico a ser cobrado:

Assim, esse vínculo contemporâneo entre arqueologia de contrato e “arqueologia pública” consubstancia-se no mercado, reproduzindo desigualdades sociais com retóricas patrimoniais. A questão não é apenas liberar as obras desenvolvimentistas, conquanto isso seja fundamental para o funcionamento do mercado. Trata-se, também, de acolher as comunidades, e todas as suas coisas arqueológicas, como peças publicitárias. Trata-se, ainda, de veicular a imagem de que a destruição também constrói. Destrói, mas preserva a pluralidade cultural. Devasta positivamente, inventariando paisagens, costumes e coisas nos arquivos, onde ulteriores consultas sobre a diversidade que nos caracteriza historicamente poderão ser feitas. Nesses arquivos, o passado estará registrado para benefício do futuro. (FERREIRA, 2013, p. 99, 100).

Assim como os condomínios e outras obras “desenvolvimentistas” são exclusivos e, portanto, reproduzem desigualdades sociais, a Arqueologia vinculada ao sistema neoliberal e neocolonial também o é. E tais questões podem ocorrer independentemente da equipe se utilizar de trabalhos de Arqueologia Pública ou de Ações Patrimoniais (FERREIRA, 2013, p. 99–101; HAMILAKIS, 2015, p. 49; HUTCHINGS; LA SALLE, 2013, p. 27–28). Claro que esses trabalhos são realizados para mitigar os prejuízos, por ser impossível a preservação total de memórias. Entretanto, a crítica principal reside no como esses trabalhos têm sido executados (sobretudo acerca do material produzido), quais memórias preservaram-se e, principalmente, como os órgãos públicos responsáveis têm lidado com todas essas situações ao longo do tempo.

No caso de Indaiatuba, por exemplo, é possível que muito se tivesse preservado se a lei fosse mais rígida no início dos anos 2000 e se houvesse interesse por parte da municipalidade

(sobretudo da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, a qual manteve o foco principal em patrimônios de “pedra e cal”) no patrimônio arqueológico. Além disso, há o interesse por parte das empresas em realizar um trabalho que seja eficaz a médio prazo, afinal, são essas pesquisas que ditarão o futuro da prática. Sabe-se que a lógica do capital está envolvida diretamente na Arqueologia em Obras de Engenharia por conta justamente da contratação e, portanto, geração de empregos na área. Contudo, a questão é quais demandas é preciso priorizar: as das comunidades afetadas, da natureza e da história ou aquelas do neoliberalismo, trajado de um suposto “desenvolvimento positivo” e do mero “registro arqueológico”? (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 14). Posto isso, cabe também a problemática do material produzido: que não fosse apenas um relatório burocrático, com dados técnicos e sem criticidade, ocasionando na acumulação de documentações sem estudos ou extroversão, gerando um cadastro extenso de sítios que, via de regra, não são de conhecimento da sociedade. Afinal, apenas a disponibilização dos dados não garante o seu conhecimento por parte da sociedade (desconhecimento esse que na maioria das vezes não está vinculado a um desinteresse, mas sim à falta de divulgação e explanação sobre o tema). E todos esses dados, no geral, seguem sem maiores aplicações científicas ou sociais.

O “desenvolvimento”, como foi dito, é incessável e incansável aos olhos do sistema neoliberal, sendo, portanto, predatório, inclusive no que diz respeito a impactos ambientais, sociais, comunitários, culturais, históricos e arqueológicos. De que forma poderia então a Arqueologia em Obras de Engenharia ser realmente uma prática menos capitalista, menos predatória e mais social?

O objetivo do presente texto não é vilanizar o trabalho da Arqueologia em Obras de Engenharia — nem tampouco vangloriar a Academia, a qual tem responsabilidade tanto pela formação dos profissionais atuantes na área quanto pela manutenção de trabalhos que sejam críticos e construtivos, além do dever de fazer denúncias e exigir pela melhoria de condições de trabalho de seus colegas de profissão, bem como de políticas públicas de conservação. Deve-se lembrar que as instituições de ensino/pesquisa também estão enquadradas no contexto capitalista, dependendo de bolsas e financiamentos e, portanto, preterindo determinadas pesquisas em detrimento de outras, podendo gerar silêncios e concordâncias com problemáticas do sistema. Além disso, todo pesquisador cria seus discursos munidos de ideologias e pressões sociais, não havendo neutralidades em nenhum ambiente humano. Não é preciso, portanto, que haja maniqueísmos entre os mais diversos profissionais da área. Mas é necessário que a atividade seja problematizada, independentemente do trabalho realizado (MONTICELLI, 2010,

p. 27, 28, 138, 174; WITTMANN, 2019, p. 245, 246; ALVARENGA, 2016, p. 66), para assim seguir em constante ressignificação.

Na presente pesquisa, as atividades de Arqueologia em Obras de Engenharia são encaradas como positivas (ao contrário do que pregam alguns autores), porém o modo como elas são realizadas, em muitos casos, segue problemático. Assim, “O motivo de críticas tão contundentes à Arqueologia contratada talvez resida justamente no fato de que nossos estudos (em condições pouco ideais de tempo, com concorrência entre equipes, em relação ao critério ‘valores’) não têm conseguido garantir a preservação ou estudos minuciosos do patrimônio arqueológico” (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 8).

Há então, em primeiro lugar, a questão de que a empresa a ser contratada será escolhida pelo empreendedor, o qual leva em consideração relações de gastos e tempo, gerando uma competitividade de mercado entre os profissionais do ramo, os quais muitas vezes buscam reduzir tanto os gastos quanto o tempo. Esse fator é responsável por resultar em funcionários geralmente mal remunerados, os quais trabalham excessivamente, sem maiores condições para fazer denúncias, e, por consequência, realizando pesquisas mais precárias, técnicas e instrumentalizadas, gerando numerosos registros problemáticos (HAMILAKIS, 2015, p. 50, 52, 53; FERREIRA, 2013, p. 100, 101; MONTICELLI, 2010, p. 148, 197). Notou-se durante a pesquisa realizada que os relatórios, com o passar dos anos, tornaram-se mais concisos, menos críticos e até mais repetitivos. Esses problemas podem ser reflexos do próprio IPHAN (e outros órgãos de preservação de memória e ambientais) (MONTICELLI, 2010, p. 196) ¹⁷⁹. A partir da presente pesquisa, percebeu-se que, com o tempo, parte de seus pareceres técnicos também se tornaram documentos meramente burocráticos — além dos problemas de registro em suas plataformas e do aparelhamento por parte do governo federal, já mencionados. Dessa forma, como alega Wittmann “[...] nos relatórios sobre as áreas pesquisadas, o campo arqueológico é povoado apenas pelo registro positivo ou negativo de uma cultura material muda e morta, geralmente reduzida a sua forma e função” (WITTMANN, 2019, p. 240), minimizando a função social que esses trabalhos poderiam ter. Não se nega, novamente, os esforços de parte dos envolvidos. Entretanto, a Arqueologia em Obras de Engenharia foi consumida pelo vórtex neoliberal, onde as obras necessitam de profissionais, o que gera um aumento de pessoas trabalhando nessa área. E estes, por sua vez, dependem de dinheiro para sobreviver, e para ter

¹⁷⁹ Com destaque para o governo federal presidido por Jair Bolsonaro, o qual foi acusado de realizar interferência direta no IPHAN (já mencionado), além dos demais desmontes referentes à pasta do Meio Ambiente (MEDEIROS, 2021).

dinheiro, no atual contexto, é preciso produzir mais barato e mais rápido (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 5; WITTMANN, 2019, p. 238).

Outra questão importante é sobre o tratamento dado à memória local. Nota-se que na maioria dos Processos foram utilizados dados de fontes memorialistas ou de historiadores que se basearam principalmente nessas obras para realizarem seus estudos. Inclusive são mencionadas fontes memorialistas secundárias, como sites de instituições públicas que se basearam naqueles para escreverem suas publicações. Poucos trabalhos trazem historiadores locais recentes como parte da bibliografia analisada, e não necessariamente tratam-se de projetos e relatórios mais atuais, principalmente porque muitos pesquisadores claramente se basearam em projetos e relatórios anteriores para produzirem seus trabalhos. Novamente, não é problema embasar os estudos — em parte — em textos memorialistas ou em trabalhos já realizados. A questão é que, quando são trazidas novas fontes, os trabalhos tornam-se mais críticos, consistentes e dinâmicos no tempo presente. Essa diversidade e renovação de fontes é de suma importância para se criar debates que sejam mais contemporaneamente relevantes, inclusive no campo historiográfico. Além dos trabalhos mais recentes trazerem novos dados, em sua maioria eles abordam temas não muito convencionais para os memorialistas locais, como a diáspora africana, podendo ampliar, assim, as áreas a serem analisadas durante uma pesquisa arqueológica.

Não se poderia deixar de dedicar um trecho à cultura material encontrada na cidade. Infelizmente não foi possível o contato direto com o material encontrado ¹⁸⁰. No entanto, é

¹⁸⁰ A despeito da maioria dos relatórios que apresentaram encontro de vestígios terem anexado ofícios de recebimento de material arqueológico por parte das instituições de salvaguarda (ou documentação referente à transferência do material), em conversas com os responsáveis pelas entidades, foi comunicado em outubro de 2021 que as coleções enviadas ao Museu Municipal “José Raphael Toscano” (Jaú) lá não foram encontradas. Quanto ao Museu Municipal Elisabeth Aytai (Monte Mor), em março de 2022 foi dito pelo responsável que o acervo estaria passando por adequações de organização, tendo sido feito outros contatos em agosto e novembro do mesmo ano, para os quais foram dadas respostas semelhantes. A resposta final veio apenas em maio de 2023, após uma das funcionárias do Museu iniciar as buscas pelas coleções. Na ocasião, foi dito que as referidas também não constam no sistema da instituição em questão, confirmando por meio das documentações contidas nos Processos (e aqui analisadas) que esses materiais teriam sido originalmente enviados ao Museu Municipal de Jaú. De modo que não foi possível acessar a documentação material referente aos Processos analisados. Em 12/06/2023 o Museu Municipal Elisabeth Aytai entrou em contato novamente, informando que chegara uma coleção de Indaiatuba, a qual contém cinco fragmentos líticos. O material em questão diz respeito ao Processo de NUP: 01506.001836/2022–17, que, por sua vez, refere-se ao trabalho arqueológico intitulado *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Reserva Bothânica*. Esse ainda não se encontra registrado na tabela “Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU [Diário Oficial da União]” (IPHAN, [s.d.].c), porém os trabalhos já foram finalizados, toda a sua documentação já consta na Plataforma SEI-IPHAN e tanto projeto quanto relatório datam de 2023. Aqui limitar-se-á apenas a evidenciar a sua existência como Processo e a relevância da cultura material decorrente dele, pois uma análise mais exaustiva, além de demandar mais tempo, estaria fora do nosso recorte temporal proposto (2005–2021), sendo ilógico um estudo que ignorasse os demais Processos ocorridos entre 2022 e 2023.

possível chegar a algumas conclusões tendo como base os relatórios analisados ¹⁸¹. É dito que foram localizadas evidências pré-coloniais (como pontas de flechas, raspadores e lascas) e material colonial (como faiança fina e vidro). Muitas dessas foram descartadas, conforme relatado, por estarem descontextualizadas, provirem de lugar exógeno ao local em que foram encontradas ou estarem muito deterioradas. Deve-se pensar, antes de realizar o descarte desse material, se esses não poderiam ser de utilidade para a realização de Mediações Patrimoniais com a comunidade, seja pela própria empresa contratada ou por instituições de memória locais.

O caso de Indaiatuba é um exemplo de local onde não se teria conhecimento dos próprios recursos arqueológicos se não fosse pela imposição da realização de trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia em alguns empreendimentos. Tal fator decorre da falta de tradição de pesquisas acadêmicas arqueológicas sobre o território nesta área específica. De acordo com Maria do Carmo M. M. Santos, esse tipo de trabalho trata-se de uma “[...] oportunidade de geração de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico de áreas que possivelmente jamais seriam objeto de pesquisa sistemática” (SANTOS, 2001, p. 19). Ou seja, o material proveniente desses trabalhos (seja material ou escrito) auxilia na reconstrução histórica do local. Essa questão ressalta a importância da atenção que as empresas contratadas e as instituições (inclusive o IPHAN) precisam ter, a fim de potencializar a evidenciação de outras memórias, evitando, assim, que apenas a memória oficial (e/ou cronista) predomine no campo histórico e historiográfico local.

Não foi registrado em nenhum dos Processos analisados o encontro de material referente à memória da diáspora africana local. Deve-se lembrar que na região o movimento escravagista era bem evidenciado e, até pouco tempo atrás, pouco se falava sobre (inclusive nas memórias locais, conforme relatado no segundo capítulo). O fato de apenas um relatório apresentar a questão cultural étnica demonstra o quanto a base memorialista (que localmente têm suas raízes no colonialismo, sobretudo italiano, alemão e suíço) ainda se encontra fortemente presente nas referências para pesquisas sobre a cidade. Impossibilitando, portanto, maior evidenciação de informações acerca de outras culturas locais.

Outra problemática em torno do memorialismo é a tendência de que em algumas cidades (inclusive Indaiatuba) pessoas acharem que o museu local é uma extensão de suas casas (ou até mesmo um depósito próprio). Ou seja, há a doação excessiva de peças (as quais os funcionários por vezes se sentem coagidos a aceitar), muitas vezes apenas por afeto pessoal. Isso não

¹⁸¹ É preciso lembrar que aqui não se adentrou em questões de interpretação técnica pelos seguintes motivos: a autora não ter habilitação na área de Arqueologia para tal e pelo próprio fato das peças não terem sido localizadas.

necessariamente fará com que uma reserva técnica seja rica de objetos socialmente relevantes, mas pode fazer com que o local fique abarrotado de materiais que potencialmente não serão inseridos em uma cadeia operatória museológica (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 197). Claro que é possível trabalhar de forma criativa, buscando trazer alguns desses materiais para atividades outras — e essa questão pode ser incentivada nas instituições de memória. Porém, é preciso também sensibilizar a sociedade (de forma geral) acerca da função social desses locais, sobretudo sobre serem territórios de direito de acesso, permanência e preservação de todos, bem como sobre as suas especificidades, criando diálogos que considerem inclusive as demandas sociais. Teixeira Coelho menciona em sua obra que estamos abarrotados de cultura (COELHO, 2001, p. 84). Algo semelhante parece acontecer no caso de algumas instituições, as quais estão abarrotadas de cultura material, porém com muito pouca utilidade e/ou acesso. Ou seja: a questão segue sendo sobre a disponibilização e a produtividade em cima desse material: “Quer dizer: na produção cultural, o vital é romper os monopólios da produção e colocá-la ao alcance efetivo do maior número de pessoas. A isto é que se poderá chamar de ‘democratização da cultura’ propriamente dita” (COELHO, 2001, p. 84) ¹⁸².

¹⁸² Aproveita-se o ensejo para frisar que o acesso à documentação e informação, independentemente do meio, suporte ou formato (quando não restritos, sigilosos ou pessoais), produzida ou acumulada por qualquer órgão, ou entidade pública (referente à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), é direito fundamental garantido por lei, estando em consonância com os princípios básicos da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), segundo a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011). De forma geral, é ponto pacífico que o sigilo é a exceção, e não a regra; quando invocado, deverá estar muito bem embasado. A mesma Lei garante em seu art. 11 que “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”; em caso de impossibilidade de concessão ao acesso imediato, o órgão ou entidade deverá cumprir prazos para garantir esse acesso. O mesmo ocorre no caso de indeferimento do acesso à informação solicitada, podendo o interessado interpor recurso, devendo ambos, entidade e interessado, também se atentarem a prazos. Em caso de extravio, “o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.” (BRASIL, 2011). Por fim, em seu art. 32, contido no cap. 5 (“Das Responsabilidades”) está disposto que o agente público (ou militar) que atuar de forma ilícita (incluindo “recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” [BRASIL, 2011]) estará sujeito a sanções, conforme a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (a qual é aplicada aos servidores de municípios em que não houver estatuto próprio ou para complementar a Lei Municipal), sendo prevista, também, a possibilidade do agente responder por improbidade administrativa (BRASIL, 2011). Além da LAI, o direito do acesso à informação é previsto pela Constituição Federal, em seu inc. XXXIII do cap. 1 “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, onde é disposto que: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.” (BRASIL, 1988); e também na seção segunda (“Cultura”), no art. 216, o qual versa sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro (que inclui as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico), em seu § segundo, o qual dispõe que “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.” (BRASIL, 1988). Dessa forma, as instituições de memória (inclusive os museus) devem se atentar também ao cumprimento dessas leis e seus prazos, assegurando igualmente o acesso público à cultura material, quando possível, e trazendo motivações muito bem embasadas quando da sua impossibilidade. É preciso que esse debate seja revisitado também por mais pesquisadores, evitando que problemáticas de acesso ao acervo — e até mesmo descasos —, lutando pela

Por fim, acerca dos Processos, em diversos relatórios foi citado o fator do solo já ter sido anteriormente revolto, o que pode ter levado à destruição de sítios arqueológicos locais. Essa movimentação do solo, seja por construções anteriores ou menores, transformar o terreno em pasto (ou vice-e-versa), pavimentação de ruas ou estradas, dentre outras motivações mencionadas ao longo do capítulo terceiro, manifesta novamente a questão da antropofagia histórica, que ocorre independentemente de grandes picos de “desenvolvimento”. Mas que também pode estar enraizada em questões políticas, pois Planos e Programas de Desenvolvimento, como o Plano Nacional de Desenvolvimento ou Plano Diretor, conforme mencionado anteriormente, normalmente são de longa duração. Ou seja, há uma previsão do que poderá ser realizado nas décadas seguintes. Dessa forma, não se descarta o interesse político (atrelado ao econômico) em não manter atualizadas questões de políticas públicas que beneficiem a proteção ao patrimônio histórico e arqueológico nesses Planos e Programas.

Nota-se, assim, a necessidade de que a Arqueologia em Obras de Engenharia (e áreas correlatas) passe por reformulações que visem a decolonização e a busca por uma mudança estrutural no sistema. E esta não apenas teórica (já sendo aplicada em muitos casos), mas também metodológica e prática, sem supostas neutralidades (inclusive pelo fato de que nenhuma interpretação, inclusive as pró-capitalistas, são isentas de ideologias (FUNARI; ROBRAHN, 2008, p. 21). É preciso, portanto, que esses estudos deixem de ser burocracias científico-tecnológicas, que obedecem apenas a uma exigência jurídica (MONTICELLI, 2010, p. 202), e assumam seu papel científico e social, transformando longos relatos, dados e registros arqueológicos em informações acessíveis. “Aos arqueólogos e outros investigadores sociais compete lutar por um papel mais interventor em todo esse processo. O que só conseguirão dignificando socialmente sua atividade, com profissionalismo e uma conduta ética e deontológica que inspire o respeito de seus concidadãos” (RAPOSO, 1995 apud MONTICELLI, 2010, p. 175. grifo nosso). Para que isso ocorra, entre outras questões, é preciso que as leis sejam revistas e, mais importante ainda, aplicadas:

[...] as leis patrimoniais raramente funcionam, pois a cultura material, além de estruturante, se vivifica conforme os contextos e as cosmologias das comunidades. É verdade. Porém, deve-se considerar, nas pesquisas que fazemos sobre a agência da cultura material, que as legislações arqueológicas aprisionam as coisas; e, hoje, são crescentemente alegorizadas como emblemas de bandeiras nacionalistas e

democratização do conhecimento de maneira ampla e efetiva. Essa questão também evidencia a importância e a necessidade da criação de mais locais de salvaguarda de peças arqueológicas: para que os acervos sejam descentralizados, possibilitando, assim, maior controle sobre seus materiais, visando que estejam mais próximos às comunidades, e, portanto, o acesso seja facilitado e, potencialmente, garantido.

colonialistas, atrações do turismo global e suportes do mercado liberal. (FERREIRA, 2013, p. 101).

Um problema no que tange a legislação é que a grande pergunta feita (e muitas vezes a única) é se há ou não cultura material no espaço a ser estudado. Tal situação é causada por pressões econômicas e políticas, levando a, além de todos os problemas, constrangimentos por parte de profissionais bem-intencionados envolvidos (WITTMANN, 2019, p. 232) ¹⁸³. Além disso, há a problemática de que “Patrimônio é, por um lado, um conceito jurídico e burocrático, constituído por diferentes legislações, documentos e trâmites, e, por outro, um conceitoêmico da Ciência Arqueológica, construído pelos(as) arqueólogos(as) através de suas formações, posições teóricas e experiências” (WITTMANN, 2019, p. 235). Como a maioria das questões socioculturais, a definição do que é patrimônio também é um constructo, inerente a contextos próprios de espaço *versus* tempo, sobretudo social (para além da Academia e da jurisdição). Assim, trabalhos de revisão jurídica devem ser constantemente considerados em todas as esferas, incluso na municipal.

Para tentar quebrar esse ciclo mercadológico da Arqueologia (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 8), portanto, é preciso que as comunidades sejam sensibilizadas acerca da importância sobre as pesquisas, para que possam cobrar das autoridades maior seriedade sobre o tema e trabalhar em conjunto com as empresas. Isso pode ser gradualmente modificado com a realização de bons trabalhos, inclusive de Mediação Patrimonial, que lidem em conjunto com a comunidade, de forma crítica, visando a troca de conhecimento e também a propagação da importância das atividades desenvolvimentistas serem cada vez menos predatórias. É preciso que a Arqueologia em Obras de Engenharia aprimore, além do lado técnico, a sua responsabilidade social, havendo cobrança dessa responsabilidade por parte das empresas contratadas em conjunto, exigindo inclusive períodos maiores de pesquisa para empresas e melhores políticas públicas. Para tal é necessário que haja uma criticidade (prática) ao sistema de maneira geral “[...] pois as empresas de AC [Arqueologia de Contrato] com frequência se acomodam às pressões e interesses da parte para a qual trabalham” (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 14; SANTOS, 2011, p. 66), além de autocrítica — inclusive por parte da própria Academia (MONTICELLI, 2010, p. 203–204; SANTOS, 2001, p. 128).

¹⁸³ “Esses arqueólogos veem as suas possibilidades de ações políticas, sociais e até no que tange a uma liberdade teórico-metodológica e científica nesse instituto, em relação à análise de processos de licenciamento, de forma ‘pessimista’. Isso se dá devido ao cargo que assumem e suas responsabilidades, direitos e poderes frente à legislação e às pressões internas e externas, [...]” (WITTMANN, 2019, p. 232).

Se adotadas, tais medidas potencialmente resultarão em bons trabalhos de campo e textuais, afinal “A qualidade do levantamento arqueológico está diretamente relacionada com sua capacidade de delinear o universo de recursos arqueológicos, abrangendo toda a diversidade presente na área de estudo, com o objetivo de orientar as medidas de gestão (quais recursos preservar, resgatar, ou permitir a destruição)” (SANTOS, 2001, p. 24). Todos os esforços, entretanto, serão em vão se o conhecimento produzido não chegar à sociedade de forma acessível, permanecendo apenas encastelado em periódicos ou congressos e outros eventos acadêmicos — os quais muitas vezes podem ser financiados pelas próprias empresas (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 15, 17). Com isso, novamente, não se pretende vilanizar a Arqueologia em Obras de Engenharia, tampouco os profissionais atuantes, porém

Desvelar a AC [Arqueologia de Contrato] é um primeiro passo para desfazer os males que tem causado à arqueologia, à sociedade e à natureza. Este passo necessário se pode complementar com um ativismo político destinado a fazer frente à concepção de desenvolvimento como tropomestre ahistórico e da AC como uma atividade técnica descontextualizada. Este chamado ao ativismo se articula com o que Gustavo Esteva (1996:73) chamou de “formas pós-econômicas”, baseadas em redes de conhecimento e ação, formando coalizões de cidadãos para implementar os controles políticos na economia, com o fim de reinserir as atividades econômicas no tecido social de onde foram extraídas, retoricamente, com o objetivo de não prestar contas a ninguém. Já é hora da AC prestar contas à sociedade e à natureza, para não dizer à arqueologia e aos seus praticantes. (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 17. grifo nosso).

Ou seja, a questão deste (bem como dos outros trabalhos referenciados) é auxiliar a prática da Arqueologia em sua totalidade. É preciso que haja crítica (e autocrítica, inclusive por parte da Academia) para realizar um trabalho que seja ético, socialmente responsável, menos mercadológico, menos predatório e que também auxilie na problematização da memória local. O que não é tão simples, pois, como pode-se ver, a Arqueologia causa destruição de seus contextos e a maioria dos profissionais está submetido a contratos, produzindo, assim, muitos documentos meramente burocráticos. Além disso, há as problemáticas existentes acerca dos trabalhos de Arqueologia Pública, mais especificamente as atividades da chamada “Educação Patrimonial”, cujos resultados muitas vezes estão aquém do esperado, justamente pelas questões já pontuadas que envolvem a Arqueologia em Obras de Engenharia. Essa prática didática é de suma importância, pois é por meio dela que a empresa contratante prestará contas à sociedade, sendo uma forma de “mitigar” os danos causados. Esses motivos justificam a presença de um capítulo dedicado apenas à análise dos trabalhos de “Educação Patrimonial” e busca de soluções que visem muito mais Ações Patrimoniais, auxiliando em uma prática que seja mais socialmente engajada, questões essas a serem discutidas no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 4 — ANTROPOFAGIA E MEDIAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIAS, PRÁTICAS E PROPOSTAS

No presente capítulo buscou-se problematizar questões relativas à prática da chamada “Educação Patrimonial”, utilizando novamente como estudo de caso os Processos referentes a Indaiatuba. A maioria dos textos acadêmicos brasileiros sobre o tema abordam determinadas pesquisas, fazendo alusão ao trabalho a partir dessas, descrevendo metodologias, teorias, exaltando alguns pontos e problematizando outros. Não que tais estudos específicos não sejam importantes, pois justamente é necessária a pesquisa em torno dos trabalhos realizados pelos arqueólogos. Porém, poucos textos se focam na atividade em si, de maneira global, apontando problemáticas e soluções gerais. Sobretudo no que diz respeito à Arqueologia em Obras de Engenharia. Para isso, partiu-se de uma discussão teórica acerca do tema da chamada “Educação Patrimonial”, tendo como base autores como Paulo Freire, Denise Grinspum, Mário Chagas, Carla Gilbertoni Carneiro e, mais recentemente, Simone Scifoni, Florêncio *et al*, Edmir Perrotti, Camilo de Mello Vasconcellos, Márcia Lika Hattori e José Lassance. Foram abordadas também legislações, normas de órgãos competentes, cartilhas sobre o tema produzidas pelo IPHAN e teorias de Mediação, Ciência da Informação, Comunicação e Pedagogia. Em seguida, é apresentada a análise das atividades de “Educação Patrimonial” contidas nos Processos disponíveis na plataforma SEI-IPHAN. Essas foram realizadas não apenas a partir do ponto de vista técnico, como também prático e social, visando obter uma resolução qualitativa acerca da prática. No terceiro subcapítulo são apresentados os resultados dessa análise, a qual buscou expor um ideal esperado em uma Ação Patrimonial, que aqui chamou-se de Mediação Patrimonial. Todas essas discussões levaram à produção de uma metodologia e, portanto, de um material de referência voltado para a Mediação Patrimonial focada em trabalhos arqueológicos, o qual encontra-se fixado no item “Anexos”.

4.1 “Educação Patrimonial” versus “Mediação Patrimonial”: debates teóricos ¹⁸⁴

É preciso saber que o museu, o patrimônio, a memória e a educação tiranizam, aprisionam, acorrentam e escravizam os olhares incautos e ingênuos. É preciso coragem para pensar e agir a favor, contra e apesar do museu, do patrimônio, da memória e da educação. É preciso enfrentá-los com o desejo de resignificação e antropofagia, com a coragem dos guerreiros que estão prontos para a devoração. (CHAGAS, 2006, p. 5).

¹⁸⁴ Algumas das questões apresentadas no presente subcapítulo foram discutidas em artigo que se encontra em processo de publicação.

A problematização das Ações educativas dos Processos analisados se faz importante não apenas pelo fato de quase todos os programas apresentarem a necessidade da realização de trabalhos da chamada “Educação Patrimonial” (a partir da IN-001/2015), mas também porque debates nessa área ainda não tem a amplitude necessária. Existem diversos textos que analisam Ações Patrimoniais, porém poucos as problematizam e as ressignificam (SCIFONI, 2014, p. 196–197), sobretudo na área de Arqueologia. Dessa forma, é necessário manter a chama do debate acesa, principalmente por seu aspecto social e político. Antes do estudo de caso propriamente dito deve-se, portanto, realizar um debate teórico sobre o tema.

Em primeiro lugar, é preciso explicar que o campo da chamada “Educação Patrimonial”, assim como acontece em qualquer área científica das Humanidades, jamais estará completamente consolidado, pois se trata de uma esfera que deve manter-se em constante desconstrução e reconstrução, acompanhando a sociedade e sendo retroalimentada por ela. É possível dizer que o campo da dita “Educação Patrimonial” no Brasil esteja aquém do esperado (e até em retrocesso nos últimos anos, graças à falta de políticas públicas no Brasil, aparelhamento de órgãos por parte do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, descaso, desincentivo e até mesmo deboche pela área e destruição do patrimônio público ¹⁸⁵, tanto no âmbito político como social, conforme já abordado). Porém, a discussão tem de perdurar em construção ativa, independentemente da valoração política e social atribuída ao patrimônio, justamente para incentivá-la. Ou seja, o debate não está em construção apenas pelo fato de a questão patrimonial no Brasil caminhar a passos lentos (apesar de sua legislação no tema já ser antiga, conforme abordado anteriormente). Mas também porque segue em constante construção e ressignificação pela dinamicidade própria dos processos culturais (bem como pela necessidade social da existência desse debate). E para essa construção se alimentar é necessário que tais debates sejam incessantemente realizados, tanto no âmbito da Academia quanto fora dela.

Desse modo, é preciso começar pela origem do termo para poder prosseguir com a sua desconstrução. O estudo semântico se faz importante, pois a criação de práticas (bem como a sua denominação e posterior ressignificação) é carregada de aspectos políticos. Assim, os termos não são apenas meras palavras, sendo que seus significados ajudam a determinar as

¹⁸⁵ Pode-se citar como exemplo mais recente a tentativa de golpe de Estado por parte de terroristas bolsonaristas e consequente invasão aos edifícios do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto (localizados em Brasília), fato ocorrido em 08 de janeiro de 2023. O ato terrorista levou à destruição dos patrimônios imóveis, móveis, documentações, objetos de uso geral e até mesmo obras de arte de valor inestimável, atacando também um dos nossos maiores patrimônios imateriais: a Democracia. (POL, 2023).

próprias práticas, os sujeitos envolvidos, bem como o desenvolvimento de políticas públicas (CARNEIRO, 2014, p. 449). Nesse sentido, questões como preservação e silenciamento de memórias podem ser melhor analisadas e problematizadas. Além disso, deve-se considerar a necessidade da democratização do conhecimento, tanto dentro quanto fora da Academia, de modo que algumas questões precisam ser retomadas para serem melhor analisadas (OCAR, no prelo). Para além da semântica, o conceito de alguns dos termos analisados é dado também por leis e normas que regem a sociedade, sendo igualmente parte importante da análise.

A despeito das expressões “Educação Patrimonial”, “Mediação Patrimonial” e “Ação Patrimonial” muitas vezes serem confundidas como sinônimos, os seus conceitos têm significados (e práticas) diferentes. De modo que serão analisadas as palavras “Educação”, “Mediação”, “Ação” e “Patrimônio”, que dão origem aos termos supracitados. A palavra “educação” é classificada no dicionário como o ato de transmitir conhecimentos para alguém por meio de uma atenção especial, auxiliando a pessoa a desenvolver capacidades físicas, morais e intelectuais (EDUCAÇÃO, 2022). Em sua origem latina, o verbo continha o sentido de “[...] criar (uma criança), nutrir, fazer crescer. Etimologicamente, poderíamos afirmar que educação, [...], significa ‘trazer à luz a idéia’ ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade” (MARTINS, 2005, p. 33). Ou seja, o termo operava em um sentido quase epifânico, de uma “iluminação” do ser “ignorante” (no caso, inclusive, associado a uma determinada faixa etária), estando socialmente atrelado a algo que seria próximo ao que hoje se classifica como educação formal (escolas, faculdades, educação técnica, etc.) (OCAR, no prelo).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu art. 205 a definição de Educação, a saber: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988. grifo nosso). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) também versa em seu art. 1 sobre a definição de Educação, a qual “[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996. grifo nosso). Segundo o § primeiro do artigo em questão, a LDB disciplina sobre a educação formal. Não obstante, em seu art. 2 é dito que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

(BRASIL, 1996. grifo nosso). Por fim, a educação escolar deve estar vinculada à prática social, estando também calcada em princípios firmados pela LDB (BRASIL, 1996). Dessa forma, de acordo com as informações dispostas nas duas leis supracitadas, a Educação extrapola os muros escolares, sendo também um dever da família e da sociedade, de forma geral. Além disso, o ato de ser educado não deve estar diretamente vinculado a uma faixa etária específica, como sugere a gênese do termo.

A palavra patrimônio, em suas origens, estava associada a heranças ou bens que se recebe e, portanto, às posses de uma pessoa. A palavra foi ressignificada, sendo utilizada, em um sentido moderno, também como forma de designação do conjunto de bens imateriais e materiais responsáveis pela formação identitária de um povo (OCAR, no prelo). Sua definição apareceu na legislação brasileira pela primeira vez no art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”), assinado por Getúlio Vargas (1882–1954) e pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1900–1985). Na norma em questão é dito que:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Na Constituição Federal de 1988 essa definição passou por algumas alterações, tendo sido adicionado um rol exemplificativo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Além disso, está incluso em seu § primeiro que a promoção e a proteção do patrimônio cultural serão feitas pelo Poder Público, *com a colaboração da comunidade*. Essas ações se darão por meio de registros, inventários, vigilância, tombamento, desapropriação, dentre outras maneiras de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988). Entre as diversas normas promulgadas acerca do patrimônio cultural desde 1937, vale citar a Portaria nº 375, de 19 de

setembro de 2018, que instaurou a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN (e dá outras providências) (IPHAN, 2018) e o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, responsável por instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2000). No parágrafo único do art. 1 da Portaria nº 375/2018 é dito que “Por patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2018). Já a definição de Patrimônio Imaterial foi registrada pela Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (não estando contida no Decreto nº 3.551/2000), na qual são abarcadas “[...] as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (IPHAN, 2006).

Assim, pode-se concluir que o termo “Educação Patrimonial” refere-se à instrução acerca do patrimônio (independentemente de sua natureza), dentro ou fora dos muros escolares. Apesar da não necessidade de uma espacialidade específica, no Brasil a palavra “educação” segue socialmente vinculada à educação formal (e familiar, dependendo do contexto), bem como às suas metodologias (OCAR, no prelo). O termo em questão é amplamente adotado em trabalhos de Arqueologia, motivação pela qual ele é aqui problematizado.

Voltando às análises semânticas, o próximo termo observado é “mediação”, o qual advém do ato de mediar, podendo ser resumido como o ato de intermediar uma comunicação. Conforme o dicionário *Michaelis Online*, o termo “mediação” aparece filosoficamente definido como o “Processo criativo por meio do qual se passa de um termo inicial a um termo final” (MEDIACÃO, 2022). Essa terminologia, proposta na Pedagogia brasileira sobretudo por Paulo Freire, é comumente adotada em museus e outros espaços culturais em suas atividades didáticas, sendo que a prática do trabalho didático museal é uma realidade desde o final do século XIX e começo do século XX (SCIFONI, 2014, p. 196). E, apesar de ser difundido também no campo da Pedagogia, não se vê muito a sua aplicação no dia a dia escolar.

Por fim, o termo “ação” é o ato ou efeito de agir. A definição filosófica dada ao termo, conforme o dicionário *Michaelis Online*, refere-se à “Atividade exercida por livre intenção de um agente; atividade prática que intervém no mundo real, em oposição à atividade teórica ou especulativa” (AÇÃO, 2022). Acerca do termo “Ação Patrimonial”, comumente utilizado, aqui se entende como:

[...] uma atividade didática, lúdica ou não, que tenha como foco principal o tema “patrimônio”. E essas Ações podem ser realizadas com os mais diversos públicos, independente de faixa etária ou local. Porém, deve-se manter a relação dialógica

horizontal de forma que a atividade seja assimilada pelo grupo em questão, para que este também possa fazer parte da Ação, buscando manter o público como foco da atividade. (OCAR, no prelo).

Dessa forma, aqui considera-se que o conceito de “Ação Patrimonial” está diretamente ligado à atividade em si, sendo essa uma ferramenta utilizada pelo profissional para realizar a Mediação. Em outras palavras, aqui entende-se que, para uma Ação ser eficaz e, portanto, se configure como metodologia ativa, é necessária uma “mediação” que a torne compreensível, e caberá ao profissional envolvido realizar adaptações sempre que necessário, mantendo o público como foco principal da atividade.

Postas as origens dos termos e suas aplicações normativas, é preciso agora problematizar os seus usos. Inicialmente é necessário conceituar as diferenças entre os campos da educação formal, não-formal e informal. A educação formal, em suma, é o modelo vinculado ao sistema escolar, a qual deve seguir parâmetros curriculares e, necessariamente, normas institucionais. A educação não-formal, por sua vez, nas palavras de Maria da Glória Gohn, pode ser caracterizada como “[...] aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (GOHN, 2006, p. 28), podendo ser estes institucionalizados ou não. Diferente da educação informal, que se trata das instruções que os seres humanos adquirem ao longo da vida por meio de suas relações sociais e vivências, com seus valores e culturas próprias (GOHN, 2006, p. 28). De forma que há uma interligação sociocultural entre os três conceitos (inclusive no que diz respeito à legislação, conforme apresentado). Essas conexões trazem benefícios, problemáticas e questões políticas que merecem destaque. No presente trabalho, serão analisados tópicos que dizem respeito sobretudo à educação formal e não-formal.

Assim, pode-se inferir que educar significa preparar as pessoas para o mundo, para a vivência em sociedade. Conforme exposto, a origem da palavra “educar” está comumente vinculada a uma instrução vertical e esclarecedora, encontrando-se ligada a processos de ensino tradicionalmente euro-ocidentais, os quais apresentam padrões de condescendência, paternalismo e sendo, algumas vezes, inclusive punitivo (OCAR, no prelo), cuja estrutura mecânica e unidirecional remete a tradições religiosas, sobretudo cristãs (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 4). A desconstrução da atividade educativa brasileira, consolidada sobretudo na figura de Paulo Freire, tem sido evocada constantemente nos estudos da área. Mas foi recentemente ignorada e atacada (inclusive por pais de alunos, graças sobretudo a *fake news* e desmontes do MEC associados ao governo federal do ex-presidente Jair Bolsonaro e à instituição do novo modelo de Ensino Médio). A educação, sobretudo aquela apostilada, não

desafia os educandos para além da “exatidão” positivista de seus conhecimentos (inclusive em disciplinas de ciências humanas). A prova cabal dessa questão é a preocupação majoritária de muitas instituições escolares (comumente conhecidas como “caça-níqueis”) na formação quantitativa de “calouros” em universidades, quando deveriam se preocupar com o desenvolvimento de seres humanos éticos, criativos e críticos.

É possível ter um vislumbre dessas questões também nos métodos adotados em processos seletivos para universidades e provimento de cargos públicos, cujas bancas de seleção muitas vezes utilizam-se de conhecimentos positivistas para a aplicação de suas provas, não focando na qualidade profissional do candidato. A despeito da luta de muitos educadores contra essa maré, a educação no Brasil segue, de forma geral, uma direção vertical, conteudista e hierarquizada (OCAR, no prelo), ignorando muitas vezes a sociedade (representada majoritariamente por seus alunos) e não estimulando a autonomia do ser pensante (inclusive, neste caso, os próprios professores). Essa questão igualmente passa por cima da autonomia do corpo docente, advindo muitas vezes de atuações conservadoras por parte da administração do ambiente educativo e dos órgãos governamentais competentes.

A preocupação com uma educação sobre o patrimônio não é recente. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898–1969), enquanto dirigente do SPHAN, já demonstrava essa inquietação. Mas foi a partir de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que se iniciaram os trabalhos de sistematização e coleta de informações referentes às culturas brasileiras, principiando os diálogos com as comunidades e tratando-as como sujeitos produtores de memórias, cujas diretrizes teóricas favoreceram para o florescimento dos debates sobre o tema (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 7–8). Diz-se que foi no *1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial na cidade de Petrópolis (RJ), em 1983, que documentalmente sucederam os estudos iniciais sobre a chamada “Educação Patrimonial”, sob essa alcunha (HORTA, 2005, p. 1). Desse evento se teriam originado os primeiros trabalhos de ações educativas adotando tal expressão. Dezesesseis anos depois, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), considerado então como obra basilar sobre o tema. O material, inicialmente, tinha como alvo o público escolar, onde buscava alcançar as comunidades, visando democratizar o conhecimento patrimonial e motivar a cidadania, sendo considerado como responsável por disseminar e consolidar o termo em questão (OCAR, no prelo). A cartilha afirma que a “Educação Patrimonial”:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

A questão das problemáticas da educação formal também faz-se presente na educação não-formal, sendo esse um tópico cuja discussão remonta há alguns anos — porém sem a amplitude que deveria ter. É mencionado no mesmo *Guia* sobre o diálogo permanente, o qual, de acordo com as autoras, encontra-se “implícito neste processo educacional” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4), bem como a importância do “[...] conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio” como “[...] fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4). Entretanto, na cartilha é mencionado de maneira explícita que a “Educação Patrimonial” se trata de um “instrumento de ‘alfabetização cultural’”, a qual “[...] possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Flávio Leonel Abreu da Silveira e Márcia Bezerra defendem que Horta, em artigo posterior, alegou que o termo foi utilizado em um sentido de “*empowerment*” (empoderamento), semelhante à proposta por Paulo Freire (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 83). No entanto, a despeito da explicação, aqui ainda se considera problemático o uso de tal termo para as Ações relativas ao patrimônio (sobretudo porque a expressão segue em uso por alguns especialistas). Conforme exposto anteriormente, os termos não são apenas palavras, mas sim estão carregados de questões políticas e sociais. A ideia de “alfabetização cultural” (apesar do termo ser trazido entre aspas) ignora que os sujeitos fizeram e fazem suas próprias leituras acerca do mundo que os rodeia, as quais devem ser respeitadas, ouvidas e consideradas. Ou seja, além de ser uma contradição com o que é dito anteriormente sobre “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio”, ignora-se que existem outras concepções de como lidar com o passado. Sendo, portanto, diverso ao pensamento de Paulo Freire acerca do empoderamento social, que estava vinculado sobretudo à alfabetização e, portanto, à apropriação de um novo tipo de linguagem, o que traz maior liberdade acerca de se apoderar de conhecimentos por meio de uma nova técnica. Ao contrário de um patrimônio, o qual muitas

vezes já foi apropriado pela sociedade (muitas vezes conscientemente, contrariando, novamente a cartilha) e têm determinado significado para ela.

Além disso, o processo de alfabetização propriamente dito prevê metodologias de execução que, em alguns aspectos, precisam ser sistematizadas. Essas sistematizações objetivam o desenvolvimento de uma nova habilidade mais pragmática (no âmbito do próprio sistema de alfabeto e leitura, e não referente à língua, às referências da pessoa mediada e à interpretação de textos em si). Ao passo que a dita “Educação Patrimonial” é um tema bem mais abstrato, justamente pela subjetividade estar presente em todo o seu processo. E, mesmo assim, sobretudo após os estudos de Paulo Freire, a alfabetização passou a ser discutida como uma prática que deveria ser cada vez menos sistemática, devendo o professor/mediador buscar trabalhar com a subjetividade e a realidade dos alunos/mediados, retirando o foco da simples instrução e instrumentalização. De forma alguma isso significa que as metodologias científicas e pedagógicas sobre a chamada “Educação Patrimonial” não devam ser aplicadas ou desenvolvidas no processo de mediação sobre o conceito de patrimônio, mas sim que elas não devem ser utilizadas em um sentido de “alfabetização cultural”, de “levar o conhecimento sobre o patrimônio”, podendo ser assim encaradas como uma atitude verticalizada, conservadora e muitas vezes até mesmo autoritária, opressora e silenciadora.

Esse aspecto já foi criticado por outros autores, como José Lassance, que alega que “A ‘alfabetização cultural’, compreendida sob um aspecto crítico, soa como uma escolha elitista ou preconceituosa, principalmente se entender que o inverso, ou o desprovido da Educação Patrimonial, é um ‘analfabeto cultural’ ou seja, alguém incapaz de operar e ler o mundo com as lentes de sua própria cultura” (LASSANCE, 2021, p. 166). Tais questões (bem como outras que serão aqui expostas) vêm sendo pontuadas ao longo das duas últimas décadas — mas sem a amplitude merecida. Carla Gilbertoni Carneiro aponta para o fato da não continuidade ou aprofundamento da Ação, quando essa é tratada como uma “alfabetização”, sendo limitada, apesar de se apresentar como um “processo ‘sistemático’ e ‘permanente’ de trabalho educacional” (CARNEIRO, 2014, p. 448), além de suas etapas estarem vinculadas a uma metodologia referente aos estágios do desenvolvimento infantil, sobretudo por conta de sua ligação a princípios teóricos fundamentados por Jean Piaget, como a psicologia do aprendizado e da percepção, corroborando, assim, para um caráter restritivo (CARNEIRO, 2014, p. 447–448).

Além disso, para Mário Chagas, a fixação de um “marco zero” do termo da chamada “Educação Patrimonial” no Brasil (oriunda do inglês — *heritage education*, inclusive metodologicamente e não apenas terminologicamente), acaba por ignorar as outras tantas

experiências que se desenvolveram no campo da instrução patrimonial antes de 1983 (intensamente lembradas, inclusive no presente trabalho). Chagas menciona que foram desconsiderados inclusive os trabalhos de Paulo Freire, alguns dos quais serviram como base teórica para o desenvolvimento da Nova Museologia, já nos anos de 1970 e começo de 1980, dentre outros tantos pesquisadores anteriores à “cunhagem oficial” do termo. Tais trabalhos foram responsáveis por desenvolverem atividades em locais como nos antigos Instituto de Pré-História e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (SC) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (PA), conforme cita Carneiro (CHAGAS, 2004, p. 143–144; CARNEIRO, 2014, p. 447). Há para Chagas mais que uma antropofagização do termo (e da cultura, no geral): um “canibalismo”, o que torna sem sentido a ideia de um “marco zero” para a “Educação Patrimonial” (CHAGAS, 2004, p. 143–144). Além disso, de forma geral, percebe-se uma sinonimização entre os termos “educação” e “escolaridade”, o que também traz problemáticas existentes no ambiente escolar para outros locais passíveis de mediação.

A questão de trabalhos de Pedagogia influenciarem as teorias e metodologias adotadas na educação não-formal não é recente, conforme já mencionado. Paulo Freire (1921–1997), Jean Piaget (1878–1942), Lev Vygotsky (1896–1934), Reuven Feuerstein (1921–2014), dentre outros, trouxeram a ideia do papel da educação formal como mediadora. Paulo Freire, cujo trabalho não se resumia à educação infantil, critica aquilo que ele chamou de “educação bancária”, onde o educador deposita conhecimento nos educandos, que são os depositários (FREIRE, 1981, p. 66). Ou seja, esse tipo de educação pressupõe passividade por parte dos alunos, sendo estes encarados como corpos dóceis que precisam ser disciplinados (e até mesmo “iluminados”), utilizando aqui a concepção de Foucault (FOUCAULT, 1987), fator que favorece interesses de grupos opressores. Essa educação, verticalizada, paternalista, condescendente (e muitas vezes até mesmo punitiva e detentora de uma estrutura religiosa, conforme já mencionado) se opõe ao conceito de mediação. No trabalho mediativo o professor deve humanizar as relações, fazê-las as mais horizontais possíveis, tornando os alunos seres ativos, críticos, problematizadores e autônomos no processo e na vida. Dessa forma, o professor mediador também se torna um receptor de informações, estando em constante educação (consciente e inconsciente) a partir dos diálogos realizados (FREIRE, 1981), sensibilizando e sendo sensibilizado sobre os mais diversos temas.

Nesse sentido, a função do professor (também carregada de estigmas) foi revista, cabendo a ele o papel de mediador. O princípio da mediação parte de uma relação horizontal, onde não há transmissão de um conteúdo “de cima para baixo”, mas sim uma troca de

conhecimentos a partir da instrução que a instituição quer (e precisa) passar e da necessidade dos ouvintes. Ou seja, para a mediação existir é necessário que interlocutor e ouvinte exerçam suas funções de forma ativa durante a Ação realizada (OCAR, no prelo). Para Santos Neto e Almeida Junior (2017) “A ideia da mediação vai além do pensamento de conciliação e/ou acordo entre duas partes, está relacionada ao fazer, a uma ação, a uma intervenção.” (SANTOS NETO; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 254). Assim, “[...] a mediação e o mediador atuam com vistas a apresentar um elemento (seja este um objeto, uma linguagem, uma imagem), desconhecido ou pouco conhecido, a um sujeito ou grupo social com a expectativa de que haja apropriação daqueles por estes” (SANTOS NETO; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 255). Possibilitando, assim, a construção de um campo de interação entre mediador e mediado. No caso, aqui considera-se que a mediação permitirá uma apropriação de conhecimento de ambos os lados (e não apenas por parte do público, como sugerem os autores). De forma que esse ato pressupõe uma contribuição mútua sobre o assunto abordado, independentemente do ambiente em que ela é realizada, bem como potencializa a realização novas mediações posteriores em outras oportunidades, sejam elas formais, não-formais ou informais.

Na mediação, portanto, ambos, mediador e ouvinte, são agentes sociais e históricos. Dessa forma, o mediador não só aprende com a sociedade, como faz parte dela. Parte-se do pressuposto que a Mediação Patrimonial, por si só, já se opõe à vertente conservadora da Educação Patrimonial, a qual “[...] é definida como uniformizante e homogeneizante por partir de uma forma de memória e de identidade que prioriza os detentores do saber sistematizado, oficial e integralizante ao não possibilitar a identificação de outros espaços e manifestações (MAGALHÃES, ZANON, BRANCO, 2009, p. 55)” (LUCIO, 2021, p. 106). Para Scifoni, nesse sentido, a “Educação Patrimonial” seria “[...] compreender a cultura e o patrimônio como mediação, ou seja, como meio que contribuirá para a consciência dos homens sobre o seu papel de sujeito, consciência de si mesmo e de sua ação” (SCIFONI, 2014, p. 204). Ainda segundo a autora, a Ação executada em contextos patrimoniais não deve visar simplesmente a transmissão de conhecimento, de forma a ignorar as particularidades do público (SCIFONI, 2014, p. 197–198, 204), fator que acomete constantemente o agente responsável pela chamada “Educação Patrimonial” (PERROTTI, 2016, p. 9–10).

É perceptível, portanto, que a problematização acerca da utilização do termo “Educação Patrimonial” em Ações Patrimoniais, bem como a sua prática em si, já foi tema de outros trabalhos. Seguindo o pensamento de Denise Grispum em sua tese de doutorado (2000): “Muito do que ocorre nas práticas educativas aplicadas na escola, afetam o ensino de arte nos museus. O que se ensina em sala de aula vincula-se a uma pedagogia, ou seja, uma teoria de educação.

As práticas e teorias educativas estão impregnadas de concepções ideológicas, que influenciam a pedagogia” (GRISPUM, 2000, p. 20). Teixeira Coelho, por sua vez, já opunha os termos “Educação” e “Cultura” em 2001 (COELHO, 2001, p. 28–31). De maneira semelhante ao autor, aqui se opõe o termo “Educação Patrimonial” a si, pois os processos educativos fazem parte de uma complexa lógica própria, a qual segue vinculada à educação formal, e que se confundem ou se perdem durante o trabalho de educação não formal. Ao passo que as Ações Culturais do Patrimônio, na maioria das vezes, estão vinculadas à educação não formal (termo que também poderia ser problematizado e revisado em outra oportunidade). Dessa forma, as práticas educativas, no sentido pedagógico, têm reflexos fora da escola. Grinspum também problematizou o uso da terminologia, no que diz respeito ao ensino de arte em museus:

Para contemplar as práticas educacionais de museus de quaisquer natureza, poderíamos pensar no conceito de “Educação para o Patrimônio”, que pode ser entendido como formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade. A arte, enquanto bem patrimonial, tornando-se acessível a todos – por meio de metodologias adequadas à fruição, compreensão em sua multiplicidade de sentidos e estímulo à criação, revelará modos distintos de conhecimento. (GRINSPUM, 2000, p. 30. grifo da autora).

O preâmbulo do excerto acima (bem como a própria descrição apresentada do termo proposto) prevê um trabalho crítico, democrático, que visa a autonomia do público. Entretanto, o termo segue atrelado a uma prática pedagógica vigente na educação formal. Nesse sentido, traz-se aqui uma problematização já exposta em artigo:

Por mais que possa parecer apenas uma questão de conceituação, a palavra “educação” carrega estigmas próprios da prática pedagógica brasileira, na qual também existem trabalhos louváveis de que é possível ensinar de forma democrática e privilegiando horizontalidades que conectem alunos, professores, instituições, políticos e comunidade. No entanto, de forma geral, o que se presencia é a verticalidade, a hierarquização demasiada, a ausência das instituições e a exclusão das comunidades no trabalho educativo, causados essencialmente pela precarização do ensino por parte do poder público. Sabe-se que esses são problemas estruturais e políticos que já deveriam ter sido sanados, mas que, em geral, fazem parte de um projeto de desmonte da educação, e, portanto, a prática de educação formal ainda levará algum tempo para ser ressignificada em ampla escala em um sentido mais democrático. (OCAR, no prelo).

Ou seja, a busca pelo ideal mediativo em boa parte das Ações educativas muitas vezes é apenas teórica (como será aqui exposto em item subsequente). Assim, o modelo tradicional de uma educação vertical e hierárquica pode ser vislumbrado inclusive em relações informais.

Além disso, é preciso que a educação não-formal desenvolva suas próprias metodologias práticas a partir da perspectiva particular de cada ciência (como já ocorre na Museologia, por exemplo), sobretudo por suas especificidades (inclusive locais), as quais divergem em muito do contexto escolar. Isso não impede, claro, que a teorização siga um caminho interdisciplinar, dialogando com a Pedagogia quando necessário.

As problemáticas da educação verticalizada, bem como ocorre na educação formal, também são encontradas na educação não-formal. Tendo como base tais questões, considera-se aqui que no trabalho da Mediação deve haver apropriação de conhecimentos por parte de ouvintes e mediador (e até mesmo instituição), de forma que os conhecimentos apropriados sejam mutuamente ressignificados e novamente mediados em outras esferas. Esses fatores podem auxiliar no empoderamento e na sensibilização das pessoas como agentes históricos e sociais acerca de novos assuntos (SCIFONI, 2014, p. 204; FREIRE, 2001, p. 104; MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 289; OCAR, no prelo). A presença tanto do mediador (ou “educador”, no caso dos trabalhos analisados, ou “agente”, para autores como Teixeira Coelho) e do público como sujeitos ativos também já foram amplamente discutidas na Museologia (CURY, 2005). A busca pela memória fez com que instituições que trabalhavam com o passado abrissem suas portas ao grande público, levando à necessidade da criação de serviços educativos em museus:

Passava-se, assim, de um modelo de Gabinete de Curiosidade elitista para o conceito de Museu Nacional público, onde museólogos como George Brown Goode, à época administrador do *Smithsonian Museum*, advogavam que “o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem” (AMADOR, 2013:31). Em caráter alargado, esta afirmação poderá aplicar-se a todos os serviços de informação das várias instituições de memória. (BORGES *et al.*, 2018, p. 20–21).

De acordo com Borges *et al.* (2018, p. 20–21), a atividade relacionada a uma Mediação Patrimonial despontou com o surgimento dos Estados Nacionais, ainda no século XVIII, que desencadeou na consciência de cultura nacional e, portanto, de patrimônios e signos de identidade. A escolha da história oficial brasileira, por conseguinte, está atrelada à criação dos Estados Nacionais, por ter sido baseada ao modelo francês de proteção ao patrimônio: uma identidade fundamentada em heróis, signos e eventos grandiosos, onde se eliminam conflitos e desigualdades, primando por uma falsa neutralidade, levando à invisibilização de sujeitos históricos e reforçando diferenças sociais. Há, assim, a seletividade da memória e a identidade do público (forçada ou não) com esse passado, bem como, no geral alheia às instituições, há a resistência de memórias. E tais questões políticas permearão qualquer instituição que trabalhe com memória, independentemente do gênero ou como são nomeadas suas atividades

(SCIFONI, 2014, p. 200–201; OCAR, no prelo). O ato de mediar o conhecimento, portanto, é discutido e adotado há algum tempo pela Museologia, inclusive brasileira, muito provavelmente pela ciência já ser um campo de estudos mais bem consolidado no país. Cabe, dessa forma, a demais áreas como a Arqueologia (na qual muitos profissionais detêm conhecimentos museológicos) de fato se apropriarem desses princípios, ressignificá-los quando necessário, e colocá-los em prática, em consonância com as questões próprias da Ciência Arqueológica. Porém, faz-se necessária a ampliação dos debates para que a prática possa se adequar cada vez mais às realidades brasileiras.

A institucionalização de locais de memória e preservação tornou necessária a criação de normas, as quais passaram a abordar também o trabalho educativo nesses ambientes. No campo normativo, a “Educação Patrimonial” foi definida na Portaria do IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016. É dito em seu art. 2 que “[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não-formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica [sic] das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação” (IPHAN, 2016). De acordo com o parágrafo único do mesmo artigo “Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades” (IPHAN, 2016. grifo nosso).

A Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 traz em seu texto uma definição técnica sobre a “Educação Patrimonial” em capítulo homônimo. Em seu art. 7, incluso seu parágrafo único, é apresentado um texto praticamente idêntico ao contido na Portaria nº 137/2016 ¹⁸⁶ (IPHAN, 2018). O art. 8 da mesma Portaria evidencia o caráter transversal da Educação Patrimonial, o qual deverá “[...] acompanhar todas as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural material” (IPHAN, 2018). Seu art. 9 traz um rol exemplificativo acerca da colaboração da “Educação Patrimonial” (formal ou não formal) para com a sociedade, o qual compreende:

- I. A construção participativa e democrática do conhecimento;
- II. A criação de canais de interlocução com a sociedade;
- III. A participação efetiva da sociedade nos processos de preservação;
- IV. O respeito à diversidade cultural;
- V. A articulação institucional, e

¹⁸⁶ Art. 7º: “Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação”; Parágrafo único: “Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades.” (IPHAN, 2018).

Em seu art. 10 são destacados os instrumentos da “Educação Patrimonial” associados aos processos do patrimônio cultural material, a saber: “Inventário Participativo”, “Redes do Patrimônio” e “Projeto Integrado de Educação Patrimonial” (IPHAN 2018). Por fim, em seu parágrafo único é dito que “A existência de instrumentos específicos associados ao processo de “Educação Patrimonial” não impede que sejam utilizados, para cumprimento de seus objetivos, outros instrumentos, ferramentas, procedimentos e metodologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto ou natureza da ação de preservação a ser executada” (IPHAN, 2018).

Anteriormente a essas normas, a já mencionada “Carta de Lausanne” (1990) não utiliza explicitamente o termo “Educação Patrimonial”. No entanto, há o item “Apresentação, informação, reconstituição”, no qual o art. 7 versa exatamente sobre a extroversão do patrimônio arqueológico. Nele é dito que:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.

A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens.

As reconstituições respondem a duas funções importantes, tendo sido concebidas para fins de pesquisa experimental e pedagógica. Devem, entretanto, cercar-se de cuidados, de forma a não perturbar nenhum dos vestígios arqueológicos remanescentes; devem também levar em conta testemunhos de toda espécie, buscando a autenticidade. As reconstituições não devem ser feitas sobre os vestígios arqueológicos originais, devendo ser identificáveis como tais. (ICOMOS, 1990. grifo nosso).

Dessa forma, é perceptível que na “Carta de Lausanne” já era indicada a ideia de multivocalidade da ciência, bem como a sua constante desconstrução. Entretanto, conforme afirmou Carla Gilbertoni Carneiro, cartas e recomendações de instituições como o ICOMOS, associada à UNESCO, ainda que apoiadas em um ideal de valorização da diversidade cultural, apresentam em seu cerne traços de uma visão euro-ocidental de preservação do patrimônio (CARNEIRO, 2014, p. 449). Essa questão atinge, de forma geral, o campo jurídico brasileiro. Conforme o passar dos anos, são perceptíveis mudanças legais de preservação e de proteção a comunidades marginalizadas, como povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. No entanto, as leis brasileiras ainda são muito calcadas em métodos e referências euro-ocidentais, de forma que é preciso que elas também passem por um processo longo de decolonização.

A despeito das normas estarem ainda distantes do ideal, em partes o diálogo passou a ser mais horizontal, e as instituições primaram menos pelo conteudismo e verticalidade, tirando

o protagonismo do objeto em si e de uma memória cristalizada, buscando trazer o público como agente social e histórico para os holofotes. Ou seja, a substituição da transmissão de informações pela mediação é um ato que colabora para que haja maior interação do público, evidenciando como espaços políticos as Ações, o patrimônio e o território onde o ato acontece. O ato de desfetichizar o objeto, portanto, contribui diretamente para a resistência e preservação de memórias, rompendo com silenciamentos institucionais impostos pelo poder público e por determinadas camadas sociais. E é por meio do trabalho de mediação que se sensibiliza para a identidade (ou a não identidade) do público para com o patrimônio sobre as mais diversas memórias. Bem como sobre o que fazer com elas, contrapondo-se à história oficial e às metodologias euro-ocidentais, colaborando para a resistência de memórias.

Para exemplificar a questão acerca da resistência de memórias, é preciso fazer uma rápida digressão. Ailton Krenak, em sua obra *A vida não é útil*, fez uma colocação sobre a presença dos povos indígenas na história nacional. Em contraposição à epígrafe contida no início do subcapítulo 1.2 (“Darcy Ribeiro repetia incessantemente que os índios estão presentes no povo brasileiro por exclusão!” [MENESES, 2007, p. 49]), diz o autor que:

Os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam, é interessante lembrar isso. Em várias regiões do planeta, resistiram com toda força e coragem para não serem completamente engolfados por esse mundo utilitário. Os povos nativos resistem a essa investida do branco porque sabem que ele está enganado, e, na maioria das vezes, são tratados como loucos. Escapar dessa captura, experimentar uma existência que não se rendeu ao sentido utilitário da vida, cria um lugar de silêncio interior. Nas regiões que sofreram uma forte interferência utilitária da vida, essa experiência de silêncio foi prejudicada. (KRENAK, 2020a, p. 111–112).

Ou seja, a questão da memória e do que é preservado (ou não) tem a ver, claro, com o seu apagamento, que estão associados diretamente a silenciamentos sociais, massacres e genocídios. Mas também tem a ver com resistência. Resistência dos grupos subalternizados que resistem e insistem em demonstrar o quanto continuam presentes, e que a sociedade euro-ocidental (inclusive acadêmica) ainda faz questão de tentar silenciá-los — ou de falar por eles. De forma alguma devemos deixar de auxiliá-los. A questão é: como fazê-lo sem nos arriscarmos a criar novos silêncios colonizadores? O diálogo genuinamente horizontal, a inclusão e tornar a Academia e outras instituições em locais de pertencimento e acolhimento para as mais diversas comunidades ainda parecem ser alguns dos modos mais justos.

De forma que essa resistência de memórias colocada por Krenak (e já adotada pela teoria decolonial) colabora igualmente para a implantação de um diálogo mais horizontal, e esta pode

ser uma importante ferramenta para o fortalecimento de passados e histórias que não a oficial, evidenciando novos lugares de memória. Acerca da decolonialidade é importante frisar que “[...] as metodologias decoloniais não são neutras, mas apresentam sensibilidade às demandas dos corpos colonizados, que estão dentro das zonas do ‘não ser’ da modernidade, e, ao assumir esse lugar epistemológico, se propõem a elaborar um caminho, conforme cada pesquisa, para decolonizar esses corpos e suas realidades, que não são pretensamente universais, mas reais, e estão dentro da América Latina” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 177) ¹⁸⁷.

A despeito da constante desconstrução das ciências, aspectos tradicionalistas, como pode-se ver, estão comumente presentes nas instituições. No caso do presente estudo, a aplicação da Arqueologia Pós-Processual, teoria muito adotada nos últimos tempos (inclusive em parte dos Processos analisados), vai ao encontro com um ideal de Mediação e deve dialogar com a teoria decolonial para a sua constante desconstrução teórica e metodológica. Mais do que pela escolha de uma linha teórica específica, a questão da decolonialidade da Arqueologia é de suma importância inclusive por conta da “[...] importação de modelos interpretativos externos, adequados para países capitalistas desenvolvidos, mas distantes da realidade brasileira” (FUNARI; ROBRAHN, 2008, p. 21). Porém, é preciso ir além da questão econômica, devendo-se levar em consideração subjetividades socioculturais locais e preconceitos estruturais advindos das teorias e metodologias de países euro-ocidentais. No *Guia Básico da Educação Patrimonial*, por exemplo, de acordo com Lassance, são apresentados aspectos dialógicos, porém de forma verticalizada, “[...], sem indicar expressamente a participação ativa da comunidade” (LASSANCE, 2021, p. 167) — tais questões na Arqueologia serão exemplificadas nos subcapítulos seguintes. Além disso, o próprio nome “Educação Patrimonial” (bem como diversas bases teórico-metodológicas) foi importado de modelos internacionais, conforme já mencionado. Dessa forma, considera-se aqui que a apropriação de teorias e metodologias decoloniais (a qual deve ser feita por intermédio dos sujeitos não euro-ocidentais) é profícua também para o desenvolvimento de uma prática mediativa que seja essencialmente brasileira.

Assim, é preciso tratar de um tema que se relaciona diretamente com a chamada “Educação Patrimonial” e preservação de memórias. A questão da Arqueologia Pública tem sido muito evocada e discutida nos últimos 20 anos. É difícil delinear onde a Arqueologia

¹⁸⁷ Outra questão importante sobre a decolonialidade é que seu foco não são apenas os povos originários, mas sim quaisquer culturas que se encontram fora da lógica da “tradição” euro-ocidental, sendo, portanto, marginalizadas. Esse adendo se faz importante, pois ainda há um pensamento predominante de que apenas a História Pré-Colonial (ou, para muitos ainda, a “Pré-História”) é objeto único (ou principal) dos estudos da Arqueologia, inclusive entre os próprios profissionais de Humanidades.

Pública e a “Educação Patrimonial” se separam: se a “Educação Patrimonial” faz parte da Arqueologia Pública ou se a Arqueologia Pública surgiu de uma emergência acerca do debate no que diz respeito à ética social do trabalho arqueológico, que tem em seu cerne justamente a educação sobre o patrimônio (cujas origens remetem ao século XIX, com os trabalhos realizados em museus). Ou seja, os debates sobre preservação do patrimônio com o público não são recentes. No entanto, ambos os termos foram cunhados com esses nomes e apropriados pelos pesquisadores nas últimas décadas do século XX. Em suma, a Arqueologia Pública é o trabalho arqueológico feito *com e para* o público, ou seja, as comunidades. Ela surge próxima ao advento do Pós-Processualismo (já tratado no capítulo primeiro), tendo uma proposta de divulgação científica mais ampla do que acontecia até então e analisando como as pesquisas arqueológicas afetam a sociedade. Dessa forma, a ciência torna-se também um trabalho de análise do presente, e não apenas do passado, tendo como foco as sociedades atuais e auxiliando na resistência de memórias que não as oficiais.

Ao que pesem as suas nuances e as discussões se toda Arqueologia é — ou deveria ser — Pública ou não (que não serão detalhadas na presente tese), aqui entende-se que não há Arqueologia Pública sem Mediações Patrimoniais. E a questão da ética reside justamente no *como agir*:

O problema é que, muitas vezes, a forma como o passado é mostrado nos museus acaba por perpetuar uma imagem estática, única e elitista (Pearce, 1990, Tilley, 1998), que é extremamente nociva ao cidadão e à Arqueologia. Isto ocasiona um distanciamento no visitante que, não raro, vê os museus ainda como ‘gabinetes de curiosidades’. Propicia-se, desta forma, a visão dos objetos arqueológicos como tesouros. Ao invés de educar, o indivíduo se deforma. (ALMEIDA, 2002, p. 33–34).

Essa visão acerca dos museus (e outras instituições que trabalham com memória) ainda persiste, sobretudo fora dos grandes centros. Em seu cerne existem problemas diversos como a falta de verba, ausência de profissionais com formação específica, excesso de hierarquias, má gestão, predileção pela História oficial e/ou memorialista (como no caso de Indaiatuba) e ausência da comunidade como parte gestora — pois muitas vezes as representações locais (em forma de conselhos ou outros grupos) são formadas por pessoas da elite, as quais frequentemente mantêm o *status quo* das memórias euro-ocidentais cristalizadas. A despeito de tais questões, é dever dos profissionais também combater esses aspectos (inclusive como parte da própria Arqueologia Pública). Dessa forma, não importa o quanto se teorize ou mudem os termos utilizados: enquanto a prática não for de fato problematizada e reconstruída de maneira global, tanto dentro quanto fora da Academia, muitos dos trabalhos permanecerão não sendo

socialmente éticos e efetivos. Além disso, há a questão da ética estar atrelada a cada projeto. Ou seja, apesar de algumas questões como “respeito” serem globais, alguns parâmetros da ética podem ser considerados situacionais, por serem mais subjetivos no que se refere ao trato com a comunidade. Por isso salienta-se novamente a importância do diálogo constante com a sociedade (GREEN; GREEN; NEVES, 2010, p. 335) e o incentivo à sua presença nas instituições, sejam como profissionais ou como representantes.

Em *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*, Albert Bruce descreve, entre diversos relatos, um depoimento de Davi Kopenawa sobre a sua experiência em um museu. Nele, Kopenawa diz que viu em um museu objetos indígenas que pertenciam a antigos xamãs que morreram, e os espíritos de quem os possuíam estariam presos nesses objetos. Para ele, aquilo soou como desrespeito:

Pensei: “Hou! Trancando-os para expô-los ao olhar de todos, os brancos demonstram falta de respeito para com esses objetos que pertenciam a ancestrais mortos. Não se pode tratar assim bens ligados aos xapiri e à imagem de Omama!” [...] Deu-me muita pena ver todos aqueles objetos abandonados por antigos que se foram há tanto tempo. Mas sobretudo vi lá, em outras caixas de vidro, cadáveres de crianças com a pele enrugada. Tudo isso acabou me deixando furioso. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 426–427).

O autor demonstra de maneira intensa o quanto aqueles objetos ainda têm vida. A cultura euro-ocidental muitas vezes trata o acervo como um quadro de “natureza morta”, estático e que só serve para ser consumido e admirado, quando, na verdade, o patrimônio é cultura viva no presente! Ele não apenas é antropofagizado no sentido de análises, mas também pode conter significados importantes para muitas comunidades (POUGET; CARVALHO, 2017, p. 255–256). Kopenawa também traz a questão da colonização presente nas exposições, ao dizer que primeiro mataram seu povo para depois exporem seus objetos (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 428), mostrando a contradição que há no tipo de preservação tipicamente euro-ocidental. Deve-se lembrar que a ideia de preservação patrimonial tem suas origens no Gabinete de Curiosidades, e muitos museus ainda seguem esse ideal euro-ocidental colonizador e de mostrar o “diferente” como se este fosse alheio à realidade. Além disso, a proteção patrimonial deve ultrapassar o fetichismo pelo objeto, sendo necessária primeiramente uma proteção maior às próprias comunidades. Considera-se aqui que essa seja a forma mais ética de se preservar patrimônios culturais.

Cinematograficamente, essa questão foi retratada recentemente no filme *Pantera Negra* (2018), na cena em que a personagem Erik Killmonger, interpretada por Michael B. Jordan, faz uma visita ao Museu da Grã-Bretanha (fictício, porém trata-se de uma referência ao Museu

Britânico), sendo seguido por seguranças durante sua ida. Ao dizer que levaria um objeto de volta a Wakanda (sua terra natal — também fictícia — localizada no continente africano), a responsável pelo museu lhe responde que as pelas não estão à venda, ao que Killmonger indaga: “Como você acha que seus ancestrais conseguiram os objetos? Acha que pagaram um preço justo? Ou que eles tiraram de nós, como tiram tudo o que querem?”. Essa cena demonstra de forma acessível o quanto a preservação ainda segue ideais euro-ocidentais paternalistas e colonizadores. Em termos acadêmicos:

Seu saque e apropriação por parte dos atores e dos aparatos da arqueologia modernista, como se fosse pouco, neles investiu o valor econômico [...] e iniciaram o seu processo de mercantilização. Finalmente foram recolocados nos ambientes “apropriados” dos museus ocidentais; sua posterior apreciação, através das lentes da estética (ou anestésica) da desencarnação e da desensorialização, ofereceu um refúgio seguro da mera mercantilização, a ilusão reconfortante de que é sua informação artística e seu valor estético o que importa acima das transações mascaradas que são necessárias para que possa ocorrer a admiração e reflexão estética desinteressada (cf. HAMILAKIS, 2013). (SANTOS, 2001, p. 48).

Nesse sentido, como lembra Lúcio Menezes Ferreira em seu texto escrito há quase 10 anos (cuja questão política segue extremamente atual), poucos são os trabalhos arqueológicos que buscam protagonizar as comunidades e auxiliá-las em sua luta, em oposição à organização de latifundiários (mineradores, madeireiros, dentre outros figurões) que se associaram ao Congresso nos últimos anos contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas (FERREIRA, 2013, p. 97). Acerca dessa questão, Florêncio *et al.* também assumiram posição semelhante:

Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária, gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários. Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural nacional. (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 23).

Nesse excerto do texto fica evidente a questão da antropofagia histórica (sobretudo por conta do avanço urbano e de práticas como os grandes latifúndios e a mineração). Sendo esse processo (com todas as suas práticas, sobretudo as “civilizatórias” e “desenvolvimentistas”,

quanto mais aquelas envolvidas em uma política neoliberal) também responsável pelo apagamento de memórias (e de culturas), em detrimento de outras. Mas mais do que isso: é evidenciado que esse caráter também pode ser absorvido por práticas educativas (mesmo que de maneira involuntária). Acerca dessa questão, a qual é pontuada durante todo o trabalho, Florêncio *et al.* apontam para a importância do aspecto político que as Ações devem ter acerca da percepção de que memórias e silêncios são produtos socialmente concebidos.

Desse ponto de vista, ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores a priori, criar espaços de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural. (FLORENCIO *et al.*, 2014, p. 23).

Ao trazer o aspecto da mediação, os autores evidenciam a importância do protagonismo que as comunidades deveriam ter nas Ações Patrimoniais. O tema do protagonismo do público costuma ser consenso no campo dos estudos da mediação propriamente dita. A prática é colocada inclusive como um território de embates, não podendo se definir meramente como um conjunto de procedimentos cujo propósito é aproximar o público do assunto mediado: é, antes de tudo, um ringue de “lutas pela significação” (PERROTTI, 2016, p. 10–11).

Essas questões evidenciam as exclusões e resistências de memórias (que ocorrem sobretudo por meio da antropofagia histórica), bem como a representatividade (e a não representatividade) através da fetichização do objeto e da não participação das comunidades nas decisões culturais. Como bem disse Fabíola Andréa Silva, “Por um lado, se tem a fetichização do registro arqueológico e, por outro, a incapacitação social, política e econômica das populações indígenas enquanto agentes na gestão do seu patrimônio cultural e dos recursos de suas terras” (SILVA, 2015, p. 194). Wittmann expõe sua insatisfação quanto ao funcionamento do IPHAN nesse sentido, sobretudo acerca da instituição pregar um discurso social e, ao mesmo tempo, excluir a sociedade das decisões (WITTMANN, 2019, p. 240). Muitas dessas questões levam inclusive à generalização das etnias e grupos (inclusive pré-coloniais), como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, colaborando para que o discurso etnocêntrico e euro-ocidental se mantenha sobreposto às demais memórias.

A questão está muito além da representatividade pura e simples, mas sim o *como, por quem, por que e para quem* essa representatividade (e, portanto, proteção ao patrimônio) é feita? Questão essa que também está permeada de aspectos capitalistas, pois, se houvesse a repatriação de artefatos, boa parte dos museus perderia muitos de seus visitantes e, portanto,

verbas. De modo que é preciso que o trabalho arqueológico e as instituições sejam combativas a essas posturas, mantendo a sua força política e sua ética proposta na Arqueologia Pública em prol do bem social. E aqui acredita-se que a Mediação e seus preceitos beneficiarão tanto as comunidades como os debates em torno dessas questões.

Gnecco e Schmidt Dias, com razão, teceram críticas aos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil, sobretudo por conta de seu apelo comercial e reprodução capitalista, o que leva muitas vezes à falta de responsabilidade social (GNECCO; SCHMIDT DIAS, 2015, p. 6). No entanto, é possível problematizar essas questões de forma a incentivar maior presença das comunidades nos trabalhos arqueológicos, sobretudo por meio da decolonização das atividades, já que, de imediato, o “desenvolvimento” capitalista exacerbado possivelmente não será exterminado (o que não significa de forma alguma que não se deve continuar a combatê-lo). Justamente o trabalho decolonializado, quando bem executado, pode ser uma ferramenta de luta às opressões e ao sistema neoliberal.

Deve-se lembrar, no entanto, que nesse momento, por mais decolonial que uma pesquisa pretenda ser, ela ainda estará permeada de colonialidade (sobretudo no campo do “saber”), por estar inserida em um espectro disciplinar acadêmico que é, por essência, colonializado (e a presente pesquisa não se exclui nesse fato) e, muitas vezes, colonizador. Para Dulci e Malheiros, o reconhecimento por parte do pesquisador de que a pesquisa parte de um ponto de vista colonizador é essencial para a construção de novas metodologias que sejam menos euro-ocidentais, e que a sua visão de pesquisa não constitui uma verdade universal absoluta (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 183). As autoras afirmam que a teoria decolonial é, na verdade, uma práxis, a qual, para ser levada adiante é preciso procurar as respostas que emergem dos oprimidos, não buscando apenas responder questões meramente acadêmicas, mas sim atender às demandas sociais, devendo haver uma “interculturalidade” no relacionamento entre pesquisador e pesquisado (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 184–185).

Acerca da Academia, Scifoni em seu artigo aponta para a falta de diálogo existente entre os profissionais que atuam com a “Educação Patrimonial” (e isso independentemente da área), e que, por conta de tal fator, “[...], não há como avançar coletivamente na discussão de forma a colocar a Educação Patrimonial em um novo patamar, aquele da reflexão crítica, ou seja, sob uma perspectiva epistemológica” (SCIFONI, 2014, p. 196). De acordo com Teixeira Coelho, “[...] a questão cultural não é tratada como um todo mas, sim, fragmentadamente, alienadamente, em partes.” (COELHO, 2001, p. 81). Soma-se a isso a questão de que muitas vezes o trabalho de “Educação Patrimonial” é realizado isoladamente das demais políticas e práticas de preservação do patrimônio, não sendo prioridade para os profissionais e empresas

envolvidas. Frequentemente, a prática é relegada ao final da atividade “[...] meramente como divulgação dos bens tombados ou como forma de resolução de conflitos gerados pela ausência de participação social no processo” (SCIFONI, 2014, p. 197). Não se pode aqui excluir o fato de que o cronograma imposto pelas empresas costuma ser curto, o que normalmente faz com que as atividades de “Educação Patrimonial” na Arqueologia sejam realizadas ao final (afetando igualmente as demais etapas do trabalho arqueológico) e, muitas vezes, de forma aquém do esperado (BEZERRA, 2015, p. 219), questões estas já trabalhadas nos demais capítulos.

Considerando as questões expostas, o presente trabalho adota o termo “Mediação Patrimonial”, o qual já é utilizado por poucos profissionais da área¹⁸⁸. Muitos adotam os termos “Educação Patrimonial Conservadora” e “Educação Patrimonial Progressista” para diferenciar aspectos dos trabalhos. No entanto, ambos denotam, etimologicamente falando, uma relação vertical, carregada de burocracias, problemas próprios e advindos da educação formal (e, no caso específico da Arqueologia, muitas vezes se limita a apenas explicar o que é a ciência, conforme será apresentado). Ao passo que a “Mediação” denota mais diretamente Ações ativas e horizontais entre os envolvidos na atividade, bem como novas perspectivas a serem descobertas e ressignificadas, trazendo um viés social mais amplo. O conceito já foi discutido por outros autores, conforme mencionado. Edmir Perrotti traz a mediação como um “território especial”, no qual “[...] apresenta-se como um elo, capaz de restabelecer diálogos entre os territórios partidos da produção e da recepção, sem contudo subordinar um ao outro, hierarquizá-los ou confundi-los” (PERROTTI, 2016, p. 12).

Outras expressões (como as citadas na nota 188) poderiam também ser colocadas nesse embate terminológico. O termo “Ação” (muito difundido a partir dos estudos de Teixeira Coelho sobre Ação Cultural) também não seria adequado, segundo as questões aqui propostas. Aqui acredita-se que a Mediação permeia todo o processo da Ação (considerada como a atividade propriamente dita, a qual necessariamente se insere em uma metodologia ativa). Assim, aqui entende-se que o termo Mediação sugere um direcionamento mais focado para o modo como as Ações idealmente deveriam ocorrer, sendo o termo “Ação” melhor utilizado

¹⁸⁸ Atualmente há outros termos associados à instrução cultural e patrimonial em uso. Em pesquisa terminológica realizada na plataforma *Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto — Oasisbr*, realizada durante o mês de julho de 2022, constatou-se que o termo “Educação Patrimonial” segue sendo mais difundido em pesquisas acadêmicas, seguido pelos seguintes termos, em ordem: “Mediação Cultural”, “Ação Cultural”, “Mediação Patrimonial”, “Educação para o Patrimônio” e “Ação Patrimonial”. A referida plataforma foi escolhida, pois se trata de um portal de abrangência nacional vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual é responsável por reunir produções científicas bem como dados de pesquisa que se encontram com acesso aberto. Tais publicações pertencem a repositórios digitais de publicações científicas; repositórios digitais de dados de pesquisa; bibliotecas digitais de teses e dissertações; e revistas científicas (OASIS, 2022).

quando associado diretamente à atividade, a qual pode ser mediada ou não. Uma ação pode existir sem a mediação, como, por exemplo, uma atividade que seja verticalizada, como uma palestra, onde o público não é sujeito ativo, a exibição de um vídeo ou até mesmo uma Ação sem mediador direto (por exemplo, uma exposição que não conte com monitoria). No caso da palestra, não há o papel do mediador, pois o responsável pela Ação não está criando uma comunicação igualitária e equitativa entre público e objeto de estudos, ao contrário da mediação, que se propõe ser mais horizontal e dialógica possível. Dessa forma, entende-se que a Ação tende a ser uma denominação mais global da atividade, estando dependente da comunicação que a fundamenta e que conecta ações sociais e motivações (ALMEIDA, 2007, p. 2), enquanto a Mediação é responsável pelo modo como a informação será levada ao público e como este, sujeito ativo, responderá à mesma.

De maneira semelhante, o termo “Mediação Cultural” (o qual também já existe) não seria adequado, apesar da Mediação Patrimonial também se distinguir de outros termos como “ação”, “difusão”, “animação”, “promoção”, pois remete a “[...] um *locus*, constituindo-se como categoria topológica, interposta entre as esferas da produção e da recepção de signos” (PERROTTI, 2016, p. 9). De acordo com Perrotti, a mediação é um território produtor de sentidos, o qual contém linguagens, tecnologias, procedimentos e processos específicos (PERROTTI, 2016, p. 9–10), constituindo “[...] significados decorrentes do ato de mediação e não apenas dos produtos que veiculam” (PERROTTI, 2016, p. 10). No entanto, aqui entende-se que o termo “Mediação Cultural” é mais amplo, haja vista que a palavra “cultura” abrange muitos âmbitos para além do patrimonial. Pesa também o fato do termo estar muito ligado à arte-educação, a qual, apesar de se conectar a questões patrimoniais, apresenta peculiaridades próprias do Patrimônio Artístico, bem como o Patrimônio Arqueológico apresenta as suas. Além disso, a mediação deve ser tratada no âmbito de parâmetros situacionais, ou seja, em contextos próprios (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4). Assim como acontece com a Mediação Cultural (PERROTTI, 2016, p. 7), a definição do termo Mediação Patrimonial também é uma atividade que deve seguir em constante processo de desconstrução, não havendo uma definição consensual sobre por sua característica contextual, sendo um “[...] conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si. (DAVALLON, 2003)” (ALMEIDA, 2007, p. 2).

O termo Mediação Patrimonial também sugere maior desvinculação da educação formal, podendo se desenvolver de maneira mais autônoma, com metodologias próprias e aproveitando melhor a interdisciplinaridade que rodeia a prática mais social do patrimonial. Da mesma forma, sugere-se a adoção do termo “mediador”, em vez de “educador” ou “agente”, já

utilizado em outros territórios de educação formal — e não formal, como museus. O termo “Mediação” é analisado por diversas ciências, não apenas na Pedagogia ou Museologia. Na Ciência da Informação, por exemplo, é um campo vastamente desbravado. Nesse sentido, o conceito de “Mediação” fornecido por Bernard Lamizet é o que mais representa o ponto de vista do presente texto:

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. (...) É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que trata-se do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é, por definição o lugar da mediação cultural. (LAMIZET, 1999, p. 9 apud COSTA, 2009, p. 2).

Posto isso, o mediador, assim como qualquer agente social, não se trata de um agente passivo da instituição a que serve. Apesar de estar lá para representá-la, ele também traz suas experiências pessoais para a Ação, por estar inserido em um contexto próprio (JENKINS, 2013). De modo que seu trabalho pressupõe que não seja um replicador de informações em um diálogo vertical. O mediador deve primar pela diversidade, evitando silenciar conflitos ou vozes discordantes, deixando fluir a pluralidade (PERROTTI, 2016, p. 13). No caso deve-se lembrar de não confundir “liberdade de expressão” com “libertinagem”, sendo também um mediador no respeito entre os pares. Tais questões colaboram para que a mediação seja “[...] um território discursivo, de embates e possibilidades, ao mesmo tempo que de afirmação da esfera pública como instância superior organizadora e legitimadora do campo simbólico.” (PERROTTI, 2016, p. 13) e, portanto, carregado de aspectos políticos. Por conta de seu caráter discursivo, a mediação é também funcional e ativa, sendo ato de criação e de produção de sentidos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 10).

A não formalidade do trabalho mediativo é um facilitador no que diz respeito não apenas a Ações adotadas, mas também à possibilidade de diálogos mais horizontais. O mediador é responsável por mediar o conhecimento no contexto que lhe corresponde (inclusive o público atendido), e isso independe do assunto abordado ou do espaço onde a atividade é realizada. No caso da mediação não-formal, o próprio nome já sugere um distanciamento da formalidade e da estrutura existente na educação formal (mesmo que seja realizada por uma instituição, a qual, diga-se de passagem, também não é passiva ou neutra). E isso não significa que a prática não

tenha metodologias, não deva seguir regras ou que não se utilize de conhecimentos científicos. A despeito das instituições disporem de normas (tanto internas quanto sociais) e temas a serem seguidos, a Ação acaba por ser mais maleável do que na educação formal, a qual segue estruturas mais rígidas e parâmetros curriculares. Deve-se lembrar também que a educação não-formal pode abranger as mais diversas atividades, independentemente da natureza e tema abordado, bem como quaisquer públicos e faixas etárias (separados ou mesclados), suscitando menos pré-conceitos como os supracitados. Além disso, o termo mediação visa trazer “[...] de forma explícita a noção de acessibilidade” (COSTA, 2009, p. 5), o que também colabora para a ampliação dos horizontes no âmbito da educação não-formal, incluso no que diz respeito à acessibilidade por parte de pessoas com deficiência.

Quando bem realizada, a mediação resultará em uma *apropriação da informação* por parte do público:

[...] há algum tempo excluí o emprego do termo “uso” da informação, pois parto da ideia de que não fazemos uso da informação, mas do conhecimento alterado pela informação. O termo que utilizo é “apropriação” da informação, uma vez que nele estão presentes as ideias de relação (entre usuário, informação, mediadores – tanto instituições como pessoas e suportes – e produtores ou criadores) e principalmente de interferência. (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p.75 apud SANTOS NETO; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 258).

A mensagem entregue pelo mediador, portanto, será apropriada, e isso fará com que o conteúdo seja assimilado com outras informações e ressignificado, para então ser mediado novamente em outros processos de socialização (formais ou não). Esse mesmo decurso acontecerá com o mediador e, conseqüentemente, com a instituição. E isso auxiliará público e mediador a se desenvolverem criticamente e com autonomia, havendo empoderamento e sensibilização sobre o assunto abordado (de ambos os lados) a partir de uma relação dialógica horizontal. Dessa maneira, a apropriação da mensagem deixa de ser um mero ato de consumo e torna-se uma “ação de produção”, tornando o ouvinte em um produtor (OCAR, no prelo; FREIRE, 1967, p. 107–108; ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 36 apud SANTOS NETO; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 258; MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 289), convertendo-se, portanto, em ato político. A atividade leva à potencialização de novas mediações, tornando o ato, portanto, em um ciclo em forma de mola, onde sempre haverá novas discussões sobre o tema, mas em tempos e espaços diferentes.

Deve-se lembrar, no entanto, que, como qualquer outra atividade, a Mediação também está sujeita a possíveis problemáticas, a despeito de sua aparente proeminência. Essas devem ser expostas, confrontadas conforme o surgimento e constantemente antropofagizadas, para

assim serem amenizadas e, por consequência, realizada a constante revisão da atividade. É preciso, portanto, que o debate frequente em torno dessa revisão, entre os profissionais das mais diversas áreas, seja massivamente praticado e incentivado. Da mesma forma, é necessário que a mediação não esteja relegada ao papel de uma atividade meramente burocrática ou protocolar, como produto final, mas sim encarada como uma atividade essencial, sendo constantemente ressignificada em si própria, contando inclusive com o apoio da sociedade. Sugere-se, assim, que a adoção do termo Mediação Patrimonial seja gradualmente debatida e ampliada, pois

[...], mais do que uma estratégia metodológica, consideramos oportuno pensar a Educação Patrimonial ou outro termo que consigamos cunhar, como um campo de conhecimento de forma a abarcar o desenvolvimento de pesquisas e o planejamento e execução de ações educacionais que contemplem a complexidade das questões relacionadas às referências patrimoniais. (CARNEIRO, 2014, p. 448).

Assim como disse Teixeira Coelho sobre a defesa do uso do termo “Ação Cultural”: “A opção clara por uma das alternativas é o que melhor atende, tática e estrategicamente, ao quadro do momento. [...] A opção é política e não técnica.” (COELHO, 2001, p. 65). Dessa forma, as descrições acerca da “Educação Patrimonial” na Arqueologia (inclusive a partir da anexação do termo “Pública”), de forma geral, se assemelham a um ideal de Mediação, bem como na já mencionada Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Já na IN-001/2015, há um capítulo específico sobre o tema (ao contrário da Portaria do IPHAN nº 230/2002, que apenas menciona o texto), o qual será tratado no terceiro item do presente capítulo. Entretanto, o que se vê na prática são Ações que divergem das concepções teóricas (inclusive por parte do próprio IPHAN), conforme será exposto na sequência.

4.2 A Educação Patrimonial na documentação SEI-IPHAN: o exemplo de Indaiatuba

Segundo a IN-001/2015, “[...] entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados” (IPHAN, 2015). A mesma questão está prevista quando da execução do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”, o qual é exigível para empreendimentos enquadrados nos Níveis III e IV. Na teoria, a execução do Programa deve estar vinculada ao encontro de material arqueológico (sendo justificado pelo seu próprio nome), independentemente de serem achados fortuitos ou sítios arqueológicos, podendo envolver outros aspectos como paisagens culturais, outros sítios arqueológicos já evidenciados e cultura imaterial (juntamente com o “Relatório de Avaliação de Impacto aos

Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados presentes na AID”), bem como políticas públicas locais. Na prática, a execução de tais documentações, bem como da atividade da “Educação Patrimonial”, parecem estar vinculadas muito mais ao encontro de sítios arqueológicos.

Conforme a classificação proposta pelo IPHAN na mesma norma, quase todos os processos de Arqueologia em Obras de Engenharia realizados em Indaiatuba deveriam apresentar um “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”, bem como o “Relatório Integrado de Educação Patrimonial” (IPHAN, 2015), em caso positivo para o encontro de material arqueológico. A única exceção seria o trabalho referente ao empreendimento *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, por ter sido realizado antes da promulgação da IN-001/2015 e, portanto, não ser item obrigatório (sendo a atividade tampouco prevista pela norma antecessora, a Portaria nº 230 de 2002). Entretanto, é apresentado em seu relatório final um trabalho cujo pesquisador responsável alega se tratar de “Educação Patrimonial”, o que justifica a sua inclusão na análise. Já o Processo referente ao *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, realizado entre 2018 e 2019, apresenta o projeto de “Educação Patrimonial” em seu Processo, porém a atividade propriamente dita não fora relatada até março de 2023. Assim, será objeto de análise apenas o seu projeto ¹⁸⁹. A despeito de boa parte dos Processos não resultarem positivos para achados arqueológicos, todos apresentaram alguma Ação Patrimonial equivalente à “Educação Patrimonial” (chamadas pela própria norma de “atividades de esclarecimento e divulgação”).

A partir dos dados analisados obteve-se uma pequena amostragem da chamada “Educação Patrimonial”, realizada em um território onde os trabalhos arqueológicos (e, portanto, a preservação e conservação de cultura material e até mesmo o turismo nesse sentido) não são tradicionais. Buscou-se entender nas análises o processo da realização dos trabalhos de “Educação Patrimonial”, bem como a proximidade desses com um ideal de “Mediação Patrimonial”, tendo como base os pressupostos expostos no item anterior. Vale lembrar que as atividades tiveram lugar entre 2005 e 2021, abarcando desde um período próximo à cunhagem do termo “Educação Patrimonial” até a atualidade, sendo aqui realizada uma análise muito mais qualitativa que quantitativa. Assim, no presente item serão expostos os dados, para que no subcapítulo a seguir eles sejam problematizados. Os dados estão agrupados conforme as similaridades entre as Ações Patrimoniais, e não por ordem cronológica de acontecimentos.

¹⁸⁹ Não foram analisadas Ações de divulgação científica no meio acadêmico, pois, apesar dessas serem previstas na maioria dos projetos, até o momento não houve nenhuma documentação anexada aos Processos analisados que evidenciasse qualquer atividade do gênero.

De modo geral, em todos os projetos estava prevista alguma atividade que dialogasse com a comunidade diretamente afetada. Porém, as propostas muitas vezes divergem no que é teoricamente proposto com o que é relatado como Ações efetivamente desempenhadas. Primeiramente deve-se reforçar que, até março de 2023, foram registradas Ações Patrimoniais em 14 Processos analisados (excetuando-se o empreendimento *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*, supracitado). Destes, o único projeto que não realizou qualquer Ação com a comunidade diretamente afetada foi o *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* ¹⁹⁰. A Ação registrada como “Seminário de Integração ao Processo Patrimonial” teve como público-alvo o corpo administrativo, técnico e operacional responsável pela gestão do empreendimento (ou seja, funcionários da própria empresa contratante). A alegação acerca dessa escolha consta no Relatório Técnico, onde é dito que a Ação ocorreu dessa maneira porque as frentes de trabalho já haviam encerrado suas atividades ¹⁹¹. Ainda, segundo o mesmo relatório, a Ação deveria ter duração de 120 minutos e teria como objetivos:

- Informar e sensibilizar o público-alvo para assuntos patrimoniais, focando o patrimônio arqueológico enquanto legado das gerações do passado às futuras, reiterando o compromisso da geração atual para que o fluxo da herança não seja interrompido;
- Investir na formação de agentes multiplicadores de conhecimentos básicos acerca da arqueologia como área de conhecimento;
- Esclarecer sobre os preceitos básicos da arqueologia e sua contextualização no processo de licenciamento ambiental;
- Subsidiar o reconhecimento de materiais e sítios arqueológicos;
- Estimular a participação do público-alvo na defesa e valorização do patrimônio arqueológico.¹⁹²

No relatório também foram apresentados os seguintes itens para explicar o desenvolvimento da atividade: “Motivação”, “Estratégia Didática”, “Desenvolvimento do tema” e “Avaliação”. Porém, no próprio documento não foi exposta a Ação educativa em si,

¹⁹⁰ Conforme já mencionado, as novas documentações referentes ao Processo em questão não foram objeto de análise no presente trabalho.

¹⁹¹ “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico de Arqueologia Preventiva. Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova. Municípios de Campinas e Indaiatuba — SP”. P. 41, 42. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761344. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fls. 3, 4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁹² “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico de Arqueologia Preventiva. Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova. Municípios de Campinas e Indaiatuba — SP”. P. 42. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761344. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fl. 4. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

inclusive contendo partes do texto escritas no futuro do presente do indicativo ¹⁹³. Em Parecer Técnico, emitido pela Superintendência do IPHAN em Sergipe ¹⁹⁴, foi apontada a questão da ausência dos resultados do trabalho de “Educação Patrimonial” no Relatório. Esse e outros questionamentos foram respondidos em Carta Externa, onde apresentou-se três fotos atribuídas à atividade em questão. Afora as imagens, os itens supracitados foram novamente descritos, sem alteração alguma, além de constar que foi relatado que a atividade teve duração de 90 minutos ¹⁹⁵.

O projeto *Terminal Intermodal Pimenta* apresentou em seu relatório Ações que foram realizadas com os funcionários das obras e com seus vizinhos (intituladas como “Atividades de Educação Patrimonial e Extroversão do conhecimento”). Com os trabalhadores foi executada uma reunião na qual foram expostas imagens de patrimônios arqueológicos, bem como foram apresentados os objetivos gerais, a metodologia de pesquisa e as exigências legais para a realização do licenciamento ambiental. É dito que tal reunião foi realizada como forma de prevenção para que os profissionais não viessem a causar danos aos bens arqueológicos por desconhecimento ¹⁹⁶. É mencionado no mesmo relatório que as Ações realizadas com a vizinhança do empreendimento, na verdade, trataram-se de entrevistas com cinco moradores, todos funcionários da Fazenda Pimenta. É descrito que as conversas versaram principalmente sobre conhecimento acerca da existência de vestígios materiais no local (as respostas foram negativas, mas todos os entrevistados alegaram a existência de ruínas da antiga Estação Ferroviária Pimenta). É dito também que foram entregues *folders* explicativos para os entrevistados, os quais versavam sobre Arqueologia e os procedimentos de proteção do

¹⁹³ “Diagnóstico e Avaliação Estratégica Conclusiva — Relatório Técnico de Arqueologia Preventiva. Ramal 138kV e SE Indaiatuba Nova. Municípios de Campinas e Indaiatuba — SP”. P. 43, 44. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761344. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018. Fls. 4, 5. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁹⁴ Ver nota 145.

¹⁹⁵ JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017**. NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020. P. 2–3. In: SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova**. NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008.

¹⁹⁶ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019. P. 56. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta**. NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

patrimônio histórico e arqueológico ¹⁹⁷. É apresentado um modelo do folheto nas páginas 97 e 98 do seu projeto. Vale mencionar que a empresa confeccionou e instalou uma placa sobre a Estação Pimenta, mas essa foi retirada a pedido do próprio IPHAN, por conter informações erradas.

O *Loteamento Recanto dos Lagos* também apresentou Ações com funcionários e vizinhança local, nas quais os pesquisadores alegam terem trabalhado com referenciais culturais materiais e imateriais, conforme orientações contidas no TRE. Com os cooperadores da empresa contratante, foi feita uma “atividade de esclarecimento”, cujo principal objetivo “[...] foi esclarecer sobre a importância da pesquisa na preservação do patrimônio arqueológico regional” ¹⁹⁸. Foram sanadas dúvidas acerca de procedimentos, bem como se realizaram esclarecimentos sobre a atividade arqueológica e os vestígios comumente encontrados nos sítios. Foi destacada também uma “capacitação básica” com os auxiliares de campo, a qual se iniciou antes do princípio dos trabalhos de campo, tendo continuidade durante os trabalhos propriamente ditos, havendo destaque principalmente sobre questões pertinentes a metodologias, valorização dos bens arqueológicos e técnicas de escavação. A atividade com os moradores foi apenas mencionada (“Assim, paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa de prospecção intensiva realizada na ADA, foram executadas atividades educativas com os auxiliares envolvidos na execução da pesquisa, bem como com moradores locais situados na área de influência do empreendimento” ¹⁹⁹), sem conter maiores detalhes. Por fim, é preciso destacar um trecho do relatório (a ser problematizado no item subsequente):

É notória a importância que a preservação das referências patrimoniais não está apenas limitada aos métodos que envolve as etapas de pesquisa arqueológica de resgate e a salvaguarda, podemos considerar uma relação mútua e dependente com atividades

¹⁹⁷ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019. P. 56. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta**. NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

¹⁹⁸ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1248707. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 11 jun. 2019. P. 37. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

¹⁹⁹ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1248707. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 11 jun. 2019. P. 36. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

ligadas ao programa de educação patrimonial, possui um viés interdisciplinar voltado para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural, essa por sua vez é uma ferramenta sensibilizadora e conscientizadora junto aos atores envolvidos no processo de alfabetização cultural, evidenciando a importância dos valores históricos e dos bens culturais nos quais estes estão inseridos.²⁰⁰ [grifo nosso].

Já no *Loteamento HM 41*, segundo o relatório, foi realizada uma “capacitação prévia” (assim mencionada) com funcionários, “em tom de conversa” e com a ajuda de material informativo, bem como se procedeu com a entrega de panfletos²⁰¹. Foi feita também uma “atividade de esclarecimento” no Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” (Casarão Pau Preto), onde os pesquisadores conversaram informalmente com a autora do presente trabalho, que na época ocupava o cargo de diretora do museu, e com outra funcionária da instituição. Na ocasião os pesquisadores apresentaram o empreendimento, ao passo que apresentamos o museu. Também foram deixados panfletos para serem entregues ao público visitante. Além disso, consta no relatório que foram realizadas postagens nas redes sociais da empresa responsável acerca dos trabalhos executados na cidade.

Seguindo a linha de diálogos estabelecidos com aparatos culturais da cidade, no *Loteamento Park Gran Reserve* os pesquisadores fizeram uma reunião de 40 minutos com uma funcionária da extinta Fundação Pró Memória de Indaiatuba. A funcionária apresentou as atividades realizadas pela Fundação, ao passo que foi orientada sobre os trabalhos arqueológicos e o empreendimento. A reunião se repetiu de maneira semelhante com a responsável pela Biblioteca Pública Municipal, com a responsável pela biblioteca de uma escola estadual, e com um recepcionista de um hotel local, sendo estas mais sucintas, conforme relatado. Em todos os casos houve a distribuição de *folder*, o qual é chamado de “material educativo”, havendo uma cópia do mesmo no relatório, no qual é explicado o que é Arqueologia e dá detalhes sobre o empreendimento e acerca do Sítio Buruzinho²⁰². Foram feitas também

²⁰⁰ TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1248707. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 11 jun. 2019. P. 36. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

²⁰¹ MATIS CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA. **Relatório Final Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1919914. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 20 abr. 2020. P. 34, 38–39 do item “Anexos”. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71. Brasília. Data de registro: 22 nov. 2019.

²⁰² “Relatório Final — Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Park Gran Reserve”, 2017. P. 27, 28. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4**. NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564861. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018. Fls. 3, 5. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao**

postagens sobre os trabalhos nas redes sociais e site da empresa de Arqueologia responsável. Tais atividades foram nomeadas como “Atividades de esclarecimento”. Já no *Loteamento Residencial London Park* foi realizada uma conversa com a equipe da Biblioteca Pública Municipal, na qual se alega ter buscado um diálogo horizontal, havendo novamente entrega de folhetos e divulgação das redes sociais da empresa. A empresa contratada declarou ter novamente feito postagens em suas redes sociais sobre o trabalho arqueológico realizado em Indaiatuba. Há no relatório uma cópia do *folder* que foi distribuído ²⁰³, semelhante ao do *Loteamento Park Gran Reserve* (tendo sido alteradas apenas as informações sobre o empreendimento, haja vista que as pesquisas e Ações executadas em ambos os empreendimentos foram realizadas pela mesma empresa de Arqueologia). As Ações no caso também foram chamadas de “Atividades de esclarecimento”.

No *Loteamento Comercial Monte Castelo* realizou-se conversas com a vizinhança imediata do empreendimento e distribuição de panfletos. No relatório constam apenas três fotos de uma pesquisadora conversando com pessoas na rua (possivelmente vizinhos do empreendimento), sem maiores detalhes. O panfleto, cuja cópia também encontra-se anexada ao relatório em questão, explica brevemente sobre os conceitos de patrimônio cultural edificado, arqueológico, imaterial e paisagístico, sem detalhes acerca da cidade ou do empreendimento ²⁰⁴. As Ações foram denominadas como “Estratégias de Esclarecimento”. Já no projeto referente ao *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda* foi apresentado um planejamento onde estavam previstas Ações Patrimoniais com os funcionários do empreendimento (as quais seriam compostas por palestras sobre o tema). Seriam realizadas também oficinas com professores e alunos de escolas (Ensino Fundamental, Médio ou Superior). No entanto, no relatório é dito que, na prática, realizou-se uma atividade chamada de “Ações de esclarecimento e divulgação”, a qual teve duração de duas horas e consistiu na distribuição de panfletos e conversas com o público vizinho do empreendimento. No panfleto (apresentado no relatório)

Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve. NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

²⁰³ “Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Jardim Residencial London Park”, 2017. P. 13–19. In: SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4.** NUP: 01506.005254/2016–61, número do documento: 0283480. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 jun. 2016. Data de registro: 05 fev. 2018. Fls.49–61. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Loteamento Residencial London Park.** NUP: 01506.005254/2016–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.

²⁰⁴ ORIGEM ARQUEOLOGIA PAT. CULTURAL E NATURAL S/S LTDA. **Relatório Final referente ao Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Comercial Monte Castelo, município de Indaiatuba – SP.** NUP: 01506.005567/2017–09, número do documento: 0738130. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: set. 2018. Data de registro: 24 set. 2018. P. 54–56. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Comercial Monte Castelo.** NUP: 01506.005567/2017–09. Brasília. Data de registro: 13 mar. 2017.

há breves explicações sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural, onde são mostradas quatro fotos de materiais arqueológicos, uma foto da Fazenda Santa Gertrudes (localizada em Itupeva, cidade vizinha de Indaiatuba) e uma foto da Igreja N. S. da Candelária, igreja matriz de Indaiatuba, porém sem maiores explicações sobre a cidade, as construções apresentadas ou acerca do empreendimento ²⁰⁵.

No *Loteamento Residencial Parque Barnabé*, durante a Ação nomeada como “Estratégia de Esclarecimento de Divulgação”, realizaram-se discussões com professores de algumas escolas estaduais. Em seu projeto é dito que estavam previstas ações com o empreendedor e seu corpo administrativo, divulgação em mídias locais (rádios, jornais, etc.) e mapeamento das escolas próximas ao empreendimento, tendo sido relatada, de fato, apenas a última Ação. Para isso, a empresa realizou um levantamento das escolas estaduais e municipais da cidade, contato com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e com quatro instituições de educação estaduais. Dessa feita, foram promovidas reuniões com professores, onde os pesquisadores apresentaram questões sobre Arqueologia, patrimônio cultural, preservação e trabalho educativo.

A equipe também buscou mapear Ações realizadas no município em prol da preservação do patrimônio cultural, tendo sido destacadas as atividades relacionadas ao patrimônio edificado. É dito no relatório que não foram mapeadas Ações de Educação Patrimonial, sobretudo relacionadas à “Arqueologia Preventiva”. Dessa forma, relatou-se que a proposta da realização de um curso voltado para o corpo docente do município com o tema “Arqueologia e Patrimônio em Indaiatuba” foi “muito bem recebida”. Entretanto, por questões de incompatibilidade entre os calendários da obra e das escolas, o curso não pôde ser executado ²⁰⁶. Relatou-se também um encontro em específico com os professores da E. E. José de Campos, cujo tema principal abordado foi “Arqueologia Preventiva” e “Educação Patrimonial” (com foco em sala de aula). Na ocasião, a maior parte dos docentes alegou nunca ter trabalhado com o tema Arqueologia em sala de aula (tendo utilizado apenas a questão patrimonial, citando

²⁰⁵ PRESERVE ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.** NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2436029. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 20 jan. 2021. Data de registro: 20 jan. 2021. P. 89. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.** NUP: 01506.004512/2019–35. Brasília. Data de registro: 08 nov. 2019.

²⁰⁶ ARQUEOLOGIKA. **Relatório AIPA (Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico).** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055927. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 05 out. 2017. P. 124, 125. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Loteamento Residencial Parque Barnabé.** NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

edificações, celebrações e lugares de memória da cidade). Foi relatado que os professores demonstraram interesse no assunto ²⁰⁷.

Foram feitas visitas técnicas por parte dos pesquisadores ao Museu Ferroviário de Indaiatuba e Museu Municipal (o qual é chamado de “Casa de Cultura do Pau Preto” em todo o documento, bem como acontece no *Aterro Sanitário de Indaiatuba*). No relatório salientou-se a importância das instituições de preservação do patrimônio da cidade, as quais foram relatadas como apresentando grande potencial para parcerias; entretanto, na sequência é dito que “Futuros pesquisadores podem realizar parcerias com tais instituições, aprofundando as ações de divulgação científica e aproximando-as dos programas de educação patrimonial. Espera-se que o levantamento realizado possa auxiliar no desenvolvimento de suas estratégias educativas” ²⁰⁸. Apesar das visitas técnicas, a própria empresa não realizou parcerias com as referidas instituições. Em ofício está registrado que foi entregue uma cópia do Relatório ao museu ²⁰⁹ e à SEMED ²¹⁰, como parte das “Estratégias de esclarecimento e Divulgação”. Em carta externa é dito que uma cópia do Relatório também teria sido encaminhada para o Museu Ferroviário de Indaiatuba ²¹¹, no entanto, não há cópia desse ofício de encaminhamento anexada à árvore de processos.

No *Aterro Sanitário de Indaiatuba* (cujas atividades arqueológicas também foram realizadas pela mesma empresa do *Loteamento Residencial Parque Barnabé*, e igualmente nomeadas como “Estratégia de Esclarecimento e Divulgação”), estavam previstas Ações com o empreendedor e seus funcionários, divulgação do trabalho em mídias locais, o mapeamento

²⁰⁷. ARQUEOLOGIKA. **Relatório AIPA (Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico)**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055927. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 05 out. 2017. P. 127–130. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

²⁰⁸ ARQUEOLOGIKA. **Relatório AIPA (Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico)**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055927. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 05 out. 2017. P. 133. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

²⁰⁹ ARQUEOLOGIKA. **Ofício Casarão Pau Preto**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483965. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 23 abr. 2018. Data de registro: 21 mai. 2018. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

²¹⁰ ARQUEOLOGIKA. **Ofício SEMED**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483969. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 23 abr. 2018. Data de registro: 2 mai. 2018. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

²¹¹ ARQUEOLOGIKA. **Carta Externa Resposta ao Ofício 739/2018**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483951. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 mai. 2018. Data de registro: 21 mai. 2018. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico — Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016.

de escolas, bem como a produção de um *folder* ilustrativo, cujas cópias deveriam ser distribuídas em locais indicados pela SEMED e por responsáveis das rádios e jornais locais. É dito também que “Destaca-se que será realizado um mapeamento dos bens culturais existentes no município de Ourinhos, de modo a enriquecer o conteúdo do *folder* e incrementar as estratégias de esclarecimento e divulgação” ²¹² [grifo nosso], bem como Ações junto às instituições locais de preservação patrimonial. Assim, a empresa contratada realizou contato novamente com a SEMED e com as mesmas escolas do *Loteamento Residencial Parque Barnabé*. De modo que as Ações dos dois projetos foram feitas em conjunto, haja vista que ambos estavam tramitando ao mesmo tempo, otimizando o trabalho e lidando com a problemática do calendário escolar, conforme informado em Relatório ²¹³.

É dito em nota que “Como parte das ações de divulgação, um texto sobre o tema ‘Arqueologia e Patrimônio’ foi compartilhado com as instituições – em ANEXO” ²¹⁴. Entretanto, ele não se encontra anexado ao arquivo “Conteúdo de Mídia Anexos”, contido na árvore de processos ²¹⁵. Assim, foram realizadas reuniões com as escolas (já descritas no *Loteamento Residencial Parque Barnabé*). Além disso, em 2018, foi feita uma visita dos educadores da SEMED ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) (com presença do prefeito de Indaiatuba e da então Secretária de Educação), ao Aterro Sanitário de Indaiatuba, ao Museu Municipal e ao Museu Ferroviário da cidade. No evento, foram apresentadas questões acerca do tratamento de lixo, a atuação da empresa contratante na região de Indaiatuba, sobre Arqueologia e Patrimônio (na qual, novamente, os professores alegaram trabalhar mais em sala

²¹² ARQUEOLOGIKA. **Projeto Aterro Sanitário Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0135350. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 out. 2017. Data de registro: 16 nov. 2017. P. 42. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²¹³ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fl. 115. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²¹⁴ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fl. 115, Nota 56. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²¹⁵ ARQUEOLOGIKA. **Conteúdo de Mídia Anexos**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343260. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 mar. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

de aula com o tema Patrimônio, sobretudo edificado, não havendo menções aos bens arqueológicos ou imateriais ²¹⁶). Novamente, é mencionado que:

É desejável que futuros pesquisadores realizem parcerias com tais instituições, aprofundando as ações de divulgação científica e aproximando-as dos programas de educação patrimonial. Espera-se que o levantamento realizado possa auxiliar no desenvolvimento de suas estratégias educativas. Recomenda-se um aprofundamento sobre a amplitude do conceito de patrimônio cultural, destacando os bens arqueológicos e imateriais, uma vez que esses têm uma visibilidade anunciado [sic].
217

Sem, no entanto, terem sido realizadas tais parcerias pela própria empresa contratada.

No projeto *Loteamento Jardim Casablanca* (cujas Ações foram nomeadas como “Ações de Extroversão e de Esclarecimento do Projeto”), de antemão, foram realizadas conversas com gestores públicos da SEMED e com responsáveis por instituições próximas ao empreendimento (posto de saúde da família e escola municipal), a fim de poder delinear melhor as atividades que seriam realizadas. Segundo o Relatório: “O objetivo foi desenvolver ações educativas de valorização, reconhecimento e apropriação do patrimônio arqueológico e cultural local em geral e da região das obras em particular, pensando no potencial multiplicador dos envolvidos, que podem disseminar os conhecimentos construídos para a família e redes de relacionamento” ²¹⁸. Foram desenvolvidas “Mostras Educativas” sobre Patrimônio Cultural e Arqueologia voltadas para a comunidade, sobretudo moradores da região, realizadas no posto de saúde e na escola, na qual também foram empreendidas oficinas de escavação simulada. Assim, as Ações atingiram moradores do bairro, gestores escolares, professores, funcionários, alunos e seus familiares, bem como gestores públicos da SEMED, e usuários e funcionários do posto de

²¹⁶ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fl. 132. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²¹⁷ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fl. 136. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²¹⁸ CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 1200582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 22 mai. 2019. P. 93–94. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

saúde. Nessa feita, o pesquisador se aproveitou dos diálogos estabelecidos para recolher informações sobre possíveis achados arqueológicos na região.

Já no projeto *Jardim Residencial Dona Maria José* (o único Processo, até o momento, onde está registrado um “Relatório Integrado de Educação Patrimonial”) foi realizada uma palestra e exposição em escola. Além disso, procedeu-se com um plano de divulgação por meio de *folder* (distribuído na escola, SEMED, na portaria do empreendimento e no local de venda de seus terrenos), bem como com a instalação de três placas nas estradas vizinhas ao empreendimento. O panfleto apresenta detalhes históricos sobre Indaiatuba, contendo um mapa da cidade, onde está destacado o local do empreendimento, e dados sobre o Sítio Arqueológico Cambará (o qual foi posteriormente descadastrado como Sítio). As placas apresentam imagens e textos semelhantes ao panfleto. É apresentada uma cópia do panfleto no Relatório, bem como fotos das placas já instaladas ²¹⁹. Por fim, foi feita uma atualização na página da Wikipédia referente ao município de Indaiatuba, onde foram adicionadas informações sobre os sítios arqueológicos locais ²²⁰.

Dois projetos tiveram lugar entre os anos de 2020 e 2021, de modo que suas Ações referentes à “Educação Patrimonial” não puderam ocorrer presencialmente por conta da pandemia de COVID-19. Em ambos (realizados pela mesma empresa), tiveram lugar Ações semelhantes (nomeadas como “Atividades de Esclarecimento”) por meio de atividades com os auxiliares de campo e reuniões remotas com o pessoal de Secretarias Municipais. No *Jardim Residencial Dona Maria Cândida*, com os funcionários, foram abordadas questões acerca da importância do patrimônio cultural e do “[...] compartilhamento das informações com a população sobre a existência de estudos arqueológicos na cidade” ²²¹, reforçando a importância de tratar sobre o tema com conhecidos, “[...] atuando como multiplicadores junto aos familiares e vizinhos, grupos religiosos que frequentam e demais comunidades que compartilham

²¹⁹ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Educação Patrimonial D. Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 1335324. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 19 jul. 2019. Data de registro: 22 jul. 2019. P. 78–84. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506. 006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

²²⁰ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Educação Patrimonial D. Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 1335324. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 19 jul. 2019. Data de registro: 22 jul. 2019. P. 119–120. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506. 006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

²²¹ A LASCA ARQUEOLOGIA. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2544824. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021. P. 34. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.

vivências locais, no intuito de incentivar a valorização aos bens culturais, buscando ampliar, tanto quanto possível, a participação de todos”²²². É destacado que também houve um processo de orientação constante para com esses auxiliares de campo. É dito que a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Indaiatuba participou da atividade.

Para a Ação que visava a comunidade, foi feita uma reunião virtual com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Comunicação. É relatado que foram enviados para as referidas Secretarias, via *WhatsApp* e e-mail, conteúdos digitais em forma de web informativos, página do projeto em *blog*, postagens em redes sociais e versão virtual de um panfleto, a fim de que as Secretarias repassassem os materiais para a população. O panfleto versa sobre patrimônio cultural, a Arqueologia, o papel do construtor na preservação do patrimônio e contém um anexo com informações sobre Indaiatuba e o empreendimento em questão, bem como *link* para o blog da empresa contratada. Este é o único panfleto que menciona a plataforma SEI!-IPHAN como referência²²³.

As Ações realizadas no empreendimento *Jardim Residencial Bom Sucesso* foram praticamente idênticas (com a exceção que neste é mencionado o contato com a SEMED). O folheto, idêntico ao mencionado anteriormente, também foi citado no Relatório²²⁴, e igualmente deveria ser repassado para a comunidade. De forma que as atividades de ambos os projetos foram realizadas concomitantemente e praticamente de maneira integrada.

Por fim, conforme mencionado no início do presente item, o único programa que ainda não havia realizado Ações foi o *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*. Mas estão previstas no “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico” as seguintes atividades: atualização da página da Wikipédia referente a Indaiatuba, entrevistas com a população e apresentação informal dos resultados aos gestores do empreendimento, além de palestra, oficina de produção de cerâmica e oficina de simulação de escavação de um sítio arqueológico. Cada

²²² A LASCA ARQUEOLOGIA. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2544824. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021. P. 34. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.

²²³ A LASCA ARQUEOLOGIA. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2544824. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021. P. 40–43. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.

²²⁴ A LASCA ARQUEOLOGIA. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Bom Sucesso**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2718619. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mai. 2021. Data de registro: 02 jun. 2021. P. 40–43. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Jardim Residencial Bom Sucesso**. NUP: 01506.000754/2020–93. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.

atividade prevê avaliações das próprias Ações educativas, realizadas por meio de conversas e questionamentos com os grupos participantes. Entretanto, o relatório contendo as informações referentes à “Educação Patrimonial” ainda não havia sido anexado à árvore de processos até março de 2023.

É preciso lembrar que em apenas quatro Processos foi mencionado o contato com a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba (mais especificamente o Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss”) para fins de pesquisa ou divulgação (*Loteamento Residencial Parque Barnabé, Loteamento Park Gran Reserve, Aterro Sanitário de Indaiatuba e Loteamento HM 41* — questão já citada e a ser problematizada no subcapítulo seguinte). Porém, em nenhum dos trabalhos foram realizadas Ações Patrimoniais em parceria com a Fundação ou outras instituições culturais da cidade. Igualmente não é informado se as empresas procuraram por elas para saber sobre a existência de locais de interesse histórico/arqueológico na região.

Além disso, vale mencionar que o *Loteamento Recanto dos Lagos* trata-se do único Processo que apresenta um relatório específico acerca da cultura imaterial presente na cidade: o Jongo do Sudeste e a Capoeira, destacando, portanto, a cultura afrodescendente. Porém, não foram realizadas Ações patrimoniais acerca do tema, conforme já mencionado.

Em seu texto, Vasconcellos e Hattori questionam, tendo como base as questões de García Canclini, “[...] qual o lugar das comunidades na lógica do mercado e da globalização? Quais as contribuições de fato desses empreendimentos para a diminuição das desigualdades?” (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 79–80). Novamente, há muito mais o que se explanar no diálogo entre os relatórios do que em cada um individualmente, pois eles apresentam semelhanças dentro de um contexto específico. Para auxiliar (e problematizar ainda mais) esses questionamentos, cabe agora analisar os aspectos levantados sobre os trabalhos de Educação Patrimonial, a fim de que outras questões pertinentes possam ser analisadas a partir dos princípios teóricos e metodológicos anteriormente expostos.

4.3 Arqueologia, Educação Patrimonial e Mediação: resultados e perspectivas

Há uma gota de sangue em cada museu e em cada bem ou manifestação patrimonial. Sangue, suor, lágrima e outros tantos líquidos contribuem para os registros de memória e constituem aspectos da nossa própria humanidade. Museu, memória e patrimônio configuram campos independentes, ainda que articulados entre si. Eles são arenas políticas, territórios em litígio, lugares onde se disputa o passado o presente e o futuro. Para além de todas as diferenciações, resta a execução de uma música para dança e, mais ainda, resta o reconhecimento de que o museu, o patrimônio e a educação configuram campos de tensão e intenção. (CHAGAS, 2006, p. 3–4).

A partir dos pressupostos e dados expostos, é notável o quanto a prática da chamada “Educação Patrimonial” necessita de desconstruções constantes. Para isso, é essencial diferenciar o que é trivial para os pesquisadores e o que é trivial para a sociedade. Em muitos casos, a trivialidade desses grupos não está alinhada (inclusive entre os próprios acadêmicos ou profissionais da área). Ou seja, técnicas, metodologias e teorias que para alguns pesquisadores possam parecer usuais ou até mesmo superadas, podem não o ser para os demais ²²⁵. Daí a importância de se retomar certas questões durante a jornada acadêmica, pois é preciso que a Academia se envolva diretamente com a sociedade (e com ela mesma) para responder também às suas demandas. E não apenas às próprias. Esse aspecto justifica a necessidade das pesquisas serem também arenas de embates e debates, e não de combates.

De forma geral, em todos os projetos e/ou relatórios dos Processos analisados é destacada a importância da sensibilização da comunidade diante de questões patrimoniais. Teorias e metodologias semelhantes são constantemente evocadas em um espaço específico voltado para discussões bibliográficas sobre a “Educação Patrimonial” na documentação analisada. Entretanto, nas descrições das Ações propriamente ditas percebe-se a realização de atividades meramente protocolares, havendo inclusive a delegação a terceiros do papel do diálogo direto para com a comunidade. Em dez dos casos estudados houve a distribuição de panfletos designada a funcionários locais. Tais panfletos, que deveriam servir como material extra (e não como peça central), contêm informações genéricas, alguns sequer versam sobre a cidade, ou cometem erros (seja por falta de pesquisa ou de cuidado — a exemplo do *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda*, onde foi apresentada uma foto de uma fazenda localizada no território de Itupeva/SP). Esses erros, apontados também no capítulo anterior (e possivelmente causados por conta da carência de tempo dada à empresa contratada, um dos motivos que pode levar à generalização regional), apontam a falta de acuro que se têm com as pesquisas históricas acerca dos locais estudados e sua posterior divulgação.

Sabe-se que não é possível tratar da História de um local em uma folha de papel, fator que, no entanto, não deveria impedir que seja apresentado um trabalho mais acurado *no e para* além do panfleto. Além disso, o modo como foram constituídos, somado ao formato de sua distribuição, fazem com que esse material (também chamados de *flyers* e *folders*) tragam em si uma aparência muito mais de autopropaganda da própria empresa do que de um “material educativo” propriamente dito. Essa questão do *marketing* é explorada por Lúcio Menezes

²²⁵ Isso não significa a falta de parâmetros ou a necessidade de se relativizar toda a ciência ao extremo, mas sim a imprescindibilidade da realização de diálogos construtivamente críticos entre os conhecimentos vigentes.

Ferreira em seu texto (2013). Nele o autor critica a questão da autopropaganda da empresa, apresentando exemplos que utilizaram imagens onde foram mostradas cenas artificiais da comunidade participando do trabalho arqueológico, quando, na verdade, essa muitas vezes sequer foi consultada. “Em suma, segue-se tranquilamente a ‘melhor’ tradição autocrática do Estado brasileiro: a imposição de projetos sem consulta à sociedade civil” (FERREIRA, 2013, p. 98), diz o autor.

Por fim, não bastassem todas as problemáticas existentes na imposição de um material, a terceirização da entrega dos folhetos e a ausência de uma Mediação direta dos profissionais arqueólogos para com a comunidade resumem o seu papel a um caráter meramente conteudista e vertical. Além disso, há grandes chances desse material ser esquecido (mesmo quando distribuído em formato digital) ou até mesmo que seu descarte seja feito pela própria instituição a que foram entregues. Carneiro alega que as Ações que se resumem a palestras e/ou distribuição de cartilhas estão embotadas de um caráter restritivo, sendo tais estratégias muitas vezes confundidas com o processo didático (CARNEIRO, 2014, p. 448). Sobre essa questão dos folhetos, Scifoni argumenta que:

Isso significa repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo. (SCIFONI, 2014, p. 197–198).

Assim, não se nega a possibilidade da distribuição dos folhetos ou quaisquer materiais de cunho informativo. Porém, eles não devem ser encarados como material central da Ação Patrimonial ou seu produto final, devendo ser entregues como uma complementação à Mediação, sendo idealizados como parte do processo didático (SCIFONI, 2014, p. 197, 198). Em seu curto espaço devem conter informações relevantes sobre o trabalho arqueológico, memórias e patrimônios, devendo se dirigir à comunidade em questão, respondendo suas demandas e evitando generalizações ou excesso de *marketing*. Assim, no caso de Indaiatuba, de forma geral, aspectos importantes como sua História, memórias e patrimônios não foram contemplados na grande maioria dos panfletos observados, a despeito de tais questões terem sido abordadas nos Processos analisados, ainda que regionalmente, na maioria dos casos.

Existem dois Processos entre os analisados cujos panfletos contemplam melhor essas questões: *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso*. Em ambos (realizados pela mesma empresa) foram confeccionados dois materiais: o primeiro versa acerca do patrimônio cultural, da Arqueologia e do papel dos empreendedores na preservação do patrimônio (ou o papel que eles deveriam assumir). Já o segundo contém informações sobre estudos arqueológicos do estado de São Paulo e Indaiatuba (ainda que de forma generalizada) e o empreendimento em questão, link para o blog da empresa contratada, leis, normas e endereço de acesso à plataforma SEI!-IPHAN como fonte sobre os estudos realizados Todos os materiais abaixo apresentados foram distribuídos virtualmente.

Figura 14 — Página um do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso*.



Fonte: A Lasca Arqueologia. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2544824. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021. P. 40. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.

Figura 15 — Página dois do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do *Jardim Residencial Dona Maria Cândida e Jardim Residencial Bom Sucesso*.

Por que o patrimônio cultural é tão importante?

O que é patrimônio cultural?

O **patrimônio cultural** é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas culturais, lugares e objetos presentes na história de um grupo e que foram transmitidos entre várias gerações.

São exemplos a paisagem do bairro, o jeito de preparar uma comida, uma dança, uma brincadeira, uma técnica.

E a arqueologia?

Arqueologia é a ciência que estuda a cultura por meio dos vestígios materiais – tudo aquilo que foi produzido, utilizado e descartado pelo ser humano –, para entender as ocupações humanas em diferentes períodos em uma localidade.

Em campo, os arqueólogos buscam esses **fragmentos de objetos**, que podem estar em superfície, enterrados, ou até submersos. Para um olhar desatento, eles podem não parecer importantes, mas, quando analisados em conjunto pelos especialistas, trazem muitas informações sobre nossos antepassados e a história daquele local.

Os **bens arqueológicos** também fazem parte do patrimônio cultural e são protegidos por lei.

Que tipos de vestígios podem ser encontrados?

- pedras lascadas** para se tornarem facas, raspadores e pontas de flechas
- desenhos pintados** ou gravados em abrigos e lajedos, **sambaquis** e **fogueiras**
- pedaços de panelas e potes de **cerâmica indígena**, pilões, machadinhas e mãos de pilão de **pedra polida**
- restos de **construções**, embarcações e ferrovias antigas, **louças**, ferraduras e fornos

Por que precisamos preservar os bens culturais?

O conhecimento dos bens culturais e o cuidado que nos dispomos a ter com eles – **conhecer, integrar, participar e preservar** – são importantes para a construção da nossa cidadania.

Essas ações tornam maior a autoestima da comunidade e nos levam a dar ainda mais valor aos variados traços culturais do nosso país.

O **patrimônio cultural é um direito** dos cidadãos e, por isso, é protegido por lei.

O **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** é a autarquia federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

COPYRIGHT VIA LASCA ARQUEOLOGIA - VERSÃO WHATSAPP - 2020

Fonte: Idem. P. 41.

Figura 16 — Página três do panfleto distribuído virtualmente pelos pesquisadores do *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso*.

Qual é o papel do construtor na preservação do patrimônio?

Antes de implantar um empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, o empreendedor é responsável por desenvolver um processo de licenciamento ambiental. Os **estudos arqueológicos preventivos** são parte desse processo e precisam de autorização do Iphan para serem realizados.

Os arqueólogos da A LASCA ARQUEOLOGIA estão na sua região porque foram contratados para executar um projeto de **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico** ou de **Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico**.

Se forem encontrados sítios arqueológicos durante a pesquisa, eles serão cadastrados no **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/Iphan** e serão apontadas ações que visem sua preservação.

Alguns instrumentos regulatórios que orientam os empreendedores, arqueólogos e a sociedade em geral para a preservação do patrimônio arqueológico:

- Lei n. 3.924/61
- Instrução Normativa n. 01/2015, do Iphan
- Portarias 7/88, 137/2016, 195/2016 e 196/2016, do Iphan

Para saber mais sobre os estudos que estão sendo feitos em sua cidade, disponibilizamos informações específicas em nossos canais:

 [alascaconsultoria](#)
 BLOG:
[alascaconsultoria.com.br](#)

A participação da população local no cuidado com os sítios arqueológicos é fundamental.



Os estudos completos estão disponíveis em:
sei.iphan.gov.br/pesquisa

Caso encontre vestígios arqueológicos na sua cidade, comunique a superintendência do Iphan da região.

Para saber mais, visite o portal do Iphan: www.iphan.gov.br





a lasca
arqueologia

COPYRIGHT © A LASCA ARQUEOLOGIA - VERSÃO WHATSAPP - 2020

Fonte: Idem. P. 42.

Figura 17 — Panfleto anexo que trata especificamente sobre os empreendimentos *Jardim Residencial Dona Maria* e *Jardim Residencial Bom Sucesso*.

Olá! Somos uma equipe de arqueólogos da A LASCA ARQUEOLOGIA em visita à sua cidade.

Fomos contratados para um trabalho de busca arqueológica e de esclarecimento aos moradores sobre o que é esta pesquisa e sua importância para o **patrimônio cultural local**. Nossa equipe irá estudar a região, verificando se há a presença de **sítios arqueológicos** e apontando ações de preservação. Estamos em Indaiatuba (SP), devido aos projetos de: **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Candida e Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Bom Sucesso**. Esses projetos foram autorizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão do Governo Federal responsável pela gestão do patrimônio arqueológico, por meio, respectivamente, das Portarias nº 20, de 22/03/2021; e nº 25, de 12/04/2021.

A área do estudo está situada nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, região com significativo atrativo para a ocupação humana em tempos pretéritos. Os estudos arqueológicos no Estado de São Paulo costumam dividi-la em dois períodos distintos. Um primeiro, o pré-cerâmico, mais antigo, de grupos caçadores-coletores, que realizavam a coleta de vegetais, a pesca e a caça, como atividades econômicas predominantes. Os vestígios encontrados costumam ser associados às Tradições Umbu, materiais em líticos (pedra) pequenos, como raspadores, furadores, talhadores e lâminas de machado, polidas e finamente trabalhadas; e Humaitá, com produções mais robustas, feitas com blocos ou seixos. E um segundo período, um pouco mais recente, relativo aos grupos horticultores-ceramistas, com registros das Tradições Tupiguarani, que produzia cerâmicas de base arredondada, pintadas em preto e vermelho sobre engobo branco; e Itararé, com vasilhames pequenos, em coloração escura, com paredes finas e bem alisadas. Um elemento característico desse grupo são as “casas subterrâneas”.

Um número significativo de pesquisas arqueológicas já foi feito em Indaiatuba. No Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, banco de dados mantido e atualizado pelo IPHAN, com acesso em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>, há registro de um sítio no município, o **Buruzinho**, multicomponencial composto por fragmentos cerâmicos indígenas, lascas e uma concentração de fragmentos de telhas.

Acesse, no blog da A Lasca Arqueologia, mais informações sobre esses e outros estudos arqueológicos: <https://alascaconsultoriablog.wordpress.com/>. Você poderá conhecer os resultados da pesquisa, posicionando a câmera de seu celular sobre o QR Code, a seguir.

 Caso ainda não tenha o leitor de QR Code no seu celular, baixe o aplicativo em sua loja virtual.

  SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA  

COPYRIGHT © A LASCA ARQUEOLOGIA - VERSÃO WHATSAPP - 2020

Fonte: Idem. P. 42.

A despeito destes tratarem sobre história pré-colonial da região praticamente de forma generalizada, é preciso salientar que foram dois dos poucos Programas a trazer alguma informação relevante mais específica sobre a região (juntamente com *Jardim Residencial Dona Maria José*). No entanto, tal material não foi entregue diretamente à população, ficando a sua distribuição a cargo de funcionários das Secretarias Municipais contactadas. Não é relatado em nenhum dos dois Processos se de fato houve a sua disseminação por parte da prefeitura. Dessa forma, pressupondo que o material tivesse sido repassado, haveria a ausência da Mediação direta para com a comunidade, a qual deveria ser realizada por um dos pesquisadores responsáveis pelo projeto, sendo relegada a terceiros não apenas a distribuição do material, mas também esse diálogo. O ouvinte, a posteriori, potencialmente realizará uma importante mediação (sobretudo informal), porém o trabalho inicial não deve ser delegado a ele (mesmo que seja funcionário de uma instituição de memória).

O argumento das Ações Patrimoniais não serem prioritárias para as empresas envolvidas, muitas vezes estando isoladas das demais atividades arqueológicas e sendo protocolarmente realizadas ao final, igualmente já havia sido levantado por Scifoni. Rememorando, a autora afirma que a Educação Patrimonial, genericamente falando, funciona “[...] meramente como divulgação dos bens tombados ou como forma de resolução de conflitos gerados pela ausência de participação social no processo” (SCIFONI, 2014, p. 197), já citado no primeiro item do presente capítulo. Soma-se a isso a questão de a Ação estar associada a uma propaganda das empresas envolvidas, como no tema da distribuição de panfletos, já mencionada, a qual geralmente não é acompanhada por outra Ação Patrimonial de maior consistência (OCAR, no prelo). Essa falta de atenção às Ações didáticas deve-se, em partes, ao descompasso existente entre os pesquisadores sobre a “Educação Patrimonial” (questão apontada por Scifoni), inclusive internamente na área da Arqueologia.

É preciso pontuar também que, em muitos casos, as Ações foram nomeadas com termos diversos do amplamente adotado “Educação Patrimonial”, como “Seminário de Integração ao Processo Patrimonial”, “Estratégias de esclarecimento e Divulgação”, “Atividade de Esclarecimento”, “Capacitação Básica”, dentre outros. Isso ocorre pelo fato da maioria dos projetos estar inserido em um contexto o qual o IPHAN nomeia de “de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido” (IPHAN, 2015), item solicitado pela IN-001/2015 quando da confecção do “Projetos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio” — bem como é exigido o “relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local” (IPHAN, 2015), quando da realização do “Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio

Arqueológico”. Não foi encontrada na norma (ou em outros materiais) metodologias para a realização de tais Ações. No entanto, é notável que o aporte teórico-metodológico descrito na grande maioria dos casos é o mesmo da “Educação Patrimonial”. A própria “Educação Patrimonial” (com esse nome) aparece em alguns dos projetos como parte das atividades previstas. Na prática, essas Ações acabam por ter um impacto social praticamente nulo, justamente pelo modo como a norma solicita que sejam realizadas essas atividades, sendo a atividade de “Educação Patrimonial”, propriamente dita, exigida apenas no “Projeto Integrado de Educação Patrimonial.” e “Relatório Integrado de Educação Patrimonial”, os quais estão vinculados ao desenvolvimento do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico” (IPHAN, 2015). A execução do “Programa”, por sua vez, está vinculada ao encontro de material arqueológico, o qual, conforme já mencionado, muitas vezes não é realizado quando do encontro de bens materiais fortuitos, estando em sua maioria atrelada ao descobrimento de sítios arqueológicos. Vale lembrar que, conforme o § quarto do cap. 3 da mesma norma: “Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial” (IPHAN, 2015).

Desse modo, é possível supor uma informalidade nas Ações do gênero “esclarecimento e divulgação”, as quais são propostas pelo próprio IPHAN como modalidade de trabalho com a sociedade. De maneira semelhante, pode-se supor que há uma fetichização pelo objeto e do patrimônio institucionalizado por parte do próprio IPHAN ao exigir que a “Educação Patrimonial” propriamente dita seja integrada apenas quando da gestão do patrimônio arqueológico. Dessa forma, tem-se uma falta de rigor acerca das propostas atividades de advindas da instituição em questão. No caso, não se exime a culpa também das empresas contratantes, que poderiam realizar Ações mais socialmente engajadas, e não apenas atividades a fim de preencher protocolos (conforme aconteceu em alguns casos aqui analisados). Aqui defende-se que a Mediação Patrimonial (ou “Educação Patrimonial”) deveria ter lugar em todo e qualquer trabalho de Arqueologia em Obras de Engenharia, independentemente do encontro de material, justamente por ser uma atividade a qual tem diversos reflexos no território em que será realizada. Além disso, a contrapartida social precisa ser minimamente efetiva, para que as comunidades possam, de fato, auxiliar na gestão de seu patrimônio, sendo sensibilizadas e, assim, podendo ajudar a evitar problemáticas como fraudes e silenciamentos, além de auxiliar na preservação e promoção dos patrimônios locais.

A educação não-formal não exige formalidades, como o próprio nome sugere, mas é preciso haver preceitos mínimos para que a atividade não seja vaga ou se torne uma mera

burocracia, com função social (quase) nula. Assim, o ideal de uma Ação Patrimonial, independentemente do título que carregue, é que ela busque ser:

[...] libertadora e dialógica, ou seja, a necessidade de uma postura problematizadora frente a este patrimônio cultural e, portanto, à própria realidade objetiva. Isso significa superar aquelas ações que apresentam apenas um caráter meramente informativo e conteudista, enquadrando-se dentro do que Freire (2001) chamou de “concepção bancária”. Neste tipo de educação, a bancária, o ato é de depositar, de transferir conteúdos, não se propondo ao desvendamento do mundo. As pessoas, nesta perspectiva educacional, são o público, objeto sobre o qual devemos agir. (SCIFONI, 2014, p. 204).

De acordo com as teorias freirianas, já mencionadas em subcapítulo anterior, a importância da problematização na instrução encontra-se ligada principalmente ao desenvolvimento do pensamento crítico, e, portanto, à autonomia do cidadão. Sua função de oposição às memórias oficiais também deve ser destacada. De modo que o trabalho de Mediação Patrimonial auxilia na compreensão das pessoas como sujeitos históricos e sociais (FREIRE, 2019; SCIFONI, 2014, p. 204; OCAR, no prelo). A questão da decolonialidade nos trabalhos teóricos e práticos (tanto de Mediação Patrimonial quanto de outras áreas), levando em consideração memórias outras que não as oficiais, igualmente se faz importante para o rompimento com modelos euro-ocidentais.

A persistência de tais modelos na patrimonialização brasileira, tanto em aportes teóricos quanto metodológicos, baseados sobretudo na transmissão vertical de conteúdos institucionalizados, é responsável pela propagação da invisibilização de sujeitos históricos e sociais, e, conseqüentemente, pela reprodução de desigualdades. A crítica ao passado e a transgressão da memória oficial, portanto, devem ser pontos centrais nas Mediações Patrimoniais, buscando trazer reflexões acerca das mais diversas heranças culturais e sociais, problematizando intenções e desfetichizando o patrimônio institucionalizado, tornando a Mediação um local de embates políticos, dialógico e problematizador. Para isso, os pesquisadores devem evitar Ações que sejam meramente conteudistas e informativas, as quais costumam desconsiderar conhecimentos, saberes, costumes e até mesmo a História local (OCAR, no prelo; SCIFONI, 2014, p. 97–198, 200–204), sendo que essas condutas deveriam, novamente, independer do encontro de material durante os trabalhos de escavação realizados.

Dito isso, é preciso retornar alguns questionamentos feitos por Scifoni (2014) em seu texto. Ao citar como exemplo um trabalho de Cléo Alves P. Oliveira (2011)²²⁶, a autora destaca

²²⁶ Ver: OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização) — Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

“[...] a confusão que os próprios profissionais do patrimônio fazem ao englobar no mesmo rótulo ações de objetivos bem diferentes, tais como as de caráter educativo, de divulgação e as de capacitação profissional” (SCIFONI, 2014, p. 197). Nos Processos analisados, é perceptível tal “confusão” mencionada pela autora, a começar pelos títulos dados às ações (supracitado). Boa parte das Ações desenvolvidas (em oito, mais precisamente) foram realizadas com o corpo de funcionários (auxiliares de campo e/ou componentes da parte administrativa da empresa contratante). Essa atividade é indispensável, porém ela deve fazer parte de uma capacitação profissional, a ser realizada antes e enquanto durarem os trabalhos, a qual deve visar toda a equipe, estando a sua execução prevista à parte do projeto de Educação Patrimonial. A separação se faz necessária sobretudo pelo fato da atividade não necessariamente trazer a comunidade diretamente afetada para o centro das Ações, bem como por se tratarem de metodologias diferentes, por conta do público em questão estar envolvido diretamente com o trabalho e, portanto, muitas vezes necessitar de outras instruções técnicas além daquelas previstas na dita Educação Patrimonial.

Em destaque, no caso do Processo referente ao empreendimento *Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, foi alegada a questão de que a escolha para se trabalhar com os funcionários da empresa contratante se deu devido ao fato dos trabalhos arqueológicos já terem encerrado suas atividades. Apesar da atividade de “Educação Patrimonial” não ser item obrigatório no dito Processo (por ser anterior à IN-001/2015), considera-se que a Ação poderia ter tido lugar juntamente com a comunidade, independentemente do tempo em que foi realizada. Ou seja, a empresa fez um trabalho que poderia ser considerado como de capacitação, sob a alegação das frentes de trabalho já terem encerrado suas atividades. Entretanto, a atividade de capacitação deveria ocorrer *antes e durante* os trabalhos arqueológicos, e não posteriormente. De modo que aqui se considera como infrutífera essa atividade — salvo pelo fato de que, independentemente, houve alguma intervenção para com os funcionários, porém a qual não foi funcional para o empreendimento em questão. De modo que essas capacitações, quando envolvidas em meio aos projetos de Educação Patrimonial, podem ser vistas como um facilitador para a execução das atividades.

No entanto, ao revisitar a IN-001/2015, pode-se ver que está prevista também como “Educação Patrimonial” a atividade com os funcionários “envolvidos com o empreendimento”²²⁷. Parte-se do pressuposto, então, que a “confusão” existente entre “capacitação” e “Educação

²²⁷ Art. 45, § primeiro: “O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento”. (IPHAN, 2015).

Patrimonial” apontada por Scifoni (cujo texto é anterior à promulgação da IN-001/2015) é corroborada, novamente, pelo próprio IPHAN. Essa diferenciação deve ocorrer, pois, entende-se aqui que o processo educativo de uma capacitação profissional (supracitado) se dá de maneira diversa da atividade da chamada “Educação Patrimonial” (sendo ambos imprescindíveis e devendo ser previstos como atividades obrigatórias). De maneira semelhante, estão previstos como público-alvo “gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento” (IPHAN, 2015). O problema da atividade isolada apenas com esse público é que, conforme já pontuado, muitas vezes a divulgação do trabalho (e consequente sensibilização em torno de aspectos patrimoniais) se resume a uma reunião (potencialmente com a entrega de folhetos para serem distribuídos), não atingindo as comunidades. Dessa forma há, portanto, uma terceirização do trabalho da chamada “Educação Patrimonial” para esses funcionários, a qual muitas vezes é relegada ao esquecimento por conta de quaisquer outros fatores mais relevantes para a instituição naquele momento. Assim, há diversas problemáticas a serem debatidas no âmbito da própria instituição IPHAN e de suas normas, conforme será exposto na sequência.

Outro ponto a ser levantado consta no § segundo do art. 45 da IN-001/2015, no qual é dito que “A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto [Integrado de Educação Patrimonial] deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação” (IPHAN, 2015). Em análise feita nos projetos e relatórios, constatou-se que em quase todos os Processos posteriores à promulgação da Instrução Normativa não foram apontados profissionais da Educação envolvidos nos trabalhos, sendo os responsáveis pela maioria dos trabalhos de “esclarecimento e divulgação” advindos de outras áreas (como Ciências Sociais, História e Arqueologia). Apenas no *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso* foram localizadas profissionais da Educação (as quais estavam responsáveis pela atividade intitulada como “Extroversão do patrimônio arqueológico”). Nos demais projetos, em sua maioria, sequer consta quem foi designado como responsável pelas atividades (sendo apresentadas fotos em algumas ocasiões, mas sem os nomes dos profissionais)²²⁸.

Os pareceres emitidos pelo referido Instituto acerca dos trabalhos de “Educação Patrimonial” quase sempre são positivos. Nas análises notou-se que tais documentos (de forma geral) ficaram mais concisos e menos críticos com o tempo. Desse modo, não há uma oposição ou crítica mais contundente aos trabalhos de “esclarecimento e divulgação” ou de “Educação

²²⁸ Aqui levou-se em consideração a formação dos profissionais durante a execução dos trabalhos, desconsiderando quaisquer títulos posteriores que porventura aqueles tenham recebido.

Patrimonial”, tampouco uma preocupação com o impacto que eles causarão, desde que o mínimo imprescindível previsto na IN-001/2015 seja realizado. A ocorrência de tais fatos possivelmente se deve ao aumento de demanda de análises, a qual é possível que seja inversamente proporcional à quantidade de técnicos contratados para trabalhar na área (vinculado inclusive à questão do aparelhamento feito em órgãos do governo federal de Jair Bolsonaro, conforme já mencionado). Ou seja: trata-se de um problema estrutural (o qual está possivelmente está relacionado a um projeto de desmonte da cultura nacional).

Dos Processos analisados, apenas quatro deles citam, de alguma maneira, a Portaria nº 137/2016 em seus projetos e/ou relatórios (*Jardim Residencial Dona Maria José, Loteamento Park Gran Reserve, Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros e Loteamento Jardim Casablanca*). Importante ressaltar que, excluindo-se o Processo referente ao empreendimento *Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, os demais foram todos realizados depois de 2016. Como disse Lassance em seu trabalho, no qual o autor se dedicou a analisar projetos de “Educação Patrimonial” em Licenciamentos Ambientais no Rio Grande do Sul, a falta de menção à Portaria nº 137/2016 pode indicar a “[...] ausência dos conceitos por ela propostos, notadamente as relações com o cotidiano e com o território dos educandos” (LASSANCE, 2021, p. 164). Nesse sentido, ainda segundo o autor, a apropriação da norma em questão “[...] poderia ajudar a sanar alguns problemas e contribuir para o fortalecimento das ações educativas aqui analisadas, diminuindo contradições e fragilidades nos PIEPs”²²⁹ (LASSANCE, 2021, p. 164).

É preciso lembrar que a Portaria nº 137/2016 trata do tema “Educação Patrimonial” de modo generalizado (além de estabelecer diretrizes sobre as Casas do Patrimônio). De forma que a norma não se refere, em específico, às Ações realizadas no âmbito arqueológico. Essa questão não é um problema, haja vista que em seu art. 1 é dito que a Portaria tem como objetivo “Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial - EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan” (IPHAN, 2016). Suas diretrizes, expostas em seu art. 3 são:

- I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

²²⁹ Plural da sigla “PIEP” — “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”.

- V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar. (IPHAN, 2016).

A despeito da Portaria não se direcionar diretamente à atividade arqueológica, ela lança parâmetros sociais de atuação. De acordo com José Lassance, a questão de uma norma não ser rígida (e, no caso, ele se refere especificamente à IN-001/2015) colabora para que haja mais soluções inovadoras e criativas nos projetos de Educação Patrimonial, ampliando seu aspecto político e, portanto, debatedor (LASSANCE, 2021, p. 163–164). Isso não significa que parâmetros mínimos não devam ser visitados, para que não se torne algo vago e sem função social. Atualmente as leis e normas mencionam que as comunidades devem ser envolvidas nos trabalhos arqueológicos. No entanto, não há aparatos públicos, para além dos pareceres dos relatórios (os quais também devem ser alvo de críticas), que realizem fiscalizações sobre a efetividade desse envolvimento. Dessa forma, é preciso que o IPHAN assegure em seus pareceres que as atividades realizadas cumpram sobretudo com seus deveres sociais. É preciso também que a instituição fomente, de maneira mais ampla, os debates sobre o tema, a fim de que haja maior participação social e visando que as normas se regulem com o tempo.

A Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 (a qual trata da Política de Patrimônio Cultural Material) traz, de forma jurídica, a importância que o diálogo horizontal tem para a função social da chamada “Educação Patrimonial” em seu cap. 1, bem como coloca no centro das Ações a atuação contínua da sociedade. Há o destaque também para que esse diálogo ocorra durante todo o processo de trabalho. Conforme o parágrafo único de seu art. 10, pode-se inferir que a desconstrução do trabalho educativo é incentivada, mas isso também abre brechas para que atividades verticalizadas, como palestras ou distribuição de panfletos, ou até mesmo Ações meramente burocráticas (como reuniões) sejam realizadas. Por fim, há a evidenciação do “Projeto Integrado de Educação Patrimonial” na Portaria, a qual deveria servir como referência para a realização das Ações. É preciso frisar que nenhum dos Processos analisados sequer menciona a Portaria nº 375/2018, mesmo havendo oito Processos que datam posteriormente à promulgação da norma em questão.

Nesse sentido, vale o destaque de alguns dos Princípios da Portaria nº 375/2018: Princípio da Indissociabilidade (“Não deve haver separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os tem como referência”); Princípio da Ressignificação (“Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado”); Princípio da Responsabilidade Compartilhada (“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural material”); Princípio da Colaboração (“A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade”); Princípio da Participação Ativa (“Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material”); Princípio da Atuação em Rede (“A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação”); Princípio do Acesso Equitativo (“Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente”); Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais (“O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma Política justa e equânime”); Princípio da Transversalidade (“Há necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao patrimônio cultural material”); Princípio do Direito à Informação (“O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade”); e Princípio do Direito ao Controle Social (“O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM”) (IPHAN, 2018).

Todos esses princípios corroboram com o que é dito na presente tese. Entretanto, conforme supracitado, a Portaria nº 375/2018 não foi explicitamente mencionada em nenhum dos Processos analisados. Além disso, vale salientar acerca do Princípio da Indissociabilidade e da Responsabilidade Compartilhada, os quais versam sobre o destaque da importância local (inclusive municipal) em proteger, manter e extroverter o patrimônio cultural material. A norma também especifica sobre o tratamento com comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e quilombolas. Nesse sentido, salienta-se também a importância de apoio de órgãos do governo (como o IPHAN e Ibram — Instituto Brasileiro de Museus) para que incentivem os territórios a observarem essas normas e a criarem instituições e políticas públicas sobre o patrimônio local. Versa também acerca da fiscalização sobre a proteção ao PPCM (Seção IV — Da Fiscalização, IPHAN, 2018), as quais, inclusive, “[...] devem buscar

o envolvimento social, mediante ações de divulgação e de sensibilização” (IPHAN, 2018). No entanto, as atividades de extroversão e da chamada “Educação Patrimonial” não são objetos explícitos de fiscalização, segundo a norma em questão. A fiscalização, nesse sentido, não deveria ocorrer de modo a conter a criatividade dos envolvidos, mas sim para garantir que as atividades ocorram de maneira que sejam socialmente relevantes (e, de preferência, em todos os trabalhos de Licenciamentos Ambientais, novamente, independentemente do encontro de artefatos).

Dessa forma, é notável que não há muitos espaços específicos para a “Educação Patrimonial” com foco em Arqueologia em normas e cartilhas. Na IN-001/2015, a qual trata em particular sobre o licenciamento ambiental, há um capítulo específico sobre o tema da Educação Patrimonial. Em seu cap. 3 são tratadas questões estritamente técnicas e estruturais acerca da execução do “Projeto Integrado de Educação Patrimonial” e “Relatório Integrado de Educação Patrimonial” e suas redações, não havendo maiores diretrizes acerca de práticas. Nesse sentido, as cartilhas destinadas à discussão sobre o tema também não apresentam muito espaço para a Arqueologia²³⁰, expondo descrições generalizadas sobre o trabalho arqueológico. O único material que aponta maiores questões metodológicas do trabalho de “Educação Patrimonial na Arqueologia” é o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999) — apesar do item referente à Arqueologia ser o menor de toda a cartilha, se comparado com as demais atividades patrimoniais abordadas (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 30–33). A questão da delegação de um papel secundário da Arqueologia e suas escassas referências na dita “Educação Patrimonial” já havia sido aventada em 2014 por Vasconcellos e Hattori (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 79). A ausência de um aporte teórico-metodológico e legislativo vigoroso fornecido pelo IPHAN diminui também as chances de debates em torno de como as atividades deveriam ser realizadas.

Outro ponto importante a se frisar é acerca das relações de educação e trabalho durante o período da pandemia de COVID-19, cujo ápice se deu entre os anos de 2020 e começo de 2022. Beirando quase 700 mil mortes no Brasil até outubro de 2022, o período em questão foi marcado também por mudanças drásticas nas relações sociais e econômicas, e o virtual se fez mais presente que nunca (em locais onde as condições permitiam o acesso à internet e a

²³⁰ Foram aqui considerados os seguintes materiais: *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*, (2007); *Educação Patrimonial: Manual de aplicação* (2013); *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos* (2014); *Educação Patrimonial: inventários participativos* (2016) (sendo que as duas últimas publicações são indicadas pelo art. 4 da Portaria nº 137/2016 como “[...] documentos referenciais para a prática de Educação Patrimonial pelo Iphan” [IPHAN, 2016]). A seleção desses materiais ocorreu por serem publicações realizadas e incentivadas pelo próprio Instituto.

aparelhos de comunicação). Dessa forma, trabalhos, aulas, exames e inclusive consultas médicas (quando possível) tiveram de ser adaptados para a realidade virtual ²³¹. No tópico anterior, foram expostos dois trabalhos de Ações Patrimoniais que tiveram lugar durante o período da pandemia, a saber: *Jardim Residencial Dona Maria Cândida* e *Jardim Residencial Bom Sucesso*, ambos realizados pela mesma empresa de Arqueologia. Conforme os relatórios, todo o trabalho (inclusive de escavação) foi afetado pelos protocolos sanitários. Dentre eles, o impeditivo de certas atividades presenciais ocorrerem fez com que as Ações Patrimoniais fossem adaptadas para o meio virtual. Em ambos foram realizadas atividades presenciais com os funcionários de campo (aspecto já questionado), bem como reuniões virtuais com membros das Secretarias Municipais e compartilhamento de material digital. Conforme já mencionado, não foi relatado em nenhum documento se (e como) as referidas Secretarias teriam disponibilizado o material que deveria ter sido enviado à população.

Nesse caso, deve-se levar em conta as problemáticas, sobretudo estruturais, que a pandemia causou, principalmente no início do isolamento social. No entanto, com o tempo foram se desenvolvendo metodologias que possibilitaram a ampliação de atividades realizadas em âmbito virtual (lembrando que videoconferências e gravações de vídeos já existem há muito tempo), havendo inclusive a realização de eventos nacionais e internacionais em plataformas online. Deve-se lembrar que ambos os relatórios são datados de junho de 2021. De modo que não se descarta que poderia ter-se realizado atividades que tivessem como foco, de fato, a comunidade. Havendo o contato com as Secretarias Municipais (inclusive da Educação), era possível aventar a realização de atividades virtuais, fosse com o público geral ou escolas (professores e/ou alunos, quando possível). De forma alguma tal Ação seria tão profícua ou democrática quanto uma atividade que é realizada presencialmente. No entanto, a realização de uma Mediação direta para com a população, em conjunto com a Prefeitura e suas Secretarias, provavelmente traria mais resultados do que, novamente, uma reunião e a terceirização do envio de material gráfico.

Destaca-se aqui a importância que os *feedbacks* têm para a manutenção das Ações Patrimoniais. Essa ferramenta não é prevista pelo IPHAN como item obrigatório, porém é possível encontrá-los em publicações sobre “Educação Patrimonial” de outras áreas ou em documentações internas, como, por exemplo, na realização de inventários participativos ou de atividades feitas em museus. Os *feedbacks* possibilitam, novamente, uma participação ativa da

²³¹ Deve-se frisar que, nesse sentido, muitas pessoas também ficaram desamparadas (ou foram até mesmo prejudicadas) pelas atividades remotas (inclusive no quesito de saúde) por falta de acesso a tecnologias, o que não foi mitigado pelo então governo federal.

sociedade no desenvolvimento das Ações Patrimoniais, que poderão ser repensadas a partir dos dados coletados. Da mesma forma, em nenhum dos Processos foram identificadas ações políticas decorrentes das atividades realizadas. Tampouco se sucederam mobilizações sociais ou políticas durante a vigência de tais projetos no município, não havendo alterações das leis patrimoniais locais especificamente em decorrência das atividades arqueológicas (levando em consideração apenas os Processos analisados, bem como seu recorte temporal).

Excepcionalmente, a grande maioria das empresas envolvidas nos Processos analisados optou por não trabalhar com alunos de escolas. Esse dado surpreende, pois, de modo geral, as Ações da dita “Educação Patrimonial” costumam ser realizadas com o público em fase escolar, estando muitos trabalhos ainda enraizados no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999). Não obstante,

É preciso também levar em consideração as problemáticas existentes em torno do termo “Educação Patrimonial”. Sua criação bem como sua definição no *Guia Básico da Educação Patrimonial*, sugere que o mesmo está atrelado à educação formal. A despeito da sua ressignificação teórica ao longo dos poucos mais de 20 anos, é perceptível por meio de exemplos do estudo de caso que questões da educação formal aqui já expostas ainda persistem. (OCAR, no prelo).

Tais questões podem ser encontradas nos Processos analisados, no caso de Ações conteudistas, verticalizadas e que não contaram com a participação direta da sociedade, tornando as atividades, novamente, protocolares. Ainda acerca do *Guia Básico da Educação Patrimonial*, no *Loteamento Recanto dos Lagos* há uma questão controversa semelhante ao que foi levantado sobre o *Guia* (trabalhado em item anterior). É dito que:

É notória a importância que a preservação das referências patrimoniais não está apenas limitada aos métodos que envolve as etapas de pesquisa arqueológica de resgate e a salvaguarda, podemos considerar uma relação mútua e dependente com atividades ligadas ao programa de educação patrimonial, possui um viés interdisciplinar voltado para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural, essa por sua vez é uma ferramenta sensibilizadora e conscientizadora junto aos atores envolvidos no processo de alfabetização cultural, evidenciando a importância dos valores históricos e dos bens culturais nos quais estes estão inseridos. ²³² [grifo nosso].

²³² TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1248707. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 11 jun. 2019. P. 36. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

Há, novamente, a utilização do termo “alfabetização cultural”. Colocado dessa forma, pressupõe-se que a comunidade diretamente afetada não predispõe de cultura (ou conhecimento sobre ela) até a vinda de um pesquisador que trabalhe com patrimônio. Essa é uma problemática muito grave, ainda adotada por alguns pesquisadores, pois despreza os saberes, fazeres, conhecimentos e possíveis Ações culturais prévias da população em questão, estando alinhado a um pensamento teórico e metodológico positivista, conteudista, verticalizado e, portanto, euro-ocidental. Tal pensamento ignora a visão de mundo e as necessidades das comunidades que devem estar envolvidas nos processos de preservação patrimonial, desvalorizando práticas sociais de grupos que muitas vezes sequer são ouvidos ao longo da pesquisa arqueológica. De forma que o pesquisador deve tomar um caminho contrário a este (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 80). Tal questão pode ser vislumbrada inclusive em grandes obras de engenharia. Como exemplo, pode-se citar o caso da Usina Hidrelétrica Teles Pires, exposto por Vasconcellos e Hattori, onde foram achadas e retiradas urnas funerárias de um cemitério sagrado do povo Munduruku, situação a qual foi agravada pelo fato da comunidade sequer ter sido comunicada e, portanto, a ação poder ser considerada como um extravio. Assim, a comunidade questionou o IPHAN e o Ministério Público sobre o trabalho, o qual violou território e questões sagradas e ancestrais para o povo Munduruku (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 81).

Esse assunto destaca, novamente, a importância da decolonialidade nas Ações Patrimoniais, bem como a necessidade de debates em torno das atividades propriamente ditas, para que erros como esse sejam evitados e os trabalhos sejam, de fato, construtivos. Além disso, a decolonialidade dos estudos e trabalhos faz-se importante por questões de respeito às comunidades, suas práticas e objetos. Conforme apresentado no capítulo segundo da presente tese, a noção de patrimônio cultural tem suas origens no colonialismo, e muitas instituições ainda seguem calcadas na noção de superioridade e exotividade. De acordo com Samia, movimentos emancipadores de educação foram obstruídos pela “lógica tecnicista da educação”, incorporada pelo colonialismo, e que é gerida pela racionalidade instrumental. Esse tipo de racionalidade, sustentada na dimensão técnica-científica e, portanto, capitalista ocidental, suprime a subjetividade cultural e social. A autora cita uma aula de Lúcio Menezes Ferreira (2021), contida no curso “Construindo uma Arqueologia Portugal/Brasil” ²³³, na qual o autor afirma que os saberes estariam à serviço do poder sobre a natureza e o próximo (SAMIA, 2021,

²³³ Para saber mais: FERREIRA, Lúcio Menezes. **Tecnologias Ancestrais: diáspora africana e sistema Atlântico nas charqueadas de Pelotas**. [s. l.], 2021.

p. 186). Assim, pode-se inferir que a lógica da Educação conservadora estaria alinhada à lógica de uma patrimonialização conservadora e, portanto, de uma Arqueologia conservadora.

A despeito da constante desconstrução das ciências, tais aspectos tradicionalistas, como pode-se ver, estão comumente presentes nas instituições. A presença da comunidade na execução dos trabalhos está muito além de uma “alfabetização cultural”, podendo esta, inclusive, auxiliar nas pesquisas e, com a sua autonomia sobre o assunto, ajudar na luta por melhores condições patrimoniais e de trabalho para os pesquisadores.

Há outros tipos de Ações que merecem destaque. No *Terminal Intermodal Pimenta* foram realizadas entrevistas com a vizinhança do empreendimento. Nesses casos, considera-se que entrevistas são partes da pesquisa histórica sobre a localidade, sendo a sua fonte a História Oral, e, portanto, uma atividade à parte do trabalho de “Educação Patrimonial” (ou de “atividades de esclarecimento e divulgação”). E essa questão independe, novamente, da entrega de *folders* associada, tendo como base o que já foi explicitado acerca do tema. No caso, mencionou-se apenas o questionamento se a população tinha conhecimento da existência de objetos arqueológicos na região. De forma que memórias, para além da parte técnica, também não foram coletadas como possíveis fontes para a realização do trabalho de Educação Patrimonial.

No *Terminal Intermodal Pimenta* há outro fato curioso: a empresa confeccionou e instalou uma placa no local, a qual versava sobre a Estação Ferroviária Pimenta. No entanto, essa foi retirada por ordem do próprio IPHAN (emitida no Parecer Técnico nº 269/2020²³⁴) por constar que a Estação em questão teria sido cadastrada como um sítio arqueológico e, portanto, seria um local protegido pelo IPHAN (fato que não ocorreu). Novamente, houve um problema de acuro das informações por parte da empresa contratada. Considera-se que a instalação de uma placa no local, contendo informações relevantes sobre a Estação Ferroviária Pimenta, seria benéfica, haja vista que se trata de um ponto turístico da cidade²³⁵. No entanto, não há registros de que uma nova placa tenha sido confeccionada e instalada. A questão da falta de cuidado com informações também pode ser encontrada nos Processos referentes aos empreendimentos *Loteamento Residencial Parque Barnabé* e *Aterro Sanitário de Indaiatuba*, os quais, ao longo

²³⁴ IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 269**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2057416. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 13 jul. 2020. Data de registro: 13 jul. 2020. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta**. NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019.

²³⁵ A Estação Ferroviária Pimenta, no momento, é considerada pela municipalidade como local de interesse histórico e encontra-se em processo de tombamento municipal.

de todas as documentações, chamam o Museu Municipal Casarão Pau Preto de “Casa de Cultura do Pau Preto”.

No caso do *Loteamento Recanto dos Lagos* não há maiores detalhes sobre as Ações executadas com os moradores locais. Essa questão aponta um descaso para com a atividade em si, para com a sua divulgação, bem como do IPHAN ao aceitá-la em seu parecer. Semelhante ao que ocorreu no *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.* Porém, este contou também com a distribuição de panfletos, indo completamente na contramão do que foi proposto no projeto (o qual previa oficinas com professores e alunos de escolas locais). Além disso, como já foi mencionado, em seu panfleto há um erro, onde é mostrada uma foto da Fazenda Gertrudes, a qual não está localizada em Indaiatuba, e sim no município de Itupeva, demonstrando novamente a falta de cuidado nas pesquisas realizadas, conforme a imagem abaixo:

Figura 18 — Panfleto referente ao *Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.*, o qual foi distribuído na vizinhança do empreendimento.



Fonte: Preserve Arquitetura e Urbanismo Ltda. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.** NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2436029. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 20 jan. 2021. Data de registro: 20 jan.

2021. P. 89. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda.** NUP: 01506.004512/2019–35. Brasília. Data de registro: 08 nov. 2019.

Nos empreendimentos *Loteamento HM 41*, *Loteamento Park Gran Reserve* e *Loteamento Residencial London Park* foram feitas reuniões com funcionários e ex-funcionários da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, de escola e do comércio local (hotel). Por mais que tenha havido contatos com instituições locais, considera-se, nesse caso, que o trabalho não cumpriu com o seu propósito social, pois a comunicação não foi realizada com fins de estabelecer parcerias em prol da comunidade. Os diálogos com as instituições têm a sua importância sobretudo nesse sentido. Nos casos apontados, houve reuniões informais, nas quais foi atribuída a terceirização da Mediação e da distribuição de panfletos, a qual aqui considera-se infrutífera. Dessa forma, é possível denotar que a problemática é normativa também, pelo fato de o IPHAN prever como público-alvo das Ações “gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento” (IPHAN, 2015), conforme já mencionado. De forma alguma essas pessoas devem ser excluídas das atividades. Porém, não se considera aqui como eficaz a forma que essa inclusão (e abordagem) tem sido feita, sendo necessário maior debate sobre tal questão para que a atividade não tenha uma função social praticamente nula (por motivos já expostos). De forma semelhante, aqui classificam-se que conversas informais com a vizinhança (sem maiores detalhes ou contextualizações, inclusive no relatório), e sua consequente distribuição de panfletos, não é a forma mais eficaz de se realizar diálogos com a população (tão pouco como forma de “esclarecimento e divulgação”), caso ocorrido no *Loteamento Comercial Monte Castelo*.

A cultura imaterial da cidade foi trabalhada apenas em um relatório específico do Processo referente ao *Loteamento Recanto dos Lagos*, onde há o destaque para o Jongo do Sudeste e a Capoeira (também conforme o FCA do mesmo Processo), evidenciando, portanto, a cultura afrodescendente. Porém, não foram realizadas Ações patrimoniais acerca do tema. No relatório consta que o pesquisador consultou os arquivos da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba para realizar seus estudos acerca dos temas históricos sobre a cidade e a cultura imaterial. No entanto, não foi explicitado que ele tenha tentado o contato com seus dirigentes para a realização de uma parceria com fins educativos.

Tanto no *Loteamento Residencial Parque Barnabé* quanto no *Aterro Sanitário de Indaiatuba* foram realizadas visitas técnicas às instituições de memória local, e em ambos é incentivado que futuros pesquisadores realizem parcerias com essas instituições. Sem, entretanto, a própria empresa contratada (responsável por ambos os empreendimentos) ter

aventado realizá-las, as quais teriam sido de grande importância para a cidade. Em quatro Processos é relatado que foram feitos contatos com a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Entretanto, em nenhum foi mencionado qualquer tipo de parceria realizada para a criação de Ações Patrimoniais. A execução de tais Ações em parceria com as instituições de memória locais seriam benéficas para todos, haja vista que a própria Fundação tinha projetos que trabalhavam diretamente com a comunidade local.

As análises também demonstram a falta de Ações patrimoniais com foco em Arqueologia desenvolvidas no município, conforme depoimentos dos professores dados aos pesquisadores durante as atividades do *Loteamento Residencial Parque Barnabé*. A ausência de instituições de salvaguarda na cidade (e da não localização do material arqueológico já evidenciado) colaboram para esse quadro e, portanto, para a falta de acesso às fontes arqueológicas e históricas e sua consequente extroversão. No *Aterro Sanitário de Indaiatuba* também é citada a ausência de menções aos bens imateriais, havendo no debate uma centralidade de referenciais patrimoniais de “pedra e cal” ²³⁶. A despeito das edificações terem sido uma especialidade da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, a instituição também realizava atividades sobre patrimônio imaterial e arqueológico.

Essa não menção dos professores pode demonstrar uma falta de acessibilidade por parte da população às atividades promovidas pela Fundação, ficando essas encerradas em um certo nicho, não atingindo as demais camadas sociais ²³⁷. Caldarelli e Cândido apontam também para a dificuldade de acesso de maior público em museus municipais históricos e arqueológicos, casas de memória, dentre outras instituições similares que sejam locais (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 204). A autora da presente tese pode presenciar esse “desafio”, como as autoras colocam, enquanto diretora do antigo Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss”, de Indaiatuba. Muitas vezes essas questões são acometidas por problemas próprios da localização,

²³⁶ ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo**. NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018. Fl. 132. In: In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba**. NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016.

²³⁷ Parte do trabalho da autora na extinta Fundação durante os anos de 2018 e meados de 2020 foi dedicado à tentativa de transformar o Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” (Casarão Pau Preto) em um local de salvaguarda de material arqueológico, tendo sido realizadas pesquisas; contatos com o IPHAN, com as empresas de Arqueologia e os museus que, em tese, seriam responsáveis pelo pequeno acervo de Indaiatuba; trabalhos de Mediação Patrimonial em Arqueologia com todas as faixas etárias; dentre outros. No entanto, muitas vezes essas atividades eram dificultadas pela própria então gestão da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Um projeto sobre como tornar o museu em um local de salvaguarda de material arqueológico, inclusive, foi entregue à antiga Superintendência da Fundação, o qual, no entanto, não foi levado adiante pelo então gestor. O local tem grande potencial para receber esse material, e, certamente, seria culturalmente benéfico para a cidade.

mas também por resistências da gestão geral, falta de verbas, ausência de políticas públicas, falta de corpo técnico, falta de incentivo ao turismo nesses locais, dentre outras diversas dificuldades. Tais fatores não eliminam a questão do problema de maior acessibilidade ao museu por parte das mais diversas camadas da comunidade local. Essa questão muitas vezes está envolvida com os fatores mencionados, mas também com a falta de Ações destinadas a todos os públicos, poucas políticas públicas voltadas para acessibilidade à cultura (por exemplo, passes livres aos finais de semana), problemas de comunicação e *marketing*, falta de sensibilização dos órgãos competentes para com as comunidades acerca de que instituições de memória são espaços destinados a todos os públicos e, inclusive, autossabotagem por parte da própria gestão vigente.

Possivelmente o trabalho mais problemático analisado foi o referente ao empreendimento *Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova*, onde foram apresentadas apenas algumas fotos, em carta externa (sem maiores contextualizações, não justificando nenhuma ação e após cobrança do IPHAN em parecer). Além disso, a escolha de se realizar uma reunião com uma parcela pequena de funcionários de médio/alto escalão da empresa contratante entra na questão já colocada acerca de condensar capacitação profissional e “Educação Patrimonial” em uma Ação conjunta. De forma que não houve contato algum com a comunidade diretamente afetada e, portanto, não cumpriu com a sua função social. A questão da Ação ter lugar após a finalização dos trabalhos de campo igualmente não deveria ser um problema, sendo possível a realização de Ações junto à comunidade a qualquer momento.

Nesse sentido, no § terceiro do art. 45 da IN-001/2015 é dito que: “O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento” (IPHAN, 2015). A norma foi expedida após a realização dos trabalhos do empreendimento *Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova* por parte da empresa então responsável. No entanto, é preciso frisar esse ponto para que casos semelhantes possam ser evitados — sobretudo pelo fato de que, conforme lembrou Lassance “[...] não existe um meio Legal para a fiscalização ou mesmo a análise de relatórios dessas práticas, fator que aponta mais uma vez para a problemática das relações de cunho mercadológico com a Educação” (LASSANCE, 2021, p. 174). De forma que há uma vulnerabilidade no sentido do monitoramento da realização de atividades após a concessão da Licença de Operação ao empreendimento.

É preciso pontuar também as Ações que aqui foram consideradas socialmente funcionais. O relatório referente ao Processo *Loteamento Jardim Casablanca* foi o que mais seguiu o que havia sido proposto em seu projeto, e que, de fato, realizou atividades no entorno

do empreendimento (a despeito da equipe ser composta por apenas um membro). A escolha do posto de saúde foi heterodoxa, porém, conforme mencionado no próprio relatório:

A escola pública e o posto de saúde foram os polos de encontro para as ações de discussão de temas relacionados ao território, identidade, pertencimento, memória e cidadania, como também sobre o patrimônio arqueológico e a pesquisa arqueológica preventiva em desenvolvimento. As ações foram fundamentadas em processos educativos dialógicos de valorização das referências culturais e de patrimônios locais e de identidade e almejavam colaborar em processos de corresponsabilidade na preservação, proteção e promoção dos bens culturais em geral e do patrimônio arqueológico em especial.²³⁸

Dessa forma, pode-se dizer que a Mediação Patrimonial tem potencial para acontecer independentemente do ambiente escolhido, sendo que a Ação provavelmente terá resultados positivos do ponto de vista social, se houver diálogo horizontal *com a comunidade diretamente afetada*. Do mesmo modo, considera-se que a atualização de artigos em portais como o Wikipédia (*Jardim Residencial Dona Maria José* e, futuramente, *Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros*) podem ser classificadas como positivas no que diz respeito à democratização do conhecimento. Este não deve se resumir a relatórios técnicos, textos acadêmicos ou artigos jornalísticos, podendo também ser disponibilizado em portais de grande acesso, como enciclopédias virtuais²³⁹ e inclusive nos *sites* e redes sociais da própria empresa. Entretanto, deve-se lembrar que esse tipo de intervenção é complementar, e não central, devendo ser realizadas outras Ações mais consistentes e em conjunto com a comunidade diretamente afetada (no caso do empreendimento *Jardim Residencial Dona Maria José* foi feita uma palestra e exposição em escola), que incluam também a divulgação dessas referências.

Ainda sobre o *Jardim Residencial Dona Maria José*, além do trabalho realizado em escola, destaca-se a distribuição de folhetos na portaria do empreendimento e no local de vendas de seus terrenos. Considera-se que essa Ação direta com a comunidade que irá viver no local onde os trabalhos foram realizados é positiva, pois apresenta as atividades à comunidade diretamente afetada (a despeito de, no caso específico, o folheto mencionar o Sítio Cambará, o qual foi descadastrado). Esse tipo de Ação, desde que acompanhada de uma Mediação direta (sobretudo no caso de encontro de material e cadastramento de Sítio Arqueológico), poderia

²³⁸ CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 1200582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 22 mai. 2019. P. 93. In: SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017.

²³⁹ Em consulta realizada ao portal Wikipédia, em 10/01/23, constatou-se que as referidas atualizações promovidas pelos pesquisadores do Processo em questão ainda constam no portal (INDAIATUBA, 2023).

provocar debates entre os próprios habitantes do local, o que potencialmente levaria à criação de ações públicas (e talvez particulares) sobre o patrimônio local. No entanto, considera-se que a instalação das placas nas estradas possivelmente não teve o impacto desejado pela empresa. A despeito de estarem em “[...] áreas de grande circulação de usuários do loteamento, assim como, usuários de entorno” ²⁴⁰ e ao lado de uma ciclovia, trata-se de um local de passagem quase que exclusivamente de veículos. Além disso, há a presença excessiva de textos na placa e um mapa com imagem em satélite, o que dificulta o seu entendimento à distância (e em alta velocidade), conforme as imagens a seguir:

²⁴⁰ GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Educação Patrimonial D. Maria José**. NUP: 01506.006003/2016-02, número do documento: 1335324. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 19 jul. 2019. Data de registro: 22 jul. 2019. P. 78. *In*: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506. 006003/2016-02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

Figura 19 — Conteúdo das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento *Jardim Residencial Dona Maria José*.



Fonte: GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Educação Patrimonial D. Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 1335324. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 19 jul. 2019. Data de registro: 22 jul. 2019. P. 79. In: SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José**. NUP: 01506. 006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017.

Figura 20 — Foto de uma das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento *Jardim Residencial Dona Maria José*.



Fonte: Idem. P. 80.

Figura 21 — Foto de uma das placas sinalizadoras instaladas no entorno do empreendimento *Jardim Residencial Dona Maria José*.



Fonte: Idem. P. 80.

Considera-se que a instalação de placas seria positiva quando sua leitura é possibilitada. Ou seja, no caso, se fossem instaladas em locais de passagem de pedestres (e, ainda assim, com menos textos e mais imagens, para aumentar o interesse do público pelas informações), como, por exemplo, em algum parque ou praça próximo ao empreendimento.

No empreendimento *Aterro Sanitário de Indaiatuba* considera-se positiva a atividade de visita ao próprio Aterro, bem como as palestras que não versaram apenas sobre patrimônio, mas também sobre questões de reciclagem e processamento, em geral, do lixo. Ou seja, essa Mediação realizada com professores abarcou não apenas o que seria esperado em uma Ação Patrimonial, mas também teve-se o cuidado de dialogar com as pessoas sobre o empreendimento e o meio ambiente. De forma geral, as Ações empregadas com os professores podem ser consideradas bons exemplos de Mediações, pois tais atividades foram direcionadas a um público específico local, não tendo sido terceirizadas ou realizadas com pessoas a esmo,

sendo feitas de forma dialógica (pois, conforme os relatórios, levou-se em consideração aspectos levantados pelos docentes acerca da cidade). Considera-se positivo também o contato prévio que a empresa realizou com a Secretaria Municipal de Educação. Por fim, conforme mencionado no primeiro item do presente capítulo, no art. 8 da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 é evidenciado o caráter transversal da “Educação Patrimonial”, no sentido de que a prática deverá acompanhar todas as ações e atividades no âmbito da preservação do patrimônio cultural material (IPHAN, 2018). Entretanto, em poucos projetos pode-se ver essa transversalidade, sendo a atividade normalmente relegada ao final dos trabalhos, conforme evidenciou Scifoni (SCIFONI, 2014, p. 197).

Expostas as problematizações do estudo de caso, é preciso agora pontuar mais algumas questões sobre a adoção do termo “Mediação Patrimonial”, em contraposição ao já consagrado termo “Educação Patrimonial”. A metodologia de Mediação aqui proposta pode ser dividida em três partes, as quais se chamou “Pré-Ação”, “Ação” e a “Pós-Ação” (etapas a serem expostas no Material Metodológico contido no item “Anexos”), devendo todas serem desenvolvidas em conjunto com a sociedade. Deve-se prezar por uma nova Mediação do tema por parte do público, mas não se deve terceirizar o serviço quase que em sua totalidade para eles (exemplo: visitar um local, ter uma breve conversa com um funcionário, deixar panfletos e ir embora). Não se deve esquecer da importância dos *feedbacks*, tanto como ferramenta metodológica e prática quanto como forma de interação social.

Assim, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos já expostos, a maioria dos trabalhos analisados não se encontram alinhados com a concepção da chamada “Educação Patrimonial”, e tampouco se equiparam à perspectiva de Mediação aqui exposta. Apenas as Ações promovidas registradas nos Processos dos empreendimentos *Loteamento Jardim Casablanca* e *Aterro Sanitário de Indaiatuba* são as que mais se aproximaram de um ideal esperado em uma Mediação Patrimonial. Nesses casos, foi priorizado o diálogo com a comunidade para debater estratégias, de forma que as Ações ocorreram durante todo o processo de trabalho (não sendo simplesmente relegadas ao final) e, por fim, a mediação propriamente dita teve lugar em ambientes públicos e populares localizados próximos à Área Diretamente Afetada. A despeito do posto de saúde não ser um local usual para a realização de Ações Patrimoniais, considerou-se que a atividade foi produtiva, sobretudo por conta da circulação constante de pessoas envolvidas com a comunidade. Tal aspecto comprova que a Ação, para ocorrer de forma profícua, independe de um tipo de local específico (mas não devendo ser realizada fora do território em questão). Além disso, deve-se ressaltar que as atividades foram desenvolvidas de maneira “simples”, não sendo necessário o uso de muitos equipamentos, de

uma equipe grande (sendo esta composta por apenas um pesquisador) ou de Ações megalomaniacas para ser realizado o diálogo. Por fim, é notável que as Ações foram pensadas para serem feitas *com* e *para* a comunidade, não se desenvolvendo apenas como um trabalho protocolar institucionalizado (OCAR, no prelo) e instrucional. Não foram relatados *feedbacks* em quaisquer um dos Processos.

Essa pequena amostragem apresenta a praticamente inalterabilidade das metodologias adotadas ao longo do tempo (bem como das Ações realizadas) em trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia — a despeito das críticas e das discussões teóricas sobre o tema realizadas ao longo dos anos, desde a cunhagem do termo até os dias atuais. O aumento do número de trabalhos arqueológicos, sobretudo a partir de 2016 ²⁴¹, não necessariamente representa um sinal de que houve transformações relevantes na relação entre a população e seu patrimônio. Igualmente, as discussões teóricas e reflexões críticas sobre a prática são inversamente proporcionais à ampliação dos trabalhos realizados — inclusive nesse quinhão a prática da “Educação Patrimonial” (SCIFONI, 2014, p. 204–205). Pelo contrário: o constante desmonte da Cultura brasileira, somado ao aparelhamento do IPHAN ocorrido durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como as suas próprias declarações e o amplo apoio que ele teve durante as eleições de 2022 (inclusive na própria cidade de Indaiatuba ²⁴²) demonstram que a comunidade está (e colabora para que ainda siga) distante dos debates patrimoniais.

Dessa forma, o pequeno universo de Indaiatuba aqui apresentado reflete as questões que são pontuadas há anos. Pois, de 15 Processos amplamente analisados, apenas dois de fato apresentaram resultados satisfatórios no que diz respeito a Ações com a comunidade diretamente afetada. Esse levantamento, claro, não exclui, de maneira alguma, os trabalhos de excelência realizados ao longo dos anos no Brasil. Porém, demonstra estatisticamente a insistência de diversas problemáticas (inclusive políticas, estruturais e a falta de aporte) e, dentre elas, a ausência de uma base teórica e institucional que se evite efetivamente que as Ações sejam generalizadas (SCIFONI, 2014, p. 204–205) e generalizantes. Para isso, é necessário que os debates sobre o tema sejam coletivos e constantemente retomados, bem como que haja autocritica (inclusive acadêmica) sobre as Mediações Patrimoniais:

²⁴¹ De acordo com Zanettini e Wicher (2014), em 2003 foram emitidas 268 portarias, enquanto em 2013 foram 1.362 (ZANETTINI; WICHER, 2014, p. 246). Em pesquisa feita na tabela disponível no CNA, o número de portarias emitidas no Brasil em 2016 foi de 1.079, em 2020 de 2.272 e entre 2016 e 2022 foi de 10.896.

²⁴² Foram contabilizados para o candidato em questão 80.147 de votos válidos em Indaiatuba durante o primeiro turno, o que totaliza 56,2% da população votante e 92.937 no segundo turno, totalizando em 64,17% de votos válidos, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TRIBUNAL Superior Eleitoral, 2022).

É preciso que os profissionais finalmente se distanciem do aspecto informativo e se aproximem cada vez mais da condição de mediador. Que tratem as comunidades a partir de um viés dialógico, e não que transmitam informações “de cima para baixo”. Que tratem as Ações Patrimoniais com a seriedade que é necessário, e não como uma mera tarefa burocrática a ser cumprida. Essa Mediação, vale a pena repetir, é preciso que ocorra desde as primeiras fases de estudos sobre a região até a extroversão do acervo. [...] “Por isso a necessidade de uma nova pedagogia do patrimônio. ‘É com o antigo que realmente se faz o novo’ (BENSAID, 2008, p. 22)” (SCIFONI, 2014: 204–205). (OCAR, no prelo).

Ainda acerca das Ações, estas devem prezar pelo diálogo, e não somente pelo conteúdo, fazendo com que o público se sinta parte ativa não apenas da Mediação, mas da comunidade e, portanto, do processo de patrimonialização. A maioria das atividades de “Educação Patrimonial” analisadas vai de encontro com o conceito de “fabricação” proposto por Teixeira Coelho (podendo ser consideradas como “produtos”, inclusive do ponto de vista mercadológico), o qual tem um início, meio e fim já definidos (COELHO, 2001). Por outro lado, a Ação Cultural é composta por um “[...] início claro e armado, mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais se deve necessariamente passar — já que não há um ponto terminal ao qual se pretenda ou espere chegar” (COELHO, 2001, p. 12). Isso não significa que a atividade deva ficar “solta”, mas que deve ser gerado um processo, e não um objeto (o qual pode até ser resultado do processo geral, mas que não se tinha consciência dele quando do início do processo) (COELHO, 2001, p. 12–13). De modo semelhante, a Ação Patrimonial deve ser conduzida de forma ativa também pelos participantes e suas vivências, e não apenas pelo mediador.

Assim, a identificação do público (ou não, pois essa não deve ser coagida) com o processo inteiro, incluso a Ação propriamente dita, é de suma importância, pois é a mesma que gera o debate, sendo este de maior relevância que “[...] uma afinidade forçada com o *status* do patrimônio” (OCAR, no prelo), muitas vezes promovida pelos processos de “alfabetização cultural”. De modo que é necessária a desmistificação e desfeticização do patrimônio, entendendo-os (e sensibilizando) que eles são escolhas. E que sua valorização é socialmente construída, sendo despida de valor espontaneamente natural, estando condicionada apenas às suas propriedades estéticas e à sua contextualização — às quais são atribuídos os valores, conforme o contexto histórico e social, o que, para Scifoni, gera um caráter político e conflituoso no universo cultural (SCIFONI, 2014, p. 203). Assim, não apenas as agendas científicas, mas principalmente as demandas políticas são responsáveis por condicionar a construção, a interpretação e a extroversão do passado ao público (MONTICELLI, 2010, p. 206). No caso de Indaiatuba, por exemplo, considera-se que a exposição de temas que versem apenas sobre a imigração estrangeira seria uma forma de imposição de uma determinada

memória à boa parte da população local, cuja migração data sobretudo entre as décadas de 1970 e início dos anos 2000.

De acordo com Teixeira Coelho, a democratização da cultura só ocorrerá quando essa for efetivamente acessível e realizada de forma igualitária (inclusive esteticamente) para todos. Isso não exclui, claro, a questão da acessibilidade e da equidade (COELHO, 2001, p. 74–76). É aí que entra o papel político do mediador. Porém, ainda assim, a ideia da utilização dessa informação é uma escolha subjetiva do ouvinte. E não cabe ao mediador convencê-lo de algo forçosamente, mas sim desenvolver um trabalho de “[...] apoio à inteligência, à compreensão ou à recepção do bem cultural de modo a haver uma perfeita ou razoável apropriação do bem pelo seu destinatário, [...]” (COELHO, 2001, p. 80), sendo, portanto, potencialmente sensibilizado, adquirindo autonomia para lidar com a informação adquirida.

Assim, a mera transmissão de conteúdo (seja ela por meio de panfletos ou qualquer outra mídia, ou método) se prova ineficaz justamente por impor um pensamento. Isso não impede, claro, que haja alguma forma de extroversão teórica durante e após a atividade, mas é preciso que a comunidade (ou parte dela) também esteja envolvida no desenvolvimento dessa exposição, para que o pesquisador entenda como lidar com o público em questão e atenda às suas demandas atuais, afinal: “[...] o patrimônio só pode ser apreendido como um bem para a comunidade se lhe for atribuído significado no presente” (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 85). No final das contas, a Mediação deve ser provocativa (SAMIA, 2021, p. 188): provocar indagações, críticas, vontades, identificações, empatia, alegria, dor e tantos outros sentimentos.

Nesse sentido, é preciso também que se estabeleça um diálogo interno (tanto entre os companheiros de trabalho, quanto na própria Academia, IPHAN e demais instituições de memória) que vise refletir sobre a pesquisa científica e seus impactos na sociedade (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 80–86). Assim, teorias e práticas poderão ser ressignificadas conforme as demandas sociais, não visando apenas a necessidade (e muitas vezes, saciar a curiosidade) acadêmica. A produção dos próprios relatórios deve ser encarada com maior seriedade, pois esses documentos são extremamente técnicos e, no geral, estão destinados ao esquecimento acadêmico e social. Como disse Hamilakis, “Os produtos arqueológicos mais importantes [são] os curtos relatórios técnicos que se converteram em parte de uma ‘literatura cinzenta’” (HAMILAKIS, 2015, p. 52).

Hamilakis e Lúcio Menezes Ferreira tecem muitas críticas à Arqueologia em Obras de Engenharia, em sua maioria, no presente texto, incontestáveis. Porém, há por parte deles uma defesa à Academia que é preciso problematizar. Hamilakis diz que os centros acadêmicos são

espaços “[...] para respirar, refletir e analisar, um espaço que é atacado pelo mercado; não é o espaço isolado, a torre de marfim mítica de onde se lançam pedras nos colegas em campo, mas outro campo de batalha que ainda proporciona — porém, por quanto tempo? — liberdade crítica, algo que é quase impossível no setor comercial” (HAMILAKIS, 2015, p. 55). Ferreira também realiza críticas à questão comercial e ao liberalismo econômico que há na Arqueologia em Obras de Engenharia (FERREIRA, 2013).

Entretanto, há diversas problemáticas na Academia brasileira que vão no mesmo sentido que as da Arqueologia em Obras de Engenharia, inclusive mercadológico: a necessidade de produção massiva para justificar financiamentos; a seletividade (inclusive social, a despeito dos diversos programas de cotas já existentes) para adesão aos programas; problemas da permanência estudantil (inclusive os altos custos para algumas publicações, participações em eventos, associações, dentre tantos outros); a falta de liberdade crítica no sentido de que geralmente há projetos específicos ou moldes a serem seguidos, os quais muitas vezes não incluem os estudos decoloniais (sendo que a Academia por si só existe por conta de um sistema colonial euro-ocidental); e até mesmo a inibição da criatividade dos estudantes em muitos casos

243.

De forma alguma isso a deslegitima, afinal, trata-se de um problema estrutural decorrente sobretudo da questão colonial, do neoliberalismo e do sucateamento da Educação, que também afeta financiamentos e relações (inclusive de trabalho) acadêmicas. E aqui, novamente, não se defende que as ciências não sejam criteriosas, mas sim que sejam acessíveis, construtivamente críticas, humanizadas, decoloniais e combativas aos aspectos negativos do sistema, incentivando a colaboração (entre discentes e docentes), em vez da competição, gerando um espaço que não apenas promova inclusão, mas também proporcione senso de pertencimento e acolhimento, resultando, assim, em um ambiente minimamente saudável.

Creio que pensar criticamente a produção do conhecimento científico é estar ciente do contexto sociopolítico vigente e que este refletirá no conhecimento produzido (SOUZA, 2020). Há que se combater a intenção de “passar a boiada” e colaborar no desmonte dos projetos autoritários, destruindo a automação da predileção por padrões acadêmicos estabelecidos sob “integridade duvidosa” que vai para além da educação e reforça projetos políticos como o [então] vigente, cuja prerrogativa é impactar nossos maiores bens para remodelar a nossa História. (SAMIA, 2021, p. 184–185).

²⁴³ O que não deve significar, claro, a ausência de parâmetros mínimos de estudos, a relativização total de temas, o desrespeito a seres, pessoas e comunidades, dentre outros aspectos que possam levar ao revisionismo das ciências.

Somam-se a todas essas questões os pareceres vagos do IPHAN e seu pouco rigor frente às questões arqueológicas. Além disso, existem poucas instituições de salvaguarda de material arqueológico no país, o que, de acordo com Carneiro, leva à separação da comunidade de seu patrimônio (CARNEIRO, 2014, p. 455). Em consulta realizada em março de 2023 ao Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), de um total de 289 instituições cadastradas, 58 constam como aptas, 174 aptas com condicionantes, duas descadastradas e 55 encontram-se inaptas (IPHAN, [s.d.]). Dessa forma, é preciso que haja um incentivo (e uma fiscalização maior) do IPHAN aos municípios (e instituições já existentes) sobre a importância da criação de locais de salvaguarda de material arqueológico em seus territórios. Assim, as próprias comunidades poderão auxiliar a administrar sua cultura material, bem como para que o endosso institucional fique na própria região onde os trabalhos forem realizados. Isso possibilitará a descentralização das grandes metrópoles, as quais muitas vezes já detém investimentos maiores (e cujos acervos já detém grandes quantidades de cultura material, não tendo condições de trabalhar com todos os seus bens).

As autoras Solange Bezerra Caldarelli e Manuelina Maria Duarte Cândido defendem em seu texto (2017) que deveria haver maior envolvimento do Ibram na colaboração para a formulação de diretrizes no que diz respeito ao acervo arqueológico proveniente de Licenciamentos Ambientais. Tal parceria beneficiaria não apenas as comunidades como ambas as instituições, sobretudo no que diz respeito à pesquisa e musealização da cultura material (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 195–197) ²⁴⁴. Além disso, seria interessante que o IPHAN e demais instituições de memória fomentassem de maneira mais ampla a criação de Redes do Patrimônio ²⁴⁵.

Há também a problemática da questão de o Estado terceirizar a melhoria dos museus e demais instituições de memória às empresas de Arqueologia, na forma de endosso financeiro. Sobre esse tópico, Wittmann afirma que teorias da Arqueologia influenciam menos nas estratégias de salvaguarda (e aqui acrescentam-se outras etapas do trabalho, como a escavação

²⁴⁴ “Note-se que grande parte do que se encontra declarado como ‘acervo arqueológico’, no CNM [Cadastro Nacional de Museus], consiste em acervos antigos já existentes nos museus há várias décadas, e as informações, em geral, não incorporaram o incremento das coleções a partir da Arqueologia Preventiva.” (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 196).

²⁴⁵ Segundo a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, Redes do Patrimônio são: “(1) Instrumentos de educação patrimonial e espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural material. (2) São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro.” (IPHAN, 2018).

propriamente dita e a própria Educação Patrimonial) do que negociações de interesses políticos e econômicos (WITTMANN, 2019, p. 219)²⁴⁶. De modo que, muitas vezes, o que está em jogo são os problemas financeiros e políticos, expostos ao longo do primeiro capítulo, os quais amiúde dificultam a aplicação de teorias e, portanto, a geração de novos debates. Soma-se a isso a questão de boa parte das atividades da chamada “Educação Patrimonial” serem atribuídas quase que exclusivamente às empresas de Arqueologia, onde esse contato diversas vezes serve muito mais como forma alternativa para a prospecção de área e coleta de material oral, não criando laços sociais com a comunidade em questão, sobretudo por conta da pontualidade dos trabalhos e da constante transição da equipe de um lugar para outro (WITTMANN, 2019, p. 241–242). Nesse sentido, aqui se concorda com Sura Souza Carmo e Flávia Cristina Costa Vieira, quando as autoras afirmam que:

A constatação do despreparo da máquina estatal para compreender a importância dos bens arqueológicos é sintomática, na medida em que se tem clareza das ações do Estado, se percebe como sua ação é contraditória, tendo em vista que ele é o protetor e, ao mesmo tempo, atua dificultando a proteção e salvaguarda do patrimônio arqueológico, nos últimos anos. Cabe ao Estado não apenas fiscalizar, mas promover ações que deem visibilidade a este patrimônio. (CARMO; VIEIRA, 2020, p. 81).

Assim, é perceptível novamente que a prática da chamada “Educação Patrimonial” pouco se alterou ao longo do tempo, encontrando-se ainda aquém da necessidade e da realidade social brasileira. Tal como José Lassance mencionou em estudo recente sobre projetos de “Educação Patrimonial” em Licenciamentos Ambientais no Rio Grande do Sul, percebe-se a homogeneidade dos projetos, causada sobretudo por uma distância conceitual de exemplos e embasamentos arqueológicos *versus* contextos culturais dos locais onde os trabalhos são realizados, o que leva a uma desarticulação das atividades para com as reais demandas do público (LASSANCE, 170, p. 2021). Dessa forma, aqui se crê que o conceito de “Mediação” tem mais proximidade com os ideais da Arqueologia Pública, a qual não deveria estar associada a um processo de “alfabetização cultural”, mas sim de diálogos culturais que incluam as comunidades. De forma a buscar uma sensibilização mútua entre mediador-público, em vez de levar uma conscientização “redentora” forçada (como se os sujeitos fossem isentos de realizar suas próprias leituras do mundo) (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 88), que muitas vezes acomete a chamada “Educação Patrimonial” (e Ações dissidentes). No caso de Indaiatuba, inclusive, essa questão é evidenciada pela falta de conhecimento do público acerca dos sítios

²⁴⁶ Não far-se-ão aqui maiores discussões acerca das problemáticas da musealização de objetos arqueológicos, pois, tais questões, por si só, demandariam pesquisa própria.

locais e regionais e da cultura material encontrada, que está salvaguardada alhures (e, inclusive, o desprezo de alguns pelo sítio encontrado mais recentemente, tratado na nota 84 ²⁴⁷).

Tendo em vista as questões acima expostas que buscou-se desenvolver na presente pesquisa um protótipo de Material Metodológico, como sugestão para ser utilizado em Mediações em trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia. Porém, não se limitando apenas a esses, haja vista que a ciência é interdisciplinar. Assim espera-se que ele possa ser utilizado, reconfigurado e debatido por qualquer pessoa. O material foi feito tendo como base todas as discussões aqui apresentadas, bem como as normas que regem o patrimônio e em algumas das publicações do IPHAN já mencionadas. Não se trata de uma cartilha cristalizada, a qual deverá ser seguida sistematicamente à regra; tampouco se trata de um processo de “alfabetização”, como outros materiais se propõem. Trata-se da sistematização de mais uma possibilidade, a qual foi formulada a partir dos pressupostos teóricos, práticos, experiências e dos estudos de caso realizados. Assim como Lassance, considera-se aqui que o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (e demais cartilhas lançadas) não devem ser rejeitados como material de estudos — e até mesmo como referência (sobretudo porque as obras contêm questões que seguem pertinentes). Tais materiais devem ser utilizados de maneira crítica, sempre dialogando com as discussões do presente (LASSANCE, 2021, p. 173), para que, assim, possam surgir novas pesquisas e materiais. De modo que também serviram, em partes, como fontes para a composição da metodologia contida no item “Anexo B”.

²⁴⁷ Em postagem sobre o sítio encontrado na região da Barragem do Rio Pirai (2023), feita em rede social de uma página local de grande alcance de público, é notável o número de comentários depreciativos sobre o achado (INDAIATUBA NÃO É PRAIA, 2023). A despeito de não ser uma fonte usual, essas postagens são úteis no que diz respeito a averiguar a reação das pessoas sobre determinado tema, ratificando, no caso, pontos tratados ao longo desta tese (inclusive no que diz respeito ao próprio território de Indaiatuba). Essa questão não apenas demonstra o desconhecimento sobre os sítios locais, como também a necessidade da Mediação Patrimonial, com a finalidade de estabelecer diálogos e sensibilizar a população sobre a importância da cultura material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo principal compreender aspectos da prática da Arqueologia em Obras de Engenharia nos últimos anos, sobretudo como área interdisciplinar, tendo como estudo de caso a cidade de Indaiatuba — município com pouca tradição em pesquisas históricas e arqueológicas, o qual, por outro lado, é palco de políticas desenvolvimentistas. Essas políticas, entre outros aspectos, fazem o trabalho arqueológico ser uma necessidade e, ao mesmo tempo, colaboram para a aceleração da antropofagia histórica. História essa que, localmente, está calcada sobretudo em memórias cronistas imigrantes. Conforme apresentado, a Arqueologia é política, assim como o seu silenciamento (e das memórias) também o é. Muitas vezes na Academia desconsidera-se a realidade fora do eixo Rio-São Paulo-Estados Unidos-Europa (e eventuais locais fora das grandes metrópoles que tenham maior tradição arqueológica e/ou turística). Por isso, com frequência, determinados assuntos são julgados como superados, ao passo que esses, amiúde, sequer são discutidos em certas instituições, onde por vezes nem ao menos existem profissionais da área ou melhores políticas públicas que possibilitem esses debates. Deve-se, portanto, tomar cuidado para não legitimar silêncios por meio de desprezos disfarçados de “críticas”. Por esse motivo aqui considerou-se necessário retomar certos assuntos, sobretudo a partir de um viés que venha tanto de fora das capitais (o qual se trouxe como exemplo, mesmo em cidades consideradas “desenvolvidas”, como Indaiatuba), quanto dos marginalizados. Proporcionando, assim, uma potencial maior decolonialização dos estudos.

A documentação analisada na presente tese, no que tange à Arqueologia, no entanto, não foi a cultura material propriamente dita, mas sim os Processos documentais envolvidos na prática, tanto como fonte histórica quanto como fonte social de análise dos trabalhos. Para isso, foram pesquisados 15 Processos que tiveram lugar em Indaiatuba, datados entre 2005 e 2021, os quais se encontram disponíveis na Plataforma SEI-IPHAN e contém documentações outras — para além dos Projetos e Relatórios de Escavação. Tal documentação não é comumente utilizada dessa forma em pesquisas históricas (muitas vezes sendo estudados apenas os Relatórios como modo de apresentar as atividades da chamada “Educação Patrimonial”, ou a cultura material na análise de determinado contexto). Assim, buscou-se também demonstrar a possibilidade da utilização dessas documentações como fontes de estudos.

O segundo objetivo foi analisar a História e o processo de antropofagia histórica da cidade. Para isso, foram utilizadas como fontes, além dos Processos supracitados, documentações memorialistas e textos de historiadores locais. O cruzamento dessas

informações foi importante sobretudo no que diz respeito ao conhecimento das fontes escritas são normalmente utilizadas pelos profissionais das empresas de Arqueologia ao realizarem os estudos de conhecimento prévio do local. Seguindo nesse sentido, foram colocadas à prova problemáticas existentes nas políticas de escavações de Arqueologia em Obras de Engenharia (sobretudo o que diz respeito à preservação da memória) *versus* o sistema capitalista, no qual o trabalho arqueológico (de maneira geral) também está inserido.

Justamente essas questões (que envolvem interesses políticos, econômicos e sociais, colaborando para a geração de silêncios) foram debatidas a partir da análise das documentações produzidas em trabalhos arqueológicos, e, posteriormente, contrapondo os resultados obtidos com os discursos memoriais predominantes na cidade. Por fim, foram analisados aspectos em torno da prática da chamada “Educação Patrimonial”, tendo como fonte as atividades registradas nos Processos em questão. Tal discussão trouxe subsídios, em partes, para a produção de um modelo de Material Metodológico, o qual foi executado tendo como público-alvo os profissionais que trabalham na área da Mediação Patrimonial. Novamente, não se pretende que o material seja uma cartilha definitiva, mas sim se propõe a ser um material em constante discussão e construção, devendo ser posto à prova por meio de práticas e debates acadêmicos e comunitários. Dessa forma, o presente texto trata-se de uma tese propositiva, contendo em anexo o protótipo de um produto prático, o qual pretende-se aprimorar ao longo de um possível estágio de Pós-Doutorado.

Para esses estudos foram construídos quatro capítulos, dos quais nos dois primeiros realizaram-se investigações sobre a prática da Arqueologia e a História de Indaiatuba. Já nos dois últimos capítulos foi feita a análise dos Processos propriamente dita, levando em consideração o que já havia sido exposto nos capítulos anteriores. Ao longo dos quatro capítulos foi evidenciada a importância não apenas da prática arqueológica, como também a relevância da sua documentação escrita, bem como suas problemáticas e a necessidade dos trabalhos de Mediação Patrimonial. Também buscou-se evidenciar a questão da antropofagia histórica, a qual caminha junto com as obras de engenharia, que operam normalmente inseridas em uma lógica desenvolvimentista (fator este que também assola historicamente a cidade de Indaiatuba, conforme já mencionado).

A política desenvolvimentista adotada pela maioria das cidades brasileiras (tendo Indaiatuba como destaque no presente estudo) leva a uma maior antropofagização histórica e, conseqüentemente, arqueológica. Esse processo acaba sendo inerente às civilizações, independentemente da sua complexidade. Porém, é perceptível que há um aceleração dessa autofagocitação em locais com tendência mais industrial e desenvolvimentista. No caso de

Indaiatuba, esse processo também é colaborado pela condominização, que afeta sobretudo bairros periféricos e rurais, ampliando inclusive as diferenças sociais e econômicas entre os moradores locais e isolando parte da população da vida em sociedade. Em teoria, todas as novas grandes construções deveriam produzir novos Processos de Arqueologia, como forma de mitigação pela destruição do contexto local, gerando a captação de novas memórias sobretudo por meio da cultura material, minimizando, assim, a antropofagia histórica. Na prática, como pôde ser visto, existem poucas portarias de pesquisas arqueológicas diante do número de grandes construções existentes no local (além da ausência de melhores políticas locais sobre o patrimônio arqueológico), levando a uma não mitigação dos danos. Essas questões, de maneira geral, estão conectadas sobretudo a aspectos políticos e sociais, colaborando, muitas vezes, para o apagamento de memórias.

No âmbito da metodologia aqui adotada, na qual foram feitas análises historiográficas e de trabalhos que versam sobre a Arqueologia em Obras de Engenharia desde o seu princípio no Brasil, buscou-se também cruzar essas informações com teorias diversas, leis e normas da área de patrimônio, somada à documentação contida em Processos, tendo como contexto o cenário específico de Indaiatuba no início do século XXI. Apesar da promulgação de mais leis e normas sobre o tema, a falta de incentivo político, social e econômico, somada à questão da ausência de apoio e fiscalização de órgãos competentes do patrimônio (sobretudo na área da Arqueologia) levaram a uma potencial estagnação da prática. Obviamente, a compreensão desse cenário não engloba a prática como um todo, havendo ótimos exemplos de trabalhos realizados no país (inclusive alguns apontados na presente tese). Porém, há aqui uma amostragem proporcional a uma cidade a qual está inserida em um contexto com pouca tradição na prática Arqueológica — aspecto frequente na grande maioria dos municípios brasileiros. Assim, a pesquisa desvelou algumas das problemáticas e dos entraves que os profissionais enfrentam, os quais estão envolvidos sobretudo com questões inerentes a uma gestão governamental neoliberal, como a exploração de trabalhadores (tanto das empresas como de órgãos públicos), a especulação de lucros (sobretudo os imobiliários, no caso), a falta de ética de interessados e a ausência de diálogos horizontais para com a comunidade durante todo o processo.

O exemplo do Processo referente ao *Ramal de Linha de Transmissão de 138 kV* é uma amostra da importância de se analisar os Processos em sua totalidade, e não apenas os projetos e relatórios. Muitas vezes essas documentações não dialogam diretamente entre si, podendo haver lacunas (inclusive documentais) entre elas. De forma que outros documentos, como pareceres, cartas e ofícios, podem auxiliar a sanar algumas dúvidas, levantando também novos questionamentos e problemáticas. Além disso, podem haver diversos Projetos e Relatórios

vinculados a uma mesma Portaria, levando à necessidade da análise da totalidade, caso a pesquisa tenha como pressuposto o estudo do trabalho arqueológico realizado de forma geral, e não esteja vinculada a apenas um contexto (uma empresa, uma atividade ou um recorte temporal específico, por exemplo).

Conforme mencionado, a dita “Educação Patrimonial” recebeu um espaço de destaque, onde se dedicou um capítulo inteiro a analisar e debater a prática, considerando, novamente, os Processos anexados à Plataforma SEI-IPHAN. A partir do texto, notou-se a ausência de Ações que fossem socialmente relevantes, havendo uma concentração de atividades que relegavam o público a um local de passividade. Dessa feita, foram realizados estudos onde se buscou um ideal de Ações em que deve-se primar pelo bem-estar social, por diálogos horizontais e pela participação efetivamente ativa das comunidades. Nesse ínterim, a partir de discussões teóricas entre áreas como Comunicação, Ciência da Informação, Pedagogia, Arqueologia, Museologia e História, manifestou-se o conceito de Mediação Patrimonial. Nele está abrangido um ideal metodológico de uma prática para as Ações patrimoniais que se julga ser, no presente momento, mais democrático.

Há, portanto, uma dissonância entre o que muitas vezes foi proposto nos projetos e teorias e o que é executado de fato. Outra questão pertinente é o fato de que, na prática, Ações de “Educação Patrimonial” mais efetivas estão comumente interligadas ao encontro de sítios arqueológicos. Ou seja: de forma geral, em muitos casos não houve sensibilizações por parte da equipe responsável para com a comunidade acerca da importância dos trabalhos realizados (resumindo-se apenas à distribuição de folhetos e conversas informais, em boa parte dos exemplos), sendo isso, em certa medida, algo institucionalizado pelo próprio IPHAN. Esse fator, somado a outros, colabora com problemas como o menosprezo pela Arqueologia como prática e pelo patrimônio, de forma geral. E, muitas vezes, a ausência das Ações, mesmo que despropositadamente, pode respaldar esses discursos, bem como discursos históricos euro-ocidentais e silenciamentos de memórias. Nesse sentido, surge a importância da decolonialidade na prática. Não uma decolonialidade vazia, a qual busca uma representatividade escolhida pela empresa, mas sim uma decolonialidade que surja por meio do diálogo genuíno com as comunidades, atendendo às suas demandas e necessidades, bem como respeitando a sua opinião sobre o patrimônio, buscando mediar sensibilizações mútuas em torno de conceitos e memórias. Almeja-se, dessa forma, trazer as comunidades como agentes ativos durante os processos de Mediação, de patrimonialização, bem como no âmbito da Academia e, portanto, nas ciências. De modo que há a democratização também do conhecimento *das* comunidades, e não apenas o conhecimento científico *para as* comunidades.

Assim, considera-se que seria mais profícuo se a execução do trabalho de Mediação Patrimonial de forma integral, independentemente de achados arqueológicos, fosse uma exigência do IPHAN. Preferencialmente que tal atividade esteja desatrelada ao “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”, sendo prevista à parte (porém que englobe também o Patrimônio Arqueológico eventualmente encontrado, bem como demais questões colocadas, aventando hipóteses das possíveis motivações para não haver encontro de material, explanando sobre leis e normas do patrimônio e potenciais melhorias). Justifica-se esse apelo sobretudo pelo fato de que nos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia são feitas alterações e movimentações no território, as quais, por questões de ética e justiça social com as comunidades envolvidas, necessitam de melhores explicações para além de uma mera divulgação de trabalho. Inclusive pelo fato de precisar abordar temas outros que são paralelos ao patrimônio arqueológico, como paisagens culturais, sítios arqueológicos já evidenciados, cultura imaterial e políticas públicas locais.

Deve-se salientar, no entanto, que aqui não se defende a terceirização total da responsabilidade pela Mediação Patrimonial para as empresas de Arqueologia, sendo essa, sobretudo, um dever do Estado. Aqui é feita uma defesa para que toda e qualquer atividade arqueológica seja acompanhada de Ações Patrimoniais socialmente engajadas. Deve-se evitar, portanto, atividades como reuniões, conversas informais, palestras, distribuições de folhetos, dentre outros exemplos apontados ao longo do trabalho (as quais potencialmente tem pouca eficácia, tanto para os ideais de Mediação Patrimonial quanto para a própria “Educação Patrimonial”). Uma das soluções aventadas que possibilitaria essa execução das Ações Patrimoniais é que seja uma exigência do IPHAN a disponibilização de tempo hábil para que as empresas de Arqueologia possam realizar esse trabalho, trazendo as Mediações Patrimoniais para o protagonismo que elas necessitam. De maneira semelhante, as capacitações profissionais também deveriam ser previstas à parte da Mediação Patrimonial, justamente por suas características mais técnicas (o que não exclui a necessidade de tais Ações também preverem sensibilizações e serem locais de pertencimento e acolhimento — inclusive de memórias).

A questão dos usos do passado também ficou evidenciada na presente tese. No caso, poucos foram os Processos que apresentaram em seus Projetos/Relatórios conceituações históricas locais além dos memorialistas, ou que não trouxeram a História da região de forma generalizada. Foi apresentado que grande parte da memória registrada localmente advém, de fato, do passado memorialista, o qual está calcado, sobretudo, em memórias euro-ocidentais. O que possibilita a colaboração para o silenciamento (ainda que por vezes não intencional) de passados outros, sobretudo aqueles referentes aos povos originários, das diásporas africanas e

das migrações do final do século XX (e, conseqüentemente, acerca da memória do operariado local). Inclusive em sites institucionais, como o da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, as fontes primárias utilizadas são livros de memorialistas, sendo esse silenciamento propagado também de maneira oficial. Além disso, a presença de famílias de matriz africana e indígenas de origem ancestral do território atual de Indaiatuba são raras, sendo a maioria dos que na cidade residem advindos justamente em levas de migrantes. Esse fato é curioso por conta da quantidade de escravizados existentes na região durante o período colonial, bem como pela quantidade de comunidades quilombolas e afrodescendentes resistentes em outras do entorno. Essa ausência de remanescentes quilombolas e de comunidades tradicionais de matriz africana locais talvez se dê pelas leis que oprimiam os negros e proibiam seus costumes no começo do século XX (tema propício para novos estudos sobre o município de Indaiatuba e região).

Deve-se sempre verificar o discurso das fontes, portanto. É preciso, obviamente, problematizá-las dentro de sua própria lógica de produção político-social, e até mesmo institucional. Nesse primeiro caso, as obras de alguns dos memorialistas de Indaiatuba. Mas, ao mesmo tempo, é preciso levar em conta, claro, o momento e o contexto em que uma memória foi escrita, e respeitá-las *como fonte*, para não correr o risco de cometer anacronismos. No caso dos memorialistas de Indaiatuba, as obras foram embasadas primeiramente em histórias orais e memórias (inclusive pessoais), bem como em fontes escritas locais que, sobretudo, Nilson Cardoso de Carvalho conseguiu recolher. Ou seja, a despeito do esforço de seus estudos, não houve maior aporte técnico e teórico próprios de um trabalho historiográfico. Muitos ainda repetem que Indaiatuba não tem história pelo fato de a História local ainda estar escorada em tais obras. Mas, conforme mencionado, deve-se considerar as fontes disponíveis na época e a falta de uma metodologia de trabalho melhor embasada.

A despeito desse aspecto, os principais memorialistas da cidade (não apenas os selecionados para a análise do presente trabalho) pertencem a determinado nicho social — tratando-se sobretudo de descendentes de imigrantes. Esses, atualmente fazem parte da classe média da cidade, e, em geral, possuem um grau de escolaridade mais alto, sendo responsáveis por ajudar a fundar a extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. E isso não pode ser deixado de lado ao analisar tais fontes, pois diz muito a respeito de como a história local vem sendo reconstituída e trabalhada em outras obras e instituições de ensino, denotando também os silêncios existentes, como a história pré-colonial e da diáspora negra. Além disso, deve-se levar em consideração também a institucionalização em si que existia por detrás da extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, a qual deu a tais memórias certo “aval” de verdade única — apesar

dos trabalhos mais recentes produzidos pela instituição tentarem seguir direções distintas e bem mais historiográficas que as obras memorialistas.

De modo que essas memórias, unidas e endossadas umas pelas outras, causam um efeito de legitimação do discurso em cadeia, se tornando uma história cristalizada e sendo reproduzida desde as escolas até as instituições de educação não-formal (e informalmente), sem, no entanto, serem devidamente problematizadas, levando a um sufocamento das demais memórias locais. Novamente, essas obras têm a sua relevância histórica (sobretudo aquelas escritas por Nilson Cardoso de Carvalho, o qual executou um excelente trabalho ao recuperar documentações locais, que ajudaram a formar parte do acervo histórico do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, servindo de base para outros estudos, inclusive ao longo da presente tese). No entanto, por muito tempo tais obras não foram problematizadas — e, em muitos âmbitos, ainda seguem não o sendo. É preciso que haja, portanto, a valorização também de trabalhos de historiadores mais recentes, bem como buscar trazer a problematização desse passado uno que essas crônicas muitas vezes trazem — e que resistem em muitos locais, sobretudo em cidades pequenas. Algo que é possível de se fazer inclusive nos próprios Projetos e Relatórios de Arqueologia, viabilizando maiores debates entre a carência (ou silenciamento) de cultura material em uma região considerada rica de espólios, somada às questões de memórias, culturas e políticas locais.

Além do silenciamento de memórias é preciso também se atentar às identidades forçadas. Por exemplo, em Indaiatuba, boa parte da população não dialoga com a memória imigrante estrangeira do século XIX e início do século XX, por ter seus laços criados com a cidade a partir de 1970 e 1980. E muitas vezes os trabalhos realizados pela extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba giravam em torno apenas dessas memórias. Parte daí a importância de qualquer instituição que trabalhe com memória dialogar com a sociedade como um todo, e não apenas com determinadas classes ou pesquisadores (algo que foi buscado por alguns dos funcionários da Fundação em seus últimos anos de existência, mas muitas vezes as tentativas foram frustradas pela própria gestão). De maneira semelhante, o ideal é que as instituições também se preparem para mediar sobre o patrimonial em sua totalidade, e não apenas se especialize em um ramo. É preciso lembrar que nenhuma sociedade é feita apenas de “pedra e cal” ou de letras. No caso da impossibilidade dessa especialização, é possível pensar no incentivo para que a municipalidade invista em outras instituições de memória, para que estas criem parcerias entre si e possam, juntas, abraçar a comunidade inteira. Nesse sentido, um dos maiores méritos da Arqueologia em Obras de Engenharia é a investigação de passados em locais que não são costumeiramente roteiros de pesquisas arqueológicas científicas, trazendo novos

territórios à tona no que diz respeito à cultura material e, portanto, ao resgate de memórias extraoficiais.

O conteúdo já foi exaustivamente criticado, mas é preciso problematizar também a forma. Assim, a documentação escrita arqueológica produzida por conta dos Licenciamentos Ambientais normalmente não passa de um documento encarado como meramente burocrático. De modo geral, os relatórios são extremamente técnicos e, na prática, não possuem maiores aplicações se algum pesquisador do ramo, porventura, não os analisar. A questão da verba é uma problemática que assombra os pesquisadores há muito tempo, o que, amiúde, pode justificar a tecnicidade dos trabalhos bem como a repetição constante de textos observada nos relatórios. Mas, independentemente disso, a tecnicidade dos relatórios não seria tão problemática se, posteriormente, houvessem produções científicas com linguagem mais acessível. O infortúnio é que poucos relatórios são de fato estudados. E, quando isso acontece, os trabalhos resultantes se destinam a acadêmicos, deixando as comunidades à margem dessas análises. Nesse sentido, destaca-se, portanto, a importância da parceria tanto com instituições de memória quanto com as mídias locais, as quais poderão auxiliar tanto no desenvolvimento das atividades quanto na divulgação mais ampla das pesquisas e dos materiais produzidos e, por consequência, engajar mais público para as Ações realizadas (sejam elas de cunho mediativo ou não, como a eventual leitura posterior de materiais escritos e/ou artigos específicos sobre o tema por parte do público ou visita a exposições).

Tais questões estão extremamente ligadas a aspectos políticos, sociais e econômicos (como a falta de aporte financeiro e moral, a precarização dos trabalhos por parte das empresas contratantes e do Estado, o aparelhamento de instituições, a pressão capitalista, dentre outros já mencionados ao longo do texto). Sendo, portanto, um problema estrutural, que abala processos patrimoniais (de forma geral), administrativos, educativos e comunitários e, assim, colaborando para a exclusão de memórias. E que, a despeito de tais questões não serem novas, os debates seguem não sendo vigorosamente realizados, tratando-se também de um problema acadêmico, e não apenas que diz respeito às empresas de Arqueologia em Obras de Engenharia. A ciência, portanto, deve estar em constante antropofagização (assim como ela de fato está), mas essa precisa ser conscientemente ativa, construtivamente crítica e humanizada, que provoque debates e embates profícuos, buscando torná-la um espaço manifestamente político e ético. Responsabilizando-se, assim, por trazer verdadeiros impactos sociais, não ficando ensimesmada dentro de sua própria bolha, sem visar melhores relações com as comunidades (e até mesmo com seus próprios pares).

Um dos maiores problemas no Brasil, em vista disso, é o fato de que os trabalhos de Arqueologia são normalmente encarados como um empecilho por parte dos empreendedores (e parte da sociedade). Entretanto, há contradições nesse modo de pensamento. Há exemplos de obras, sobretudo no exterior, que não apenas convivem em harmonia com sítios arqueológicos, como também usufruem economicamente de sua presença. No Brasil, a despeito de não haver um aproveitamento maior (e, de certa forma, estar abandonado pelo poder público), pode-se citar como exemplo o próprio Cais do Valongo, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, bem como a FUMDHAM (essa mais bem zelada). Na impossibilidade de se manter o sítio em seu espaço original, quase sempre será possível realizar trabalhos de extroversão no local ou próximo a ele, como exposições. Esse investimento, com o tempo, pode atrair turistas, gerando uma renda extra para o comércio e serviços locais.

Claro que aqui não se faz um manifesto pela exploração predatória da cultura material. Porém, se se pensar a partir do ponto de vista de que a Arqueologia em Obras de Engenharia serve para mitigar os danos causados ao contexto arqueológico, um trabalho bem-planejado, que valorize o patrimônio por meio de Ações Patrimoniais, resultando em engajamento e, portanto, criação de melhores políticas públicas, desde que respeite a opinião e a autonomia das comunidades envolvidas, poderá trazer frutos tanto aos investidores quanto à sociedade em questão. A questão chave é o interesse que normalmente se tem por um retorno de investimento que seja imediato, e não a médio e longo prazo (inclusive no que diz respeito à preservação de memórias e da natureza). Essa culpa não é apenas dos investidores, mas também das autoridades que muitas vezes se interessam apenas pelo patrimônio no sentido de lucro (quando muito), e não de memória local, e, portanto, pouco investem em políticas públicas — inclusive no âmbito da educação. Tal pensamento, conforme mencionado, é resultado da prática de políticas neoliberais. Portanto, novamente, a responsabilidade majoritária, na maioria dos casos, é do sistema e, mais atualmente, também de políticas de demérito ao patrimônio cultural adotadas ao longo do governo de Jair Bolsonaro.

Acerca das pesquisas, quando há recolhimento de material, muitas vezes esse está fadado a passar a eternidade encaixotado em alguma estante de alguma instituição de salvaguarda, isolado de uma lógica operatória museológica, trazendo à tona também a problemática da falta de espaço nas instituições de salvaguarda (e a falta de aporte para atividades). É preciso dar vida a essas peças, tanto do ponto de vista museológico como social, incentivando a pesquisa desses materiais e dando função a eles. Muitos locais de salvaguarda não têm mais espaço ou verba para lidar com parte de seus materiais, precisando igualmente lidar com materiais de locais alhures. Uma das soluções, portanto, seria o incentivo à criação

de novos locais de salvaguarda de material arqueológico. É possível pensar sobretudo em parcerias com os municípios, para que estes possam gerir seu próprio patrimônio, estando a cultura material também à disposição de sua própria comunidade — e não guardada longe, muitas vezes em grandes centros, como tem acontecido, sendo essa questão uma herança do colonialismo a qual tende-se a reproduzir. Paralelamente, é necessário lutar para que haja maior facilidade no cadastro de locais de salvaguarda de material arqueológico, bem como pela busca por incentivos estatais para criá-los e mantê-los, facilitando, assim, o acesso do público à cultura material, que é sua por direito. Não é justo que artefatos sejam “salvos” para ficarem isolados de suas comunidades, com função social (e às vezes até mesmo científica) praticamente nula!

Deve-se, assim, ressaltar a importância de se informar os municípios acerca da possibilidade do repatriamento de peças. É preciso sensibilizar as municipalidades, portanto, acerca da responsabilidade compartilhada, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção ao patrimônio cultural material. As leis e normas acerca do patrimônio existem e estão à disposição de todos; mas esse fator não significa, novamente, necessariamente o seu conhecimento ou, mais ainda, a sua aplicação (inclusive por parte das próprias empresas envolvidas nos trabalhos). A sensibilização faz-se mais necessária que nunca, portanto, nesses tempos de negacionismo. Além disso, deve-se lutar para que a melhoria dos museus e locais de salvaguarda não seja inteiramente terceirizada para as empresas de Arqueologia, dependendo apenas de endossos institucionais, devendo o Estado ser o principal responsável por essa atenção dispensada às instituições — bem como acerca da Mediação Patrimonial, conforme já mencionado.

Nesse sentido, considerou-se importante também o destaque acerca da importância das leis, incluso a LAI, para a Arqueologia, História, Museologia e demais ciências. Essa questão apresenta que a luta por uma ciência ética deve se estender para além do trabalho de campo, envolvendo também o acesso (e a acessibilidade) ao material recolhido e produzido (ou, ao menos, motivações bem embasadas acerca de sua impossibilidade). A existência de leis não significa necessariamente a sua aplicação ou conhecimento, reforçando, novamente, uma fragilidade do IPHAN (e demais órgãos, de modo geral) diante das fiscalizações, e até mesmo a falta de conscientização sobre a sua importância (bem como de suas consequências), inclusive acerca daquelas que regem a documentação brasileira — independentemente de seu suporte ou material.

No que diz respeito à chamada “Educação Patrimonial” (não importando o nome que leve) conclui-se que, no geral, a prática tem sua existência relegada a um cumprimento protocolar, não buscando de fato o diálogo essencial com a comunidade. Tanto nome, quanto

prática, a despeito das descrições de metodologias progressistas contidas nos documentos, na maioria dos casos as Ações encontram-se muito arraigadas na educação formal e no conteudismo, com a presença de verticalizações. Evidenciou-se no trabalho que ainda é utilizado o termo “alfabetização cultural” (independentemente da adoção de aspas), o qual deveria ser desincentivado por pressupor que o público não detém precedentes culturais, relegando-o a um papel passivo. Essa prática auxilia a inibir a autonomia das comunidades podendo-se considerar esse um termo que evoca uma superioridade das ciências e, portanto, de um padrão euro-ocidental.

Nesse sentido, parte da sociedade brasileira muitas vezes crê que não detém conhecimentos suficientes para interagir em um museu ou outras instituições culturais, não os frequentando com assiduidade. Porém, os seus conhecimentos prévios são suficientes para se fazer uma interação com as obras expostas (sejam de cunho artístico, histórico, arqueológico, paleontológico, geológico, etc.), sendo tão relevantes quanto os conhecimentos científicos. E o uso de termos como “alfabetização cultural” colabora para a legitimação de um pensamento etnocêntrico inibidor (tanto por parte do próprio indivíduo, como da própria sociedade perante ele). Da mesma forma, há um menosprezo por parte da comunidade acadêmica ao tema, que considera muitas vezes essa questão superada, colaborando para essa subestimação das pessoas e, portanto, um descrédito e consequente esvaziamento das instituições culturais. Essa ainda é uma realidade da maioria dos museus e instituições de memória brasileiros (sobretudo os locais), e por isso, novamente, a temática precisa ser constantemente revisitada. E, assim, justifica-se de novo a importância da realização de uma boa Mediação (e do presente trabalho).

A partir do estudo de caso, não é possível mencionar a existência de padrões metodológicos nas documentações. Pode-se falar de semelhanças protocolares, bem como das teorias ou fontes mencionadas nos projetos, ou do fato de, no geral, as Ações serem executadas ao final e sem muito envolvimento da sociedade. Porém, metodologicamente falando, não existem parâmetros que possam ser seguidos, debatidos e ressignificados (o que também justifica a amplitude do presente texto). A ausência da publicação mais ampla da grande maioria dos trabalhos (normalmente resumida aos relatórios, os quais ficam disponíveis para consulta, porém sua acessibilidade não tem divulgação expressiva) por meio de trabalhos em congressos, artigos e demais métodos de divulgação científica corrobora para a limitação do debate (inclusive do ponto de vista acadêmico, se considerar a problemática do apoio à permanência estudantil). A publicação de muitos dos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia, conforme relatado, costuma estar sujeita ao encontro de material (com ênfase para sítios arqueológicos). No entanto, a chamada “Educação Patrimonial” e sua ressignificação deveriam

independem dos objetos em si, pois, em muitos casos (em Indaiatuba, a grande maioria), não há encontro expressivo de material arqueológico nas pesquisas de Arqueologia em Obras de Engenharia. Porém, isso não significa que eles não existam, que não haja questões e problemáticas que mereçam a devida análise ou que a sociedade e a Academia não devam saber sobre as pesquisas realizadas, justamente para auxiliar a questionar essa ausência, a proteger o seu patrimônio, combater possíveis fraudes e exigir melhores políticas públicas acerca do tema.

Com relação às Ações Patrimoniais, era esperado que a maioria das atividades tivesse como público-alvo as escolas. No entanto, extraordinariamente, poucos foram os Processos que descreveram trabalhos com grupos escolares (fossem eles docentes ou discentes). Essa questão não necessariamente apresenta uma mudança de pensamento acerca da ampliação do tipo de público, pois, no caso, majoritariamente as Ações se resumiram a reuniões, palestras com funcionários ou conversas informais, podendo o ato dessa mudança, em sua maioria ser encarado como um “facilitador” para a realização de atividades meramente protocolares (fator que é autorizado pelo IPHAN, conforme a IN-001/2015). Por outro lado, não houve menção ou destaque em nenhum Processo para a realização de Ações com pessoas pertencentes a determinadas comunidades específicas, como negros, quilombolas, indígenas ou PcD. Pelas descrições e poucas imagens disponíveis, é possível pressupor que os grupos atendidos eram mistos em todos os casos, o que não necessariamente significa um trabalho de inclusão, mas mais provavelmente uma aleatoriedade. Sobretudo por não ser destacado, na maioria dos casos, o conhecimento prévio dos grupos atingidos por parte dos pesquisadores. É possível realizar as Ações com grupos espontâneos (como aconteceu no caso do *Loteamento Jardim Casablanca*), porém no Processo é descrito que foram feitas conversas prévias na vizinhança do empreendimento para, antecipadamente, se entender particularidades do público-alvo. No caso da Ação realizada no Posto de Saúde, há maior probabilidade de se dialogar com um público mais variado, potencializando a inclusão de minorias nos trabalhos, ainda que despropositadamente. Destaca-se, portanto, a necessidade do diálogo horizontal estar presente nos trabalhos arqueológicos desde a sua concepção, para que assim se possa atingir a comunidade local da maneira mais democrática possível.

Novamente, o estudo de caso não representa a totalidade de trabalhos realizados em território brasileiro. Entretanto, pode-se considerar como uma representação do direcionamento metodológico e prático que vem sendo adotado pelas empresas até os dias atuais. Além disso, os aspectos teóricos-metodológicos apresentados nos projetos e relatórios (mesmo quando não são de fato utilizados) de “Educação Patrimonial” refletem o que deveria ser, na verdade, uma prática mediativa. Por esses motivos, aqui incentiva-se a adoção (e debates em torno) do termo

Mediação Patrimonial de forma mais ampla — sendo muitas vezes já utilizado por outros pesquisadores, sobretudo em práticas museológicas. A Mediação, a qual mantém algumas afinidades com diversas ciências, incluso a Pedagogia, possibilita que a sua teorização e prática se desenvolvam em solo próprio, desprendendo-se de conceitos e problemáticas próprias da educação formal. Dessa forma, é possível criar parâmetros a partir da própria disciplina que a rege (aqui, no caso específico, a Arqueologia), viabilizando a discussão em âmbitos diversos, de modo a trazer maior criticidade, celeridade e, portanto, potencial qualidade para os trabalhos mediativos não-formais a partir da interdisciplinaridade. O que possibilita a geração de debates próprios em torno de seus benefícios e suas problemáticas.

A Mediação, por si só, também se opõe a um ideal de neutralidade tipicamente neoliberal, justamente por sua característica de necessariamente ter de assumir um diálogo horizontal, sendo uma prática, portanto, abertamente política. A partir das experiências analisadas, é possível denotar que a mediação tem maior capacidade de tornar os ouvintes em potenciais mediadores sobre o conhecimento adquirido; da mesma forma, o mediador original também toma posse de novos conhecimentos, passando a mediá-los igualmente. Além disso, pode-se considerar que, durante a Ação, ambos, público e apresentador, são mediadores sobre seus próprios conhecimentos, e ouvintes acerca do novo. Dessa forma, o público, independentemente da formalidade ou não do ambiente, não é mais agente passivo, mas sim ativo. Sabe-se que há pressões pela viabilidade temporal e econômica da atividade. Porém, ao longo da tese foi apresentado que não é preciso realizar uma atividade vultuosa, sendo possível executar Ações menores, mas que sejam mais socialmente efetivas. Independentemente das suas dimensões, é necessário sempre que o foco da Mediação Patrimonial seja o *público*, mesmo que este seja composto por um grupo pequeno, não visando uma autopropaganda ou um preenchimento protocolar. Assim, evita-se a criação de conteúdos verticais que são produzidos para serem rapidamente consumidos e igualmente descartados.

Acerca da prática propriamente dita, é possível realizar um mesmo tipo de Ação em contextos diferentes, porém é necessário sempre estudar esse novo contexto e fazer as alterações necessárias. Não apenas históricas e geográficas, como também de linguagem, seja por diferenças étnicas, etárias, sociais, culturais, comunicativas, visando sempre a inclusão de todos e evitando barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais, tecnológicas, dentre outras, tornando a Mediação um lugar de pertencimento e acolhimento. Tais questões parecem óbvias; mas, quando se analisa os estudos de caso, vislumbra-se que, no geral, elas não são colocadas em prática, sendo o estudo prévio de contexto algo generalizado, generalizante e também protocolar. Muitas vezes sequer se encontram nos relatórios os registros (sobretudo imagéticos)

das Ações da chamada “Educação Patrimonial” que foram realizadas. Essa questão, novamente, demonstra a fragilidade, não apenas das atividades em si, como da produção da própria documentação e da fiscalização do IPHAN, que não garante a qualidade dessas atividades.

Frise-se: a Mediação é uma atividade que demanda muito mais tempo de preparo que a apresentação exclusivamente expositiva (a qual muitas vezes é “reciclada” em diversos ambientes diferentes). Essa questão talvez iniba alguns profissionais de criarem projetos realmente mediativos, pois o tempo dado pela empresa contratante normalmente é escasso. Há também o fator da educação tradicional ser mais expositiva, de modo que muitos dos profissionais aprenderam a ensinar dessa maneira, não havendo reciclagens de metodologias da área, sucedendo apenas uma transmissão técnica do conhecimento, com exemplos abstratos e sem criar conexões com a realidade dos ouvintes, levando muitas vezes ao não entendimento do tema. Novamente, seria necessário que o IPHAN e demais órgãos, em alguma medida, exigissem um maior tempo frente às empresas contratantes, para as empresas contratadas poderem realizar todas as etapas do trabalho arqueológico (inclusive a Mediação) de forma ética e, portanto, socialmente relevante. Além da necessidade de haver maior vigor nos pareceres, como já fora diversas vezes mencionado. Essas questões, porém, se deparam também com aspectos mais amplos, como problemas de cunho político e econômico, estando engendradas no sistema (e não necessariamente sendo apenas um problema de âmbito pessoal ou profissional).

A questão do modo de se transmitir a informação (e não somente o conteúdo abordado), portanto, é carregada também de aspectos políticos, perpassando diretamente pelo tema da preservação e silenciamento de memórias, já abordado. Tratar o público como agente ativo, histórico e crítico é um modo de colaborar com a manutenção de memórias outras que não a oficial. O fato de o trabalho ser não-formal igualmente facilita para que as Ações sejam decoloniais, a despeito de normalmente haver uma instituição por detrás delas e, portanto, instrumentos normativos e planejamentos estratégicos. A postura decolonial, quando não adotada diretamente pela instituição, pode ser realizada pelo próprio mediador (ou por ambos). A não formalidade do trabalho mediado colabora para a ampliação dos debates, havendo maior possibilidade de interação nas Ações e, portanto, liberdade nas atividades. Cabe também à instituição realizar discussões semelhantes com o corpo de funcionários, tanto por meio de capacitações, como através de atividades não-formais e informais, tornando essas pessoas igualmente agentes ativos acerca do tema. Deve-se, assim, confiar na potencialidade dos indivíduos como agentes sociais e históricos, bem como nos debates produzidos. Dessa forma, instituição, mediadores, funcionários e público devem ser considerados agentes constantemente

ativos. Inclusive, no que diz respeito às empresas de Arqueologia, é preciso frisar a necessidade de se realizar as capacitações dos trabalhadores das obras à parte do trabalho de Mediação Patrimonial (sobretudo pela diferenciação técnica e por, não necessariamente, os funcionários em questão pertencerem à comunidade diretamente afetada), cabendo talvez ao IPHAN pontuar sobre esses aspectos em norma específica.

Obviamente questões outras poderão surgir a partir de estudos semelhantes que levem em consideração metodologias, objetos de estudos ou recortes diferentes. Buscou-se aqui evidenciar a importância da documentação escrita produzida em trabalhos de Arqueologia. No entanto, considerando o presente estudo, concluiu-se, portanto que, tendo como objeto de estudos a cidade de Indaiatuba e como recorte temporal os anos 2005–2021 (somada a algumas análises acerca de pesquisas realizadas em anos anteriores), que as atividades de Arqueologia em Obras de Engenharia pouco se alteraram ao longo do tempo — a despeito de diversos temas aqui tratados não serem novidade, tanto técnica quanto teoricamente. O problema da sua aplicação está para além dos próprios profissionais, perpassando esferas outras (e aqui, novamente, de forma alguma se vilanizou os profissionais ou intencionou-se ser maniqueísta).

Acerca das documentações produzidas (com ênfase nos Projetos e Relatórios), a partir de estudos mais antigos, como de Ulpiano Bezerra de Meneses (1988), passando por trabalhos mais recentes (como o de Gislene Monticelli, Simone Scifoni e Marcus Antonio Schifino Wittmann), até chegar no presente estudo, é perceptível que, generalizando, pouco se alterou ao longo do tempo também no que diz respeito à qualidade dos trabalhos (Projetos e Relatórios) entregues pelas empresas de Arqueologia em Obras de Engenharia. No que diz respeito aos estudos históricos, nota-se a insistência de generalizações regionais, bem como o reaproveitamento de textos e atividades, o que acaba gerando tanto as próprias generalizações quanto erros ao longo da escrita dos textos, havendo, portanto, uma legitimação (ainda que não intencional) de determinadas memórias por parte da documentação produzida — a qual pode servir de fontes para estudos sobre o local. A prática, inserida em uma lógica muito mais mercadológica que social, segue produzindo documentações engessadas e pouco críticas, trazendo um pequeno número de contribuições científicas (com exceções, claro). Por outro lado, os pareceres produzidos pelo IPHAN acerca dessas documentações parecem ter se tornado cada vez mais concisos e menos críticos, apresentando fragilidades inclusive no que diz respeito à fiscalização dos trabalhos.

Consequentemente, além do excesso de tecnicidade, há a falta de divulgação do acesso, bem como o problema da acessibilidade linguística à documentação escrita não ajuda a trazer a sociedade para o centro do debate. Por esses fatores que possivelmente muitas dessas

documentações (inclusive as dos memorialistas, exemplificadas nesta tese) e outros aspectos não são mais amplamente problematizadas, levando à questão da chamada “Educação Patrimonial”. A partir das análises feitas, obteve-se como resultado que, com o passar dos anos, pouco também se alterou na aplicação dessa prática em si. A despeito das teorias e metodologias expostas em projetos e relatórios pressuporem diálogos horizontais com a comunidade, é perceptível a persistência de verticalidades, hierarquias, transmissões de conteúdos, pouco zelo e inclusive uma aparente urgência em finalizar os trabalhos. Algumas vezes o ideal de mediação aqui proposto já é aplicado. No entanto, conforme os estudos aqui realizados, grande parte dos trabalhos da chamada “Educação Patrimonial” estão aquém do esperado, reproduzindo problemáticas próprias da educação formal. Essa dissonância era esperada, porém, não na grande maioria dos Processos.

A metodologia de ensinamento euro-ocidental segue até hoje, na maioria dos casos, um esquema (ainda que não os preceitos) “religioso”, de “redenção”, de levar a “iluminação” ao “ser selvagem”. Esse aspecto também é vislumbrado em Ações realizadas na Educação não-formal, como pode-se ver. Nesse sentido, referindo-se a qualquer comunidade fora de um padrão, não apenas no sentido étnico, mas as quais muitas vezes também estão massivamente presentes nos grandes centros (como as comunidades periféricas, os negros, as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, comunidade LGBTQIA+, dentre outras). Ignorando, assim, suas culturas e conhecimentos prévios, atendendo, portanto, apenas a interesses e demandas do mercado (e da pesquisa, em alguns casos), o qual muitas vezes visa uma preservação de memórias que também é desrespeitosa e predatória. Esse impulso, amiúde, ajuda a repelir as comunidades da questão patrimonial. Sem um diálogo genuinamente horizontal e respeitoso, como nos sentiremos respeitados como agentes sociais, históricos e ativos?! Conclui-se, portanto, que o trabalho de Mediação Patrimonial deve ser um resultado de debates que devem ser realizados em conjunto com a sociedade, e não um produto pronto e estático, utilizado de maneira generalizada em qualquer lugar e qualquer contexto em que for realizado o trabalho.

Claro que questões técnicas e científicas são indispensáveis para se sensibilizar acerca da importância do trabalho arqueológico. Entretanto, é preciso que se contextualize (evitando generalizações) a relevância que tal pesquisa terá para as comunidades, sobretudo aquelas diretamente afetadas pelo empreendimento, gerando, assim, potenciais novas mediações posteriores por parte do público nos mais distintos ambientes. De forma que o envolvimento da sociedade, como expõem inclusive as teorias pedagógicas, deve ocorrer por meio da comunicação horizontal, a qual é responsável por torná-lo um agente ativo, com o direito de se

posicionar sobre as questões, bem como de que suas demandas também sejam atendidas, buscando manter a mediação (e o patrimonial) em uma esfera mais humana que técnica. Essa questão poderá ser melhor desenvolvida a partir de outros estudos de Mediação que visem não apenas a História e a Arqueologia, mas também a Ecologia, a Biologia, o Turismo, a Museologia, Tecnologias Assistivas, o Direito, as Humanidades no geral, dentre outros, procurando sempre um aprofundamento na decolonialidade.

Deve-se, portanto, buscar a realização de práticas que de fato abarquem as teorias da Mediação, que sensibilizem (e sejam sensibilizadas), sendo inclusivas e gerando espaços de pertencimento e acolhimento para as comunidades nas Ações. É preciso trazer as comunidades para junto da prática arqueológica (dentre outras) para que elas possam lutar ao lado dos profissionais também por melhores políticas públicas, pelo trabalho ético e pela valorização da profissão, mantendo uma preocupação com os profissionais, o futuro, e não apenas com o próprio presente. Entende-se que apenas uma mudança de termos, por si só, não basta, sendo necessária a constante revisão de estratégias teóricas e práticas, reavivando o debate sempre que possível, dentro e fora da Academia, não devendo as práticas didáticas patrimoniais serem tratadas como assunto superado, mero protocolo ou uma banalidade (bem como a sua constante revisão). Assim, deve-se pensar em novas propostas de debates e modelos de atividades, para que estes também sejam problematizados, reconfigurados e antropofagizados, de modo que sejam relevantes para a comunidade e, efetivamente, socialmente transformadores. Uma boa Ação Patrimonial não evita a antropofagia histórica/arqueológica. Mas, potencialmente, pode ajudar memórias a resistirem ao apagamento euro-ocidental.

Essas questões transbordam a esfera do trabalho da Arqueologia em Obras de Engenharia, devendo ser problematizadas também no âmbito das instituições. É preciso que haja maior diálogo entre o IPHAN e demais instituições de memória, públicas e privadas, tanto no que diz respeito ao apoio quanto às fiscalizações de questões patrimoniais (inclusive fora dos grandes centros) e a criação de normas que visem o bem-estar do profissional e do patrimonial. Nesse sentido, é possível expor a falta de aplicação (e, muitas vezes, possivelmente até de conhecimento) das normas da área, tanto por parte de profissionais como por parte de órgãos da área. A não menção de muitas das normas mais recentes do IPHAN nos Projetos e Relatórios (inclusive a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, a qual não é tão recente) aqui analisados demonstram, no mínimo, a ausência de referência a esses regimentos por parte das empresas. Fator que, por si só, já representa uma potencial falta de atenção para com a documentação (e, possivelmente, pelas normas em si).

Repita-se: a culpa majoritária não é dos pesquisadores, os quais estão inseridos em um sistema capitalista e, portanto, necessitam se adequar às necessidades do capital, na medida do possível. Entretanto, não há grandes oposições a essas problemáticas — algumas notas de repúdio prolixas pululam por vezes nas redes sociais, mas não há um apelo mais social em nome da ciência. E essa comunicação direta com a sociedade faz falta, sobretudo em tempos de negacionismo. A Academia (e no caso específico, os estudos de Arqueologia) precisa enxergar seu próprio teto de vidro. O diálogo horizontal com as comunidades, portanto, é importante sobretudo para criar-se um vórtice de sensibilização e retroalimentação, onde pesquisadores se sensibilizam pelas realidades e demandas locais e a sociedade se sensibiliza com os questionamentos e as respostas das ciências.

Uma melhor relação com as comunidades, inclusive, potencialmente pode fazer com que os próprios membros auxiliem no encontro de materiais, bem como em ensinar à Academia formas outras de preservá-los, ajudando tanto no processo de conservação quanto, mais importante ainda, no incentivo ao respeito para com as suas crenças, facilitando também a entrada de seus conhecimentos na Academia. Dessa forma é preciso buscar por uma comunicação que seja menos predatória, mas também por uma preservação que igualmente o seja, não subestimando as sociedades sobre suas memórias e as formas que elas têm de preservá-las, que podem ser tão (ou mais) profícuas quanto às metodologias euro-ocidentais. Bem como é necessária a realização de mais práticas que visem ser inclusivas, se possível com Tecnologias Assistivas. Nesse sentido, evidencia-se aqui, novamente, a necessidade de mais estudos nessa área no âmbito da temática do Patrimônio, evitando, assim, Ações que sejam capacitistas.

Além disso, as Mediações e novas pesquisas potencialmente levarão à petição pela criação de novas políticas públicas locais sobre o patrimônio, as quais (desde que realizadas em conjunto com a sociedade) poderão auxiliar também na prevenção da política desenvolvimentista predatória, que assola comunidades inteiras, memórias e biomas, em prol de um sistema econômico neoliberal que pensa unicamente no presente e visa apenas o lucro pessoal. Tais Ações potencialmente beneficiarão a cidade em diversos sentidos, inclusive na prevenção de uma antropofagia histórica desenfreada, ajudando na manutenção de memórias, mas também na proteção de biomas locais, no incentivo a um turismo que não seja predatório (beneficiando, assim, a comunidade com a movimentação da cidade e desenvolvimento de serviços locais) e, portanto, em melhorias em outros setores sociais. Dessa forma, a criação de melhores políticas públicas, com o aporte da sociedade, em contrapartida, potencialmente geraria melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos.

Mais localmente falando, sobre Indaiatuba e arredores, a princípio, esperou-se debater aspectos sobre a cultura material propriamente dita, em contraposição à memória cronista local. Porém, a despeito da não localização dos poucos artefatos evidenciados nos Processos analisados, foi possível demonstrar que há muitas lacunas a serem preenchidas na História local. Para algumas talvez nunca se obtenham respostas. Porém, os estudos aqui apresentaram que há uma diversidade de documentos a serem estudados, para além das obras memorialistas — inclusive a própria cultura material, que foi finalmente evidenciada em ampla escala após a conclusão destes estudos, sendo o fato divulgado na mídia local no início de 2023 (porém, ainda não foram disponibilizados os relatórios dos trabalhos). Reforça-se, assim, a importância de pesquisas futuras que versem sobre esse material, o qual pode apresentar em seu grande acervo artefatos pertencentes a grupos marginalizados, auxiliando a desvendar um pouco mais da trama que reveste a História de Indaiatuba, recuperando memórias outras para além daquelas que são consideradas oficiais. Assim, incentiva-se o desenvolvimento de novas pesquisas que levem mais em consideração fontes outras que as obras dos memorialistas. E nesse sentido não apenas os estudos arqueológicos, mas também as memórias dos povos originários, das diásporas africanas, as migrações do século XX e o operariado, bem como quaisquer documentações menos ortodoxas que tratem desses temas, auxiliando na resistência de tais memórias. Sabe-se, inclusive pela presente tese, que algumas pesquisas já foram realizadas nesses âmbitos. No entanto, há uma vastidão ainda para ser percorrida. Contrariando a fala de Manuel de Arruda Camargo (e Mário de Andrade, nesse ponto), exposta no segundo capítulo: Indaiatuba é uma cidade muito rica de fatos e, portanto, com muita História para se contar!

Aqui aproveita-se a oportunidade para incentivar sobretudo o Departamento de Preservação e Memória de Indaiatuba a prosseguir no fomento de trabalhos de pesquisa iniciados pela extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Incentiva-se o Departamento também a seguir realizando trabalhos de Mediação Patrimonial, e que estes sejam cada vez mais amplos e inclusivos, auxiliando as instituições de memória locais a serem vistas como lugares de pertencimento de todos. Por fim, reitera-se a necessidade da criação de um local de salvaguarda de peças arqueológicas na cidade, inclusive para o recebimento dos artefatos recém-encontrados (lembrando que há um projeto já escrito sobre a possibilidade de converter o Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” em um local de salvaguarda de peças arqueológicas), possibilitando o repatriamento dos acervos locais que, até o momento, não foram localizados. Há uma potencialidade muito grande nesse sentido na cidade (inclusive do ponto de vista econômico), de modo que é possível criar as mais diversas Ações Patrimoniais, visando os mais diversos públicos.

Para sanar parte das problemáticas aqui expostas é que foi desenvolvido o Material Metodológico para Mediação Patrimonial, que se encontra em anexo. Trata-se de um protótipo, o qual, conforme mencionado, necessita de aprimoramento, tanto na parte teórica quanto na parte prática, incluso também a forma escrita e estética. Dessa maneira, a ideia da criação do material que foi inicialmente cogitado (uma cartilha voltada para o ensino fundamental) foi descartada. Pelos estudos aqui realizados, haveria a possibilidade dessa estar em dissonância com a ideia da horizontalidade dos discursos e, portanto, de um ideal mediativo. Ao passo que o material realizado teve como base documentações produzidas por profissionais da área, exemplos trazidos por outros autores e experiências pessoais da chamada “Educação Patrimonial” (além de estar inserido em um âmbito profissional, mas buscando ser acessível também para entusiastas sobre o tema), o que aproxima-se muito mais do debate aqui proposto.

Além disso, o material aqui produzido tem como objetivo final a Mediação com o público, de forma que o conhecimento aqui debatido e gerado tem como alvo a sociedade. Há também a questão de que a maioria dos materiais de apoio de grande divulgação disponibilizam pouco espaço para o tema da Arqueologia. De modo que é preciso se debater sobre a confecção de materiais que tragam possibilidades de sistematizações para os trabalhos de Mediação Patrimonial (ou qualquer outro termo que possa ser adotado) no âmbito da prática arqueológica. Ainda assim, tal material precisa ser aprimorado em campo, o que justifica a sua existência como protótipo e a necessidade de finalização no âmbito de novas pesquisas (inclusive devendo levar em consideração a nova normativa oriunda do processo de revisão da IN-001/2015).

O material, presentemente intitulado “Mediação Patrimonial: Protótipo de Material Metodológico para práticas arqueológicas”, foi desenvolvido tendo como base estudos interdisciplinares, dos quais se destaca a História, Arqueologia, Ciência da Informação, Comunicação, Museologia e Pedagogia. Seu viés principal foi a teoria da Mediação, a qual já é adotada em alguns estudos e práticas de Pedagogia e Museologia, mas pouco abordada no que diz respeito à Arqueologia. Apesar de muitas vezes os Projetos de “Educação Patrimonial” trazerem um ideal mediativo, na prática, segundo os estudos aqui realizados, pouco da mediação de fato é aplicado. Dessa forma, o material aqui realizado evidencia questões sobre a prática da chamada “Educação Patrimonial”, leis e normas, aspectos teóricos e práticos da Mediação Patrimonial, conceitos sobre Mediador e Ação Patrimonial; possível metodologia de trabalho, ideias de Ações e de como confeccionar possíveis materiais de apoio para a realização da Mediação. Todos os tópicos mencionados estão diretamente relacionados à prática da Arqueologia (sobretudo em Obras de Engenharia). Porém, nada impede que o mesmo material seja utilizado como base para trabalhos outros de Mediação.

Assim, é destacada novamente a originalidade da presente tese. As atuais circunstâncias brasileiras (inclusive a descoberta do Sítio em 2022 em Indaiatuba e os comentários negativos gerados em seu torno) reforçam a necessidade de se realizar pesquisas, debates e Mediações Patrimoniais, independentemente do local e do encontro de material. Além disso, deve-se lembrar que o neoliberalismo segue “informando” as pessoas (mesmo que na base de *fake news*) a todo instante. E é necessário estar no mesmo passo que eles, confrontando a desinformação diretamente com Ações de todo o tipo. Novamente, é preciso enfatizar a necessidade da extensão do presente trabalho. Não dimensionamos, a princípio, essa questão. Porém, fazer uma análise parcial dos Processos impossibilitaria de se realizar um estudo completo acerca da prática da Arqueologia em Obras de Engenharia na cidade de Indaiatuba. Felizmente, o número de Processos foi compatível com o tempo disponível.

Por fim, faz-se novamente um apelo em favor das Ciências (sobretudo Humanas) no Brasil. A imagem do cientista ainda é muito associada com a figura do químico ou do físico. Uma imagem romantizada, ironizada e muitas vezes até vilanizada (muitos dos vilões de super-heróis são grandes cientistas). Além disso, há o problema mais grave, que é o menosprezo político e social pela ciência, uma das marcas registradas da figura e da gestão do governo federal de Jair Bolsonaro. Não apenas pelos cortes de verba (principalmente nas áreas das Humanidades), mas por seus discursos, alguns daqueles explanados nesta tese, e sobretudo pelo seu descaso com a pandemia de COVID-19, que resultou em tantas mortes. Ser cientista no Brasil, portanto, é transgredir social e politicamente. É preciso assumir ativamente (e humildemente) esse papel, como cientistas e pesquisadores que somos.

Como já foi dito, apenas uma alteração de termos ou de teorias não adianta: é preciso combater o projeto de precarização das profissões envolvidas, cujas classes trabalhadoras muitas vezes se encontram estagnadas por conta de baixos salários e péssimas condições. Para isso, entre outras atitudes, é preciso realizar diálogos horizontais e verdadeiramente humanos, para que as pessoas (incluso as instituições e os próprios cientistas) possam ser sensibilizadas sobre a importância das ciências, de modo geral. É necessário trazer cada vez mais as comunidades para dentro da Academia, para que estes também auxiliem a decolonizar a prática, as ciências e o ambiente acadêmico, tornando esse espaço também um local de fala para grupos como os povos originários, negros, quilombolas, pessoas advindas da periferia, LGBTQIA+, PcD, camponeses, trabalhadores, dentre outras comunidades marginalizadas, transformando a Academia em um verdadeiro local de pertencimento e acolhimento. É preciso, portanto, que haja união: dentro e fora do ambiente acadêmico, para que juntos possamos ser a mudança!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVOS

Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho” – Departamento de Preservação e Memória. Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba/Indaiatuba (SP):

INDAIATUBA. FUNDO DE “BIOGRAFIAS” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Antonio da Cunha Penna** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. [s.d.].

INDAIATUBA. FUNDO “BIOGRAFIAS” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Caio da Costa Sampaio** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. INDAIATUBA. [s.d.].

INDAIATUBA. FUNDO “BIOGRAFIAS”, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Biografia de Nilson Cardoso de Carvalho** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal De Cultura De Indaiatuba. [s.d.].

INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Documentário Biográfico de Agostinho Rodrigues de Camargo** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Dossiê – Sesmarias e Registros de Terras** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

INDAIATUBA perde um de seus filhos mais ardorosos na defesa da causa pública. **Jornal Tribuna de Indaiá**. 03 jul. 1966. Hemeroteca do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

SAAE homenageará ex-prefeito. **Jornal Tribuna de Indaiá**. 22 out. 1983. Hemeroteca do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho” – Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

SAMPAIO, Scyllas Leite. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

Arquivo — IPHAN /SP. Organizados por ordem de registro:

IPHAN/SP. Prospecção e Monitoramento Arqueológico da Implantação do SDGN no Município de Indaiatuba. Processo Iphan/SP: 01506.000001/2002–87. São Paulo, 2002.

IPHAN/SP. Ampliação da Capacidade de Recepção do Aterro Sanitário de Indaiatuba. Indaiatuba – SP. Pta00649 Indaiatuba/ SP – 098|04. São Paulo, 2004.

IPHAN. Diagnóstico: Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural da Área de Implantação do Jardim Residencial Quintas da Terracota, Município de Indaiatuba, SP. Pta00656 Indaiatuba/ SP – 320|07. São Paulo, 2004.

IPHAN/SP. Levantamento Arqueológico na Área de Implantação de Barramento no Ribeirão Capivarimir. Processo IPHAN/SP: 01506.001549/2005–14. São Paulo, 2005.

IPHAN/SP. Avaliação Arqueológica Rápida/ AAR (Vistoria Não Interventiva) – Área de Lavra de Areia Industrial – Mineração Silmina Ltda. Município de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Pta00652 Indaiatuba/ SP – 273|06. São Paulo, 2006.

IPHAN/SP. Programa de Diagnóstico Arqueológico das Obras de Implantação do Ecopátio Viracopos. Processo IPHAN/SP: 01506.002442/2010–42. São Paulo, 2010.

IPHAN/SP. Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras e Implantação do Ecopátio Viracopos, Indaiatuba/SP. Processo IPHAN/SP: 01506.000339/2011–49. São Paulo, 2011.

IPHAN/SP. Prospecções Arqueológicas Interventivas e Sistemáticas na Barragem Capivari – Mirim, Indaiatuba/SP. Processo IPHAN/SP: 01506.001201/2011–67. São Paulo, 2011.

IPHAN/SP. Instalação do Sistema de Coleta e Afastamento dos Esgotos das Áreas Contribuintes à Margem Esquerda do Rio Jundiá – Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo. Processo IPHAN/SP: 01506.003742/2013–91. São Paulo, 2013.

IPHAN/SP. Loteamento Residencial e Comercial – Sem Denominação. Processo IPHAN/SP: 01506.006571/2016–03. São Paulo, 2016.

IPHAN/SP. Loteamento Beija-Flores. Processo IPHAN/SP: 01506.005583/2016–11. São Paulo, 2016.

IPHAN/SP. Residencial Jardim dos Bem-te-vis. Processo IPHAN/SP: 01506.005893/2016–27. São Paulo, 2016.

IPHAN/SP. Empreendimento: Conjunto Residencial Deco. Processo IPHAN/SP: 01506.006926/2016–56. São Paulo, 2016.

IPHAN/SP. Loteamento Jardim Residencial Belle Vista. Processo IPHAN/SP: 01506.007370/2017–04. São Paulo, 2017.

IPHAN/SP. **Loteamento Vila Ipiranga. Processo** IPHAN/SP: 01506.007368/2017–27. São Paulo, 2017.

IPHAN/SP. **Loteamento Park Comercial e Industrial Joana Leite. Processo** IPHAN/SP: 01506.007371/2017–41. São Paulo, 2017.

IPHAN/SP. **Loteamento Residencial Park Real Condomínio. Processo** IPHAN/SP: 01506.006213/2017–73. São Paulo, 2017.

PROCESSOS DE TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA EM OBRAS DE ENGENHARIA REALIZADOS EM INDAIATUBA

PLATAFORMA SEI-IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>>. Acesso em: 2021/2022. Organizados por ordem de registro.

SEI/IPHAN. **Avaliação e Resgate do Patrimônio Arqueológico da ADA pela Implantação do Ramal de 138 kV e SE Indaiatuba Nova.** NUP: 01506.002486/2008–58. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2008. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761327. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo Volume 1 – Parte 2.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 0761344. DIVTEC CHEFIA IPHAN-SE, Aracaju. Data do documento: 04 out. 2018. Data de registro: 04 out. 2018.

JL MORAIS – ARQUEOLOGIA GEOAMBIENTAL. **Carta Externa Resposta ao Ofício 378/2017.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1756038. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jan. 2020. Data de registro: 27 jan. 2020.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Documento Vistoria não interventiva – Ramal LT – Indaiatuba (Avaliação Arqueológica Rápida/AAR – Vistoria Não Interventiva).** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 1864460. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2005. Data de registro: 17 mar. 2020.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 251/2020.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2339879. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2020. Data de registro: 18 dez. 2020.

IPHAN-SP. **Ofício nº 1/2021.** NUP: 01506.002486/2008–58, número do documento: 2403358. IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 04 jan. 2021. Data de registro: 04 jan. 2021.

A LASCA ARQUEOLOGIA. **Relatório Final – Prospeção Arqueológica Complementar do Ramal 138 kV e Subestação Indaiatuba.** NUP:

01506.002486/2008–58, número do documento: 4057399. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: dez. 2022. Data de registro: 16 dez. 2022.

SEI/IPHAN. **Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José.** NUP: 01506.006003/2016–02. Brasília. Data de registro: 18 dez. 2017. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0202770. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 set. 2016. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0202790. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 set. 2016. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0202810. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 set. 2016. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0202828. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 set. 2016. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 2 – Parte 1.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0202957. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 2 – Parte 2.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 2 – Parte 3.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203012. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 2 – Parte 4.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203028. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 3 – Parte 1.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203044. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 15 set. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório Parcial 1 – Volume 2 – Anexos.** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203161. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 10 ago. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório Parcial 4 – Ficha CNSA (Sítio Cambará).** NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203188. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório Parcial 5**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203213. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 27 out. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório Parcial 6**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203266. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 nov. 2017. Data de registro: 18 dez. 2017.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 12/2017**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0203412. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 dez. 2017. Data de registro: 20 dez. 2017.

IPHAN-SP-IPHAN. **Ofício nº 702/2017**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0212622. IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 27 dez. 2017. Data de registro: 27 dez. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Carta Externa – Ofício de encaminhamento**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0278983. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Conteúdo de Mídia (Relatórios parciais 7 e 8)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0279001. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2018. Data de registro: 02 fev. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0343074. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 mar. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 49/2018**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0340862. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 mar. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018.

IPHAN-SP-IPHAN. **Ofício nº 568/2018**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0349697. IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 11 jul. 2018. Data de registro: 11 de jul. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Carta Externa (Desistência da Portaria)**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0615223. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 jul. 2018. Data de registro: 26 jul. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico 107**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0643499. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 08 ago. 2018. Data de registro: 08 ago. 2018.

INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Carta Externa Encaminhando o Projeto**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0884673. COTEC

ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 16 nov. 2018. Data de registro: 05 dez. 2018.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Projeto Integrado de Educação Patrimonial**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0884682. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: nov. 2018. Data de registro: 05 dez. 2018.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Anexo Documentação Diversa**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0884692. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: nov. 2018. Data de registro: 05 dez. 2018.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Anexo Arquivo SHP**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 0884696. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: nov. 2018. Data de registro: 05 dez. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 2/2019**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 1101680. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 03 abr. 2019. Data de registro: 03 abr. 2019.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Educação Patrimonial D. Maria José**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 1335324. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 19 jul. 2019. Data de registro: 22 jul. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 227/2020**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 2011391. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 16 jun. 2020. Data de registro: 17 jun. 2020.

IPHAN-SP-IPHAN. **Ofício Nº 1671/2020**. NUP: 01506.006003/2016–02, número do documento: 2015292. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 1 jun. 2020. Data de registro: 19 jun. 2020.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Loteamento Residencial Parque Barnabé**. NUP: 01506.004370/2016–63. Brasília. Data de registro: 17 mar. 2016. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055635. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 mar. 2016. Data de registro: 05 out. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2**. NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055663. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 mar. 2016. Data de registro: 05 out. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055687. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 mar. 2016. Data de registro: 05 out. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055719. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 mar. 2016. Data de registro: 05 out. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório AIPA (Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico).** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055927. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 out. 2017. Data de registro: 05 out. 2017.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 28/2017.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0055987. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 05 out. 2017. Data de registro: 05 out. 2017.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 35/2017.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0087195. Data do documento: 20 out. 2017. Data de registro: 23 out. 2017.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 74/2018.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0371429. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, Brasília. Data do documento: 23 mar. 2018. Data de registro: 26 mar. 2017.

IPHAN-SP-IPHAN. **Ofício nº 739/2018.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0379351. IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 02 abr. 2018. Data de registro: 02 abr. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Carta Externa Resposta ao Ofício 739/2018.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483951. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 mai. 2018. Data de registro: 21 mai. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Ofício Casarão Pau Preto.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483965. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 23 abr. 2018. Data de registro: 21 mai. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Ofício SEMED.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0483969. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 23 abr. 2018. Data de registro: 2 mai. 2018.

COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Nota Técnica nº 53/2018.** NUP: 01506.004370/2016–63, número do documento: 0497273. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 28 mai. 2018. Data de registro: 2 mai. 2018.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Park Gran Reserve.** NUP: 01506.005028/2017–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016.
Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564814. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2.** NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564821. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3.** NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564832. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 10 mai. 2021.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4.** NUP: 01506.005028/2017–61, número do documento: 0564861. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2017. Data de registro: 02 jul. 2018.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Loteamento Residencial London Park.** NUP: 01506.005254/2016–61. Brasília. Data de registro: 07 jul. 2016. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.005254/2016–61, número do documento: 0283402. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 jun. 2016. Data de registro: 05 fev. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2.** NUP: 01506.005254/2016–61, número do documento: 0283409. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 jun. 2016. Data de registro: 05 fev. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3.** NUP: 01506.005254/2016–61, número do documento: 0283432. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 jun. 2016. Data de registro: 05 fev. 2018.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 4.** NUP: 01506.005254/2016–61, número do documento: 0283480. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 jun. 2016. Data de registro: 05 fev. 2018.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Aterro Sanitário de Indaiatuba.** NUP: 01506.006877/2016–51. Brasília. Data de registro: 01 nov. 2016. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0133561. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 nov. 2017. Data de registro: 14 nov. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 2.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0133564. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 nov. 2017. Data de registro: 14 nov. 2017.

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 3.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0133566. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 nov. 2017. Data de registro: 14 nov. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Projeto Aterro Sanitário Indaiatuba.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0135350. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 out. 2017. Data de registro: 16 nov. 2017.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 79/2017.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0160422. COPEL, São Paulo. Data do documento: 28 nov. 2017. Data de registro: 28 nov. 2017.

ARQUEOLOGIKA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Ampliação do Aterro Sanitário de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343254. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: fev. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018.

ARQUEOLOGIKA. **Conteúdo de Mídia Anexos.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0343260. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 mar. 2018. Data de registro: 12 mar. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 68/2018 de 21 de março de 2018.** NUP: 01506.006877/2016–51, número do documento: 0364269. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 21 mar. 2018. Data de registro: 21 mar. 2018.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Comercial Monte Castelo.** NUP: 01506.005567/2017–09. Brasília. Data de registro: 13 mar. 2017. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1.** NUP: 01506.005567/2017–09, número do documento: 0478307. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 13 mar. 2017. Data de registro: 17 mai. 2018.

AMN INVESTIMENTOS S.A. **Solicitação de Reenquadramento de nível.** NUP: 01506.005567/2017–09, número do documento: 0478322. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 15 mai. 2018. Data de registro: 17 mai. 2018.

IPHAN-SP/COTEC IPHAN-SP/COTEC ARQUEO IPHAN-SP/IPHAN. **Parecer Técnico nº 754/2018.** NUP: 01506.005567/2017–09, número do documento: 0494181. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 mai. 2018. Data de registro: 24 mai. 2018.

AMN INVESTIMENTOS S.A. **Solicitação Reenquadramento de nível.** NUP: 01506.005567/2017–09, número do documento: 0539431. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 jun. 2018. Data de registro: 18 jun. 2018.

ORIGEM ARQUEOLOGIA PAT. CULTURAL E NATURAL S/S LTDA. **Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento**

Comercial Monte Castelo – Município de Indaiatuba – SP. NUP:

01506.005567/2017–09, número do documento: 0539452. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: jun. 2018. Data de registro: 18 jun. 2018.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 581/2018. NUP:**

01506.005567/2017–09, número do documento: 0604931. COPEL, Brasília. Data do documento: 20 jul. 2018. Data de registro: 20 jul. 2018.

ORIGEM ARQUEOLOGIA PAT. CULTURAL E NATURAL S/S LTDA. **Relatório Final referente ao Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Comercial Monte Castelo, município de Indaiatuba – SP. NUP:** 01506.005567/2017–09, número do documento: 0738130. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: set. 2018. Data de registro: 24 set. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 309/2018. NUP:** 01506.005567/2017–09, número do documento: 0877195. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 03 dez. 2018. Data de registro: 04 dez. 2018.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Parque dos Pinheiros. NUP:** 01506.000770/2018–61. Brasília. Data de registro: 22 fev. 2018. Documentos analisados:

PARQUE VILA DOS PINHEIROS SPE S.A. **Ficha de Caracterização de Atividade. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 0310088. PROT IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 21 fev. 2018. Data de registro: 22 fev. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 279. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 0313776. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 27 abr. 2018. Data de registro: 27 abr. 2018.

CNL/ GAB PRESI. **Despacho 882/2018. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 0438672. CNL, Brasília. Data do documento: 26 fev. 2018. Data de registro: 26 fev. 2018.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 0645994. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: ago. 2018. Data de registro: 09 ago. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 213/2018. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 0657683. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 15 ago. 2018. Data de registro: 15 ago. 2018.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros. NUP:** 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119702. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Parque Vila dos Pinheiros**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1119582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 11 abr. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 6/2019**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1343487. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data de documento: 24 jul. 2019. Data de registro: 24 jul. 2019.

DEPAM/ CNA/ ATEC-CNA/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 12/2019**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1398342. ATEC-CNA, Brasília. Data do documento: 19 ago. 2019. Data de registro: 19 ago. 2019.

GLOBAL AMBIENTE; INTANGÍVEL CONSULTORIA CULTURAL. **E-mail Complementação**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1412431. COPEL, São Paulo. Data do documento: 22/08/2019. Data de registro: 22 ago. 2019.

DEPAM/ CNA/ ATEC-CNA/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 136/2019**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1412793. ATEC-CNA, Brasília. Data do documento: 22 ago. 2019. Data de registro: 22 ago. 2019.

CNA/ DEPAM-IPHAN. **Ofício nº 1510/2019**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1419255. CNA, Brasília. Data do documento: 26 ago. 2019. Data de registro: 26 ago. 2019.

AREC/ COPEL/ CNA/ DEPAM. **Despacho 191/2019**. NUP: 01506.000770/2018–61, número do documento: 1459381. AREC, Brasília. Data do documento: 11 set. 2019. Data de registro: 11 set. 2019.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017. Documentos analisados:

SEI/IPHAN. **Volume de Processo – Volume 1 – Parte 1**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0718865. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 20 set. 2016. Data de registro: 13 set. 2018.

CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Projeto Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0718881. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data de documento: ago. 2018. Data de registro: 13 set. 2018.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 7/2019**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0940307. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 09 jan. 2019. Data de registro: 10 jan. 2019.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 70/2019**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0962779. COPEL, São Paulo. Data do documento: 22 jan. 2019. Data de registro: 22 jan. 2019.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 115/2019**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 0978102. COPEL, São Paulo. Data do documento: 30 jan. 2019. Data de registro: 30 jan. 2019.

CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Casablanca**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 1200582. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 22 mai. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 323/2019**. NUP: 01506.006167/2016–21, número do documento: 1423130. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 27 ago. 2019. Data de registro: 30 ago. 2019.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos**. NUP: 01506.901031/2017–16. Brasília. Data de registro: 27 nov. 2017. Documentos analisados:

ELLOSS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 0159145. PROT IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 22 nov. 2017. Data de registro: 27 nov. 2017.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 46**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 0178712. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 06 dez. 2017. Data de registro: 06 dez. 2017.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 152**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 0208690. COTEC IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 20 dez. 2017. Data de registro: 20 dez. 2017.

IPHAN-SP. **Termo de Referência Específico**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 0215071. IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 27 dez. 2017. Data de registro: 27 dez. 2017.

TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Parque Residencial Recanto dos Lagos, Município de Indaiatuba**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1074934. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: mar. 2019. Data de registro: 21 mar. 2019.

DEPAM/ CNA/ COPEL/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 385**. NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1113872. COPEL. Brasília. Data do documento: 09 abr. 2019. Data de registro: 09 abr. 2019.

TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Recanto dos Lagos.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1248707. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: mai. 2019. Data de registro: 11 jun. 2019.

TERRITÓRIO CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto aos bens culturais tombados, valorados, registrados e inventariados na área de influência direta – AID e área de influência indireta (AII) do Parque Residencial Recanto dos Lagos, no Município de Indaiatuba/SP.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1254446. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: abr. 2019. Data de registro: 13 jun. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 236.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1279266. COTEC IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 26 jun. 2019. Data de registro: 26 jun. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 289.** NUP: 01506.901031/2017–16, número do documento: 1377744. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 08 ago. 2019. Data de registro: 08 ago. 2019.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Inserção do Terminal Intermodal Pimenta.** NUP: 01506.003430/2019–73. Brasília. Data de registro: 30 jul. 2019. Documentos analisados:

AGROPECUÁRIA IPATUBA LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1359392. PROT IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 jul. 2019. Data de registro: 01 ago. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 907.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1386256. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 13 ago. 2019. Data de registro: 13 ago. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 325.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1394022. COTEC IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 15 ago. 2019. Data de registro: 15 ago. 2019.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1472705. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: set. 2019. Data de registro: 19 set. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 290.** NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1477862. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 set. 2019. Data de registro: 19 set. 2019.

ATEC-CNA/ CNA/ DEPAM. **Parecer Técnico nº 1256**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1703520. ATEC-CNA, Brasília. Data do documento: 26 dez. 2019. Data de registro: 26 dez. 2019.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de inserção do Terminal Intermodal Pimenta, Município de Indaiatuba – SP**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1911837. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 14 abr. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 144**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1912417. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 14 abr. 2020. Data de registro: 16 abr. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 163**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 1927790. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 24 abr. 2020. Data de registro: 24 abr. 2020.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Carta Externa em Atendimento ao Ofício 1257**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2014859. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 jun. 2020. Data de registro: 18 jun. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 269**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2057416. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 13 jul. 2020. Data de registro: 13 jul. 2020.

APFI — Associação de Preservação Ferroviária de Indaiatuba. **Ofício APFI nº 002/2020**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2064187. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 17 jun. 2020. Data de registro: 16 jul. 2020.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Carta Externa em Atendimento ao Ofício 1937**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2077474. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 21 jul. 2020. Data de registro: 23 jul. 2020.

COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Nota Técnica 354**. NUP: 01506.003430/2019–73, número do documento: 2075503. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 28 jul. 2020. Data de registro: 28 jul. 2020.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71. Brasília. Data de registro: 22 nov. 2019. Documentos analisados:

HM 41 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1627669. PROT IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 01 nov. 2019. Data de registro: 22 nov. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 1335/2019**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1632071. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 25 nov. 2019. Data de registro: 25 nov. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 597/2019**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1630810. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 25 nov. 2019. Data de registro: 2 nov. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 603/2019**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1633005. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 25 nov. 2019. Data de registro: 25 nov. 2019.

MATIS CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA. **Projeto de Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1729131. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 10 jan. 2020. Data de registro: 13 jan. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 54/2020**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1784313. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 07 fev. 2020. Data de registro: 07 fev. 2020.

MATIS CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA. **Relatório Final Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento HM 41**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1919914. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: abr. 2020. Data de registro: 20 abr. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 186/2020**. NUP: 01506.004586/2019–71, número do documento: 1965456. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 18 mai. 2020. Data de registro: 18 mai. 2020.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda**. NUP: 01506.004512/2019–35. Brasília. Data de registro: 08 nov. 2019. Documentos analisados:

CONSÓRCIO VILLA BELLA DE INDAIATUBA LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 1598530. PROT IPHAN-SP, São Paulo. Data do documento: 04 nov. 2019. Data de registro: 08 nov. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 1321/2019**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento:

1619533. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 19 nov. 2019. Data de registro: 19 nov. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 579/2019**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 1617110. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 19 nov. 2019. Data de registro: 19 nov. 2019.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 582/2019**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 1617378. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 19 nov. 2019. Data de registro: 19 nov. 2019.

VIC ENGENHARIA LTDA. **Carta Externa de Reenquadramento**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 1665882. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 28 nov. 2019. Data de registro: 09 dez. 2019.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 71/2020**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 1749809. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 23 jan. 2020. Data de registro: 23 jan. 2020.

PRESERVE ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2163270. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 04 set. 2020. Data de registro: 06 set. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 498/2020**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2340910. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 01 dez. 2020. Data de registro: 01 dez. 2020.

PRESERVE ARQUITETURA E URBANISMO LTDA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Consórcio Villa Bella Indaiatuba Ltda**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2436029. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 20 jan. 2021. Data de registro: 20 jan. 2021.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 207/2021**. NUP: 01506.004512/2019–35, número do documento: 2612152. COTEC ARQUEO IPHAN-SP. São Paulo. Data do documento: 16 abr. 2021. Data de registro: 16 abr. 2021.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020. Documentos analisados:

JMC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO SPE LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2000273. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 03 jun. 2020. Data de registro: 09 jun. 2020.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 228/2020**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2000879. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 09 jun. 2020. Data de registro: 09 jun. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 502/2020**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2001073. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 09 jun. 2020. Data de registro: 09 jun. 2020.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 232/2020**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2001073. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 09 jun. 2020. Data de registro: 12 mar. 2021.

A LASCA ARQUEOLOGIA. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2544824. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 123/2021**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2545813. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 15 mar. 2021. Data de registro: 15 mar. 2021.

A LASCA ARQUEOLOGIA. **Relatório final – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Dona Maria Cândida**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2718323. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mai. 2021. Data de registro: 01 jun. 2021.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 299/2021**. NUP: 01506.000756/2020–82, número do documento: 2720531. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 07 jun. 2021. Data de registro: 07 jun. 2021.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Jardim Residencial Bom Sucesso**. NUP: 01506.000754/2020–93. Brasília. Data de registro: 08 jun. 2020.
Documentos analisados:

BS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO SPE LTDA. **Ficha de Caracterização de Atividade**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2000244. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 03 jun. 2020. Data de registro: 08 jun. 2020.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 230/2020**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2000890. COTEC IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 09 jun. 2020. Data de registro: 09 jun. 2020.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 505/2020**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2001607. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 09 jun. 2020. Data de registro: 09 jun. 2020.

COTEC IPHAN-SP/ IPHAN-SP. **Parecer Técnico nº 249/2020**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2001073. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 16 jun. 2020. Data de registro: 16 jun. 2020.

A LASCA ARQUEOLOGIA. **Projeto de pesquisa – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Bom Sucesso**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2544829. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mar. 2021. Data de registro: 12 mar. 2021.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 141/2021**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2564788. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 23 mar. 2021. Data de registro: 23 mar. 2021.

A LASCA ARQUEOLOGIA. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Jardim Residencial Bom Sucesso**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2718619. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: mai. 2021. Data de registro: 02 jun. 2021.

IPHAN-SP/ COTEC IPHAN-SP/ COTEC ARQUEO IPHAN-SP/ IPHAN. **Parecer Técnico nº 310/2021**. NUP: 01506.000754/2020–93, número do documento: 2732963. COTEC ARQUEO IPHAN-SP, São Paulo, SP. Data do documento: 10 jun. 2021. Data de registro: 10 jun. 2021.

MEMORIALISTAS

BARROS, Aparecido Messias Leite de. **Malungo: identidade entre os cativos**. Indaiatuba. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

CAMARGO, Manuel de Arruda. **Reminiscências a propósito do Primeiro Centenário de Indaiatuba**. Itu. Edição fac-símile realizada pela Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e Prefeitura Municipal de Indaiatuba. 2010.

CARVALHO, Nilson Cardoso de. **A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária**. Indaiatuba. Fundação Pró-Memória, 2004.

CARVALHO, Nilson Cardoso de. **Arquitetura em Taipa: um dos últimos exemplares em Indaiatuba**. Indaiatuba. 1984.

CARVALHO, Nilson Cardoso de. **Cronologia Indaiatubana**. Indaiatuba: Ottoni Editora, 2009.

CARVALHO, Nilson Cardoso de. **Escravos e Escravidão em Indaiatuba (1766-1860)** [Documento]. Fundo Privado – Nilson Cardoso de Carvalho, Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu**. Itu: Ottoni Editora, 2000a. Volume 3.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu**. Itu: Ottoni Editora, 2000b. Volume 4.

PENNA, Antônio da Cunha. **Tipos notáveis de popularidade**: e algumas histórias mal contadas. Tietê: Gráfica Santa Edwiges, 2015.

SAMPAIO, Scyllas Leite de; SAMPAIO, Caio da Costa. **Indaiatuba e sua história**. Indaiatuba: Rumograf, 1998.

BIBLIOGRAFIA

AÇÃO. In: **DICIO Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ALMEIDA, Marcia Bezerra de. **O Australopiteco Corcunda**: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia) — MAE, Universidade de São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação Cultural e da Informação: Considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais [...] Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. P. 1–16. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--212.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p.41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p.33-45.

ALVARENGA, Luis Vinicius Sanches. Arqueologia(s) de Contrato. **Revista Antrope**, Tomar, Portugal, n. 5, p. 57–69, dez. 2016. Disponível em: <http://www.cta.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%205/texto_4.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ALVES, Adriana Corrêa. **Qualidade de vida e processos sócio-ambientais em Indaiatuba — SP. Estudo de caso do bairro Jardim Morada do Sol**. 2003. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2003. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95653/alves_ac_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jun. 2019.

ALVES, Crispim. Sítio arqueológico pode atrasar metrô. **Folha de S. Paulo**, 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff190651.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

ALVES, Silvana Rodrigues Leite. **A instrução pública em Indaiatuba: 1854-1930: contribuição para a história da educação brasileira**. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/396912?guid=1683912268544&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1683912268544%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d396912%23396912&i=1>>. Acesso em: jun. 2019.

AMENDOLA, Gilberto. No caminho do Metrô, um achado arqueológico. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, 2004. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/na-imprensa/no-caminho-do-metro-um-achado-arqueologico/>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. **Relatório Final de Pesquisa**. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2018. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

ANDRADE, Mário de. “A Capela de Santo Antônio”. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. n. 1, publicação semestral, p. 119–127, 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf>. Acesso em: set. 2019.

ANGELO, Tiago. Ossadas de Perus permanecerão em São Paulo, decide conciliação do TRF3. **Conjur**. 11 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-dez-11/ossadas-perus-permanecerao-sp-decide-conciliacao-trf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

APARECIDA. **Sistema “Cidades@” (IBGE)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aparecida/historico>>. Acesso em: 14 set. 2019.

ARAÚJO, Letícia de Sousa. **Análise da expansão urbana e implicações nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e planícies aluviais com auxílio de geotecnologias no município de Indaiatuba (SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000968035&opt=1>>. Acesso em: ago. 2019.

ARQUEOLOGIA: mais de 300 objetos são achados em obra do metrô de SP no Bixiga. **Exame**, 18 ago. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/arqueologia-mais-de-300-objetos-sao-achados-em-obra-do-metro-de-sp-no-bixiga/>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. Jun. 2018.

Disponível em:

<http://arquivonacional.gov.br/images/OT_implantacao_SEI_APF_2018_06_01_vf.pdf>.

Acesso em: 15 out. 2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Samuel. Criticada por Bolsonaro por ser 'de esquerda', TV Escola exibiu documentário com Olavo de Carvalho. **O Globo**, 16 dez. 2019. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/criticada-por-bolsonaro-por-ser-de-esquerda-tv-escola-exibiu-documentario-com-olavo-de-carvalho-24130625>>. Acesso em: 16 out. 2020.

BACKX, Isabela. **A produção de discursos sobre homem e humanismo no Museu do Homem Americano e no Musée de l'Homme**. 2018. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em:

<<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1014517?guid=1683912340634&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1683912340634%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1014517%231014517&i=1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BARJAS, Negri. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. 1994. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 1 e 2, p. 23–43.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Marcia. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 216–228, 04 dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/437>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BÍBLIA de Jerusalém. **A Sarça Ardente**. Tradução do capítulo: Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Paulus, 2002. P. 105–106.

BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 28, p. 7–19, 1996. Disponível em:

<<https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/38>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BIZELLI, Edmilson Antonio. Considerações sobre a urbanização interiorana. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p. 38–45, jul./set. 1995. Fundação SEADE.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O Ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BLOCKLEY, Marion. Archaeologists in the marketplace. In: COOPER, Malcolm A.; Firth, Antony; Carman, John; Wheatley, David. **Managing Archaeology**. London/New York: Routledge, p. 101–18, 1995.

BOLSONARO admite troca no Iphan após reclamação de Hang sobre obra da Havan. **UOL**. 15/12/2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/15/bolsonaro-admite-troca-no-iphan-apos-reclamacao-sobre-obra-de-loja-da-havan.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

BONADIO, Luciana. Apesar de renegada, a memória da escravidão persiste em São Paulo. **G1**, 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,AA1354547-5605,00.html>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BORGES, Leonor; ALMEIDA, Patrícia de; FREITAS, Cristiana V. de; CARDOSO, Sílvia. A mediação sob o olhar da Ciência da Informação em Portugal e no Brasil. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**. Porto, s.3, n. 10, p. 17–32, 2018.

BRASIL, Ministério da Economia. **Número Único de Protocolo (NUP)**. Brasília. [s.d.]a. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/conteudo/numero-unico-de-protocolo-nup>>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Economia. **SEI – Principais questionamento sobre o Sistema Eletrônico de Informações**. Brasília. [s.d.]b. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/destaques/faq/faq-sobre-o-sei#sei3>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL, Ministério da Economia. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**. [s.d.]c. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/conteudo/sistema-eletronico-de-informacoes-sei-1>>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Centro de Atenção Psicossocial – CAPS**. [s.d.]d. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/caps#:~:text=Os%20Centros%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Psicossocial,situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20crise%20ou%20em>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores**, p. 708–713, 2019. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Guia-para-Elaboracao-e-Revisao-de-Planos-Diretores.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL, Umbelino. Projeto Cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA, p. 117–131, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/146/4/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Volume III. Campinas: Saraiva S.A, 1957.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. 1984. PhD Tesis (Doctorate in Anthropology) - University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana-Champaign, 1984.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza; CALDERÓN, Valentin; CHMYZ, Igor; DIAS JR, Ondemar; EVANS, Clifford; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J.; NÁSSER, Nássaro A. de S.; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F.; RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário Ferreira. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 12, p. 3–33, 1969. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/480>>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRUNER, Jerome. **Sobre a Teoria da Instrução**. São Paulo: Ph Editora Ltda. 2006.

BUARQUE, Chico. A cidade ideal. Interpretação: Os Saltimbancos. In: BUARQUE, Chico; **Os Saltimbancos**. [s. l.]: RGE, 1977. Faixa 2 do CD.

BUENO, Sirlene Virgílio. Prefeitura de Indaiatuba acumula prêmios importantes em balanço de 2017. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**. 2017. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/26180/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v.9, n.3, p. 46–53, jul./set. 1995.

CAIS do Valongo – Rio de Janeiro (RJ). **IPHAN**. [s.d.]. Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v.5, n. 9/10, jan./dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1207>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da Arqueologia Pública e da Avaliação Ambiental. **Habitus**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 5–30, 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/files/journals/5/articles/4208/submission/copyedit/4208-12259-1-CE.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2[19], p. 186–214, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649552>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CALDARELLI, Solange Bezerra, SANTOS, Maria do Carmo Monteiro dos. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP**, n.44, p. 52–73, 2000. Disponível em: <revistas.usp.br/revusp/article/view/64012>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Parte 3: Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público. In: **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, p. 211–340, 2000.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (orgs.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC : UNESC, 2017.

CANO, Wilson. Subsídios para reformulação das políticas de descentralização e de urbanização no Estado de São Paulo. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920 – 1980). **Coleção Economia Paulista**. São Paulo: Fundação Seade, v. 1, n. 1, p. 107–132, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. O café e a industrialização da cidade de São Paulo. **Revista de História da USP**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 471–475, 1960. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119977>>. Acesso em: jan. 2020.

CARMO, Sura Souza; VIEIRA, Flávia Cristina Costa. Ressonâncias da Arqueologia Preventiva no Reconhecimento da Profissão do Arqueólogo. **Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 70–88, out. 2020. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/8093/4741>>. Acesso em: 28 set. 2021.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface. **Amazônica – Revista de Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 442–458, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1876>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/394438?guid=1683912719119&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1683912719119%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d394438%23394438&i=1>>. Acesso em: abr. 2020.

CELLI, Andressa. **Evolução Urbana de Sorocaba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-27072012-141358/publico/dissertacao_andressa_original.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

CERDAN, Marcelo Alves. **O tempo que os escravos tinham para si: um estudo sobre autonomia escrava em Itu de 1850 a 1888**. 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **MUSAS–Revista Brasileira de Museus e Museologia**, v. 1, n. 1, p. 136–146, 2004. Disponível em: <<http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/22diabrurasdosaci.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial nº 3**, IPHAN, jan./fev. 2006. Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CNPQ volta atrás e afirma ter backup de dados da Plataforma Lattes. **Carta Capital**, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/cnpq-volta-atras-e-afirma-ter-backup-de-dados-da-plataforma-lattes/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Um estudo de caso sobre a Mediação Cultural. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5, 2009. **Anais do [...]**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <www.cult.ufba.br/enecult2009/19356.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DALLAGO, Henrique Palaver. **Planejamento urbano e o direito à memória: crescimento urbano e preservação do patrimônio histórico e arqueológico em São José dos Campos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2016.

DE BLASIS, Paulo A. D; PIEDADE, Silvia C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 1, p. 165–188, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/107955>>. Acesso em: 27 out. 2020.

DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para a América Latina. **Espirales**, [s. l.], p. 174–184, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Introdução e Capítulo 1. A lógica do condomínio. In: **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book*.

EDUCAÇÃO. In: **DICIO Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 7,

n. 1[7], p. 87–106, 2013. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635673>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FIANKAN-BOKONGA, Catherine. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. **O Correio da UNESCO**, out./dez., 2017. Disponível em:
<<https://pt.unesco.org/courier/2017nian-di-3qi/uma-resolucao-historica-protoger-o-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 19 out. 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. 1.ed. João Pessoa, v. 2, p. 22–29, 2012. Disponível em:
<<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/39/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20-%20um%20processo%20de%20media%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FORTUNA, Claudio D'Assunção. **Liberdade pela Lei** – A Alforria dos Escravos em Indaiatuba. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio. Itu, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREITAS, Silvia. Da febre amarela surgiu uma Fénix: a tragédia da febre amarela em Campinas – Século XIX. **Jornal da PUC Campinas**, 2017. Disponível em:
<<http://jornal.puc-campinas.edu.br/da-febre-amarela-surgiu-uma-fenix-a-tragedia-da-febre-amarela-em-campinas-seculo-xix/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A. A Arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos

Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n.1, p.24–41, 1994. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/english/revista01.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 6, n. 13, p. 1–5, 14 jul. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/267>>. Acesso em: 16 out. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline Vieira de. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 22, p. 89–96, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/106849/105496>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo. Brasiliense, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZALEZ, Erika M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**, Franca, v. 27, n. 2, p. 13–30, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A.; TEGA, Glória. Arqueologia, do Imperialismo à inclusão Social. **Expressa Extensão**, Pelotas, v.19, n.1, p. 17–27. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4428/3332>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A; JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani. **Uma História do Povoamento do Continente Americano pelos seres humanos: A Odisséia dos primeiros habitantes do Piauí**. Embu das Artes: Alexa Cultura/ Manaus, EDUA, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFMS, 2008. p. 11–21. Disponível em: <https://www.academia.edu/32439021/Educa%C3%A7%C3%A3o_patrimonial_teor%C3%A1tica>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. **Pesquisa “Indaiá (Attalea Geraensis Barb. Rodr.)”**. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

FUNDAÇÃO SEADE. **Atlas Seade da economia paulista**. [s.d.]a. Capítulo 2 – Caracterização do Território. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2_intro.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Memória das Estatísticas Demográficas**. [s.d.]b. Definição de áreas segundo o Instituto Geográfico Cartográfico, 1995. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FUNDAÇÃO SEADE. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. [s.d.]c. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=esta>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GALIASI, Kassiane Renata. Fazendas – Levantamento das propriedades rurais que existiram na região de Indaiatuba entre os séculos XVIII ao XX. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Preservação de Indaiatuba**: Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. mar. 2017.

GARCIA, Ana Carolina dos Santos. **O Sistema Eletrônico de Informações (SEI): uma abordagem arquivística com base nos requisitos do e-ARQ Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) — Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/17033>>. Acesso em: 12 out. 2021.

GASPAR, Maria Dulce. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 13, p. 269–301, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109496>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

GNECCO, Cristóbal; SCHMIDT DIAS, Adriana. Sobre Arqueologia de Contrato. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 03–19, 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/425>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27–38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

GREEN, Lesley Fordred; GREEN, David R; NEVES, Eduardo Goes. Conocimiento indígena y ciencia arqueológica. Los retos de la arqueología pública en la reserva Uaçá. **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**, Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/29726876/Conocimiento_ind%C3%ADgena_y_ciencia_arqueol%C3%B3gica_Los_retos_de_la_arqueolog%C3%ADa_p%C3%BAblica_en_la_reserva_Ua%C3%A7%C3%A1>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o patrimônio**: Museu de Arte e escola, Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20patrimonio%20GRISPUM_D.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMILAKIS, Yannis. A Arqueologia e a lógica do capital: Puxando o freio de emergência. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 45–63, 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/427>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

HEIN, Henrique. RMC tem 6 cidades no ranking das melhores – Foi analisado o potencial de mercado de 310 cidades brasileiras. **Correio Popular**, 2019. Disponível em: <<https://correio.rac.com.br/campinasermc/rmc-tem-6-cidades-no-ranking-das-melhores-1.397372>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

HIRAI, Johnny Norio; AUGUSTO FILHO, Oswaldo. Avaliação ambiental por meio de geoindicadores: aplicação de erosão de solos e sedimentos. **Revista Minerva**, São Carlos, v. 5, n. jan./jun. 2008, p. 35–44, p. 36, 2008. Disponível em: <[http://www.fipai.org.br/Minerva%2005\(01\)%2005.pdf](http://www.fipai.org.br/Minerva%2005(01)%2005.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2021.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Do Peão ao Tropeiro**: Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. **Salto para o Futuro/TV Escola**. 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HUTCHINGS, Rich; LA SALLE, Marina. Arqueologia como Capitalismo do Desastre. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 20–44, 04 dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/426>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

ICOMOS. **Carta de Lausanne (Carta para a Proteção de Gestão do Patrimônio Arqueológico)**. Suíça, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

INDAIATUBA é a cidade da RMC com maior crescimento populacional nos últimos 12 anos. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 05 jan. 2023. Disponível em:

<<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31893/indaiatuba-e-a-cidade-da-rmc-com-maior-crescimento-populacional-nos-ultimos-12-anos>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

INDAIATUBA NÃO É PRAIA. **Um sítio arqueológico foi encontrado...** Indaiatuba, 27 fev. 2023. Facebook: Indaiatuba não é praia. Disponível em:

<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0979oiBCn3NhPFDHdacS2CCXFmqLin6q3EyZ3wRfgsdV8BeUbEtg3kd63a2rJQ55Vl&id=100064633871785>. Acesso em: 16 mar. 2023.

INDAIATUBA tem maior alta proporcional de habitantes entre cidades mais populosas da região de Campinas. **G1 Campinas**, 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/08/28/indaiatuba-tem-maior-alta-proporcional-de-habitantes-entre-cidades-mais-populosas-da-regiao-de-campinas.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

INTERVENÇÃO. In: **DICIO Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/interven%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos** – manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação**. Programa Mais Educação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF: IPHAN/ DAF/ Cogedip/ Ceduc, 2013. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_m.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Da Boca do Sertão ao ouro verde: Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 77–110, jan./jul. 2018. Disponível em:

<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/795/pdf>>. Acesso em: mai. 2019.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Entre escravos e taipas: O modo de fazer africano na Arquitetura Paulista. **Revista História**, Assis/Franca, v.39, jun. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742020000100404&tlng=pt>. Acesso em: 11 jun. 2020.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de; SIVIERO, Fernando Pasquotte. **O Patrimônio Cultural de Indaiatuba: História e Memória**. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. 2020.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia Histórica. In: FUNARI, Pedro Paulo A; ORSER JR., Charles E; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). **Identidades, Discurso e Poder: estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume; FAPESP. 2005.

JUSTAMAND, Michel; MECHI, Patrícia Sposito. Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 9, n. 3[13], p. 122–133, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8641294>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

JUSTAMAND, Michel; MECHI, Patrícia Sposito; FUNARI, Pedro Paulo A. Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. In: MECHI, Patricia; MELO, Wanderson Fábio (org.). **Questões da Ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações**. Palmas: Eduft, 1ed., v. 1, p. 28–43, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/16582625/Repress%C3%A3o_pol%C3%ADtica_e_direitos_hum%C3%A1nos_arqueologia_hist%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_da_ditadura_militar_brasileira>. Acesso em: 23 nov. 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOYAMA, Adriana Carvalho; CERDAN, Marcelo Alves. **Indaiatuba, história e memórias da antiga freguesia de Cocaes e dos anos que se sucederam desde então**. Campinas: Komedi, 2011.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

LASSANCE, José. Educação como canal de comunicação arqueológica/museológica: uma análise bibliográfica dos projetos de educação patrimonial no licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 159–178, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8667219>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMUCHI, Renata Lippi. A. Indaiatuba conquista a primeira colocação do Brasil no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 2021a. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/30527/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEMUCHI, Renata Lippi. A. Indaiatuba é a primeira colocada do Estado de São Paulo no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 2021b. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/30396/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEMUCHI, Renata Lippi A. Indaiatuba é bicampeã como melhor cidade do Brasil no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 01 dez.2022a. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31815/indaiatuba-e-bicampea-como-melhor-cidade-do-brasil-no-premio-band-cidades-excelentes>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

LEMUCHI, Renata Lippi A. Prefeitura de Indaiatuba lança a 12ª edição do Catálogo das Indústrias. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 26 mai. 2022b. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31185/#:~:text=%E2%80%9CAtualmente%20Indaiatuba%20conta%20com%20mais,servi%C3%A7os%2C%20atuando%20em%20diversos%20ramos>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LEPETIT, Bernard. É possível uma hermenêutica urbana?. In: LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, p. 137–153, 2001.

LEVY, Natasha Hermida Pereira Castro da Silva. **A gestão arquivística de documentos e o sistema informatizado SEI: a perspectiva de usuários**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**, v. 5, n. 1, p. 19–28, 30 dez. 1988. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/65/61>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LOBATO, Roberto. Posição Geográfica de cidades. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 317–323, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12545>>. Acesso em: jan. 2020.

LUCIO, Cristina Santos. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 104–119, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666581>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MADEIRO, Carlos. Após 30 anos da abertura da vala de Perus, 5 ossadas foram identificadas. **Cotidiano – UOL**. 08 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/08/abertura-da-vala-de-perus-faz-30-anos-com-apenas-duas-identificacoes-feitas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MARCONDES, Renato Leite. Estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste Paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do Século XX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 403–424, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19219>>. Acesso em: jan. 2020.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Heredando el futuro: pensar la educación desde la comunicación. **Nómad**as, Bogotá, n. 5, 1998. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_5/05_1M_Heredandoelfuturo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MARTINS, Evandro Silva. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 31–36, 2005. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/3475/2558>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MATOS, Maria Clara. Taipa e plástico: alternativas em prol da arte e da sustentabilidade. **Meio Ambiente – Museu de Arte Contemporânea**, São Paulo, n. 83, ano: 40. 23 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=1856&ed=205&f=25>>. Acesso em: 04 out. 2019.

MAYER, Gabriela. A cova rasa do Brasil – Pesquisa para identificar desaparecidos políticos descobre que a maioria dos mortos na cova clandestina de Perus é formada por pobres da periferia paulistana. **Revista Piauí**, n. 194, nov. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cova-rasa-do-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MEDEIROS, Davi. Entenda a crise envolvendo IPHAN, Bolsonaro, Hang e Havan. **O Estado de S. Paulo**, 20 dez. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,iphan-luciano-hang-lojas-havan-jair-bolsonaro,70003931568>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MEDIAÇÃO. In: **DICIO Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. Excursão pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 80–169, 1872. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107738-revista-ihgb-tomo-xxxv-parte-segunda.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/index.php/colecao-30-anos/650-o-capitalismo-tardio>>. Acesso em: mai. 2020.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 189–193, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103–117, 1983.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A identidade da arqueologia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 19–23, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 33, p. 37–57, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

METCALF, Alida C. A Família e a Sociedade Rural Paulista: Santana de Parnaíba, 1750 – 1850. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 28–304, mai./ago. 1990.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidade. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 2010.

MIRANDA, Humberto; VIRGA, Thais. Reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial. **Anais da XVIII ENANPUR**. Rio Grande do Norte. 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=531>>. Acesso em: set. 2019.

MONTICELLI, Gislene. **A pesquisa arqueológica na implantação de obras de engenharia no Brasil**. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, julho de 2002. (Monografia a disciplina da Prof.^a Dr.^a Tânia Andrade Lima). (inédito).

MONTICELLI, Gislene. **Deixe Estar: Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORO, Nataniél Dal. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 3, n. 6, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2898/pdf>>. Acesso em: fev. 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**. São Paulo: Editora Angra, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993.

OCAR, Tami Coelho. **Educação Patrimonial versus Mediação Patrimonial**: reflexões sobre a prática didática na educação não-formal. No prelo.

OCAR, Tami Coelho. O Casarão “Quinzinho de Barros” e o espaço museológico como principal artefato de seu acervo. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 16, n. 1, p. 413–

432, jan./jun. 2020. Disponível em:
<<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1085>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Revisitando uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (orgs.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESC, 2017.

PANTERA Negra. Direção: Ryan Coogler. Produção: Kevin Feige e David J. Grant. EUA: Marvel Studios, 2018. DVD.

PATRIMÔNIO. *In*: **DICIO Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PEÇAS arqueológicas estão em exposição na Estação São Bento do Metrô. **Site do Metrô**, 2017. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/noticias/19-06-2017-pecas-arqueologicas-estao-em-exposicao-na-estacao-sao-bento-do-metro.fss>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PEÇAS arqueológicas são encontradas em obras de Metrô. **Site da Odebrecht**, 2013. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/pecas-arqueologicas-sao-encontradas-em-obras-de-metro>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PELLINI, José Roberto. Uma Fisiologia da Paisagem: Locomoção, GIS e Sites Catchment. Uma Nova Perspectiva. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 17, p. 23-37, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89755>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PEREIRA, Larissa. Sítios arqueológicos com pelo menos 800 peças históricas são encontrados em área que vai abrigar barragem no interior de SP. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/02/23/sitios-arqueologicos-com-pelo-menos-800-pecas-historicas-sao-encontrados-em-area-que-vai-abrigar-barragem-em-indaiatuba.ghtml>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, Diego Andres (org.) **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>>. Acesso em: 3 jul. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESEZ, Jean-Marie. **A História da Cultura Material**. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PLATAFORMA Lattes sai do ar após apagão em servidor do CNPQ. **Carta Capital**, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/plataforma-lattes-sai-do-ar-apos-apagao-em-servidor-do-cnpq/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

POL, Ana Maria. Especialistas avaliam estrago que vândalos fizeram no acervo de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. 2023. Seção: Crime. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/01/5064899-especialistas-avaliam-estrago-que-vandalos-fizeram-no-acervo-de-brasilia.html>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

PONTES, Nádia. Mais de mil ossadas da ditadura ainda aguardam identificação. **Deutsche Welle**, 04 set. 2020. Disponível em: <dw.com/pt-br/mais-de-mil-ossadas-de-vala-aberta-na-ditadura-ainda-aguardam-identificacao/a-54812193>. Acesso em: 23 nov. 2020.

POUGET; Frederic M. C.; CARVALHO, Aline Vieira de. Arqueologia pública e acervo arqueológico. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2[19], p. 254–263, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8651104>>. Acesso em: 28 set. 2021.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Cuiabá: Archaeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.

PROUS, André. As Muitas Arqueologias das Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 36–54, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/21>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PUPIM, Rafael Giácomo. **Cidade e território do Oeste Paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06022009-135824/pt-br.php>>. Acesso em: set. 2020.

PUPPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

PUPPO, Fábio. Marco de gestões petistas, PAC deixará de receber novos projetos. **Folha de São Paulo**, 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, [s. l.], n. 3, p. 159–164, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109170/107661/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

RAPOSO, Jorge. Editoria. **Revista Al-Madan**, IIª série, nº 4, out. 1995.

RECONVERSÃO Urbana do Largo da Batata. **Site ArqueologiaWeb**. [s.d.]. Disponível em: <<http://pcali.dominiotemporario.com/largo-da-batata>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

REIS, José Alberione dos. **Não pensa muito que dói**: um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia Brasileira. Campinas: UNICAMP, 2003.

REIS, Vivian. Arqueólogos encontram mais duas ossadas do tempo da escravidão em terreno na Liberdade, Centro de SP. **G1**, 2018a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/12/arqueologos-encontram-mais-duas-ossadas-do-tempo-da-escravidao-em-terreno-na-liberdade-centro-de-sp.ghml>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

REIS, Vivian. Arqueólogos encontram ossadas da época da escravidão em terreno no Centro de São Paulo. **G1**, 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghml>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

RODRIGUES, Gabriella Barbosa. **Arqueologia bíblica**: um estudo de narrativas e discursos acerca de sua constituição como disciplina. 2011. Dissertação (Mestrado em História Cultural) — Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000841465&opt=1>>. Acesso em: out. 2019.

ROSA, Estefania Jaekel da. Arqueologia da Diáspora Africana e Contranarrativas sobre o Patrimônio Cultural do Museu da Baronesa (Pelotas, RS). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.13, n.25, p. 119–150, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/19009>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/146/4/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022.

SAB — Sociedade de Arqueologia Brasileira. Nota da SAB sobre falas do Presidente da República sobre a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro. **Site da SAB**, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=1186>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. Editora Perspectiva: São Paulo, 3ª ed., 1995.

SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica: reflexões teóricas e conceituais. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 179–195, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666241>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro**: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição

das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732– 1992). Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Claristella. O compasso da arqueologia em face do avanço da modernidade no Brasil. **Achitecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v.1, n. 1, p. 60–67, 2011.

Disponível em:

<<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/arquitetura/article/download/350/337>>.

Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, Maria do Carmo M. M. **A Problemática do Levantamento Arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental**. 2001. Dissertação (Doutorado em Arqueologia) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Documentos arquivísticos digitais: um descompasso entre a teoria e a prática no Brasil. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 6, p. 16–33, abr. 2018.

Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/artigo_01.php>.

Acesso em: 13 out. 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.27, n.2, p. 253–263, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. Tecnologia Assistiva. **Assistiva – Tecnologia e Educação**, 2023. Disponível em:

<<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#:~:text=V%C3%ADdeos-,O%20que%20%C3%A9%20Tecnologia%20Assistiva%3F,promover%20Vida%20Independente%20e%20Inclus%C3%A3o.>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Avaliação e Perspectivas da Arqueologia Brasileira. **Canindé: Revista do MAE de Xingó**, Sergipe, n. 1, p. 54–63, 2001. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9529/2/Caninde_1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SCHNAPP, Alain. L'autodestruction de l'archéologie allemande sous le Régime Nazi. In : Dossier Antiquité et dictatures du 20^e siècle. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire. Paris, 78, avril-juin, pp. 101-109, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, p. 187–198, 2014. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1).

Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia de Contrato e Povos Indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 187–201, 04 dez. 2015.

Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/435>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SILVA, Glaydson José da. Antiguidade Romana e a desconstrução das identidades nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo A; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (org.). **Identidades, Discurso e Poder**: estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do Passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da.; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007, p. 11–21.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO. In: **DICIONÁRIO IPHAN de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/91/sitio-arqueologico>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SÍTIO Arqueológico Cais do Valongo – Rio de Janeiro, Brasil. **IPHAN/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Revista_Valongo_12jun.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SÍTIO arqueológico é encontrado em área da Barragem do Piraí, em Indaiatuba. **A Cidade On Campinas**, 2023. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/Sitio-arqueologico-e-encontrado-em-area-da-Barragem-do-Pirai-em-Indaiatuba-20230223-0018.html>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SOUZA, Laize Carvalho de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do Lepaarq**, v. 15, n. 30, p. 80–97, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13214>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SOUZA, Rafael Abreu e. **A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TP/PA**: noite e nevoeiro na Amazônia. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-02102019-152549/pt-br.php>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SOUZA, Rafael Abreu e. Arqueologia e a guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 8, n. 2[10], p. 213–230, 2015.

Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635658>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SVICERO, Thais J. **Construindo um lugar na História: O arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

TELES, Janaína de Almeida. A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente. **InSURgência: Revista De Direitos E Movimentos Sociais**, v.4, n.1, p. 300–341, 2018.

Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28837>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

TILLEY, Christopher. Archaeology as socio-political action in the present. In: Pinsky, V. and Wylie, A. **Critical traditions in contemporary archaeology - essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology**. Albuquerque: Univ. of New Mexico Press, 1995.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Disponível em:

<<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao?idProducao=2409782&key=55467b560a3263aa3698cce6216a8753>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Editora Huya, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA DO SUL. **Acesso público como regra, restrito e o sigiloso como exceção**. [s.d.]. Disponível em:

<<https://portalsei.uffs.edu.br/orientacoes/boas-praticas/8-acesso-publico-como-regra-restrito-e-o-sigiloso-como-excecao>>. Acesso em: 21 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná para a emissão de Endosso Institucional e a Guarda de Remanescentes Arqueológicos**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.mae.ufpr.br/docs/NORMATIVA_ENDOSSO_MAEUFPR2019.pdf>. . Acesso em: 21 out. 2021.

URIARTE, Mônica Zewe; ZDRADEK, Ana Carolina S. Mediação cultural: construção de sentidos ético-estéticos na educação não-formal. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 23, n. 1, p. 117–134, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8655678>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

VALENTE, José Armando. *Blended learning* e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 4, p. 79–97, 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/er/a/GLd4P7sVN8McLBcbdQVyZyG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; HATTORI, Márcia Lika. Caminhos metodológicos para Educação Patrimonial na arqueologia preventiva. In: CURY, Marília Xavier (coord.). **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico/ coordenação**

de Marília Xavier Cury. Brodowski: ACAM Portinari: (SEC), São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014, p. 79–87.

VASCONCELLOS, Hygino. Terreno da Havan tinha 20 peças de cerâmica indígena e louças do século 19. **UOL**. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/18/terreno-da-havan-tinha-20-pecas-de-ceramica-indigena-e-loucas-do-seculo-19.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

VELLOSO, Luciana. Uma análise dos Parâmetros Curriculares de História para o Ensino Fundamental: propostas e possibilidades. **Diálogos**, v. 6, n. 6, p. 101–112, jan./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/23356>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

WESTIN, Ricardo. Sítio arqueológico em Pinheiros para obra e irrita prefeitura. **Folha de S. Paulo**, 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2212200910.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias. **Anuário Antropológico**, v. 44, n.1, p. 217–252, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/10785>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio**: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180574>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

ZANETTI, Valéria. R.; DALLAGO, Henrique. P.; GOMES, Cilene. Direito à memória: vestígios arqueológicos, planejamento urbano e extroversão. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 124–145, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8657317>>. Acesso em: 30 set. 2021.

ZANETTINI, Paulo. Qual futuro desejamos para a arqueologia no Brasil? **Revista Arqueologia em Debate**, 2, 2010, p.19-22.

ZANETTINI, Paulo, WICHES, Camila A. de Moraes. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 12, n.2, p. 239–256, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ZEQUINI, Anicleide. Instrumento de Pesquisa: Francisco Nardy Filho. **Site da cidade de Itu**, 2016. Disponível em: <<https://www.itu.com.br/artigo/instrumento-de-pesquisa-francisco-nardy-filho-20160307#:~:text=Francisco%20Nardy%20Filho%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecido,fal,eceu%20no%20ano%20de%201959.&text=Sua%20obra%20mais%20conhecida%20%C3%A9,Hist%C3%B3ria%20da%20Cidade%20de%20Itu>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SITES

ACADEMIA.EDU. **ACADEMIA.EDU**. 2021. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentação – Municípios paulistas**. São Paulo. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/documentacao/municipios-paulistas/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2021. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

COLÔNIA HELVETIA. **Colônia Helvetia**. [s.d.]. Disponível em: <<http://helvetia.org.br/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CONI — Comunidade Negra de Indaiatuba. **Página inicial**. Indaiatuba. Facebook. [s.d.]. Disponível em: <<https://web.facebook.com/Coni-1622149311202929/>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

DATAGEO. **IGC – CARTAS TOPOGRÁFICAS 1:10.000**. 1979. Disponível em: <<https://datageo.ambiente.sp.gov.br/app/?ctx=DATAGEO#>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

FUMDHAM. **PORTAL FUMDHAM**. [s.d.]. Disponível em: <<http://fumdham.org.br/fumdham/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

GOOGLE. **GOOGLE ACADÊMICO**. 2021. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

GOOGLE. **GOOGLE EARTH PRO**. 2022. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: jan. 2022 e mar. 2023.

ICMBIO. **Portal de Informações Sobre Visitação – Parna da Serra da Capivara**. ICMBio. [s.d.]. Disponível em: <[https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-capivara/informacoes-sobre-visitacao-2013-parna-da-serra-da-capivara#:~:text=Atualmente%2C%20de%20acordo%20com%20a,ingresso%20de%20acesso%20ao%20parque.&text=Maiores%20informa%C3%A7%C3%B5es%20pelo%20telefone%20\(89\)%203582%2D2085.&text=Para%20quem%20deseja%20conhecer%20o,%40fumdham.org.br](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-capivara/informacoes-sobre-visitacao-2013-parna-da-serra-da-capivara#:~:text=Atualmente%2C%20de%20acordo%20com%20a,ingresso%20de%20acesso%20ao%20parque.&text=Maiores%20informa%C3%A7%C3%B5es%20pelo%20telefone%20(89)%203582%2D2085.&text=Para%20quem%20deseja%20conhecer%20o,%40fumdham.org.br)>. Acesso em: 12 mai. 2023.

INDAIATUBA. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Indaiatuba>>. Acesso em: 11 out. 2022.

IPHAN. **Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)**. [s.d.].a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/SGPA)**. [s.d.].b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 28 out. 2021.

IPHAN. **Centro Nacional de Arqueologia (CNA) – Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU – 1991 a 2022**. [s.d.].c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1375>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

IPHAN. **Legislação**. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

IPHAN. **SEI! – Consulte seu Processo**. [s.d.].d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

IPHAN. **SEI! – Sistema Eletrônico de Informação**. Brasília. [s.d.].e. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sei>>. Acesso em: 27 out. 2021.

IPHAN. **SEI! É fácil e seguro**. Brasília. [s.d.].f. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sei/pagina/detalhes/1431>>. Acesso em: 27 out. 2021.

IPHAN. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)**. [s.d.].g. Disponível em: <<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>>. Acesso em: 28 out. 2021.

IPHAN. **Tramitação eletrônica de documentos tem início no Iphan**. Brasília, 15 set. 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4341/tramitacao-eletronica-de-documentos-tem-inicio-no-iphan>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Processo Eletrônico Nacional (PEN)**. [s.d.].a. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/conteudo/processo-eletronico-nacional-pen>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Processo Eletrônico Nacional**. [s.d.].b. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional>>. Acesso em: 21 out. 2021.

OASIS. **Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – Oasisbr. IBICT**. 2022. Disponível em: <<https://oasisbr.ibict.br/>>. Acesso em: jul. 2022.

PREFEITURA DE INDAIATUBA. **Mapas – Loteamentos**. Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. [s.d.].a. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/engenharia/mapas/loteamentos/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PREFEITURA DE INDAIATUBA. **Mapas Temáticos**. Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. [s.d.].b. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/engenharia/mapas/tematicos/>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SCIELO. **SciELO**, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Votação Nominal. Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_turno=2&session=12676189325645>. Acesso em: 07 nov. 2022.

WAC — World Archaeological Congress. **World Archaeological Congress**. [s.d.]
Disponível em: <<https://worldarch.org/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

REFERÊNCIAS LEGAIS

BRASIL. **Art. 13 da Constituição da República Federativa do Brasil – 1934**. Brasília, DF, 16 de jul. 1934. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Art. 68 da Constituição da República Federativa do Brasil – 1889**. Brasília, DF, 24 fev. 1889. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasília, DF, 30 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Brasília, 04 ago. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias..>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**. Brasília, DF, 22 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6025.htm>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015**. Brasília, DF, 8 out. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Brasília, DF, 26 jul. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF, 12 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 out. 2021. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018**. Brasília, DF, 18 abr. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13653.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CONAMA. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Brasília, DF, 23 jan. 1986. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ICOMOS. **Carta de Lausanne (Carta para a Proteção de Gestão do Patrimônio Arqueológico)**. Lausanne, Suíça, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 9, de 22 de outubro de 2010**. Indaiatuba, SP, 22 out. 2010a. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=4474>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 10, de 22 de outubro de 2010**. Indaiatuba, SP, 22 out. 2010b. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=4475#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20ALTERA%C3%87%C3%83O%2C%20ATUALIZA%C3%87%C3%83O,INDAIATUBA%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS.>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 71, de 23 de março de 2021**. Indaiatuba, SP, 23 mar. 2021a. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=6901#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20da,confian%C3%A7a%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias.>>. . Acesso em: 15 abr. 2022.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 92, de 05 de dezembro de 2022**. Indaiatuba, SP, 05 dez. 2022a. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=7364>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 93, de 05 de dezembro de 2022**. Indaiatuba, SP, 05 dez. 2022b. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=7365>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INDAIATUBA. **Lei Municipal nº 3.081, de 20 de dezembro de 1993**. Indaiatuba, SP, 20 dez. 1993. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1837>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INDAIATUBA. **Lei Municipal nº 7.628, de 12 de agosto de 2021**. Indaiatuba, SP, 12 ago. 2021b. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=6993#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20tombamento%20de%20bens,Preserva%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>. Acesso em: 25 jan. 2023.

INDAIATUBA. **Lei Ordinária nº 4066, de 24 de setembro de 2001**. Indaiatuba, SP, 24 set. 2001. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=2882>. Acesso em: 31 mar. 2021.

INDAIATUBA. **Lei Ordinária nº 4980, de 13 de setembro de 2006**. Indaiatuba, SP, 13 set. 2006. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=3649>. Acesso em: 31 mar. 2021.

INDAIATUBA. **Lei Orgânica do Município de Indaiatuba**. Indaiatuba, SP, 2008. Disponível em: <https://sapl.indaiatuba.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=5513&texto_original=1>. Acesso em: 07 jan. 2021.

INDAIATUBA. Prefeitura Municipal de Indaiatuba. **Revisão do Plano Diretor Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba**. Indaiatuba: Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 2022c. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/engenharia/plano-diretor/etapa/6/>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015**. Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. **Portaria nº 92, de 10 de abril de 2023**. Brasília, DF, 28 abr. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-cria-grupo-de-trabalho-para-aprimorar-normas-de-licenciamento-ambiental/SEI_IPHAN4319158Portaria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Brasília, DF, 28 abr. 2016a. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. **Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016**. Brasília, DF, 18 mai. 2016b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Brasília, DF, 17 dez. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. **Portaria nº 316, de 04 de novembro de 2019**. Brasília, DF, 4 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

IPHAN. **Portaria nº 361, de 14 de setembro de 2017**. Brasília, DF, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19294910/do1-2017-09-15-portaria-n-361-de-14-de-setembro-de-2017-19294773>. Acesso em: 27 out. 2021.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Brasília, DF, 19 set. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IPHAN. **Resolução nº 1, de 03 de agosto de 2006**. Brasília, DF, 3 ago. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SPHAN. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Brasília, DF, 01 dez. 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

UNESCO. **Recomendação de Nova Delhi**. 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Nova Delhi, Índia, 1956. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Delhi%201956.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares como espaços de sonhos**: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga. 2005. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Tecnologias Ancestrais: diáspora africana e sistema Atlântico nas charqueadas de Pelotas**. [s. l.], 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XyRT6MACB38>>.

LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de Atas dos trabalhos da Junta de Classificação de escravos do Município de Indaiatuba (1877-1896)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880-1886)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

INDAIATUBA. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL, ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Livro de registro do fundo de emancipação de escravos libertos. (1877 a 1907)** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória — Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. A construção da história e a legitimação da memória no processo de preservação do Casarão Pau Preto. **Revista CPC**, n.20, p. 9–35, dez. 2015.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização) — Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEI/IPHAN. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Reserva Bothânica**. NUP: 01506.001836/2022–17. Brasília. Data de registro: 17 nov. 2022.

.

ANEXOS

Anexo A — Modelo de ficha técnica elaborado para a coleta e análise de dados dos Processos de Arqueologia da cidade de Indaiatuba contidos no SEI!-IPHAN

Ficha Técnica (de acordo com o CNA – Centro Nacional de Arqueologia¹ e SEI! - IPHAN²)
<i>Número do processo:</i>
<i>Nome do Projeto:</i>
<i>Unidade IPHAN:</i> Unidade do IPHAN em que foi protocolado o processo
<i>Número de protocolos contidos no processo:</i>
<i>Número de protocolos inacessíveis contidos no processo:</i>
<i>Número de protocolos analisados:</i>
<i>Tipos de documentações analisadas:</i> Tipologia das documentações analisadas
<i>Nível IPHAN:</i> Nível de interferência no solo determinado pelo IPHAN
<i>Empreendedor e nome do empreendimento:</i>
<i>Tipo de Empreendimento:</i>
<i>Execução:</i> Empresa responsável pela arqueológica
<i>Responsáveis:</i> Coordenadores da pesquisa arqueológica
<i>Apoio Institucional:</i>
<i>Responsável:</i> Pessoa responsável pelo apoio institucional
<i>Endosso na UF:</i> Tipo de endosso
<i>Municípios:</i> Municípios envolvidos
<i>Possuiu FCA (Ficha de caracterização de atividade)³:</i> S/N/N.A.
<i>Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico⁴:</i> S/N/N.A.
<i>Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio⁵:</i> S/N/N.A.
<i>Presença de projeto/programa:</i> S/N/N.A.
<i>Data do projeto/programa:</i>

¹ PORTARIAS de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU - 1991 a 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/11%2012_1991_2021.xlsx>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

² SEI! (Sistema Eletrônico de Informação) - IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

³ Exigida a partir da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>>.

⁴ Exigência para projetos classificados em nível III, conforme Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

⁵ Exigência para projetos classificados em nível IV, conforme Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

<i>Parecer do IPHAN sobre o projeto/programa, com data: S/N/N.A. (detalhar nas respostas)</i>
<i>Presença de relatórios complementares: S/N</i>
<i>Datas dos relatórios complementares:</i>
<i>Parecer do IPHAN sobre os relatórios complementares, com data:</i>
<i>Relatório Final: (NOME DO RELATÓRIO)</i>
<i>Data do Relatório:</i>
<i>Parecer do IPHAN sobre o relatório, com data: (número do parecer e data)</i>
<i>Foram encontradas peças: S/N</i>
<i>Foi designado algum sítio arqueológico: S/N (se sim, especificar)</i>
<i>Projeto de Salvamento Arqueológico ⁶: S/N/ N.A.</i>
<i>Presença de relatório de Educação Patrimonial: S/N</i>
<i>Atividade de Educação Patrimonial: S/N</i>
<i>Período de execução previsto:</i>
<i>Período de execução realizado:</i>

⁶ Documentação exigida no caso de ocorrências arqueológicas que não poderão ser mantidas *in situ* para projetos de níveis I e II, conforme Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

Ficha de Processo Nome do Relatório Número do processo	
Equipe	Zona em que o empreendimento está localizado
Análise do Documento	
Teorias e metodologias adotadas	
Aspectos geográficos do local	
Sítios e ocorrências arqueológicas	
Histórico sobre a região	
Descrições do quadro arqueológico local e regional	
Considerações sobre o potencial arqueológico da área e recomendações	
Possíveis ações políticas	
Ações Patrimoniais adotadas	
Particularidades	
Parecer do IPHAN	
Documentações pós-parecer do IPHAN	
Impressões da pesquisadora acerca desse projeto	
Fontes	
SEI/IPHAN, NOME DO DOCUMENTO. Processo: [NÚMERO DO PROCESSO], número SEI/IPHAN: [NÚMERO DO CADASTRO SEI DO DOCUMENTO]. [UNIDADE PRODUTORA DO DOCUMENTO], [CIDADE]. Data do documento: [DATA DO DOCUMENTO]. Data do Registro: [DATA DO REGISTRO NO SEI]	

*Os nomes das fontes deverão ser citados conforme descrito nos próprios documentos. Caso não haja essa designação na documentação, utilizar a nomenclatura dada pelo SEI-IPHAN (ex: Carta Externa). O mesmo deverá se aplicar às datas dos documentos.

Anexo B — Protótipo de Material Metodológico

MEDIAÇÃO PATRIMONIAL: PROTÓTIPO DE MATERIAL METODOLÓGICO PARA PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS

INTRODUÇÃO

O campo da educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos. Orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território. Toda tentativa de reduzir a educação patrimonial a uma única metodologia também pode ser lida como tentativa de domínio hegemônico, controle e eliminação de diferenças. Conclusão: a denominada educação patrimonial não é por si só emancipadora ou repressora, fértil ou estéril, transformadora ou conservadora. (CHAGAS, 2004, p. 144–145).

A chamada “Educação Patrimonial” é uma prática que existe há anos (no Brasil, sob essa alcunha, ao menos desde meados da década de 1980). Em sua jovem trajetória, a prática se renovou com alguma constância, alastrando-se para todo o país, deixando as salas de aula e partindo para o campo não-formal das relações. A permanência e constância dos debates sobre o tema deve sempre se manter em voga, principalmente por se tratar de uma prática a qual necessita estar em constante construção e desconstrução.

No que diz respeito à Arqueologia em Obras de Engenharia, o debate carece de atenção extra, por muitas vezes estar mais inserido no campo técnico científico que no social. Devido à falta de políticas públicas mais sérias e comprometidas, a prática arqueológica (sobretudo em Obras de Engenharia) se tornou cada vez mais dependente da “mão invisível” do mercado. Isso não significa que não haja esforço por parte dos profissionais envolvidos, ou daqueles que trabalham nas instituições responsáveis. No entanto, há uma pressão tipicamente capitalista que força relações de dependência dos profissionais para com o mercado, e essas relações acabam por incorrer em carências em partes dos trabalhos. Assim, a prática da Arqueologia em Obras de Engenharia quase sempre é concebida como mercadoria desde a sua concepção, retirando a sociedade do protagonismo dos trabalhos. Sobretudo por conta dos prazos cada vez mais apertados impostos pelas empresas contratantes — sendo a atividade da chamada “Educação Patrimonial” muitas vezes negligenciada, por conta dessas questões. E, quando mal executados, os trabalhos da chamada “Educação Patrimonial” podem, mesmo que sem querer, legitimar desigualdades e apoiar discursos etnocêntricos. Nesse sentido, o presente material surgiu de alguns questionamentos e pensamentos semelhantes aos trazidos por Wittmann (2019, p. 246)

e por Borges *et al.* (2018, p. 20–21) em seus trabalhos: para que(m) queremos fazer Arqueologia? Para que(m) de fato fazemos Arqueologia? E o que podemos fazer com as informações que temos?

Assim, este material foi desenvolvido tendo como base as pesquisas realizadas na tese intitulada “Indaiatuba, uma cidade com muita História para contar: Entre a Antropofagia Histórica, a Arqueologia e a Mediação”. Nela foi realizado um amplo estudo sobre os Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia que tiveram lugar em Indaiatuba entre 2005 e 2021, os quais se encontram disponibilizados na Plataforma SEI!-IPHAN. Seguindo o pensamento e crítica de diversos profissionais da área, aqui buscou-se mais uma vez antropofagizar e ressignificar, de forma sistematizada, práticas no campo da educação não-formal, com foco na área da Arqueologia.

Ao longo das pesquisas realizadas, não se teve conhecimento de um material cujo conteúdo tivesse como cerne o trabalho com o patrimônio arqueológico. A partir dos estudos feitos com a documentação do SEI!-IPHAN, somado à análise de cartilhas divulgadas pelo IPHAN, experiências pessoais e profissionais ¹, bem como estudos teóricos e práticos realizados em pesquisas feitas por colegas, que chegamos a este material. Trata-se de uma possível sistematização de práticas que convencionamos estar próxima a um ideal daquilo que chamamos de Mediação Patrimonial. Esta não pretende ser única, e tão pouco estará imune a falhas, não tentando ser limitada, limitadora ou até mesmo mais relevante que as demais; pelo contrário: trata-se de mais uma socialização de conhecimentos. Assim, é necessário que ela seja constantemente revista e ressignificada (não apenas pela Academia), para que faça sentido no contexto de uso.

De forma que acreditamos que a formação composta nas atividades deve atender às demandas da comunidade, e não do mercado ou exclusivamente aos interesses acadêmicos. Esse ato pressupõe necessariamente um diálogo horizontal com a sociedade, o qual deve ocorrer durante todo o processo do trabalho arqueológico: desde as primeiras pesquisas para o projeto até a execução do relatório final. Desse modo, a sociedade é trazida para o centro da atividade, utilizando a Arqueologia como forma de dar vozes às comunidades marginalizadas. Muitas teorias propõem essa forma de diálogo, inclusive em projetos de Arqueologia em Obras de Engenharia. No entanto, boa parte das atividades realizadas no Brasil, conforme pesquisa

¹ Partes dessas questões (bem como o sentimento da falta de um material sistematizado sobre o tema) surgiram a partir das experiências da autora como mediadora de exposições do SESC Campinas e em trabalhos de “Educação Patrimonial” realizados enquanto estagiária e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (NEPAM/UNICAMP), pesquisadora da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e diretora do Museu Municipal Casarão Pau Preto (Indaiatuba — SP).

supracitada, estão aquém do esperado, relegando a chamada “Educação Patrimonial” a um curto espaço de tempo ao final dos trabalhos, transformando-a em uma ação meramente burocrática a qual, muitas vezes, acaba endossando discursos de supremacia euro-ocidentais (ainda que despropositadamente). As questões colocadas no início deste texto, portanto, trazem um caráter muito mais qualitativo que burocrático para a prática, de modo que é essa abordagem que aspiramos defender ao longo do presente material.

Por esses (e outros) motivos que aqui adotamos o termo “Mediação Patrimonial”, em vez de “Educação Patrimonial”, por entendermos que é mais abrangente e democrático, pressupondo já em seu nome a execução de diálogos horizontais, inserindo-se melhor, portanto, na prática da educação não-formal. Também trazemos o termo “Ação Patrimonial” como designação para as atividades em si. Dessa forma, busca-se visar o processo em si da Ação, e não o simples resultado que tem por objetivo a divulgação de uma pesquisa, o qual costuma ser um diálogo vertical que muitas vezes ignora os conhecimentos e subjuga a capacidade das comunidades. É necessário o desenvolvimento de uma prática que seja construtivamente crítica e ética (inclusive no que diz respeito a si própria), que faça do patrimônio algo vivo e livre, e não que este seja apenas enlevado a um *status* inerte e soberano. Desse modo, acreditamos no potencial da Mediação em sensibilizar as comunidades para que essas se identifiquem e participem ativamente do processo, potencialmente trazendo implicações sociais, culturais, políticas e econômicas. Semelhantemente, a prática também sensibilizará os pesquisadores sobre novos temas, os quais serão potencialmente levados para novas pesquisas.

A Mediação, por si só, também se opõe ao ideal neoliberal de neutralidade, justamente por trazer à tona a diversidade. E, sendo flexível (por estar em um contexto de educação não-formal), é possível que sejam criadas (ou readaptadas) as mais diversas Ações para qualquer comunidade. Além disso, a Mediação ressalta o caráter inter e transdisciplinar da Arqueologia, possibilitando, assim, que outras áreas não apenas participem do processo, mas que também sejam auxiliadas tanto no que diz respeito às Ciências quanto às comunidades (exemplo: questões ecológicas ou de saúde).

O que é dito nesse material parece óbvio, porém, necessário. Muito se discute sobre as posturas durante as atividades da chamada “Educação Patrimonial”, porém, novamente, a maioria dessas ações estão aquém do esperado, privilegiando verticalidades, hierarquias, mera transmissão de informações, não auxiliando a comunidade afetada de fato e entregando a atividade como um mero protocolo exigido pelo IPHAN. Aqui não se ignora o seu desenvolvimento como área teórica e prática, mas sim buscamos problematizá-la para poder aperfeiçoá-la. Fizemos, então, uma sistematização do que se vem discutindo na Academia sobre

o tema, somado a outras teorias e questões que acreditamos ser importantes. Objetivou-se aqui trazer uma possibilidade de metodologia prática para as Ações Patrimoniais, a qual visa o diálogo efetivamente horizontal, sendo uma técnica, portanto, declaradamente política. Sua finalidade é trazer escopos para a prática educativa não-formal, de modo que ela possa ser refletida dentro de seu próprio contexto (no caso, a educação não-formal em Arqueologia), evitando, assim, problemáticas persistentes e próprias da educação formal. Para tal, levou-se em consideração leis e normas do patrimônio (sobretudo arqueológico), as quais devem ser observadas e constantemente debatidas. Além disso, a metodologia foi sistematizada de forma a possibilitar uma prática que potencialmente considere não apenas os conhecimentos técnicos e científicos (os quais também são de suma importância), mas também os saberes e processos locais, integrando-os com os mais diversos conhecimentos. Dessa forma, ambas, ciência e comunidade, se retroalimentarão de conhecimentos por meio de sensibilizações.

Deseja-se que essa metodologia seja apreciada, posta em prática quando possível, avaliada, problematizada, desconstruída e antropofagizada, a fim de que se possa diagnosticar problemas e criar novas soluções para as demandas, conforme o contexto atual, para então surgirem novas possibilidades a partir dela. Enxerga-se que o benefício não virá apenas dos elogios e das possíveis boas práticas advindas do uso desse material, mas também da colaboração para com a ciência, mesmo quando essa vier por meio de críticas construtivas. De modo que a presente metodologia aspira ser uma colaboração para o debate da educação não-formal patrimonial, o qual não deve ser limitado ou finito. Assim como disse Marcia Bezerra sobre seu livreto que versa acerca de Serra Pelada: “Essa pequena publicação não tem o efeito emancipador, mas se alinha à ideia de Ayala (2007: 155) de que ‘[...] é necessário considerar que nosso papel como arqueólogos não reside em falar pelos outros, mas sim em falar sem negar os outros, em circunstâncias que nenhuma dessas vozes deve ser silenciada’²” (BEZERRA, 2015, p. 223).

Esse material se destina sobretudo a profissionais da área, sejam eles estudantes, arqueólogos formados ou funcionários de instituições culturais. O tema da Arqueologia, no entanto, não deve ser um limitante para sua apreciação, podendo ser igualmente utilizado por professores, demais instituições de pesquisas e memória que estejam interessadas na realização de Mediações ou qualquer pessoa que se sinta atraída pelo assunto, podendo o material também ser ressignificado para outras áreas e pelas comunidades. Aqui utilizamos os mais variados

² Tradução livre. Original: “[...] es necesario considerar que nuestro papel como arqueólogos no radica en hablar por los otros, sino en hablar sin negar a los otros, en circunstancias que ninguna de estas voces debe ser silenciada”.

pensadores, sobretudo obras recentes, as quais se propõem a discutir sobre o tema de forma mais decolonial, inclusive teorias de outras áreas, como da Ciência da Comunicação. Para as sugestões de atividades utilizamos como fontes o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999), exemplos retirados de obras e Processos de Arqueologia em Obras de Engenharia analisados e, novamente, experiências pessoais. Também foram levadas em consideração teorias e práticas da Arqueologia Pública, bem como da Arqueologia Pós-Processual.

Vale lembrar que o presente material não substitui de forma alguma qualquer norma imposta ou cartilha indicada pelo IPHAN; mas sim pretende complementar os debates existentes em torno da prática da chamada “Educação Patrimonial”. Tampouco se propõe ser um “passo-a-passo”, mas sim uma nova contribuição para esses debates, com propostas metodológicas acerca da Mediação Patrimonial. A discussão sobre o tema nunca estará concluída, de forma que jamais existirá um “guia definitivo da Mediação Patrimonial”, que cumpra com todas as demandas e necessidades mínimas para as partes interessadas. Mas sim sistematiza algumas possibilidades de como executar um planejamento para a realização de uma Mediação Patrimonial que seja minimamente satisfatória do ponto de vista sociocultural, tendo como ponto de partida o contexto atual de 2023. Conforme já mencionado, este material não se pretende ser estático, devendo estar em constante revisão, ressignificação e reescrita a médio prazo, ou correrá o risco de ficar defasado em alguns anos (inclusive no aspecto normativo) e, assim, não corresponder mais aos anseios e necessidades da sociedade presente. Assim, buscou-se fugir apenas da normatividade, objetivando-se trazer orientações teórico-metodológicas para auxiliar sobretudo os estudantes e profissionais de Arqueologia (e outras possíveis áreas que envolvam a Mediação Patrimonial) na criação de estratégias e Ações próprias, buscando respeitar a subjetividade do profissional também como ser pensante e abrindo espaço para que essa criação seja feita em contato com as comunidades.

A PRÁTICA DA CHAMADA “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL” E ALGUMAS DE SUAS NORMAS

“[...] a relação do povo brasileiro com o seu patrimônio arqueológico é bastante esclarecedora. Como vimos, o patrimônio arqueológico é parte da memória do povo e um dos seus símbolos de identificação. O cidadão, contudo, não reconhece e não se reconhece neste patrimônio. Segundo Bradford (1998), a memória coletiva “(...) é obscura no caso brasileiro (...)” (P. 09). Para Bradford (ibid.), a falta de identidade do povo brasileiro com o patrimônio arqueológico advém do fato de que a maior parte do povo ignora as suas raízes e as suas origens recentes e mais antigas – no caso da pré-história. Acreditamos, entretanto, que o problema não está no desconhecimento e sim na forma como se conhece e, por consequência, se reconhece a/na história da nação. (ALMEIDA, 2002, p. 18).

Apesar de muitas vezes não trazer esse nome, a prática da Mediação Patrimonial é antiga. Em Museus o trabalho mediativo remonta há séculos; no Brasil também já está presente há décadas, inclusive em outros locais da educação não-formal, como a Arqueologia. E existem algumas normas que regem essa prática. Segundo a Constituição Federal de 1988, a proteção do patrimônio cultural é realizada pelo Poder público, com a ajuda da comunidade. Nesse quesito, pode-se incluir também a prática mais comumente chamada “Educação Patrimonial”. Conforme a Instrução Normativa nº 001 do IPHAN, de 25 de março de 2015, em empreendimentos de Níveis III e IV é solicitada a proposição de “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”, bem como a posterior entrega de relatórios sobre a atividade, quando da execução do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”. Nos demais casos, é indicada a realização de “estratégias de esclarecimento e divulgação” (as quais não necessariamente precisam seguir as metodologias da “Educação Patrimonial”).

A despeito da norma, acreditamos aqui que a realização da atividade de Mediação Patrimonial deveria independar do tamanho da obra a ser realizada ou do encontro de material (e, portanto, a sua realização estar prevista à parte do próprio “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico”). Há dificuldades em se realizar trabalhos em regiões com pouca ou nenhuma tradição arqueológica (mesmo naquelas com altos indícios de presença de cultura material). A necessidade da realização de boas Mediações nessas áreas é justamente para que questões de interesse econômico e político não se sobrepujem ao patrimônio local. A norma impõe um aspecto essencial: o público-alvo das Ações deve ser as comunidades impactadas pelos projetos. Nesse quinhão estariam incluídos também os funcionários envolvidos no empreendimento. No entanto, aqui partimos do pressuposto de que os funcionários deveriam ser abrangidos em atividades de capacitação, as quais devem ocorrer à parte das Ações Patrimoniais, sobretudo por suas especificidades técnicas, sendo as duas etapas de igual importância!

Os marcos da chamada “Educação Patrimonial” foram instituídos pela Portaria nº 137/2016. De acordo com essa norma, “[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação”, e segue em parágrafo único: “Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades” (IPHAN, 2016. grifo nosso). A norma também estabelece algumas diretrizes:

- I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III - Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar. (IPHAN, 2016).

Vale lembrar que a Portaria nº 137/2016 não se refere apenas às Ações promovidas pela Arqueologia, mas à chamada “Educação Patrimonial” como um todo. No entanto, ela lança padrões de atuação, os quais devem ser observados pelos profissionais de todas as áreas.

A Portaria nº 375/2018 destaca o caráter transversal que a “Educação Patrimonial” deveria ter, contribuindo, assim, de forma participativa para com os demais processos de preservação do patrimônio material (IPHAN, 2018) e imaterial. Seu texto também repete partes daquele contido na Portaria nº 137/2016, acerca da definição da prática. São levantados como instrumentos da chamada “Educação Patrimonial” os “Inventários Participativos”, as “Redes de Patrimônio” e o “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”, não se limitando, no entanto, somente a estes, estando a norma aberta a insurgência de outros procedimentos, metodologias ou ferramentas conforme o contexto em questão. O “Programa Integrado de Educação Patrimonial” é também considerado, pela mesma Portaria, como um dos instrumentos de avaliação de impacto ao patrimônio material no âmbito do Licenciamento Ambiental (IPHAN, 2018).

É preciso também lembrar dos princípios propostos pela Portaria nº 375/2018, dentre os quais aqui destacamos os seguintes:

- I. Princípio da Humanização. A preservação do patrimônio cultural material deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana;
- II. Princípio da Indissociabilidade. Não deve haver separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os tem como referência;
- III. Princípio da Ressignificação. Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado; [...]

V. Princípio da Colaboração. A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade;
VI. Princípio da Participação Ativa. Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material;
VII. Princípio da Atuação em Rede. A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação; [...]
XI. Princípio do Acesso Equitativo. Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente; [...]
XV. Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais. O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma Política justa e equânime;
XVII. Princípio do Direito à Informação. O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade; e
XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM ³. (IPHAN, 2018).

Além disso, destacamos também as suas premissas:

I. As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material devem compreender e considerar o Presente;
II. As ações e atividades devem considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural;
III. As ações e atividades devem partir da leitura do território e da compreensão das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais ali existentes;
IV. As ações e atividades devem buscar promover a articulação institucional com diferentes níveis de governo e sociedade;
V. As ações e atividades devem buscar estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio patrimônio cultural material; e
VI. As ações e atividades devem buscar articular com os entes federados e demais órgãos e entidades componentes do Estado Brasileiro, na construção de instrumentos de compartilhamento e de delimitação de atribuições relativas à preservação dos bens protegidos. (IPHAN, 2018).

Sendo que o primeiro processo institucional a ser elencado pela Portaria nº 375/2018 é a própria “Educação Patrimonial”, destacando, assim, a importância dela como Ação e parte efetiva dos trabalhos, e não como mera atividade protocolar. Dessa forma, a observação das normas institucionais, sobretudo a Portaria nº 375/2018, se faz necessária para a realização dos trabalhos de extroversão.

É preciso destacar que a Portaria nº 375/2018 também traz em seu texto questões acerca do tratamento de temas específicos no caso de comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, e comunidades quilombolas. A norma evidencia o direito das comunidades de definirem prioridades próprias no que diz respeito aos processos que envolvam a preservação de seu patrimônio cultural material. E isso inclui o “[...] consentimento livre, prévio e informado das comunidades diretamente interessadas” (IPHAN, 2018). No caso de

³ Política de Patrimônio Cultural Material.

comunidades quilombolas, “[...] ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (IPHAN, 2018), questão ratificada pelo § 4º quinto do art. 216 da Constituição Federal. Ainda, segundo o art. 17 da mesma Portaria, é dito que as Ações de preservação realizadas nos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos deverão ser desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares (IPHAN, 2018). Em pesquisa, constatou-se que a grande maioria dos Processos analisados não levam em consideração tanto a Portaria nº 137/2016 quanto a 375/2018, de forma explícita, em seus trabalhos.

De modo que, em ambas as normas há o destaque para a participação *efetiva* das comunidades. Entretanto, boa parte das Ações Patrimoniais na Arqueologia em Obras de Engenharia não dão muito espaço para o público se expressar, ficando a atividade isolada ao final dos trabalhos, algumas vezes se resumindo à entrega de folhetos e/ou reuniões com pessoas isoladas. Muitas vezes os projetos até preveem o que poderiam ser consideradas boas Ações Patrimoniais, mas, sobretudo por conta da dinâmica do mercado, ainda há uma grande e complexa distância entre o que é proposto na teoria e a prática propriamente dita (ZANETTI; DALLAGO; GOMES, 2019, p. 137). Fazemos aqui nossas as palavras de Laize Carvalho de Souza:

A exigência da Educação Patrimonial representou avanço significativo no contexto da gestão e preservação do patrimônio cultural, ao passo que busca contribuir como um mecanismo para inclusão da sociedade num processo de gestão compartilhada do patrimônio que é, ou deveria ser, coletivo (FERNANDES, 2007). Mas, para alcançar uma melhor articulação com a comunidade, as ações devem abandonar ideias feitas e acabadas sobre o discurso e conhecimento arqueológico para o público, e abraçar-se plenamente à flexibilidade na mediação das relações sociais, a partir de ações educativas, estabelecendo interação entre sociedade e patrimônios. (SOUZA, 2018, p. 94).

A questão das discussões sobre a prática na Arqueologia, portanto, são essenciais para a construção de trabalhos que sejam socialmente mais engajados. Acerca da Arqueologia propriamente dita, a Portaria nº 137/2016 indica leituras de documentos referenciais sobre o tema da “Educação Patrimonial”⁵, porém esses tratam muito superficialmente sobre a Arqueologia em específico. Semelhantemente, não há um amplo debate sobre a prática da chamada “Educação Patrimonial” (e a aplicação de suas normas) dentro e fora da Academia, o que atrapalha na execução de Ações Patrimoniais que sejam socialmente efetivas. Além disso,

⁴ Símbolo utilizado para indicar parágrafos em citações de leis e regulamentos.

⁵ *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos* (2014); *Educação Patrimonial: inventários participativos* (2016).

tanto as normas e as políticas patrimoniais, quanto a Academia e a própria prática arqueológica, de modo geral, ainda são regidas por questões euro-ocidentais, necessitando maior decolonização em seus discursos. É preciso, então, que a chamada “Educação Patrimonial” não vise apenas ensinar o que é a Arqueologia, mas sim que busque sensibilizar sobre a relevância dos trabalhos para determinado território, a partir de diálogos horizontais com as comunidades, tratando os seus conhecimentos no mesmo nível que o conhecimento Acadêmico. Desse modo, elas poderão estar envolvidas de forma ativa durante todo o processo do trabalho arqueológico, sendo sensibilizadas e trazidas também ao *front* de trabalho por meio de discursos híbridos, nos quais a ciência seja apenas mais uma perspectiva dentre tantas outras possíveis e necessárias (BACKX, 2018, p. 312). Ao mesmo tempo, os profissionais envolvidos (e, portanto, a ciência) também serão sensibilizados sobre novos temas e demandas sociais.

Para isso, é preciso que haja uma desconstrução constante da ciência, do debate, da prática e das próprias normas. De modo a possibilitar não apenas Ações melhores, como também políticas públicas que sejam mais efetivas, que de fato respeitem os mais diversos saberes, articulando-os de forma ativa com a Academia. Deve-se lembrar que a cultura material é documento vivo, não apenas pelo seu *status* de patrimônio, mas por seu atual significado para as mais diversas comunidades. E que a prática arqueológica, antes de tudo, está inserida em um contexto social. Dessa forma, não se deve fetichizar o objeto (sobretudo a partir de uma ótica euro-ocidental), mas sim dar o espaço do protagonismo para as pessoas (FLORENCIO, 2012, p. 23–25; SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 92), como agentes históricos e sociais que são. Esse pensamento, claro, não se trata de uma criação nossa; e, a despeito de não ser um debate recente, a prática da “Educação Patrimonial” carece de ser mais amplamente discutida nesse sentido, mesmo porque não deve ser uma prática cristalizada.

Aqui concordamos com Zanetti, Dallago e Gomes, que aventam a necessidade de haver a inclusão de um princípio no âmbito das normas que verse especificamente sobre a Extroversão dos Bens Arqueológicos, o qual “[...] atende ao trinômio pesquisa, conservação e socialização dos conhecimentos, por meio do Instrumento de Educação Patrimonial, [...] como forma de transformar o cidadão em protagonista daquilo que lhe diz respeito ao que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio” (ZANETTI; DALLAGO; GOMES, 2019, p. 142). A inserção ativa das comunidades nos debates ajuda também a fortalecer as políticas públicas, bem como a pesquisa propriamente dita, a qual, quando bem feita, pode ajudar o poder público a identificar demandas particulares de cada comunidade, acolhendo e integrando identidades e diversidades locais, agregando também outros setores para além do Patrimonial/Cultural (FLORENCIO, 2012, p. 25, 26), trazendo à tona o mutualismo necessário entre Ciência e sociedade.

No entanto, sabe-se que um dos maiores impedimentos para a realização de trabalhos da chamada “Educação Patrimonial” que sejam socialmente funcionais é a questão mercadológica: a falta de tempo e financiamento dados pela empresa contratante, a ausência de formações mais específicas na área, falta de apoio do IPHAN e de outras instituições de memória e, inclusive a “[...] falta de uma definição clara do que seria uma educação patrimonial na legislação” (WITTMANN, 2019, p. 243). O que justifica alguns dos aspectos já mencionados das Ações Patrimoniais analisadas, encontrando-se a classe dos arqueólogos, amiúde, desamparada pelo poder público. O patrimônio cultural, e não apenas o arqueológico, foi subestimado pelo próprio poder público durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), graças sobretudo à preferência ao mercado, em detrimento à cultura, o que ocasionou sérios danos ao Brasil (inclusive no que diz respeito à destruição do patrimônio público e grave ameaça à democracia no evento do dia 08/01/2023, em Brasília). É preciso que essa balança se reverta, para que o patrimônio possa ser respeitado e, portanto, preservado.

Dessa forma, pode-se concluir que a chamada “Educação Patrimonial” está envolvida em um âmbito muito mais complexo que as normas propõem. Essa questão se agrava no caso da Arqueologia, a qual parece ter menor aporte e debates reduzidos no quesito dessa prática, resultando em muitas Ações que não são socialmente efetivas.

Em um mundo ideal, as Ações da chamada “Educação Patrimonial” haveriam de ser frequentes e consequentes (e nada impede que sejam dessa forma, caso o contexto atual permita e caso as comunidades assim desejem), tendo as instituições e as leis vigorosamente a seu favor. Porém, entende-se que a realidade, na maioria dos casos, urge de tempo e dinheiro e que, infelizmente, não há amplo apoio dos setores públicos. O que não deve ser um impeditivo para a execução de metodologias apropriadas e diálogos com as comunidades. Para isso, é necessário que os profissionais atuem de forma crítica, reflexiva e especializada, inclusive utilizando as normas a seu favor e em favor da sociedade. A IN-001/2015 destaca a importância da equipe ser multidisciplinar e “necessariamente, contar com profissionais da área da Educação” (IPHAN, 2015). A questão das diversas formações (inclusive específicas) contidas na norma evidencia a importância do aspecto interdisciplinar da Ciência Arqueológica. A partir do *know-how* (juntamente com outras ferramentas, como os *feedbacks*) é possível rever as Ações realizadas, gerar debates internos, externos e acadêmicos sobre elas, e, assim, elaborar novas atividades, tornando-as cada vez mais efetivas.

Dessa forma, teoria e prática se fundem, visando ampliar o debate:

É comum você ouvir de um professor da área teórica: “eu não uso instrumentos práticos, pois sou um límpido teórico” e escutar de um professor vinculado às disciplinas práticas “eu não tenho nada com a teoria, pois sou na essência um prático”. Dispensável, no entanto oportuno, citar exemplos que vêm de Leonardo da Vinci – estou me prendendo à modernidade – e desembocam nos contemporâneos, como o cineasta russo Serguei Eisenstein. É do conhecimento de todos que, na trajetória dos citados, assim como na de tantos outros intelectuais, o uso de instrumentos práticos e dos arcabouços teóricos se constituiu numa construção dialógica. (BRASIL, 2005, p. 121).

Esse trecho reforça a importância do alinhamento que deve existir entre os trabalhos acadêmicos e a prática da Mediação Patrimonial. Primeiro porque a Academia é responsável pela formação dos profissionais (bem como o trabalho prático também necessita de suporte teórico); segundo, porque ela também tem uma responsabilidade ética para com a sociedade — a qual é tão importante quanto a prática arqueológica propriamente dita; e terceiro porque o trabalho teórico também necessita da realização prática para se comprovar, o que leva à divulgação dos resultados em congressos, revistas e demais mídias (acadêmicas ou não).

DA MEDIAÇÃO PATRIMONIAL E DO TRABALHO DIALÓGICO

As normas propõem o entendimento geral sobre a execução da chamada Educação Patrimonial. A sua generalidade traz benefícios, pois as Ações não ficam “amarradas” a uma cartilha, podendo os responsáveis trabalharem com maior criatividade para desenvolverem as atividades. No entanto, isso também pode causar descaso para com as atividades, o que faz com que muitas vezes o trabalho seja meramente protocolar, repetitivo ou até sem finalidade social. E essa questão é agravada pela falta de apoio e fiscalização por parte dos órgãos competentes.

É preciso que se façam debates sobre a prática em si. A necessidade do diálogo horizontal e do respeito às comunidades é repetida a todo momento, tanto nas normas quanto nos projetos e relatórios de Arqueologia em Obras de Engenharia. Entretanto, muitas vezes presenciamos um ensino vertical nas Ações realizadas, que primam pela mera divulgação de informações. É preciso pensar a Ação Patrimonial como um processo que busca criar vínculos com a sociedade e entre ela própria, e não como um produto pronto a ser dado para as pessoas:

Considerar que a Educação Patrimonial se circunscreve a “ensinar a população” reflete uma visão autoritária de educação, aquela que desconsidera os saberes locais e as relações estabelecidas, na passagem do tempo, entre os moradores do lugar e os patrimônios. Essa visão valoriza unicamente os conhecimentos técnico-científicos sobre os bens, mas ignora os significados e sentidos sociais atribuídos pelos moradores ao patrimônio, bem como menospreza a possibilidade de diálogo e de aprender com o outro. (SCIFONI, 2015, p. 197–198).

Dessa forma, a Ação que não atinge ou não sensibilize a comunidade pode causar indiferença, ou até mesmo repulsa por parte das pessoas, para com as questões patrimoniais (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 93). Deve ser, portanto, um processo muito mais qualitativo e formativo ⁶ do que quantitativo e informativo. Para a sua execução é necessário que, primeiramente, aprendamos sobre o mutualismo existente na prática: entre a Arqueologia e a sociedade, e sobre as comunidades em si. E, como em qualquer processo, esse aprendizado nunca termina, ocorrendo inclusive durante a própria prática. Lúcio Menezes Ferreira destaca esse processo como “Etnografia Arqueológica”, onde o pesquisador não ensina a comunidade unilateralmente, mas sim aprende, por meio do trabalho etnográfico; do entendimento e respeito à pluralidade de pensamentos; da diversidade e dos significados do patrimônio por parte das comunidades; e, portanto, do diálogo horizontal (FERREIRA, 2013, p. 95). Observou-se, assim, a necessidade da esquematização de estratégias metodológicas para a realização das Ações. Não em um sentido de engessar as atividades em si, mas sim de criar mais parâmetros para a escolha de atividades e a resolução de problemas. Sob tal perspectiva que pensamos na adequação do termo “Mediação Patrimonial”, em vez do consagrado “Educação Patrimonial”, para as Ações de extroversão realizadas com as comunidades.

Boa parte das teorias educativas e pedagógicas atuais preveem a mediação como forma de diálogo entre emissor e ouvinte. Entretanto, a prática da mediação ainda parece não estar clara em muitos dos processos didáticos, inclusive na educação não-formal, persistindo em processos que não criam diálogos horizontais ou que não tratam o público de forma ativa (e até mesmo respeitosa), retirando o seu protagonismo. Desse modo, pensamos que a aplicação e o uso direto do termo “mediação” possam enfatizar esses aspectos, evidenciando debates interdisciplinares também com a área da Comunicação.

Seguindo a ideia de Ação como processo, Teixeira Coelho opõe esse termo à “fabricação”, o qual tem início, etapas estipuladas e um fim previsto, ao passo que a Ação parte do conceito do processo, com início bem definido, mas sem fim especificado. Segundo Coelho, não se deve ter autoritarismos ou paternalismos na Ação, para que, assim, as pessoas possam estabelecer seus próprios fins, sendo sensibilizadas como sujeitos históricos e sociais (COELHO, 2001, p. 12–15), e, à posteriori, potencialmente realizem novas mediações em âmbitos formais, não-formais e informais. No caso, o autor não prevê etapas intermediárias para a realização da ação (COELHO, 2001, p. 12), ao passo que na metodologia de Mediação aqui proposta, por conta de suas características técnicas e necessidade de seguir leis e normas que

⁶ No sentido de formar opinião.

regem a prática, sugerimos a realização de algumas etapas prévias (e posteriores), sobretudo para fins de organização, recolhimento de documentação e depoimentos necessários, devendo essas etapas ser maleáveis conforme as demandas locais. A despeito dessas questões, aqui igualmente propõe-se visar não um produto final, mas sim o processo (e seus significados) como objetivo principal (inclusive não precisando ter fim previsto, caso seja possível e a comunidade assim deseje, conforme já mencionado).

Teixeira Coelho propôs que a Ação Cultural (cujo trabalho é voltado para a mediação na área das Artes) deve ativar três esferas da vida do indivíduo e do grupo: a imaginação; a ação propriamente dita; e a reflexão. Ao final do ciclo, a imaginação é reativada e tudo se inicia novamente (COELHO, 2001, p. 93–94). Dessa forma, é dada ao indivíduo a liberdade para trabalhar com determinado assunto, a partir da ação que o sensibilizou. O modo operante que propomos para a Mediação Patrimonial é semelhante: o sujeito não deve ser encarado como um bloco de argila a ser moldado, mas sim como um ser autônomo, pensante, constituído de memórias e certezas, a ser provocado e sensibilizado. Dentro de seu contexto social há diversos conteúdos que podem se correlacionar com a Arqueologia, mesmo que ele nunca tenha ouvido falar da ciência. Nesse sentido, sobretudo memórias afetivas podem ser evocadas no processo, podendo inclusive auxiliar no trabalho arqueológico. De forma que a Mediação serve como um gatilho para o andamento da Ação, que levará à posterior reflexão (tanto do público como do mediador), para assim poder gerar novas imaginações acerca do tema. Mas é preciso se atentar para não se forçar o processo, tanto no sentido da sensibilidade da pessoa sobre determinado assunto quanto na fetichização de algum fato ou objeto. Parafraseando ainda Teixeira Coelho (2001), precisamos de uma Arqueologia que não se preocupe apenas com os próprios projetos, mas sim com o próprio mundo (COELHO, 2001, p. 8), mas de maneira ampla e prática, e não apenas em suas letras.

Nesse sentido, as etapas aqui propostas servem como um condutor estratégico para os mediadores, e tais estágios devem ser absolutamente flexíveis conforme a especificidade de cada contexto. Pois se tratam de planejamentos para a execução (inclusive no que diz respeito ao tempo e verba disponíveis e ao atendimento e adaptações às necessidades da comunidade em questão), e não uma trilha para o processo da comunidade em si. De forma que o objetivo principal deve ser dialogar com a sociedade, respeitando a sua autonomia; mas o fim, o que a sociedade fará com esse diálogo, não pode ser antecipado (ou forçado). Isso não deve ser prerrogativa para que a Ação seja realizada de maneira desleixada, pelo contrário: a intencionalidade deve existir, mas com empatia, de forma a contar com a sociedade como par

e aliada na proteção ao patrimônio cultural, podendo, assim, gerar novas políticas públicas sobre o tema e talvez até sensibilizar as empresas sobre a importância da questão patrimonial.

De forma que há muito o que aprendermos com a Comunicação e a Museologia (a qual há tempos já realiza articulações com a outra Ciência, almejando processos ativos), como os estudos da chamada arte-educação e as teorias de Ação Cultural, ou até mesmo da própria Pedagogia e os trabalhos de educação não-formal no geral, destacando o caráter interdisciplinar da Arqueologia. Além disso, o uso de tecnologias, sempre que possível, poderá ser agregado. Claro que muitas vezes a verba destinada à Mediação não será suficiente, ou o local não possibilitará determinados trabalhos; mas o planejamento auxiliará na adaptação das atividades para outros ambientes. Acerca do público, este poderá ser o mais variável, podendo se direcionar a um nicho específico (escolar, alguma comunidade específica local, os vizinhos do local, alguma ONG, entidade ou instituição, etc.), mas deve independer da faixa etária. Ou seja, sugere-se aqui o atendimento a outros públicos, além do infantil e escolar (como os antigos manuais propunham e muitos ainda o fazem), de preferência de forma inclusiva, ampliando, assim, as possibilidades de públicos e diálogos. Da mesma forma, não se deve visar os funcionários da empresa contratante (mesmo os auxiliares de campo), pois para estes deve ser realizada uma atividade à parte da Mediação Patrimonial, devendo eles estarem inclusos em uma Capacitação Profissional, etapa tão importante para o projeto quanto a Mediação (questão já mencionada).

A Ação não necessariamente precisa se dirigir a um grupo grande, ser uma atividade megalomaníaca, de longa duração ou fazer uso de diversas tecnologias. Basta que ela seja efetiva em seu aspecto social, prevalecendo o lado humano ao técnico. “Isso é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 289). Assim, para ser efetiva, é preciso que a Mediação esteja inserida em uma lógica de metodologias ativas. Não apenas no sentido do público questionar e ser questionado, mas também no que diz respeito à interatividade e a uma produção, sendo o processo conduzido de forma ativa pelos participantes e por suas vivências, e não apenas pelo mediador.

Marcia Bezerra de Almeida, em 2002, já colocava em sua tese que a condição de subserviência do público, somada a uma relação de obrigatoriedade da afinidade para com determinado patrimônio, poderia gerar um descontentamento social, podendo, na pior das hipóteses, levar à destruição de patrimônios (ALMEIDA, 2002, p. 17). Por isso aqui ressaltamos que o *status* de patrimônio, bem como a identidade das pessoas para com ele, não deve ser

forçada. Mas, sim, é preciso que se busque uma sensibilização para com o seu conceito, ouvindo e respeitando o seu conhecimento prévio (bem como a sua opinião após a introdução ao assunto) por meio da troca de informações. Desse modo, há maiores chances do público respeitar os patrimônios (inclusive aqueles com que não se identifica), bem como a diversidade existente, criando atos de indignação que sejam críticos para com os problemas sociais, e não em forma de violência dirigida a grupos, símbolos ou seus representantes. Assim, cabe aos responsáveis não apenas explicar o que é Arqueologia, ou trazer informações sobre algum patrimônio arqueológico, mas buscar qual a relação que a Ciência pode ter com aquela comunidade, bem como entender as suas questões, demandas sociais e culturais nesse sentido, obtendo essa resposta também por meio da própria interação do público.

A Mediação deve, portanto, primar pelo diálogo a ser realizado a partir de referências culturais locais “[...] em um processo em que cada sujeito parte de seu mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outros mundos e alteridades.” (FLORÊNCIO, 2012, p. 29). Essas estratégias buscam aproximar o público de determinada manifestação cultural, criando espaços que agreguem diálogos e reflexões, que são conduzidos pelo mediador, pelo ambiente e pelas experiências e conhecimentos prévios dos envolvidos. Nesse sentido, o conhecimento é construído conscientemente no âmbito social, havendo apropriação cultural e patrimonial por todas as partes envolvidas (BORGES *et al.*, 2018, p. 22), as quais poderão ser mediadas livremente à posteriori.

Essa interação e análises requerem criticidade. Isso significa contextualizar o patrimônio e problematizá-lo, em vez de apenas celebrá-lo, entendendo e apresentando as relações conflituosas e violentas que podem existir por detrás dele (inclusive da prática patrimonial). Por exemplo, ao se falar de Arqueologia Colonial, trazer à tona o debate em torno da escravidão e das consequências que o ato trouxe (e traz); ou o genocídio que as comunidades indígenas viveram (e vivem) ao se deparar com um sítio pré-colonial (SCIFONI, 2014, p. 203–203). Mas também é importante exaltar aspectos próprios dessas culturas marginalizadas, como, por exemplo, as memórias, religiosidades, músicas, danças, artes e artesanato no geral, histórias, etc. Daniel Munduruku reflete sobre a importância de se trazer referências positivas sobre as outras culturas nas escolas; da mesma forma, esse apelo é importante no âmbito da educação não-formal: “Se na escola tivermos referências positivas sobre outras culturas, certamente desenvolveremos ideias positivas dessas culturas. Se, ao contrário, nos forem passadas informações que criam em nós imagens negativas, fatalmente cresceremos com imagens negativas, preconceituosas e discriminatórias com relação ao outro” (MUNDURUKU, 1999, p. 24). E muitas dessas características podem ser levantadas tanto pela cultura material quanto

pelo diálogo com as pessoas, o qual deve ocorrer desde os primeiros estágios da pesquisa sobre o local, buscando, assim, novas conexões e relações afetivas com as mais diversas camadas das sociedades onde as investigações são realizadas (SAMIA, 2021, p. 181; FLORENCIO, 2012, p. 24).

Nesse sentido, deve-se levar em consideração que em alguns locais o trabalho arqueológico será muitas vezes a primeira (e talvez até a única) oportunidade de se estudar mais amplamente determinado contexto. Reforçamos aqui a importância da realização da Ação Patrimonial independentemente do encontro de material, pois “Mediar cultura, nesses termos, é, portanto, atuar na elaboração de espaços transicionais (WINNICOTT, 1975) indispensáveis à construção de si em relação com o outro. Mediar é ato autônomo e afirmativo de criação. Do mundo e de sentidos para ele” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 19). Além da sensibilização das pessoas acerca da questão patrimonial, é possível debater e investigar a questão do silenciamento de memórias ou até mesmo de possíveis fraudes, inclusive no que diz respeito à destruição e furtos de cultura material (geralmente ocasionados para que, eventualmente, não haja o embargo da obra em questão).

Desse modo, acreditamos que a partir da Mediação é possível evocar, de forma mais prática, a multivocalidade, possibilitando, assim, trazer saberes científicos que sejam relevantes para a comunidade, associando-os aos conhecimentos locais. De maneira semelhante, a Academia também será retroalimentada por conhecimentos outros, de forma que a prática visa estar comprometida tanto cientificamente quanto socialmente falando. Assim é possível oportunizar espaços de voz ativa às comunidades marginalizadas e problematizar narrativas consagradas, sensibilizando e provocando a sociedade como um todo, sendo o Mediador também sensibilizado por aquelas, em vez de adotar um discurso elitista, hierarquizado, condescendente e paternalista, o qual busca apenas o flerte e a aprovação de determinado grupo (SAMIA, 2021, p. 187, 188), seja ele social, governamental ou empresarial. Isso significa evidenciar o caráter político da Arqueologia, sobretudo no que diz respeito ao entendimento de que a memória e o esquecimento são construções sociais: “É preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional” (FLORENCIO, 2012, p. 24).

Para se realizar uma boa Mediação, portanto, é preciso considerar o patrimônio cultural como algo vivo e livre, pois ele gera os mais variados significados e identidades nas pessoas. E a incorporação de seu conceito científico deve estar necessariamente atrelada às demandas das comunidades, devendo também promover a valorização da diversidade cultural, evidenciando

culturas marginalizadas, tornando, assim, o trabalho socialmente funcional. Dessa forma, a Mediação (ou até mesmo a chamada “Educação Patrimonial”) deve estar para além da simples promoção ou difusão de conhecimentos técnicos, necessitando também a compreensão das articulações que cada sociedade estabelece com seu passado e com os patrimônios (FLORÊNCIO, 2012, p. 24; CARNEIRO, 2014, p. 446). Nesse quinhão nasce a necessidade do debate sobre a resignificação de práticas e até mesmo de passados, responsáveis por evidenciar os aspectos políticos e as problemáticas do trabalho arqueológico (FUNARI; FUNARI, 2008, p. 7, 12, 13).

Concordamos com Scifoni quando a autora evoca o retorno aos princípios de Paulo Freire, da necessidade de uma educação que seja libertária e dialógica, a fim de se criar uma nova prática pedagógica patrimonial (SCIFONI, 2015, p. 203). As teorias do Patrono da Educação foram constantemente rememoradas ao longo dos anos pelos profissionais da área. Esses valores são intrínsecos à Mediação (a qual Paulo Freire constantemente trazia à tona como forma de comunicação em sala de aula), pois tal prática já pressupõe o diálogo horizontal e, portanto, carrega em si o caráter político para a sua existência. Sobre a Mediação Patrimonial propriamente dita, é possível caracterizá-la, novamente, a partir das palavras de Simone Scifoni acerca de uma nova pedagogia patrimonial:

Para isso, em primeiro lugar, é preciso desmistificar e desfetichizar o patrimônio, o que significa explicitar que os patrimônios não são objetos dados, cabendo ao poder público apenas a tarefa de reconhecer neles valores intrínsecos. Valores são atribuídos, resultado de escolhas que são feitas. Como nos lembra Meneses (1996), os valores culturais não são espontâneos, eles decorrem da ação social, eles são produzidos no jogo concreto das relações sociais. Valores são historicamente constituídos, o que significa seu caráter relativo ao tempo, às condições em que a sociedade opera naquele momento. Isso significa que um patrimônio reconhecido não tem valor em si mesmo, ele possui propriedades estéticas, físicas para as quais são atribuídos valores, em determinado momento e contexto histórico. Disto resulta o caráter político e, portanto, conflituoso do universo cultural. (SCIFONI, 2015, p. 203).

Dessa forma, segundo a autora, nega-se a neutralidade do patrimônio, evidenciando, assim, relações de poder e silenciamentos de memórias. De modo que a prática patrimonial, quando bem executada, evita a reprodução de desigualdades (SCIFONI, 2015, p. 203–204), visando a mediação entre dois agentes, a qual deve funcionar como uma atividade de gangorra, onde se é dependente do movimento do outro para que a Ação possa acontecer. Conforme já mencionado na Introdução, a Mediação se opõe ao ideal neoliberal de neutralidade, justamente por evocar a diversidade na necessidade de um diálogo horizontal, evitando, assim, a fetichização do patrimônio como “coisa” idolatrável, rememorável e incontestável, o qual

reproduz relações de desigualdade e dominação, trazendo-o a um *status* de processo e construção social, o qual deve estar sob os auspícios do debate constante.

Deve haver, portanto, o envolvimento das comunidades como sujeitos ativos no desenvolvimento da ação. Posto isso, a Arqueologia não deve “fabricar” atividades, mas sim mediar Ações. Porém, aqui entendemos que uma Ação pode ocorrer sem uma Mediação (exemplo: uma exposição, um vídeo, uma palestra exclusivamente expositiva). Por esse motivo adotamos o termo Mediação, de forma a designar o trabalho geral e dialógico, entendendo a Ação como a atividade em si e seu desenvolvimento. Independentemente do termo adotado, nos dois casos há a oposição da atividade como um lazer alienante, uma regeneração social daquele que é diverso, um protocolo, uma propaganda de alguma instituição (privada ou não), mera divulgação ou como uma “alfabetização cultural” (SCIFONI, 2014, p. 197; COELHO, 2001, p. 50–51; LASSANCE, 2021, p. 166; CARNEIRO, 2014, p. 448; OCAR, no prelo).

Na Mediação Patrimonial o mediador realiza uma intervenção. Não no sentido de imposição, mas sim de contribuição ao debate ⁷. Ou seja, diferentemente de uma “alfabetização”, a Mediação intervém de forma horizontal e respeitosa, trazendo perspectivas outras e recebendo também intervenções em suas próprias estruturas teóricas e práticas. Semelhante a qualquer intervenção patrimonial, deve haver um estudo prévio bem feito e minucioso, para que não se prejudique a cultura local, primando pela cooperação e combatendo, assim, o desaparecimento de memórias. Nas palavras de Perrotti, a ação mediadora seria uma “[...] forma de intervenção adaptativa dos sujeitos a códigos culturais consagrados” (PERROTTI, 2016, p. 13) — ou não consagrados — para ambos os lados.

É igualmente importante refletir acerca da abordagem sobre o tema. Em um trabalho de pesquisa científica, o foco pode se dar exclusivamente em determinado assunto, como Arqueologia Pré-Colonial, por exemplo. No caso da Arqueologia em Obras de Engenharia o foco deve ser definido conforme o contexto local, mas se mantendo aberto a encontrar outras possibilidades de contextos. Por exemplo, em uma região de histórico industrial, é preciso que o pesquisador conheça primordialmente esse contexto, mas que não se descarte a possibilidade de encontrar materiais de outros períodos históricos. Ou seja, o pesquisador não deve ser movido pelo que desejaria encontrar, mas pelas probabilidades do que se pode encontrar. Esse aspecto deve ser levantado, pois muitas pessoas (inclusive profissionais da área) ainda associam a Arqueologia diretamente à busca material referente ao período pré-colonial. Daí a motivação

⁷ Segundo o Dicionário Michaelis, um dos significados de “intervenção” é: “Ato de tomar parte em uma discussão, emitindo opiniões ou contribuindo com ideias.” (INTERVENÇÃO, 2022).

de uma pesquisa local bem feita, e não um estudo genérico sobre a região. Tais pesquisas também auxiliarão como guia na criação das Ações e Mediações patrimoniais e em seus processos. A Mediação assim, ampara na investigação e na resignificação de patrimônios!

A Mediação Patrimonial, quando bem executada, gera mais do que aprendizados engessados: traz à tona reflexões. Essas serão responsáveis por suscitar debates acerca de políticas públicas sobre patrimônio, cultura, meio ambiente, educação, desenvolvimento urbano, saúde e demais áreas correlatas, que podem trazer outros benefícios locais, como a otimização de recursos na concretização de novas políticas públicas em diversos âmbitos (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 25). Assim como já ocorre com os Inventários Participativos, a comunidade deve ser a protagonista da Mediação Patrimonial na Arqueologia em Obras de Engenharia no que “[...] lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (FLORÊNCIO *et al.*, 2016, p. 5). Dessa forma, é possível adentrar também no debate acerca da possibilidade de criação de Inventários Participativos na área da Arqueologia.

Durante toda a Ação não se pode esquecer do território como espaço ativo, social e culturalmente falando. Ou, conforme menciona Florêncio *et al.*, um “[...] documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais” (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 24). Dessa forma a interpretação local encontra-se muito além da Academia, perpassando, antes de tudo, por seus habitantes. Justifica-se, assim, a importância da sociedade como membro ativo da Mediação Patrimonial. Por esse motivo, novamente, nega-se aqui a utilização de Ações Patrimoniais que sejam verticalizadas. Em síntese, todas as questões aqui levantadas sobre os aspectos da Mediação Patrimonial vão de encontro com o que é solicitado pelas normas de patrimônio, explicitadas no primeiro item.

Assim, a Mediação Patrimonial visa ser uma prática que, a partir do contato e da valorização das comunidades como portadoras de suas próprias ações patrimoniais, incentive a criação de políticas públicas e para que haja um desenvolvimento menos predatório da urbanização, que, ao mesmo tempo, respeite as diversidades. Para essa afinidade da sociedade com o patrimônio, é preciso que ele não seja retirado de circulação como uma preciosidade destinada apenas a alguns, sendo fetichizado; mas sim que seja trazido para perto da sua comunidade, buscando a sua democratização. E com esse ponto pode-se levantar a questão da necessidade da criação de mais locais de salvaguarda arqueológica — e de maior acessibilidade aos acervos por parte das instituições já existentes, haja vista que o acesso à informação pública

é um direito fundamental garantido por lei ⁸, aspecto que deve ser observado também pelas instituições que guardam cultura material. A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade da equipe também são tópicos importantes para essa democratização. A obrigatoriedade da presença de profissionais da área da Educação na execução das Ações Patrimoniais está pontuada pela IN-001/2015 (IPHAN, 2015). Isso não exige a possibilidade da inserção de outros profissionais, como Museólogos e pesquisadores da área da Comunicação, agregando, assim, maior qualidade aos trabalhos.

Pode-se dizer, portanto, que as questões da Mediação Patrimonial dialogam diretamente com as teorias da Arqueologia Pós-Processual, a qual visa a análise contextual das comunidades, bem como o respeito às diversidades e subjetividades. De maneira semelhante, a Mediação também está interligada à Arqueologia Pública, pois, em seu cerne vive o diálogo com as comunidades, de forma equitativa e ética. A prática busca inserir o público de forma participativa, inclusive acerca das “[...] decisões sobre os rumos do patrimônio, estabelecendo, assim, um canal de interlocução local” (SCIFONI, 2015, p. 198). De forma que é importante ter em mente (e frisar, ao longo da Mediação) que o conhecimento acerca do patrimonial não só é subjetivo como é contínuo, não se encerrando no que é debatido durante a Mediação. Semelhantemente, é preciso evidenciar que não há medida mitigadora que compense a perda ou destruição de um sítio, ou bem arqueológico (e que a própria Arqueologia em Obras de Engenharia causa essas perdas). Incentivando, assim, o debate sobre um desenvolvimento social que seja menos predatório possível e que respeite as mais diversas culturas.

Finalmente, ao desenvolver a Ação e a Mediação deve-se pensar também sempre na acessibilidade universal, a qual é assegurada pela Lei nº 13.146, de 2015 (BRASIL, 2015). Dessa forma, é preciso sempre considerar a possibilidade de haver alguma barreira física, comunicacional, atitudinal ou tecnológica durante a Ação. A necessidade de adaptação da atividade também nesse sentido deve ser prevista continuamente. Isso não significa segregar determinado grupo e atendê-lo em separado, mas sim acessibilizar as Ações e Mediações, de forma a incluir o máximo de grupos possíveis para que todos possam usufruir das atividades em coletivo. Isso também significa adaptar a linguagem da Mediação, sempre que necessário, bem como dos materiais a serem utilizados, sejam eles expositivos ou aqueles que serão entregues. Esses atos tornam a Ação não apenas um espaço de inclusão, mas também de pertencimento (e acolhimento), questão que deve ser primordial na Mediação Patrimonial.

⁸ Conforme o inc. XXXIII do art. 5º; inc. segundo do § terceiro do art. 37; § segundo do art. 216 da Constituição Federal e segundo a própria Lei de Acesso à Informação — LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Para encerrar esse tópico deixamos aqui uma reflexão de Teixeira Coelho acerca da necessidade de lutarmos contra a maré sempre que o sistema tentar nos estagnar como profissionais:

Seria o ideal. Alguém poderia dizer: o ideal para um país desenvolvido como a França, não para uma terra precária como o Brasil. Pode ser. Mas a esse seria possível responder que, para se conseguir alguma coisa de durável em cultura, política e organização social, ou se aposta com firmeza na ação, quer dizer, na possibilidade de terem as pessoas condições para inventar seus próprios fins, ou se estará sempre criando situações artificiais que mais cedo ou mais tarde fazem ruir o edifício que se tentou erguer sobre elas, provocando-se mesmo o contrário do que se pretendia, o retrocesso histórico. (COELHO, 2001, p. 14–15).

DO MEDIADOR

Muito se falou do processo, mas é preciso agora tratar de um dos agentes responsáveis pela realização da Mediação: o Mediador. Chamado muitas vezes de “Educador Patrimonial”, “Agente Cultural”, dentre outros, o Mediador é aquela pessoa responsável pela aplicação da prática e pela condução do diálogo. Ou seja, cabe ao Mediador iniciar e incentivar a conversa durante a Ação realizada, independentemente do modelo de atividade escolhida.

O Museu e a Arqueologia, de forma geral, ainda são encarados como lugares destinados ao erudito, sobretudo em locais fora dos grandes centros. Uma das tarefas do Mediador é romper com esse paradigma, buscando aproximar (e muitas vezes reaproximar) a sociedade do Patrimonial⁹. Para isso, é preciso que o Mediador incentive a reflexão e a descoberta, auxiliando na construção de novos conhecimentos das pessoas, que deve ser feita a partir de seus próprios vieses. A importância de um diálogo horizontal se sobressai nesse ponto: uma Mediação jamais será bem sucedida se houver o simples “despejo” de conteúdo sobre o público. As pessoas, independentemente de suas faixas etárias, precisam ser ouvidas para que haja uma Mediação ativa e problematizadora, sendo empoderadas acerca do seu protagonismo nas instituições de memória. Para isso, é necessário que o mediador não seja condescendente, paternalista ou até mesmo autoritário, mas sim que provoque o público de forma respeitosa, evitando generalizações e promovendo, assim, a desconstrução de conceitos. Dessa forma, deixa-se de lado a mera retransmissão de saberes, transformando o profissional em um “[...] formulador de problemas, provocador de questionamentos, coordenador de equipes de trabalho,

⁹ Aqui não se utilizou o termo “patrimônio” por muitas vezes ele ser associado a um objeto ou prática específica, sendo que a ideia principal é que o Mediador aproxime o público do *conceito* de patrimônio, para que este se aproprie dessas informações e possa assim formar a sua opinião sobre o tema. O trabalho, claro, pode ser feito tomando como base patrimônios (institucionalizados ou não).

sistematizador de experiências, memória viva da instituição que assume tal posição e possibilita o diálogo entre gerações”¹⁰ (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 12).

Não cabe ao Mediador, portanto, carregar uma ideia de conscientização “redentora”, como se os demais já não tivessem suas próprias concepções de mundo (conforme há muito já se aventa), menos ainda “alfabetizá-los culturalmente” (esse termo também já foi problematizado por outros autores, mas é importante retomá-lo porque alguns profissionais insistem em seu uso), com a desculpa de que estamos valorizando ou dando representatividade às identidades outras, ou até mesmo intencionando “acalmar os ânimos”, com fins de controle das comunidades (CARNEIRO, 2014, p. 456; SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87). Sobretudo porque ninguém conhece melhor o contexto local que a própria sociedade, não cabendo a alguém, normalmente externo, ensinar-lhes sobre si próprios. Deve-se respeitar a experiência dos indivíduos no campo do saber (seja esse formalmente organizado ou não).

O trabalho também não deve se dar meramente sobre a divulgação de resultados. Pode, sim, ter como pano de fundo esse material. No entanto, não deve ser esse o objetivo principal, devendo o Mediador se focar no processo da Mediação (como mencionado no item anterior). Quando pensamos nos diferentes papéis da Arqueologia, o que “[...] é tão importante na sociedade quanto discutir as estratégias de comunicação para com a sociedade” (ALMEIDA, 2002, p. 23), neste sentido, a divulgação de resultados se faz necessária, pois está ligada à produção de debates intra e extra acadêmicos. Porém, a Mediação não deverá focar somente nesse teor, pois correrá o risco de resumir-se a uma mera transmissão de conteúdo. Deve-se partir de um trabalho em conjunto com a comunidade, e não apenas sobre ela, evitando-se, assim, utilizar a Ciência como instrumento de dominação ou ser assistencialista, atitudes que reforçam um sistema de recolonização. Deve-se buscar parcerias nas comunidades interessadas, para que estas possam direcionar o profissional na criação da Ação (ALMEIDA, 2002, p. 26–32). Para cumprir com o seu papel de sensibilizador, portanto, o Mediador primeiramente precisa se sensibilizar:

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o colocar-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isto é

¹⁰ Tradução livre. Original: “[...] formulador de problemas, provocador de interrogantes, coordenador de equipos de trabajo, sistematizador de experiencias, memoria viva de la institución que hace relevo y posibilita el diálogo entre generaciones”.

necessário promover processos sistemáticos de interação com os “outros”, sem caricaturas, nem estereótipos (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 31–32).

A questão da generalização é assunto sério, inclusive no que diz respeito à pesquisa histórica sobre o local. Deve-se evitar generalizações regionais, as quais invisibilizam as peculiaridades, muitas vezes colaborando para o apagamento de memórias subalternizadas e evidenciando àquelas já consagradas, colaborando (ainda que despropositadamente) com discursos etnocêntricos. Cabe ao Mediador, inclusive, se inteirar se o território em questão dispõe de instituições de memória locais (e como essas trabalham), se elas detêm o direito de salvaguardar material arqueológico, se há indícios de presença de cultura material na cidade e se já foram realizadas outras escavações naquele território. Dessa forma, o pesquisador obterá mais informações sobre a potencial relação que aquela comunidade tem com a Arqueologia. O mesmo pode-se dizer sobre a ideia do “partir do conhecido para o desconhecido” durante a prática. Pode-se trazer figuras, imagens ou até mesmo patrimônios conhecidos para o início do debate, mas deve-se desconstruir os estereótipos sempre que possível, buscando aproximar a comunidade do conteúdo de forma harmoniosa. Deve-se também deixar de lado juízos de valores e opiniões sobre gostos pessoais (URIARTE; ZDRADEK, 2021, p. 121) (salvo se houver necessidade dessa exposição para o desenrolar da Ação). Essas questões se aplicam tanto sobre a região a ser trabalhada quanto sobre a prática arqueológica propriamente dita. Isso auxiliará a integrar o patrimônio cultural às práticas cotidianas das pessoas, colaborando na criação de outros símbolos e gerando a circulação de significados (FLORÊNCIO, 2012, p. 23).

De modo que é preciso fazer com que o público se sinta parte social da Mediação (e da patrimonialização), auxiliando-o a se identificar mais com o debate em si do que necessariamente com um objeto ou manifestação. Assim, a partir das percepções individuais de cada envolvido, poder-se-á partir para os ideais coletivos, chegando posteriormente a novas mediações e, potencialmente, às políticas públicas. Dentro dessa perspectiva, é necessário também que o Mediador traga para o público ao menos noções sobre leis e normas do patrimônio (inclusive a LAI, que garante o direito de acesso à informação pública, também em instituições de memória como museus, conforme já mencionado), sempre, claro, adaptando a forma e a linguagem sempre que necessário. É possível até mesmo trabalhar essas noções com o público infantil, o qual, de maneira geral, já foram iniciados sobre o conceito de regras (e leis), bem como de direitos, desde pequenos.

É importante sempre ter em mente que as comunidades (e seus passados) são elementos vivos e devem ser tratados como tal. Os símbolos, significados, as línguas, hábitos e histórias

não devem ser vislumbrados como superados, mas sim tratados com respeito e dignidade, pois todos os grupos apresentam papel de relevância na sociedade contemporânea, bem como todas as memórias têm alguma relação de causa e efeito no presente. Deve-se levar em consideração também a diversidade existente na sociedade. Novamente, é preciso evitar generalizações, responsável por muitas vezes ignorar a diversidade cultural. Por exemplo: em vez de apenas tratar as comunidades como “os indígenas”, “os afrodescendentes”, “os imigrantes”, etc. seria importante trazer questões particulares de grupos locais que pertençam à determinada etnia. Tampouco se deve trazer informações de senso comum e que, muitas vezes, pouco agregarão à comunidade em questão. Fazer isso, sem problematizar, é enlevar uma forma simplista do passado e das memórias, contribuindo para uma suposta neutralidade e, portanto, para a preservação de traços colonizadores (MUNDURUKU, 1999, p. 24–25). A maioria das vezes não teremos conhecimento prévio sobre o local, o que torna importante, novamente, a pesquisa e a participação ativa da comunidade (podendo ser por meio dos mais diversos representantes) durante essa etapa, trazendo-a para o centro da criação da Ação e, portanto, ao protagonismo da Mediação. Deve-se levar em consideração que o tempo urge, mas, novamente, o diálogo com a comunidade pode inclusive trazer maior celeridade aos trabalhos.

Todas essas questões devem convergir ao diálogo horizontal, que é o principal destaque da Mediação perante as demais atividades correlatas. Como já mencionado, esse aspecto é inerente à prática mediativa. Ou seja, a sua existência já pressupõe que a Ação não terá hierarquias ou verticalizações, cabendo ao Mediador facilitar o acesso (URIARTE; ZDRADEK, 2021, p. 121) aos patrimônios, às obras, à Ciência, à Academia e aos debates de forma equitativa. Sendo, assim, o Mediador um multiplicador de interpretações, que auxilia a ampliar o repertório do público (URIARTE; ZDRADEK, 2021, p. 121), o seu próprio, bem como o número de mediações, já que as informações ali apropriadas potencialmente serão mediadas em novas relações pelas pessoas da comunidade (e pelo próprio Mediador). Essa interação ocorrerá por meio de provocações, sensibilizações, problematizações, perguntas e respostas trazidas tanto pelo Mediador quanto pelo público e, claro, pela Ação em si. O que causará uma inversão de papéis em alguns momentos, trazendo o público para o campo da produção e, portanto, tornando-o Mediador sobre a sua realidade, enquanto o Mediador passará a ser ouvinte nesse momento da interatividade. No entanto, o Mediador não deverá terceirizar o papel da Mediação inicial a qualquer pessoa da comunidade (por exemplo, apenas distribuir panfletos, fazer breves falas e contar que aquelas pessoas necessariamente mediarão o conteúdo exposto, pois o público em questão potencialmente não foi sensibilizado em tão pouco tempo

de contato). Ele pode e deve contar com parcerias, mas não é correto delegar o seu papel inicial a outros.

De modo que cabe ao Mediador se munir de informações, questionamentos e problemáticas sobre o local para dar o impulso inicial à Ação. A sua intervenção, portanto, ocorrerá em sentido semelhante ao que Teixeira Coelho propôs sobre o trabalho do Agente Cultural:

O agente cultural será um profissional capaz de entender os mecanismos da atuação em grupo que possibilitem a esse grupo o exercício da criatividade (ao invés de castrá-lo para isso, como ocorre com frequência) e capaz de conhecer a natureza e possibilidades das linguagens e equipamentos culturais de que se servirá – e que por isso mesmo terá condições de equacionar sua própria presença e intervenção no grupo, ou junto ao indivíduo, de modo a não perturbar exageradamente a natureza (para não dizer a “autenticidade”) do processo. Não pode, porém, deixar de reconhecer a função muito especial que exerce. (COELHO, 2001, p. 56–57).

O Mediador Patrimonial, portanto, cria condições para que as pessoas conheçam outras perspectivas do passado, da sua interpretação e da ciência; ele, por sua vez, também adquire autonomia de pensamento sobre assuntos outros (nesse sentido, tanto como cientista como quanto parte de uma comunidade e pessoa física). Ambos, portanto, são emissores e ouvintes ativos, os quais colaboram para ampliar seus escopos de conhecimentos mutuamente, ocorrendo sensibilizações recíprocas. Assim, a Mediação potencializa o desencadeamento de mudanças sociais.

A partir de uma conversa horizontal, é preciso dialogar com as comunidades se, porque e como, elas gostariam de preservar seus objetos, mantendo a horizontalidade também nesse aspecto, entendendo e respeitando suas decisões, sem colocar questões euro-ocidentais acima de suas escolhas, tentando chegar em um meio-termo harmonioso entre Ciência e comunidade, buscando (e incentivando a buscar) as instituições a fazerem parte desses debates. A conversa deve envolver sensibilizações (de ambos os lados) e trazer aspectos outros para a comunidade, mas deve-se buscar não se sobrepor a ela. “Parcerias, continuidade em longo prazo das pesquisas, abertura para reconhecer interesses distintos, mas igualmente legítimos, são elementos que certamente nos conduzirão a um movimento de interação social de fato e não a um discurso mascarado de valorização da diversidade cultural” (CARNEIRO, 2014, p. 456).

O social, as relações humanas, portanto, são de suma importância para a realização da Mediação. É preciso promover a ampliação de descobertas e formas de ver o mundo. Uriarte e Zdradek evidenciam a questão da provocação exógena (no caso, papel do Mediador) nos encontros, que leva às descobertas de novos pontos de vista e significações (URIARTE;

ZDRADEK, 2021, p. 130). “Nesse interim, a atitude mediadora não irá conduzir o público à busca por um significado originário, mas irá proporcionar um pensamento que poderá ter um caráter provisório, porque deseja produzir uma reação outsider — no lado de fora, com e para esse coletivo” (URIARTE; ZDRADEK, 2021, p. 122–123). De forma geral, os mais diversos discursos devem ser levados em consideração e respeitados durante os debates (claro, desde que não extrapolem os limites da liberdade de expressão e que não menosprezem os direitos de qualquer outro ser), principalmente porque eles também provocarão e sensibilizarão os demais participantes da Ação.

Nesse sentido, surge a importância da decolonialidade na Arqueologia. A teoria decolonial vem sendo discutida há algum tempo e tem sido gradualmente aplicada nas metodologias e práticas acadêmicas. A partir desse viés, deve-se romper com o pensamento colonizador euro-ocidental, trazendo à tona espaços de criação de trabalhos que sejam genuinamente brasileiros — e cujos objetos de estudos sejam sobretudo locais. Dessa forma, há a dependência do envolvimento direto e da atuação das sociedades não euro-ocidentais nas Ciências, respondendo às suas demandas e não apenas às necessidades acadêmicas. Isso não significa dispensar o conhecimento científico, mas sim dialogá-lo com os demais conhecimentos e adequá-lo segundo as necessidades da nossa sociedade. Além disso, deve-se considerar as diferentes formas de interpretação, experimentação (inclusive do passado), respeitando o modo como as diferentes sociedades sentem, enxergam e a forma como querem preservar seu patrimônio, cuidando para não cair em uma relação de domínio sobre o outro (LUCIO, 2020, p. 116). Assim, a meta principal para o trabalho de Mediação Patrimonial deve ter como foco o engajamento ativo do público no diálogo patrimonial e a consequente fomentação de debates posteriores.

É preciso também ter em conta a importância da interdisciplinaridade, a qual é de suma relevância para a Ciência Arqueológica, de maneira geral. No sentido da Mediação Patrimonial, pode-se considerar o envolvimento (e até mesmo a necessidade) da discussão tratar sobre aspectos ambientais, por exemplo. A Pedagogia, claro, também assume papel importante, sobretudo no que tange aos debates sobre educação não-formal (na qual a Mediação Patrimonial está envolvida) e suas práticas. Essa questão demonstra a importância de uma equipe que seja interdisciplinar (como já foi posto no caso da própria Pedagogia, solicitado em norma e exposto em item anterior). A interdisciplinaridade, no entanto, pode ocorrer de forma extra institucional, com a busca de profissionais de áreas outras dentro da comunidade, dispostos a colaborar de forma voluntária com o trabalho a ser realizado. De modo que, por fim, a Mediação estará difundida em toda a equipe, a qual também deverá participar da idealização das Ações, e

permeará todo o trabalho arqueológico, se fazendo presente para além do momento da Ação propriamente dita. Como Uriarte e Zdradek afirmam: “Mediar é andar junto, estimular encontros com a arte e a cultura, promover encantamento ou estranhamento, descobrir outras funções e usos dos objetos [...]” (URIARTE; ZDRADEK, 2021, p. 122).

DA AÇÃO PATRIMONIAL

Para iniciarmos esse tópico, trazemos uma reflexão de Scifoni que deve ser central ao trabalho mediativo: já que toda memória (ou “herança”, conforme trazido no texto) não é estéril e inerte, então é preciso sempre refletir sobre o teor dessa memória e o que se almeja com a sua transmissão (SCIFONI, 2015, p. 203). Nesse sentido, devemos compreender a Mediação como prática social que não teme a inovação. Ou seja, que está aberta às diversidades do mundo que nos rodeia, evitando hierarquizações de valores e sem receio de desconstruções ou autocríticas. De modo que as Ações Patrimoniais também devem seguir esse mesmo roteiro.

Novamente, aqui definimos “Ação” como a atividade em si. Ou seja, o que será mediado para a comunidade em questão. No presente caso, a Ação pode existir sem Mediação, mas a Mediação não pode existir sem uma ação. Para que ambas coexistam é preciso que a atividade pressuponha um diálogo horizontal entre mediador e comunidade. Desse modo, não são aqui consideradas Mediações aquelas Ações que sigam os modelos de “esclarecimento e divulgação”, tais como: palestras não interativas (e, nesse sentido, estão inclusas palestras que preveem apenas perguntas e respostas); capacitações profissionais (motivos já mencionados); visitas da equipe à locais de memória; reuniões; “bate-papos”; entrevistas (as quais entendemos que fazem parte do estudo de História Oral, trabalho que deve ser realizado à parte, mas que pode colaborar para o desenvolvimento da Ação); distribuição de folhetos (isoladas ou acompanhadas de qualquer uma das atividades acima citadas) ou seja qual for a atividade que impossibilite o público de ser agente ativo. Em suma: qualquer Ação que preveja pouco diálogo (ou até mesmo um diálogo que seja praticamente vertical) para com a comunidade, de forma a não haver maior interatividade e tornando, assim, a sua funcionalidade social praticamente nula.

Para que a Mediação exista, é preciso que o público seja efetivamente ativo. De forma alguma isso impede que parte da atividade seja expositiva, mas é preciso que em grande parte da Ação o público seja constantemente estimulado a interagir de forma ativa, buscando o seu protagonismo sempre. Esse estímulo deve ocorrer de modo a sensibilizar o público, apresentando a importância do conceito de patrimônio (inclusive com exemplos), mas sem fetichizá-lo, estimulando a sua participação crítica (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87–88).

Acerca disso, Silveira e Bezerra levantam uma importante questão sobre a cultura material ser a fonte, e não a memória em si, sendo “[...] portanto, a base material para a construção do imaginário histórico” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 90). Esse aspecto não deve ser esquecido, pois, sem ele, o risco de se cair na fetichização do material é muito maior, relegando, assim, à comunidade um papel secundário.

É preciso também tratar a Arqueologia como Ciência em construção, e não como mera prática temporária cujo trabalho se encerrará após a realização da atividade. Nesse sentido, urge a importância de trazer a comunidade para o centro da Ação, e fazê-la sentir-se como tal, apresentando a Arqueologia e a História como ciências do tempo presente. Uma Ação que não tenha como foco principal a comunidade, e não a trate de forma singular, legitimando memórias e patrimônios euro-ocidentais, tende a reforçar pensamentos etnocêntricos, colaborando, assim, com o apagamento de memórias (LUCIO, 2020, p. 110), mesmo que inconscientemente. A protagonização da comunidade ao longo da Ação, portanto, colabora para a desconstrução do etnocentrismo e para a manutenção e resistência de memórias marginalizadas, como as dos povos originários, dos negros, dos operários, das mulheres, das crianças, dos LGBTQIA+, dos trabalhadores, dos PcD, dentre outros grupos. Isso não significa que a colonização não deva ser apresentada, mas sim que essa apresentação deve se dar de forma crítica e problematizadora, demonstrando as barbáries que acometeram (e acometem) as mais diversas comunidades, inserindo-a no âmbito do contexto dessas memórias outras.

Novamente, é preciso não tratar todas as comunidades como se fossem iguais apenas por pertencerem ao mesmo estado ou região, ou se assemelharem em algum sentido. Por esse motivo que se deve adaptar as Ações para os mais diferentes públicos, tanto no que tange aos aspectos da própria comunidade, quanto acerca da acessibilidade. Isso não significa que o material não pode ter partes uniformes, como teorias a serem abordadas ou questões sobre o trabalho arqueológico, mas que ele não deve trazer respostas absolutas e imutáveis ou se bastar sobre qualquer assunto. Deve-se, em lugar disso, propor espaços para reflexões, sem buscar memorizações vazias sobre o que é Arqueologia ou dados superficiais. De forma a trazer conteúdos que sejam relevantes para o contexto, mas também se sensibilizando (e buscando sensibilizar o outro) para a importância da subjetividade. Nesse sentido, um bom trabalho de mediação não considerará apenas grandes eventos ou aqueles ocorridos do século XIX para trás. Uma boa mediação terá tento a eventos da história contemporânea também. Não precisa ser especialista em todos os temas, porém é preciso se atentar ao passado recente. Deve-se ter consciência de que seu trabalho nunca será neutro, bem como não deixará de ter consequências

políticas, sociais e históricas. A questão segue sendo a mesma, inclusive na Arqueologia: “[...] sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” (FREIRE, *passim*).

Isso também significa não se prender a um único público ou faixa etária, mas sim explorar as mais diversas oportunidades sociais que o trabalho mediativo pode proporcionar. Quais grupos daquela comunidade poderiam ser visitados? Existe alguma instituição próxima ao local da escavação? Existem ONGS ou outros locais destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade que poderiam se interessar pela Ação? Existem exemplos ótimos de Ações que ocorreram em locais não convencionais, como em um hospital ou asilos, por exemplo. A única limitação imposta nesse sentido deve ser a fronteira do território em questão.

Seres humanos, independentemente da idade, são portadores de imaginação e criatividade. De forma que é preciso tirar o máximo de proveito dessa ferramenta no processo de mediação, analisando as potencialidades a partir do público que se pretende mediar. Além disso, sendo sujeitos sociais, são portadores de consciência, cultura e memória, e se relacionam de alguma maneira com o passado próprio e local. Por isso a importância da realização de estudos prévios sobre o meio. Claro que é impossível agregar todas as subjetividades em uma atividade. Porém, ao se compreender questões como: classe social, formação histórica do local em questão, faixa etária, grupos étnicos predominantes, culturas, demandas, dentre outros, é possível traçar uma Ação que esteja razoavelmente de acordo com o público. Daniel Munduruku em sua obra levanta a importância dos alunos buscarem pelas suas ancestralidades, trazendo suas histórias e sentimentos para a sala de aula (MUNDURUKU, 1999, p. 16). De forma semelhante devemos agir na Ação: é nesse sentido que sugerimos quando afirmamos que deve-se partir do conhecido para o desconhecido.

É importante também dar a oportunidade de função social para os espólios encontrados, mesmo aqueles inicialmente destinados ao descarte. Alguns desses objetos, aparentemente sem função científica, podem ganhar vida no âmbito da práxis mediativa, a partir do diálogo e da possibilidade de identidade por parte dos interlocutores com eles, possibilitando maior interatividade durante as Ações. Nesse sentido, novamente, ressalta-se a importância de toda a equipe estar envolvida na prática da Mediação Patrimonial, seja em seu planejamento, seja em sua execução (inclusive na separação desse material). Assim como a equipe, é importante que as comunidades estejam integradas (ou minimamente à par do assunto) em todas as etapas da pesquisa arqueológica (inclusive as de projeção e atividades técnicas), trazendo-as para o debate sobre seus patrimônios e, portanto, buscando sensibilizá-las sobre questões como extroversão, exploração e administração de seus bens (FERREIRA, 2013, p. 95–96). “A tentativa é nivelar

as relações de poder entre arqueólogos e comunidades e descentralizar a autoridade da instituição arqueológica” (FERREIRA, 2013, p. 96).

Seguindo os pensamentos de Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2014) a Ação, dessa maneira, deve visar o futuro, e não apenas transmitir uma visão de um passado no presente, com a intencionalidade de apenas encerrar aquele momento da pesquisa. Assim, a Ação não deve ser apenas um momento de “esclarecimento e divulgação” de conhecimentos arqueológicos, mas sim de socialização de reflexões junto aos mais diversos setores da sociedade, para que, no futuro, a diversidade possa ser mais respeitada. É preciso, pois, lutar contra a maré:

Se não somos inocentes, conscientes ou não, temos que reconhecer que nossos estudos estão servindo a interesses e por isso estamos sendo coniventes, compactuando com os objetivos e resultados dos projetos desenvolvimentistas. Temos sido responsáveis por nossas escolhas, nossa atuação e pelos impactos ao patrimônio cultural e natural. Essa responsabilidade recai sobre nós, duplamente, como cidadãos e arqueólogos. Se nossa responsabilidade é dupla, espera-se que estejamos ainda mais envolvidos na defesa do patrimônio.

O patrimônio precisa ser preservado dos impactos. E alguém precisa estar disposto a realizar essa tarefa. Os arqueólogos prestadores de serviço, oriundos todos da academia, a ela ainda vinculados ou não, exercendo a profissão de forma liberal ou autônoma, estão condicionados, como todos os demais profissionais, às leis de um mercado capitalista, no qual as noções de progresso e desenvolvimento soam mais alto e as políticas e atuações preservacionistas são consideradas entraves ou obstáculos ao futuro.

É necessário observar e avaliar o contexto de desenvolvimento da Arqueologia de cada época, que condições estavam disponibilizadas aos pesquisadores para garantir trabalhos adequados, porém, realizando as análises com uma visão crítica do processo e com conhecimento sobre o contexto histórico, político e econômico brasileiro: ‘O único caminho para entender o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil é estudar as relações entre a sociedade e suas mudanças e a prática científica’ (FUNARI, 1994, p. 25). (MONTICELLI, 2010, p. 208).

ETAPAS DE TRABALHO

Conforme já mencionado, as etapas de trabalho aqui sugeridas servem muito mais como uma forma de planejamento e organização do que como um guia condutor do processo. Afinal, a condução do processo será dada pelos seus participantes, e nenhum material poderia ditar ou prever como a Ação correrá e os resultados que ela alcançará (novamente, insinuar isso seria se sobrepor à autonomia das comunidades e da própria Ação em si).

Assim, destrinchamos a Ação em três segmentos pragmáticos: a Pré-Ação, a Ação propriamente dita e a Pós-Ação. As etapas foram assim chamadas em referência direta às atividades realizadas, as quais chamamos de Ação Patrimonial. Os termos por si só são retóricos, não necessitando de maiores explicações que justifiquem a sua adoção. Novamente,

para esse planejamento deve-se levar sempre em consideração o contexto local. É necessário que a comunidade em questão (quer seja em forma de representantes) esteja presente em todas as etapas. Mais do que criar uma Ação, os profissionais devem preocupar-se em tornar essa Ação socialmente existente e relevante. E essa questão não está necessariamente atrelada à quantidade de público presente ou à sua proporção, mas sim à eficácia de suas Mediações.

Nesse sentido, o planejamento necessitará de supervisão constante durante a sua execução, devendo os profissionais estarem atentos às necessidades da comunidade para poderem executá-lo com maior sucesso possível.

PRÉ-AÇÃO

A Pré-Ação, como o próprio nome já sugere, é a etapa inicial do planejamento da Ação, devendo ser realizada concomitantemente aos estudos prévios sobre a região, como forma de estratégia de entendimento local. Inicialmente é preciso traçar um cronograma: quanto tempo será disponibilizado para a Ação? Se for preciso, será possível pleitear mais tempo junto à empresa contratante? De acordo com Wittmann, projetos com cronograma maior foram avaliados positivamente e como mais efetivos socialmente falando (WITTMANN, 2019, p. 243). De forma ser importante também a sensibilização da empresa contratante acerca da relevância do trabalho de Mediação Patrimonial. Mas, mesmo quando o tempo for escasso, deve-se manter em mente que é possível realizar uma Ação que seja socialmente engajada e, portanto, efetiva, independentemente do tempo ou do tamanho do grupo presente. Esse cronograma deve prever não só a realização da atividade, mas também as pesquisas necessárias para a sua concepção. O mais importante nessa etapa é não relegar a Mediação Patrimonial para o final do projeto, como se fosse um anexo sem maior importância ao trabalho arqueológico. A Mediação Patrimonial, bem como as demais atividades do projeto arqueológico, é de suma importância e deve ser tratada com cuidado por motivos já expostos.

Com base nesse cronograma, deve-se iniciar o processo de concepção da Ação, o qual pode envolver a criação de novas Ações ou o reaproveitamento, a desconstrução, a ressignificação e o aperfeiçoamento de Ações já realizadas. Nesse sentido, indicamos aqui fontes de inspiração, como relatórios de projetos arqueológicos já realizados na cidade, atividades promovidas por Museus da região, bem como trabalhos e teorias de Museologia, de Comunicação e áreas correlatas. Nessa etapa, indicamos também que se iniciem as conversas com as instituições em que se pretende realizar as Ações ou obter parcerias. Seus representantes poderão sugerir ideias ou auxiliar a aprimorar a Ação que se planeja realizar. Estudos etno-

históricos sobre o local (obrigatórios na pesquisa arqueológica, conforme a IN-001/2015) são importantes tanto para o contexto da pesquisa em si e seus resultados posteriores, como para a criação das atividades de Mediação Patrimonial. Deve-se, portanto, observar os contextos históricos locais, a partir de fontes escritas, materiais e orais, a fim de esboçar os objetivos da Ação e, portanto, da Mediação. É importante, nessa etapa, também a definição da verba a ser destinada para a Ação, para que os mediadores também possam se adequar a essa realidade.

Definido o local (ou os locais) onde a Ação potencialmente poderá ocorrer, é possível estabelecer um primeiro contato com a comunidade por meio de representantes: professores, funcionários de alguma instituição (seja ela de memória ou não, podendo também ser de pesquisa), órgãos do governo, representantes de alunos, líderes de grupos étnicos, ONGs, dentre outros. Nesse quinhão, é preciso refletir sobre quais memórias se pretende inicialmente debater e como se pretende fazer isso. É preciso também definir o público: faixa etária, se serão públicos mistos, local para a realização, perfis socioeconômicos e culturais, e outras possíveis características de nicho. A busca por parcerias ¹¹ é essencial tanto para o andamento técnico da pesquisa, quanto para o desenvolvimento do processo da Ação e, finalmente, pelo caráter inter/transdisciplinar da ciência, colaborando, assim, para a democratização do conhecimento (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 27), não devendo, portanto, as parcerias se resumirem a visitas técnicas. As parcerias também serão importantes para a divulgação da Ação e, portanto, o engajamento da comunidade, sendo possível também a busca por contatos com as mídias locais (e até mesmo do governo local) quando aquela for realizada com o público geral. O contato prévio com a população também pode propiciar maior integração entre a equipe e a comunidade local (VASCONCELLOS; HATTORI, 2014, p. 85).

Feitos os primeiros contatos com representantes da comunidade e identificado o público-alvo e seu contexto, é preciso definir qual a melhor Ação a ser realizada (de preferência ainda contando com a participação da comunidade), qual a melhor linguagem a ser utilizada, bem como a maneira de abordar os assuntos (exemplo: certos assuntos como Arqueologia da Diáspora Africana e Pré-Colonial necessitarão de maiores estudos e zelo, por serem memórias sensíveis e por conterem aspectos culturais que ainda estão presentes, sobretudo entre os membros das próprias comunidades). Deve-se, portanto, entender a comunidade e o público-alvo para delinear a melhor metodologia a ser adotada, sendo preciso também levar em consideração as diferentes comunidades étnicas que possam estar envolvidas, agindo com

¹¹ Eventualmente pode acontecer de alguns dos representantes serem adeptos de ideais etnocêntricos. Daí a importância das parcerias serem plurais, tentando buscar os mais diversos representantes locais e, potencialmente, evitando problemas desse gênero durante a Ação.

empatia e respeito para com memórias sensíveis. É necessário, inclusive, prever a presença de pessoas com deficiência, para que também a acessibilidade seja garantida. Dessa forma faz-se necessário manter a postura decolonial, não sendo etnocêntrico, paternalista, condescendente ou capacitista, trabalhando com a ética de forma a levar em conta o contexto local (GREEN; GREEN; NEVES, 2010, p. 335) equitativamente. Tampouco se deve focar apenas na parte prática da Arqueologia, devendo essa ser apenas mais uma esfera a ser percorrida ao longo da Ação.

Nesse sentido, é preciso se atentar ao local e às necessidades do grupo, a fim de que sejam feitas adequações físicas ou linguísticas, se necessário: preferir locais com rampas, verificar a necessidade de um tradutor de LIBRAS; levar, sempre que possível, materiais que possam ser tocados por deficientes visuais, crianças, idosos entre outros públicos; verificar a necessidade de adaptação de ferramentas e materiais. Destaca-se aqui novamente a importância de parcerias locais também no que diz respeito à acessibilidade. Ou seja, é possível realizar parcerias desde o poder público até ONGs, as quais podem ajudar a evitar barreiras (físicas, comunicacionais, atitudinais ou tecnológicas), facilitando a acessibilidade de todos à Ação, possibilitando, assim, uma Mediação que seja inclusiva e, portanto, o mais democrática possível. Acerca das tecnologias, deve-se considerar também o acesso a elas, a sua acessibilidade e a necessidade de adaptações. Por exemplo, em um local onde a internet é de difícil acesso é possível propor atividades que substituam imagens virtuais por imagens impressas, criando jogos ou outras atividades que gerem interatividade. Nesse quinhão estão inclusas as chamadas Tecnologias Assistivas, que poderão ser utilizadas sempre que possível. Em caso de impossibilidade da adoção de tais tecnologias, pode-se pensar na adaptação de atividades, conforme será exposto ao longo do texto.

A partir dessa reflexão, é possível iniciar a definição do tipo de Ação: se será mais lúdica ou técnica, se será realizada em etapas, quais os materiais serão necessários, quais tecnologias poderão ser utilizadas, dentre outros fatores necessários. É plausível levar partes expositivas para iniciar e contextualizar o tema, mas deve-se problematizar se essa atividade não tirará o protagonismo do público em algum momento. No preparo da Ação (e na própria Ação) deve-se problematizar também a fetichização do patrimônio, pensando em quais critérios e escolhas estamos nos baseando para criar a atividade, tentando reproduzir, assim, o menos possível, relações de dominação e desigualdade social (SCIFONI, 2014, p. 203–204).

O céu é o limite para a criatividade no desenvolvimento da Ação, porém ela deve ter como foco sempre a comunidade. Algumas ideias de Ação serão apontadas em item subsequente, e essas poderão ser reaproveitadas ou redesenhadas. Todo local demandará um

estudo de caso diferente, e esse estudo irá guiar toda a atividade. Nada impede que se desenvolvam projetos semelhantes em diferentes ambientes, porém deve-se sempre estar em contato com a comunidade para saber se o projeto é compatível com a sua realidade, evitando generalizações regionais. De forma que é preciso que a empresa contratante tenha ciência de toda essa etapa.

Uma das questões mais importantes é que seja adotada uma metodologia ativa, a qual não apenas conceitue e contextualize a Ação, mas também provoque o público, trazendo-o para o campo de batalha, fazendo-o refletir e agir dentro e fora do espaço da Ação, potencializando a realização de novas mediações por parte do ouvinte em ambientes não-formais, informais e até mesmo formais, reiniciando, assim, o ciclo da Mediação. Dessa forma, deve-se buscar satisfazer necessidades culturais e sociais da comunidade onde a Ação será realizada.

No projeto, os profissionais deverão buscar trabalhar com o contexto local. Ou seja, não adianta trazer uma identidade forçada e estereotipada para trabalhar com os ouvintes. Deve-se procurar sempre trabalhar com diversidade (e isso inclui História Pré-Colonial, Diásporas Africanas, grupos originários, classes trabalhadoras, comunidades LGBTQIA+, imigrações, migrações, dentre outros), porém deve-se focar na realidade local. Exemplo: uma cidade cuja base econômica é a indústria, é prioritário trabalhar também com essa realidade, para que boa parte do público possa genuinamente se sensibilizar, ou até mesmo se identificar, com o tema (nem que seja apenas por meio de algum conhecimento prévio). É preciso desestigmatizar a Arqueologia como o estudo praticamente exclusivo da História Pré-Colonial e mostrar que a cultura material também está presente no dia a dia, nos objetos do cotidiano, inclusive nas vidas dos nossos antepassados mais próximos. Isso leva a Ação mais para perto da realidade do público, criando um vínculo inclusive material com a Mediação e, portanto, com a Ciência Arqueológica. É possível também trazer à tona temas correlatos, quando pertinentes, cabendo deliberar sobre questões ambientais e econômicas, sobretudo no que diz respeito à realização dos trabalhos de Arqueologia no território (FERREIRA, 2013, p. 98). Além disso, é necessário entender qual a percepção de “patrimônio” da comunidade e como as pessoas lidam com o conceito. A coleta desses dados pode se dar tanto de forma oral como pelo preenchimento de fichas, ou outros métodos de captação de informação. Nesse contato também será possível delinear se existem questões de interesses políticos e econômicos, internos e externos, acerca da preservação (ou não preservação) do patrimônio local.

A definição do local onde ocorrerá a atividade também é de extrema importância. Tanto pela facilidade de acesso, quanto pela acessibilidade, visando realizar a Ação da maneira mais democrática possível. Pode-se pensar em locais que não são usuais para Mediações, como em

um hospital, por exemplo (seja com atividades realizadas na parte externa, a qual tem grande circulação, ou mesmo com alguns pacientes, seguindo o método de grupos que realizam intervenções junto a públicos em situação de vulnerabilidade em hospitais), em um CAPS ¹², em uma ONG ou em um asilo, tentando, sempre que possível, buscar pela inclusão desses públicos em Ações abertas ao público geral, permitindo a inserção também de pessoas vulneráveis nos debates. Claro que todos esses ambientes deverão prever maiores cuidados, porém é possível realizar as Ações nos locais mais diversos. Dessa forma, não é preciso que a Mediação seja exclusiva do âmbito escolar, de algum território específico ou esteja vinculada a determinada faixa etária, mas sim que genuinamente envolva a comunidade local.

A Ação, conforme já comentado, deve partir do conhecido para o desconhecido. Mesmo quando temos pouco acesso às memórias locais, é possível começar pelo mais básico: a vida das pessoas. Esse contato pode se dar anteriormente à atividade, por meio do recolhimento de memórias orais, mas pode ocorrer também durante a Ação. Por exemplo: iniciar pelas suas relações afetivas, como sua família, seu bairro, cidade onde mora ou nasceu, até chegar em um conceito mais amplo de patrimônio, debatendo as demandas das comunidades a partir das subjetividades. Instigar o envolvimento da comunidade (inclusive por meio de atividades como as entrevistas e recolhimento de História Oral) pode contribuir não apenas para o processo de criação e adaptação do modelo, mas também para o processo em si da Mediação Patrimonial. É preciso, assim, tentar se aproximar da realidade daquelas pessoas. Por exemplo, em uma sala de adolescentes, pedir para marcar um encontro antecipado com seus representantes para conhecer o interesse geral daquele público e assim poder dialogar de maneira mais horizontal possível, tendo como ponto de partida o universo daquelas pessoas.

Com todos esses dados em mãos é possível mapear um roteiro de como a Ação irá se operacionalizar. Novamente, não se busca por um resultado concreto, mas sim pelo processo, o qual, a despeito da coleta de dados, não é possível prever como será, pois esse dependerá da interatividade do público para ocorrer. A partir desse roteiro inicial, também será possível delinear algumas questões a serem levantadas no *feedback*, as quais serão complementadas após a realização da Ação propriamente dita.

¹² Sigla de “Centro de Atenção Psicossocial”. Segundo o Ministério da Saúde, os CAPS são classificados como “[...] serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial.” (BRASIL, [s.d.]). Eventualmente podem haver outros centros semelhantes (com outros nomes e siglas) dirigidos pela municipalidade ou pelo governo do estado.

AÇÃO

Aqui trataremos da Ação propriamente dita e, portanto, da Mediação. A Mediação, conforme já mencionado, é uma forma de comunicação a qual prima pelo diálogo horizontal e pela participação ativa de todos os envolvidos. Portanto, é preciso algumas posturas por parte do mediador para que a Ação seja eficaz. Em primeiro lugar, novamente, não se pode esperar um resultado fechado da Mediação, pois a prática levará em conta as subjetividades presentes na comunidade para poder ocorrer. Isso significa instigá-la a trazer essas questões à tona sempre que possível. Nesse sentido, é preciso que o Mediador não dê respostas prontas: o ato da mediação serve para a resolução de problemas e interpretação da Ação. Dessa forma, é preciso respeitar tais resoluções e problematizá-las se necessário. Respostas diversas do esperado não invalidam o processo (desde que, claro, não venham a ferir a existência ou o respeito a pessoas e/ou comunidades). Essas respostas, eventualmente, também auxiliarão na solução de problemas que possam surgir durante e após a execução da Ação. Nesse sentido, há um exemplo claro que é trazido por Lesley Fordred Green, David R. Green e Eduardo Goes Neves em seus estudos sobre os indígenas Palikur sobre a importância do respeito à opinião da comunidade:

Poucos dias depois de nossa chegada, em maio de 2000, a estranha verdade tornou-se clara para nós: por mais significativos e relevantes que nossos questionamentos de pesquisa parecessem, os debates acadêmicos dos quais eles surgiam pertenciam a um mundo distinto do cotidiano da reserva. Ali as preocupações predominantes são a luta diária para produzir alimentos suficientes; proteger o acesso aos territórios indígenas; assegurar a saúde; e, pelo menos no ano 2000, na maior aldeia Palikur, manter boas relações com Deus durante a preparação para a versão pentecostal do fim do milênio e suas possíveis consequências apocalípticas (Passes 1998, Capiberibe 2001). Nesse contexto foi difícil explicar o nosso interesse pelo passado e pelos cacos cerâmicos que pareciam não ter valor econômico algum, especialmente diante do fato de que tínhamos dinheiro para salários, painéis solares e um motor de popa. O medo constante de muitos Palikur de que os brasileiros poderiam ir e tomar suas terras os deixou duplamente desconfiados. Assim, um de nossos maiores desafios era desenvolver questões de pesquisa que tivessem ressonância e interesse para os habitantes locais, ao mesmo tempo em que tínhamos que explicar às pessoas em que consistia o trabalho arqueológico.¹³ (GREEN; GREEN; NEVES, 2010, p. 312–314).

¹³ Tradução livre. Original: “Pocos días después de nuestra llegada, en mayo del 2000, nos fue clara la extraña verdad de que no importaba qué tan significativas y relevantes parecían nuestras preguntas de investigación los debates académicos de los cuales surgieron pertenecían a un mundo distinto al que se vivía cotidianamente en la reserva. Allí las preocupaciones dominantes son la lucha diaria para producir suficientes alimentos; proteger el acceso a los territorios indígenas; asegurar la salud; y, por lo menos en el 2000, en la aldea palikur más grande, estar en buenos términos con Dios en preparación para la versión pentecostal del fin del milenio y sus posibles resultados apocalípticos (Passes 1998, Capiberibe 2001). En ese contexto fue difícil explicar nuestro interés por el pasado y por los tiestos cerámicos que parecían no tener valor económico alguno, especialmente ante el hecho de que teníamos dinero para salarios, paneles solares y un motor fuera de borda. El miedo constante de muchos palikur de que los brasileños pudieran ir y tomar sus tierras hizo que muchos fueran doblemente sospechosos. Así, uno de nuestros retos más grandes era desarrollar preguntas de investigación que tuvieran resonancia e interés para los habitantes locales, al mismo tiempo que debíamos explicar a la gente en qué consistía el trabajo arqueológico.”.

É necessário, portanto, a adaptação da equipe (e da Academia, pensando em maior âmbito) à comunidade, e não o inverso. Nesse sentido, é preciso salientar o cuidado com generalização das etnias (inclusive pré-coloniais) durante as mediações, sobretudo povos originários, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, camponeses, etc. Cada grupo tem características muito próprias, inclusive no que diz respeito à comunicação. Tratá-los de forma generalizada, mesmo acerca do passado pré-colonial, pode ser encarado como desrespeito para com as memórias e as culturas locais.

Essa questão ressalta, novamente, a importância do diálogo e da mediação precederem à Ação em si, para que a equipe tenha o maior conhecimento possível sobre as memórias e, conseqüentemente, como lidar com elas. Assim, com a ajuda da comunidade, poderão construir uma mediação que seja o mais democrática possível. Essa questão já era pontuada por Paulo Freire, o qual colocava a sociedade como produtora de saberes, e não como mera reprodutora de informações. Tal atitude foi tomada também por Green, Green e Neves, em seus trabalhos junto aos Palikur, ao procurarem o diálogo com um grupo do conselho da comunidade para o processo de tomadas de decisões, o qual contou com a presença de quem mais quisesse participar, onde visou-se buscar um ideal de mutualidade (GREEN; GREEN; NEVES, 2010, p. 322), bem como por outros profissionais do ramo. No entanto, não se deve esperar que a mutualidade e a colaboração sejam iguais em todas as Mediações, assim como a própria Mediação não o será, pois sempre existirão conflitos de interesses e diferentes interpretações acerca das informações mediadas.

O ato do diálogo prévio ajudará também a dar mais vida à Ação. Não apenas no sentido figurado, de maior interatividade, mas fazer dela quase que dona de uma personalidade própria, sendo única graças a seu processo, que ela tenha e provoque sentimentos, os mais diversos possíveis, criando, assim, laços afetivos entre o público para com ela e fazendo com que o próprio público a alimente, possibilitando a realização de novas mediações posteriores. A importância das metodologias ativas (ou “mãos-à-obra”) também se destacam nesse sentido: incentivando o público a produzir tanto durante a atividade quanto posteriormente. Essa produção também auxiliará no protagonismo da comunidade. Novamente, é possível que parte da atividade seja expositiva, desde que o ouvinte seja tratado de modo ativo. Por exemplo, realizem atividades do tipo “quebra-cabeça”, RPG, possam tocar em objetos, analisem dados, criem textos ou imagens com base na exposição, cápsula do tempo, chegando até a clássica escavação simulada, a qual só estará completa se houver a interpretação dos dados e extroversão pelo próprio público (ainda que de forma sucinta). O objetivo principal deve ser que o público

vislumbre um resultado da mediação, incluso a sensação de realização, pertencimento e acolhimento naquele momento.

O que concerne à parte mais prática da Mediação, é possível mencionar sobre a práxis da comunicação. Independentemente da atividade escolhida, é importante que o mediador se atente à utilização de linguagem clara, direta e sem muitos jargões técnicos ou acadêmicos: a prática arqueológica e questões patrimoniais devem ser explicadas de forma objetiva, para que qualquer ouvinte consiga identificar as questões e se apropriar do conhecimento de forma consciente, sendo possibilitado a ele a autonomia do diálogo na mediação. Lembrando que qualquer adaptação necessária será sempre bem-vinda. É preciso que o Mediador faça uma contextualização geral sobre os trabalhos, podendo, neste primeiro momento, a Ação ser mais expositiva. Nesse ínterim, é possível que seja necessária a introdução e explicação de palavras e conceitos desconhecidos (sobretudo no que diz respeito à parte técnica da Arqueologia e Patrimônio). É preciso também que se problematize conceitos já consagrados, como a História oficial e a fetichização do objeto/patrimônio. Dessa forma, pode-se provocar, respeitosamente, a desconstrução de memórias, sensibilizando o público sobre a importância de outras visões de mundo (incluso as do próprio público). Durante essas explanações já é possível incentivar a sua participação ativa, de forma a encaminhá-lo para a Ação propriamente dita, encorajando os questionamentos, a interpretação dos dados, a exposição de memórias e a criação de suposições por parte do público, tornando-o o protagonista durante toda a Ação.

Pós-Ação

A Mediação segue no Pós-Ação, afinal, o diálogo deverá se estender até o término das pesquisas. Dessa forma, é importante respeitar as resoluções e colocá-las em análise, independentemente se não era a resposta esperada pelo pesquisador. Lembrando, novamente, que respostas diversas do esperado não invalidam o processo. Pelo contrário: elas podem trazer novas concepções importantes sobre o contexto local e a ciência que talvez não tivessem sido consideradas pelos pesquisadores.

Aqui incentivamos também a utilização de *feedbacks*. Essa ferramenta, já muito utilizada na Museologia, é uma grande aliada na análise da eficácia da Mediação Patrimonial. É comum que os *feedbacks* aconteçam depois das Ações, porém eles podem ser utilizados também durante as atividades (sobretudo se for uma Ação de média ou longa duração, auxiliando inclusive seu melhor desenvolvimento). A importância dos *feedbacks* reside sobretudo na verificação da eficácia das metodologias e práticas adotadas. Assim, é possível

regular as Ações a partir dessas informações obtidas, realizando alterações e manutenções sempre que necessário (as quais também deverão ser consideradas conforme o contexto local). Eles podem ser feitos por meio de formulários (físicos ou virtuais) ou até mesmo por recolhimento de depoimentos orais e gravações de vídeos. Lembrando que os *feedbacks* podem ser realizados inclusive com o público infantil ¹⁴.

No *Guia Básico de Educação Patrimonial*, de 1999, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro mencionam a importância dos *feedbacks* ao dizerem que: “Em qualquer atividade de Educação Patrimonial, a avaliação da experiência pode trazer subsídios que possibilitem aos educadores enriquecer a aplicação da metodologia utilizada, verificando o nível de envolvimento e compreensão dos alunos com o tema explorado” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 50). Essas informações, independentemente do ambiente em que forem coletadas, evidenciam a importância da autoanálise e da autocrítica por parte da equipe, destacando a necessidade de se reconhecer problemas (isso inclui problemas identificados em atividades anteriores e o contexto em que se dará a próxima Mediação) e possibilidades de como solucioná-los, bem como demandas próprias. Dessa forma, é possível a realização de constantes autoavaliações sobre a metodologia adotada e verificar potenciais alterações, melhorias e adequações para as Mediações posteriores (as quais também deverão ser feitas a partir do contexto do tempo/espço trabalhado). A utilização de *feedbacks* não impossibilita o uso ou criação de outras possíveis ferramentas que permitam fazer uma análise acerca da Mediação realizada.

IDEIAS DE AÇÕES

Conforme mencionado, o céu é o limite para a criação de Ações, sobretudo por conta da subjetividade das próprias comunidades, as quais também deverão ser levadas em consideração para a concepção da atividade. Em uma de suas obras, Jerome Bruner propôs três “experimentos” importantes no âmbito do processo educacional pedagógico, mas que podem ser facilmente aplicados à educação não-formal. O primeiro é o que o autor chama de “[...] ensinar prontidão ou oferecer oportunidades para que ela seja nutrida; [...]” (BRUNER, 2006, p. 41), ou seja, a importância da autonomia do público no processo da Ação, podendo essa ser

¹⁴ Em uma atividade sobre Arqueologia realizada na Escola do Sítio (Campinas, SP), posteriormente os alunos gravaram um vídeo contando sobre as suas experiências, o que ajudou nos processos seguintes de criação de Ações Patrimoniais do Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte” (LAP/ NEPAM/ UNICAMP). Para saber mais, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=1ulvvZ_T-AA&ab_channel=Laborat%C3%B3rio+de+Arqueologia+P%C3%BAblica>.

instigada pelo Mediador quando necessário, buscando o desconhecido gradativamente para que assim o público possa estruturar suas próprias construções sobre novos temas. Por exemplo, partir de situações cotidianas ou de personagens famosos para se chegar à decodificação do básico da teoria arqueológica de forma “simples e controlável” (BRUNER, 2006, p. 42, 76). Já no segundo experimento, é apontado como a recompensa pode ser positiva no aprendizado — por exemplo, encontrar artefatos por conta própria que estavam escondidos, e não apenas ouvir alguém explicando sobre, adquirindo, assim, também um conhecimento prático mais aprofundado sobre o assunto (BRUNER, 2006, p. 42, 47) e, potencialmente, uma afinidade maior com a atividade e o tema. Por fim, é citada a importância do que ele chama de “a conclusão do experimento educacional”, na qual é proposta uma avaliação sobre os trabalhos, incluso acerca do que é feito com o conteúdo aprendido pelos indivíduos e como elas passam a organizá-lo (BRUNER, 2006, p. 42, 80). Essa proposta normalmente é realizada em Museus, dentro dos estudos próprios da museologia, possibilitando, assim, um *feedback* sobre as atividades, conforme já mencionado no item anterior. Afinal, como bem lembra Bruner: “O saber é um processo, e não um produto” (BRUNER, 2006, p. 81).

Assim, enfatizamos novamente, como forma de se iniciar a Ação, o ato de partir do conhecido para o desconhecido. Nesse sentido, trazer à tona memórias e objetos do cotidiano das pessoas (e não apenas àqueles encontrados nas escavações) é um modo de criar laços do público para com a atividade, incentivando-o a dialogar sobre essas questões. É preciso, portanto, que as pessoas genuinamente se identifiquem com a atividade para, então, poderem criar laços de afeto (ou ao menos respeito) para com o Patrimonial, não devendo o Mediador forçar uma identidade para com um objeto ou memória. Aqui elencamos também o uso da cultura pop (filmes, videogames, séries, desenhos, etc.), a qual muitas vezes é menosprezada pelos profissionais por ser considerada como algo mundano, mas que pode ser uma ótima aliada para introduzir a Ação. Claro que, para se trabalhar com esses assuntos, também deverão ser considerados os contextos socioculturais das comunidades envolvidas. A quais materiais e meios de comunicação essas pessoas têm acesso ou quais as personalidades que eles conhecem, por exemplo, havendo a possibilidade da Mediação também se beneficiar da exemplificação de personagens e personalidades locais (sempre, claro, tentando pesquisar o mais a fundo possível sobre esses temas para não correr o risco de desrespeitar a comunidade em algum sentido). Porém, é uma ferramenta a mais para se levar em consideração durante a construção da prática. Frise-se que, durante a Mediação, faz-se necessária a desconstrução de determinados personagens e séries, para não haver a propagação de uma imagem romântica e fetichizada da Arqueologia.

Principiar as Mediações (e, nesse sentido, tanto antes quanto durante a Ação) por meio de questões é um método de iniciar a sensibilização e a participação do grupo nas atividades, demonstrando interesse por elas e pelos seus anseios. As autoras do *Guia Básico de Educação Patrimonial* já apontavam o direcionamento para essa metodologia feita à base de questionamentos:

Cada pergunta pode gerar outras questões. A questão fundamental “Como era este lugar?” é o ponto de partida para a coleta de dados, o trabalho de campo, as observações orientadas e as diferentes atividades. A partir desta pergunta, é possível observar, entre outros aspectos: Onde ele está situado? Como ele se insere na paisagem natural? Quantas estruturas existiam? De que eram feitas? Para que serviam? Quantas pessoas viviam ali? Perguntas como estas podem ser aplicadas a alunos de todas as idades, com a ajuda do professor para os mais jovens. Apesar de serem colocadas separadamente, as questões se relacionam entre si. Um conjunto de perguntas depende de outras. Entretanto, colocá-las separadamente ajuda a compreender e a estruturar os diferentes passos de uma pesquisa. As atividades resultantes deste questionamento implicam no exercício de diferentes habilidades, tais como: a observação, o registro verbal, gráfico, matemático, a análise, a dedução, a comparação, a síntese, e a apresentação dos resultados, em diferentes formas. O uso e a compreensão de mapas, plantas, fotografias aéreas, fotos antigas e recentes, documentos originais, arquivos, bibliografia, são outras habilidades envolvidas na exploração orientada de um sítio ou monumento histórico. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 16).

Dessa forma, a Ação já se iniciará sendo ativa, se assemelhando a uma pesquisa científica, inclusive no que diz respeito às limitações das evidências, ao levantamento de hipóteses e riscos de problemas de interpretação. O público deve também ser sensibilizado de que o passado deve se relacionar sempre com o presente e o futuro, e de que não há respostas absolutas na Arqueologia (ou na História), justamente por termos acesso apenas a resquícios de um determinado contexto (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 17, 19, 39).

Esse trabalho ativo de identificação de objetos e prospecção de memórias é possível de se utilizar com qualquer público de qualquer idade, podendo ser mais lúdico ou mais técnico. Entre os anos de 2019 e 2020, realizamos no Museu Municipal “Antônio Reginaldo Geiss” (mais conhecido como Casarão Pau Preto — Indaiatuba/SP) Mediações com idosos. As Ações envolveram, além do diálogo, a sensibilização de memórias por meio do toque, de jogos de perguntas e respostas, bem como atividades com tintas naturais, nas quais o grupo pode expressar suas memórias das mais variadas maneiras. Intervenções semelhantes também podem ser feitas em hospitais, conforme já mencionado: também em Indaiatuba foi realizada por uma empresa de Arqueologia em Obras de Engenharia uma Ação na porta de um posto de saúde localizado próximo à Área Diretamente Afetada. Por ser um local de grande circulação, a Mediação (a qual foi feita utilizando objetos encontrados na região) teve grande adesão do

público. Vale lembrar que o responsável realizou diálogos prévios com a direção do posto de saúde e com a vizinhança para poder conceber a Ação dessa maneira. Esses exemplos de Ações não têm limite de idade, podendo ocorrer desde os mais novos até os mais velhos.

Para desenvolver e promover a Ação, o Mediador também pode recorrer aos recursos da própria comunidade, como, por exemplo: formas de expressão, modos de visão de patrimônio, objetos e artesanatos típicos locais, pode pedir para que o público expresse seus valores por meio de outras linguagens (como a música, dança, teatro). Essa questão é apontada pela cartilha *Educação Patrimonial: inventários participativos — manual de aplicação*, publicada pelo IPHAN, onde é sugerido o diálogo com quem produz e/ou conhece as referências culturais locais (parteiras, contadores de histórias, mestres de cultura popular, artesãos, cirandeiros, bem como professores, funcionários de instituições culturais, estudiosos, dentre outros) e outros agentes da comunidade, buscando saber quais os bens patrimoniais culturais oficiais reconhecidos na região em questão (IPHAN, 2016, p. 9). Ato que também pode ser praticado na Mediação Patrimonial, independentemente da confecção de Inventários Participativos (os quais também são aqui sugeridos como possibilidade de Ação).

Com jovens e adultos, por exemplo, além do trabalho de observação, é possível iniciar a análise de algum patrimônio ou sítio, e começar a esboçar uma minuta para um projeto de lei sobre proteção do patrimônio arqueológico local ou o tombamento de um sítio, patrimônio ou acervo. Para que isso ocorra de forma ativa, além dos questionamentos, é possível solicitar que os participantes façam a observação, análise e registro de bens, podendo ser designado um objeto de estudos para o grupo todo, ou o público se dividir em grupos menores e cada um escolher um objeto, ou até mesmo que essa atividade ocorra de forma individual. Não se descarta, em hipótese alguma, a possibilidade de se realizar jogos ou atividades lúdicas também com esses públicos.

As atividades que envolvem o uso e manuseio de materiais igualmente costumam ter bons resultados. Elas também proporcionam maior acessibilidade, inclusive para pessoas com deficiência visual, crianças, idosos e pessoas com baixa mobilidade. Um excelente exemplo é o Centro de Memória da Fundação Dorina Nowill para Cegos, o qual tem uma exposição composta por um acervo tátil (dentre outros materiais) ¹⁵. Outro exemplo são os recursos pedagógicos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/ USP), os quais são compostos por kits educativos de Arqueologia, contendo objetos originais, réplicas e maquetes

¹⁵ Para saber mais, acesse: <<https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/centro-de-memoria/>>.

táteis, bem como materiais de apoio, como textos, imagens e vídeos ¹⁶. Por fim, pode-se utilizar materiais do cotidiano, inclusive solicitando à comunidade que leve esses materiais à Ação para que se possa trabalhar o passado a partir das memórias táteis das pessoas. Dessa forma, não é necessária a utilização direta de materiais arqueológicos ou apenas usar materiais pré-coloniais.

Novamente, incentivamos aqui o reaproveitamento em Ações de materiais arqueológicos que inicialmente estariam destinados ao descarte. A cultura material encontrada, eventualmente, pode não ter tanta relevância do ponto de vista científico. Mas que tal pensá-la do ponto de vista mediativo? Por exemplo, um objeto totalmente descontextualizado ou encontrado em grande número, que seria descartado, pode ser de grande serventia para uma Ação Patrimonial. Além disso, há a questão da relevância social: em um local onde o trabalho arqueológico não é tradicional, a simples indicação da presença de qualquer material que seja pode suscitar no público a importância que a ciência pode ter para aquele local (inclusive sobre o que diz respeito ao silenciamento de memórias e questões sobre possíveis fraudes em cima de sítios arqueológicos durante as obras de engenharia). E, novamente, o uso de objetos táteis (sobretudo um artefato real), além de promover maior acessibilidade, tende a aproximar o público por meio da interação direta com o material, possibilitando a criação de um vínculo maior (e, potencialmente afetivo) com a atividade proposta. Deve-se lembrar, no entanto, de problematizar a fetichização do objeto, devendo ele ser utilizado para demonstrar a importância do Patrimonial e da sua preservação a partir do ponto de vista do social e da cultura local.

Em todas as Ações, sempre que o ambiente permitir (e a comunidade assim o desejar), há a possibilidade da utilização de tecnologias atuais, renovando seu uso quando possível e conforme o contexto temporal, social e tecnológico. Por exemplo: fazer uma apresentação (em 3D, com fotos antigas ou como a imaginação e a tecnologia permitirem) de como seria uma determinada construção antiga ou uma aldeia indígena em determinada paisagem da cidade. Isso pode ser feito projetando em uma parede branca ou através de VR ¹⁷ pelos celulares. Pode-se pensar também na criação de uma exposição virtual, que tenha a ajuda direta da comunidade, sobretudo durante a Ação. Essa poderá ser disponibilizada online pela empresa contratada, pela empresa contratante, por instituições locais e inclusive pela própria comunidade. A gamificação também já é uma realidade no âmbito da Arqueologia, podendo esses jogos serem ótimas indicações de ferramentas para o público acessar após as Ações ¹⁸. Novamente, não há limites para a utilização de tecnologias ativas, quando possível, havendo também a possibilidade de se

¹⁶ Para saber mais, acesse: <<https://mae.usp.br/emprestimo-de-materiais-pedagogicos/>>.

¹⁷ Sigla em inglês para “Realidade Virtual”.

¹⁸ Para saber mais, acesse: <<http://www.arise.mae.usp.br/>>.

adaptar algumas dessas atividades para pessoas com deficiência com a utilização de Tecnologias Assistivas, ou com trabalhos que utilizem sons, cheiros, provoquem sensações, apenas imagens ou objetos táteis, podendo também ser essa técnica utilizada com pessoas iletradas, ou ainda para locais com baixo acesso à internet, sendo possível inclusive fazer montagens manuais baseadas nas apresentações tecnológicas, com fotos e imagens antigas do local ou até mesmo a impressão da simulação em 3D, sobrepondo-a à paisagem.

As atividades “mãos-à-obra” (ou “*hands-on*”) não ficam fora desse quinhão: esse tipo de Ação valoriza a experimentação, o manuseio, questionamento, interrogação e proposição de hipóteses a respeito do artefato e da atividade (ALMEIDA, 2002, p. 35). Essas atividades podem ser as mais diversas e plurais: oficinas de criação de objetos (arqueológicos ou não), descrições ou desenhos de patrimônios, criação de vídeos sobre algum patrimônio ou até mesmo sobre o conceito de patrimônio (os quais podem ser postados nas mais diversas redes sociais), desenvolvimento de documentos e textos, dentre outras possíveis e imagináveis. Uma atividade comum é a oficina de Numismática, onde o público aprende a tirar decalques de moedas e é incentivado a identificá-las, gerando, assim, uma produção por parte dele. Esse tipo de Ação assegura a participação efetivamente ativa do público, possibilitando seu maior vínculo para com a atividade, podendo ocorrer inclusive a sua imersão, como no caso de escavações simuladas. Essa atividade permeia boa parte dos projetos da chamada “Educação Patrimonial” em trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia. Lembrando que o tempo da Ação não tem prazo: pode ocorrer em uma tarde ou durante um período mais longo.

Como exemplo pode-se citar o projeto realizado pela Escola do Sítio, situada no distrito de Barão Geraldo, Campinas, no ano de 2013, a qual ajudamos a organizar e pudemos participar. A despeito do tema da Arqueologia fazer parte do material didático, o trabalho em questão pode ser considerado como educação não-formal por sua extensão, inclusive no que diz respeito a horários extraclasse. A atividade, programada pelo professor de História, Thiago Vieira Magalhães, e idealizada em conjunto com o Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte” (LAP/ NEPAM/ UNICAMP), foi realizada com foco no sexto ano do Ensino Fundamental, mobilizou toda a escola e contou com o trabalho de estagiários do Laboratório — inclusive a própria autora do texto.

Em suma, alunos do oitavo ano da escola produziram peças de cerâmica baseadas em um conto coreano, as quais foram enterradas. Nesse meio tempo, as crianças do sexto ano realizaram uma visita ao LAP e participaram de uma palestra, onde aprenderam um pouco mais sobre o trabalho arqueológico, inclusive a parte de divulgação científica. Dias depois, elas realizaram o trabalho de escavação propriamente dito, iniciando também a análise das peças.

Alguns dos objetos encontrados apresentavam escritos em inglês e em um idioma inventado (como uma simulação da Pedra de Roseta). Com o auxílio dos professores de inglês e português, eles conseguiram traduzir todas as placas e formularam suas interpretações da história, as quais foram apresentadas em exposição (juntamente com as peças) aos pais, demais professores e alunos mais novos, além de terem escrito seus próprios relatórios de pesquisa. A atividade foi responsável não apenas por trazer a experiência aos alunos, mas também por apresentar características da Arqueologia e da História como Ciência, rendendo ao professor Thiago Vieira Magalhães o primeiro lugar na 3ª edição do *Prêmio Experiência Nota 10*, na categoria Escola Particular, naquele mesmo ano. Esse exemplo ilustra bem a importância da inter e transdisciplinaridade das Ciências, inclusive no âmbito escolar, podendo envolver, além da História e Línguas, a Geografia, Matemática, Filosofia, Biologia, Ciências Sociais, dentre outras disciplinas.

Tal Ação também demonstra a importância da criação de parcerias. Tanto para o desenvolvimento da atividade em si (feita com a ajuda de um professor, o qual conhecia as necessidades e os afetos do público mediado), quanto pelo fato da possibilidade de se dar vida a artefatos que antes estavam parados (os quais foram utilizados na apresentação para os alunos, bem como na exposição para os pais e colegas da escola, realizada juntamente com a exposição dos alunos), como também na aquisição de conhecimentos por parte da Academia ao lidar com determinado público nessa atividade. Houve assim, nas palavras de Caldarelli e Cândido, o aproveitamento de “objetos fora da cadeia operatória museológica ou do processo de musealização”, os quais, para as autoras, “têm uma sobrevida pálida em relação a todo seu potencial” (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 197). Ou seja, conforme a Ação, há a possibilidade de se trazer à tona determinados objetos de acervos cujo uso não é frequente, inserindo-os em uma lógica operatória museológica (e prática), trazendo-os para perto de sua comunidade (potencializando, assim, a sua conexão com as pessoas), dando-os vida e funcionalidade, suscitando a possibilidade da realização de futuras pesquisas. A parceria também pode ajudar a trazer as instituições locais voltadas para o cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalizadas para um lugar de destaque, colaborando para com a sua divulgação e crescimento, incentivando-as a realizar mais Ações semelhantes junto à comunidade.

É possível pensar na questão da mediação à distância para casos especiais. Elas também são possíveis de se realizar, e, nesse sentido, a parceria com instituições é praticamente indispensável. Em tais situações, a Ação não será tão ativa e nem tão democrática quanto em uma Mediação presencial (motivo pelo qual se deve, sempre que possível, priorizar as

atividades presenciais). Assim, pode-se pensar na realização de palestras, vídeoconferências e visitas a exposições virtuais, onde é possível incentivar o público a realizar atividades virtuais ou reais (como, por exemplo, a gravação de vídeos, produção de desenhos ou textos ou até mesmo a realização de jogos e brincadeiras por meio de canais que permitam maior interação e interatividade com e entre os participantes, como, por exemplo, o *Discord* ¹⁹). Desse modo, torna-se possível realizar Ações online em casos em que há a impossibilidade de se fazer a Ação fisicamente presente. Outra ferramenta muito utilizada atualmente, inclusive por professores, é o *Padlet* ²⁰, o qual permite a criação de conteúdos colaborativos. Assim, é possível pensar na sua utilização durante a Ação propriamente dita, podendo eventualmente estender-se para debates fora da Mediação.

Outra Ação interessante que pode ser desenvolvida neste âmbito são os Inventários Participativos, os quais são conceituados como uma:

[...] ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. [...] A partir dessa reformulação, o alvo primordial dos “inventários participativos” passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. Também pretende divulgar alguns preceitos éticos de pesquisa, como o emprego responsável e autorizado de imagens, depoimentos e conhecimentos coletados ao longo do levantamento. (IPHAN, 2016, p. 5–7).

Dessa forma, o trabalho de proteção do patrimônio extrapola as instituições e os pesquisadores, ficando a cargo também da comunidade, cabendo igualmente a ela lhe dar significados e interpretações, “como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado.” (IPHAN, 2016, p. 7). Esse trabalho pode ser incentivado com qualquer público, sendo uma ótima ferramenta para integrar adultos às

¹⁹ Para saber mais: <<https://discord.com/>>.

²⁰ Para saber mais: <<https://pt-br.padlet.com/>>.

Ações Patrimoniais. A partir desse instrumento, é possível indicar ideias para a manutenção e extroversão de sítios ou achados arqueológicos, listá-los com suas respectivas localizações, bem como incentivar a conservação e o repatriamento de objetos. Deve-se salientar que, assim como é dito no próprio manual, essas produções não são instrumentos de identificação oficiais do patrimônio e sequer substituem as ferramentas de preservação utilizadas pelo governo (IPHAN, 2016, p. 7). Mas podem auxiliar nas pesquisas arqueológicas, na petição pela repatriação de peças por parte da comunidade e também na melhoria de políticas públicas, aventando a proteção de patrimônios outros que até então não eram levados em consideração pelos órgãos oficiais.

O contato com a cultura local e o seu conhecimento, no entanto, deve ocorrer independentemente da Ação que será realizada, evitando a propagação exclusiva de memórias e conceitos euro-ocidentais:

Dessa forma é possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais. (FLORÊNCIO, 2012, p. 26).

Esse fator independe do público que será abordado, inclusive no que diz respeito à faixa etária. Assim, é perceptível que a idade não deve ser um limitante: trabalhos com idosos, adultos e adolescentes costumam ser tão profícuos quanto aqueles realizados com crianças. Tampouco deve haver barreiras atitudinais, comunicativas, tecnológicas ou físicas para o acesso de PcD, pessoas com mobilidade reduzida ou iletradas, devendo os pesquisadores estarem preparados para se comunicarem e realizarem atividades com qualquer tipo de público, de forma inclusiva, tornando a Ação um local de pertencimento e acolhimento (até mesmo de memórias). Deve-se tentar primar sempre pelo trabalho realizado com público misto, incentivando a colaboração e a convivência do grupo como sociedade interligada, a qual tem de saber lidar com as diferenças, sejam elas étnicas, etárias, sexuais, físicas, mentais ou profissionais (podendo inclusive ser adequadas para professores e Mediadores), em qualquer situação.

É preciso, portanto, sensibilizar o público e buscar potencializar a sua capacidade criativa para as questões patrimoniais, de forma a trazer debates e reflexões que possam beneficiar a sociedade. E, para isso, não é essencial, necessariamente, realizar uma Mediação megalomaniaca ou cheia de tecnologias. Basta que a Ação dialogue com a comunidade com respeito para que ela potencialmente seja eficaz, possibilitando, assim, a cobrança dos poderes

públicos pela própria, e, conseqüentemente, as empresas contratantes. Ações que “[...] demandarão muita luta e militância dos interessados.” (LASSANCE, 2021, p. 174), sobretudo nos tempos de negacionismo em que vivemos.

Deve-se frisar que as atividades aqui sugeridas não são estáticas e tão pouco devem ser consideradas como um guia cristalizado. A ideia principal é a aplicação efetiva da metodologia ativa da Mediação, para que, parafraseando o que José Armando Valente diz sobre a sala de aula invertida, em vez da mera exposição dos fatos, os profissionais criem estratégias outras que sejam centradas nos ouvintes e na apropriação da informação aprendizagem (VALENTE, 2014, p. 90).

Assim, as Ações devem considerar os direitos humanos acima de tudo. Além disso, devem se comprometer politicamente com a justiça social, devendo se preocupar não apenas com o passado, mas com o presente e futuro das comunidades locais que constantemente são negativamente impactadas pelas grandes obras de engenharia. Dessa forma, pesquisadores e comunidades devem coexistir dentro do sistema, como aliados (BEZERRA, 2015, p. 223–225), em uma Arqueologia que seja ativista, para que, assim, possa haver mutualismo e maiores cobranças de políticas públicas sobre o Patrimonial e temas correlatos, visando também um desenvolvimento que seja menos predatório. Finalizamos esse item com mais uma citação pertinente de Teixeira Coelho:

Tudo isto serve pelo menos para que continuemos dando lições de humildade a nosso complexo de onipotência: as coisas não são simples e a cultura, sobretudo, é uma coisa muito complicada. Sem complexidade, não há cultura. Com a ação cultural não é diferente. Melhor desistir? Não. Basta conter a impaciência e não pedir receitas prontas, de que a educação e a administração estão abarrotadas até o teto — num celeiro mofado. (COELHO, 2001, p. 72).

POSSIBILIDADES PARA A CONFECÇÃO DO MATERIAL DE APOIO

Toda Mediação Patrimonial poderá contar com os mais diversos materiais de apoio: vídeos, apresentações de slides, filmes, imagens, textos, objetos, áudios, material escrito e até mesmo panfletos. A Ação poderá trabalhar sobre o material de apoio e com ele, mas não poderá se resumir apenas a ele, pois isso seria uma Ação unidirecional e, portanto, verticalizada. No caso dos panfletos, além da Mediação, é preferível que também venham acompanhados de outros materiais de maior relevância social (podendo inclusive ser outro panfleto complementar, caso não haja verba disponível para a elaboração de um material que seja mais substancial, e desde que verse sobre aspectos de interesse da comunidade). A questão é que

nenhum desses materiais deve ser o objeto principal da Ação — tampouco sua distribuição deve vir sem o acompanhamento de uma Mediação direta para com o público. Assim, eles potencialmente serão melhor aproveitados. A criação desse material pode seguir algumas premissas para seu maior aproveitamento, como (mas não apenas):

- Linguagem clara e objetiva, evitando jargões científicos e textos prolixos ou muito longos;
- Visual leve e atraente;
- Uso de imagens e textos relevantes para a comunidade, fundamentados em conhecimentos acadêmico-científicos e locais, demandando pesquisas prévias específicas sobre o local (inclusive História Oral), contando com o auxílio da comunidade e seus representantes para a sua confecção, assim evitando generalizações regionais e comportamentos discriminatórios;
- Observar necessidades e formas de expressão da comunidade;
- Frisar questões sobre a importância do passado no presente e futuro;
- Ter comprometimento com o social e visar combater o preconceito nas suas mais diversas formas, bem como as desigualdades sociais, primando pela equidade e diversidade;
- Divulgar os Museus e demais instituições de memória locais e incentivar o público a visitá-los e ocupar esses espaços que também lhes pertence;
- Inserir referências (ou parte delas), inclusive a plataforma SEI!-IPHAN, para que as pessoas possam ter conhecimento dessa importante documentação e de seu direito de consultá-la, como incentivo do acesso à informação;
- Demonstrar a importância desse conhecimento ser contínuo, não se encerrando nesse material ou na Mediação;
- Estender a divulgação para as redes sociais da empresa e incentivar para que as instituições de memória locais façam o mesmo — mas não resumir o material a esse aspecto;
- Adaptação dos materiais para outros formatos (como, por exemplo, audiobooks, os quais são de fácil execução e podem ser gravados até mesmo em um celular), ampliando, assim, a acessibilidade;
- Utilização de QR Codes (ou outros tipos de leitura de códigos e/ou hiperlinks) com a intenção de incentivar o público, sempre que interessar, a acessar conteúdos mais aprofundados;

- Não utilizar esse material apenas como forma de autopropaganda, mas sim como um apoio à Mediação.

Esses aspectos, desde que acompanhados de uma Mediação, poderão ajudar a gerar no público maior interesse pelos materiais divulgados, bem como reflexões que partam do nível pessoal para o social.

CONCLUSÃO

De fato, a realização de trabalhos mediativos aparenta ser mais trabalhosa (e, conseqüentemente, mais custosa) do que algumas atividades que vêm sendo praticadas na chamada “Educação Patrimonial”. No entanto, não é necessário que a atividade seja vultosa, preveja muitos recursos, precise de uma equipe gigantesca ou que aborde a cidade inteira (por mais desejável que assim o fosse). É possível realizá-la de maneira simples, mas socialmente eficaz, conforme exposto ao longo deste material. É preciso que a sua efetividade não seja socialmente nula, devendo almejar a sensibilização do público para com o Patrimonial, mesmo que a Ação se dirija a um pequeno grupo. O diálogo horizontal é uma das chaves para termos a sociedade ao nosso lado, auxiliando-nos no combate à desinformação, casos como desrespeito e crimes de depredação patrimonial, bem como a solicitar melhores políticas públicas e valorizando o trabalho arqueológico local e, por consequência, a decolonização das ciências.

É preciso entender o quanto muitas vezes na prática didática (e mesmo que não intencionalmente) tendemos a reproduzir e reforçar discursos etnocêntricos, que não apenas são eticamente problemáticos (e socialmente preconceituosos) mas também distanciam a sociedade do nosso trabalho. O quanto muitas vezes buscamos apenas dialogar apenas com nossos pares, respondendo unicamente às demandas acadêmicas e/ou profissionais (as quais, sem dúvidas, são majoritariamente responsabilidade do sistema em que vivemos). É nesse sentido que sugerimos a adesão à Mediação, pois ela, por si só, pressupõe um diálogo horizontal, o qual prima pela participação igualitária de todos os participantes. Dessa forma, ambos serão sensibilizados: mediadores e mediados.

Porém, de nada adianta uma mudança de termos, discussões teóricas e confecção de materiais se não houver também uma conscientização da necessidade de uma mudança prática. Devemos inicialmente nos sensibilizarmos para então podermos tentar sensibilizar as comunidades acerca de questões políticas de preservação do patrimônio local e, ao mesmo tempo, respeitarmos suas memórias e modos de vislumbrar o patrimônio, tentando propiciar

um mutualismo entre Ciência e Cultura. A não sensibilização das comunidades para essas questões traz consequências sociais graves como a dominação por parte de movimentos extremistas, graças a atos como a propagação de *fake news*, o descrédito às instituições e o desprezo à diversidade e às ciências.

Deve-se lembrar sempre da Arqueologia como Ciência que auxilia no combate aos silêncios sociais, tanto por meio da cultura material, quanto através de dados coletados nas Mediações e trabalhos de História Oral e na sua produção documental escrita. Desse modo, a decisão sobre *o que* e *como* preservar sai da esfera científica e tecnicista, passando a ser decisão também da sociedade. Mediações como a patrimonial, quando bem executadas, podem trazer maior criticidade para com o tema, bem como maior preocupação e respeito da sociedade para com o seu próprio patrimônio e dos demais; maior politização; consciência de classe; e, portanto, mais engajamento em questões culturais e direitos sociais. Possibilitando, assim, a ampliação do exercício da cidadania.

No caso da Arqueologia, o patrimônio estudado pode ser material, mas o seu significado e interpretação sempre serão imateriais e subjetivos, mutando juntamente com as comunidades (inclusive a Acadêmica) e com os contextos. E, por esse motivo, precisa ser constantemente discutido e ressignificado (inclusive o presente material), de forma que o debate seja construtivamente crítico, reflexivo, humanizado e decolonial. Novamente, não há medida mitigadora que compense a perda ou destruição de contextos e sítios. No entanto, é preciso a persistência do debate, também nesse sentido, para que possamos criar ações que visem um desenvolvimento menos predatório, onde a sociedade também seja empoderada como o centro dessas ações. É possível utilizar o território da Mediação como aliado nessa luta, sobretudo por meio da sensibilização da importância da criação de políticas públicas locais sobre o patrimônio.

Dessa forma, o ideal é que a Mediação seja feita questionando o aspecto do neoliberalismo ser predatório. Esse fator não deslegitima, de forma alguma, o trabalho arqueológico (inclusive em Obras de Engenharia). Pelo contrário: é possível que, com essa sensibilização, a sua importância se amplie, evitando, assim, maiores destruições e desastres para as comunidades, auxiliando a preservar culturas e biomas, trazendo a ciência mais para perto da sociedade e sendo auxiliado por ela. Assim como Davi Kopenawa faz um apelo de que as comunidades necessitam de antropólogos corajosos, que falem suas línguas e que os comuniquem verdadeiramente sobre o que está acontecendo (KOPENAWA; ALBERT, 2014, p. 530), é preciso também que haja arqueólogos, historiadores e tantos outros profissionais que sejam de coragem, que nadem contra a maré do sistema e de fato escovem “a contrapelo” aquilo

que chamamos de “realidade”, não permitindo “passar a boiada” ²¹ também por cima do nosso passado.

É preciso, portanto, que se suceda também uma mudança na forma de pensar dos empreendedores. Para isso, reforça-se aqui a necessidade de capacitações profissionais, as quais poderiam ser previstas em norma pelo IPHAN. De qualquer modo, se houver a sensibilização por meio das Mediações Patrimoniais, a tendência é que a própria população pressione o poder público, bem como as empresas, tornando, assim, a proteção ao patrimônio uma necessidade, a qual passará a não mais ser encarada apenas como um processo burocrático ou protocolar. Daí também a importância de produzir conhecimentos que extrapolem os textos acadêmicos e os Relatórios de Arqueologia, e ao mesmo tempo não sejam meramente burocráticos, contrapondo-se às memórias cristalizadas. Possibilitando, assim, auxiliar as comunidades a se sensibilizarem sobre as mais diversas memórias, e incentivando-as a interpretar seus passados à sua própria maneira, sendo que, para isso, muitas vezes serão necessários formatos menos ortodoxos para criar essa ligação com o Patrimonial.

Assim, conforme colocado nos tópicos anteriores, pode-se ver que a Mediação Patrimonial deve ir muito além da distribuição de panfletos, de simples conversas ou da realização de atividades protocolares de “estratégias de esclarecimento e divulgação”. Ela deve levar em consideração a importância da memória local como um todo — inclusive em locais com pouca ou nenhuma tradição arqueológica. Todas essas questões ressaltam a importância da realização da Mediação Patrimonial na região, independentemente do encontro de muitas, poucas ou nenhuma cultura material. Pois haverá a exposição dos trabalhos e, potencialmente, o debate sobre o silêncio existente na narrativa material, além da possibilidade de melhorias de políticas públicas e, portanto, na luta pelo resgate de memórias e contra possíveis fraudes nas escavações. Além disso, pode ocorrer de a comunidade solicitar frente ao poder público a repatriação de peças (as quais muitas vezes estão alojadas em cidades distantes), e, conseqüentemente, a criação de locais de salvaguarda de patrimônio arqueológico em seu território.

²¹ Em reunião ministerial ocorrida em 22/04/2020, o então ministro do Meio-Ambiente, Ricardo Salles, proferiu a seguinte frase: "Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos". O então ministro sugeriu que o governo aproveitasse o momento de fragilidade e atenção durante a pandemia para efetuar alterações nas regras de proteção ambiental. Essa abordagem tinha como objetivo evitar a repercussão negativa na mídia e, conseqüentemente, possíveis processos (G1, 2020).

Essas atitudes, de forma alguma, impedirão a antropofagia histórica, inerente aos processos civilizatórios; porém podem ajudar para que ela ocorra de uma forma mais consciente e, portanto, menos discriminatória e predatória. Assim, não há apenas um modelo único de prática justamente por conta da diversidade cultural, econômica e social existente entre as comunidades (inclusive as escolares). De forma que não há espaço para manuais encerrados em si mesmos, mas sim para métodos e práticas que precisam ser constantemente avaliados com críticas construtivas, para que o trabalho possa ser sempre realizado o mais eticamente contextualizado possível.

De modo geral, vemos a execução de vários projetos da chamada “Educação Patrimonial” que são realizados sem planejamento, de forma praticamente “espontânea”, muitas vezes até mesmo improvisada, levando em consideração alguns aspectos importantes em sua teoria, mas que, na prática, acabam tornando a Ação em uma atividade meramente protocolar. Esses aspectos não só diminuem a credibilidade dos trabalhos realizados como não cumprem com a sua função social. Novamente, trata-se de problemas estruturais, os quais deve-se combater de dentro para fora, para que se possa estimular o desenvolvimento da área. É preciso, portanto, lutar por práticas que auxiliem a Mediação Patrimonial (ou qualquer nome que carregue) a se tornar uma atividade essencial e substancial, para que não seja mais um mero anexo protocolar sem função social alguma. Nesse sentido, é preciso também que se exija dos órgãos competentes maior rigor na fiscalização das Ações realizadas pelas empresas (as quais devem vir relatadas em documento próprio). Esse fator auxiliaria, inclusive, na luta contra a lógica mercadológica imposta à prática, de forma a cobrar das empresas contratantes quesitos como os parâmetros mínimos para as Ações (já impostos em norma), que se cumpra o que fora apontado nos projetos ou até mesmo maior prazo para a realização das atividades.

Finalizamos o texto com um pensamento de Dulci e Malheiros, o qual representa a importância de se realizar trabalhos que vão contra o sistema euro-ocidental vigente:

Logo, reconhecemos que o lugar que ocupamos na “geopolítica do conhecimento” está hierarquicamente acima dos povos que estudamos, tal como pesquisadores homens em universidades centrais estão em posições melhores que a nossa nesse cenário. Imaginar que essa pesquisa vai provocar um giro decolonial nas metodologias construídas e sacramentadas em cinco séculos de modernidade, é ser ingênuo. Todavia, pesquisas – e não só a nossa – que se colocam como desobedientes em uma proposta de produção do conhecimento que se faz universal (sem o ser) nos questionam e provocam a sentir, experienciar possibilidades outras. (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 191).

De forma que o presente Material Metodológico não almeja necessariamente evocar uma revolução no que diz respeito às práticas e metodologias. Porém, pretende desobedecer um

pouco ao sistema, tentando romper a bolha de dentro para fora. A sua aplicação, que seja mínima, em conjunto com outras teorias e práticas que se propõem ir à contramão do sistema, com certeza já representará para nós uma grande vitória!

GLOSSÁRIO

Arqueologia em Obras de Engenharia — Também conhecida como “Arqueologia de Contrato”, “Arqueologia Comercial”, “Arqueologia Preventiva”, “Arqueologia de Resgate”, “Arqueologia de Salvamento” ou “Arqueologia do Desenvolvimento”. O termo foi evidenciado por Gislene Monticelli (2010) e se difere dos demais por destacar a característica principal desses trabalhos, que é a realização de atividades arqueológicas em grandes obras de engenharia, as quais implicam em estudos e execução de projetos muito próprios, no âmbito do Licenciamento Ambiental. Os demais termos não foram utilizados pelos seguintes motivos: o trabalho arqueológico não prevê, necessariamente, uma obrigação jurídica; o salvamento ou resgate de peças; riscos de destruição do meio-ambiente, do contexto ou da cultura material; e porque o termo “desenvolvimento” normalmente é associado a um progresso social, desconsiderando problemáticas próprias do modelo capitalista;

Decolonialidade — Em suma, é a teoria (e consequentemente, a prática) que visa o combate à hegemonia euro-ocidental e, portanto, ao pensamento colonial. Tem como principal objetivo evidenciar memórias e vidas que foram (e são) marginalizadas, socialmente e cientificamente falando, buscando inserir tais comunidades e seus conhecimentos no ambiente Acadêmico;

Discord — Aplicativo desenvolvido para comunidades de jogos, o qual permite diversas interações diferentes entre os usuários. Além da comunicação por bate-papo, voz e vídeo, a plataforma possibilita o compartilhamento de tela, o uso de *bots* e *emojis* personalizados, dentre outras ações, bem como se sobrepõe a outros programas, como jogos. Dessa forma, é possível criar uma comunidade para realizar reuniões e atividades diversas de modo remoto;

História Pré-Colonial — Termo utilizado para definir os acontecimentos anteriores à chegada dos portugueses ao Brasil. A terminologia “Pré-História”, para o contexto brasileiro, contém diversas problemáticas históricas e conceituais euro-ocidentais, devendo ser evitada;

Memórias sensíveis — São aquelas memórias referentes a algum passado traumático (por exemplo: escravidão, guerras, ditaduras, dentre outros), podendo essas serem coletivas ou pessoais;

Metodologias Ativas — Estratégias que visam a sensibilização e o aprendizado do público acerca de um tema por meio de técnicas participativas, empoderando o público no que diz respeito ao protagonismo da atividade ou até mesmo à produção de algum material;

Multivocalidade — É a construção de um discurso ou realização de uma prática a partir das mais diversas pessoas, valorizando, assim, a diversidade por meio do diálogo horizontal;

Padlet — Ferramenta digital que permite a criação de quadros virtuais dinâmicos para uso de trabalhos e estudos, pessoais ou coletivos. Pode servir para organizar rotinas ou partilhar conteúdos colaborativos de forma criativa, sendo permitida a inserção de textos, imagens e vídeos;

Tecnologias Assistivas — Qualquer recurso, dispositivo, metodologias, técnicas, serviços ou processos que auxiliam na assistência de promoção ou ampliação de habilidades de pessoas com deficiência, promovendo melhor qualidade de vida, autonomia e inclusão (SARTORETTO; BERSCH, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcia Bezerra de. **O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola**. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia) — MAE, Universidade de São Paulo, 2002.

BACKX, Isabela. **A produção de discursos sobre homem e humanismo no Museu do Homem Americano e no Musée de l'Homme**. 2018. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1014517?guid=1683912340634&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1683912340634%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1014517%231014517&i=1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BEZERRA, Marcia. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 216–228, 04 dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/437>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BORGES, Leonor; ALMEIDA, Patrícia de; FREITAS, Cristiana V. de; CARDOSO, Sílvia. A mediação sob o olhar da Ciência da Informação em Portugal e no Brasil. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**. Porto, s.3, n. 10, p. 17–32, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Centro de Atenção Psicossocial – CAPS**. [s.d.]d. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/caps#:~:text=Os%20Centros%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Psicossocial,situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20crise%20ou%20em>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRUNER, Jerome. **Sobre a Teoria da Instrução**. São Paulo: Ph Editora Ltda. 2006.

CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2[19], p. 186–214, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649552>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface. **Amazônica – Revista de Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 442–458, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1876>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

DULCI, Tereza Maria Spyder; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para A América Latina. **Espirales**, [s. l.], p. 174–184, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 7, n. 1[7], p. 87–106, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635673>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. 1.ed. João Pessoa, v. 2, p. 22–29, 2012. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/39/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20-%20um%20processo%20de%20media%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFMS, 2008. p. 11–21. Disponível em: <https://www.academia.edu/32439021/Educa%C3%A7%C3%A3o_patrimonial_teor%C3%A1tica>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZALEZ, Erika M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**, Franca, v. 27, n. 2, p. 13–30, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 dez. 2020.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19**. 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende->

passar-a-boiada-e-mudar-regras-enquanto-atencao-da-midia-esta-voltada-para-a-covid-19.ghml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GREEN, Lesley Fordred; GREEN, David R; NEVES, Eduardo Goes. Conocimiento indígena y ciencia arqueológica. Los retos de la arqueología pública en la reserva Uaçá. **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**, Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/29726876/Conocimiento_ind%C3%ADgena_y_ciencia_arqueol%C3%B3gica_Los_retos_de_la_arqueolog%C3%ADa_p%C3%ABlica_en_la_reserva_Ua%C3%A7%C3%A1>. Acesso em: 15 jun. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos** – manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015**. Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Brasília, DF, 28 abr. 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Brasília, DF, 19 set. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LASSANCE, José. Educação como canal de comunicação arqueológica/museológica: uma análise bibliográfica dos projetos de educação patrimonial no licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 159–178, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8667219>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LUCIO, Cristina Santos. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 104–119, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666581>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Heredando el futuro: pensar la educación desde la comunicación. **Nómadas**, Bogotá, n. 5, 1998. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_5/05_1M_Heredandoelfuturo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MONTICELLI, Gislene. **Deixe Estar: Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**. São Paulo: Editora Angra, 1999.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, Diego Andres (org.) **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica: reflexões teóricas e conceituais. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 179–195, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666241>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SARTORETTO, Mara Lúcia; Bersch, Rita. Tecnologia Assistiva. **Assistiva – Tecnologia e Educação**, 2023. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#:~:text=V%C3%ADdeos-,O%20que%20%C3%A9%20Tecnologia%20Assistiva%3F,promover%20Vida%20Independente%20e%20Inclus%C3%A3o.>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, p. 187–198, 2014. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1). Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volII\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volII(3).pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da.; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007, p. 11–21.

SOUZA, Laize Carvalho de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do Lepaarq**, v. 15, n. 30, p. 80–97, jul./dez. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13214>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

URIARTE, Mônica Zewe; ZDRADEK, Ana Carolina S. Mediação cultural: construção de sentidos ético-estéticos na educação não-formal. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 23, n. 1, p. 117–134, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8655678>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

VALENTE, José Armando. *Blended learning* e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 4, p. 79–97, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/GLd4P7sVN8McLBcbdQVyZyG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias. **Anuário Antropológico**, v. 44, n.1, p. 217–252, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/10785>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

ZANETTI, Valéria. R.; DALLAGO, Henrique. P.; GOMES, Cilene. Direito à memória: vestígios arqueológicos, planejamento urbano e extroversão. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 124–145, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8657317>>. Acesso em: 30 set. 2021.